

Tratamento Comunitário

Manual de trabalho

4ª edição

redes medo inclusão Drogas relações exclusão Integração dor
pessoas rua intervenção prazer mitos comunidade soluções
articulação representações sociais conflitos escutar mediação
autonomia ação rituais recursos acolher dependência transformação



EFREM MILANESE

TRATAMENTO COMUNITÁRIO:
MANUAL DE TRABALHO

4ª edição, revista e ampliada

BRASÍLIA

2018

ISBN 978-85-92918-21-7

TECHNOPOLITIK

Technopolitik Editora - Conselho Editorial

Ana Lúcia Galinkin - Universidade de Brasília

Ana Raquel Rosa Torres - Universidade Federal da Paraíba

Antonio Nery Filho - Faculdade de Medicina/Universidade Federal da Bahia

Claudiene Santos - Universidade Federal de Sergipe

Eroy Aparecida da Silva - Afip/Universidade Federal de São Paulo

Marco Antônio Sperb Leite - Universidade Federal de Goiás

Maria Alves Toledo Burns - Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

Maria Fátima Olivier Sudbrack – Universidade de Brasília

Maria Inês Gandolfo Conceição – Universidade de Brasília

Maria Lúcia Montes - Universidade de São Paulo - Capital

Maria das Graças Torres da Paz - Universidade de Brasília

Raquel Barros - ONG Lua Nova

Telmo Ronzari – Universidade Federal de Juiz de Fora

Copidesque: Maurício Galinkin/Technopolitik

Capa: Jones Alves; adaptação ao português: Paulo Roberto Pereira Pinto/Ars Ventura Imagem & Comunicação

Projeto gráfico e diagramação: Maurício Galinkin/Technopolitik

Ficha catalográfica (catalogação-na-publicação) Iza Antunes Araújo – CRB1/079

M637t Milanese, Efrem.

Tratamento comunitário: manual de trabalho / Efrem
Milanese. 4. ed. rev. ampl. --Brasília, DF : Technopolitik, 2018.
655 p. : il. ; color.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-92918-21-7

1." Drogas. 2. Tratamento comunitário, manual. 3. Comunidade. 4. Território comunitário. 5. Centro de escuta. 6. Líderes de opinião. 7. Rede subjetiva comunitária. 8. Rede, construção. I Milanese, Efrem (Trad.). II. Título.

CDU 178(076)
615.851

Maurício Galinkin/Technopolitik (MEI) CNPJ 25.211.009/0001-72

Tel: (61) 98407-8262. Correio eletrônico: editor@technopolitik.com

Sítios eletrônicos na internet: <http://www.technopolitik.com.br> e <http://www.technopolitik.com>

@ **Efrem Milanese. Todos direitos reservados ao autor.**

Sumário

	Sobre o autor	v
	Apresentação da 4ª edição	vi
	Prólogo	ix
	Apresentação da 3ª edição	x
	Introdução	xiv
Seção	Capítulo 1	24
1	Objetivos e síntese do Capítulo 1	28
2	Dois movimentos e muitas variantes	30
3	Construir um conceito: comunidade	45
4	Sufrimento social e exclusão social	54
5	Tratamento comunitário: primeira abordagem	61
6	Bibliografia do Capítulo 1	114
	Capítulo 2	120
1	Entrar, encontrar, estar na comunidade	123
2	Uma base segura	132
3	Rede subjetiva comunitária	149
4	Construção de redes e tratamento comunitário	225
5	Bibliografia do Capítulo 2	258
	Capítulo 3	264
1	Dispositivos para o tratamento comunitário	268
2	Conceito de rede: primeira aproximação	284
3	O sistema de redes do “parceiro”	296
4	O sistema de redes do dispositivo	353
5	O capital social da comunidade	392
6	Bibliografia do Capítulo 3	395

Sumário

Seção	Capítulo 4	403
1	Construção de conhecimentos	408
2	Líderes de opinião e construção da comunidade	416
3	Análise de boas práticas e de fracassos	430
4	História da comunidade	455
5	Elementos sociológicos	463
6	Temas geradores	470
7	Representações sociais	482
8	Mitos, rituais e costumes	494
9	Conflitos de base na comunidade	503
10	Bibliografia do Capítulo 4	513
	Capítulo 5	516
1	Dispositivos, limiares, complexidades	527
2	Território comunitários	536
3	Dispositivos comunitários organizados	554
4	Centro de escuta: baixo limiar e baixa complexidade	567
5	Centros de baixo limiar e media/alta complexidade	579
6	Alto limiar e média complexidade: comunidades educativas	608
7	Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade	623
8	Bibliografia do Capítulo 5	631
	Capítulo 6 – Bibliografia Consolidada	635

Sobre o autor



EFREM MILANESE – Graduado em Psicologia pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris V – René Descartes), com Curso Avançado em Dependências Patológicas pela Universidade de Pádua -Região Veneto (Itália), mestre e doutor em Psicologia pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris V- René Descartes). Trabalha na área de redução da demanda de drogas (prevenção, tratamento e integração social) e de programas e políticas de desenvolvimento sustentável em comunidades urbanas vulneráveis em países da América Latina, Ásia e Europa.

Link para Lattes (curriculum): <http://lattes.cnpq.br/6225165226834453>

Apresentação da 4ª edição

Hoje uma tecnologia social, uma metodologia, um modo de estar na comunidade, um eixo de onde partir, um rumo a tomar, um transformador, o Tratamento Comunitário tem como essência a percepção de que as pessoas e comunidades que vivem em situações de alta vulnerabilidade e exclusão são recursos. Estas pessoas e comunidades produzem, produzem e produzirão respostas eficazes aos seus problemas e é necessário entender, valorizar e conectá-las com as propostas das instituições e organizações da sociedade civil. Desta maneira, estas pessoas participam como iguais nos processo de construção das respostas e da sua implementação. Esta tecnologia permite estabelecer um contato e trabalhar com pessoas que não acessam os serviços existentes ou as que não conseguiram encontrar soluções nestes serviços. O nível de participação da comunidade geralmente é elevado, o que acarreta uma diminuição da dependência das instituições e fortalece sua sustentabilidade.

A ideia central é transformar de forma evolutiva um paradigma para o outro:

● De Beneficiário p/ Parceiro: a pessoa não é vista como um sujeito passivo, ela é considerada como um indivíduo de potencialidades e capaz de desenvolver vínculos, competências e habilidades, passando a atuar como um colaborador das ações para o seu processo de mudança;

● De Serviço p/ Dispositivo Comunitário: no serviço há o indivíduo competente que serve e um receptor vulnerável (usuário do serviço). Já o dispositivo comunitário visibiliza o potencial do desenvolvimento de vínculos e suas competências na produção de proteção social;

● De Assistência p/ Vínculo: dentro do paradigma de serviço existe o que presta a assistência, o que não é suficiente para potencializar a participação do sujeito atendido. No TC o processo intervenção acontece a partir da construção de vínculos para o fortalecimento de uma relação entre um profissional (parceiro), que dá e recebe, e um “beneficiário” (parceiro), que assume o mesmo papel de provedor e de receptor.

● De Caso/Profissional p/ Sujeito Social/Rede de Operações: em vez de considerar o indivíduo como um caso a ser solucionado pelo profissional, o TC traz ações de vinculação e atua na estrutura de relacionamento do indivíduo (sujeito social) em relação à rede de operações, que pode atuar no contexto onde ele vive, a partir dos recursos disponíveis.

● De Protocolo p/ Acessibilidade: é comum que profissionais atuem com base na diretriz dos protocolos (fluxos, organogramas, requisitos de entrada etc.). O TC propõe superar as barreiras formais e favorecer o acesso.

● De Reinserção Social p/ Participação Social: o primeiro considera o processo de adaptação do indivíduo aos padrões de um grupo social. As ações do TC promovem a participação através do fortalecimento das potencialidades.

Em rede estamos transformando, inovando e criando

Boa leitura

Junho de 2018

Efrem Milanese

Prólogo (Raiss)

Antes de construirmos o Tratamento Comunitário nos unimos e nos reconhecemos como pessoas.

Pessoas que buscávamos processos de transformação verdadeiros, olhando para o **beneficiário** como nosso **parceiro** de caminhada.

Pessoas que acreditavam no dar e receber do **Vínculo** muito mais que apenas oferecer **assistência**.

Pessoas que conseguíamos ver **poderes** no que se dizia mais **vulnerável**.

Pessoas que viam **recursos** em quem, na aparência, não passava de **problema**.

Como pessoas, fomos Raiss, como Raiss, vivências, mudanças, vidas vivas, esperança.

É desta Raiss que nasce o Tratamento Comunitário.

Ao compartilhar as pessoas que fomos e somos neste Manual lhes convidamos a ser mais de nós dentro de Raiss e, assim, ser Raiss daquilo que é vida nas pessoas.

Boa aventura!

Raquel Barros

Raiss

Apresentação da 3ª edição

Na América Latina a enorme complexidade dos vínculos das pessoas e das comunidades com as drogas exige também uma complexidade nas soluções propostas no cenário das políticas públicas. É evidente que não podemos desarticular as respostas das política de drogas dos elementos relacionados com o desenvolvimento humano de nossas sociedades. Ali onde existem conflitos e tensões, no cruzamento prejudicial entre os distintos elementos do fenômeno das drogas com as dinâmicas de desenvolvimento, é imperativo aplicar olhares amplos e integrais que considerem os múltiplos fatores envolvidos e apontem para a busca de soluções que preservem a qualidade de vida e a integração social de todos nossos cidadãos.

Desde 2010, os Estados membros da OEA deixaram marcada, na Estratégia Hemisférica sobre Drogas, a importância de gerar respostas para abordar um complexo problema social através de um enfoque equilibrado dirigido ao bem estar do indivíduo, que inclui estratégias de fortalecimento institucional, redução da oferta, redução da demanda e cooperação internacional. Entre seus principais avanços, a Estratégia introduz três elementos fundamentais sobre os quais deve basear a construção das políticas sobre drogas na região. Primeiro, reconhece que a pessoa dependente de drogas sofre de uma doença, crônica e recorrente e com múltiplos determinantes sociais, introduzindo assim uma abordagem de saúde pública. Segundo, estabelece o pleno respeito aos direitos humanos como base de qualquer política e ação sobre drogas. E em terceiro lugar, destaca a necessidade de desenvolver políticas baseadas em evidência científica.

Além disso, a Estratégia olha o fenômeno de drogas, em seus artigos iniciais, desde uma clara perspectiva social: “Ao enfrentar o problema mundial das drogas, deve tornar-se especial ênfase em seu impacto sobre a pobreza e a marginalização, e impulsionar a implementação de políticas e ações que favoreçam a inclusão social e a redução dessas vulnerabilidades”. Por outro lado, nos artigos 15, 18 e 19 da Estratégia, se incluem as comunidades como contextos nos quais é necessário

“investir e dar respostas às necessidades específicas dos grupos em situação de risco”.

Para que nossas comunidades possam ser, de maneira efetiva, cenários de redução da oferta e da demanda de drogas, lugares de prevenção e de tratamento, é necessário que sejam também lugares e atores dos processos de desenvolvimento humano sustentável. Por isto, deve incluir todos aqueles elementos que enriquecem (em qualidade e em quantidade) as opções de vida de nossos cidadãos e o desfrute de todos seus direitos. Considerar os direitos fundamentais, começando pelo direito à vida, à integridade física e à liberdade pessoal, como o eixo transversal destes processos de desenvolvimento humano sustentável, permite que se garanta e reforce o desfrutar de outros direitos fundamentais para a construção de cidadania democrática, tais como o direito à educação, saúde, segurança social, ao trabalho ou à participação política.

Porém a geração de respostas que apontem para a integração social de muitos de nossos cidadãos necessita de um olhar diferente de toda a sociedade para o fenômeno das drogas. Os imaginários sociais excludentes que subjazem atrás da realidade atual são um obstáculo importante para qualquer avanço destas políticas. Temos que trabalhar com a sociedade em seu conjunto para abrir o debate e para provocar mudanças culturais que facilitem esta transição até cenários mais éticos, mais solidários e mais justos. Sem esta mudança, as políticas nunca serão capazes de modificar a realidade.

Portanto, é para mim um prazer apresentar-lhes este texto: “Tratamento Comunitário. Manual de trabalho. Terceira Edição”, que surge do trabalho de base dedicado e continuado de muitas organizações da sociedade civil e instituições públicas em vários países latino-americanos. Todas elas identificaram as comunidades locais como contexto e como ator para a ação social na área da redução da demanda de drogas (prevenção, redução de danos, tratamento e integração social).

Este trabalho de várias décadas serviu para definir, em alguns países da região, algumas iniciativas de política pública que pretendem abordar tais vulnerabilidades, integrando a capacidade e o trabalho das instituições públicas com a experiência, a organização, os desenvolvimentos e as redes tecidas pelas comunidades. As políticas públicas da região estão se aproximando ao âmbito comunitário com o objetivo de reduzir a distância entre a vida cotidiana dos cidadãos e a vida cotidiana das instituições. Isto trouxe como consequência a ampliação da capacidade de um olhar mais complexo sobre os problemas de drogas e de desenvolver e articular respostas integrais e inovadoras no território; tudo isso, através de uma participação mais ativa e direta das comunidades e dos cidadãos.

Ao identificar nas comunidades locais, ao mesmo tempo, contextos de vulnerabilidade e atores para a melhoria das condições de vida, geraram respostas que integram políticas construídas desde cima até abaixo (típicas dos Estados) com propostas a partir das comunidades até as instituições. Além de converter-se em uma abordagem concreta de política pública dirigida às comunidades locais altamente vulneráveis, este processo constitui já um modelo concreto de encontro entre cidadãos, comunidades e instituições.

Este trabalho se inter-relaciona sinergicamente com outras iniciativas da Cicad, entre as que se encontram:

(i) Um processo de reflexão com os Estados membros para ir incorporando um olhar para as políticas de drogas desde a perspectiva da integração social e de desenvolvimento humano, que se realiza no âmbito do projeto Savia (Saúde e Vida nas Américas), promovido e financiado pelo Governo de Espanha. Um olhar desde a integração social e desde a participação da comunidade é fundamental para o trabalho de redução da demanda de drogas, especialmente em situações de alta vulnerabilidade.

(ii) Também no âmbito do Savia estão se desenvolvendo ferramentas de acompanhamento e avaliação de propostas de base comunitária com o objetivo

de conhecer os impactos de algumas intervenções locais inovadoras que se estão desenvolvendo no âmbito das políticas públicas sobre drogas.

(iii) A construção dos Lineamentos Hemisféricos para a criação de um modelo integral de abordagem comunitário para a redução da demanda de drogas, aos quais se estão desenvolvendo no âmbito das atividades do Grupo de especialistas da Cicad em matéria de redução da demanda.

Tudo isso para encontrar o foco central das políticas de drogas nas pessoas e em suas comunidades, desde um olhar baseado no âmbito ético que permite a ampliação das opções e da qualidade de vida para os cidadãos, assim como sua sustentabilidade a longo prazo.

Embaixador Paul E. Simons (março 2015)

Secretário Executivo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad)

Introdução

Comunidade, rede e parceria são os temas que permeiam este manual, hora como pano de fundo, hora como atores e hora como contexto, valorizando e facilitando as iniciativas de “baixo para cima”, “táticas” e “estratégicas”.

É um manual que respeita a complexidade do uso de droga, integra teoria e prática e convida a uma leitura proativa através de sugestões simples, claras e, ao mesmo tempo, recheadas de conteúdos para reflexão.

Como diz o manual, sua história é a história dos atores que o produziram, das relações que souberam construir, fortalecer e manter e das experiências descritas aqui.

Um de seus aspectos relevantes é que estas experiências foram realizadas todas na América Latina por latino-americanos e latino-americanas. É um conto de alianças de parcerias e de redes, de protagonismo local e regional, de articulações entre atores da sociedade civil e de atores governamentais. Estas experiências podem ser resumidas em algumas etapas.

A primeira no México (1989), quando algumas organizações da sociedade civil e uma universidade celebram um primeiro encontro dedicado a tentar entender o fenômeno das drogas. A proposta é: focalizar na prevenção e na reabilitação, produzindo um modelo que articulasse os dois aspectos.

A segunda (1989-1994) no México, com a participação de cinco organizações: *Hogar Integral de Juventud*, *Cultura Joven*, *Cejuv*, *Caritas Arquidiócesis de México* e *Reintegra*. Depois de quatro anos de formação e experiências no trabalho de rua e na comunidade terapêutica, em nome de todos *Hogar Integral de Juventud* apresenta um projeto para a União Europeia que o avalia positivamente e decide apoiá-lo

Introdução

financeiramente. Os eixos deste projeto de investigação são a investigação na ação, a prevenção na comunidade local e o tratamento em comunidade terapêutica, além da reinserção social e profissional, a formação e a capacitação de recursos humanos.

A terceira (1995) inicia a implementação das ações do projeto apoiado pela União Europeia. Outras organizações no México se unem a esta iniciativa participando principalmente na formação e na capacitação. Em 1997, estas organizações eram 18 e começaram a dar forma àquela que, mais tarde, seria chamada de Rede Remoiss (Rede Mexicana de Organizações que Intervêm em Situações de Sofrimento Social).

Em 1998, começam a associar-se a esta iniciativa organizações da Guatemala, El Salvador e Costa Rica. Em 1999, começam a participar organizações do Panamá, Chile, Nicarágua e Colômbia. Em 1996, a Caritas Alemã começa a apoiar financeiramente e com assessoria técnica esta iniciativa no México e nos países que participam. Seu apoio segue até os dias de hoje. A inovação desta terceira fase foi ter introduzido a redução de danos entre os eixos do trabalho. Esta decisão mudou profundamente a proposta do tratamento na área de drogas e foi a premissa indispensável para renovar a perspectiva do trabalho comunitário na área de drogas. Entre seus efeitos, um dos mais importantes foi ter introduzido o tema drogas no marco conceitual mais amplo da exclusão social.

A quarta (1997-2001), poderia ser chamada de etapa das redes e dos centros de formação. Cada organização local desenvolve redes locais (o trabalho na área de drogas necessita de cooperação articulada e organizada). Nasce a rede mexicana e a partir desta rede nasce o centro de formação (Cafac). Todos os parceiros (organizações) entenderam que suas diversidades, suas histórias, identidades e culturas profissionais e seu capital social necessitavam de autonomia e interconexão, de marcos comuns flexíveis e, ao mesmo tempo, de um terreno para construir junto conhecimento, experiência, alianças e incidência política. Este processo de pensamento e de diálogos, suportado em fases comuns de formação, deu vida ao

Introdução

modelo chamado ECO². Nesta fase, além da ajuda da Caritas Alemã, os *partners* contaram com o apoio de BMZ (Alemanha).

A quinta (2000-2007), pode-se dizer que é a fase do desenvolvimento do Tratamento Comunitário. Nesta fase começam a participar desta iniciativa parceiros do Haiti, Brasil e Honduras. Em 2001, com o apoio da Caritas da Alemanha, da BMZ, da União Europeia e da Unesco e em aliança com DOH (*Deutsche Order International*), desenvolve-se a experimentação que foi chamada de Tratamento Comunitário.

É uma iniciativa que reúne parceiros da América Latina (México, todos os países da América Central, Colômbia, Brasil, Chile, Haiti) e da Ásia (Afeganistão, Paquistão, Nepal, Sri-Lanka, Índia, Bangladesh, Malásia, Tailândia e Camboja). Desta maneira, a experiência da América Latina se interconecta com a da Ásia dando vida a uma forte aliança sul-sul.

Entre os resultados visíveis desta fase encontram-se: (i) o desenvolvimento na América Central, Brasil, Chile, Haiti e Colômbia dos centros de formação e das redes locais (nível nacional); (ii) o fortalecimento institucional dos parceiros locais; (iii) um marco comum para o tratamento comunitário inspirado em ECO² (descrito em um manual publicado em 2009); (iv) uma rede latino-americana (Raisss); (v) uma avaliação científica do Tratamento Comunitário (processos, resultados e impactos, realizada em cooperação com a Unesco e a Caritas Alemã).

A sexta fase (2007-2012) é, talvez, a etapa do fortalecimento, da inovação e da transformação. Nesta etapa, outros parceiros começam a participar (Argentina, Bolívia e Peru) e, graças à rede da Caritas Alemã e ao seu apoio, alguns elementos do Tratamento Comunitário inspiram iniciativas autônomas no Afeganistão, Bangladesh, Índia e Indonésia.

Uma característica da sexta fase é a articulação das redes com as políticas dos Estados baseadas nos princípios da democracia. Esta articulação leva a resultados

Introdução

satisfatórios em quase todos os países envolvidos e particularmente significativos no México, Costa Rica, Colômbia, Brasil e Chile.

A sétima fase (2013-2015) consistiu-se em um trabalho intenso em dupla direção: a produção de experiências locais de tratamento comunitário em dez países da América Latina, e a realização de um curso de formação de formadores em tratamento comunitário no Brasil, com o apoio de instituições locais do setor público e privado. O curso de formação consistiu em oito módulos de 40 horas e formou 78 formadores. Deve-se a esta experiência de formação na ação a reformulação do modelo da proposta do Tratamento Comunitário que conduziu à terceira edição (e agora, a 4ª edição, nota do editor) deste manual.

O segredo desta experiência é que nós, os parceiros, aprendemos e seguimos aprendendo e que esta aprendizagem se fundamenta e inicia com o diálogo conosco mesmos, com os atores que desde abaixo produzem pequenas experiências, milhares de experiências cada dia. Tratamos de construir um espaço no qual estas microexperiências possam fazer visíveis seu valor e pertencer à imensidão das contribuições que melhoram a vida cotidiana das pessoas. Este espaço teve também o propósito de integrar, articular, organizar estas experiências para que pudessem dar vida a um modelo de pensamento na ação e apoiar os profissionais na construção de qualidade de vida das pessoas e comunidades em situação de exclusão vinculadas com o fenômeno das drogas ou não.

Diversas organizações desenvolveram conjuntamente ações de tratamento comunitário desde 2002, e implementam projetos pilotos que foram avaliados e acompanhados durante todos estes anos. De todos estes projetos, iniciativas e experiências procedem os exemplos para a elaboração deste manual.

América Latina

Argentina

- **Fundação Convivir:** que apoia a prevenção do uso indevido de drogas, a reabilitação do usuário e sua reinserção social, favorecendo a inclusão e ajudando a dar resposta a outras problemáticas.

Bolívia

- **Munasim Kullakita** atende integralmente as crianças e adolescentes que se encontram em situação de Violência Sexual Comercial (VSC) na cidade de El Alto- La Paz, Bolívia.

Brasil

- **Associação Lua Nova:** desenvolve trabalho com mulheres e mães usuárias de drogas, oferecendo residência, geração de renda, construção de moradias e ações de articulação comunitária (Sorocaba-SP);
- **Associação Pode Crer:** desenvolve ações de redução de danos (Sorocaba-SP);
- **Associação Reciclázaro:** trabalha com moradores de rua, oferecendo albergue e geração de renda através da reciclagem (São Paulo-SP);
- **Casa da Sopa:** Desenvolve o cuidado social junto às pessoas em situação de rua, promove a integração social. (Fortaleza CE);
- **Consultório na Rua “Tô de Boa”:** ações itinerantes de saúde e redução de danos (Maceió –AL);
- **Escola Superior de Ciências da Saúde:** Centro de Referência Regional de Drogas (Brasília – DF);
- **Instituto Empodera:** centro de formação que dissemina o tratamento comunitário no Brasil;
- **Instituto Federal da Paraíba:** Centro Regional de Referência para questões de drogas (João Pessoa- PB).

Introdução

- **O Amor é a Resposta:** trabalha em ambiente comunitário oferecendo atenção a usuários de drogas e seus familiares em Teresina (PI);
- **Santa Marcelina:** Programa saúde da família que desenvolve atividades de saúde no âmbito comunitário na zona leste. (São Paulo –SP);
- **SPM:** trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade de Bayeux, na Paraíba;
- **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Mestrado profissionalizante em Drogas. Porto Alegre – RS.

Colômbia

- **Consentidos (Red 30):** organização que atua com crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade (Bucaramanga);
- **Corporação Viviendo:** centro de formação que dissemina o Modelo ECO² e sua aplicação no tratamento comunitário na Colômbia;
- **Fundação Procrear:** atua com profissionais do sexo e travestis, e propõe atenção básica, informação e ações de direitos humanos (Santa Fé de Bogotá);
- **Samaritanos de la Calle:** organização que atua com habitantes de rua oferecendo acolhida institucional, educação e profissionalização (Cali).

Costa Rica

- **Humanitas:** com uma história reconhecida de atenção ao portador de HIV, oferece albergue e formação em direitos humanos, atenção de baixo limiar de exigência.

Chile

- **Efad:** centro de formação que dissemina o Modelo ECO² no Chile, assim como propõe práticas de tratamento comunitário.

El Salvador

- **PASSOS:** que implementa em San Salvador e região, um forte trabalho de rede de experiências de tratamento comunitário, baseadas no Modelo ECO².

Guatemala

- **Caritas Quiche:** apoia pessoas em situação de vulnerabilidade, implementa o modelo de tratamento comunitário e administra uma comunidade terapêutica para usuários de drogas, baseados no Modelo ECO².

Haiti

- **Foyer Caritas San Antoine:** trabalha em comunidade com crianças de rua e mantém um lugar de acolhida e reinserção das crianças nas escolas e nas famílias.

Honduras

- **Pastoral Penitenciária da Diocese de São Pedro Sula:** trabalha na prisão de São Pedro Sula com as pessoas que se encontram em privação de liberdade, oferecendo educação, acompanhamento religioso e de profissionalização.

México

- **Centro Caritas de Formação para a atenção das farmacodependências e situações críticas associadas (Cafac):** apoia os processos de formação e treinamento a nível local, nacional e internacional. É membro fundador da Remoiss, da qual é o referente da formação. Desenvolve programas de formação e investigação com Universidades e organismos internacionais;
- **Hogar Integral de Juventude:** organização piloto na abordagem comunitária desde 1989. É um dos atores que contribuíram ao nascimento e ao desenvolvimento desta proposta (ECO² e tratamento comunitário) desde seu início;

Introdução

- **Cejuv:** contribuiu ao desenvolvimento integral dos setores mais amplos da população juvenil do México, especialmente nos campos educativo, sociocultural, ocupacional e de saúde (Cidade do México - DC);
- **Ama a Vida:** contribuiu no desenvolvimento de propostas de trabalho na comunidade aberta e em comunidade terapêutica;
- **Reintegra:** contribuiu no desenvolvimento de propostas dirigidas em particular a menores em conflito com a lei;
- **Cultura Jovem:** contribuiu com o desenvolvimento de propostas em comunidade aberta dirigidas, em particular, a populações excluídas.

Panamá.

- **Acun (Ação Cultural Ngobe):** promove atividades de tratamento comunitário com populações indígenas na cidade do Panamá e na Comarca Ngobe;
- **Pastoral Social da Diocese do Panamá:** promove formação e capacitação e trabalho de tratamento comunitário em comunidades marginalizadas.

Paraguai

- **Pastoral da Prevenção, Espiritualidade e Tratamento (Papetra):** é uma pastoral que atua na prevenção e tratamento contra as drogas na Paróquia Coração de Jesus (Cidade do Leste)

Peru

- **Anda:** Comunidade Terapêutica que intervém não somente a nível de atenção residencial mas também ambulatorial. Centro Penitenciário San Juan de Lurigancho – Lima.
- **CIDDH – Centro de Investigação de Drogas e Direitos Humanos:** “Espaço de Escuta e acolhida em um bairro de alto risco de uso/abuso de drogas e problemáticas associadas - Jardim (Barrios Atos, Lima);
- **“Mulheres do meu Bairro”**, acompanhamento a mulheres que vivem situações de sofrimento social na zona de Bairros Altos (Lima);.

Introdução

- **Penal de Mulheres - Anexo Chorrilhos** - “Promovendo um espaço de Escuta e acolhida para mulheres em privação de liberdade” (Lima).

Uruguai

- Processo de formação para uma política de intervenção comunitária no âmbito de uma aliança entre a Junta Nacional de Drogas e organizações da sociedade civil. Todas estas organizações pertencem à rede Raiss – Rede Americana de Intervenções em Situações de Sofrimento Social.

Ásia

- **DSSS-Imphal** (Manipuri, Índia);
- **Baraca (Caritas Bangladesh, Bangladesh)**;
- **Caritas Medan** (Medan-Indonésia): desenvolveram projetos autônomos inspirando-se, para algumas de suas estratégias, no tratamento comunitário produzido pelos parceiros latino-americanos, enriquecendo-as com sua própria cultura local e profissional.

Trata-se, assim, de um manual que busca promover a sintonia e a articulação entre tratamento, prevenção, redução de danos e reinserção social, através de uma prática de rede, de investigação, de respeito à diversidade e de criação de um sistema de proteção e promoção de comunidades e pessoas excluídas vinculadas com as drogas. Desta maneira, este trabalho insere-se certamente no contexto daquelas disciplinas que poderiam ser chamadas “clínica de comunidade” resultantes daqueles movimentos culturais e científicos (políticos também, algumas vezes) que foram chamados antropologia social, psicologia social e de comunidade, sociologia clínica, psiquiatria social ou comunitária, desenvolvimento comunitário etc., porém

Introdução

também no campo mais amplo das políticas que tratam de integrar e articular o discurso da saúde pública no mais amplo contexto da cultura.

Este esforço propõe abandonar a visão de “cura” como algo que deve acontecer em um contexto fechado (sem excluir esta possibilidade, em alguns casos) e incluir a comunidade como um de seus atores. Neste sentido, a comunidade deixa de ser um espaço físico para ser um espaço fértil de relação, diversidade, proteção e promoção, de perguntas e respostas.

Agosto 2015
Efrem Milanese

1

Tratamento Comunitário: histórias, relatos, premissas

Resumo

Este capítulo é composto por sete seções e respectiva bibliografia. Os temas tratados são os seguintes: (a) uma introdução histórica sobre o fenômeno do comunitário e alguns de seus fundamentos; (b) introdução do conceito de comunidade relacionado com o tratamento comunitário e com os conceitos de território, vulnerabilidade, risco e sofrimento social; (c) introdução do conceito de sofrimento social, dos temas que com este se articulam como, por exemplo, exclusão e desigualdade; (d) primeira apresentação de alguns conceitos relacionados com o tratamento comunitário, das razões pelas quais se chama “tratamento”, e primeiros passos para dar início a esta abordagem; (e) as duas seções finais abordam o tema da equipe e da identificação da comunidade na qual se implementa o tratamento comunitário.

Palavras-chaves: comunidade, desigualdade, dispositivo, educar, fechar, excluir, exclusão, operadores, reprimir, reunir, risco, sofrimento social, território, tratamento, equipe, vulnerabilidade.

Sumário do Capítulo 1

Seção	Capítulo 1	
	Resumo	24
1	Objetivos e síntese do Capítulo 1	28
	Comunidade e Comunitário	29
2	Dois movimentos e muitas variantes	30
	Os fundamentos: retirar-se, distinguir-se, fechar-se	31
	Os fundamentos: reunir, organizar, separar, distinguir, ajudar	34
	Os fundamentos: educar, reprimir, expulsar, acolher, proteger, fechar	36
	Separar para "curar". Excluir incluindo	38
3	Construir um conceito: comunidade	45
	Comunidade: entre <i>cum-munus</i> e <i>cum unus</i>	45
	Comunidade e território	47
	Comunidade, vulnerabilidade, risco, exclusão grave	49
	Comunidade, exclusão e alto risco	52
4	Sofrimento social e exclusão social	54
	Sofrimento social	55
	De onde vem esse conceito?	57
	Exclusão: carência, incorporação	57
	Exclusão e desigualdade	57
	Exclusão - Incorporação	59
	Exclusão e portas de entrada nas comunidades	59

Tratamento comunitário: histórias, relatos, premissas

Seção	Capítulo 1 (continuação)	
5	Tratamento comunitário: primeira abordagem	61
	Porque tratamento?	61
	Tratamento comunitário	69
	Para que serve o tratamento comunitário?	71
	O início do tratamento comunitário: a investigação na ação	75
	Construir uma equipe inicial, uma rede operativa	77
	Equipe inicial: objetivos, processos e atores	77
	Equipe inicial: boas práticas e dificuldades	78
	Iniciar um processo de formação comum	79
	Recomendações	80
	Dificuldades e desafios	81
	Finalidade	82
	Sugestão metodológica	82
	Recomendações e desafios	87
	Propostas de Formação	88
	Formação de base: os mínimos do tratamento comunitário	88
	Enfoque nas teorias e conceitos	89
	Enfoque nos métodos e nas ferramentas de trabalho	91
	Produzir perfis operativos diferenciados	92
	Produção de perfis profissionais: boas práticas	92
	Produção de perfis profissionais: dificuldades	93
	Os atores da equipe	94

Tratamento comunitário: histórias, relatos, premissas

Seção	Capítulo 1 (final)	
5	Tratamento comunitário: primeira abordagem (cont.)	95
	Agentes comunitários pares	95
	Educadores de comunidade e de rua	97
	Gestor de casos	99
	Agente de rede	101
	Coordenador de projetos	102
	Supervisor/assessor externo	104
	Administrador	105
	Operadores “especiais”	105
6	Da equipe até o modelo organizativo	107
	Produção do modelo organizativo	107
	Conceito	107
	Descrição	108
	Recomendações	109
7	Identificação da comunidade local (território)	110
	Conceito	110
	Objetivo e processo	111
	Boas práticas	111
8	Bibliografia do Capítulo 1	114

1. Objetivos e síntese do Capítulo 1

O objetivo principal deste Capítulo é introduzir o conceito e a prática do tratamento comunitário. Esta introdução inicia com uma reflexão histórica sobre as modalidades de gestão das necessidades das “pessoas ou grupos considerados diferentes”, com o propósito de evidenciar como o tratamento comunitário tem raízes antigas e como o conceito de comunidade surgiu e foi desenvolvido na cultura ocidental. Se introduzem sucessivamente os temas do tratamento comunitário e descrevem-se os conceitos de *comunidade*, *território*, *exclusão*, *risco*, *desigualdade*, *sofrimento social*. Segue uma primeira abordagem ao tratamento comunitário, começando com a descrição de algumas características da *equipe* inicial e de seus processos de *capacitação* e *formação*. Serão encontrados aqui novos conceitos: *rede subjetiva*, *rede primária*, *rede operativa*, *rede de recursos comunitários*, *rede de líderes de opinião*, *temas geradores espontâneos*, *temas geradores induzidos*. Propõe-se, também, uma breve descrição dos *perfis profissionais* considerados indispensáveis no tratamento comunitário: *agentes comunitários pares*, *educadores de comunidade e de rua*, *gestores de casos*, *agente de rede*, *coordenador de projetos*, *supervisor externo*, *administrador*, *operadores especiais*. Ao final teremos uma primeira abordagem aos conceitos de *modelo organizativo* e algumas anotações sobre o processo que pode ser adotado para *escolher a comunidade local* na qual implementar o tratamento comunitário.

Comunidade e Comunitário

Este capítulo tem quatro objetivos: (a) Ilustrar como o comunitário tem uma história que permeou toda a cultura produzindo formas políticas e sociais, instituições, modalidades de respostas a catástrofes naturais e sociais (como as guerras, por exemplo) que ainda persistem; (b) Conhecer as pedras angulares deste edifício cultural, quer dizer seus fundamentos e origens que garantem sua persistência até nossos dias; (c) Aceitar que nesta área às vezes se produzem inovações olhando para o passado enquanto os processos caminham para o futuro; e (d) Ter alguns elementos de base para entender que inovar é uma tarefa difícil e delicada, que corre o risco frequentemente de ser uma repetição cega do passado, razão pela qual uma atenção crítica baseada na história é um recurso precioso.

2. Dois movimentos e muitas variantes

Pode-se pensar que o fato de trabalhar com pessoas que necessitam de ajuda seguiu durante séculos dois movimentos opostos entre si, e muitas modalidades intermediárias entre elas.

O primeiro movimento foi aquele de considerar “não normais” (esta já é uma palavra cheia de sentido, de conflitos e de consequências), por exemplo, aquelas pessoas que violam a lei, as prostitutas, as “bruxas”, os pobres, os estrangeiros, os homossexuais, aquelas de outra religião, de outra língua, de outra cor de pele, de outro partido político, de outra cultura, aquelas que não se vestem como os demais, aquelas que usam drogas, os loucos, aqueles que são portadores de doenças etc., e fechá-las em qualquer lugar: prisão, manicômio, ilhas, navios, cidades com muralhas, subterrâneos, edifícios abandonados, mosteiros abandonados, centros abandonados de cidades que foram para outro lado, periferias de abandono e reclusão sem ruas de entrada e caminhos de saída, fazendas e sítios perdidos no campo, espaços religiosos de reclusão, e todas as modalidades que a história produziu (Foucault, 1975). Uma modalidade derivada desta foi eliminar, expulsar as pessoas não somente das cidades como também de todos os lugares de vida, do campo, dos povos agrícolas e das cidades, expulsá-los fundamentalmente de sua cultura, das raízes de sua identidade para adquirir outra feita de fragmentos conservados do passado e da poderosa inovação da qual são capazes as *bidonvilles*, as favelas, os bairros marginalizados e zonas de exclusão. Sucederam-se assim dois processos: fechar e expulsar. Fechar e expulsar são modalidades fundamentais do “governo” e implementação da exclusão. Estas modalidades se encontram as vezes juntas, as vezes se declinam com tons e matizes diferentes.

O segundo movimento foi manter as pessoas dentro das comunidades nas quais viviam (Folgheraiter, 1994), (Milanese, 2008). Este processo é quase uma resposta

aos excessos de fechar e expulsar, e a suas consequências (excessivo crescimento de respostas institucionais, custos, rigidez das regras de acesso, aumento da distância entre as pessoas, entre os serviços e as instituições, escassos resultados, efeitos negativos sobre as pessoas que estão presas/excluídas ou aquelas que as cuidam ou excluem). Pode-se chamar este movimento de “comunitário”, mesmo que este termo tenha muitas definições possíveis e as práticas que os inspiram sejam também quase infinitas.

Nas páginas que seguem, com a intenção de contribuir para a construção deste conceito que foi chamado “comunitário”, serão apresentadas algumas experiências históricas que se consideram como pedras miliárias/marcos desta construção.

Fechar, expulsar, excluir, por um lado, e processos de integração de tipo comunitário representam os polos extremos de construção e governo da “diversidade” [1.1].

Os fundamentos: retirar-se, distinguir-se, fechar-se

Na história recente parece que o primeiro movimento de “comunidade” foi organizado na Grécia antiga, muito provavelmente como desenvolvimento das modalidades de organização social inspiradas pelas práticas religiosas. Isto não quer dizer que estes fenômenos não existiram antes, o que diferencia este dos outros é que neste caso foi produzida também uma metodologia (um método e sua teoria). É Pitágoras (nascido em Samos, em 575 a.C.) um dos primeiros a dar forma a esta modalidade “comunitária” (Severino, 1998). O ponto de partida de Pitágoras foi determinado pelo fato que ele já não se identificava com os valores da cultura de Atenas, onde se estava desenvolvendo o primeiro modelo de organização política democrática. Pitágoras não se reconhecia nessa comunidade, não a reconhecia como comunidade e sim como “outra” e então fundou uma entidade que foi chamada a “escola pitagórica”. Esta modalidade comunitária tinha algumas

O comunitário tem uma história antiga por meio da qual se constituiu como uma forma do social, em particular como estratégia de governo das discontinuidades, das mudanças profundas e repentinas, dos “traumas” culturais [1.2].

Dois movimentos e muitas variantes

características que seguem presentes até hoje, ainda que as vezes camufladas pelo desenvolvimento da modernidade e da pós-modernidade. Pode-se pensar que a escola pitagórica foi uma das experiências comunitárias mais difundidas nessa época não somente na Grécia (em seu apogeu existiam por volta de 45 escolas-comunidades em toda a Grécia, incluindo parte da Ásia menor e o sul da Itália). Os elementos mais interessantes para nós são descritos abaixo e constituem também uma primeira abordagem ao conceito de “comunidade”.

Trata-se de uma iniciativa que nasce como forma de resistência à mudança, como estratégia de preservar um estilo de vida, valores e crenças nas quais todos os que pertencem se acomunam. É uma agregação de pessoas dirigida à investigação filosófica e científica. Todas as pessoas que pertencem à comunidade têm uma residência comum. Existe um estilo de vida que

Pitágoras cria um modelo de vida social comunitária fundada pela rejeição das mudanças culturais e políticas que estavam acontecendo em Atenas. Sua comunidade tem características que permaneceram no tempo e que seguem na época contemporânea estruturando experiências comunitárias em todo o mundo [1.3].

todos têm que adotar, reforçado por um conjunto de prescrições e preceitos. Existe a comunhão de bens. Existe a presença de um só mestre e fundador. Existe um regulamento, no qual se definem os processos de admissão na comunidade, os critérios de permanência ou eventualmente de expulsão ou exclusão (Severino, 1998).

A relação entre as pessoas tinha algumas características muito precisas: era assimétrica com o mestre, simétrica entre os membros do grupo pertencentes à mesma categoria ou subgrupo. Os membros da comunidade eram subdivididos em dois grupos em função do grau de maturidade alcançado por meio da observância dos *akousmata* (princípios que determinavam o estilo de vida). O primeiro grupo era chamado de os *akousmáticos* (porque estava em processo de aprender e adaptar-se aos princípios da comunidade), enquanto que os iniciados se chamavam *matemáticos*.

Do ponto de vista do estilo de vida, além da relação com o mestre e com os demais membros, existiam: um processo de aprendizagem de tipo ascético, quer dizer, por meio de exercícios planejados e programados; a presença de fases (um processo) definidas por meio de modalidades diferenciadas de participação na vida da organização (a passagem da fase de *akousmata* à de matemático); uma conexão entre a vida da comunidade e a vida da sociedade (com uma participação na vida política que às vezes produziu, por parte dos cidadãos, reações que chegaram até a expulsão da comunidade pitagórica e mesmo de Pitágoras, da cidade).

Na experiência da Grécia Antiga uma comunidade é uma entidade social que se forma diferenciando-se com relação a uma totalidade (a sociedade). Na base do conceito de comunidade se encontra o tema da separação, da diferenciação, não reconhecer-se comum com o outro [1.4].

Do ponto de vista da estrutura profunda do sentido desta organização comunitária emergem: a tendência até a persistência, a resistência contra a mudança gerida por meio de mecanismos de isolamento, de separação, de cisão com relação a sociedade (neste caso a cidade ou “*civis*”); a tendência a regressão, ou melhor, a permanecer em uma modalidade de vida de tipo regressivo com relação a modalidade de vida que caracteriza o cotidiano na sociedade; a identificação de uma tarefa que introduz, nesta estrutura definida pela persistência, um instrumento que promove a mudança (a investigação científica)”.

O valor psicossocial e clínico destes elementos é reconhecível principalmente por aquelas pessoas que desenvolvem programas comunitários chamados comunidades terapêuticas, comunidades de vida ou centros de reabilitação etc. Poucas inovações foram produzidas nos últimos 2.500 anos.

No que diz respeito à construção do conceito de comunidade, esta experiência faz pensar que no fundamento do comunitário encontra-se uma separação, uma diferenciação com relação à totalidade pré-existente (a sociedade) por razões diferentes, mesmo assim todas têm em comum o fato que o outro (a sociedade) é

percebido como uma ameaça ou um perigo, e a comunidade como um elemento de proteção e segurança (física, emocional, relacional, intelectual etc.).

Os fundamentos: reunir, organizar, separar, distinguir, ajudar

A segunda experiência vem da atual Turquia (cidade de *Kaysery*) e há quase 2.000 anos atrás. Seu protagonista tem o nome de um filósofo e bispo do terceiro século d.C., Basílio, chamado “o grande”. O título de “grande” lhe foi atribuído porque fundou uma “comunidade da caridade” com para hóspedes, nasce em 329 em morre em 378. De Constantinopla, (uma “volta-a-o- de seus interesses “comunidade/cidadezinha escolas, hospitais, casas leprosários etc. Basílio Cesaréia (atual *Kaysery*) e Cesaréia viaja a Atenas, Egito, Síria, Mesopotâmia mundo” na sua época). Um maiores é entender e conhecer os “movimentos comunitários” de seu tempo, em particular as comunidades monásticas e cenobíticas (aqueles que viviam em grupo). É um verdadeiro estudioso deste tema e quando regressa a Cesaréia escreve dois tratados nos quais descreve as características, define as regras dessas comunidades e funda uma delas (os monges basilianos) (Murphy, 1930; Meredith, 1955). É nomeado bispo e funda sua “comunidade da caridade” (chamada basilíade) que é uma das primeiras organizações comunitárias da história que se enfocam em reunir, acolher, organizar, curar as pessoas que não têm pátria, que não têm terra, que andam vagando como vítimas das transformações sociais, políticas e históricas de seus territórios. É oportuno recordar que nessa época o Império Romano estava perdendo seu poder e começavam a ocorrer as transformações que, algumas dezenas de anos depois (447) determinaram seu fim (pelo menos no Ocidente). Nesta época havia, por consequência, um grande número de pessoas que vagavam em busca de lugares mais seguros e vivíveis. Basílio produziu um modelo organizativo comunitário para recolher estes “deslocados”, acolhê-los, organizá-los, para que recebessem os cuidados de saúde necessários e possíveis. Esta entidade sociocultural tinha algumas características que têm sentido para nós, hoje: era ampla (podia chegar até

A experiência de Basílio foi original na sua época e constituiu um paradigma dali para frente para muitos outros atores no campo das organizações religiosas e civis, no campo da arquitetura, das ciências sociais e políticas [1.5].

a 10.000 pessoas), tinha uma equipe de “operadores” organizados e treinados (eram os monges basilianos, que se regiam pelas regras de Basílio, compostas de 55 artigos, chamada *Gran Regra*), que tinham um método de trabalho, de governo das relações e de governo das comunidades (da qual encontravam-se elementos significativos na *Pequena Regra*, que pode ser entendida como um estudo de casos de vida cotidiana para dar orientações frente aos acontecimentos imprevisíveis desse sistema de vida). Basílio, por meio de sua formação cristã se conecta com o pensamento judeu (sua relação com a cultura essênica) que parece ter sido o único que, nessa época, havia desenvolvido uma “filosofia” social na qual se considerava que haviam formas de sofrimento produzidas por dinâmicas sociais, por dinâmicas de poder, por razões socioeconômicas. Este tipo de filosofia foi desenvolvida, na cultura hebraica, a partir do oitavo século a.C. e pouco a pouco havia permeado o pensamento social da época, principalmente com o nascimento e o estabelecimento do cristianismo.

Comparando então esta experiência com a experiência pitagórica, nos encontramos frente a uma proposta de políticas sociais que apresenta formas de atenção às consequências do sofrimento social, que atende as pessoas excluídas, pessoas que por causa da exclusão não têm os recursos para satisfazer suas necessidades básicas. Basílio propõe construir uma cidade alternativa em lugar de produzir processos de inclusão dessas pessoas dentro da cidade existente, e esta cidade tem um modelo de referência, uma “equipe” que ordena, administra, acompanha, cura etc.

Os elementos estruturais do comunitário: um líder reconhecido, um conjunto de regras, um estilo de vida comum, uma equipe treinada que sabe acolher, organizar, ajudar [1.6].

Esta experiência teve na história um alto valor social e político, principalmente na área das políticas sociais, científicas e de saúde pública. Estes elementos foram incluídos nas políticas públicas de atenção a doentes e “marginalizados” de todo tipo, especialmente aqueles desenvolvidos pela densa rede de mosteiros e instituições religiosas que pouco a pouco, a partir da experiência de Benito de Norcia (480-547), se espalharam do sul até o norte da Europa e, depois 1492, em todo o continente americano. Pode-se pensar que estas políticas tiveram dois extremos: por um lado uma posição muito

Dois movimentos e muitas variantes

inovadora, que segue desenvolvendo seu impulso na área do trabalho social no Ocidente (e também na Ásia), trata-se das ordens mendicantes (Francisco de Assis); a outra, que se encontra na extremidade oposta, é a Inquisição. O mundo que descreve Foucault em sua *História da Loucura* é o mundo produzido por este longo processo.

Com relação à construção do “comunitário” como conceito, neste caso se observam os seguintes elementos: (i) a comunidade é formada por pessoas em estado de vulnerabilidade grave para as quais se constroem um “mundo especial”, baseado no modelo de fechar as pessoas dentro dos muros, (ii) a estas pessoas se incluem outras que tem o papel de “ajudar” (acolher, organizar, curar, educar etc.), estas pessoas foram formadas em uma modalidade de fechamento e, em formas diferentes, o reproduzem.

Os fundamentos: educar, reprimir, expulsar, acolher, proteger, fechar

Nos povos “primitivos”, a criação mística e ritual constituía um processo complexo de construção de identidade e, quando era necessário, de reparação (terapêutica) da mesma. Desta maneira cumpria com o objetivo de conservar dentro da comunidade todas as pessoas com suas diversidades; isto não significa, portanto, que não existiam processos de exclusão, às vezes radicais.

Um bom exemplo pode ser o seguinte. Nas comunidades indígenas do México pré-colombiano existia o uso do *pulque* (bebida obtida da fermentação da linfa do agave) nas celebrações religiosas e nas festas familiares (Portilla, 1980, pp. 205-209). Existia também um uso não admitido (a embriaguez) contra o qual tinha uma forte política repressora. Diz uma historiadora mexicana que:

quando os senhores governantes recém nomeados se dirigiam pela primeira vez ao seu povo advertiam, com discurso preventivo, que por causa do pulque “os senadores e senhores das épocas passadas enforcaram muitos, e a outros

quebraram as cabeças com pedras, e a outros muitos chicotearam. (Sahagún, livro 6, cap. 14, citado em Corcuera de Mancera, 1991, p. 39)

Para isso no México antigo haviam tribunais e juízes especiais chamados juízes do *pulque* (tribunais de drogas! nada novo sob o sol!) que tinham a autoridade de castigar o bêbado de forma imediata.

Os castigos eram múltiplos. Podiam distinguir-se em função dos efeitos que produziam no transgressor da norma. Alguns castigos implicavam penas físicas e outros conduziam a rejeição social do embriagado e traziam consigo uma morte mais sutil, porém não por isso menos eficaz, que podia chamar-se “morte civil” (Corcuera de Mancera, 1991, *ibid.*).

Outras formas de repressão são contadas por Torquemada: eram castigados fisicamente na praça pública, frente a todos, depois disso se destruía sua casa fazendo ver:

que quem tinha esse tipo de conduta, não era digno de ter uma casa no povo, nem contar-se entre os vizinhos, uma que, se se comportava como animal, perdendo a razão e o juízo, que vivesse no campo como animal. (Torquemada, Libro XIV, cap. 10)

Outras alternativas eram também possíveis: queimar-lhes o cabelo usando resina de pinho ou queimar-lhe a casa. Em algumas cidades (Texcoco, por exemplo) “a primeira falta o plebeu era vendido como escravo e a segunda enforcado” (Corcuera de Mancera, 1991, *ibid.*), quando se tratava de uma mulher esta era apedrejada.

Separar para “curar”. Excluir incluindo

Na baixa Idade Média (séculos X-XV) no mundo cristão existiam 19.000 colônias de leprosos” (Foucault, 1972). “Estas estruturas fechadas, uma verdadeira estratégia de prisão e isolamento (...), se conservaram no tempo até serem usadas para as internações dos loucos, de hereges, de criminosos e dos libertinos...” (Foucault, 1972 e 1975; Milanese, 2011b). As modalidades destes fechamentos têm suas origens nas formas de autofechamento que haviam sido construídas nos séculos precedentes, com uma mudança de sentido fundamental. As formas precedentes (principalmente monásticas) haviam sido construídas para separar-se da sociedade entendida como “perigo”, “ameaça” etc., uma vez construído este dispositivo de proteção e ter-se demonstrado eficaz, pôde servir também para fechar a ameaça e o perigo separando-a da sociedade.

Portanto, nesta mesma época nasceu também outra abordagem que poderíamos chamar de incluir excluindo e que reflete bem a ambiguidade que, durante séculos, caracterizou a maneira com a qual se governa a alteridade quando esta é percebida como perigosa, inaceitável.

Um dos exemplos mais conhecidos foi a experiência do povo de Gheel, na Bélgica, próximo a Bruxelas, entre 1700 e 1800, que ainda hoje é considerada como uma experiência pioneira para o “governo” da loucura (e por isto também um pouco mistificada). A apresentamos aqui porque foi um dos modelos mais estudados no mundo quando a psiquiatria do fechamento começou a perguntar-se se não haviam outras modalidades de trabalho com os “loucos”, porém também porque ilustra como uma iniciativa “comunitária” pode transformar-se no tempo adotando medidas de tipo institucional.

Entre o início e a metade de 1700 Gheel era um pequeno assentamento com uma estrutura “do povo”: uma igreja, poucas casas, famílias de camponeses, campos e terras abandonadas por quilômetros ao seu redor.

Diz a lenda que no século VII (600 d.C.) neste lugar havia sido construída uma pequena capela, na qual estavam algumas relíquias de santos, e era um lugar de peregrinação dos loucos que pediam para ser curados. A história de sua fundação é interessante:

Segundo a tradição, Dymphana, filha do rei Damen da Irlanda, foi convertida ao cristianismo por um sacerdote que se chamava Gebernus. Com este sacerdote ela fugiu a Gheel. Seu pai a perseguiu imediatamente, furioso porque ela tinha se convertido, porque tinha fugido dele e se recusava ao incesto que ele lhe queria impor. Damen encontrou o lugar no qual eles haviam se refugiado e frente a impossibilidade de recuperar o amor de sua filha e de fazer que ela rejeitasse o cristianismo, a decapitou e também o sacerdote. A lenda conta que muitos loucos que assistiram a esta ação cruel ficaram tão impressionados que recuperaram imediatamente a razão. Todos os presentes consideraram este fato como um milagre e então Dymphana foi considerada protetora de todos os loucos etc. (Conforto, Giusto, Pisseri, & Berruti, 1999, p. 88s)

Pouco a pouco o caráter religioso do lugar se perdeu, mais seguiu sendo durante séculos uma experiência extraordinária de convivência entre os habitantes e os loucos, uma experiência de participação na vida cotidiana do povo, nos trabalhos de campo, nas atividades da casa, no cuidado das crianças.

Até aqui os pontos mais importantes parece ser os seguintes: Gheel era um lugar de peregrinação onde os “loucos” iam voluntariamente; a vida cotidiana era em um espaço aberto, tranquilo, baseada na participação na vida social do povo, o contato com a natureza, longe das cidades. Neste caso não existia nenhum dispositivo específico para os “loucos” e sim os loucos passavam a fazer parte de um dispositivo do povo, da comunidade local com suas tradições, costumes, destino. Aqui reside uma diferença importante entre a experiência de Basílio e aquela de Gheel. Porém as coisas mudaram com o tempo. Vejamos como.

Dois movimentos e muitas variantes

Em 1803, o senhor Pontecoulani, na época prefeito de Dile, do qual Bruxelas era a capital, mandou transportar para Gheel os loucos que estavam presos em Bruxelas. Vejam quais eram os argumentos utilizados por este magistrado, que assim descrevia a situação política com relação aos loucos no Departamento de Dile, na primeira primavera do ano 1 germinal: “Os loucos se encontravam de novo amontoados em Bruxelas, em um local fechado e insalubre, e os sofrimentos que estas pessoas viviam eram suficientes para transformar em incurável a doença que os havia feito chegar até ali. Pensei então em satisfazer ao mesmo tempo um dever de humanidade e uma obrigação de minha função, adotando, com relação a estes infelizes, um refúgio recomendado de prósperos êxitos e de bons resultados”. (Omodei, 1822)

O senhor Pontecoulani tem ideias bastante claras. Apresenta um perfil das políticas públicas de saúde mental da época: (i) a exclusão e o fechamento como maneira de “conter”, ou “controlar” a loucura; (ii) a insalubridade das condições de vida destas pessoas; (iii) a inutilidade destas medidas (“... os loucos de novo tinham se amontado em Bruxelas...”) e seu efeito perverso: fazer incurável aquilo que podia ser curável; (iv) a posição do “administrador” que busca soluções práticas porque por um lado é sua função e por outro corresponde também à sua sensibilidade cultural; (v) entre os elementos que motivam o “administrador” a atuar: o amontoar-se dos loucos, a periculosidade das condições de vida, a esperança de encontrar melhores condições e, por consequência,... uma cura; (vi) a notícia que existe um lugar (um refúgio) “de prósperos êxitos e bons resultados”.

[Segue] Informando que a cidade de Gheel [...] era um asilo aberto para esta doença, depois de entrar em acordo com o prefeito daquele departamento, transportei os loucos do hospital de Bruxelas para Gheel, onde puderam viver em liberdade, o que não exclui a cura que exige seu estado de saúde. Os comissários e delegados do Conselho Geral de Hóspedes irão periodicamente aos lugares para verificar se se está cumprindo o contrato e se os habitantes que assumiram os infelizes estão tratando deles.

De fato, em 1805, os loucos presos nos hospícios de Bruxelas foram transportados a Gheel, de modo que continuou permanecendo em Bruxelas um pequeno número que estava esperando para ser transferido. E evidenciou o fato que o lugar em que estão recolhidos é muito insano.

O magistrado Pontecoulani é um homem prático, encontrado o lugar faz seu dever político-administrativo fazendo um acordo com o prefeito da região de Gheel, propõe aos habitantes de Gheel um contrato, transporta os “loucos” a Gheel e

Este exemplo, historicamente conhecido, evidencia o fato de que para “cuidar” não é necessário fechar e que o ato de cuidar sem fechar pode produzir uma redução do impacto dos limites e um fortalecimento das oportunidades [1.7].

estabelece um sistema de monitoramento. As palavras neste caso são claras: o magistrado Pontecoulani fala de “cura” (entendendo para a época a qual pertence: cuidar e restabelecer um estado de saúde mental). Usando uma terminologia contemporânea podia-se dizer que

a decisão do senhor Pontecoulani favorece o encontro de uma política de cima para baixo com uma política de baixo para cima, o encontro entre um processo não formal e não institucionalizado com um processo formal e institucional. A transição do não formal a uma relação de contrato obviamente muda as características do dispositivo. Neste caso uma comunidade local (uma pequena aldeia) com sua vida cotidiana, se transforma em um dispositivo de contenção de centenas de pessoas que são levadas ali a força pelas autoridades. Aos habitantes (em realidade as autoridades políticas da região) desta comunidade rural se pede para assinar um contrato no qual se estabelece que, por uma certa quantidade de dinheiro, eles deveriam dar aos loucos alguns serviços básicos: alimentação, uma cama para dormir, a possibilidade de mover-se livremente dentro da cidade e contenção física quando perdiam o controle sobre si. Por contrato, então, a vida cotidiana desta aldeia se transforma em dispositivo de educação e de “terapia”... e os habitantes mudam-se em terapeutas. Observamos então que se nós pensamos que a abordagem comunitário seja uma invenção do século XX... estamos atrasados em pelo menos dois séculos ou mais. E as coisas começam a mudar sempre mais.

Dois movimentos e muitas variantes

[Segue] É impossível, disse o senhor Herhouhle [1804], ignorar uma singularidade da cidade de Gheel (trata-se de uma colônia de loucos que são enviados ali de todos os cantos do estado e do estados vizinhos). Estes infelizes são hospedados na casa dos habitantes, passeiam livremente, comem com as pessoas que os hospedam e dormem nas suas casas. Se fazem algo com excesso, colocam neles ferros nos pés que não os deixam sair. Este estranho comportamento é, há muito tempo imemorável, o único recurso dos habitantes de Gheel; nunca se soube que houve inconvenientes. (Omodei, 1822, p. 121)

O senhor Herhouhle é um bom observador e dá informações que não estavam contidas em outros fragmentos. Ele disse que em Gheel existe uma “colônia” (comunidade) de loucos. Faz também uma distinção nesta população como se ali se encontraram duas comunidades, a dos loucos e aquela dos habitantes os quais, entre as outras incumbências, cuidavam dos loucos. A pergunta, então, é: como aconteceu que uma comunidade que surgiu do movimento dos loucos que peregrinavam até ali em busca de cura se diferenciou em loucos e seus cuidadores? O senhor Herhouhle disse que quando os “loucos” cometem algum excesso “colocam-se lhes ferros nos pés daqueles que não podem sair”. A interrelação com o instituído modifica o dispositivo introduzindo nas práticas da acolhida modalidades de constrição. Na relação com o institucional o não institucional se transforma.

[Segundo fragmento] Vocês não sabem, disse o senhor Jouy, (...) que no Estado de Two Neihes existe uma cidade denominada Gheel, onde os habitantes são loucos, porém loucos com toda a força da palavra, e que gozam sem inconveniente de liberdade como os outros cidadãos. Há quase meio século que um magistrado de Antuérpia (o senhor de Poutecoulant), sensibilizado pelo sofrimento dos loucos fechados em um hospital, obtém do governo a permissão de transportá-los para a cidade de Gheel, e de ser recebidos pelos habitantes aos quais se dará uma pequena pensão para indenizar-lhes pelos gastos que terão com o tratamento que darão a estes infelizes.

A eleição desta pequena cidade não foi casualidade. Situada em meio de uma vasta espessura de arbustos que a rodeia de todas as partes, é fácil de controlar e dois ou três homens bastam para cuidar dos loucos e dos campos, eles podem ser chamados para estar com seus hóspedes na hora da comida e ao final da tarde. Alimentos saudáveis, ar puro, exercício habitual, toda a aparente liberdade, este é o regime que se prescreve a eles, e ao qual se deve a cura até o final do ano. (Omodei, 1822, p. 121)

A história de Gheel, como aquela de Basílio, faz ver como os sistemas que se organizam de baixo tem a tendência a estruturar-se formalizando relações, criando organizações estáveis, transformando-se em serviços [1.8].

Cinquenta anos depois este viajante abre outra “janela” sobre esta comunidade. Agora são os habitantes que são loucos, já não é uma comunidade na qual convivem pessoas loucas com pessoas que não o são, mesmo que o autor reconheça que existem pessoas que não são loucas. Aquilo que se pode entender deste fragmento é que aos observadores externos estes “loucos” parecem como todos os outros cidadãos. Em outras palavras, ao observador externo os loucos parecem ser bem integrados nesta comunidade campestre. Outra informação que este observador nos dá é que existe um pequeno grupo de pessoas que “controla” os movimentos dos loucos, trabalho facilitado pelas características geográficas do lugar. Entende-se, então, que dentro desta comunidade nasce um pequeno grupo que assume uma função que antes era compartilhada entre todos (início de um processo de especialização nas funções). A última informação tem que ver com fatores de contexto que são considerados os fatores terapêuticos: “ar puro, exercício habitual, aparente liberdade etc.”.

Em parte se pode dizer que Gheel constitui o início desse movimento de saúde mental que colocou no “encontro com a natureza” uma ênfase particular. Sabe-se que não é assim porque a experiência de Gheel baseia-se nas experiências das comunidades religiosas nascidas quinze séculos antes. Foi provavelmente o encontro destas com as políticas de saúde mental dos governos locais que fez desta prática, que já tinha quase um milênio, um paradigma.

Dois movimentos e muitas variantes

Nos mesmos anos (1852) um psiquiatra (Biffi) importante na Europa nessa época, visitou Gheel. Este viajante informa que nessa época Gheel contava por volta de 9.000 habitantes e que 900 eram “loucos”. Biffi fala dos limites desta experiência, dos elementos que a fizeram possível e com bons resultados, e formalizou alguns aspectos que foram sucessivamente inspiradores para as políticas de saúde mental de toda a Europa:

Biffi (...) ficou impressionado pela tranquilidade e a ordem que pareciam caracterizar a vida dessa comunidade, e comenta o caso de um melancólico que estava em tratamento com bons resultados: “Não foram os cuidados médicos e sim um regime de vida simples e saudável, a vida no campo que haviam dado a eles nova força e energia, e principalmente a boa conduta, o apoio sensível daqueles camponeses tinham derramado sobre seus corações feridos um bálsamo benéfico”. (Conforto, Giusto, Pisseri, & Berruti, 1999, p. 90)

Para terminar de entender esta experiência relatam-se os resumos de alguns comentários que fez Esquirol (um dos grandes reformadores da psiquiatria francesa em 1800), que visitou Gheel em 1858. Esquirol relata o comentário do pároco, que ele entrevistou, e estava surpreendido pelo fato que tantas pessoas deram importância a este tipo de experiência. Em suas notas Esquirol relata, também, alguns elementos que, segundo ele, eram aqueles que faziam que essa experiência pudesse funcionar:

cadeias e ferros de contenção cravados nas paredes das casas, aleatoriedade dos apoios econômicos, proibição aos loucos de sair durante as noites, reclusão nas casas durante as fases agudas, plena liberdade reconhecida unicamente a um quarto dos hóspedes (diz-se hóspedes), papel muito marginal atribuído a atenção médica. (Conforto, Giusto, Pisseri, & Berruti, 1999, p. 89).

As transformações são evidentes: já não se trata de uma comunidade rural na qual chegam os loucos para encontrar refúgio e uma cura, e sim de uma comunidade organizada para o governo da loucura.

3. Construir um conceito: comunidade

Comunidade: entre *cum-munus* e *cum unus*

Antes de aproximar-se ao tema do Tratamento Comunitário, se buscará uma primeira ideia sobre o que se entende por comunidade. Não se trata de uma definição no sentido de definido ou definitivo, e sim de uma primeira aproximação, um ponto de partida que permite vislumbrar como este conceito foi constituído, quais são suas dinâmicas internas e suas implicações.

As experiências que se apresentaram nas páginas precedentes refletem um conceito de comunidade que se aproxima ao conceito proposto por Tönnies em 1947 (Tönnies, 1947). Este autor está entre os primeiros a tratar de construir um conceito de comunidade e o fez contrapondo-o ao conceito de sociedade, criando uma espécie de dicotomia. Tönnies utiliza duas categorias conceituais: a de *relação* e de *união*. A relação é, segundo ele, uma ação recíproca que tem dois polos: ou tende a ser afirmativa (conservar) ou negativa (destruir). O grupo de pessoas formadas por estas relações afirmativas se chama união.

A relação mesma e também a união se concebem como vida real e orgânica – o que é a essência da *comunidade* – bem como formação ideal e mecânica – o que é o conceito de *sociedade*. (...)” Toda vida em conjunto, íntima, interior e exclusiva, deverá ser entendida, ao nosso parecer, como vida em comunidade. A sociedade é o público, o mundo. (Tönnies, 1947, pp. 19-20)

A dicotomia proposta por Tönnies (conservar/destruir) cria alguns problemas conceituais e principalmente práticos, é estática e linear, mesmo assim tem a vantagem de propor dois modelos ideais que representam bem o processo histórico

Construir um conceito: comunidade

que havia produzido o tipo de sociedade que o autor analisa para poder construir estes conceitos. Por outro lado, este autor é o ponto de partida para a reflexão moderna sobre o conceito de comunidade, esta dicotomia está presente em muitos autores e pensadores sucessivos (Marx, Weber entre outros). Aquilo que permanece desta abordagem é que a comunidade é, por sua mesma essência, “boa”, positiva, conservadora, fonte de segurança etc., é difícil não pensar na proposta de Pitágoras mais de dois mil anos antes.

A abordagem que segue propõe uma perspectiva diferente e introduz também alguns conceitos que são parte do debate atual.

A palavra 'comunidade' vem do latim '*communitas*', '*communitatis*'. As comunidades podem ser definidas, por exemplo, em função dos laços de parentesco, localização geográfica, interesses políticos, crenças religiosas, composição étnica ou racial e características físicas ou deficiências psiquiátricas compartilhadas por uma coletividade. O 'sentimento de comunidade' foi descrito como “uma vivência de pertencer a uma unidade... a consciência de que o intercâmbio e benefícios mútuos se originam com o pertencer a um corpo comum... a presença de um espírito alimentado por experiências compartilhadas. O conceito de comunidade está associado geralmente com o correspondente a um conjunto de pessoas que compartilham um determinado espaço geográfico (por exemplo, um vizinho). (Rodríguez, 2009, p. 71; Sweetland & Cohen, 2009, p. 71; Citações dos artigos: Heller, 1989; McMillan, 1966; Tonnies, 2001; Chavis & Wandersman, 2002).

Como se dizia, este é um conceito para começar a pensar, até que cheguemos a um que facilite o trabalho do tratamento comunitário. Esta abordagem tem sem dúvida algumas vantagens: (i) propõe alguns critérios para identificar os limites do conceito; (ii) trata o conceito como se fosse um objeto... quer dizer, supõe que o conceito de comunidade corresponde a uma comunidade na realidade; (iii)

estabelece uma conexão entre o conceito de comunidade e os conceitos ou processos de participar e compartilhar.

Quem sabe, neste caso, o aspecto mais relevante para o tratamento comunitário e sua abordagem é a primeira frase destes autores: “as comunidades podem ser definidas, por exemplo, em função dos laços de parentesco...”. Se se adota a perspectiva do tratamento comunitário se esperava, neste ponto, que ao invés de dizer “a comunidade pode ser definida pelos laços de parentesco...”, os autores teriam dito “a comunidade pode ser definida pelos administradores de uma cidade, pelos líderes de opinião de um grupo de vizinhos, pelo líder iluminado que fundou uma coletividade etc.” Quer dizer, se esperava que fossem indicados os atores que constroem a comunidade e não as características da comunidade independentemente de quem produz estas características.

As conclusões desta primeira abordagem podem ser que: (i) conceitos de “comunidade” podem ter tantos quantos são os atores que os definem; (ii) para poder falar de comunidade (quer dizer, de elementos em comum) é oportuno encontrar ou construir um contexto comum de produção do conceito...; (iii) o fato de reunir os atores de uma comunidade para produzir alguns critérios comuns, para ter uma ideia da identidade dessa comunidade, é uma maneira concreta de “construir comunidade, construir algo comum”. Isto para dizer também qual é a perspectiva do tratamento comunitário, iniciando com o diagnóstico: trabalhar com os atores das comunidades.

Comunidade e território

Mesmo que nos encontremos em plena época das comunidades ditas virtuais, é difícil ainda desligar o tema do tratamento comunitário do conceito de comunidade entendida como *comunidade local*, de comunidade definida ou limitada “também” por fronteiras geográficas, e nem é útil promover sistematicamente este tipo de cisão. Talvez as reflexões sobre o tema do *território* ajudem a esclarecer este ponto e a

Construir um conceito: comunidade

delimitar melhor o campo do tratamento comunitário. O que se pode entender por território? Para iniciar a reflexão pode-se considerar o seguinte conceito:

um sistema constituído por um conjunto de atores e recursos, sede de atividades e relações e guiado por um subsistema constituído pelo sistema de governo. O território é também caracterizado por uma dimensão espacial suficientemente definida que determina algumas de suas características, e também por uma dimensão temporal na medida em que seus componentes fundamentais (atores, recursos, atividades, relações) mudam com o tempo e se manifestam em maneira dinâmica (Caroli, 2006, pp. 19-20).

Então: território como sistema com atores, recursos, relações, governo, espaço e tempo. Evidencia-se aqui, em particular, o conceito de território como sistema que será uma das vias por meio das quais se chegará mais adiante neste trabalho ao conceito de comunidade como sistema.

Ao se considerar como pontos de partida as referências etimológicas emergem outros aspectos, menos visíveis. A etimologia faz referência “a verbos que indicam atividades agrícolas: *terere*, arar, triturar o pasto; *tauritorium* é o terreno trabalhado pelos touros. Portanto, é interessante também a possível derivação de *térreo*, aterrorizar, espantar (então um significado hostil/defensivo da territorialização). Na etimologia do termo se encontram, então, os dois elementos que constituem o sentido da territorialização: 1) aquele ligado as atividades primárias que transformam um espaço geográfico em um espaço para habitar; 2) aquele que, em diferentes significados (etológico, geopolítico) (...), conota uma ideia de um espaço de apropriação, defensivo ou excludente” (Bonesio, 2014). A análise etimológica leva então a mais dois elementos conceituais: espaço geográfico habitado e espaço que se torna propriedade de alguém, então espaço de exclusão para outros. Esta abordagem revela como o termo território inclui o tema da propriedade, do poder e dos conflitos gerados por suas dinâmicas e interesses.

Comunidade, vulnerabilidade, risco, exclusão grave

A reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade pode se iniciar com uma proposta da Cepal centrada na vulnerabilidade social¹. Esta abordagem menciona, entre os elementos que constituem o conceito de vulnerabilidade: probabilidade, risco, dano, fatores internos e externos, fragilidade, desamparo etc.

(...) a noção da vulnerabilidade é entendida como um processo multidimensional que conflui no risco ou probabilidade do indivíduo, um lar ou comunidade de ser ferido, lesionado ou danificado frente mudanças ou permanência de situações externas e/ou internas. A vulnerabilidade social de sujeitos e coletivos da população se expressa de várias formas, seja como fragilidade e falta de defesa frente as mudanças originadas no seu entorno, como desamparo institucional do Estado que não contribui para fortalecer nem cuidar sistematicamente de seus cidadãos; como debilidade interna para enfrentar concretamente as mudanças necessárias do indivíduo e o lugar para aproveitar o conjunto de oportunidades que se apresentam; como insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva a possibilidade de pensar estratégias e atuar no futuro para conseguir melhores níveis de bem estar. (Busso, 2001, p. 8)

Território: espaço geográfico habitado, espaço que se torna ou se tornou propriedade de alguém e por consequência espaço de exclusão para outros [1.9].

O primeiro ponto está relacionado com o conceito de risco e sua diferença a respeito do conceito de vulnerabilidade. Risco parece ser a probabilidade que um determinado fenômeno ou condição produza uma ferida, um dano, uma lesão, enquanto que a vulnerabilidade refere-se ao conjunto de recursos que uma pessoa, grupo ou comunidade tem ou não tem no momento do risco. Pode-se dizer que a

1. Para uma discussão mais detalhada veja o Capítulo 6.

Construir um conceito: comunidade

vulnerabilidade é uma condição de fato, enquanto que o risco é uma condição probabilística. Pode-se efetivamente pensar que uma inundação é um risco real para as pessoas diretamente afetadas e é uma oportunidade para as organizações ou instituições que dão respostas a esta emergência (existem pessoas que trabalham, uma economia das emergências que é sistema de vida e sustento para os atores que

Território: um sistema de atores, recursos, relações, espaços, tempo e governo. Um sistema constituído de subsistemas [1.9.1].

a implementam). O risco é, então, a probabilidade que alguns sejam danificados e a oportunidade é a probabilidade que outros tirem proveito da mesma situação (risco). Qual é o fator que faz a diferença entre esses dois tipos de atores? Uns que são vulneráveis (não

têm capacidade de previsão de resposta), os outros tem capacidade de previsão e de resposta (se não tivessem capacidade de previsão não teriam se preparado para dar este tipo de resposta).

O segundo ponto se relaciona com os limites “naturais” do ser humano, considerado individualmente ou em grupo, pelos quais necessita de um apoio que supere o nível individual e comunitário (intervenção do Estado ou dos estados). O tema da vulnerabilidade e do risco vem, então, associado não somente com o destino e papel individual ou de pequenas coletividades, mas também ao mundo das políticas. O terceiro elemento se relaciona com o conceito de vulnerabilidade entendida como incapacidade de tirar proveito das oportunidades.

Risco e vulnerabilidade podem ser também considerados como duas pedras angulares dos processos de *exclusão*. Se o risco é uma probabilidade isto significa que é conhecida com antecipação, mesmo que sempre condicional. Se a vulnerabilidade é uma condição, significa que pode ser conhecida, e de fato é. A exclusão, como veremos, quando é alcançada é uma condição radical. A pergunta então é como se constroem condições de vulnerabilidade tais que produzam risco sem probabilidade e exclusão sem reversibilidade.

Para ilustrar este conceito evidencia-se somente um aspecto relacionado com o étimo de excluir (*ex-claudere*). Nesta palavra se encontram duas ações: a primeira

consiste em fechar fora, a segunda em fazer todo o possível para evitar que um entre novamente. Não se trata, então, somente de empurrar alguém para a borda do espaço social (marginalizar), mas sim de expulsá-lo ainda mais para lá, em um espaço não-social (o inferno, segundo a mitologia religiosa), e trata-se também de fazer que o regresso seja impossível. Uma espécie de condenação à morte social por meio da qual uma pessoa é despojada definitivamente de sua identidade e direitos de cidadão. Existem comunidades que vivem ou se encontram em processos ou situações de grave exclusão, chamamos estas comunidades territórios de alta vulnerabilidade. Vulnerabilidade e exclusão são então duas condições (processos e conceitos também) complementares. Pense, por exemplo, em zonas ou bairros sob o controle das máfias e grupos armados etc. Nestes contextos, e para as finalidades deste texto, situações de alta vulnerabilidade ou alta exclusão são aqueles contextos territoriais de vida cotidiana nos quais se observam:

Risco como probabilidade de ser ferido por um determinado perigo.
Vulnerabilidade como condição.
Exclusão como risco em probabilidade e vulnerabilidade irreversível [1.10].

1. dinâmicas e processos de empobrecimento ou extrema pobreza;
2. níveis escolares muito baixos ou inexistentes com processos de distanciamento da educação formal;
3. falta de trabalho ou de trabalho digno;
4. formas precárias de sustentabilidade (trabalho ocasional, mal retribuído, a margem da lei ou em clara violação da lei);
5. graves processos de violência comunitária (violência física e psicológica, segregação, guerrilha, guerra);
6. vida de rua e na rua;
7. exploração sexual e doenças sexualmente transmissíveis, HIV-Aids;
8. deslocamentos e migrações forçadas;
9. impossibilidade de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, segurança e proteção social; ausência do Estado de Direito;
10. violação sistemática dos direitos humanos fundamentais;

Construir um conceito: comunidade

11. venda de drogas na rua, ou territórios dedicados ao tráfico de drogas, de seres humanos etc.;
12. comunidades refúgio para tráficos ilegais (drogas, armas, seres humanos, crianças, mulheres), mão de obra barata para o trabalho em condições sub-humanas.

Comunidade exclusão e alto risco

Os conceitos de exclusão e risco (vulnerabilidade, também) contribuem um para explicar o outro. O conceito de exclusão (se verá na seção seguinte uma definição mais ampla) está constituído por dois macroprocessos: o primeiro é aquele que exclui no sentido de repelir, expulsar, colocar em um lugar específico que constitua um fora com relação ao lugar real ou simbólico no qual um se encontra, ou quer estar, ou tem o direito de estar. O segundo processo consiste em fazer que a pessoa que foi repelida, expulsa, não possa regressar para onde teria o direito de estar, ou onde ela quisesse.

Por outro lado, se o conceito de risco for entendido como “probabilidade” que um determinado fenômeno produza um dano, entende-se que o risco é alto na medida em que a probabilidade de produzir esse efeito é muito elevada até o ponto que já não é uma probabilidade e, sim, uma quase certeza. Com relação a uma comunidade em tão alto risco significa que as condições de vulnerabilidade são tão poderosas que estão desertificando as dinâmicas sociais. Isto significa que a concatenação de causas que produzem situações de perigo/risco é tão forte que ataca o núcleo central dessa comunidade, quer dizer o sistema de relações que fazem dessa entidade social uma comunidade. Se se pensa, por exemplo, em comunidades agrícolas que foram deslocadas a força por guerras, conflitos armados ou ciclos econômicos adversos que obrigam a emigração, e nas quais ficam poucos idosos e poucas crianças, pode-se ter uma ideia do que se entende por desertificação das dinâmicas sociais.

Nos territórios/comunidades nos quais existem estes processos e dinâmicas, a probabilidade de que uma pessoa se envolva em uma ou mais delas e que permaneça vinculada a ela, é muito elevada. É nestas situações que as condições de risco são também precondições de exclusão grave. Por que grave? Se o alto risco depende da força com a qual a concatenação de causas ataca as relações sociais que já não têm a capacidade de manter vivo o núcleo comunitário (relações de pertencimento), a exclusão é grave quando as probabilidades de regressar ao lugar dos direitos são muito baixas.

A aposta, e a pergunta é, então: como regressar dali? Como se regressa de um lugar para o qual o regresso não foi previsto? Quem tem as chaves dessas portas? O tratamento comunitário, como muitas outras iniciativas e ações (algumas foram vistas nas primeiras seções deste Capítulo) sustenta que existem duas chaves para abrir essas portas. Estas se encontram nas mãos de dois atores: aqueles que governam os processos de cima para baixo (as políticas) e aqueles que governam os processos de baixo para cima (as comunidades).

4. Sofrimento social e exclusão social

A relação entre sofrimento social e exclusão social consiste, essencialmente, no fato que a exclusão social pode ser considerada como um sistema no qual as diferentes formas de sofrimento social se manifestam e podem ser resolvidas, ou tornarem-se “patologias” sociais, ou físicas, ou psicológicas, manifestas.

O conceito de exclusão, apresentado aqui em forma preliminar, ajuda a entender a posição e as origens do tratamento. Conscientes que não existe somente um conceito de exclusão social e sim um *espaço semântico* de conceitos, adotam-se aportes da literatura para poder construir, a partir dela, um espaço semântico suficiente para poder entender melhor o alcance e o processo do tratamento comunitário.

Sofrimento social

As organizações que começaram a desenvolver o tratamento comunitário nos anos 80 trabalhavam quase exclusivamente enfocando no tema drogas: consumo, abuso, dependência, tipos de drogas e seus efeitos etc. Nos anos 90 incluíram também, entre as preocupações de seu trabalho, as situações críticas associadas ao consumo de drogas: contextos de uso, tráfico, venda de rua, encarceramento, doenças de transmissão sexual e pelo uso de drogas, exploração sexual, tráfico, abandono escolar, empobrecimento, fragmentação e conflitos familiares e comunitários, estigma, marginalização, condenação pública etc. Chegou-se, desta maneira, a construir outro espaço semântico que servisse para organizar a complexidade que se ia percebendo pouco a pouco. Este espaço foi chamado: exclusão/inclusão social, ou espaço do sofrimento social. Entre os temas de exclusão

e de sofrimento social existem fortes interconexões e interrelações, a ponto de pensar-se que o segundo é consequência do primeiro, que o sofrimento social dá visibilidade aos processos de exclusão, e que não podia existir sofrimento social sem que a exclusão social o produzisse.

Por que se fala de “sofrimento social” e não de “doença social” ou “patologia social”? Adotar o olhar do sofrimento social não significa jogar com a terminologia e sim (i) dar visibilidade que existem experiências e processos de “estar mal” que não são “doenças” e que se enraízam nas formas e os processos de vida social; (ii) que estas formas de “mal estar” estão enraizadas no tema das desigualdades e, por consequência, da justiça, não se trata então de “doença de órgão”, a não ser das formas de mal estar relacionadas com o acesso, o compartilhar e a participação aos “bens” (materiais e imateriais/simbólicos, naturais e transformados ou produzidos pelos seres humanos); (iii) que as formas de participar/compartilhar/acessar os “bens” podem produzir uma etiologia e uma nosografia específicas; (iv) que por meio do “governo” das formas e dos processos de “participar/compartilhar/acessar” podem-se governar os processos de produção de mal estar, sua transformação em doenças (dominação/controlar), ou sua transformação em crítica da política e oportunidades de mudanças.

De onde vem este conceito?

Primeiro vejamos de onde vem este conceito e como se transformou no tempo. Seguindo as sugestões de Obradors e outros (Obradors, García, & Canal, 2010, p. 26), observa-se que a origem deste conceito encontra-se no descobrimento que também nas sociedades opulentas do chamado Primeiro mundo, haviam pessoas e grupos em estado de extrema pobreza e exclusão de serviços do Estado. O segundo

Ver o texto *Teorias e Conceitos. Glossário Crítico ECO2* a explicação mais detalhada do tema de sofrimento social [1.11]

descobrimos foi tomar consciência do peso das decisões políticas que determinaram esses fenômenos.

A partir destas reflexões, formuladas por atores sociais principalmente do mundo acadêmico, chegou-se a uma primeira aproximação do conceito de “exclusão social” segundo o qual esta

é um produto dos processos de diferenciação, distinção e estratificação comuns a toda organização social hierarquizada que se pode constituir ao longo da história da humanidade. É por isso que, apesar da sua recente popularização, a noção de exclusão social nos estudos das ciências sociais tem uma trajetória relativamente dilatada. (Elias, 1993; Elias, 1965; Foucault, 1975; Parkin, 1974); Castel, 1991).

Partindo desta primeira abordagem identificaram-se alguns aspectos de exclusão como, por exemplo, as características de “falta”, de “limite”, de “desvantagem”. Estas características evidenciam implicitamente a posição de passividade das pessoas, grupos, comunidades excluídas e não

Pode-se pensar que o sofrimento social seja o sintoma da exclusão social [1.12].

Ver no Glossário Crítico uma referência mais detalhada do tema de inclusão/exclusão social. Se apresenta aqui na primeira Parte uma breve introdução que permite entender o plano geral do tratamento comunitário [1.13].

falam dos processos ativos de expulsão produzidos por dinâmicas sociais a nível micro (comunidades locais) e macro (países e regiões). Nas últimas décadas, portanto, este conceito foi permeando o mundo dos responsáveis das decisões nas políticas públicas e dos processos que os produzem. Disto resultou não apenas uma tomada de consciência de quanto as dinâmicas políticas influenciam os processos de exclusão como, também, o estabelecimento de políticas chamadas “de inclusão”, pelo menos inicialmente. Apesar disso, as políticas de inclusão social aparecem quase exclusivamente como um processo de cima para baixo que, quase por reflexo,

em maneira implícita, produz uma resposta de baixo para cima. Esta resposta se faz visível por meio do surgimento de um ator social que, no mundo ocidental, estava presente desde a alta Idade Média (Paglia, 1994; Mollat, 1982), e que no nosso tempo tem sido chamado o *Terceiro Setor* (as organizações da sociedade civil). Não se trata, então, de uma inovação radical e, sim, de uma tomada de consciência por parte de atores sociais produzidos desde épocas muito distantes, do papel que tinham em participar na construção de uma sociedade mais equitativa.

Exclusão: carência, incorporação

Entre os conceitos de exclusão social mais conhecidos tem-se, em primeiro lugar, o conceito de exclusão social vinculado à “*carência de recursos materiais* em certos níveis de condições de vida”. Diante de um conceito deste tipo, pode-se pensar que as respostas mais adequadas consistem em “proporcionar os recursos”. A lógica desta decisão é que proporcionando recursos se supera o problema da falta de recursos e, por consequência, se resolve o estado de exclusão. Na realidade as coisas não acontecem assim. *Entregar os recursos* pode ter simultaneamente diferentes efeitos: satisfazer uma necessidade imediata e urgente, por um lado e, por outro, estabelecer ou reforçar relações e processos de dependência; fazer valer o valor ético da solidariedade (essencial a partir do ponto de vista do conceito de comunidade) e ao mesmo tempo reforçar relações assimétricas entre aqueles que dão e aqueles que recebem. Resumindo: adotando esta abordagem, *sic et simpliciter*, o risco é que para satisfazer uma carência se produzam outras.

Exclusão e desigualdade

Em uma segunda perspectiva, a exclusão social se identifica como uma consequência ou efeito de “*certas relações de desigualdade*” em diferentes contextos: escola e formação profissional, âmbito laboral, políticas de bem estar e

Sufrimento social e exclusão social

proteção social (com conseqüente relação de dependência em relação a estas últimas), cultura etc. Pode-se entender, neste caso, que não se trata de desigualdades casuais e sim “intencionais”, produzidas por estratégias ou políticas no campo da educação, do emprego, da vida econômica, do bem estar social e da cultura. Trata-se de processos de exclusão/marginalização chamados estruturais, que obedecem então a uma concepção do Estado ou da vida social, e ao interesses de grupos específicos. Neste caso, quando se fala de estratégias de ***inclusão/inserção*** estas se referem a aquelas abordagens que reduzem as desigualdades e as relações de dependência: melhoria das condições de escolarização, de emprego e renda, das condições de acesso ao bem estar social. Esta segunda perspectiva a diferencia da primeira e produz sérios problemas políticos porque sua adoção implica elaborar um conceito diferente de sociedade e, por conseqüência, de políticas e de equilíbrio entre interesses. A criatividade aqui não se aplica somente aos métodos e estratégias de “entrega de recursos” (primeira perspectiva) mas, sim, a como e quais processos de mudanças estruturais se implementam, quais são as mudanças de relações de poder que requerem e como se produzem. Este segundo componente baseia-se também na premissa que:

estando nossa sociedade estruturada primordialmente pelo âmbito do econômico e o laboral, as possibilidades de desenvolvimento autônomo em outros âmbitos passam pela sustentabilidade de uma determinada posição de mercado. (Obradors, García, & Canal, 2010, p. 29).

Mais adiante neste capítulo e no Capítulo 2 se explicará como esta última posição permite diferenciar entre resultados táticos e estratégicos do tratamento comunitário.

Exclusão – incorporação

O tema da incorporação enfoca-se na estratégia sugerida para contrastar e *reduzir os efeitos das dinâmicas excludentes*. Neste caso a

exclusão social se entende como uma problemática que pode ser superada em grande parte mediante a incorporação de todos os setores da população nas estruturas produtivas e da economia formal. (Obradors, García, & Canal, 2010, p. 29).

Aqui existem alguns conceitos subjacentes, que é oportuno evidenciar. O primeiro é que se falamos de *incorporação* estamos implicando que o contexto no qual se incorporam os “excluídos” está substancialmente bem assim da forma como está (este não necessita de mudanças nem superficiais nem estruturais). A incorporação é, então, um processo de adaptação dos “excluídos”. Desta maneira se entendem, às vezes, os processos de integração social. O segundo é que todos podem incorporar-se aos setores produtivos... e de fato não é assim (inválidos, mulheres grávidas, mais velhos, crianças etc.) e procedendo desta forma aprofundam-se as condições de exclusão de grupos inteiros. O terceiro é fazer coincidir o modelo social com o modelo produtivo, como se este fosse o único eixo que dá sentido à vida social, a única forma de participação possível.

Exclusão e portas de entrada nas comunidades

Quais são as portas de entrada nas comunidades vulneráveis? Na cultura da ação social a tradição foi considerar as condições de exclusão como oportunidades de ação (processos de cima para baixo). O abuso de álcool e drogas, HIV-Aids, ETS's, a vida na rua, a pobreza e a violência extrema são possíveis portas de entrada nos contextos de sofrimento social, psicológico, físico e cultural de uma

Sufrimento social e exclusão social

comunidade. Isto significa que existem, também, outras portas (abandono e expulsão da escola, ausência de infraestrutura urbana) e todas permitem o acesso a este território especial que são as comunidades de alto risco. Neste caso, o conceito central é que as modalidades do sofrimento das pessoas, famílias, grupos e redes são, por um lado, a manifestação da crise dos laços comunitários porém podem ser, também, uma demanda de ajuda.

Uma segunda estratégia, menos utilizada, é a partir dos recursos dessas comunidades. Como se verá na primeira seção do Capítulo 2, os recursos dessas comunidades, que às vezes se fazem visíveis por meio do protagonismo de atores que demandam ajuda e oferecem participação, são uma das portas de entrada principais nas comunidades. A escuta das demandas que vêm “de baixo” implica a capacidade de colocar-se neste mesmo nível, neste estilo de vida. Esta abordagem permite estar ali (trabalho de campo), escutar esse sofrimento e em parte participar dele.

Este trabalho permitiu que se transitasse de um enfoque baseado em “dar atenção” às demandas relacionadas com formas específicas de sofrimento social (drogas, vida de rua) até uma visão mais ampla: o enfoque nos processos de exclusão social dos quais essas formas são manifestações específicas.

Por consequência, a abordagem à exclusão social chamada 'tratamento comunitário' mesmo que tinha sido enfocada inicialmente no consumo problemático de drogas e de suas consequências daninhas, foi sucessivamente transformada em uma abordagem mais complexa que busca interconectar esse fenômeno com outros, de maneira que seja efetivamente possível não somente construir respostas aos danos, como também alcançar os riscos/perigos e as concatenações de causas que os produzem.

5. Tratamento comunitário: primeira abordagem

Porque tratamento?

Por qual razão se decidiu chamar esta abordagem “tratamento comunitário” e não desenvolvimento comunitário ou ação social comunitária ou intervenção comunitária? Uma das respostas a esta pergunta encontra-se na bibliografia dos órgãos oficiais do “tratamento” na saúde pública. Sendo que historicamente o Tratamento Comunitário surgiu como resposta às situações de sofrimento social vinculadas com drogas (abuso, dependência), conservou-se esta abordagem incluindo outras dimensões de sofrimento vinculadas diretamente com drogas ou não. Por esta razão considerou-se o conceito de tratamento típico de saúde pública como um dos possíveis pontos de partida e referência.

Propõe-se, então, uma reflexão sobre conceitos e práticas de tratamento procedendo do mais particular ao mais geral, de um conceito de tratamento focado no uso de drogas a um campo mais amplo no qual se inclui o tema da aderência ao tratamento. Esta modalidade talvez ajude a evidenciar alguns aspectos que não ficam totalmente claros analisando somente e estritamente o conceito de tratamento.

Se as formas de sofrimento e as condições de vulnerabilidade são portas clássicas para entrar nas comunidades, os atores que transformam essas vulnerabilidades em demandas de ajuda e em reclamação de direito não atendidos, são as principais portas de entrada e os recursos mais oportunos [1.14].

Inicia-se com uma abordagem que é utilizada na área de redução da demanda de drogas porque este tema vincula diferentes áreas da vida das pessoas (órgãos, pensamento, filosofia e escolha de modo/estilo de vida, vida cotidiana das comunidades, relações sociais, econômicas, políticas... a cultura em sua totalidade), e não pode ser reduzida simplesmente a uma doença de órgãos (como uma infecção

Tratamento comunitário: primeira abordagem

intestinal ou uma ferida de faca em um braço). A intenção aqui é ver se ao mesmo tempo que se pensa que as adicções são doenças multifocais... também o tratamento tem um enfoque multifocal. A posição enunciada pelo EMCDDA inclui no conceito de tratamento os seguintes aspectos: (i) “intervenções” farmacológicas e psicossociais enfocadas na redução ou no uso de drogas; (ii) qualquer tipo de atividade... que melhore o estado psicológico, médico ou social; (iii) estas atividades com frequência (mas nem sempre) acontecem em estruturas especializadas ou serviços gerais médicos ou psicossociais. O conceito é efetivamente multifocal: define as intervenções (farmacológicas e psicossociais... porém também qualquer tipo de atividades que melhore...) e os lugares onde acontecem estas atividades.

O tratamento comunitário leva em conta os elementos sugeridos pelo EMCDDA e ao mesmo tempo põe uma ênfase particular no adjetivo comunitário (que se transforma quase em substantivo). O comunitário põe em jogo a comunidade como ator e não como lugar da cura (como no caso das estruturas especializadas e os serviços). E o comunitário implica então: (i) não focar exclusivamente no consumo problemático de drogas mas, sim, em outros processos que se encontram incluídos nos processos de exclusão social (veja-se o conceito de exclusão grave e de alto risco); (ii) considerar os atores comunitários como atores do tratamento; (iii) considerar a comunidade como um todo, como sujeito e ator do tratamento. Entende-se que nestes contextos mais amplos e complexos o marco das ações médicas ou psicossociais certamente não perde sua importância e sim, talvez, sua centralidade.

Veja-se agora uma primeira aproximação da OMS relatada em uma guia de UNODC. Trata-se de uma posição que por um lado confirma aquela que se acaba de analisar, e por outros aspectos inclui elementos diferentes.

Segundo a OMS (*WHO Expert Committee on Drug Dependence Thirtieth Report, Technical Report Series*) o termo 'tratamento' se refere aos processos que iniciam quando os abusadores de substâncias psicoativas estabelecem um contato com um provedor de saúde ou com qualquer outro tipo de serviço

comunitário e podem continuar por meio de uma sucessão de intervenções específicas até conseguir o mais alto nível de saúde e bem estar (UNODC, *Drug Abuse Treatment and rehabilitation. A practical Planning and Implementation Guide*, 2003, p.119).

Esta posição menciona sucessivamente: a integralidade da abordagem, a implementação de conjuntos de serviços e oportunidades para maximizar o estado físico, social e mental, o fato que adicionalmente o tratamento se enfoca em diminuir as consequências sociais etc. Porém indica-se aqui um fato novo: o tratamento inicia no momento do encontro entre um abusador de drogas com um provedor de saúde ou com qualquer outro tipo de serviço comunitário... “qualquer outro tipo de serviço comunitário” é uma definição ampla e a menção da comunidade como “lugar” explícito da cura e do comunitário como adjetivo dos serviços é um passo significativo para o comunitário como substantivo e a comunidade como ator.

A contribuição seguinte, também da OMS, é particularmente significativa, como se verá, porque inclui elementos novos. O ponto de partida neste caso é o tema da aderência terapêutica no caso de doenças crônicas. Esta abordagem pareceu particularmente interessante porque a dependência de drogas é considerada uma doença crônica e porque o tema da aderência ao tratamento tem sido, durante os últimos trinta anos, um dos argumentos de debate, estudo, experimentação mais relevante (veja, por exemplo, o êxito da entrevista motivacional no qual o tema de aderência e continuidade da cura é tal vez o tema central) (Prochaska & Di Clemente, 1982; Miller & Brown, 1991).

Mesmo que a maior parte da investigação centrou-se na aderência a medicação, a aderência terapêutica também se relaciona a numerosos comportamentos relacionados com a saúde que sobrepassam o fato de usar as preparações farmacêuticas prescritas. Os participantes na reunião sobre aderência terapêutica da OMS, em junho de 2001, chegaram à conclusão de que definir a

Tratamento comunitário: primeira abordagem

aderência terapêutica como “o grau em que o paciente segue as instruções médicas” era um ponto de partida útil. Portanto, se pensou que o termo “médico” era insuficiente para descrever a variedade de intervenções empregadas para tratar as doenças crônicas. Ademais, a palavra “instruções” implica que o paciente é um receptor passivo, que consciente a assessoria especializada, em contraposição com um colaborador ativo no processo de tratamento (WHO, 2004).

Então: seguir as instruções médicas é um ponto de partida útil mas insuficiente seja pela complexidade de uma doença crônica, seja pelo fato de que seguir as

Tratamento é um conceito comum de todas as disciplinas e práticas em todas as áreas da vida humana. Em cada uma delas adquire um significado específico. Em algumas situações ou contextos, por exemplo nas ciências da saúde, nas ciências antropológicas, nas ciências sociais, as áreas de intersecção são amplas e frequentes. Por esta razão o uso de um conceito estritamente e rigorosamente limitado aos paradigmas de um campo específico de estudo e prática é, por um lado, insuficiente e, por outro, inoperante [1.15].

instruções implica a passividade do paciente com relação as instruções do médico. Esta passividade, no caso de doenças crônicas caracterizadas por estruturas compulsivas (como são em geral as dependências), faz que se instaure pouco a pouco uma dependência passiva limitante, na qual se busca o consenso do provedor de serviços até nos casos de mínimas

variações nos horários nos quais tem-se que assumir os fármacos ou fazer outras formas de tratamento. O conceito de colaborador ativo no processo de cura é uma notável abertura que leva ao conceito de comunidade como sujeito.

(Segue) Em particular, se reconheceu durante a reunião que a aderência terapêutica de qualquer regime reflete o comportamento de um tipo ou outro. São exemplos de comportamentos terapêuticos: buscar atenção médica, conseguir o medicamento receitado, tomar a medicação apropriadamente, vacinar-se, cumprir com as consultas de seguimento e executar as modificações nos comportamentos que abordam a higiene pessoal, o auto cuidado da asma

ou a diabetes, o tabagismo, a anticoncepção, os comportamentos sexuais arriscados, o regime alimentar inadequado e a atividade física escassa. (ibid.)

Bem: o leque de possibilidades comportamentais, ou atos terapêuticos, ou atos de tratamento se transforma, sendo mais amplo e complexo. Mais complexo porque na interrelação de todas estas ações ou comportamentos terapêuticos reside com frequência o segredo de seu êxito ou fracasso. Por outro lado, higiene pessoal, tabagismo, comportamento sexual arriscado, regime alimentar inadequado e atividade física escassa não acontecem em contextos vazios e, sim, densamente povoados por outras formas de sofrimento individual, familiar, de grupo, comunitário ou abertamente social. Portanto, reduzir esta enorme complexidade ao papel de comportamentos individuais pode resultar compreensivelmente empobrecedor. Seguindo na elaboração do conceito de aderência, os especialistas se encontraram com outro tema central.

Os participantes na reunião também assinalaram que a relação entre o paciente e o prestador de assistência sanitária (seja médico, enfermeira ou outro profissional de saúde) deve ser uma associação que recorre às capacidades de cada um. Na bibliografia, a qualidade da relação de tratamento se identificou como um determinante importante da aderência terapêutica. As relações de tratamento efetivos se caracterizam por uma atmosfera na qual se exploram meios terapêuticos alternativos, se negocia o regime, se trata a aderência terapêutica e se planeja o seguimento. (ibid.)

Efetivamente, a relação entre o prestador de assistência sanitária e o paciente é absolutamente central. Deve de ser uma “associação” (aliança terapêutica, diriam os psicanalistas) que recorre às capacidades de cada um. O tratamento implica que se acredite em uma sociedade: os dois atores do tratamento são sócios na exploração de meios terapêuticos alternativos etc.

Tratamento comunitário: primeira abordagem

O termo *sócio* é particularmente significativo no contexto do tratamento comunitário. O termo paciente foi pouco a pouco substituído pelo termo “*parceiro*”¹, que é uma palavra que vem da linguagem da rua em zonas marginalizadas e que pouco a pouco foi adotada por todos os atores que desenvolvem e experimentam esta abordagem. Por outro lado, o tratamento comunitário adotou plenamente as sugestões da OMS e buscou ver e esclarecer aquilo que acontece quando o parceiro não é um indivíduo, mas sim um grupo, uma rede ou uma comunidade inteira, e quando o sistema de vulnerabilidades não se reduz a uma doença específica e, sim, às consequências de processos de exclusão grave. A abordagem dos especialistas convocados pela OMS segue na sua tentativa definindo ulteriormente o conceito de aderência e, por consequência, também o de tratamento.

O projeto sobre aderência terapêutica adotou a seguinte definição da aderência ao tratamento prolongado, uma versão que funde as definições de Haynes (2) e Rand (3): O grau em que o comportamento de uma pessoa — tomar o medicamento, seguir um regime alimentar e executar mudanças de modo de vida — corresponde com as recomendações concordadas com um prestador de assistência sanitária.

Foi dada uma forte ênfase na necessidade de diferenciar a aderência do cumprimento ou observância. A diferença principal é que a aderência requer a conformidade do paciente com relação as recomendações. Acreditamos que os pacientes devem ser sócios ativos dos profissionais de saúde em sua própria atenção e essa boa comunicação entre ambos é um requisito essencial para uma prática clínica efetiva. (WHO, 2004, pp. 1-2)

1. Na história do tratamento comunitário há também histórias de palavras e etiquetas. Por exemplo, se chama as pessoas com as quais se trabalha: beneficiários diretos ou indiretos, intermediários ou finais, pacientes, clientes, população-meta etc. Nós percebemos que em realidade somos sócios e nos necessitamos mutuamente. Na linguagem da rua chegou a palavra “*parceiro*”, que resume bem esse conceito. Esta é a palavra que será utilizada com mais frequência nas seções seguintes.

Tem-se a impressão que as aberturas metodológicas e conceituais dos parágrafos precedentes foram fechadas nesta conclusão. Que se trate de aderência, de cumprimento ou observância parece que o princípio de base é o mesmo: que o paciente seja ativo em compreender, adotar e executar as indicações dos provedores de serviços sanitários. Neste âmbito os atores do tratamento comunitário enfrentaram um desafio. No caso dos processos de exclusão grave e suas consequências, as comunidades “sabem”, quer dizer que têm conceitos para elaborar aquilo que está acontecendo, têm medidas (métodos) para construir respostas, e têm respostas. O saber do “especialista” tem, então, sentido e eficácia se consegue incluir-se em um sistema de práticas e conhecimentos preexistentes. Neste sentido, o tratamento comunitário não é tratamento porque se coloca no lugar de quem tem o conhecimento, ou porque é o melhor, ou o mais eficaz, porque em sistemas complexos nenhuma destas possibilidades se realiza. No tratamento comunitário as pessoas, os grupos, as redes, as comunidades são sócios porque contribuem com seu conhecimento, porque a partir deste se constroem as respostas junto com as respostas construídas pelos “expertos” ou “especialistas” e porque são executores de ações de tratamento. De outra maneira o tratamento se transforma em um simples (é uma maneira de dizer) exercício de poder com resultados péssimos sobre a aderência (veja-se para isso a seção dois do texto da OMS que se está comentando: “A magnitude do problema da aderência terapêutica deficiente”, *ibid.* p. 7ss).

O tratamento comunitário respeita estas indicações uma vez que trata de uma abordagem “*comprehensive*” (abrangente). *Comprehensive* não se refere somente as tipologias das ações, mas também as tipologias dos atores. Os provedores de serviços não são unicamente médicos, enfermeiros ou outros operadores oficiais da saúde, e sim *gente comum*. Estes são capazes de pensar, planejar, executar ações, monitorar, avaliar, encontrar recursos, ser eles mesmos recurso interconectando-se com outras pessoas comuns ou com um papel oficial. Com tudo isto o tratamento comunitário é uma abordagem construída a partir de evidências, estruturada em fases, que descreve claramente seus conceitos, os processos e as ferramentas de trabalho, que tem instrumentos e processos de avaliação de resultados e de impacto

Tratamento comunitário: primeira abordagem

que levam à produção de evidência científica. Se diferencia talvez dos conceitos de tratamento que se estão analisando pelo fato que não é um “conjunto” de serviços e oportunidades e, sim, um “sistema” no qual a ordem não é linear (típico de um protocolo) mas complexa (recursiva, influenciada pelos processos descritos pela cibernética dois). Distingue-se, também, da abordagem da OMS (abordagem que reconhece e aplica) razões. A primeira tratamento não drogas mas, sim, fatores, fenômenos caracterizam as vulnerabilidade, comunidades com implementa. A inclui no processo tratamento também terceira é que o

Acima/Abaixo. No âmbito do tratamento comunitário acima/abaixo se referem a processos ou políticas. Acima/abaixo se identifica neste momento a partir de três critérios: *Representatividade* (o presidente da República está acima do prefeito). *Reconhecimento jurídico* (uma ONG está acima de um grupo em processo de reconhecimento jurídico). *Formalização/organização*: ter um projeto, modalidades de comunicação internas e externas, acordos explícitos, modalidades acordadas de ação etc. (um grupo organizado, por exemplo, um grupo de autoajuda, está acima de um grupo de amigos que se encontram no fim de semana) [1.16].

por três outras porque inclui no somente o tema de todos aqueles e experiências que condições de risco ou danos das as quais se segunda porque e no marco do a prevenção. A tratamento

comunitário privilegia os processos de baixo para cima (e as políticas de baixo para cima) sem ignorar a importância e a necessária complementaridade com os processos/políticas de cima para baixo. Adotando esta abordagem, o tratamento comunitário evidencia a importância da participação e dos recursos das pessoas e comunidades em estado de alta vulnerabilidade, de seu protagonismo que lhes assegura existência e sobrevivência também em situações de abandono, exclusão por parte das instituições dos Estados e esquecimento por parte de suas políticas públicas. Para concluir, o tratamento comunitário pode ser visto como uma abordagem com duas faces: olhando de um lado, “tratamento” no marco dos processos de saúde-doença-saúde (políticas de saúde pública) e, por outro, a “ação social” (assim como a entendem Weber e Pareto), no marco dos processos de bem estar social–sofrimento social–bem estar social (políticas de integração social). Isto significa que o tratamento comunitário pode ser visto como tratamento, com relação

às indicações da OMS, e como ação social, com relação a tradição sociológica, psicológica e psicossocial.

Tratamento comunitário

Viu-se, então, como o tratamento comunitário busca ser abrangente, quer dizer incluir articulando. No momento atual um conceito inicial de tratamento comunitário poderia então ser o seguinte: *o tratamento comunitário (TC) é entendido como um conjunto de processos no qual se articulam atores, conceitos, ações, instrumentos, práticas e recursos organizados cujo objetivo é promover o melhoramento das condições de vida das pessoas, grupos, redes, comunidades vinculadas em processos de exclusão social grave por diferentes razões.* Dos atores e as ações falou-se na seção precedente. Ilustram-se, agora, alguns elementos (condições de vulnerabilidade) que contribuem para traçar o perfil do amplo universo da exclusão e de suas manifestações.

Estes elementos foram resumidos em um conjunto de itens que constituem uma parte do instrumento de diagnóstico rápido (HPC) utilizado para sistematizar observações de campo no tratamento comunitário (veja-se, para isso, a Tabela nº 1)

Esta abordagem atua também na melhoria das condições de vida na comunidade local, na que moram as pessoas, os grupos, as redes que vivem estas condições de vulnerabilidade. O tratamento comunitário também acompanha as pessoas que desejam superar a dependência de drogas usando processos comunitários criados com este propósito.

Tabela 1. Conjunto de indicadores de vulnerabilidade no momento do estabelecimento do primeiro contato. Ver: Tratamento Comunitário, Glossário Crítico.

28. CONDIÇÕES NO PRIMEIRO CONTATO		
1- Substâncias/ álcool	14- Apoio econômico	27- Problemas familiares
2- Condutas antissociais	15- Escolares	28- Transtorno <i>Stress</i> Pós-traumático.
3- Psiquiátricas	16- Exclusão Grave	29- Analfabetismo
4- Comportamentais	17- Violência Intracomunitária	30- Problemas sexuais
5- Relacionais	18- Redes Interinstitucionais	31- Violação da criança
6- Violência Intrafamiliar	19- Crises psicológicas	32- Outras dependências
7- Violação adultos	20- Capacitação e Formação	33- Uso de drogas por via endovenosa
8- Trabalho sexual	21- Organização e planejamento	34- Hepatite
9- Legal	22- HIV/Aids	35- Deslocamento
10- Gravidez/Parto	23- ETSs	36- Migração/ Imigração
11- Doenças	24- Trata/tráfico de pessoas	37- Estigma por identidade sexual
12- Pobreza Extrema	25- Sem Trabalho	38- Outro
13- Vida na rua	26- Tuberculose	

O tratamento comunitário propõe que o trabalho seja desenvolvido dentro da comunidade onde a pessoa vive, e não retirando-a do ambiente no qual ela se desenvolveu, promovendo para isto ações que melhorem este ambiente, modificando

com diferentes graus de intensidade as redes de relações (subjetivas, primárias etc.) desta pessoa/grupos/famílias com os demais membros, grupos, redes da comunidade. É por esta razão que se considera que a “institucionalização do tratamento”, que implica uma exclusão da pessoa de sua comunidade de vida, não é necessária, sem desconhecer que às vezes pode constituir uma excelente ferramenta, ou uma fase, em um processo mais amplo e complexo. O tratamento comunitário é desenvolvido em conjunto com a própria comunidade, junto com ela e por meio dela.

Para que serve o tratamento comunitário?

Para que serve o tratamento comunitário? Em termos simples, o tratamento comunitário serve para todas aquelas pessoas, famílias, grupos, comunidades para as quais os tratamentos institucionalizados não deram os resultados esperados, ou nos quais estes não são adequados, ou nos que as pessoas não desejam, não querem ou não podem encontrar respostas a suas necessidades.

Por razões didáticas adota-se um conceito restritivo do tratamento institucionalizado. Considera-se que este tipo de tratamento se caracteriza pelos seguintes elementos: (i) implementado por equipes pertencentes a uma instituição, (ii) em contextos institucionais (clínicas, hospitais, comunidades terapêuticas, centros de recuperação. Se da por entendido que o tratamento comunitário e os tratamentos institucionalizados não se excluem mutuamente, ao contrário, são todos partes das respostas produzidas no contexto de alta exclusão caracterizados por consumo de drogas e outras formas de sofrimento social [1.17].

Este enfoque tem consequências. A primeira é que o tratamento comunitário não é uma panaceia; a segunda é que não substitui outras formas de tratamento; a terceira é que se insere e se articula com um contexto de respostas para garantir uma maior cobertura e, às vezes, uma maior aderência a outras formas de tratamento (ver, por

exemplo, a articulação entre tratamento comunitário e serviços de redução de danos); a quarta é que comunitário não significa “não individual”, não significa “não

Tratamento comunitário: primeira abordagem

familiar”, “não grupo”, mas sim a articulação e a integração destas abordagens são válidas em um dispositivo no qual se encontre incluída toda a comunidade.

O que se espera ao implementar um processo de tratamento comunitário? Se esperam duas ordens de efeitos. O primeiro, que se pode chamar *efeito estratégico*, é incidir na organização das comunidades de maneira que se aumentem as dinâmicas de inclusão com relação as de exclusão. Este primeiro resultado pode também ser chamado: construção de um dispositivo de base, e pode-se pensar que possa coincidir por alguns aspectos com processos de mobilização e desenvolvimento da comunidade, por um lado, e de prevenção universal e seletiva, por outro. O segundo é contribuir para gerar respostas com e para as pessoas, grupos ou comunidades que se encontram em condições de exclusão grave. Com estes atores o Tratamento Comunitário busca ser uma oportunidade, um espaço para participar e compartilhar de maneira que se recupere e se estabeleça a capacidade de sonhar como primeiro passo até o conhecimento de si mesmos e, então, de mudanças e melhoramento em suas vidas (ver Capítulo 2, “Uma base segura”).

Como todas as abordagens, também o tratamento comunitário tem seus limites e por isto não substitui outras abordagens e, sim, tem que se articular com elas e vice-versa e, às vezes, integrar se com elas ou vice-versa.

Por outro lado, uma comunidade local não é uma entidade social ideal, ao contrário, também ali tem marginalização, exclusão, expulsão, violência, indiferença, infinitas formas de abandono.

Em uma comunidade local não existe somente recursos e soluções, existe também problemas e oposições, resistências a mudança e persistências.

Os atores de uma comunidade local não sabem tudo... mesmo que saibam muito mais do que um pode supor, para defender-se melhor com frequência não desejam saber tudo e participam em processos de ocultamento e invisibilização [1.18].

Os *objetivos gerais* do tratamento comunitário podem ser considerados como fases de um caminhar não-linear, realizado em parte por caminhos que existem e em parte por caminhos que se deve criar, por caminhos que sempre se cruzam com outros e também entre si. O tratamento comunitário é um espaço (real, relacional e simbólico) no qual as pessoas, grupos ou comunidades, as redes dão sentido e

ordem a este caminhar. Entre os objetivos deste caminhar encontram-se os seguintes:

Frear e Deter o agravar-se dos processos destrutivos, os que são promovidos de fora e os que são promovidos no interior das comunidades. Deter o agravar-se não significa que estes processos desaparecem... e, sim, que não pioram. Se se fala, por exemplo, de condutas ou estilos de vida de risco, o que se busca conseguir é que estes não piorem: que se detenha o aumento do consumo de drogas, de condutas sexuais de risco, assim como das relações perigosas (violência manifesta, roubo, vida na ilegalidade etc.), quer dizer, que a situação de dor e sofrimento não siga agravando-se. Se se fala de participação na vida comunitária o que se busca é que os processos de estigmatização, marginalização, expulsão percam sua força e impacto, sejam freados, por um lado por uma mudança de atitude das pessoas em risco de serem excluídas e, por outro, por uma mudança de atitudes dos atores e as redes sociais que produzem e implementam processos de expulsão.

Aumentar a segurança. Busca-se, também, que se aumente a segurança das condutas de risco que existem. Dizendo isto afirma-se que neste momento não se busca remover as condutas de risco mas, sim, diminuir o risco nas condutas. Os exemplos mais conhecidos são: não misturar drogas, não utilizar substâncias das quais se desconhece a composição; usar agulhas novas, usar líquido de solução estéril, usar preservativos nas relações sexuais, lavar-se periodicamente, comer regularmente, não participar em acontecimentos de violência física, não ter exclusivamente amigos vinculados com a delinquência etc.

O aumento da segurança relacionada com as condutas de risco significa também: (a) encontrar novas formas na resolução de conflitos entre atores comunitários; (b) encontrar formas para conter os efeitos da estigmatização e da marginalização; (c) promover novas formas de vida social, de relações comunitárias “amigáveis” baseadas em relações mais justas; (d) estabelecer e implementar uma abordagem baseada no respeito dos direitos fundamentais.

Tratamento comunitário: primeira abordagem

Melhorar as condições de vida por meio da redução ou diminuição das condutas de risco e de suas consequências. Neste caso busca-se superar os contextos e as condutas de risco. Aqui a diminuição das modalidades violentas e excludentes de resolução das diferenças/conflitos comunitários é objetivo explícito, como são (a nível individual): (a) diminuir o uso de substâncias; (b) a quantidade e tipo de condutas de risco (sexuais, relacionais, de conflito etc.) e estilos de vida de risco (vida de rua e na rua, participação em grupos de alto risco); (c) a modificação das redes subjetivas comunitárias e das redes primárias. Entende-se, mesmo assim, que diminuir o impacto de condutas e fatores de risco não significa automaticamente melhorar as condições de vida. Estas melhoram por meio de posições, programas e políticas afirmativas (Rosero-Labré & León Díaz, 2009).

Melhorar as condições de vida por meio de propostas de vida no nível individual, familiar, de grupo e comunitário, de maneira que sair do consumo problemático de drogas, da exploração sexual, da participação na vida em grupos a margem da lei, das dinâmicas de exclusão não seja ir até o nada, mas sim até uma vida com sentido (participação social, autonomia econômica, sustentabilidade cultural etc.).

Deixar o consumo de drogas. O tratamento comunitário promove fundamentalmente que as pessoas e as comunidades consigam amadurecer uma posição não destrutiva até as drogas. Esta posição pode tomar aspectos diferentes. Em alguns casos, não é necessário deixar de consumir; em outros sim, de outra maneira a vida não seria vivível. A fronteira entre as duas posições nem sempre é clara e nem mesmo é possível produzir clareza suficiente para uma tomada de decisão. Existem, sem dúvida, evidências e experiências que podem ajudar e orientar na tarefa. Considera-se aqui, como se mencionou em seções precedentes, que “deixar a droga” envolve e inclui-se em um sistema de vulnerabilidades mais amplo (ver Tabela 1), e é então utilizado como epifenômeno ou como um caso exemplar de um sistema mais amplo e complexo de vulnerabilidades e sofrimento social.

O início do tratamento comunitário: a investigação na ação

O início do tratamento comunitário dependerá do ponto no qual encontram-se aqueles que pretendem aplicá-lo, e o contexto geral da comunidade com a qual se pretenda trabalhar. O ator que decide iniciar este processo, por exemplo, pode ser uma organização presente em uma comunidade de alto risco que trabalha com usuários de drogas com um modelo institucionalizado, ou que unicamente faz prevenção nas escolas, ou um grupo informal interessado em “fazer algo” para os moradores de rua, ou um grupo conectado com atividades de uma escola ou igreja, ou de uma pessoa interessada e comprometida, um líder político... cada um deles já havia iniciado seu “trabalho social”. Por isso, o tratamento comunitário não busca suspender a ação que cada um destes atores estão implementando, nem substituí-las. Isso depende das condições iniciais de cada ator, e das estratégias que se querem realizar. Esta modalidade de adotar o tratamento comunitário se chamou *investigação na ação*, indicando com isto que esta abordagem busca articular-se com o que já existe, não necessariamente substituí-lo.

Investigação na ação e situação inicial. Entre os atores históricos que desenvolveram o tratamento comunitário deram-se diferentes situações iniciais.

Entre as condições iniciais encontram-se as seguintes (ver identidade dos parceiros na Introdução): comunidades terapêuticas, trabalho de rua e de comunidade, trabalho nas prisões e com pessoas vinculadas com o regime prisional, desenvolvimento comunitário, intervenções com mulheres em comunidade aberta e em instituições, comunidades indígenas, trabalho com grupos específicos em contextos abertos ou fechados (menores, mulheres, pessoas vinculadas ao trabalho sexual, pessoas vinculadas com o microtráfico de drogas, com trata etc.), programas de advocacia e direitos humanos, incidência política, participação na construção das políticas públicas etc.

A expectativa é que os processos que estão sendo realizados e o Tratamento Comunitário possam construir espaços comuns, enriquecer-se e transformar-se

Tratamento comunitário: primeira abordagem

reciprocamente. Considera-se que é a investigação na ação a ferramenta ou a estratégia que favorece este processo.

Não existe um “início ideal” do tratamento comunitário. Sendo que este se baseia no estado dos processos e dinâmicas relacionais dos atores comunitários no momento no qual se inicia... depende destes. Mesmo assim, é possível também falar de um “início” se se aceita que este é o resultado de uma descontinuidade produzida pelos atores que, em um determinado tempo e contexto, decidem “iniciar” conjuntamente algum tipo de ação social ou de tratamento [1.19].

Entre os passos necessários para a implementação do tratamento comunitário existem alguns que podem ser considerados ao mesmo tempo suas preliminares e sua parte integrante. Preliminares porque preparam o tratamento, parte do tratamento porque sua realização produz também efeitos nos atores que participam, sabendo que alguns deles são atores comunitários. Entre os passos mencionam-se os seguintes:

- (i). Construir uma equipe;
 - a. Iniciar um processo de formação comum;
 - b. Realizar uma capacitação de base;
 - c. Produzir perfis operativos diferenciados;
- (ii). Produzir um modelo organizativo;
- (iii). Identificar a comunidade local (território).

Quem inicia o tratamento comunitário? Qualquer ator que decida fazê-lo. Melhor é se este ator começa constituindo um grupo ou uma equipe, transformando-se desta maneira em uma forma explícita de “ator” em “ator social” [1.20].

Sugere-se que as primeiras três ações sejam desenvolvidas no mesmo período. O modelo organizativo e a eleição da comunidade podem ser produtos finais deste primeiro período de trabalho. Se a equipe inicial quer que os efeitos desta fase tenham repercussões também na comunidade na qual se pretende trabalhar, é necessário que esta seja identificada antes de iniciar o processo e que atores dessa comunidade sejam incluídos neste processo (Ver para isso, em particular, os capítulos 2 e 3).

Não é necessário que todos os passos/ações previstas antes de iniciar o processo sejam completamente alcançados. Mas é preciso que todos tenham sido iniciados, que a equipe tenha sido claramente constituída, que exista um consenso de base entre os atores envolvidos com relação ao modelo organizativo, e que a comunidade local tenha sido escolhida. Se verá mais adiante, de maneira mais detalhada, cada uma das etapas desse processo. Falar de etapas significa falar de processo, mesmo assim neste caso o processo “ideal” nem sempre corresponde ao processo real; as turbulências e as dinâmicas de uma comunidade local caracterizada por condições de alta vulnerabilidade tornam às vezes imprevisível a ordem do processo, que sempre resulta ser não linear, recursivo... em uma palavra: complexo.

Construir uma equipe inicial, uma rede operativa

Equipe inicial: objetivos, processos e atores

O processo de construção de uma equipe segue dois eixos simultâneos: escolher as pessoas em função de uma identificação operativa, quer dizer, que trabalhem na mesma área, tenham conhecimento prévio etc., e, ao mesmo tempo, mesclar pessoas com profissão escolarizada (formal) e pessoas com experiências profissionais no campo (formação por meio da experiência).

Os atores. Em geral fazem parte de uma equipe os profissionais da área de saúde pública e trabalho social que tenham experiência na área de prevenção, tratamento e integração social, além de operadores (“educadores” ou, de forma genérica, aqueles que participam no projeto), que sejam ex-pares (aqueles que completaram com resultados positivos o processo de reabilitação) e pares (que tenham as mesmas características da população foco do projeto) (EMCDDA, 2009). O conceito de par ou ex-par que se utilizou tem sentido em particular na área de drogas. Como o tratamento comunitário inclui outras formas de sofrimento social e vulnerabilidades, este conceito tem que ser modificado. Considera-se *par* toda

Tratamento comunitário: primeira abordagem

pessoa que vive uma ou mais das condições de vulnerabilidade ou formas de sofrimento mencionadas na Tabela 1 (ver mais acima) ou outras todavia não incluídas nesta lista muito resumida. Em termos gerais pode-se considerar que todas as pessoas que vivem em uma comunidade de alta vulnerabilidade são “pares” entre eles. Por consequência, todos podem ser incluídos na conformação de uma equipe com a condição de par.

O *objetivo* dessa formação é construir uma rede operativa para poder formar uma equipe. A *rede operativa* (RO) é composta por todas as pessoas que participam na realização das diferentes tarefas do projeto, independentemente se são membros da equipe ou não (para mais detalhes, ver Capítulo 3).

Equipe inicial: boas práticas e dificuldades

Desde o começo é importante que se estabeleça uma reflexão sobre as diferentes funções e tarefas de cada membro dentro da equipe e das relações com os nós das redes subjetivas comunitárias de cada um deles. Este processo de esclarecimento ajuda a evitar posições de fusão entre operadores, que produzem a sua vez a fusão entre processos de trabalho, e não respeito dos limites e conteúdos de cada função. Também é útil a criação de um espaço crítico, no qual as motivações de tipo ideológico e de identificação encontrem um canal produtivo e um sentido de equipe. Este é o resultado de um processo de formação comum.

Resulta útil que todo esse processo seja acompanhado por um supervisor externo, de maneira que exista um lugar no qual possam ser depositadas e elaboradas as experiências psíquicas produzidas por diferenças e conflitos, reduzindo desta maneira o “sofrimento social” dos membros das equipes e das redes operativas.

É importante ressaltar que os operadores pares (porém não exclusivamente eles), aqueles que mantêm as mesmas características da população que é *parceira* direta das ações de um projeto ou de uma política, necessitam de uma estrutura forte de equipe, capaz de conter e elaborar afetos, emoções, atitudes e condutas que

interferem com a qualidade de vida das equipes e com a realização das tarefas. Estas experiências psíquicas e condutas são, às vezes, o resultado das relações entre os membros da mesma equipe e também da história de sofrimento social e individual com a qual cada pessoa contribui para a formação da equipe.

Dentro do processo de construção da equipe, existem também as dificuldades de enfrentar-se os ciúmes recíprocos entre os profissionais que fizeram uma carreira acadêmica (médicos, psicólogos etc.) e os operadores não profissionais, em função das diferenças de linguagem e de salários. O princípio de equidade pode ajudar a esclarecer estes aspectos e dar-lhes um canal operativo.

Iniciar um processo de formação comum

A constituição da equipe exigirá uma formação específica para a atuação no tratamento comunitário. A formação comum busca, entre outros: (i) produzir e levar todos a um estilo de trabalho comum; (ii) esclarecer e transformar em plano de ação os objetivos de um determinado programa ou projeto; (iii) dar forma a um sistema de relações no interior da equipe e com os parceiros da comunidade, alcançando dessa maneira uma cultura organizativa; (iv) produzir um modelo operativo eficaz e eficiente no qual se encontram e articulam diferentes papéis e funções, tarefas e responsabilidades.

Esta formação comum contribui também na construção da Rede de Recursos Comunitários (RRC), que participa na realização das diferentes tarefas do projeto, na implementação de seus serviços e no alcance dos objetivos institucionais. Como se verá, a RRC pode incluir atores que procedem das instituições e organizações (neste sentido, atores formais) e não formais (pessoas disponíveis a participar na tarefa).

Este processo de formação comum pode se dar em duas fases diferentes. A primeira fase é aquela que se chamou de inicial, quer dizer, antes de iniciar a implementação do tratamento comunitário, e pode coincidir com a fase de construção

Qual é a diferença entre a equipe e uma rede operativa? A equipe está formada pelas pessoas que a compõe e pelas dinâmicas relacionais entre elas. Uma rede operativa esta composta pelas pessoas que formam a equipe e todos os nós da rede subjetiva comunitária que participam na implementação de alguma ação do tratamento comunitário (incluindo as ações de vinculação). Uma rede operativa é na realidade, uma rede de redes que se baseia nas redes subjetivas comunitárias de todos seus membros [1.21].

do dispositivo de tratamento (veja-se Capítulo 2). Lembra-se, de toda maneira, que também a fase de construção do dispositivo produz mudanças no sistema de relações e, por consequência, é tratamento. A segunda é aquela que se realiza durante o processo de trabalho (com frequência semanal ou cada 15 dias ou cada mês). Esta segunda modalidade

evidencia como a formação se torna um processo contínuo, é o processo que garante a sustentabilidade metodológica do tratamento comunitário e sua capacidade de adaptar-se aos movimentos dos contextos nos quais opera.

Recomendações

A equipe em formação é de fato um grupo aberto, isto significa que pode ter pessoas que ingressam e outros que se vão. A capacidade de manter o grupo “aberto” (quer dizer com um certo *turn over*) garante que o grupo se organize como rede e não como entidade fechada. A compreensão e o governo da permeabilidade das fronteiras desta equipe em formação é um dos elementos da mesma formação, e a ausência de permeabilidade pode ser entendida como um sintoma de que algo não está funcionando apropriadamente na cultura organizativa.

A eleição da pessoa que acompanhará (supervisor externo) a formação da equipe deve fazer-se obedecendo aos critérios da abstinência e neutralidade, quer dizer, esta pessoa não deve ter outros tipo de relação com a equipe ou a instituição.

É necessário levar em conta que a construção de funções e papéis claros é fundamental e caracterizada por dinâmicas complexas; por exemplo a tendência a considerar as funções e papéis como uma espécie de refúgio ou privilégio por parte dos profissionais com treinamento formal, e a tendência a considerar as mesmas como esquemas inúteis que impedem a espontaneidade por parte de operadores que foram formados por meio da experiência [1.22].

Durante a formação comum é conveniente que sejam desenvolvidas atividades de trabalho de grupo autocentrado, quer dizer sobre motivações, expectativas, relações, representações relativas à própria equipe, balanceadas com atividades de trabalho em grupo com conteúdos externos às experiências do próprio grupo, estudando, por exemplo, diferentes modelos operativos e organizativos, experiências tomadas da literatura, visitas a outras experiências, participação em eventos culturais e científicos, entre outros.

Dificuldades e desafios

No processo de formação comum da equipe e da rede operativa pode-se encontrar algumas dificuldades. Entre estas: a heterogeneidade das experiências e linguagens, dos pertencimentos culturais (diferenças de culturas), das expectativas e necessidades dos membros, das motivações aparentes e não manifestas etc.

Uma das dinâmicas da equipe durante sua fase de construção é que tem a tendência a fechar-se, não permitindo o ingresso de novas pessoas ou excluindo as que não conseguem (ou não querem) adaptar-se as regras que o grupo produz para poder se constituir.

Quando se inicia um processo de formação comum é difícil encontrar – desde o início – o lugar da comunidade como “ator do processo” e, mais ainda, o lugar da equipe entre os atores da comunidade. A comunidade é ator do processo através da participação de alguns de seus atores nas atividades de formação, e a equipe pode ser ator comunitário por meio da participação em acontecimentos da vida cotidiana da comunidade (festas comunitárias, acontecimentos da vida civil, religiosa, cultural,

Cultura organizativa/Cultura profissional. A cultura organizativa está constituída pelos valores éticos, os conceitos e estruturas de referência filosóficas, os métodos, os instrumentos, as práticas de trabalho de uma organização ou de uma equipe e de suas relações entre todos os atores que a integram, incluindo os produtos destas relações

Modelo operativo: O modelo operativo/organizativo é um dos elementos da cultura operativa/organizativa de uma entidade. O modelo organizativo descreve funções, tarefas, responsabilidades e articulações entre os atores do modelo, enquanto sejam atores do modelo. [1.23]

Tratamento comunitário: primeira abordagem

política etc.). O que se busca é articular os temas da formação com as relações entre seus atores (incluídos os comunitários).

Finalidade

O objetivo da realização de um processo de formação comum que inclui uma capacitação de base é produzir um marco comum de conceitos, conhecimentos, práticas e linguagens, onde sejam desenhadas com clareza as necessidades de capacitação da equipe e da rede operativa.

Sugestão metodológica

Para implementar a capacitação de base, pode-se adotar uma estratégia parecida à que se utiliza no SET² (ver mais adiante no Capítulo 4). No momento em que se estabelece um plano de trabalho para a capacitação de base é necessário, também, ter um conjunto de temas, argumentos, conhecimentos, competências que sejam objetos desta capacitação. Estes temas/argumentos teriam que se organizar de maneira que respondam pelo menos a dois critérios: resgatar e respeitar o conhecimento existente na comunidade no tema de tratamento dos processos de sofrimento social e de exclusão grave (incluindo o uso de drogas), e resgatar e respeitar o papel dos atores comunitários. A pergunta é, como se obtém esses temas? A sugestão é que se dê uma primeira descrição da abordagem do ECO² e recorrer a temas geradores (Milanese, Merlo, & Laffay, 2001, p. 93ss). Os temas geradores são considerados geradores porque tem a função de “fazer pensar”, de planejar algumas perguntas que favorecem a construção coletiva do conhecimento e, por meio deste processo, a construção de competências, capacidades e de conhecimentos necessários para a ação (Milanese, 2009).

A **Rede de Recursos Comunitários** é uma entidade (rede) constituída pelas relações entre todos os atores sociais (pessoas, grupos, instituições) que foram contatados diretamente pela equipe ou a rede operativa, e que tem disponibilidade e competências para participar ativamente nos processos de tratamento comunitário. A rede de recursos comunitários pode ser formal (processos de acima para baixo) ou não formal (processos de baixo para cima) [1.24].

2. SET (Sistema Estratégico de Tratamento) deriva em parte do SiDiEs (ver para isso as duas primeiras edições deste Manual de Trabalho). A transformação do SiDiEs em SET foi motivada pelo fato que o SiDiEs foi e é utilizado como modalidade de tratamento além de diagnóstico.

*ECO*². É um modelo para construir modelos (uma ferramenta que serve para construir outras ferramentas), nasceu porque diversas organizações que trabalhavam em diferentes áreas do “sofrimento social” haviam entendido que, para garantir continuidade, sustentabilidade (política, metodológica, técnica) e qualidade no seu trabalho, necessitavam cada uma delas da experiência e dos conhecimentos, e organizativas consequência, era trabalhar em rede.

O primeiro construir uma forma que entender-se entre identificaram e elementos desta teorias, métodos etc.) e sobretudo, buscaram formas através das quais a diversidade que os caracterizavam pudesse articular-se e, em alguns casos, integrar-se sem se confundir.

Uma fragilidade particular é produzida pelas formas de discriminação que podem derivar das diferenças entre os profissionais com formação específica, como psicólogos, médicos, trabalhadores sociais etc., em relação a quem não tem uma profissão formal. Por outro lado, os operadores que se formam através da experiência podem discriminar aos que não tiveram experiência direta no campo, ou não tenham sido ou não são pares [1.25].

das culturas operativas das outras; e, por útil aliar-se e começar a passo consistiu em linguagem comum de pudessem dialogar e sí; sucessivamente construíram alguns dos ferramenta (conceitos,

Daí vem as decisões de adotar conceitos como: sistema, complexidade, representações sociais, redes, comunidade, complementariedade etc. Adotaram-se estes porque pareciam, por um lado, coerentes com um marco de referência profissional e científica na área da redução da demanda de drogas e da ação social e, por outro, eram os que mais garantiam o respeito das diferenças, os que davam as maiores garantias de poder produzir formas de trabalhar juntos (ver também: Machín; Velasco, Silva & Moreno, 2010).

O **SET (Sistema Estratégico de Tratamento)** é uma ferramenta produto de ECO² que se inspira no SIDiEs e é utilizada no Tratamento Comunitário. O SET será descrito detalhadamente na Parte IV deste livro. Esta ferramenta pode ser considerada um marco lógico que orienta o tratamento [1.26].

Para respeitar os critérios que se mencionaram nos parágrafos anteriores, resulta útil distinguir entre dois tipos de temas geradores: os temas geradores induzidos e os temas geradores espontâneos.

O primeiro grupo de temas é o resultado da experiência dos membros da equipe, de sua formação profissional, do estudo de fontes secundárias sobre a vida na comunidade etc. São chamados temas geradores induzidos porque são temas que a equipe propõe que sejam incluídos no plano de formação (neste sentido: induzidos).

No segundo grupo encontram-se temas que são propostos pelos atores comunitários. Neste ponto, nos encontramos com duas perguntas: quais atores comunitários? e como são coletadas as informações que permitem identificar os temas?

Para responder a primeira pergunta pode-se recorrer, pelo menos, a dois caminhos: o primeiro é proceder a construção de uma rede operativa, o segundo é começar a evidenciar a rede de líderes formais e não formais na comunidade.

Foi dito que a rede operativa é composta pelos membros da equipe e pelos nós da Rede Subjetiva Comunitária (RSC) de cada um deles que participam em ações de tratamento comunitário. Por outro lado, a rede de líderes de opinião formais é constituída pelos líderes formalmente reconhecidos pertencentes à comunidade e as relações que os vinculam. A rede de líderes não-formais de opinião é constituída por pessoas que os habitantes da comunidade consideram líderes de opinião por certas razões (por exemplo, ter

Temas geradores espontâneos. Na medida em que isto seja possível, quando se fala com atores comunitários resulta útil registrar as comunicações das pessoas reproduzindo fielmente sua linguagem (palavras, frases, sintaxes). Isto permite registrar os temas geradores em uma linguagem mais compreensível, e mais tarde, ter um material original para a construção de um instrumento de avaliação de desenvolvimento das representações sobre estes assuntos [1.27].

tomado uma iniciativa em um momento de dificuldade comunitária, ter-se distinguido por ações significativas, ter a capacidade de influenciar nas decisões das pessoas etc.) ou por determinados assuntos (por serem as pessoas que se consultam em momentos de necessidade sem que por isto possam ser consideradas representantes formais da comunidade).

Como se verá (Capítulo 3), a construção da rede de líderes de opinião, em particular não-formais, é uma das tarefas principais da construção de um dispositivo comunitário. Por esta razão se recomenda não abordar este tema na fase de capacitação de base para deixá-lo a uma fase posterior.

Sugere-se, assim, proceder integrando um grupo de trabalho no qual se encontram os membros da equipe inicial e alguns nós de sua rede subjetiva

comunitária (no estado em que esta rede subjetiva se encontre). Neste caso, a meta é ter um grupo no qual, incluindo os membros da equipe e membros das redes subjetivas comunitárias, pode-se contar com umas 20 pessoas.

O segundo passo deste processo é identificar um certo número de temas geradores induzidos e alguns espontâneos.

Os temas induzidos derivam da experiência e da investigação na ação, implementada desde 2002 pelas organizações que desenvolveram o Tratamento Comunitário. Entre os temas podem-se incluir os seguintes: comunidade, comunidade local, redes (conceitos e alguns processos de construção e fortalecimento de redes), grupos (conceitos e alguns processos de construção e gestão de suas dinâmicas), sofrimento social (consumo de drogas, violência na

Limites da abordagem com os temas geradores utilizando a rede operativa. Sendo a rede operativa uma construção social que se baseia nas relações amigáveis que um operador pode ter com membros de uma comunidade na qual trabalha, esta rede está influenciada por este tipo de relações e pode então constituir uma dificuldade na identificação dos temas geradores espontâneos.

Por outro lado, não existe uma rede que não esteja influenciada pelo tipo de relações entre seus nós (sem relações não existe rede). Por consequência, é essencial que sejam esclarecidas as relações (pelo menos aquelas que oficialmente definem a razão pela qual essas pessoas estão incluídas nesta rede) entre os nós que constituem essa rede [1.28].

Tratamento comunitário: primeira abordagem

comunidade, violência nas famílias), desvio social, minorias ativas, sistema estratégico de tratamento, exclusão social (na família, na escola, na vida produtiva, na saúde, na cultura etc.), persistência, resiliência, empoderamento social, prevenção, redução de danos, reabilitação, cura, integração social, trabalho de rua, trabalho de comunidade, profissionalização/perfil profissional, trabalho em equipe, avaliação etc.

Os temas geradores espontâneos podem ser obtidos seguindo diferentes caminhos: (i) um *grupo focal* com os nós das redes subjetivas comunitárias dos membros da equipe; (ii) uma entrevista informal semiestruturada feita com pessoas que se encontram durante uma ação de vinculação (construção de relações e de contatos) na comunidade. Entre as perguntas, no caso do *grupo focal* que dá entrevista semiestruturada, podem-se listar as seguintes: quais são as coisas/argumentos das quais se fala com mais frequência nestes dias, na comunidade? Quais são os temas os quais você fala com mais frequência? O que incluiria entre as maiores preocupações dos habitantes desta comunidade?

Como se observa, as perguntas têm também a finalidade de manter o campo dos temas o mais aberto possível, de maneira que se possa (i) ter uma ideia do que existe no discurso dos habitantes das comunidades (não somente problemas como, também, interesses, recursos etc.); (ii) ter um mapa dos temas que os preocupam e localizá-los no mapa maior dos temas que caracterizam seu discurso; (iii) localizar os temas geradores induzidos no marco do discurso da comunidade.

A capacitação de base é também um processo de aproximação da equipe à comunidade na qual, até agora, se evidenciaram dois aspectos: (i) o início da constituição de uma rede subjetiva comunitária que sirva como base para a constituição da rede operativa; (ii) a aprendizagem, por parte da equipe, da linguagem da comunidade, que é o meio de comunicação mais próximo ao campo semântico das pessoas dessa comunidade.

Recomendações e desafios

- ☀ O desenvolvimento deste processo de capacitação deve adaptar-se às necessidades do projeto e ter uma certa continuidade.
- ☀ É útil desenvolver, de acordo com os perfis profissionais de cada membro do grupo, processos individualizados de capacitação.
- ☀ Vê-se a importância de que todos os membros da equipe que realizam a capacitação de base conheçam, com o mesmo nível de qualidade, o conjunto de conceitos, práticas, processos e instrumentos considerados essenciais para o entendimento do modelo de tratamento comunitário. Entre os temas e argumentos é importante incluir a construção de instrumentos de avaliação e monitoramento da formação da equipe. Uma boa avaliação de conhecimentos e capacidades existentes nos membros da equipe e das necessidades de capacitação, evita cair no erro de imaginar que todos começam do zero.
- ☀ Constata-se que é oportuno distinguir entre formação e capacitação, e que os resultados da capacitação são melhores se se enfocam na tarefa. Obtém-se bons resultados, também, quando a capacitação de base é estruturada em unidades de capacitação para a equipe completa, e outras em função de perfis específicos.
- ☀ Dentro do processo de capacitação de base, algumas dificuldades são particularmente frequentes, é oportuno e útil desmitificá-las. Por exemplo, entre os operadores sociais, pode existir uma cultura “afetiva” baseada em premissas como a seguinte: “só o amor salva”. Por outro lado, entre os profissionais formais, a cultura “técnica” afirma uma crença diferente: somente o conhecimento e a competência profissional podem resolver os problemas.
- ☀ Dentro do processo de capacitação de base observa-se, também, a tendência dos operadores que são mais experimentados na área, de tentar fazer prevalecer seus conhecimentos e competências (ou aqueles de seu modelo

Tratamento comunitário: primeira abordagem

institucional), em detrimento daquele marco comum que se tenta estabelecer. Por outro lado, entre os operadores ex- pares ou pares, existe a tendência em propor seu próprio processo pessoal como modelo para todos os demais. Os critérios de orientação nestes casos são o respeito para todos os membros da equipe, e o respeito das posições em função da qualidade das argumentações e seu enraizamento nas evidências.

☀ Outra tendência observada entre os profissionais formais é a resistência frente a possibilidade de realizar suas tarefas em dispositivos profissionais não formais. Por outro lado, os operadores pares, que não são profissionais formais, encontram resistência frente a necessidade de formalizar processos de trabalho mediante a utilização de instrumentos comuns, como escrever e comunicar aos demais membros do grupo sobre seu próprio trabalho.

Propostas de formação

Formação de base: os mínimos do tratamento comunitário

Para facilitar o trabalho de reflexão e de planejamento da equipe, veremos alguns temas induzidos que foram utilizados em outras experiências de formação, porém não por isto devem ser utilizados sistematicamente na fase inicial da formação. Trata-se de uma lista de temas e argumentos que foram propostos nos últimos dez anos pelas equipes e as redes operativas de todos os *partners* que foram desenvolvendo o tratamento comunitário. Distinguem-se os temas em três grandes grupos (chamá-los categorias seria exagerar), com as seguintes advertências:

☀ Cada um dos temas propostos pode ser localizado em uma das seguintes categorias: metodologia formativa, teorias e conceitos, métodos e ferramentas de trabalho;

☀ A metodologia formativa é um dos temas centrais da formação. A metodologia tem que integrar processos formativos formais com processos não formais, linguagens diferentes (linguagem verbal, pintura, escultura, baile e dança, literatura e poesia, jogos e animações, teatro, cinema, gravações de vídeo, músicas, contos populares etc.), os profissionais e os não profissionais, incluindo aqueles dos parceiros que vivem nas comunidades com as quais se trabalha.

☀ Quando se incluem os temas geradores na primeira categoria (teorias e conceitos) o trabalho de aprofundamento busca incrementar a clareza nos conceitos, em como estes se articulam entre si e com os aspectos teóricos.

☀ Ao incluir os temas geradores na segunda categoria, sugere-se uma abordagem mais prática, de forma que alguns instrumentos possam ser introduzidos (folha de primeiro contato, folha de seguimento de processos individuais em comunidades locais, questionário da avaliação do tratamento comunitário, análise de redes sociais). Trata-se, aqui, de uma introdução e entende-se então que não é o momento de dar uma capacitação detalhada. Um bom resultado, neste caso, seria um conhecimento do SET (pelo menos geral), do uso de uma ficha de primeiro contato e da ficha de seguimento de processos individuais em comunidades locais (incluindo o diário clínico), uma iniciação à análise de redes sociais.

Enfoques nas teorias e nos conceitos

Como acaba-se de dizer, não se trata aqui de aprofundar em cada um dos temas que se mencionaram mas, sim, construir um primeiro mapa conceitual que permita as pessoas da equipe e da rede operativa iniciar o diálogo utilizando alguns elementos da linguagem comum. A lista que segue é indicativa de alguns temas geradores induzidos, a maioria deles procedentes de ECO². Como se mencionou mais acima, trata-se de proceder por pequenos passos, aprofundando pouco a pouco a partir da experiência.

Tratamento comunitário: primeira abordagem

- Tratamento comunitário (conceitos de base e os cinco eixos).
- Redução de danos (conceito, elementos de história e práticas de base).
- Ética e profissão (ética de trabalho na área do sofrimento social e no tratamento comunitário)
- Teoria do desvio social (conceitos de base, uma introdução).
- Representações sociais (conceitos de base, uma introdução).
- Minorias ativas (introdução aos conceitos de base).
- Família e grupos (introdução, diferenciação entre famílias, grupos e suas principais dinâmicas).
- Complexidade e teoria de sistemas (primeira aproximação aos conceitos e seus vínculos com as práticas).
- Abordagem psicodinâmica individual e vida de grupos (introdução: defesas psíquicas e dinâmicas nos grupos).
- Comunidade e vida cotidiana (conceito de comunidade no tratamento comunitário e abordagem a vida cotidiana, introdução).
- Redes (conceitos, tipos, abordagem).
- Marco legal do consumo e produção de drogas (introdução).

Por **capacitação** entende-se um trabalho focado nas capacidades, conhecimentos e competências (saber, fazer, fazer fazer). Se poderia dizer que o ponto de chegada da capacitação são as ferramentas (teorias, conceitos, métodos, procedimentos, técnicas, tecnologias, instrumentos de trabalho prático etc.).

Por **formação** entende-se o trabalho sobre o “ser”: o mundo das emoções e dos afetos, das representações, das relações consigo mesmo e com o outro, e de todos aqueles conteúdos que concorrem na compreensão e na gestão daquela realidade intrapsíquica e relacional que foi chamada: transferência [1.29].

Tratamento comunitário: histórias, relatos, premissas

- Saúde pública (conceitos de base e lugar do tratamento comunitário no âmbito da saúde pública).
- Direitos humanos (história e conhecimentos dos direitos, introdução).
- Perspectiva de gênero (conceito e algumas práticas, introdução).
- A exclusão/inclusão social (vulnerabilidade, risco, marginalidade, estigma, inserção, integração etc.).
- Políticas nacionais sobre drogas e exclusão (introdução).
- As drogas e sua produção, comércio e consumo (conceitos de base, enunciado dos tratados internacionais).

Enfoque nos métodos e nas ferramentas de trabalho

Trata-se, aqui, de metodologias de trabalho específicas para responder as perguntas: como se faz? O que se faz?

- Gestão de recursos para projetos sociais (introdução ao conceito e práticas).
- SET (Sistema Estratégico de Tratamento – enunciado de seus passos para preparar a equipe e a implementação na fase seguinte).
- O trabalho de rua e de animação sociocultural, elementos de cartografia social e de mapeamento, a escuta ativa e a relação de ajuda.
- O trabalho com redes (redes subjetivas, redes subjetivas comunitárias, redes operativas, redes primárias, de líderes de opinião, minorias ativas: exercícios introdutórios).

Tratamento comunitário: primeira abordagem

- Tratamento comunitário (alguns detalhes sobre os cinco componentes, elementos práticos).
- Trabalho comunitário e territórios comunitários (exemplos de trabalhos comunitários). O trabalho com grupos (exemplo de trabalho com grupos).
- O trabalho com redes e a terapia de rede.
- Investigação na ação (descrição introdutória do processo).
- Centros de baixo limiar/escuta/*drop in*.
- Avaliação (objetivos e exemplos).

Produzir perfis operativos diferenciados

Produção de perfis profissionais: boas práticas

A produção de perfis profissionais diferenciados se dá no marco da capacitação e da formação, que são os dois momentos vistos anteriormente. Entende-se, então, que entre os objetivos destas fases iniciais de formação e capacitação encontra-se também o propósito de produzir os perfis profissionais necessários para implementar as atividades do projeto, assumir funções e tarefas.

Observou-se que para o trabalho de baixo limiar e alta vulnerabilidade se requerem conhecimentos e competências que não são parte do acervo estandardizado das profissões ou perfis técnicos reconhecidos. Neste caso, dependendo dos contextos, é possível capacitar profissionais já formados nas novas competências ou criar novos perfis profissionais (vejam-se por exemplo, os operadores de rua, os operadores pares, os educadores de comunidade etc., que podem ser considerados novos perfis profissionais).

Considera-se útil que neste processo sejam produzidos perfis profissionais nos quais se busque um equilíbrio dinâmico entre aquilo que tem que ser comum (áreas comuns de conhecimentos e competências) e o que é melhor que seja diferenciado (conhecimentos, competências, papéis, funções, responsabilidades etc.).

Ter perfis operativos que tenham áreas de interconexões é o que permite as equipes “trabalharem juntas e desenvolver pensamentos em comum”, quer dizer: formar uma equipe. A eleição das áreas de interconexão pode seguir o mesmo processo por meio do qual se escolheram/elegeram os temas geradores (induzidos e/ou espontâneos).

A existência de perfis profissionais diferenciados é necessária se se quer passar de um nível de baixa complexidade a um de média ou alta complexidade operativa. A complexidade operativa depende de fato também (um de seus elementos) da diversidade dos perfis (isto significa: das competências e dos conhecimentos) que participam em uma determinada ação (social, de saúde, educativa etc.) (ver em particular o Capítulo 5: limiares e complexidades).

Observa-se que a função de coordenação adquire mais eficácia quando a pessoa que a executa tem preparação profissional formal (com titularidade acadêmica), continuidade na experiência do trabalho na área de exclusão social grave, identificação com os objetivos e finalidades do projeto/programa, formação e experiência na gestão de equipes, além da identificação crítica com a cultura organizativa da instituição que desenvolve o projeto.

Produção de perfis profissionais: dificuldades

O processo de produção de perfis profissionais diferenciados encontra algumas dificuldades que devem ser enfrentadas para reduzir o risco de produzir uma fragmentação tão grande que quebre e desarticule o trabalho, a equipe e a relação com os parceiros. Pode, por exemplo, acontecer que exista a tendência de um membro da equipe em tentar utilizar seu perfil como elemento de poder pessoal e fonte de privilégios. Isto poderia desencadear um processo no qual todos os

Tratamento comunitário: primeira abordagem

membros da equipe pouco a pouco adotam uma estratégia de busca de privilégios, utilizando os elementos de sua profissão que os fazem “diferentes” de todos os demais. Outro efeito desta posição pode ser o desencadeamento de uma rigidez operativa (cada um faz somente “o seu”) e ausência de flexibilidade (solidariedade operativa). A abordagem comunitária dá ênfase na capacidade de todos os atores em construir espaços comuns sem ocultar e negar as diferenças. Portanto, é a construção de espaços comuns que é considerada prioritária. Entende-se, então, que o gestão do dilema comum-próprio é um dos desafios conceituais e práticos no gestão das equipes e das redes operativas.

Nas novas equipes ou que estão em fase de construção, também se vê a tendência a estigmatizar as diferenças entre os perfis ou o fato que existam perfis diferentes como se isto fosse um ataque a coesão do grupo (efeito de fusão).

Outras dificuldades observadas derivam da tendência dos profissionais formais (com diplomas) em implementar tarefas não inscritas no seu modelo profissional, ou em contextos que não são habituais para sua prática profissional ou funções não correspondentes a seu *status*. Observa-se, também, que os operadores com profissões não formais encontram dificuldade em aceitar a possibilidade de aprender de outras formas que não sejam a experiência pessoal e direta.

Os atores da equipe

Inicia-se, agora, a descrição de algumas características dos membros das equipes, entre estes os “Agentes Comunitários Pares”, “Educadores de Comunidade e de Rua”, “*Case Manager*”, “Agente de Rede (*Network Manager*)”, “Coordenador de Projeto”, “Supervisor/Assessor Externo”, “Administrador” e, por fim, “Operadores Especiais”. Deve-se considerar que estes perfis foram propostos ao longo da primeira modelização do tratamento comunitário (2001-2007).

Agentes Comunitários Pares

Perfil

Os *agentes comunitários pares* são os membros da equipe que possuem todas ou algumas características da população beneficiária (*parceiros* ou grupo meta) de um programa ou projeto (EMCDDA-EDDRA, 2011c). Um operador par pode, então, ser ao mesmo tempo beneficiário e operador de um mesmo programa.

No contexto do tratamento comunitário uma das primeiras características que um “operador par” pode ter é ser membro da comunidade local na qual se pretende implementar um programa ou projeto. A esta primeira característica podem-se incluir outras: ser consumidor de drogas, trabalhador sexual, membro de uma gangue, menor que vive na rua ou adulto morador de rua etc. Estas “características” são, ao mesmo tempo, objeto do tratamento e também recursos para que o tratamento possa se implementar na forma mais adequada e eficaz.

Tarefas

A tarefa do operador par (“fazer” e “fazer fazer”) é auxiliar os outros membros da equipe e das redes operativas no conhecimento da comunidade local e dos membros do grupo-meta, difundir informações sobre sexo seguro, uso seguro de drogas, HIV-Aids, doenças de transmissão sexual (DST), sensibilizar e informar sobre o programa/projeto, facilitar o contato entre a população e os membros da equipe etc. A execução desta tarefa requer: (i) uma capacitação de base específica (por exemplo, sobre os temas/informações que se querem difundir, sobre as modalidades de comunicação etc.); (ii) uma participação, por parte do operador par, nas reuniões de equipe e formação contínua; (iii) a participação do operador par no trabalho da equipe como seu membro permanente; (iv) a constância e a continuidade da formação com foco também na mediação dos conflitos que suscitam nas equipes pelas diferenças entre as pessoas, funções, tarefas; (v) o monitoramento, o acompanhamento e o apoio por parte do coordenador e de todos os membros da equipe.

Tratamento comunitário: primeira abordagem

Boas práticas

- * A experiência do trabalho em comunidade aberta evidenciou que o redutor de danos pode ser considerado um operador par.
- * É necessário que os agentes/operadores comunitários pares tenham estado em contato direto com a equipe que se está formando. Mesmo que a escolaridade não seja necessária, é útil que saibam ler e escrever, sendo que, pelo geral, quanto mais alto seja o nível de escolaridade, mais complexa poderá ser a tarefa assumida.
- * Os agentes pares podem ser membros permanentes da equipe, com a condição de que aceitem viver um processo de melhoramento de suas condições de vida (neste sentido são sujeitos do tratamento comunitário). Os operadores pares podem ser membros da rede subjetiva comunitária de alguns dos membros da equipe e também membros da rede de recursos comunitários.
- * Por meio de um processo de formação e capacitação, os agentes pares podem converter-se em excelentes recursos para a visibilização, a construção, a gestão de redes comunitárias e de casos individuais, mas mesmo assim necessitam de um acompanhamento permanente, de forma que a tarefa não se transforme em uma fonte de *stress*, quer dizer, utilizada de maneira inapropriada.
- * No nível de “capacitação” (saber e conhecer), os agentes comunitários pares necessitam de competências em primeiros socorros (saber curar uma ferida, reconhecer uma overdose e saber que fazer, conhecer os efeitos das drogas ilícitas mais usadas, saber limpar seringas e agulhas), uso seguro de drogas, prevenção de HIV-Aids e ETS’s, conhecer a rede de recursos comunitários da comunidade na qual operam, saber acompanhar/inserir as pessoas que pedem e necessitam nesta rede. Também é necessário o conhecimento no uso da Folha de Primeiro Contato.

Educadores de Comunidade e de Rua

Perfil

O perfil de um *Educador de Comunidade e de Rua* pode ser considerado uma evolução do perfil histórico do operador de rua e do operador que trabalha no desenvolvimento comunitário. Estas duas vertentes ou componentes fazem mais compreensível como o trabalho no marco do tratamento comunitário se apoia, por um lado, no trabalho clássico do operador de rua e, por outro, leva-se em consideração o enfoque do desenvolvimento comunitário.

Por outro lado, falar de *Educador de Comunidade e de Rua* significa superar o conceito de “operador de rua e de trabalho de rua”. Este conceito foi ideologicamente muito inspirador há 40 anos na medida que significou uma época de abertura das instituições em direção a sociedade. Hoje em dia é a prova de que se levou em consideração o fato que as ruas são um dos lugares da comunidade e, por isso, não são (podem não ser) nem lugares de abandono nem de perdição e, por consequência, nem mesmo lugares de redenção e salvação. São lugares de vida da comunidade nas quais se constroem alianças e conflitos, recursos e dificuldades... são lugares da ação social, são lugares do tratamento comunitário.

O outro elemento fundamental deste papel é o educativo. Este operador tem uma tarefa especificamente educativa, intervém em todos os eixos do tratamento comunitário, mais especialmente no terceiro: educação-reabilitação.

Tarefas

Os *educadores de comunidade e de rua* têm entre sus tarefas: (i) o conhecimento e a gestão dos temas educativos; (ii) o planejamento, organização, gestão e controle das atividades da vida cotidiana dos serviços e processos que implementam; (iii) a gestão de grupos centrados na tarefa; (iv) a solução de problemas e mediação de conflitos; (v) a gestão de situações de crise de relacionamento ligadas a vida cotidiana, tanto individualmente como em grupo; (vi) a construção, gestão, avaliação de processos de prevenção e tratamentos individuais,

Tratamento comunitário: primeira abordagem

de rede e de grupo, e o trabalho de rua; (vii) complementam sua tarefa a organização, gestão, acompanhamento e avaliação de grupos de autoajuda; (viii) a gestão de grupos-equipes para a organização da vida cotidiana: horários, tarefas, tempos, recursos; e (ix) a implementação e gestão de encaminhamentos etc.

Boas práticas

- * Entre as experiências de trabalho do Educador de Comunidade e de Rua é particularmente útil ter sido operador (como profissão formal ou não) em programas de prevenção ou tratamento (um ano) com alguma forma de acompanhamento e monitoramento profissional. Outras experiências profissionais úteis para iniciar um processo de formação como operador de comunidade e de rua podem ser ter sido agente par, redutor de danos, operador ex-par, coordenador de programa ou especialista.
- * É também útil uma formação (licenciatura) em humanidades, sendo ideal a formação em ciências da educação ou trabalho social, com oficinas de animação, teatro, artes plásticas, música, pintura, fotografia, jogos, esportes etc. No caso dos operadores formados através de experiência, é útil apoiá-los para que completem um processo escolar formal (escola primária e secundária), ou adquiram conhecimentos e competências equivalentes.
- * Torna-se útil que os educadores de comunidade e de rua tenham uma boa capacidade de formalizar processos, quer dizer, de ter uma visão organizada e de conjunto. Neste caso, por processo podem-se entender elementos muito simples: por exemplo, construir e formalizar um processo de primeiro contato e de manutenção de um contato, ou de maior complexidade como, por exemplo, a organização de um grupo de pares na comunidade, ou a organização de festas etc.
- * Um Educador de Comunidade e de Rua realiza atividades durante todo o dia e para podê-lo fazer em maneira organizada e coerente necessita ter um *mapa mental* claro (ter em sua mente o plano de trabalho do dia, uma

representação das pessoas com as quais trabalhará e das redes nas quais são ativas e presentes etc.). A diferença entre implementar essas atividades sem ter um “mapa mental” e tendo este mapa, significa que, no segundo caso, ele sabe em cada momento onde se encontra, pode comparar experiências e casos, ter um ponto mental de referência, em outras palavras: não se perder e, se se perde, poder reencontrar-se. A capacitação formal, unida à experiência do educador e ao acompanhamento e supervisão externa facilitam que o educador de comunidade e de rua construa e interiorize estes mapas operativos.

- * Ressaltamos, ainda, que o indivíduo que tem experiência como Educador de Rua e de Comunidade geralmente tem a maior base para operar como Gestor de Casos (*Case Manager*).

Gestor de Casos

Perfil

Um gestor de casos é um profissional que tem a capacidade de produzir e implementar uma estratégia que harmonize e articule todos os recursos da pessoa, de sua família, de sua rede subjetiva, da rede subjetiva comunitária, da rede operativa, da rede de recursos comunitários e da rede de líderes de opinião para encontrar respostas e recursos para o tratamento comunitário de pessoas, famílias, grupos, redes, comunidades. Por isso, este operador necessita saber diagnosticar necessidades e recursos, organizá-los em uma estratégia que reduza as alergias e incremente a sinergia, sendo o ponto de referência para todos os atores que, com sua demanda, dão vida a um processo de ajuda e de mudança.

Tarefas, recomendações e boas práticas

Entre as tarefas do Gestor de Casos se encontram as seguintes: (i) Construção, fortalecimento e gestão de uma rede subjetiva comunitária (RSC); (ii) Construção e fortalecimento de uma “Rede Operativa” (RO); (iii) Participação na construção,

fortalecimento e gestão da “Rede de Recursos Comunitária” (RRC); (iv) Estabelecer e manter o contato com os “beneficiários finais”, diretamente na comunidade local, por meio do trabalho de rua e de comunidade; (v) Visitar as famílias e lugares de vida

A **RRC** está constituída pelo conjunto de atores (pessoas, grupos, instituições ou organizações) e suas conexões, que são diretamente contatadas pelos operadores da equipe ou pela rede operativa no transcurso de seu trabalho de prevenção com a comunidade. Pouco a pouco esses atores são integrados entre os aliados que podem ser ativados para a gestão de casos, de situações políticas, culturais etc. Se deve ressaltar que a construção de uma rede de recursos comunitários é uma premissa indispensável para a implementação de todos os eixos do tratamento comunitário [1.30].

das pessoas/grupos, redes que tem sob sua responsabilidade; (vi) Participar na construção do diagnóstico (individual, familiar, de rede) de todas as pessoas que tem sob sua responsabilidade; (vii) Construir e implementar com todas as pessoas das quais está responsável, junto com a equipe e a rede operacional, um programa de ação; (viii) Participar nas reuniões da equipe para desenvolver as discussões dos casos e estabelecimento de acordos operativos sobre programas de ação com os *parceiros* em tratamento; (ix) Executar as ações previstas nos programas de atenção: motivar, apoiar, acompanhar, aconselhar, pensar, fazer e estar

“com”, entre outras; (x) Avaliar, junto com a equipe e com os *parceiros em tratamento*, o desenvolvimento dos programas e das ações; (xi) Participar na revisão dos programas e na correção das estratégias etc; (xii) Coletar, sistematizar e discutir as informações relacionadas com os “casos”; (xiii) Usar os instrumentos de coleta da informação e de sistematização das experiências.

É necessário que o gestor de caso tenha trabalhado como Educador de Comunidade e de Rua, em programas de prevenção ou tratamento (um ano) com acompanhamento e monitoramento. Em matéria de escolaridade, é interessante que o gestor de casos tenha, como mínimo, o segundo grau ou equivalente. Ressalta-se que a qualidade do trabalho do gestor de casos dependerá da Rede Subjetiva Comunitária da equipe, da Rede Operativa, da Rede de Recursos Comunitários (RRC) e de Líderes de Opinião.

Os educadores pares e ex-pares com uma grande experiência na equipe (de pelo menos um ano e com participação em processos de formação e capacitação que incluam a supervisão externa), se transformam em excelentes gestores de casos. É interessante que todos os membros da equipe, incluso o coordenador, tenham a oportunidade de realizar uma experiência prática como gestor de casos. Esta experiência permite e promove o crescimento pessoal e profissional de todos os membros da equipe.

Agente de Rede

Perfil

O perfil do agente de rede (*network manager*) pode ser entendido como um “perfil em si” (quer dizer autônomo com relação aos outros) ou como “uma tarefa” que pertence a todos os perfis. Sendo que nos encontramos no âmbito do tratamento comunitário e o conceito de comunidade que descobriremos será “a comunidade é um sistema de redes”, o fato de “trabalhar em/com redes” é uma tarefa de todos os operadores e de todos os atores que participam no processo (também aqueles que chamamos beneficiários ou *parceiros*).

Porém, em programas ou projetos de alta complexidade (com figuras profissionais múltiplas, serviços e entidades diferentes etc., ver capítulos 2, 3 e 5) a articulação das redes pode ser considerada uma tarefa específica que dá lugar a um perfil profissional específico. Neste caso, pode ser um perfil integrado ao do “coordenador de projetos” (*Project manager*) ou ao perfil do diretor da organização ou entidade que implementa o programa ou projeto.

O que deriva desta proposta é que a tarefa de “agente de rede” pode ser vista de baixo para cima (implementada por operadores pares, por educadores de comunidade e de rua etc.), ou de cima para baixo (implementada pelo Coordenador do Projeto/Programa ou Gestores de Casos etc.); seja como for, esta é sempre uma tarefa de interconexão política/técnica.

Tarefas

Dentro da composição de uma equipe que efetuará um tratamento comunitário, o agente de rede deve ter a capacidade de construir, manter, fortalecer, dirigir e avaliar redes subjetivas, redes primárias, redes operativas, redes de recursos comunitários, redes de líderes de opinião e “minorias ativas”.

Exige-se, como nível mínimo de escolaridade, que o agente de rede tenha licenciatura e formação em teoria, prática e análise de redes sociais. Com relação a experiência de trabalho no campo espera-se que tenha trabalhado (com ou sem salário) como Educador de Comunidade e de Rua, ou Gestor de Casos, ou com experiência na gestão de protocolos operativos (por exemplo, protocolos de primeiros socorros para overdose de drogas, para a gestão de programas de metadona etc.). O agente de rede é uma figura importante para as fases iniciais de construção de redes e para sua manutenção, especialmente nos momentos de avaliação e análises.

Coordenador de Projetos

Perfil

Um Coordenador de Projetos (*Project Manager*) é a pessoa que tem como responsabilidade reunir, organizar, fortalecer, motivar, monitorar todos os recursos (humanos, materiais e não materiais) que contribuem para o cumprimento dos objetivos do projeto ou do programa e avaliar resultados e impacto.

Tarefas

São tarefas do Coordenador de Projetos: (i) Construção, fortalecimento e gestão das redes subjetivas comunitárias, operativas, de recursos comunitários, de líderes de opinião e as minorias ativas; (ii) Seleção, indução, administração e monitoramento da equipe; (iii) Planejamento de projetos e gestão de fundos (recursos financeiros); (iv) Gestão organizativa da equipe e das redes, focada especialmente na manutenção e/ou melhoramento da eficácia e eficiência do dispositivo de trabalho, a

sua transformação quando seja necessário, e ao bem estar de todos os atores que participam nele; (v) Organização, gestão e validação de programas; (vi) Gestão e coordenação de equipes de trabalho (reuniões de equipe para a gestão de casos, a gestão da vida diária do projeto, a coordenação com outros atores que participam na implementação das ações etc.); (vii) Avaliação de qualidade de todo o projeto, de seus resultados e impacto; (viii) Redação de relatórios, documentos de sistematização... em cooperação com todos os membros da equipe e da rede operativa.

Dispositivo de trabalho. Este é um conceito central no tratamento comunitário e em todas as formas de tratamento. Às vezes se utiliza a palavra “*set*” ou “*setting*” (que significa “cenário teatral”).

O dispositivo é um conjunto de recursos que participa na realização do tratamento comunitário (“*set*”). Quando a estes recursos (pessoas, materiais, instrumentos de trabalho, fundos etc.) se integram os conceitos, as teorias e as hipóteses que os operadores utilizam para explicar os fenômenos com os quais trabalham, o que pretendem fazer, como fazer e os resultados que esperam obter, então fala-se de “*setting*”. “*Set*” e “*setting*” podem ser considerados dois componentes do dispositivo [1.31].

Dadas as características da tarefa que o coordenador do projeto desenvolve, é necessário que: (i) tenha uma experiência mínima e com êxito de dois anos em lugares de coordenação de equipes, projetos, programas ou serviços; (ii) tenha trabalhado pelo menos dois anos em equipes com supervisão externa; (iii) tenha conhecimentos suficientes em gestão de recursos financeiros (incluindo a legislação, as normas e os procedimentos fiscais de seu país); (iv) tenha competência e experiência na seleção de recursos humanos; (v) tenha conhecimentos e competência em informática de base (como processadores de texto, folhas de cálculo, internet, programas de apresentação etc.).

É desejável, também, que o Coordenador do Projeto tenha um nível escolar de graduação (de preferência em humanas), além de capacitação em administração. Ressalta-se que, nos casos em que seja indispensável a acumulação de tarefas e responsabilidades (operativas e de coordenação por exemplo), se implementem também processos de monitoramento interno que garantam a transparência administrativa e na gestão de recursos.

Supervisor/assessor externo

Perfil

O supervisor/assessor externo é uma pessoa que acompanha a equipe ou a rede operativa (dependendo de seu contrato) utilizando como recurso principal sua experiência, seus conhecimentos e o privilégio de não estar de nenhuma maneira envolvido na ação desenvolvida pelos atores do projeto.

Tarefa

O supervisor/assessor externo acompanha a equipe ou a rede operativa por meio de (i) leitura e retroalimentação sobre documentos escritos; (ii) observação direta do trabalho da equipe; (iii) reuniões de discussões de apresentações de casos ou de elaboração de acontecimentos da vida cotidiana da equipe ou rede operativa; (iv) sessões de formação focada na elaboração das experiências emocionais dos atores do projeto etc.

É necessário que o supervisor não tenha nenhuma outra tarefa ou responsabilidade de nenhum tipo com a equipe ou com a organização que supervisiona. Deseja-se que seja um profissional com experiência em assessoria de processos, equipes, instituições na área de saúde pública ou integração social, com educação formal e prática de campo. Também é preferível que tenha experiência profissional supervisionada na área de exclusão social grave, ter realizado gestão de programas, instituições, equipes ou projetos.

Com relação ao nível de capacitação, sugere-se uma formação acadêmica que inclua as ciências psicológicas e sociais: psicologia, sociologia, psiquiatria, antropologia, serviço social, pedagogia ou equivalentes. O respeito ao princípio de abstinência é uma prática desejável.

Administrador

Funções e perfil

A função do administrador dentro da equipe que implementará o tratamento comunitário vincula-se com a sobrevivência financeira da iniciativa, sendo que se constata com muita frequência que as organizações que desenvolvem estes tipos de projetos têm constantes problemas de autonomia econômica e financeira (sustentabilidade). É importante que o administrador tenha cultura de empresa e experiência na gestão de fundos, gestão de serviços ou microempresas produtivas.

Por esta razão, necessita ter, como nível de escolaridade, a formação em administração ou equivalente. É importante que o administrador tenha dois anos de experiência em administração de ONG, em projetos “sociais” ou de saúde pública. Também é bom que faça distinção clara entre o papel do diretor ou coordenador operativo, e aquele do administrador. É importante que o administrador participe com uma certa frequência nas reuniões ou sessões organizativas da equipe e das redes operativas de maneira que possa conhecer detalhadamente aquilo que está acontecendo na organização na qual trabalha, entenda os estilos de trabalho e possa promover eficácia e eficiência na prestação de contas de cada um dos membros da equipe.

Operadores “especiais”

Perfil.

O corpo de operadores especiais é composto por médicos, psicólogos, sociólogos, psiquiatras, advogados, antropólogos, trabalhadores especializados em saúde pública, em desenvolvimento da comunidade, na criação e implementação de programas de integração social, técnicos em sistemas etc. Estes operadores participam no programa respondendo às demandas do coordenador da equipe e do projeto. Estes profissionais não são membros permanentes da equipe, podem

pertencer à rede operativa e à rede de recursos comunitários (é desejável que assim seja).

Boas práticas e tarefas

Os “operadores especiais” intervêm nas atividades do projeto em momentos e com tarefas específicas e limitadas no tempo, momentos e tarefas que são definidas pelo Coordenador do Projeto e pela Equipe. É muito útil estabelecer e manter uma restrita conexão entre a equipe que implementa o tratamento comunitário e os operadores especiais, de maneira que todos possam fazer suas tarefas em interconexão com os outros colegas. Acontece de fato que, por intervir com tempo limitado (por exemplo, duas horas por semana), operadores especiais podem produzir fragmentação na equipe, dificuldades na comunicação e na gestão da informação (diagnósticos e tratamentos em particular) e pouca clareza nas responsabilidades que cada ator tem na implementação do tratamento.

É bastante produtivo, por exemplo, em um *Drop In*, pedir aos operadores especiais assessorias e intervenções pontuais focadas nas ações, ou nos programas específicos e limitados no tempo, mesmo assim sem atribuir-lhes a responsabilidade do desenvolvimento desses programas.

As tarefas dos operadores especiais são (i) a capacitação inicial e contínua dos recursos operativos (equipe, rede operativa etc.); (ii) cooperação no planejamento e monitoramento de ações ou programas específicos relacionados com sua especialidade; (iii) execução de ações relacionadas com sua especialidade como são, por exemplo, o diagnóstico diferencial (implementado por psicoterapeutas e psiquiatras), a gestão de processos de desintoxicação com o uso de fármacos (administrados por médicos especializados), o acompanhamento em processos de avaliação que implicam o conhecimento de processos matemáticos ou estatísticos.

6. Da equipe até o modelo organizativo

Viu-se até aqui cada um dos componentes da equipe que desenvolve o tratamento comunitário; foram estudados os perfis, os processos de capacitação e as tarefas de cada um deles. Enfoca-se, agora, uma primeira descrição do modelo organizativo do tratamento comunitário e do processo de identificação da comunidade local (território) onde o tratamento comunitário será desenvolvido.

Produção do modelo organizativo

Conceito

“Um modelo organizativo é um conjunto de elementos vinculados através de um sistema de relações, e que forma um todo harmônico e coordenado” (De Zuani, 2009). Ter um modelo organizativo é como ter o mapa de uma cidade. Entre uma cidade e seu mapa existe uma enorme diferença, mesmo assim o segundo permite que a primeira seja uma entidade “conhecida”, mesmo que nunca visitada. Ter um mapa significa ter alguns elementos para conhecer onde nos encontramos, os caminhos (no espaço geográfico e mental, simbólico e real) que podemos recorrer para ir de um lugar a outro, onde se encontram as pessoas que constituem nossa rede subjetiva, nossa rede operativa, a rede de recursos comunitários e, também, quais são os trajetos que alargam ou diminuem o caminho, os caminhos sem saída, as praças para descansar e as vias rápidas onde não é possível parar mesmo que queiramos.

Ter este mapa é importante, e é também importante que (i) este mapa seja também um entre os produtos da formação da equipe; (ii) que seja um instrumento

Da equipe até o modelo organizativo

de trabalho compartilhado e resultante da participação de todos os membros da equipe e da rede operativa (pelo menos).

Descrição

A produção de um modelo organizativo tem como objetivo o estabelecimento de processos ordenados que dêem eficiência e eficácia à ação do projeto ou programa. É necessário que na fase de capacitação, (i) sejam dedicadas algumas sessões de trabalho para o estudo de modelos organizativos em projetos ou programa análogos; (ii) seja realizada uma oficina coordenada por um operador especial para desenhar uma proposta de modelo organizativo; (iii) ser prevista, nesta fase de construção, a participação de todos os atores comunitários que seja possível convocar. O modelo operativo contribui efetivamente em desenhar o dispositivo das relações entre todos os atores comunitários. É importante que o maior número possível de atores comunitários participe em sua construção porque isto garante uma aprendizagem por meio da ação, e uma maior eficácia e eficiência no momento de sua implementação. A meta deste trabalho é ter um modelo organizativo discutido, em relação ao qual existe um consenso entre os atores, e aceito pela direção do projeto ou da ONG que o realiza.

O momento ideal para iniciar-se a elaboração do modelo organizativo é na fase de formação e capacitação da equipe. Também é útil introduzir no modelo organizativo um documento escrito no qual se indiquem critérios ou elementos de um código de ética de ação (regimento interno).

Deve-se enfatizar que a ausência de um modelo organizativo claro cria confusão nas funções, agressividade entre os operadores e a quase impossibilidade de mediação de conflitos. Nestas fases iniciais de um projeto que seja inovador, um dos procedimentos comuns do grupo é negar a diferença entre as funções, responsabilidades e tarefas, por esta razão ter um modelo organizativo ajuda a manter as diferenças e a articulá-las.

No processo de produção de um modelo organizativo existem aspectos que devem ser evidenciados e discutidos. Acontece, às vezes, que alguns atores fundamentem sua posição no princípio ideológico da paridade de autoridade e responsabilidade. A consequência é uma elevada produção de “não ditos”, de “negações” de fatos evidentes (como são as diferenças entre as pessoas, competências, capacidades e responsabilidades), que dificultam o processo da ação e bloqueiam processos de transparência nas relações entre os membros da equipe. Acontece, também, que se nega a dimensão institucional do projeto; isto conduz a atitudes de dependência passiva e indiferença até à cultura organizacional. São posturas que devem ser evitadas durante a produção de um modelo organizativo que busca ordem, eficácia e eficiência na ação do programa.

Recomendações

A produção de um modelo organizativo consiste em um trabalho de abstração, às vezes muito elevado (um modelo é de fato um produto simbólico), isto pode ter como consequência que os elementos da equipe que tenham mais familiaridade com estes processos intelectuais se apropriem do discurso e produzam modelos utilizando linguagens e termos abstratos que não podem ser entendidos pelas pessoas menos afeitas a estes tipos de construções. Construir uma linguagem comum, entendida por todos, é uma prática que garante não somente a compreensão por parte de todos mas, também, a participação de todos no momento de implementação do modelo.

7. Identificação da comunidade local (território)

Conceito

Trabalhar em uma comunidade pode ser obvio... mesmo assim, não o é. É obvio quando um trabalha com a representação de si mesmo como se fosse um “missionário”, quer dizer, que recebeu uma missão para cumprir. Neste caso esta pessoa tem que cumprir com sua missão porque esta é fundamentalmente boa e justa, independentemente do que pensam os habitantes de uma comunidade, suas necessidades, seus anseios.

Identificar a comunidade local em/com a qual trabalhar é, ao contrário, uma tarefa complexa: deve-se levar em consideração numerosos elementos entre os quais (i) o parecer das redes que a constituem, a animam, a organizam; (ii) o fato que as comunidades locais, mesmo que vivam processos de marginalização grave, estão conectadas com outras comunidades e estas com contextos mais amplos ainda; é então necessário conhecer as políticas locais e os atores das mesmas; (iii) o fato que nas comunidades que vivem processos de alta vulnerabilidade existem também processos organizativos não formais que tratam de produzir respostas as situações de sofrimento social, que são capazes de conhecimento, de entendimento dos processos de sua comunidade, de análises críticas etc. Em outras palavras, nestas comunidades já existem capacidades de respostas bem adaptadas à sua vida cotidiana; (iv) identificar a comunidade local é, como se viu, identificar um território comunitário, mas também é estabelecer uma ponte entre uma demanda e oportunidades de resposta, por isto é importante saber que os atores que formulam a demanda podem, às vezes, representar somente alguns dos interesses dos atores dessa comunidade; (v) identificar a comunidade é uma ação política, técnica e relacional que exige uma estratégia clara e congruente com os objetivos do tratamento comunitário.

Objetivo e processo

O objetivo principal, neste momento, é identificar a comunidade local onde se pretende desenvolver as ações do tratamento comunitário, com o foco em traçar as fronteiras de um território onde se iniciará o trabalho.

Existem diferentes motivos e maneiras de escolher a comunidade onde se vai trabalhar. Um dos motivos da eleição está baseado no fato de que um ator comunitário, ou político, manifesta uma demanda de maneira explícita para aquele território. Outro motivo é que a equipe operativa tenha um contato anterior com atores dessa comunidade ou porque a comunidade responde aos critérios de alto risco e vulnerabilidade estabelecidos no âmbito da definição de políticas públicas. Outro ponto de partida pode ser que a organização que pretende realizar o projeto está presente nesse território desde antes, desenvolvendo ações similares ou de tipos diferentes.

Boas práticas

Em seções anteriores comentou-se que a constituição da equipe inicial e da rede operativa implica, também, a construção de redes subjetivas comunitárias (sem as quais não é possível chegar à constituição das redes operativas). A constituição de redes subjetivas comunitárias não é possível sem que exista uma comunidade na qual se encontrem os nós dessas redes. A consequência deste fato é a quase simultaneidade destas duas ações (processos): constituição de equipe inicial e identificação da comunidade na qual se pretende trabalhar.

É positivo incluir na capacitação da equipe: (i) estudos de antropologia urbana e sociologia em um nível básico, enfocando-se em estudos sobre a cidade ou região na que se pretende realizar o projeto; (ii) dados sociológicos e antropológicos, (iii) produzir um conjunto de critérios observáveis e objetiváveis para a eleição da comunidade local. Dentro desse processo de eleição da comunidade, é necessário equilibrar as necessidades institucionais e das organizações executoras com critérios objetivos de eleição.

Identificação da comunidade local (território)

É boa prática (prudente também) escolher inicialmente:

- * um espaço reduzido (de dimensões pequenas) e congruente com os recursos que se tem;
- * um espaço no qual se encontram outros atores sociais com os quais se possa estabelecer uma eventual aliança operativa (rede subjetiva comunitária e rede de recursos comunitários);
- * um território no qual vivem atores sociais com os quais se estabeleceu um contato direto (membros reais ou possíveis da rede subjetiva comunitária ou da rede operativa).

Entre as dificuldades no processo de eleição do território de trabalho podem-se encontrar as seguintes:

- * quando esta eleição responde quase exclusivamente às necessidades institucionais (visibilidade, execução de projetos diversos etc.) típicas de processos de cima para baixo, sem que existam demandas ou problemas reais;
- * quando se produziram expectativas exageradas com relação aos recursos dos quais se dispõe;
- * quando o território é escolhido adotando exclusivamente processos de tomada de decisões de cima para baixo;
- * quando o território escolhido e suas dinâmicas excedem efetivamente as capacidades e as competências da equipe... apesar de sua capacitação, vontade e compromisso;

Tratamento comunitário: histórias, relatos, premissas

- * quando as propostas que se pretende implementar constituem uma repetição de atividades que se estão desenvolvendo, ou interferem nestas;
- * quando o trabalho de mapeamento ou cartografia social encontra obstáculos ligados à segurança.

Bibliografía do Capítulo 1

AA., V. (1998). *Prevención, Reducción del Daño y Cura de las Farmacodependencias. Experiencias y Reflexiones de un Proyecto de Investigación en Acción*. Ciudad de México: Hogar Integral de Juventud, Centro Juvenil de Promoción Integral, Cultura Joven, Cáritas Arquidiócesis de México.

Amerio, P. (2000). *Psicologia di Comunità*. Bologna: Il Mulino.

Bonesio, L. (2014, Octubre). *La definizione di territorio in senso territorialista*.
A c c e s s a d o e m
<http://www.tonioloricerca.it/category/5-beni-comuni-e-territorio%3Fdownload%3D2671>.

Busso, G. (2001). *Vulnerabilidad social Nociones y Políticas*. Santiago de Chile: Cepal.

Caroli, M. (2006). *Il marketing territoriale. Strategie per la competitività sostenibile del territorio*. Milano: Franco Angeli.

Castel, R. (1991). De l'indigence a l'exclusion: la désaffiliation. Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In J. Donzelot, *Le modèle français*. (pp. 137-167). Paris: Éditions Esprit.

Centrone, B. (1996). *I pitagorici*. Milano: Laterza.

Conforto, C., Giusto, G., Pisseri, P., & Berruti, G. (1999). *Comunità, natura, cultura, terapia*. Torino: Bollati Boringhieri.

Corcuera de Mancera, S. (1991). *El fraile, el indio y el pulque*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

- De Zuani, E. (2009). *El diseño Organizativo y su influencia en la calidad de gestión del Sistema de Apoyo Universitario*. Acessado em 2012, em http://www.unsa.edu.ar/biblio/pau/conferencia_dr_dezuani_3junio2009.pdf.
- Di Fiorino, M. (1998). *L'illusione comunitaria. La costruzione delle "comunità artificiali"*. Bergamo: Moretti & Vitali.
- Durkheim, E. (1994 [1893]). *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- Durkheim, E. (2004 [1895]). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.
- Durkheim, É. (2004 [1897]). *Le Suicide*. Paris: PUF.
- Elias, N. (1965). *The established and the outsiders*. London: Frank Cass.
- Elias, N. (1993). *El proceso de la civilización. Investigaciones socio genéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- EMCDDA. (2009). *Online Glossary*. Brussels: EMCDDA.
- EMCDDA-EDDRA. (2011c). *EMCDDA-EDDRA Glossary of terms 2011*. Acessado em 2012, em <http://www.emcdda.europa.eu/publications/glossary#v>.
- Favale, A. (1970). *Per una presenza viva dei religiosi nel mondo*. Torino: Elle Di Ci.
- Filgueira, C. H. (2001). *Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social aproximaciones conceptuales recientes*. Santiago de Chile: Cepal.
- Folgheraiter, F. (1994). *Interventi di rete e comunità locali. La prospettiva relazionale nel lavoro sociale*. Trento: Erikson.
- Foucault, M. (1972). *Histoire de la folie à l'age classique*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

Bibliografia do Capítulo 1

- Franco, S., Nunes, E., Breilhy, J., & Laurell, A. (Eds.) (1991). *Debates en Medicina Social*. Quito: Organización Panamericana de la Salud/Asociación Latinoamericana de Medicina Social.
- Freud, Sigmund (1996 [1929]). O mal-estar na civilização. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- Gaudier, M. (1993). *Pauvretés, inégalités, exclusion: renouveau des approches théoriques et des pratiques sociales*. Genève: Institut international d'études sociales.
- Gómez, J. J. (2001). *Vulnerabilidad y medio ambiente*. Santiago del Chile: Cepal.
- Health, P. H. (1996). *Risk, vulnerability, resiliency. Health System Implications Background. Document based on the roundtable discussion*. Canada: Public Health Agency of Canada.
- Iriart, C., Waitzkin, H., Breilh, J., Estrada, A., & Mehry, E. E. (2002). Medicina social latinoamericana: aportes y desafíos. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 12(2), 128-136.
- Jordan, P. (1961). Pythagoras and Monachism. *Traditio*, 17, 432-441. doi:10.1017/S0362152900008564.
- Magnaghi, A. (2000). *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Massimi, G. (2001). *Ambiti e sistemi territoriali. Un approccio esplorativo alle tematiche geospaziali. Introduzione*. Acessado em 2011, em <http://geolab.unich.it/didatticadir/01%20RE.pdf>.
- Mattei, U. (2011). *Beni comuni. Un manifesto*. Roma: Laterza.

- Meredith, A. (1955). *The Cappadocians*. Crestwood (NY): Saint Vladimir Seminar Press.
- Merlo, R., & Milanese, E. (2000). *Miradas en la Ciudad. Métodos de intervención comunitaria*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de la Juventud. Secretaría de Educación Pública.
- Merlo, R., & Milanese, E. (2000b). La Construcción Social de la Juventud. In R. Merlo, & E. Milanese, *Miradas en la Ciudad. Métodos de intervención juvenil comunitaria* (pp. 13-37). Ciudad de México: Instituto Mexicano de la Juventud. Secretaría de Educación Pública.
- Milanese, E. (1996). *Modelo Comunitario de Prevención Primaria y Rehabilitación Psicosocial de Farmacodependientes*. Hogar Integral de Juventud-Unión Europea Reporte técnico 1995. Ciudad de México: Hogar Integral de Juventud.
- Milanese, E. (2007). *Harm Reduction and Community Based Treatment of Drug Consequences. Evaluation: process and Results*. Freiburg: Caritas Germany - Unesco.
- Milanese, E. (2008). La comunidad: basurero de los fracasos de las instituciones y oportunidad para relaciones de ayuda duraderas e incluyentes. In M. UNODC, *La inclusión social. Una respuesta frente a la farmacodependencia* (pp. 21-37). Bogotá: UNODC-Ministerio de la Protección Social.
- Milanese, E. (2009). *Fuentes de ECO². Del método y de los temas generadores y la contribución de P. Freire*. Conegliano (Italia): Monografía no publicada.
- Milanese, E. (2009b). *Tratamiento comunitario de las adicciones y de las consecuencias de la exclusión grave. Manual de trabajo para el operador*. México: Plaza y Valdes.
- Milanese, E. (2011b, Octubre). *Metodologías innovadoras en desarrollo comunitario: un modelo de reducción del daño*. San José Costa Rica: Trabajo no publicado.

Bibliografía do Capítulo 1

- Milanese, E., Merlo, R., & Laffay, B. (2001). *Prevención y cura de la farmacodependencia. Una propuesta comunitaria*. México: Plaza y Valdés.
- Milanese, E., Merlo, R., & Machin, J. (2000a). *Redes que previenen 1*. (v. 1). México: Secretaría de Educación Pública.
- Milanese, E., Merlo, R., & Machin, J. (2000b). *Redes que previenen 2* (v. 2). México DF: SEP.
- Miller, W., & Brown, J. (1991). Self regulation as a conceptual basis for the prevention and treatment of addictive behaviors. In N. Heather, W. Miller, & J. Greeley, *Self-control and addictive behaviors*. (pp. 3-79). Sydney: Pegamon.
- Mollat, M. (1982). *I poveri nel Medioevo*. Bari.
- Moulin, L. (1978). *La vie quotidienne des religieux au Moyen Age*. Paris: Hachette.
- Murphy, M. G. (1930). St. Basil and Monasticism. Catholic University of America, Series on Patristic Studies , v. 25 . New York: AMS Press.
- Newmann, J. H., Oursel, R., & Moulin, L. (1988). *L'Europe del monasteres*. Bruxelles: Zodiaque.
- Nichiata, L. Y. I.; Bertolozzi, M. R.; Takahashi, R. F. & Fracolli, L. A. (2008). La utilización del concepto "vulnerabilidad" por enfermería. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]*, 16(5), 923-928. ISSN 1518-8345. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692008000500020>.
- Obradors, A., García, P., & Canal, R. (2010). *Ciudadanía e Inclusión Social. El tercer Sector y las políticas públicas de acción social*. Barcelona: Espial. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Omodei, A. (1822). Notizie sul villaggio di Gheel (del Signor Esquirol). (A. Omodei, A cura di) *Annali Universali di Medicina*, 22, 121-147.

- Paglia, V. (1994). *Storia dei Poveri in Occidente*. Milano: BUR - Rizzoli.
- Parkin, F. (1974). *The Social Analysis of Class Structure*. London: Tavistock.
- Piero, A. (2000). *Psicologia di comunità*. Bologna: Il Mulino.
- Portilla, M.-L. (1980). *Toltecayotl. Aspectos de la cultura náhuatl*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Prochaska, J., & Di Clemente, C. (1982). Transtheoretical therapy toward a more integrative model of change. *Psychotherapy Theory Res Pract.*, 19(3), 276-287.
- Renault, E. (2008). *Souffrances Sociales. Philosophie, psychologie et politique*. Paris: Editions la Découverte.
- Rosero-Labré, M. C., & León Díaz, R. E. (2009). *Acciones afirmativas y ciudadanía diferenciada étnico-racial negra, afrocolombiana, palenquera y raizal*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Sahagún, F. B. (s.d.). *Historia General de las cosas de Nueva España* (Códice Florentino).
- Severino, E. (1998). *Filosofia. Storia del pensiero occidentale*. Milano: Curcio.
- Tönnies, F. (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada.
- Torquemada, F. J. (s.d.). *Monarquía Indiana*. Ciudad de México: UNAM.
- Unep. (2014, October 30). *Vulnerabilidad*. Acessado em <http://www.unep.org/geo/GEO3/spanish/510.htm>.
- WHO. (2004). *Adherencia a los Tratamientos a Largo Plazo. Pruebas para la acción*. Genebra: WHO.

2

O Encontro com a Comunidade

Resumo

Este segundo capítulo é constituído por quatro seções e bibliografia, e descreve o tema do encontro com a comunidade por meio do tratamento comunitário. Esta abordagem inclui três temas centrais: a origem da demanda de ajuda, as redes, as ações de vinculação e tratamento comunitário. O tema das redes é introduzido por conceitos que constituem algumas das suas premissas teóricas: o conceito de base segura (Bowlby) e o conceito de modelo social da mente (Gabbard). Com relação ao conceito de rede se encontrará aqui somente uma breve apresentação, indispensável para entender o sentido da rede subjetiva comunitária. Mas ampla e detalhada será a descrição do processo de construção da rede subjetiva comunitária, do método de análise de redes sociais utilizado para produzir evidências qualitativas e quantitativas, e as indicações operativas para o trabalho de redes no tratamento comunitário. A parte final é uma primeira ilustração do Tratamento Comunitário na prática, partindo das ações de vinculação. As ações de vinculação são aquelas que têm como finalidade específica a construção do dispositivo do tratamento comunitário, sua manutenção e cuidado cotidiano.

Palavras-chaves: assistencialismo, assistência básica, base segura, centralidade, clique, comunidade, dispositivo, estratégia, intermediação, rede, rede subjetiva, rede subjetiva comunitária, redução de danos, terapia de redes, tática.

Sumário do Capítulo 2

Seção	Capítulo 2	
	Resumo	120
1	Entrar, encontrar, estar na comunidade	123
	A origem da demanda de ajuda	124
2	Uma base segura	132
	Conceito	132
	Redes: uma base segura	134
3	Rede subjetiva comunitária	149
	Conceito	149
	Como se constrói a rede subjetiva comunitária	150
	Visibilizar a rede de relações	153
	A análise quantitativa	167
	Tamanho	168
	Densidade	173
	Centralidade	176
	Centralidade de grau	180
	Centralidade de grau (abordagem de Bonacich)	187
	Proximidade e distância	191
	Intermediação e interferência	196
	Subgrupos	201
	Cliques	203
	Os desenvolvimentos da rede subjetiva comunitária	207
	Uma rede subjetiva comunitária madura	213
	Rede subjetiva comunitária da equipe	219

O Encontro com a Comunidade

Seção	Capítulo 2 (final)	
4	Construção de redes e tratamento comunitário	225
	Ações de vinculação	226
	Conceito, objetivos e processos	229
	Dificuldades	232
	Boas práticas e lições aprendidas	233
	Ações organizativas	235
	Conceito, objetivo e processos	239
	Recomendações, dificuldades e boas práticas	240
	Boas práticas observadas e lições aprendidas	241
	Ações na área da saúde	241
	Objetivos e processos	243
	Recomendações, dificuldades e boas práticas	244
	Ações e processos de educação não formal	245
	Conceito e objetivos	245
	Recomendações, dificuldades e boas práticas	248
	Animação e iniciativas culturais	250
	Conceito, objetivos e processos	251
	Boas práticas, dificuldades, lições aprendidas	252
	Ações de assistência imediata	253
	Conceito, objetivos e processos	253
	Recomendações, boas práticas e dificuldades	256
5	Bibliografia do Capítulo 2	258

1. Entrar, encontrar, estar na comunidade

Como acontece o encontro entre o Tratamento Comunitário e uma Comunidade? Esta pergunta pode ser formulada de uma maneira diferente, permitindo ver outro aspecto deste processo. Como o Tratamento Comunitário orienta o encontro de uma equipe com uma comunidade?

Esta segunda formulação põe em evidência que o “Tratamento Comunitário” pode constituir uma forma de concretizar “um primeiro encontro” entre uma equipe e uma comunidade, de maneira que este encontro seja o primeiro passo de um caminho de redução do impacto dos processos de exclusão, de fortalecimento dos processos de inclusão e integração social, premissas indispensáveis para melhorar as condições de vida das pessoas excluídas e vulneráveis por diferentes razões (droga, violência, vida na rua etc.). Não se trata, então, de um encontro qualquer, é um encontro que o tratamento comunitário enriquece com um sentido particular: produzir uma mudança nas relações que favorecem os processos de integração social.

Observou-se que para que este encontro tenha estas características têm que ser esclarecidos dois aspectos: o primeiro se relaciona com a origem da demanda de intervenção (demanda de ajuda), o segundo com o encontro mesmo, suas modalidades, conteúdos e sua finalidade.

A origem da demanda de ajuda

Sugere-se que o encontro entre a comunidade local e o Tratamento Comunitário seja iniciado por um pedido ou uma demanda de ajuda procedente de um ou mais atores da mesma comunidade (esta é sem dúvida uma condição ideal). Considera-se, aqui, que um pedido se enfoca em um problema específico que deve ser resolvido (problema ou necessidade específica e de curto prazo) enquanto que uma demanda é mais ampla, há uma intenção de entender além das aparências, mais além dos problemas imediatos, uma vontade de compreender processos e causas. [2.1]

A melhor opção para estabelecer um contato com uma comunidade é que esta surja de uma demanda de ajuda formulada por um dos seus atores. A origem da demanda é importante (2.1) porque constitui o início de um processo que se baseia em uma iniciativa de uma comunidade e que é manifestada por um ou mais de seus atores. Esta demanda inicial é uma das componentes de uma relação que, com o tempo, assumirá formas e conteúdos mais complexos, porém esta demanda inicial constitui como o tema de uma sinfonia, encontra-se ao longo de todo o caminho de formas diferentes, transformada pelas

relações que delas nascem. O primeiro contato que se estabelece com a comunidade é, então, fundamental, pode ser o início de uma “história de amor”. Vejam alguns exemplos.

Quando começamos o Tratamento Comunitário éramos uma equipe pequena que fazia uma atividade de recuperação escolar para algumas crianças do colégio. Eu era, até então, um universitário e essas eram minhas práticas. Coordenávamos uma pequena ONG que também fazia outras atividades no interior do colégio de onde vinham as crianças. A ONG já estava situada ali há alguns anos, havia sido chamada pela diretora da escola. Os resultados não eram maus, e buscávamos uma maneira de vincular as famílias com as crianças. Em realidade, estávamos satisfeitos com o que fazíamos, porém ao mesmo tempo, desejávamos ver se era possível fazer mais”. [Colômbia 2.1]

O Encontro com a Comunidade

Neste caso esta pequena equipe era um dos atores desta comunidade há alguns anos. Havia sido chamada por um ator da comunidade com um pedido (ver 2.2) preciso. Seu contato com o Tratamento Comunitário vem de uma reflexão que a equipe faz a partir de sua experiência de trabalho. Experiência de trabalho quer dizer também experiência de relações com outros atores dessa comunidade. Essas relações, que se iniciaram com a diretora da escola, pouco a pouco estenderam-se aos alunos e depois as famílias dos alunos. É no âmbito das relações que nasce a demanda.

Pedidos e demandas. No contexto do Tratamento Comunitário, principalmente nas fases iniciais, pode acontecer que os “parceiros” peçam para ser ajudados de diferentes formas: com dinheiro, com encaminhamentos aos serviços, com acompanhamentos em assuntos administrativos etc. Consideram-se estes “pedidos”. Um pedido se refere então ao objetivo tático, imediato, do que se está pedindo. Uma demanda refere-se ao objetivo estratégico dos pedidos, quer dizer ao conteúdo simbólico da relação que nasce nesse momento. Pode-se pensar que em cada pedido encontra-se também uma demanda, a demanda se refere ao conteúdo da relação, é uma demanda de relação, é uma demanda de “amor”. [2.2]

A síntese disto pode ser: é através de uma resposta a um pedido/demanda de ajuda que acontece o encontro entre uma equipe (ator social) e uma comunidade, e é através desse encontro que o pedido/demanda de ajuda pode encontrar respostas que conduzam a outros pedidos/demandas. Este parece ser o sentido deste breve exemplo.

Outros tipos de atores podem explicitar uma demanda de ação social: os atores públicos, os que definem as políticas que contribuem em construir e orientar a vida cotidiana das comunidades. O exemplo a seguir ilustra este aspecto.

Reestruturação urbana é seu nome. O prefeito convocou os chefes de departamento para informar-nos que a zona de prostituição ia ser remodelada e transformada em um centro histórico digno de nossa bela cidade. Estávamos todos presentes: o chefe da polícia, outros de terno e gravata que também pareciam policiais, o chefe da área de saúde, o representante do prefeito, o representante dos comerciantes, e todos os outros. O problema era como tirar

Entrar, encontrar, estar na comunidade

as pessoas dali, não a todos obviamente, porém as prostitutas da rua, os transexuais, as crianças da rua. Quando se discutiram planos concretos, foi adotada a estratégia de ir visitar a zona, saber algo das pessoas, falar com o representante do prefeito, com a polícia do bairro. Demoramos algumas semanas e ao final, foram os policiais que indicaram uma ONG que podia começar a fazer um reconhecimento da zona e produzir algumas ideias sobre como intervir. [Colômbia 2.2]

Esta é uma típica demanda de ajuda chamada “de cima para baixo”. Provavelmente nenhum dos presentes convocados nesta reunião participou diretamente nas decisões que definiram essa política. Todos os personagens deste exemplo são parte das instituições dessa cidade e estão comprometidos em dar respostas práticas a essas indicações políticas, cada um a partir do seu ponto de vista (função, conhecimento e habilidades) e levando em consideração as posturas dos demais. Neste caso pode-se dizer que as decisões políticas têm que ser “baixadas” à comunidade.

No exemplo seguinte (Colômbia 2.3), a demanda vem diretamente dos vizinhos de um bairro marginalizado e é dirigida à equipe de uma organização que oferece assistência médica básica.

Por volta de 2003, perguntaram se tínhamos interesse em utilizar uma pequena clínica móvel para oferecer serviços médicos de primeiros socorros em um bairro marginalizado. Efetivamente, era interessante sair do consultório e das atividades rotineiras de nossa organização, e o bairro nos interessava. Falamos com os representantes dos vizinhos que nos disseram que podíamos falar sobre isso. E assim começou a história. Agora a clínica móvel já não existe, foi emprestada para outra organização que trabalha em outro bairro. Foi o início perfeito para estar aqui com a população. [Colômbia 2.3]

O Encontro com a Comunidade

Dessa iniciativa, nasce um projeto que produz um profundo impacto na organização que o executa. Um dos elementos desse impacto é a transformação da organização que administrava a clínica móvel em um ator dessa comunidade.

O quarto exemplo (México 2.1) é um dos mais frequentes. O pastor pode ser considerado um líder de opinião formal em uma comunidade. Sua demanda não é uma demanda, muito menos um pedido, é uma pergunta, a manifestação de um desalento, de uma esperança quase no limite da desesperança.

o pastor não buscou palavras gentis: aqui entorno tudo é uma grande...m....!, comentou. A igreja está bonita e segura, porém em pouco tempo nos assaltaram na saída. Deve existir uma forma de conviver com eles! disse indicando a cabeça e parte do olhar em umas pessoas que se via na praça, sentados nas varandas da entrada da igreja. [México 2.1]

A partir deste fragmento e do diálogo que seguiu, surgiu uma demanda mais ampla, que desembocou sucessivamente na implementação de uma ação social. A motivação da demanda inicial pode ser das mais diversas. Esta tem que ser registrada já que a demanda inicial será o assunto implícito que governará as relações entre atores comunitários e a ação social durante muito tempo, até o momento no qual a equipe, ou a rede operativa, não terão a possibilidade de refletir sobre as razões pelas quais estão trabalhando ali, naquele lugar, fazendo o que estão fazendo.

O quinto exemplo é o mais frequente de todos. Uma pessoa pede ajuda a alguém de quem escutou falar. Neste caso o operador não sabe exatamente quem é seu interlocutor, se é um líder comunitário ou uma pessoa “anônima” em sua comunidade, o lugar que tem nas redes comunitárias e em suas dinâmicas. Esta pessoa apresenta um pedido claro, urgente, imediato, dramático. É uma das portas de entrada em uma comunidade.

Entrar, encontrar, estar na comunidade

Pedro entrou em minha oficina sem pedir permissão, entrou, se sentou e começou a falar sem olhar-me. Já estava me incomodando porque eu tinha muitas coisas para fazer. Não era alto, era meio baixo, porém muito forte, não gordo, mas forte. Depois, quando tive a oportunidade de olhar-lhe nos olhos, vi que tinham um tom café intenso, eram pequenos e miravam sem temor e com respeito. Olhava reto, para isso não mexia o corpo e se colocou bem em frente. Me falou do bairro de onde vinha e de seus dois filhos. Me falou do primeiro que mataram faz alguns dias e do outro que matariam esta semana. Na sexta, pensei, e o imaginei já morto. No bairro desse homem não matam nem sábado nem domingo e, caso aconteça, não são eles os assassinos e sim alguns idiotas que vem de fora e são motivados por guerras de amor e não para marcar território ou curar feridas. Seus filhos seriam assassinados para curar feridas de honra e poder.

Me perguntou se eu queria ajudar. Não disse nada. Estava muito bem no bairro onde eu estava trabalhando, e ir até ali não era uma ideia muito saudável. “Venha à minha casa – disse – fale com meu filho, te asseguro que não te farão nada. Se o convencer a ir a outro lugar, quem sabe depois de alguns meses os outros se esquecem ou matam outros, assim ele perde valor para eles, já não interessa e ele permanece vivo”. Não estava me implorando, não estava pedindo nada. Tinha mais a impressão de que me estava convidando. Olhei nos seus olhos. Foi nesse momento que ele se posicionou na minha frente e pude ver diretamente seus olhos. Ele me olhava sem piscar, não tinha medo. Parecia um desespero sem limites, não era impotência, era algo diferente que não entendi no momento. Depois, somente meses depois, entendi o sentido desse olhar. Era a vontade de opor-se à vingança que estava nascendo dentro dele. Nada a ver com o temor do outro, tudo a ver com o temor do desejo de matar, o desejo de matá-los, a “eles”, que estava nascendo nele mesmo. Era sexta feira e eram duas da tarde. Fui com ele. [México 2.2]

O Encontro com a Comunidade

Neste exemplo estão presentes elementos diferentes com relação aos anteriores. Aqui aparecem as emoções. O que está nascendo aqui é uma relação entre duas pessoas, mesmo que cada uma delas esteja interligada com seu papel formal e não formal. O destino dessa relação será um dos temas relacionais do trabalho futuro, e também uma porta de entrada (uma entre muitas) nessa comunidade, uma porta de entrada que, como todas as outras, tem seu sentido e permite ver algumas realidades ocultando outras. Este também é um assunto que terá que ser elaborado sucessivamente, porque cada porta de entrada tem seu sentido, às vezes mais que um, mesmo assim não possui todos os sentidos da comunidade. Além disso, pelo que é possível saber graças a este fragmento, nos encontramos em um processo que podemos chamar “de baixo para cima”. Isto quer dizer desde um micro mundo familiar e de grupos de influência no interior de uma pequena comunidade local, até uma instituição e todas suas conexões.

O exemplo seguinte (México 2.3) serve para ilustrar o primeiro contato entre um futuro educador (futuro educador de comunidade e de rua, neste caso) e uma comunidade, a comunidade na que ele trabalhará por alguns anos.

Cheguei na comunidade às nove da manhã. O coordenador me havia pedido que chegasse as nove: ‘venha à comunidade as nove’, como se “comunidade” fosse seu nome. Na realidade não era isso; também não acreditei que se tratasse de uma comunidade. Entrei pelo lado da avenida, as prostitutas já estavam trabalhando. Começam cedo, pensei, porém vi seus olhares e seus corpos cansados, e pensei que ainda não haviam acabado a noite. O coordenador me havia dito que estaria esperando na esquina do parque perto da igreja e percebi que havia entrado pelo lado errado. Não é que tivesse um lado correto e outro incorreto, é que para chegar até a esquina onde havíamos ficado teria que atravessar todo o parque, e estava cheio de sujeira, de pessoas dormindo, crianças perambulando, cachorros, comida jogada na grama. Senti uma sensação de asco e temor. Em realidade não sabia onde colocar os pés nem sabia se realmente queria colocá-los nesse lugar. Logo virei para a esquerda onde havia uma loja grande, me pareceu mais limpo e mais seguro

Entrar, encontrar, estar na comunidade

que ir ao lado oposto. Fui por ali porém sentia uma centena de olhos encima de mim e os passos eram mais pesados. Esses 150 metros aumentaram a paranoia. Na esquina ninguém me esperava, somente um cachorro que cuidava de uma mulher com duas crianças, ambas dormindo no fundo, com a porta da igreja fechada. Creio que nem o cachorro me olhou. Em realidade, à parte das crianças perambulando e de uma senhora com uma jarra sentada a uns metros, não havia movimento a esta hora, e fiquei pensando “que diabos eu estava fazendo ali?”. [México 2.3]

Neste caso, também se trata de um primeiro encontro, de uma maneira de entrar na comunidade. Este operador relata em seu diário de campo aquilo que observa e aquilo que sente enquanto se encontra com esse mundo: observação e emoção se encontram vinculadas entre si e desembocam nesta pergunta: O que estou fazendo aqui? O que me trouxe aqui?

Se a demanda de um ator comunitário pode ser a porta de entrada em uma comunidade, entender o sentido dessa demanda é a maneira de sobrepassar seu limiar e definitivamente, entrar, começar a estar ali. E começar a estar ali significa também responder a pergunta que se faz este educador de comunidade e de rua “Que diabos estou fazendo aqui?” Responder a esta pergunta é tão importante quanto tratar de entender a demanda que vem a partir dos atores comunitários, porque de fato aqui se celebra o encontro entre dois atores diferentes que têm (isto se supõe neste momento) em comum “uma pergunta”: o que é que me dá sentido estar aqui agora, neste momento? Responder a esta pergunta é uma maneira de encontrar e construir um primeiro espaço comum a partir do qual explorar as demandas. Entende-se, desta maneira, como uma “ação social” pode ser uma ação que tenha – como disse Weber - um sentido explícito, intencional, mesmo que não exclua a possibilidade de ter também outros sentidos e intenções e que todos sejam conscientes, intencionais (Weber, 1977 [1921 orig.]; Touraine, 1965). Entende-se

também como essa demanda adquire sentido no espaço social que atores sociais produzem como espaço comum (Bourdieu, 1984).

“Vem na comunidade” disse o coordenador do projeto, como se não se tratasse de um conceito e sim de uma entidade tangível, perceptível por todos os sentidos. Isto é aquilo que o educador de comunidade vive imediatamente: um espaço geográfico, um território “organizado” mesmo que pareça caótico e sujo. O convite do coordenador foi sua porta de entrada e esse parque foi o limiar pelo qual se entrou ali. Essa é realmente a “primeira visão concreta” da comunidade que ele tem e que vai condicionar tudo aquilo que vai seguir... desde a tomada de consciência do desalento que permeia sua pergunta “que diabos...”, que revela ter ele transitado por um limiar interior com o qual terá também que trabalhar.

2. Uma base segura

Como se pode ver nos exemplos citados nas páginas precedentes, o Tratamento Comunitário foi pensado e experimentado para trabalhar em contextos comunitários de alta vulnerabilidade. Entende-se então, também, que um dos passos iniciais é construir um dispositivo (uma base) que permita que o tratamento possa ser implementado. Para que isto possa ser possível é necessário que se construa, junto com os habitantes da comunidade, uma base relacional que produza segurança: uma base segura.

Conceito

No momento no qual se entra na comunidade, principalmente se é a primeira vez (2.3), é necessário criar um cenário capaz de prover uma segurança mínima que permita fazer o que se pensou fazer. Em situações de extrema exclusão e vulnerabilidade, de violência grave, pobreza extrema, organização social baseada em processos de resiliência e sobrevivência, pode ser impossível, ou quase, iniciar ações (de construção de vínculos, por exemplo) sem comprometer a segurança do operador, dos habitantes envolvidos, das redes operativas e mesmo dos resultados que se espera obter.

Quando se fala de construir um encontro, faz-se referência “a um encontro” que tem como finalidade a qualidade da convivência como premissa (e também como consequência) para a implementação de uma “ação social” ou do “tratamento comunitário”. É neste sentido que, mesmo quando se trate de uma pessoa que vive e pertence a uma comunidade, esse encontro será “novo”, será um “primeiro” encontro, porque se fará a partir de uma posição diferente, distinta (mas não separada ou desagregada) da posição precedente. É por essa razão que se utiliza o termo “primeiro encontro” [2.3].

Este cenário de segurança mínima é uma das características fundamentais

Quando se fala de “segurança” o discurso não se refere exclusivamente ao marco quase “íntimo” da vida das comunidades de alta vulnerabilidade, mas sim ao marco político mais amplo. É neste marco mais amplo que tem sentido o discurso e a prática da segurança nas comunidades de alta vulnerabilidade. Uma referência para este marco mais amplo pode ser a seguinte: “O respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais do cidadão, assim como da democracia e do Estado de direito, e é essencial ao conceito global da segurança adotado pela OECD. A firmeza das instituições democráticas e do Estado de direito cumprem uma tarefa importante em ordem a prevenção de toda ameaça eventual. Uma administração pública deficiente, e a incapacidade para estabelecer instituições democráticas adequadas e funcionais que promovam a estabilidade constituem, por si só, uma sementeira de uma ampla gama de ameaças. Por idêntico motivo, a violação sistemática dos direitos humanos, particularmente dos direitos de pessoas pertencentes a minorias nacionais, e a violação sistemática das liberdades fundamentais podem ser uma sementeira de uma ampla gama de ameaças potenciais. (OECD, 2010) [2.4]

daquele produto que se chamou de “dispositivo” ou “*set*”, referindo-se a um conjunto de elementos que permitem formular a pergunta seguinte: de qual maneira um operador, uma equipe ou uma rede operativa, podem fazer o que pensaram em fazer, garantindo sua segurança e a segurança das pessoas com as quais as experiências de “fazer juntos” forem vividas?

A resposta a esta pergunta não é nem simples nem linear. O tratamento comunitário construiu para isso o caminho

das redes que constituem seu dispositivo, o caminho das alianças e das solidariedades.

O ponto de partida consiste em tomar em consideração que a abordagem comunitária começou porque se havia constatado, desde o início desta experiência (1989), que nenhuma instituição nem mesmo nenhuma organização não governamental, por si só, podia dar resposta aos problemas que se encontram em uma comunidade (Milanese, 2008). O tratamento comunitário iniciou, então, a partir da consciência que (a) para abordar o comunitário era necessário ir mais além da estratégia baseada em implantar e articular serviços nas comunidades (estratégia típica dos processos de cima para baixo); (b) com a participação da mesma comunidade e com seus recursos era possível melhorar algumas de suas condições de vida e dar resposta de maneira positiva a algumas de suas necessidades

Uma base segura

(processos de baixo até acima). Entre estas, a necessidade de segurança. O tema da segurança pode ser, então, um eixo que aglutina, integra habitantes, equipe e redes.

Na proposta do tratamento comunitário adotou-se um conceito de comunidade que busca ser preciso para facilitar sua compreensão e para favorecer a construção dos elementos operacionais: *a comunidade é um conjunto de redes que definem um território e sua organização, sua cultura e seus produtos.*

A Comunidade é um conjunto de redes que definem um território e sua organização, produzem sua cultura, são atores de persistências e mudanças (ver também o conceito de território no Capítulo 1) [2.5]

Estas redes funcionam também como um sistema e são elas, com suas lógicas de processo e desenvolvimento, que constituem os recursos principais de uma comunidade: seu dispositivo. Uma das tarefas iniciais do tratamento comunitário é a construção deste conjunto de redes [serão descritas nas páginas seguintes] que permitam que sejam realizadas ações e iniciativas com e em favor da comunidade, e que estas tenham resultados positivos não somente para aquelas pessoas que são chamadas “beneficiários diretos,” como também para toda a comunidade. A existência de um dispositivo que funcione é o primeiro resultado e o primeiro impacto do tratamento comunitário. Uma das características deste dispositivo “que funciona” é que prevê a segurança para todos.

Redes: uma base segura

Por qual razão identificou-se as redes para estabelecer uma base segura (um dispositivo) para o tratamento comunitário? A primeira razão foi a observação direta. Observou-se que algumas das populações em situação de alta vulnerabilidade com as quais se trabalhava (por exemplo, os menores em situação de rua) tinham características relacionais diferentes com relação às pessoas ou grupos em menor vulnerabilidade. Se as relações familiares seguiam sendo importantes, a família realmente presente estava composta de uma só pessoa (geralmente a mãe) e pelo

pelo resto a sua vida social dependia quase exclusivamente de um grupo muito móvel de pessoas com as quais tinham relações amigáveis. Outras vezes as relações familiares eram mais um fator de vulnerabilidade que uma força, e por esta razão os grupos de “amigos” constituíam o primeiro recurso afetivo, emocional e de vida cotidiana. O estudo das redes, principalmente os conceitos de Burt (Burt, 1999), Mitchell (Mitchell, 1969) e Grieco (Grieco, 1987) (ver Capítulo 3) fazem pensar que esta ferramenta conceitual seja um bom instrumento para descrever e ao mesmo tempo dar forma a estas situações, fazendo-as mais inteligíveis. Partindo da literatura sobre redes pensou-se chamar a estas modalidades de organizar os recursos relacionais como **rede subjetiva** (rede de amigos). O estudo destas redes com populações diferentes evidenciou como estas têm uma amplitude reduzida (entre 10 e 20 pessoas), com uma densidade (relações de amizade entre as pessoas que compõe a rede) de 30%-50% (Milanese, 2013). Outras características serão vistas mais adiante.

A **rede subjetiva** é uma rede particular: está constituída por “ego” e seus amigos, e as relações de amizade entre todos eles. Observando o mundo dos adolescentes, principalmente daqueles que vivem nas ruas ou se encontram dentro de processos de exclusão social, entendeu-se como estas redes constituíam uma modalidade central de transição da família até a sociedade, conservando e repetindo dinâmicas familiares, e também uma modalidade de participação social, de persistência na sociedade e de resistência contra os processos de exclusão. [2.6]

Ao falar de contextos relacionais seguros se fez referência, também, a três outros tipos de fontes. A primeira é a teoria das relações de objeto (de inspiração psicanalítica), que talvez seja, historicamente, a primeira teoria social da mente. A segunda é a teoria do vínculo de Bowlby, desenvolvida em forma autônoma também por Pichon Rivière. A terceira é a teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner. Porque estas três teorias? Porque mesmo que tenham sido pensadas no contexto do desenvolvimento psíquico individual focalizam no objeto central das redes: as relações, seus sentidos e suas consequências.

A teoria das relações de objeto (relações objetais) trata de esclarecer os processos e os significados das relações com o outro. Partindo da psicologia do eu (aquela que descreve como se forma o eu de cada pessoa) esta teoria diz que o ser

humano busca o outro (estabelece uma relação com ele) para satisfazer suas pulsões, quer dizer, reduzir a tensão interna produzida por diferentes razões (a fome, quando se trata de crianças pequenas, por exemplo). Existe um teórico que afirmou que, em realidade, as coisas são ao contrário: não buscamos o outro porque temos fome (é um exemplo) e sim temos fome porque necessitamos do outro (Fairbairn, 1952, em Gabbard, 2005). Para a teoria das relações objetais, então, a relação vem antes das necessidades básicas, mesmo sendo a relação com o outro a necessidade básica. Veja-se a seguinte citação.

A medida que as crianças se desenvolvem, não internalizam simplesmente um objeto ou uma pessoa; internalizam melhor uma *relação* completa (Fairbairn, 1940/1952, 1944/1952). Um protótipo de experiência positiva de amor se forma durante os períodos de lactação da criança (Freud, 1905/1953). Este protótipo de amor inclui uma experiência positiva de si mesmo (o lactante), uma experiência positiva do objeto (a mãe atenta e cuidadora), e uma experiência afetiva positiva (prazer, saciedade). Quando a fome retorna e a mãe do bebê não está imediatamente disponível, produz-se um protótipo de experiência negativa, incluindo uma experiência negativa de si mesmo (a criança demandante e frustrada), um objeto frustrante e desatento (a mãe não disponível), e uma experiência afetiva negativa de nojo e talvez de terror. Finalmente estas duas experiências são internalizadas como dois conjuntos opostos de relações objetais que consistem em uma representação de si mesmo, uma representação do objeto e um afeto ligado a estas duas (Ogden, 1983). A internalização da mãe da criança, comumente referida como introjeção (Schafer, 1968), tem seu começo com as sensações físicas associadas à presença da mãe durante a lactação, porém não é significativa até que se desenvolva um limite entre o interno e o externo. (...) A representação de objeto positivamente colorido ou bom, começa como a realização alucinatória do desejo que surge a partir da ânsia da criança faminta pela sua mãe (Schafer, 1968) e é logo transformada em uma presença interna à medida que se desenvolve o aparato cognitivo/perceptual da criança. Uma grande força motivacional na

introjeção dos aspectos positivos e amados da mãe parece ser o temor da criança de perder a mãe. (Schafer, 1968; Gabbard, 2005).

Trata-se de um texto que tem uma linguagem um pouco críptica, porém se for reescrito utilizando uma linguagem de redes, se esclarecem talvez alguns elementos que ajudam a entender melhor esta perspectiva.

Na medida em que uma pessoa cresce internaliza não somente as pessoas (sabe, por exemplo, que Maria é sua mãe e Paco é seu amigo), internaliza também uma relação completa: todas as relações que se pode ter com uma mãe ou com um amigo e que os diferenciam das relações com outros ou outras pessoas que não são nem sua mãe nem seus amigos. Estas relações estão constituídas por três elementos: (a) uma experiência positiva (ou negativa) de si mesmo, posso, por exemplo, sentir-me frustrado ou incapaz em função das minhas tentativas fracassadas em despertar o interesse de uma pessoa que considero importante para mim; (b) uma experiência positiva/negativa do outro, posso, 'por exemplo, considerar o outro como insensível, indiferente ou desatento; (c) e uma experiência de prazer/dor que liga estas duas imagens, posso, por exemplo, sentir uma forte rejeição, hostilidade ou agressividade com relação a essa pessoa e perceber também hostilidade dela até mim. Quando se fala de relação, por consequência, fala-se de tudo isto.

Recorde-se que as representações não são somente a imagem visual (icônica) da pessoa e sim, também, de todas as relações que caracterizam a relação com ela. Entende-se que as representações baseadas nas experiências afetivas positivas (de prazer) são o protótipo de uma relação de amor enquanto que as frustrantes e dolorosas são o protótipo de uma relação de rejeição ou negativa. Estes protótipos de relações são reativados cada vez que uma situação relacional similar se apresenta (reaparece a fome, por exemplo, ou um se sente só e abandonado, ou encontra uma pessoa que pode ser seu amigo). Isto quer dizer que através da

experiência relacional se formaram modalidades relacionais dotadas de uma certa (mas não total) estabilidade.

Se a psicanálise identificou na relação entre a mãe e seu bebê o contexto no qual estas relações nascem e se formam, pode-se estender o conceito de mãe além das fronteiras da mãe física, para incluir neste a família da criança e, sucessivamente, durante o crescimento, ao seu entorno mais imediato: amigos, escola, contextos de socialização da primeira infância, da pré-adolescência e da adolescência. Disso parece entender também Winnicott (1965) quando fala da “*mãe suficientemente boa*”, referindo-se às condições (relacionais e físicas) do entorno que podem satisfazer de maneira suficiente as necessidades da criança. No tratamento comunitário pensou-se que a rede subjetiva, resultante do desenvolvimento da relação entre a criança e sua mãe e sucessivamente entre a criança e os outros membros de sua família e de seu entorno social imediato (pares), constituía essa base relacional (mãe suficientemente boa) que permite a pessoa ter uma sensação de segurança (segurança em sua identidade, em sua capacidade de responder a pergunta: quem sou eu), segurança nas relações (saber distinguir uma relação positiva/oportunidade de uma negativa/perigosa).

A unidade de base do tratamento comunitário é a rede subjetiva, quer dizer o contexto relacional mínimo que faz de um indivíduo uma pessoa. [2.7]

Esta perspectiva tem implicações metodológicas e práticas. Se considera de fato que o sujeito de tratamento não é o indivíduo, e sim ego-com-sua-rede-subjetiva, sendo que é nesse contexto relacional que o indivíduo torna-se pessoa. Isto significa que a unidade de base do tratamento comunitário é a rede subjetiva.

Aquilo que se quer evidenciar desta perspectiva é a importância da história relacional da pessoa. É graças a esta história que é possível entender o sentido do quadro das relações que a pessoa cria no processo de construir-se como pessoa. A rede subjetiva de uma pessoa é uma representação viva e dinâmica deste quadro de relações, quadro presente e histórico que descreve sua identidade, a complexidade de seu mundo interior e de suas relações com o outro.

Uma base segura

A segunda perspectiva teórica é a teoria do vínculo inicialmente proposta por Bowlby (1969, 1973, 1980) e sucessivamente desenvolvida por outros autores que se interessaram em explorá-la mais a fundo.

Por vínculo entende-se uma ligação entre a criança e o cuidador, esta tem uma base biológica e tem como finalidade garantir a segurança e a sobrevivência da criança. Em contraste com a teoria das relações de objeto, a teoria do vínculo afirma que o objetivo da criança não é buscar um objeto e sim um estado físico experimentado através da proximidade com a mãe/objeto (Fonagy, 2001). Na medida em que o desenvolvimento se fortalece o objetivo físico é transformado em um objetivo mais psicológico: viver um sentimento de aproximação com a mãe ou com o cuidador. O vínculo seguro influencia profundamente o desenvolvimento dos modelos internos de relacionamento. Estes constituem andaimes e esquemas mentais que conduzem a experiências relacionais nas quais se incluem as expectativas do comportamento do outro até si mesmo. Estas experiências que são adotadas na infância e que são muito independentes das influências genéticas, têm a tendência de permanecer relativamente estáveis. (Gabbard, 2005)

Até aqui a teoria do vínculo esclareceu três aspectos. O primeiro é que a segurança é entendida como o resultado das relações (vínculos) de proximidade positivas (no sentido que produzem bem estar e satisfação das necessidades básicas). O segundo é que estas relações/vínculos constituem modelos internos de relacionar-se com o outro. O terceiro é que estes modelos são bastante estáveis, elemento que foi confirmado também por outras pesquisas (Benoit & Parker, 1994; Fonagy, Steele, & Steele, 1991). Estes pesquisadores evidenciaram também que estas modalidades relacionais podem permanecer estáveis até durante três gerações.

Entre os estudos realizados a partir desta abordagem ressalta aquele de M. Ainsworth, que focalizou nas estratégias relacionais de apego quando os vínculos são de alguma forma ameaçados

Ainsworth e colaboradores (1978) estudaram estas estratégias relacionais em um cenário de laboratório chamado *Situação Estranha*, que consistia em produzir uma separação entre uma criança e seu cuidador (o cuidador saía do quarto no qual se encontrava interagindo com a criança n.d.a). Esta situação desencadeava quatro reações comportamentais. As crianças seguras simplesmente buscavam a proximidade com o cuidador no momento em que este regressava e depois se sentiam reconfortados e voltavam a jogar. A conduta de evitação se observava nas crianças que pareciam menos ansiosas durante a separação e não davam nenhuma atenção ao cuidador quando este regressava. Estas crianças não manifestavam nenhuma preferência entre o cuidador, a mãe ou um estranho. Na terceira categoria, chamada ansiosa ambivalente ou resistente, as crianças demonstravam um grande *stress* durante a separação, manifestavam também raiva e tensão e se agarravam ao cuidador quando este regressava. O quarto grupo, chamado desorganizado ou desorientado, não apresentava nenhuma estratégia coerente para lidar com a experiência da separação. (Gabbard, 2005)

As conclusões às quais chegaram M. Ainsworth e seus colegas podem ser lidas de maneiras diferentes. Pode-se considerar, de fato, que as “crianças que buscavam a proximidade com o cuidador quando este regressava, se sentiam reconfortados e voltavam a jogar” eram consideradas seguras, aquelas que não davam nenhum atenção ao cuidador eram considerados “*elusivas*” etc. Pode-se pensar que esta formulação evidencie um aspecto pouco importante, mesmo assim, é diferente ter um perfil de uma pessoa (uma criança, neste caso), antes de uma determinada experiência (neste caso a situação estranha, que consiste de oito situações experimentais diferentes) e ver se esse perfil é confirmado pela experiência, com

relação a utilizar uma experiência complexa para definir uma modalidade de vínculos (*attachment*) de uma pessoa. O ponto aqui é que quando se constrói uma “etiqueta” para uma pessoa tem-se a tendência a relacionar-se com ela em função dessa rotulagem... sendo que um rótulo é, em si, um padrão/modelo relacional. Aqui o ponto é observar como uma característica de uma situação experimental é transferida da situação da pessoa, até ser uma característica da pessoa.

Portanto, apesar deste aspecto, a teoria do vínculo teve um grande valor porque encontra-se no centro do cenário não somente as pulsões clássicas evidenciadas pela psicanálise, mas também, como tinha intuído Winnicott, o tema do abandono (em todas suas formas: exclusão, afastamento, expulsão, marginalização etc.), da negligência, da indiferença relacional. Desta maneira, estas experiências relacionais foram consideradas, entre as experiências traumáticas, fonte de sofrimento. Agora em função disto surgem algumas perguntas: quais serão as características da rede subjetiva de uma pessoa mais próxima ao modelo “*seguro/autônomo* que valoriza as relações de vínculo”, ou de uma pessoa que se aproxima ao modelo dos “*indivíduos inseguros/rejeitados* que negam, desvalorizam, denigram ou idealizam as relações passadas e atuais”, ou daqueles “que estão *preocupados, confusos* ou oprimidos pelas relações de vínculos tanto passadas como presentes” ou, enfim, por aqueles “*não resolvidos ou desorganizados* que, com frequência, sofreram negligência ou trauma” (Gabbard, 2005). Seguindo a linha de raciocínio feito ao comentário das conclusões de M. Ainsworth, estas perguntas podem ser formuladas de maneira diferente: quais são as características da rede subjetiva de uma pessoa que produzem ou incrementam seu sentido de segurança e autonomia, quais produzem ou aumentam seu sentimento de insegurança e de rejeição, quais aumentam a confusão, desorganização? Poder identificar estas características e poder utilizar a rede subjetiva como contexto de melhoramento dos contextos relacionais é um dos desafios do tratamento comunitário.

Uma terceira abordagem deriva da teoria ecológica de Bronfenbrenner. Este autor desenvolveu sua concepção do sistema ecológico com o propósito de definir e entender o desenvolvimento do ser humano no âmbito dos sistemas de relações que

constituem o meio ambiente das pessoas. Esta abordagem foi considerada pertinente porque, ao pensar em uma comunidade como um sistema de redes que constrói um território (ver capítulos 1 e 2) com sua cultura, seus valores, seus processos de desenvolvimento etc. se considera também que uma comunidade pode ser pensada como um sistema de redes educativas. Isto para dizer que aquilo que ali acontece tem uma finalidade que não é somente sobrevivência (fala-se, em particular, das comunidades vulneráveis), mas sim persistência, desenvolvimento, tensão constante até um melhoramento das condições de vida. Bronfenbrenner então define sua abordagem da seguinte maneira:

A ecologia do desenvolvimento humano é o estudo científico da adaptação recíproca, ao longo da vida, entre um ser humano ativo e em desenvolvimento e as propriedades sempre mutantes dos dispositivos imediatos nos quais vive a pessoa que se está desenvolvendo. Este processo é influenciado pelas relações entre estes dispositivos e pelo seu contexto mais amplo no qual estes dispositivos se encontram inseridos. (Bronfenbrenner, U., 1986, p. 188)

A abordagem de Bronfenbrenner se desenvolveu em diferentes momentos. Inicialmente ele propôs um sistema no qual o meio ambiente (contexto) estava composto de quatro níveis (microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema) (Bronfenbrenner, U., 1989). Em seguida, ele integrou uma quinta dimensão: o tempo (Bronfenbrenner, U., 1995). Esta teoria, inicialmente pensada no âmbito do desenvolvimento individual, pode-se estender para “dar forma também ao desenvolvimento de uma organização, e é particularmente apropriada para descrever o complexo sistema de um distrito escolar ou, mesmo, uma escola” (Johnson, 2008). Por consequência, apropriada também para o estudo e o desenvolvimento do tratamento comunitário em uma comunidade aberta.

Uma base segura

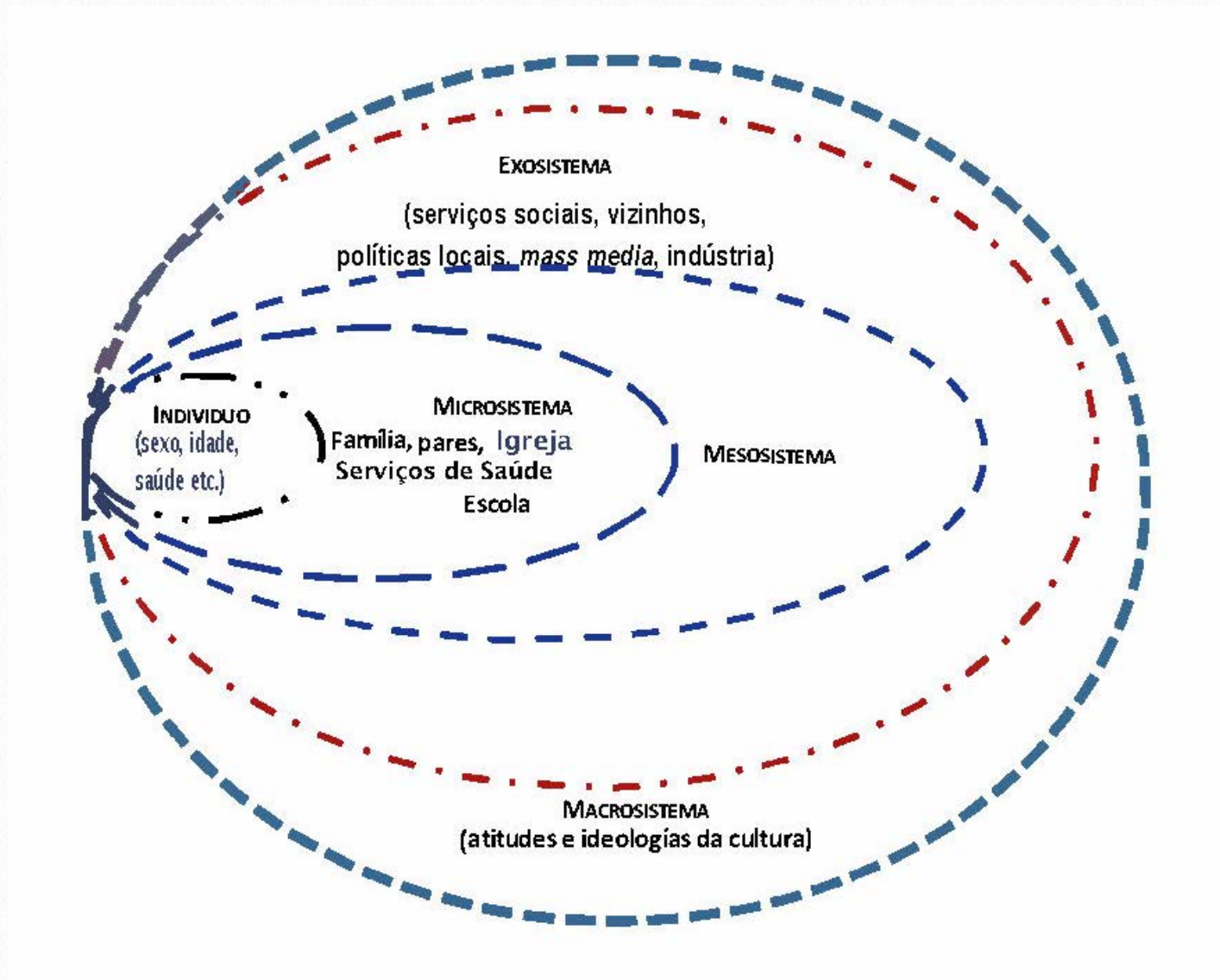


Gráfico 2.1 - O sistema ecológico de Urie Bronfenbrenner

Livre interpretação do autor. Esta reelaboração reflete três aspectos: (i) todos os níveis estão diretamente interconectados (não visíveis na representação de U. Bronfenbrenner); (ii) os quatro níveis estão contidos nos outros (como indica Bronfenbrenner); (iii) todos os níveis são permeáveis (elemento não indicado no original).

Os quatro níveis se desenvolvem seguindo a linha do tempo, se influenciam reciprocamente influenciando o crescimento da pessoa e são modificados pela pessoa em desenvolvimento dando vida a um complexo sistema de ações, retroações e recursões. Uma breve descrição dos níveis pode ser a seguinte.

Microsistema. Considera-se a posição de E. Johnson porque trata de transitar do desenvolvimento da pessoa, entendida exclusivamente como indivíduo, ao

desenvolvimento dos sistemas organizacionais. Desta maneira faz-se mais compreensível o impacto e a utilidade da abordagem ecológica no TC.

O microsistema é definido como um padrão de atividades, funções e relações interpessoais que são vividas por uma pessoa que se está desenvolvendo em um *setting* específico, com características físicas e materiais específicas, e que contém outras pessoas com diferentes características temperamentais, de personalidade e sistemas de crenças (Bronfenbrenner, U., 1995, p. 227). Em outras palavras este nível constitui um dispositivo de estruturas com as quais a pessoa tem um contato direto e as influências entre este sistema e a pessoa que se está desenvolvendo é bidirecional. A pessoa influencia e é afetada pelo microsistema.

Se esta teoria é estendida desde o desenvolvimento humano até o desenvolvimento de uma organização, e uma escola é considerada como a unidade de interesse, o microsistema da escola incluirá os estudantes, os pais e os membros da família, a administração, os docentes e a comunidade ao redor da escola” (Johnson, 2008, p. 2)

Uma das características do microsistema deveria ser que a pessoa conheça diretamente todas as pessoas e elementos (atores que constituem o microsistema). Em realidade, se se passa do contexto individual ao contexto de uma organização mais ampla ou de uma comunidade isto não é possível. O tratamento comunitário focalizou-se em particular o microsistema introduzindo alguns desenvolvimentos diferentes. Em primeiro lugar considera o indivíduo junto com sua *rede subjetiva* (ver Capítulo 3) que desta maneira se transforma em pessoa, sucessivamente identificou no interior do microsistema um contexto relacional mais amplo que foi chamado *rede primária*. Fazendo isso se está, sem dúvida, trabalhando no sentido daquele que Bronfenbrenner mesmo chamou de “processos de proximidade” (*proximal processes*) (Bronfenbrenner, U., 1995, p. 626 ss). Em terceiro lugar, por meio do mesmo conceito

de rede evidenciou como todos os sistemas estão interconectados através das interconexões e interrelações que constituem as redes (disto procede sua permeabilidade).

Mesossistema. O mesossistema está constituído pelas relações entre os microssistemas (Bronfenbrenner, U., 1995, p. 227)

O mesossistema inclui as interconexões e os processos que se dão entre dois ou mais dispositivos que contêm a pessoa em desenvolvimento (exemplo: as relações entre escola e família, entre escola e lugar de trabalho etc.). Em outras palavras o mesossistema é um sistema de microssistemas. (Bronfenbrenner, U., 1993, p. 40)

É significativo que Bronfenbrenner evidencie de modo particular as interrelações entre os atores do microssistema, até o ponto de considerar que estas interrelações constituem um sistema “à parte”. Entende-se que quando se elabora um modelo é necessário fazer distinções e diferenciações entre os elementos e os processos, de outra maneira não se trataria de um modelo. Na proposta de Bronfenbrenner, a separação entre os elementos e as relações entre eles em dois sistemas diferentes oculta o fato que os elementos do microssistema são o resultado de relações entre os elementos do microssistema e vice-versa. No tratamento comunitário, ter abordado este mesmo tema pela porta das redes reúne no mesmo “sistema” elementos (nós - pontos nodais - com seus atributos) e relações. Neste sentido, as relações entre os microssistemas não são somente o fator que contém esses elementos mas, também, uma de suas características.

Exossistema. Entre as características mais importantes do exossistema proposto por Bronfenbrenner encontra-se a seguinte: a pessoa não tem *influência direta* sobre ele. Isto pareceria significar que o exossistema desenvolve uma influência sobre a pessoa sem obedecer as leis da complexidade: retroação e recursividade. É como se

Bronfenbrenner afirmasse que este nível não é um sistema, mesmo que tenha efeitos sistêmicos.

O exossistema representa o sistema social mais amplo e inclui acontecimentos, contingências, decisões e políticas sobre as quais a pessoa que se está desenvolvendo não tem influência direta. Por consequência o exossistema exerce uma influência unidirecional que impacta direta ou indiretamente a pessoa que se está desenvolvendo. O exossistema de uma escola pode, por exemplo, ser afetado pelos regulamentos estatais, a economia local, os desastres locais etc. (Johnson, 2008, p. 3)”

Se aqui se considera uma comunidade, e se esta comunidade recebe unidirecionalmente as influências do exossistema, obviamente existe algo que não funciona no sistema político desse país, ou dessa comunidade. Uma comunidade é tal porque por meio de suas redes pode exercer influência nas políticas de sua cidade e país, desenvolvendo processos de baixo para cima e de cima para baixo. Sem esta possibilidade não existe sustentabilidade das mudanças no tempo. Entende-se que a posição de Bronfenbrenner queria principalmente destacar a profunda assimetria entre os processos de cima para baixo e de baixo para cima, que deixava as comunidades (elementos do microsistema) quase sem possibilidade de ter influência nos elementos do mesossistema.

Macrossistema. O macrossistema focaliza-se nos aspectos gerais da cultura, parece de fato constituir o marco geral, o pensamento que se transforma em ação, em projeto.

O macrossistema pode ser pensado como se fosse um anteprojeto social de uma cultura, de uma subcultura ou de um contexto social mais amplo e consiste no sistema geral de valores, de crenças, de estilos de vida, de oportunidades, costumes e recursos incorporado (*embedded*) nele. Este sistema é geralmente considerado por exercer uma influência unidirecional não somente sobre a

Uma base segura

pessoa mas também sobre os elementos do micro, meso e exossistema. (Johnson, 2008, p. 3)

Também neste caso a unidirecionalidade é o aspecto surpreendente, com a condição que não se considere a reflexão proposta poucas linhas mais acima com relação a posição de Bronfenbrenner.

Cronossistema. O tempo como sistema foi introduzido no modelo ecológico em um segundo momento. A linha temporal no âmbito individual e histórico (da comunidade como um todo), exerce sua influência em todos os sistemas, constituindo quase um sistema em si (como o exossistema). Pensando-o em termos complexos, a linha do tempo (cronossistema) e o mesossistema podem ser entendidos como dois eixos transversais dos outros três sistemas: *micro*, *exo* e *macro*.

Mesmo que não seja um dos quatro sistemas por si só, o cronossistema representa uma dimensão baseada no tempo que tem uma influência no funcionamento de todos os níveis do sistema ecológico. O cronossistema pode referir-se tanto às dimensões temporais de curta, média ou longa duração de uma pessoa durante toda sua vida, e também a dimensões temporais, histórico-sociais do macrosistema no qual o indivíduo vive.

Se se fala, por exemplo, do cronossistema de uma escola este pode ser representado tanto pelas mudanças no desenvolvimento que se produzem no corpo dos estudantes, nos professores, nas opções curriculares etc. e também em um número maior de anos no dia a dia, ou no ano, ou nos períodos que cobrem anos inteiros de funcionamento (quer dizer, uma nova escola enfrenta-se com finalidades e oportunidades distintas do que uma escola que ficou atuando durante um período de tempo) (Johnson, 2008).

Recorrendo, então, às considerações feitas e as sugestões de Bronfenbrenner, o Sistema ecológico poderia descrever-se da seguinte maneira:

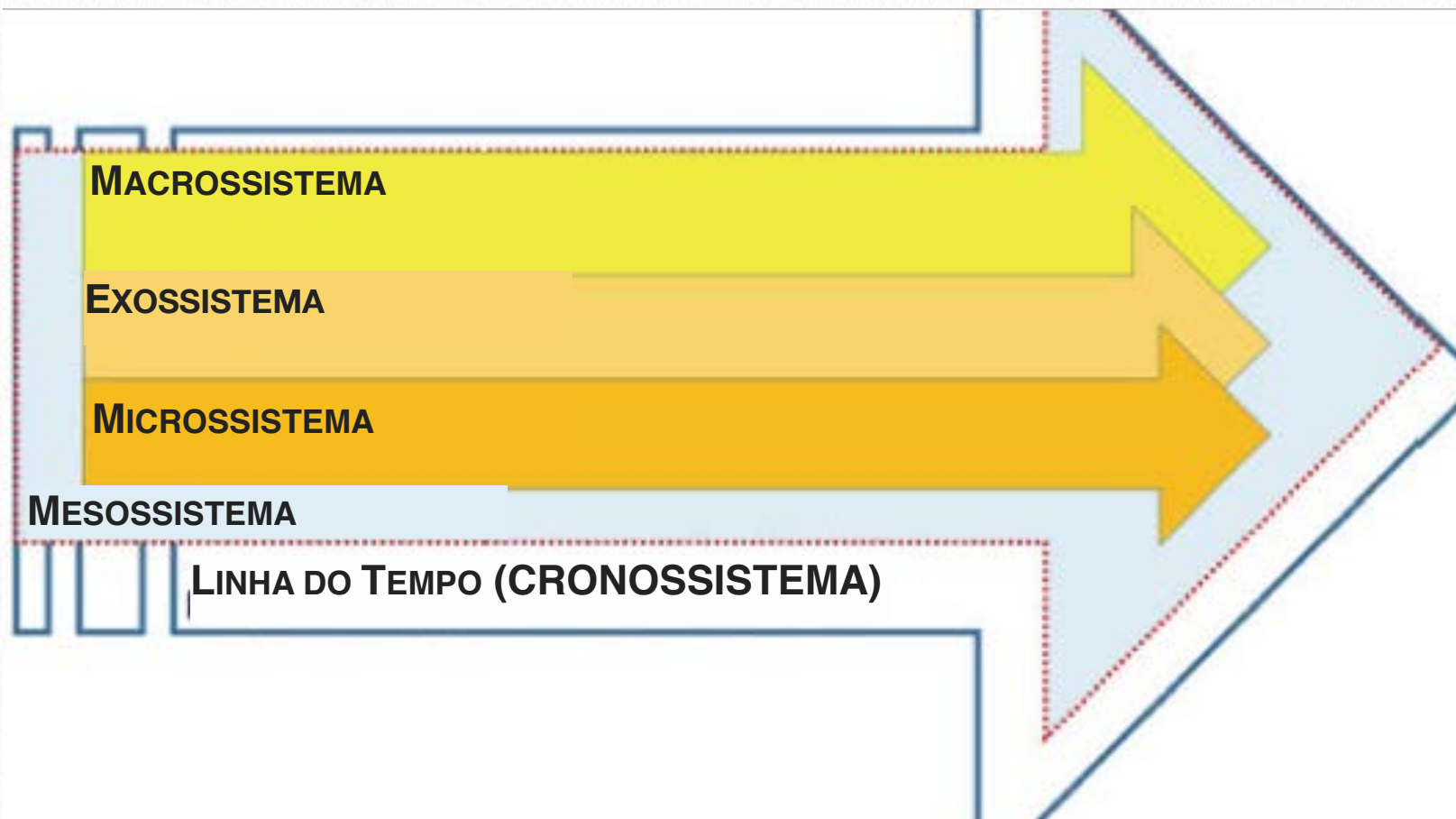
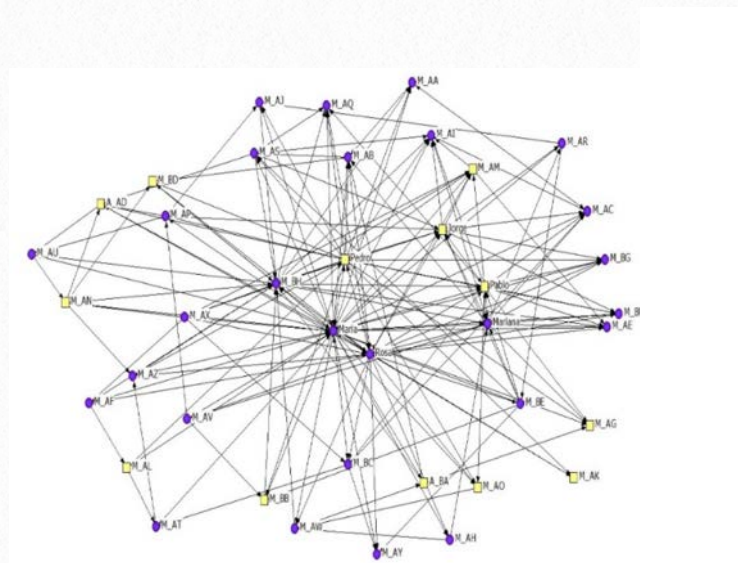


Gráfico 2.2 – Reelaboração do modelo ecológico de Bronfenbrenner

3. Rede subjetiva comunitária

Utiliza-se inicialmente o processo de construção de sua rede subjetiva comunitária para descrever alguns aspectos técnicos para estudá-la, entendê-la e dar-lhe sentido no trabalho de campo. Sucessivamente se ilustrarão as redes subjetivas comunitárias (RSC) de outros ou outras pessoas da mesma equipe e de todo o grupo. O exercício deste terceiro capítulo tem essencialmente uma finalidade didática.

A imagem ao lado representa um dos desafios do trabalho de redes: *fazer visível o invisível*. Aceito este primeiro desafio, será necessário aceitar também um segundo: *fazer compreensível o visível*.



Conceito

A rede subjetiva comunitária é constituída por todas as pessoas com as quais um operador considera ter relações amigáveis (não necessariamente amigos) e que suponha que tenham também uma relação amigável com ele. Trata-se, então, de uma “relação percebida” a partir do ponto de vista do operador [em outros termos se poderia chamar a esta rede: ego rede comunitária].

Este conceito de rede tem algumas implicações: a primeira é que uma rede subjetiva é composta por *pessoas* que vivem ou trabalham na comunidade na qual o operador está trabalhando. A segunda é que não é necessariamente certo supor que todas as pessoas com as quais alguém tem relações amigáveis considerem ter relações amigáveis com ele; desta maneira, o conceito de rede subjetiva se

Rede subjetiva comunitária

interconecta com o conceito de transferência. A terceira implicação é que admitido que todos os membros da rede subjetiva comunitária de alguém tenham relações amigáveis com ele, não é tão evidente que todos eles tenham relações amigáveis entre si... é mais provável que não.

Sendo que se disse que a rede subjetiva comunitária é um dos fatores de proteção mais eficazes no trabalho nas comunidades de alto risco... é melhor ter alguns elementos para saber qual é o nível de relações conflitivas na rede subjetiva comunitária que se tem e como poder trabalhar com elas.

Como se constrói a rede subjetiva comunitária

A modalidade mais indicada para construir uma rede subjetiva comunitária em uma comunidade é por meio das relações pessoais e diretas com outras pessoas e o contexto mais apropriado é por meio da participação na vida comunitária (veja: *Trabalho de rua e de comunidade* neste mesmo capítulo). Como se pode supor, é o *trabalho de rua* a atividade que dá maiores possibilidades de desenvolver uma rede subjetiva comunitária. Veja este fragmento do diário de campo de Inês (uma operadora que trabalha em uma comunidade local).

12 março 2009. Primeiro dia em “Parrales”. No transporte, vínhamos apertados com sacolas cheias de comida. O supermercado e o mercado ficam longe deste bairro. Quase todas mulheres. Uma senhora vem carregada com dois filhos e uma sacola enorme. Eu posso ajudá-la a descer, senhora? pergunto. Me agradece com um sorriso. Agarro a sacola e desço. Depois ela vem com os dois nenês. Me diz: “obrigada”, e agarra sua sacola. Onde vive senhora, se não é longe a acompanho. Vivo ali, depois dessa quadra, perto da casa verde sem pintura. É meio dia e existe muita gente na rua. Vamos senhora, até ali posso ir. Nós vamos. Chegamos na esquina, eu na frente e ela atrás. Espere um momentinho, vou comprar uma coisa aqui. É um mercadinho que vende um pouco de tudo. Bom dia Tonho, saúda a senhora ao balconista. Dia Marta,

O Encontro com a Comunidade

responde ele com um sorriso. Eu me aproximo e cumprimento também. Dias senhorita, me diz ele, e me olha com um sorriso. Sorrio também, principalmente por aquele senhorita. Então você se chama Marta, lhe digo. E você, me pergunta ela. Inês. Bonito nome, diz ela. E seus bebês? Felipe, o maiorzinho, e Ileana, a pequena. Não devem ter mais de um ano, e meses, a segunda ... ou será ao contrário, não consigo distinguir bem. Vamos embora de novo. Chegamos à casa. Porta estreita, quatro degraus em uma escada também estreita e empinada. A sacola é pesada e a respiração também sobe. Marta sobe ligeira. Haja treinamento, penso eu. A porta está aberta, único quarto no segundo andar. Antes de que Marta com os bebês chegue, um homem de cabelo comprido abre. Outra criança entre as pernas. Este, maiorzinho. Ela é Inês, diz Marta, me ajudou a subir a sacola. Com as duas crianças era pesado. O senhor sorri, Estevão diz agarrando a sacola. Me convidam para entrar. Fico na porta sem me mexer. Não sei o que fazer. Entre, me diz Estevão. Um cafezinho, venha. Entro.

Inês fez um bom treinamento e sabe que é importante recordar os nomes e a função social das pessoas. Quando volta ao escritório, utiliza uma folha de registro da rede que é parecida com a apresentada na Tabela 2.1. Escreve os nomes das pessoas com as quais se encontrou e com as quais pensa ter relação amigável. Este é somente o início, ela sabe, mesmo assim foi um bom início. Pode mudar com o tempo. Pelo momento é assim. Sabe que se encontrar novamente a senhora Marta na rua, ou seu companheiro Estevão, pode cumprimentá-los com um sorriso. Imagina que pelo momento tem uma relação amigável com eles.

Esta lista, como se disse, é dinâmica, toda ainda por comprovar, mesmo assim demonstra-se útil tê-la porque não é possível ter tudo de memória e dentro de um ano Inês terá esquecido muita dessa informação, ou algumas pessoas terão ido embora e com outras a relação poderá ser não tanto amigável. Por outro lado, se Inês decide fazer um trabalho em outro lado da cidade é necessário que a equipe saiba quais eram as pessoas que formavam parte de sua rede subjetiva comunitária. A rede subjetiva comunitária dos operadores é seu *capital social*, e é o capital social de toda a equipe.

Rede subjetiva comunitária

Tabela 2.1 - Registro da rede subjetiva comunitária

Registro da rede subjetiva comunitária					
#	Nome	Sexo	Data Encontro	Papel Social	Parentesco
1	Inês	F		Operadora	Nenhum
2	Marta	F	12/03/09	Vizinha	Esposa de 4
3	Tonho	M	12/03/09	Balconista	Nenhum
4	Estevão	M	12/03/09	Vizinho	Esposo de 2
Rede subjetiva comunitária de Inês depois do primeiro dia de trabalho na comunidade.					

Tabela 2.2 - Registro da rede subjetiva comunitária

Registro da rede subjetiva comunitária					
#	Nome	Sexo	Data Encontro	Papel Social	Parentesco
1	Inês	F		Operadora	Nenhum
2	Jorge	M	22/11/08	Operador	Nenhum
3	Pablo	M	22/11/08	Operador	Nenhum
4	Rosa	F	22/11/08	Operadora	Nenhum
5	Mariana	F	22/11/08	Coordenadora	Nenhum
6	Pedro	M	22/11/08	Operador par	Nenhum
7	Marta(M_AA)	F	12/03/09	Vizinha	Esposa de 9
8	Tonho (M_AB)	M	12/03/09	Balconista	Nenhum
9	Estevão(M_AC)	M	12/03/09	Vizinho	Esposo de 7
10	M_AD	M	15/03/09	Vizinho	Nenhum
11	M_AE	F	15/03/09	Estudante Univ.	Nenhum
12	M_AF	F	26/03/09	Ambulante	Nenhum
13					
14					
15					
16					
...					
Rede subjetiva comunitária de Inês depois do primeiro mês de trabalho na comunidade					

Por meio do trabalho de rua e participando das atividades do projeto, Inês segue enriquecendo sua rede de pessoas com as quais tem relações amigáveis. Depois de três semanas ela estabeleceu novos contatos e alguns desses considera amigáveis. Ela faz uma pequena revisão pessoal de sua rede subjetiva em parte com a ajuda da equipe. Desta vez ela também inclui na sua rede subjetiva os membros da equipe, com os quais também considera ter uma relação amigável (ver Tabela 2.2.).

Visibilizar a rede de relações

No momento, esta é unicamente uma lista de nomes com alguns atributos (sexo, data do primeiro contato, papel social, relação de parentesco). Neste ponto, para poder observar as características da rede nesta lista de pessoas deve-se encontrar a forma de: (i) visibilizar as relações que cada um tem com Inês; (ii) visibilizar as relações que todos têm entre eles. A relação que se quer visibilizar aqui é a “relação amigável”. Por relação amigável entende-se: uma relação percebida do ponto de vista do ego na qual não há conflito nem indiferença, há cordialidade, empatia, amabilidade, nível mínimo de confiança, e que represente uma oportunidade, e não uma ameaça.

A “visibilização” é feita através da produção de uma matriz (matriz de adjacência). Esta matriz pode ser produzida manualmente, mas existem maneiras mais rápidas de fazê-lo usando um programa (Ucinet, ou Excel, ou outras folhas de cálculo). Esta matriz serve para conectar entre si os nós das rede que efetivamente estão conectados por uma relação “amigável”. Veja a tabela seguinte.

Rede subjetiva comunitária

Tabela 2.3. Registro da rede subjetiva comunitária

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
0	ID	Inês	Jorge	Pablo	Rosa	Mariana	Pedro	M_AA	M_AB	M_AC	M_AD	M_AE	M_AF	<i>InDegrees</i>
1	Inês	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
2	Jorge	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
3	Pablo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
4	Rosa	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	5
5	Mariana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6	Pedro	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	8
7	M_AA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
8	M_AB	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
9	M_AC	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
10	M_AD	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
11	M_AE	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
12	M_AF	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
13	<i>OutDegrees</i>	7	3	1	7	1	2	3	3	4	2	3	3	39

Esta é a *matriz de adjacência* da rede de Inês. Esta rede tem uma característica que é importante evidenciar: é uma *rede orientada*. Isto significa que se um ator escolhe ao outro (uma seta sai do nó que escolhe e chega com a ponta para tocar o nó que é escolhido, veja o Gráfico 2.1, mais abaixo), isto não significa que o nó escolhido restitua a eleição, isto é, que seja recíproco. Pode acontecer que não, como efetivamente acontece na rede de Inês. Existem redes que não são orientadas. Na rede de Inês alguns nós são pessoas colegas de trabalho. Se Jorge é colega de Mariana então, necessariamente, Mariana é também colega de Jorge. Neste caso, se

Rede orientada. É uma rede na qual as relações entre os nós não são recíprocas ou simétricas. Por exemplo: Inês pode considerar que Marta é sua amiga, porém Marta não considera que Inês o seja. [2.8]

se fizesse com um grupo de colegas de trabalho uma matriz que respondesse a pergunta “quem é colega de quem?”, se teria uma rede não orientada ou simétrica (na qual todas as relações são recíprocas).

Na matriz de adjacência de Inês se pode ver que os conteúdos da primeira coluna (coluna A) e da primeira linha (linha 0) são os mesmos. Se se considera a primeira coluna (coluna A), abaixo

de *ID* se encontra o nome de *Inês* e sucessivamente aqueles de *Jorge*, *Pablo* etc. Se se procede agora da esquerda para a direita (linha 1) encontram-se 0 (zeros) e 1 (uns). Na casa C1 (cruzamento entre *Inês* e *Jorge*) se lê o número 1. Isto significa que *Inês* considera a *Jorge* como seu “amigável”, assim como a todas as pessoas que ela indicou com 1. Se se considera, então, o nome de *Jorge* na primeira coluna (abaixo do nome de *Inês*), se pode ver que ele escolheu unicamente *Inês* (B2), *Rosa* (E2) e *M_AC* (J2) como “amigáveis”, todos os demais são zeros.

Considerando agora a última coluna (N) encontra-se escrito *Out_Degree*, que significa *grau de saída*. Diz-se assim porque o grau é a soma de todas as vezes que *Inês* escolheu outra pessoa como amigável (saída significa que uma flecha saiu do nó de *Inês* e viajou até o nó que ela escolheu, entrando nele). O grau mede, então, o número de atores de uma determinada rede com os quais um ator considera ter a relação que se quer estudar (neste caso “amigável” é a relação que se quer estudar).

Nó. Em uma rede um nó pode ser uma pessoa, uma instituição ou qualquer tipo de entidade ou objeto do qual se queira visibilizar os laços ou vínculos que tem com outros.

Atributo. Um atributo é uma característica de um nó. Por exemplo, se o nó são pessoas, um atributo pode ser seu trabalho, seu gênero, sua idade etc. [2.9]

Considerando, agora, a casa (A13) se lê *In_Degree*. Estes são os *graus de entrada*. Diz-se assim porque se a seta sai de quem escolhe... entra no nó que é escolhido.

Esta matriz de adjacência é um passo importante porque permite proceder dois tipos de estudos. O primeiro é um estudo de visibilização e o segundo é uma análise numérica que, somada às observações qualitativas do ego da rede (neste caso, *Inês*) e de seu grupo, podem ajudar a perceber e entender aspectos e dinâmicas da rede que não são perceptíveis de outra maneira. Um dos resultados será poder definir, implementar e monitorar estratégias para mudar estas dinâmicas ou reforçá-las, se necessário.

Para visibilizar a rede pode-se proceder de duas maneiras. A primeira é manual, a segunda é utilizando programas informáticos que facilitam a tarefa (Ucinet ou

Rede subjetiva comunitária

Visone ou outros, dependendo daquilo que se quer visibilizar). Sugere-se, de todos modos, fazer este exercício manualmente pelo menos algumas vezes. Esta prática ajuda a entender melhor o sentido de cada símbolo que se representa no gráfico e suas implicações na leitura dos dados. O primeiro trabalho de visibilização consiste em indicar (com uma seta) as relações do Ego (neste caso, Inês) com todas as outras pessoas (nós) de sua rede subjetiva comunitária (RSC). Estas relações são todas amigáveis, de outra maneira Inês não as teria incluído em sua lista. Veja o resultado no gráfico seguinte (Gráfico 2.3).

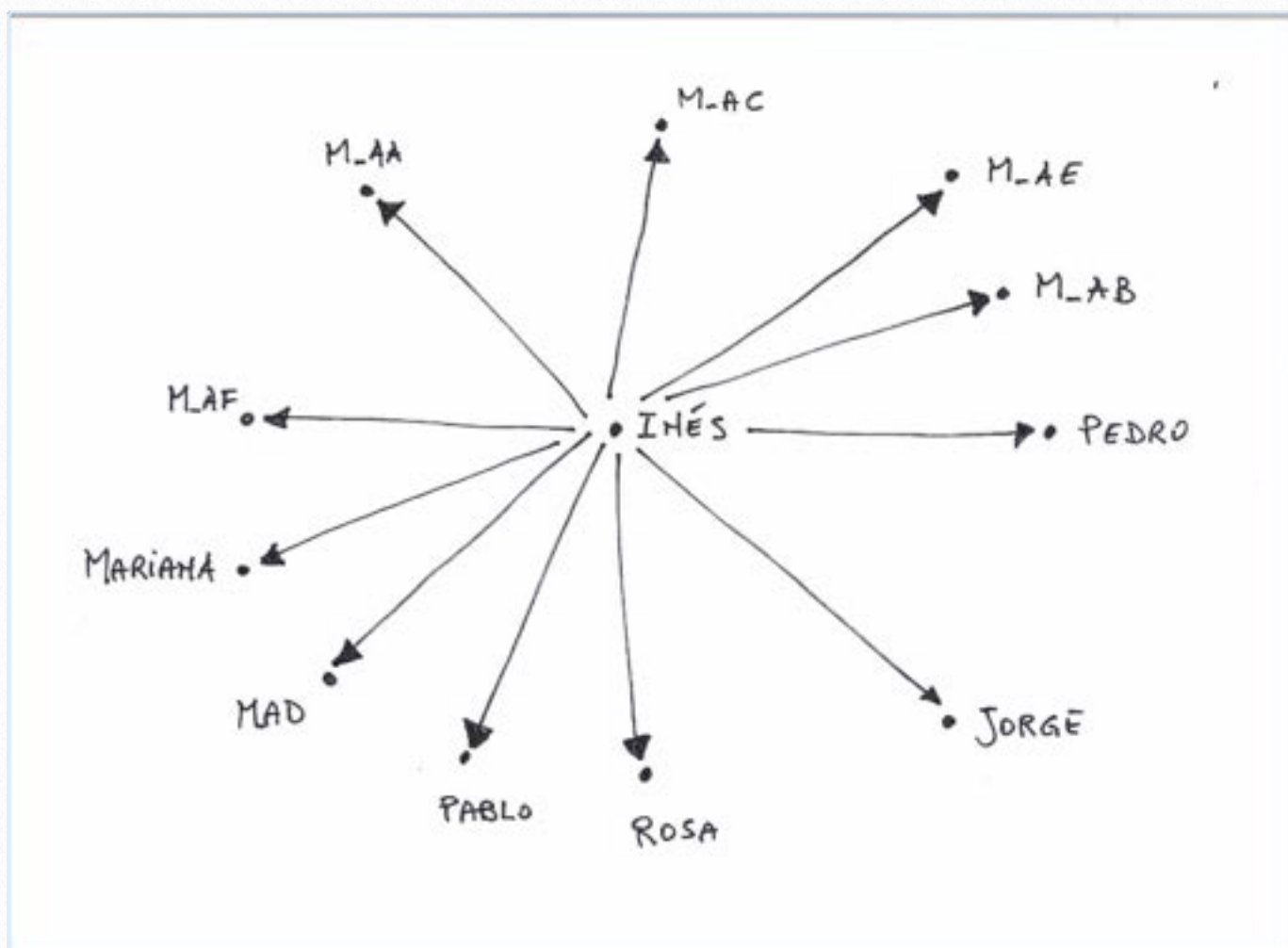


Gráfico 2.3. Representação das relações amigáveis de Inês com os nós de sua Rede Subjetiva Comunitária (RSC)

O gráfico que segue (Gráfico 2.4) foi realizado com Ucinet 6, utilizando as mesmas informações e incluindo uma diversificação entre os nós a partir do sexo (feminino: triângulos com a ponta para cima; masculino: quadrados).

O Encontro com a Comunidade

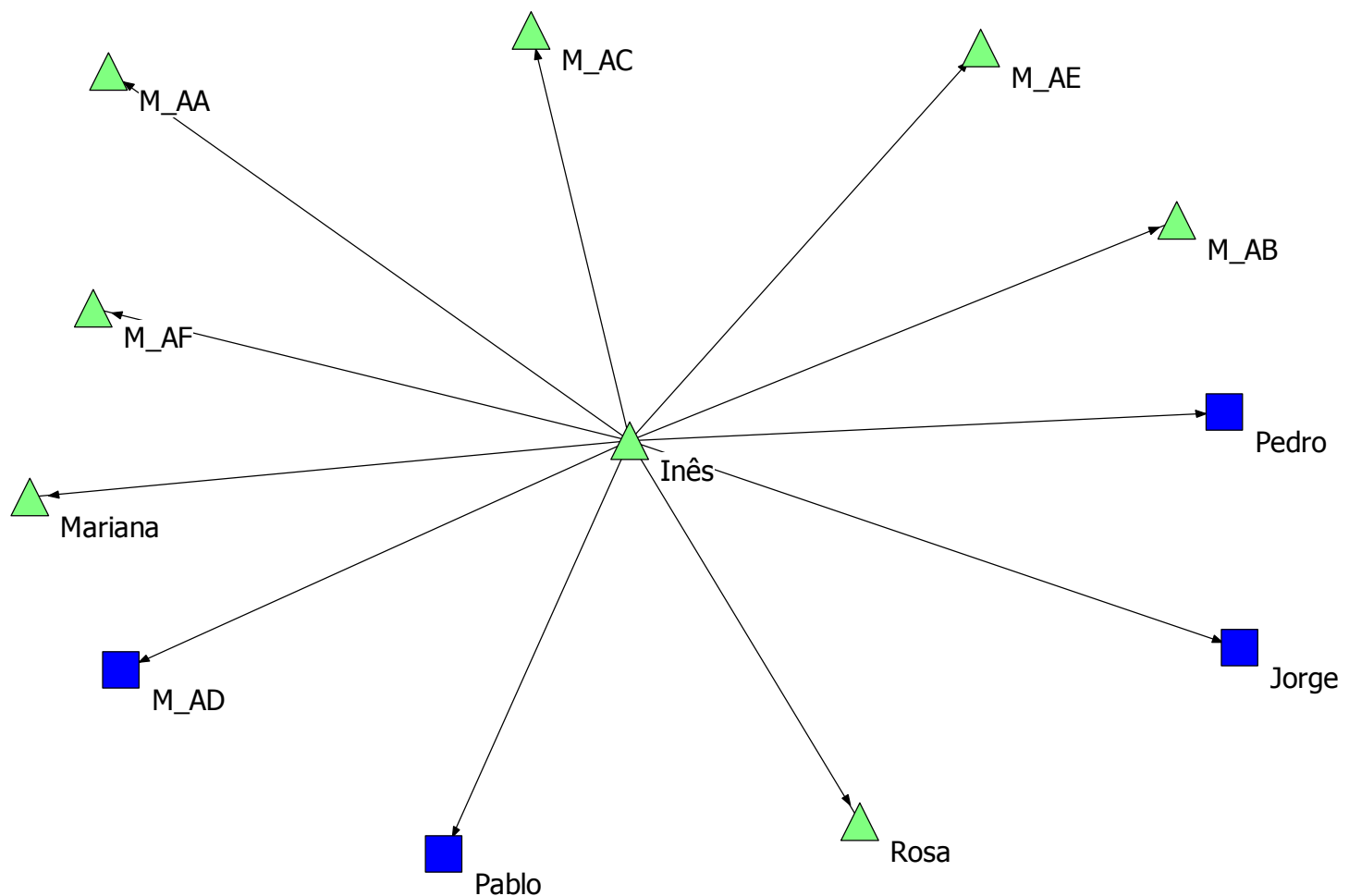


Gráfico 2.4. Rede de Inês (ego-rede)

Observa-se como são registradas as relações: uma seta que vai da pessoa que escolhe (neste caso Inês) até a pessoa que é escolhida (todos os outros nós da rede). Esta é uma rede particular. Na linguagem das redes se chama uma rede “estrela”, na qual ego (Inês) está no centro e todos os demais ao redor a igual distância/proximidade dela. Nesta rede/gráfico pode-se distinguir duas formas diferentes: quadrados e triângulos. Os quadrados indicam os nós de sexo masculino, enquanto que os triângulos indicam aqueles de sexo feminino. É assim que Ucinet permite cruzar atributos (as características dos nós/pessoas) com relações.

Ucinet e Visone são dois programas que facilitam a representação gráfica das interconexões entre os nós de uma rede e permitem aprofundar alguns aspectos estruturais por meio da análise quantitativa. [2.10]

Rede subjetiva comunitária

Portanto este trabalho não está completo, precisa visibilizar quais são as relações entre todos estes nós. Inês o faz a partir de seu ponto de vista (por isto se chama rede subjetiva). Sua tarefa aqui não é visibilizar todas as relações que cada um dos nós tem com cada um dos outros mas, sim, somente uma: a relação “amigável”. O objetivo desta tarefa é, então, ver quem, do ponto de vista de Inês, tem uma relação amigável com os outros nós da rede.

A parte mais delicada da tarefa que Inês tem que fazer é avaliar a relação que os nós têm com ela. Trata-se, aqui, de duvidar de uma suposição de senso comum. Esta suposição faz pensar que se Inês tem relações amigáveis com um certo número de pessoas (neste caso todas aquelas que ela incluiu na sua lista de pessoas com as quais tem relações amigáveis), supõe-se que todas elas tenham também relações amigáveis com

sempre
neste caso,
ser objetiva e
tarefa (avaliar se
subjetiva tem
ela) pede ajuda
que trabalham
tempo.

O centro de uma rede está constituído pelos nós centrais! O conceito de centralidade é um dos conceitos fundamentais da análise de redes. Este se relaciona com os conceitos de poder, força prestígio, popularidade, capacidade de influência etc. Este é um conceito especial que produz, por sua vez, outros espaços periferia, margem etc. [2.11]

ela. Esta suposição nem corresponde aos fatos. Inês, duvida de sua capacidade de então, somente para esta os membros de sua rede uma relação amigável com aos membros de sua equipe nessa comunidade faz Seguramente Inês poderia sem pedir a ajuda de seus

ter feito esta tarefa
companheiros de equipe, de fato trata-se de uma rede subjetiva que reflete o ponto de vista de Inês. Assim, Inês produziu sua rede subjetiva comunitária (veja o Gráfico 2.5.) conectando os nós manualmente.

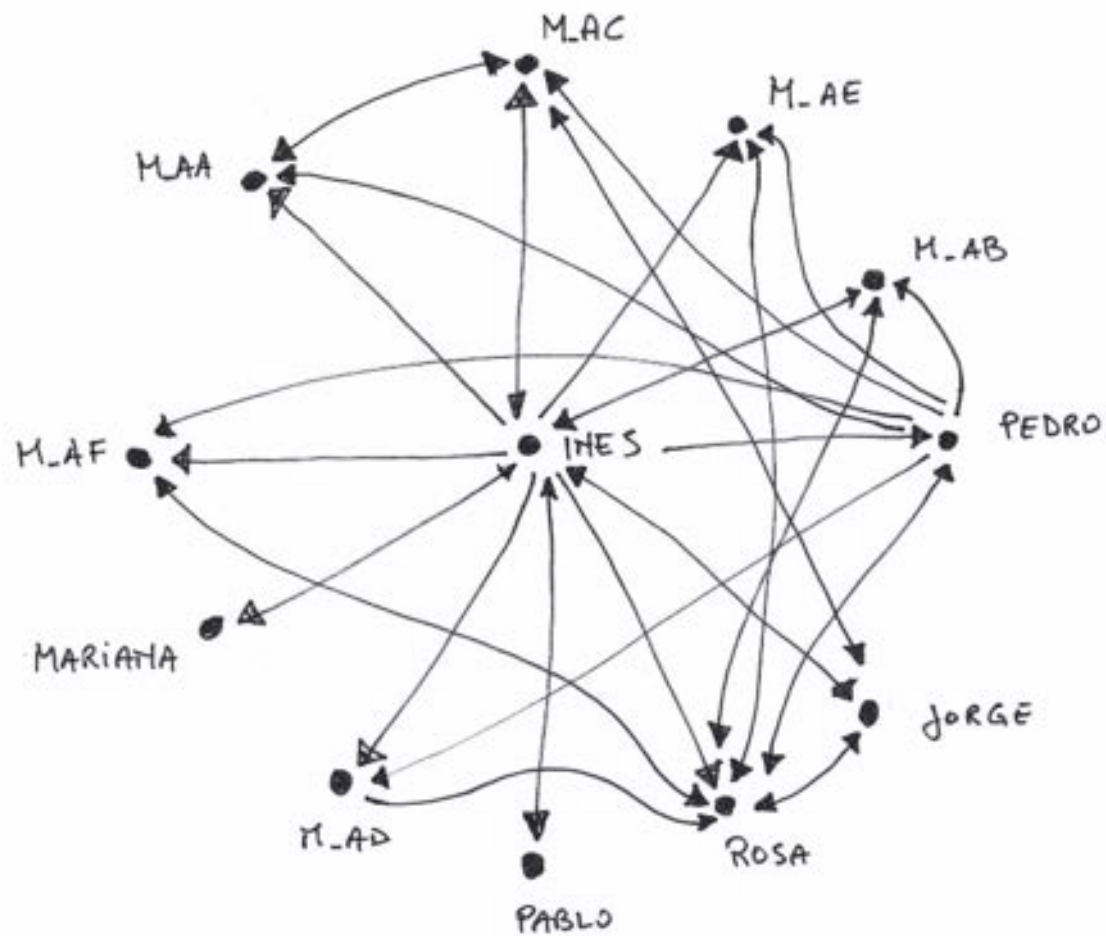


Gráfico 2.5. Rede subjetiva comunitária de Inês depois de um mês

Veja agora o mesmo gráfico produzido com Ucinet (Gráfico 2.6) utilizando as mesmas informações e diferenciando os nós em função do sexo. As diferenças são notáveis e não residem unicamente na diferenciação dos nós por sexo mas, sim, pelas posições que os nós têm nas duas representações gráficas (como se comentará mais adiante). Estas duas representações fazem ver que existem questões nas redes dinâmicas relacionais que não são visíveis simplesmente “olhando” as relações mas, sim, evidenciando como as relações entendidas como um todo (e não uma a uma) constituem um marco relacional mais complexo e frequentemente muito diferente daquele que se percebe a primeira vista (a diferença depende do algoritmo utilizado no Ucinet).

Rede subjetiva comunitária

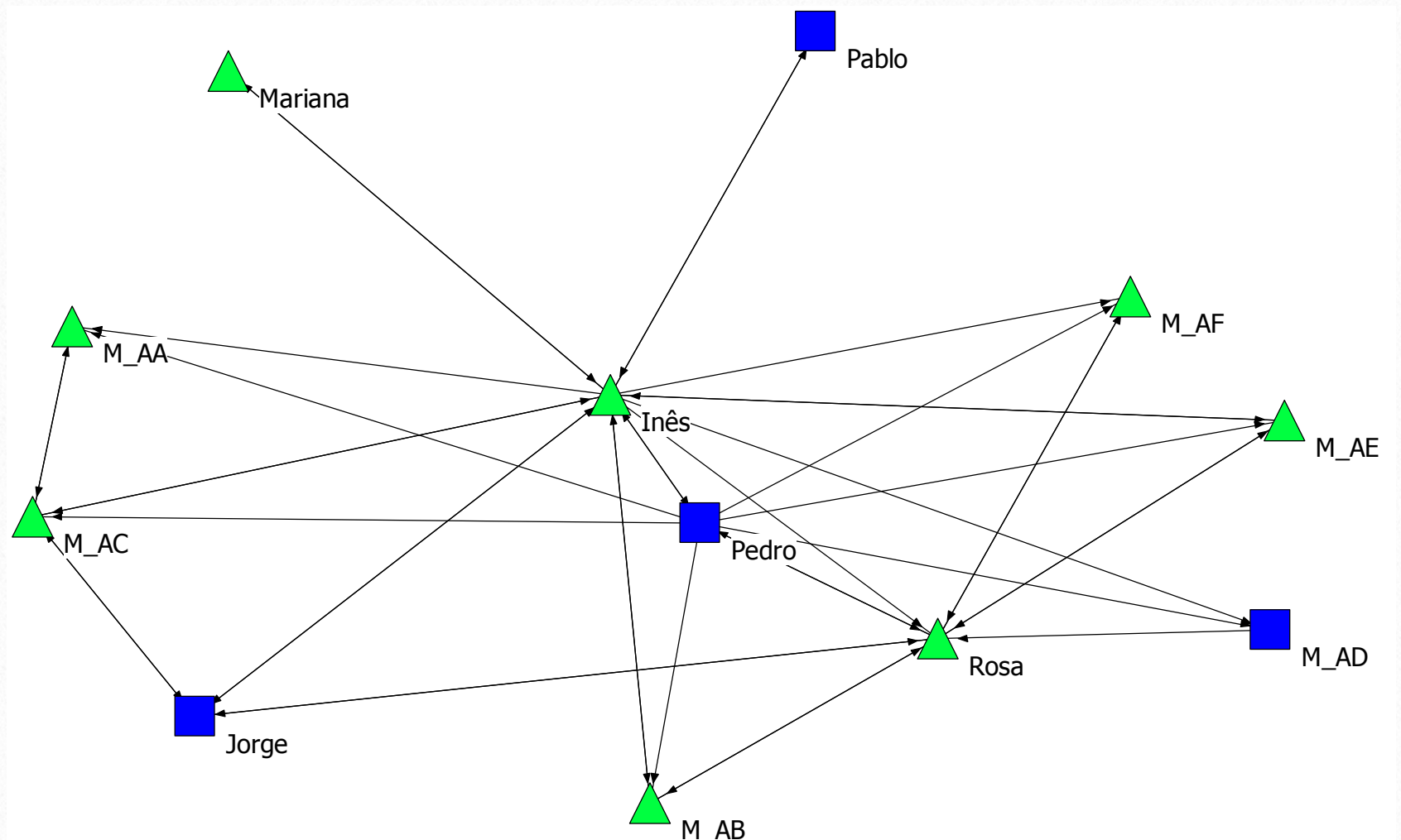


Gráfico 2.6. Rede subjetiva comunitária de Inês depois de um mês

Agora que todos os nós estão conectados pode-se ver qual é o efeito de rede, quais são suas características e qual é o sentido que se pode evidenciar a partir destes dados. Observe-se, para iniciar, a forma que esta rede Ucinet distribuiu os nós no espaço em função da proximidade/distância que eles têm um com relação ao outro, considerando todas as relações existentes na rede. Isto indica que estar perto de um determinado nó/pessoa significa também ter uma relação amigável mais forte (neste caso aproximação e força são usados como sinônimos). Na rede de Inês, Inês e Pedro estão mais próximos que Inês e Rosa, e entre Inês e Pedro é Pedro quem está mais próximo de Rosa. Estas diferenças na proximidade acontecem mesmo que Inês considere que ela tem a mesma relação amigável (proximidade) com todos. Mesmo assim, se se toma em consideração todas as relações entre todos os nós

O Encontro com a Comunidade

desta rede – que é aquilo que Ucinet faz – resulta que a relação entre Inês e Pedro é diferente da relação entre Inês e Rosa, independentemente da opinião que Inês possa ter. Este é o peso do contexto, da trama das relações sobre as relações entre Inês e Pedro, e entre Inês e Rosa, independentemente daquilo que possam pensar Inês, Pedro e Rosa.

Um segundo aspecto tem a ver com quem ocupa o *centro* da rede. Ucinet encontra no centro da rede os nós/pessoas mais “centrais”. São mais centrais os nós/pessoas que foram indicados como “amigáveis” pelo número mais elevado dos outros nós da rede.

Para saber quais são os nós mais centrais pode-se adotar três caminhos, que conduzem a três resultados diferentes que, seguramente, têm implicações e consequências diferentes. A primeira é considerar os *out-degrees* (graus em saída). Neste caso encontram-se na posição central da rede aqueles nós que elegeram mais (que consideraram outros nós como amigáveis). Neste caso teremos a Inês (11), Pedro (8) e Rosa (5) (ver Tabela 2.3). A segunda consiste em escolher os graus em entrada (*in-degrees*), quer dizer, os nós que foram os mais indicados por outros nós. Neste caso tem-se Inês (7) e Rosa (7), M_AC (4) etc. A terceira é somando graus em saída com graus em entrada. Neste caso encontra-se o seguinte resultado: Inês (18), Rosa (12), Pedro (10), M_AC (7), Jorge (6) etc. Na rede de Inês existem três nós que ocupam o centro da rede: Inês, Pedro e Rosa. Observa-se também que Pablo, Mariana e Jorge (que são colegas de Inês) são periféricos com relação aos outros nós.

Recorde-se que esta rede representa a perspectiva de Inês, e tem sua validade

Coesão. Na linguagem das redes a coesão se refere à capacidade da rede de ter conectados todos seus nós através de um ou mais tipos de vínculos.[2.12]

no fato que Inês se relaciona com todas essas pessoas em função da perspectiva que ela tem de sua relação com eles, e da relação entre todos eles, assim como ela a percebe. Se Inês considera ter com M_AD uma relação amigável, se relaciona com M_AD de maneira amigável e ficará surpresa se M_AD não se relaciona

Rede subjetiva comunitária

com ela da mesma maneira, a menos que não tenha claro que M_AD tem outro tipo de relação com ela.

Em síntese, esta representação gráfica produz algumas informações úteis: (i) a rede de Inês é também rede de outros, trata-se de fato de uma rede multicêntrica; (ii) existem nós na rede que são quase isolados (marginais), dependem de Inês para comunicar-se com os outros nós. Se Inês desaparecesse, alguns nós ficariam totalmente isolados (ver Gráfico 2.7.)

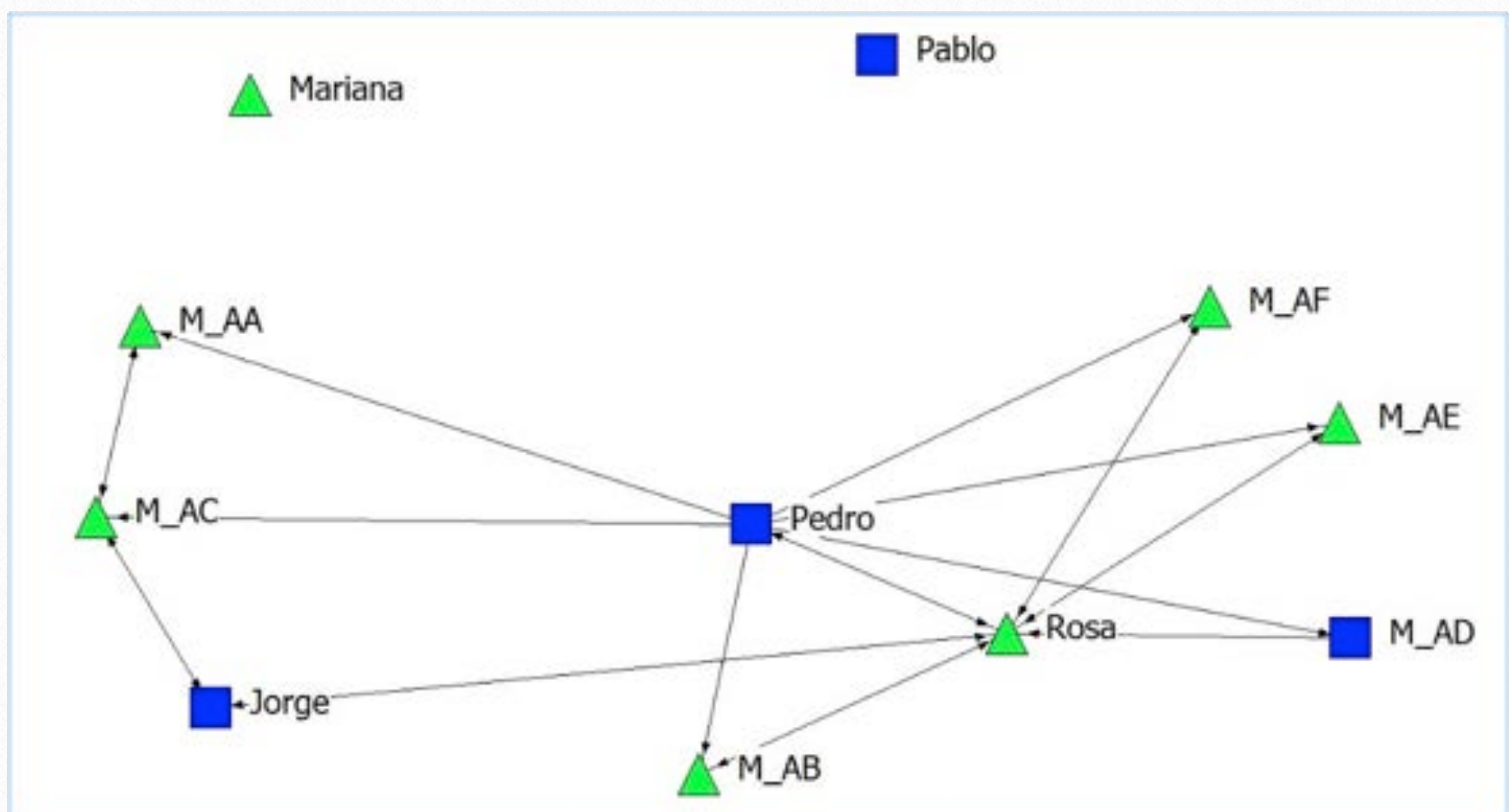


Gráfico 2.7 – Rede de Inês. Nesta rede tirou-se Inês e suas conexões com outros nós

Observando este gráfico (Gráfico 2.7), nota-se como a ausência de Inês produz o isolamento de Pablo e Mariana (obviamente segundo a perspectiva de Inês), porém ao mesmo tempo a maioria dos nós da rede segue enlaçada (a rede não desaparece). A visibilização do isolamento de Pablo e Mariana tem mais de um valor: (i) produz a percepção de isolamento que Inês tem entre Pablo e Mariana e o resto

O Encontro com a Comunidade

da equipe; (ii) permite fazer hipóteses sobre a atitude que Inês terá com relação a Pablo, Mariana e o resto da equipe (provavelmente se perceberá como ponte entre eles); (iii) Sendo que Inês é recém-chegada na equipe, esta é também uma percepção que ela tem de suas relações com seus companheiros e companheiras de trabalho e das relações dentro da equipe; (iv) Inês percebe também a importância (centralidade) de Pedro e Rosa na sua rede subjetiva comunitária.

Observa-se, também, que outros nós se encontram na margem externa da rede. Estes nós são particularmente fragilizados. Pode-se seguir explorando a força da *coesão* desta rede, sua capacidade de manter conectados os nós que a compõem, tirando outros atores. Veja-se por exemplo o que acontece se depois de ter tirado Inês, se tira também a Rosa (Gráfico 2.8).

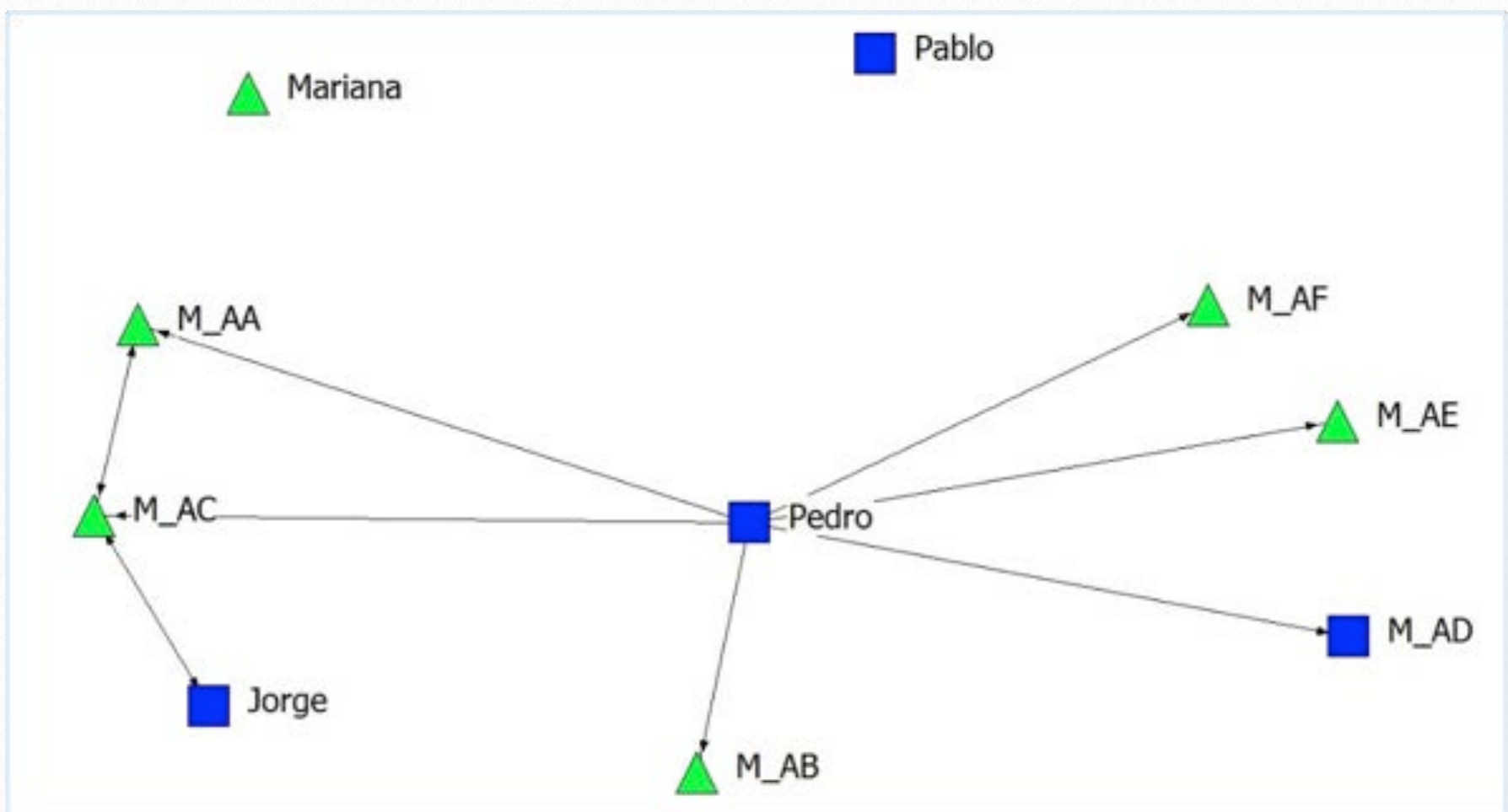


Gráfico 2.8 – Rede de Inês, depois de ter tirado Inês e Rosa

Rede subjetiva comunitária

Sem Rosa e Inês, Pedro segue conectando quase todos os nós da rede. Esta é uma das vantagens da rede: os nós têm papéis que são total ou parcialmente redundantes. Se se faz ao revés, tirando Pedro e reinserindo Rosa observa-se o seguinte:

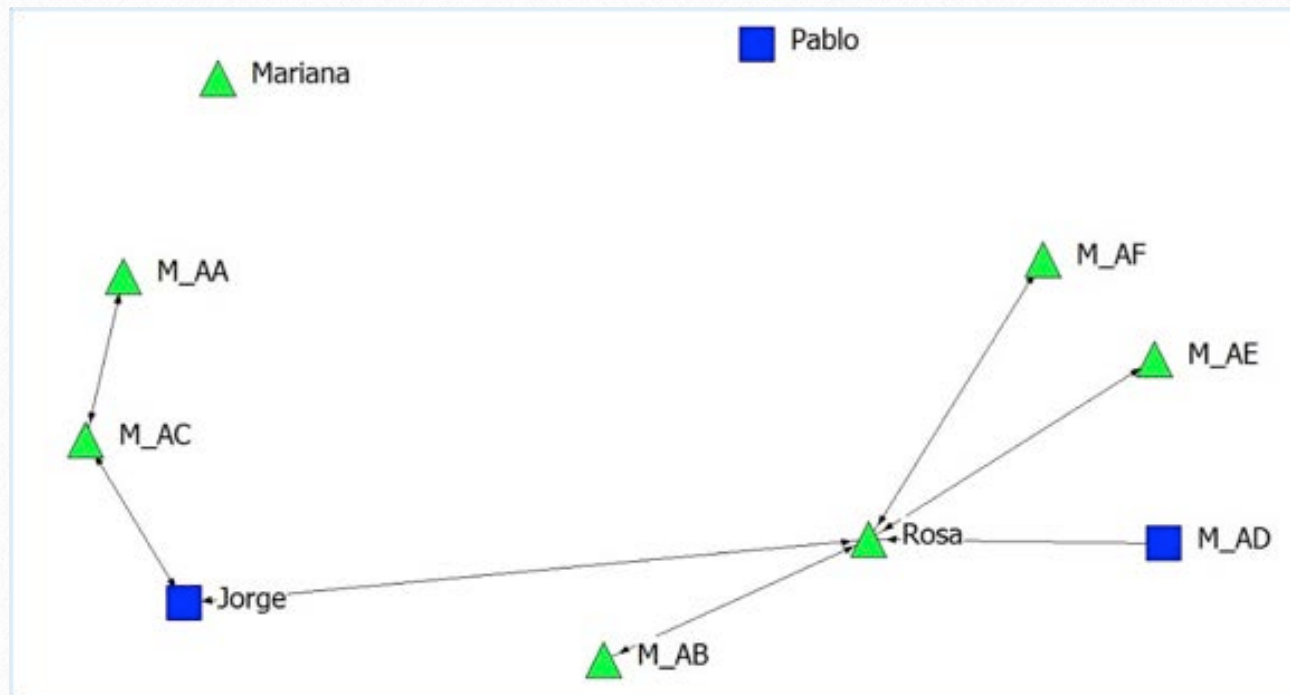


Gráfico 2.9 – Rede de Inês depois de ter tirado Inês e Pedro e reinserido Rosa

Observa-se que Rosa também tem, nesta rede, um alto poder de manter os nós conectados. Somente Mariana e Pablo seguem isolados. Porém o tipo de interconexões que Rosa consegue manter não é direto, e sim mediada por outros nós. Uma última olhada nesta rede pode ser aquela na qual Inês, Rosa e Pedro não estão (Gráfico 2.10).

O Encontro com a Comunidade



Gráfico 2.10 - Rede de Inês depois de ter tirado Inês, Pedro e Rosa

Neste caso a fragmentação da rede aumenta. Assim faz-se visível que esta rede se baseia principalmente na capacidade de interconexões que têm Inês, Pedro e Rosa. Caso se trabalhe com redes mais amplas, resulta útil utilizar este processo para visibilizar o peso que cada um dos atores ou que grupos de atores têm para manter a coesão da rede, ou de fragmentá-la.

Inês, sem ter provavelmente consciência disso, ao mesmo tempo que construía sua rede subjetiva comunitária, construía também (sempre segundo sua perspectiva) a rede subjetiva de outros nós da rede. Veja-se, por exemplo, qual é a rede subjetiva comunitária de Pedro e Rosa a partir do trabalho de interconexão de Inês (Gráfico 2.11).

Rede subjetiva comunitária

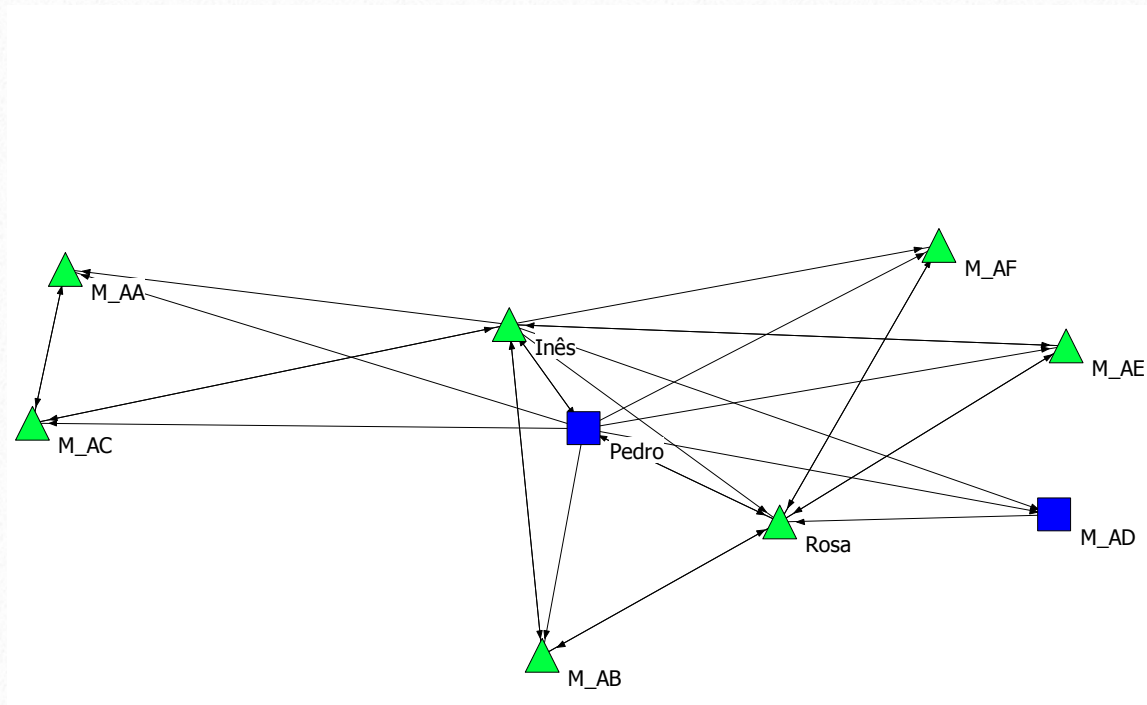


Gráfico 2.11 – Rede de Pedro segundo o trabalho de interconexão de Inês

A rede Subjetiva Comunitária de Pedro (segundo o trabalho de interconexão de Inês) é quase tão “forte” (por número de nós e interconexões) quanto a rede de Inês mesma. Isto não significa que a realidade das relações de Pedro com todos esses nós seja exatamente essa, porém Inês assim o considera, e no momento em que todas as redes subjetivas comunitárias se interconectam em uma só rede, isto é o capital social que Inês aporta para fortalecer o capital social da equipe.

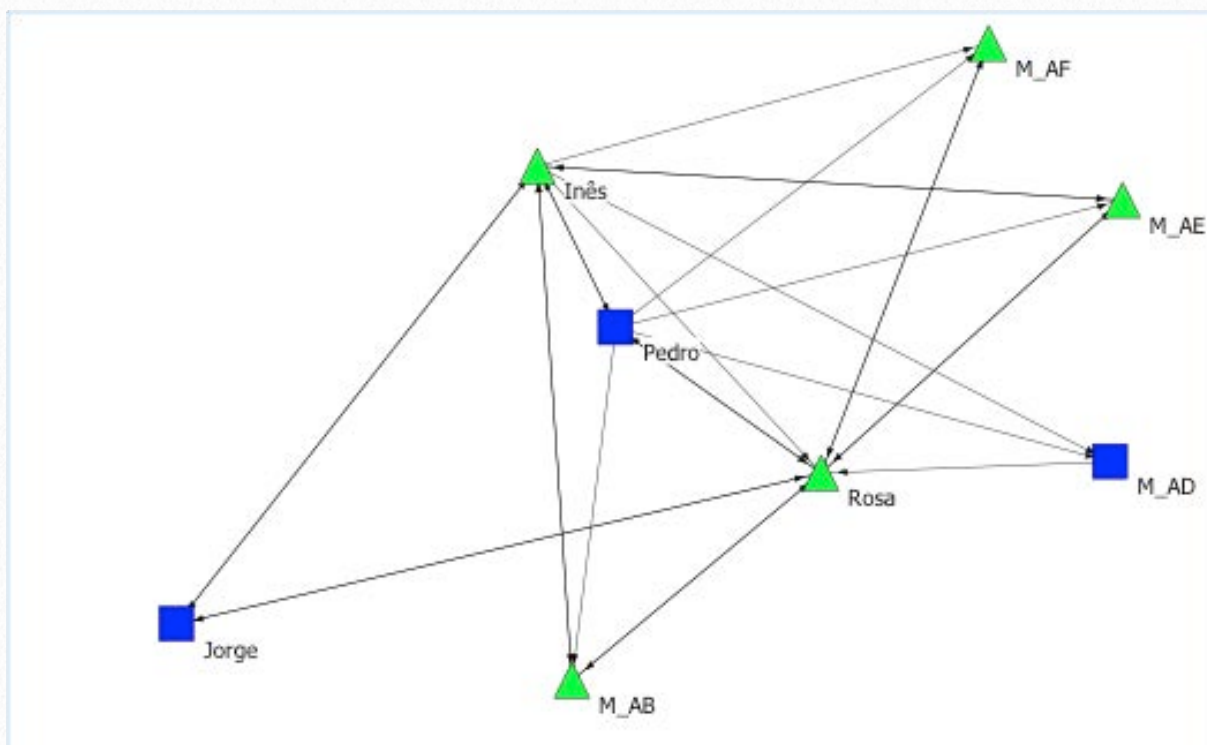


Gráfico 2.12 – Rede de Rosa segundo o trabalho de interconexões de Inês

O mesmo pode-se dizer da rede subjetiva comunitária de Rosa construída (Gráfico 2.12) a partir das interconexões de Inês com nós da comunidade e da equipe.

Este trabalho de decomposição e diferenciação permite ter uma prova visível de outro aspecto da rede subjetiva comunitária: trata-se, de fato, de uma rede de redes. Aqui se deu um olhar inicial sobre esta rede. Agora se verão algumas características da rede chamadas estruturais. Trata-se, neste caso, de uma análise quantitativa.

A análise quantitativa

Para abordar a análise quantitativa das redes é útil e prudente considerar algumas premissas. Entre estas evidenciam-se as seguintes:

(i) Os números têm importância, porém se não são lidos a partir de elementos qualitativos (diários de campo, folhas de primeiro contato, diários clínicos etc.) têm um significado e um alcance muito reduzido;

(ii) Os números têm sentidos, também, se são interpretados ou lidos a partir dos marcos de referência conceituais que caracterizam o Tratamento Comunitário: teorias da complexidade, cibernética um e dois, teoria das representações sociais, teoria da comunicação, teoria sistêmica, psicanálise, teoria do apego, teoria do vínculo, teoria da influência social etc. Sem estas leituras (pelo menos uma delas) os dados são quase cegos.

Por esta razão, ao mesmo tempo que se considera e atribui um grande valor aos dados quantitativos (numéricos) evidencia-se o fato que diante (não atrás) de cada um dos números que se apresentam em continuação estão pessoas, grupos, comunidades, relações, emoções e afetos que determinam estas redes e são

Rede subjetiva comunitária

determinados por elas. Uma das hipóteses da abordagem de redes no tratamento comunitário é que a força das redes possa ter uma capacidade de influência (determinar pensamentos, emoções, condutas) maior que a força dos indivíduos.

Apresenta-se, agora, uma tabela (2.4). Trata-se de algumas medidas fundamentais para a análise de rede. Todas foram elaboradas utilizando a matriz de adjacência de Inês. Todas as vezes que se encontram serão explicadas no transcurso das páginas que seguem.

Tabela 2.4. Medidas de Coesão da Rede de Inês
(*Network>Cohesion>MultipleCohesionMeasures*)

<i>Network Cohesion – Measures (medidas)</i>			
			1 Inês 2
1	<i>Avg Degree</i>	Grau médio	3,250
2	<i>H-Index</i>	Índice h	3
3	<i>Density</i>	Densidade	0,295
4	<i>Components</i>	Componentes	1
7	<i>Fragmentation</i>	Fragmentação	0
8	<i>Closure</i>	Fechamento	0,357
9	<i>Avg distance</i>	Distância média	1,894
10	<i>SD Distance</i>	Desvio Padrão Distância	0,731
11	<i>Diameter</i>	Diâmetro	4
12	<i>Breadth</i>	Abertura-largura	0,381
13	<i>Compactness</i>	Compactação	0,619

Tamanho

Esta característica é composta de diferentes elementos (Machin, 2011, p. 65ss) ou indicadores que se evidenciam e calculam a partir de três dados: os *nós*/atores/pessoas de uma rede, os *laços*/relações entre estes nós e os *caminhos*,

O Encontro com a Comunidade

quer dizer as séries de relações através das quais um nó se relaciona a outro nó (esta relação nem sempre é direta) (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, pp. 14-15). O tamanho de uma rede pode ser descrito por meio de cinco indicadores: a amplitude, o número de laços, a incidência, a distância média, o diâmetro.

A *amplitude*: o número de nós/pessoas/atores dos quais está composta uma rede. Na rede de Inês os nós são 12, como os atores de sua rede. Este número é muito importante: as oportunidades ou os limites de uma rede de 12 nós são diferentes daqueles de uma rede de 150. Observou-se, por exemplo, que uma rede de amigos tem uma amplitude que vai de 8/10 nós a 20/25 (Milanese, 2013), enquanto que uma rede primária pode chegar até 250/300 nós (Dunbar, 1993). Entende-se que a amplitude de uma rede depende muito do tipo de relação que se está considerando: se se considera a rede de amigos e a rede de companheiros da escola se está falando de relações diferentes que produzem redes diferentes. Quando estuda-se a amplitude o elemento importante é ver qual é a relação que a produz, sendo que a amplitude é função dessa relação, e pode mudar se a relação muda. Outro aspecto relacionado com a amplitude e os nós é que teoricamente em uma rede qualquer “coisa” pode ser um nó, é suficiente que exista uma relação entre um nó dessa rede e outra “coisa”.

Amplitude. É o número de nós que compõem uma rede. Os nós podem ser qualquer elemento que o operador ou a pessoa que descreve sua rede considere “elemento” de sua rede pela relação que se está estudando. [2.13]

Um nó é uma entidade complexa constituída por um conjunto de vínculos e um conjunto de atributos. Vínculos e atributos são interdependentes: o sentido de um vínculo depende dos atributos de um nó da mesma maneira que os atributos de um nó dependem dos vínculos que o interconectam com outro nó. [2.14]

Porém o tratamento comunitário considera em particular alguns nós que pertencem às redes que constituem o dispositivo comunitário: as redes subjetivas, as redes primárias, as redes de recursos comunitários formais e não formais, as redes de líderes de opinião não formais e formais, as instituições e as organizações, a sociedade civil organizada. Os nós podem ser, então: pessoas com sua função social não formal (habitantes das comunidades, vizinhos etc.), pessoas com uma função social

Rede subjetiva comunitária

formalizada ou instituída (um prefeito, o diretor da escola etc.), instituições (uma escola, o hospital, a prisão etc.), organizações (um sindicato, uma empresa produtiva), a sociedade civil organizada (uma ONG, um grupo organizado etc.). Cada nó (pessoa, ator social instituído etc.) tem algumas características (por exemplo sexo, idade, função no trabalho, profissão, escolaridade, tipo de residência onde vive etc.), estas características representam um dado importante porque contribuem para definir e entender a posição que cada nó tem dentro das diferentes redes, por isto estas características (que na linguagem das redes se chamam *atributos*) são parte também da análise das redes. Acontece, também, que os atributos/características dos nós podem ser transformados em relações. Isto acontece, por exemplo, no caso em que Pedro (veja-se a rede de Inês no Gráfico 2.6) tenha como atributo ou característica “pai de M_AC”. Ser pai de M_AC é também uma relação entre Pedro e M_AC.

Relação e laço. Uma das diferenças entre uma relação e um laço é que a relação é mais complexa, pode estar composta por um feixe de laços diferentes. Neste caso se entende por laço ou vínculos um só atributo de uma relação. [2.15]

O número de laços. Um laço é uma conexão entre dois ou mais nós. Na rede de Inês o número total de laços é 39 (ver Tabela 2.5). Pode-se obter esta cifra utilizando uma tabela Excel e somando os totais de coluna ou de linhas (ver Tabela nº 2.3). A outra maneira é utilizando Ucinet_6 (ver Tabela 2.5).

Tabela 2.5 Dados globais da rede de Inês
(*Network>Cohesion>Density>DensityOverall*)
Density/Average Matrix Value

	Densidade	Número de conexões	Média dos graus
1 Inês _2	295	39	3.250

Na Tabela 2.5 pode-se ler o número de laços: 39. Na rede de Inês, sendo que todos são seus “amigáveis”, ela tem um laço (amigável) com todos eles. Segundo Inês, também outras pessoas de sua rede tem relações amigáveis entre elas, assim entre essas pessoas existem também laços “amigáveis”. O aspecto relevante dos

laços é que sempre indicam relações, relações de todos tipos: de amizade e inimizade, de cooperação e conflito etc. Entre as categorias ou tipos de laços mais frequentes pode-se encontrar os seguintes: o intercâmbio econômico, a dádiva, a informação, a conversação, as relações de tipo instrumental (trabalhar com, trabalhar para etc.), as atitudes, as relações informais (amizade, admiração, simpatia, respeito, hostilidade, conflito), as relações formais (poder, autoridade, dependência, conflito etc.), parentesco, pertencimento ou afiliação (ser membro de um grupo etc.), mobilidade espacial ou social, laço especial, influência, as relações afetivas (amor, ódio, submissão etc.) etc. Neste ponto é útil distinguir entre o conceito de laço ou vínculo e o conceito de relação. Pelo momento considera-se que uma relação está constituída por um conjunto de laços, isto é um feixe ou um fluxo de laços.

A incidência. A incidência é o número médio de laços em uma rede. Na rede de Inês existe 12 nós. Se todos eles estivessem conectados entre si de maneira que todos escolhessem a todos os demais como pessoas com as quais tem relações amigáveis teríamos 132 laços no total e a média de laços seria 11 (o total de laços possíveis dividido pelo total de nós). Em realidade a média é de 3,25 (ver Tabela 2.4 no item “*average degree*” [grau médio] e quer dizer que nem todos interconectados por esta A incidência, por informa sobre o nível de uma rede. Como se pode depende muito da (de quantos nós se compõe). A experiência demonstrou que na medida em que o número de nós aumenta, a incidência diminui. É uma informação importante porque dá alguns indícios de como modificar a incidência, se isto for necessário.

Incidência. A incidência é a média dos laços em uma rede. Observou-se que a incidência é inversamente proporcional à amplitude: maior é a amplitude menor é a incidência. Incidência e amplitude são duas características das redes que podem ser utilizadas para modificar, se necessário, sua estrutura [2.16].

A distância média. Esta característica se obtém observando quantas setas unem um nó com outro, considerando sempre o caminho mais curto. Às vezes existem nós que são adjacentes (uma só seta), nós que necessitam de dois passos para ser

Rede subjetiva comunitária

alcançados (duas setas). Por exemplo (ver Rede de Inês, Gráfico 2.6), se Jorge quer comunicar-se com M_AF tem diversas possibilidades, porém o caminho mais curto é de dois passos/setas. A distância média (ver Tabela 2.4, *Avg Distance*, distância média) é uma medida que diz quão distante os nós estão em relação uns aos outros (é uma medida de coesão da rede entendida como um todo). A aproximação ou a distância não são nem boas nem ruins em si, seu valor depende do conteúdo da relação e dos objetivos da rede. Uma gangue tem proximidade muito igual a 1), isto é da gangue, porém quando se quer

Distância. É o número de passos que um nó tem que fazer para poder se enlaçar (comunicar) com outro nó. Entende-se que quanto maior é a distância mais alto é o custo que um nó tem que pagar para poder se comunicar com outro [2.17].

normalmente uma forte (distância mínima bom para o funcionamento representa uma dificuldade modificar esse sistema. Na rede de Inês a distância média é de 1,894 (ver para isso a Tabela 2.4 no item *Avg. Distance*, Distância média).

Diâmetro. Outro indicador é o *diâmetro* de uma rede. Este pode ser visibilizado observando o maior número de passos/setas que um nó tem que recorrer para chegar a outro nó. Neste sentido, o diâmetro representa a distância máxima, o maior número de passos/setas que existe entre dois nós em uma determinada rede. No caso da rede de Inês, a distância máxima é entre Mariana e Pablo, e M_AD (quatro passos). Neste caso, também o diâmetro diz o quanto coesa está uma rede. Na rede de Inês o diâmetro é quatro (ver para isso a Tabela 2.4 no item *Diameter*). A rede de Inês é uma rede subjetiva comunitária que ela construiu, entende-se, então, que se todos os nós estão diretamente interconectados com ela, nem todos eles estarão interconectados entre si, e que a distância entre alguns deles seja alta. Por esta razão a análise de redes pode ser um instrumento que, por um lado, ajuda a monitorar o desenvolvimento da rede subjetiva comunitária e, por outro, orienta este desenvolvimento (neste caso sugere que se diminua o diâmetro da rede). Se esta não fosse uma rede subjetiva comunitária e, sim, uma rede de amigos, poderia considerar-se este diâmetro como elevado.

Densidade

A densidade representa uma das mais importantes características estruturais de uma rede. Este indicador é considerado um dos mais importantes para descrever a coesão entre os nós no interior de uma rede. A densidade trata de responder a uma pergunta: se se consideram todas as conexões possíveis em uma rede, quantas destas existem efetivamente? Esta pergunta aplicada à rede de Inês aparece da seguinte maneira: quantas das conexões possíveis na rede de Inês existem efetivamente? O ponto central da coesão são as interconexões ou vínculos/laços entre os nós, mais que os nós em si. Para um melhor entendimento dos dados quantitativos recorde-se que, por exemplo, a interconexão (amigável) entre Inês e Pedro é um laço/vínculo, enquanto que o laço/vínculo entre Pedro e Inês é outro.

Densidade. Como no caso das outras medidas, a densidade não é unicamente uma medida, converte-se em uma ferramenta de trabalho. Quando o operador se pergunta “Qual é a densidade melhor?” ele também está se perguntando quais podem ser as maneiras para modificá-la? Isto quer dizer que elaborou o perfil das relações no interior dessa rede a partir de uma construção teórica [2.18].

Rede subjetiva comunitária

Tabela 2.6 Dados globais da rede de Inês
(*Network>Cohesion>MultipleCohesionMeasures*)

<i>Network Cohesion – Measures (medidas)</i>			
			1 Inês 2
1	<i>Avg Degree</i>	Grau médio	3,250
2	<i>H-Index</i>	Índice h	3
3	<i>Density</i>	Densidade	0,295
4	<i>Components</i>	Componentes	1
7	<i>Fragmentation</i>	Fragmentação	0
8	<i>Closure</i>	Fechamento	0,357
9	<i>Avg distance</i>	Distância média	1,894
10	<i>SD Distance</i>	Desvio Padrão Distância	0,731
11	<i>Diameter</i>	Diâmetro	4
12	<i>Breadth</i>	Abertura-largura	0,381
13	<i>Compactness</i>	Compactação	0,619

Os dados da Tabela 2.6 indicam que somente os 29% (*Densidade*) das conexões existem realmente e que 71% ainda faltam. Como se considera este dado? No estudo das redes subjetivas (ego-redes) observou-se que uma densidade aceitável para uma rede de uma amplitude incluída entre 10/25 nós (que é a amplitude média de uma rede subjetiva de uma pessoa) encontra-se entre 30/50% (Milanese, 2013). Este tipo de densidade garante por um lado a *flexibilidade* na rede e, por outro, sua capacidade de *resiliência* ou de persistir frente a forças de fragmentação.

A capacidade de resiliência integra-se com outra característica: manter uma certa estabilidade e, ao mesmo tempo, permanecer bastante aberta para evitar fechar-se. Se uma rede se fecha (densidade muito alta) sua capacidade de mudar se reduz. Neste caso, então, busca-se que uma rede seja bastante densa para não ser

destruída por forças centrífugas (explosão) e bastante flexível para não ser destruída por forças centrípetas (implosão). Existe um ponto de equilíbrio ideal? Sim, é aquele que permite continuidade, evolução e flexibilidade. Isto não quer dizer que seja previsível com precisão ou que, simplesmente, seja previsível.

Para este propósito são úteis dois conceitos que foram herdados da cibernética e dos sistemas complexos: plasticidade e mobilidade (Machín & Velasco, 2010, p. 99). Mobilidade e plasticidade evidenciam o aspecto dinâmico das redes. A plasticidade é a capacidade de uma rede de assumir formas diferentes sem mudar a substância: se é uma rede de amigos segue sendo uma rede de amigos, apesar das alterações estruturais que possa ter. A mobilidade é a capacidade de uma rede de mover-se de um contexto de imersão a outro, permanecendo similar a si mesma, conservando então a mesma estrutura: amplitude, densidade, distância, diâmetro etc.

Destes dois aspectos derivam-se algumas perguntas: quais são as características de densidade de uma rede para que esta assegure sua plasticidade? Quais são as características que asseguram sua mobilidade? Se a plasticidade é uma capacidade de adaptar-se, quer dizer de mudar sem mudar o tipo de relação que estrutura a rede... então é melhor uma densidade baixa... portanto introduzindo nós na rede (que é uma das maneiras para diminuir a densidade) pode-se incrementar as probabilidades que esses nós não somente não tenham relações amigáveis com os outros, ou que tenham relações conflitivas, isto modificaria a substância da rede. Se, por outro lado, se considera a mobilidade, quer dizer a capacidade de uma rede de mover-se em um contexto sem mudar a estrutura... isto faz pensar em uma minoria ativa ou a uma gangue, uma seita, uma família ou um grupo de amigos que emigram de seu país para outro país de cultura diferente... estes têm uma forte capacidade de permanecer e persistir (conservar sua estrutura) em contextos diferentes. Nestes casos a densidade é alta. Então qual é o ponto de equilíbrio que permite as duas dinâmicas: mudar sem mudar a substância e permanecer a si mesmos (identidade) em contextos diferentes com os quais é necessário interagir? Todas estas são perguntas que Inês necessita fazer. Ela não vai responder só, existe a equipe para isso, existe também a rede operativa. Um dos

pontos de referência para poder começar a responder estas perguntas é considerar os objetivos e as finalidades que se quer realizar.

Centralidade

A *centralidade* é uma propriedade de um *nó* em uma rede, esta depende das relações e constitui a sua contribuição para a estrutura da rede à qual pertence. “Por esta razão se pode considerar a centralidade de um *nó*” (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 164). Cada posição em uma rede tem vantagens e desvantagens, trata-se de ver qual é a relação que essa rede representa: ser central em uma rede na qual viaja um vírus significa ter a probabilidade mais alta de ser contagiado, ter uma posição central em uma rede na qual a relação é “quem dá ordens a quem” significa ter um poder muito forte.

Centralidade. Da mesma maneira que a densidade é uma propriedade dos laços e das interconexões a centralidade é uma propriedade dos nós [2.19]

propriedade de um *nó* em relações e constitui a sua da rede à qual pertence. considerar a centralidade de um *nó*” (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 164). Cada posição em uma rede tem vantagens e desvantagens, trata-se de ver qual é a relação que essa rede representa: ser central em uma rede na qual viaja um vírus significa ter a probabilidade mais alta de ser contagiado, ter uma posição central em uma rede na qual a relação é “quem dá ordens a quem” significa ter um poder muito forte.

Em geral quando se consideram relações positivas como, por exemplo, amizade ou confiança, a centralidade é vista como uma coisa positiva para os nós, sendo que provê aos atores oportunidades de influenciar os outros e de receber fluxos (informações, apoio, ajuda material). Por esta razão a centralidade está incluída no conceito de capital social no qual a posição central de um *nó* é fonte de oportunidades e vantagens. Por consequência, em estudos empíricos, a centralidade é com frequência utilizada como variável independente para prever resultados positivos para os nós envolvidos (...). Obviamente os resultados são positivos ou negativos em função daquilo que flui na rede. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, pp. 164-165)

Entende-se, então, que centralidade em uma rede pode significar alto risco ou alta oportunidade, máxima segurança e máxima exposição ao risco, máximo poder ou máxima impotência, máxima autonomia ou máxima dependência em função daquilo que flui na rede (o tipo de vínculo). A centralidade pode, por consequência,

ser abordada pelo menos de duas maneiras diferentes. A primeira consiste em entender como o poder se distribui entre os nós de uma rede a partir da posição de cada um deles. A segunda considera uma rede por aquilo que é: um emaranhado de relações onde cada nó percebe a rede a partir de seu ponto de vista, isto significa que cada nó pode ter a percepção de ocupar o centro da rede. Por esta razão a pergunta aqui é: qual é o poder que tem cada um dos nós que compõe uma rede? Veja como é possível proceder.

Na rede de Inês aquilo que flui é uma *relação amigável*, por consequência quem

Centralidade e interdependência. O tema da centralidade propõe o tema do poder, este baseia-se em relações de dependência. Em uma rede quem tem poder o tem porque outro o atribui, desta maneira quem tem mais poder tem também mais dependência. Por outro lado, quem atribui poder tem autonomia porque essa ação depende de sua decisão. Porém essa decisão manifesta também uma dependência: atribuir poder é reconhecer dependência. Por esta razão o tema da centralidade é também o tema das interdependências que a expressam [2.20].

se encontra no centro da rede se encontra no centro de um fluxo de relações amigáveis. Neste caso é uma posição de privilégio e força. Portanto deve-se considerar os dois cenários. Ter relações amigáveis com muitos outros nós (ser o nó que escolhe a muitos outros) e ser considerado amigável por muitos nós são duas centralidades diferentes. No

primeiro caso trata-se do poder de interconectar: um nó que interconecta muitos outros é uma ponte eficaz para outros nós que não têm a mesma posição (capacidade). No segundo caso trata-se de um poder que deriva do reconhecimento dos outros nós, trata-se então de popularidade e prestígio. Se se considera este contexto de relações a partir do critério autonomia/dependência, pode-se pensar que o primeiro poder evidencia mais a autonomia, enquanto que o segundo a dependência. Como dizer que a primeira forma de poder é expressão da autonomia e decisão do nó que elege/escolhe/indica... enquanto que o segundo é expressão da dependência do nó que é escolhido/elegido/indicado. Este é um dos paradoxos das redes que necessitam de ambos poderes. Nas redes quem tem mais popularidade e prestígio tem também mais dependência e quem tem mais autonomia a investe para

Rede subjetiva comunitária

construir dependências. Este paradoxo pode ser sintetizado na palavra: interdependência.

Na análise da centralidade consideraram-se os seguintes indicadores: *centralidade de grau*, a centralidade *beta*, a centralidade de *proximidade*, e a centralidade de *intermediação*. São termos que se referem a aspectos estruturais da rede, são ao mesmo tempo importantes e parcialmente intuitivos. Isto não significa que cada vez que se faz uma análise de rede é preciso calcular todas estas medidas, isto depende das necessidades que se tem nesse momento.

Como vimos e como dizem alguns autores, o tema da centralidade está relacionado com o tema do poder.

O pensamento de rede contribuiu com grandes intuições sobre o poder social. Talvez a mais importante é considerar que o poder é intimamente relacional. Uma pessoa não tem poder no abstrato, os indivíduos tem poder porque podem dominar outros – o poder do ego é a dependência do alter –. Sendo o poder a consequência de padrões de relações, a quantidade do poder nas estruturas sociais pode variar. No caso em que um sistema seja fragilmente acoplado (*loosely coupled*), que tenha uma densidade baixa, não se pode exercer um grande poder; quando a densidade é alta existe a potencialidade para exercer um maior poder. O poder é ao mesmo tempo uma propriedade sistêmica (macro) e uma propriedade relacional (micro). A quantidade de poder em um sistema e sua distribuição entre os atores estão inter-relacionadas, porém não são a mesma coisa. Dois sistemas podem ter o mesmo nível de poder, porém em um pode ser distribuído em maneira equitativa, no outro em maneira desigual. O poder em uma rede pode ser visto tanto como uma micropropriedade (descreve as relações entre os nós) quanto como uma macropropriedade (descreve a população da rede considerada como totalidade) (...). (Hanneman & Riddle, 2005, p. 1, Cap. 10)

O Encontro com a Comunidade

Nesta citação existem cinco pontos que é oportuno considerar para a leitura dos dados de centralidade. O primeiro é que o poder é a consequência de relações... e produz outras relações, neste sentido é “intimamente relacional”. O segundo é a relação entre centralidade e poder, no sentido que mais centralidade significa mais poder (dependendo sempre do tipo de relações que se estão observando). O terceiro é que a centralidade/poder pode ser considerada como fenômeno micro (relações entre os nós de uma rede) ou como fenômeno macro (poder da rede como um todo). O quarto é que a quantidade de poder entre duas redes pode ser igual, aquilo que faz a diferença pode ser como o poder é distribuído no interior da rede, isto significa que no âmbito macro duas redes podem ser idênticas, porém a nível micro são muito diferentes. O quinto é que dois nós podem ter a mesma centralidade de grau em duas redes com a mesma amplitude e densidade, porém podem ter também um poder diferente em cada uma das redes, dependendo este de como a centralidade dos outros nós está distribuída. Um último aspecto, antes de iniciar a análise dos dados:

Os analistas das redes descrevem a maneira com a qual um ator é incorporado na rede (*embedded*) como o fato de estar em posição de impor vínculos ou oportunidades a este ator. Atores que enfrentam menores restrições e que têm mais oportunidades com relação a outro encontram-se em uma posição estrutural mais favorável. Estar em uma posição favorável significa que um ator pode obter melhores resultados em suas negociações, tem uma influência maior, e que será o objeto de uma maior diferença e atenção por parte daqueles que se encontram em uma posição menos favorável. (Hanneman & Riddle, 2005, *idem*, *ibidem*).

Trata-se, agora, de entender o que significa estar em uma posição estrutural favorável ou ter maiores oportunidades com relação à posição de outros. A análise de rede ajuda neste processo com três indicadores: a centralidade de grau, a proximidade e a intermediação.

Rede subjetiva comunitária

Centralidade de grau.

Um ponto de partida para entender o grau é entender o conceito de matriz de adjacência. Veja a Tabela 2.7 que foi utilizada também anteriormente (p. 123, como Tabela 2.3).

Tabela 2.7 – Matriz de adjacência da rede de Inês

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
0	ID	Inês	Jorge	Pablo	Rosa	Mariana	Pedro	M_AA	M_AB	M_AC	M_AD	M_AE	M_AF	<i>InDegrees</i>
1	Inês	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
2	Jorge	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
3	Pablo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
4	Rosa	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	5
5	Mariana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6	Pedro	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	8
7	M_AA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
8	M_AB	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
9	M_AC	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
10	M_AD	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
11	M_AE	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
12	M_AF	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
13	<i>OutDegrees</i>	7	3	1	7	1	2	3	3	4	2	3	3	39

No tema “Visibilizar a rede de relações”, um pouco mais acima, ilustrou-se uma forma de ler esta tabela em particular diferenciando os graus de saída dos graus de entrada. Ao falar da centralidade foram também introduzidos alguns outros temas: poder, prestígio, popularidade etc., e seus vínculos e contradições. Se buscará agora aprofundar mais o tema da centralidade de grau e de suas implicações.

Dependendo da relação social que se está estudando, podemos interpretar os graus de saída (*out-Degree*) como o “gregarismo” ou a “expansividade” de um determinado nó, e os graus em entrada como o “prestígio” ou a “popularidade” de um determinado nó. Por exemplo, isto tem sentido no caso que se

considerem laços de amizade. No caso de laços de confiança, interpretamos os graus de saída como indicadores de quanto um nó confie (trusting), enquanto que os graus de entrada medem quão digno de confiança ele seja. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 176).

Esta citação de Borgatti faz ver como a interpretação dos dados (medidas) depende do laço que se decidiu observar, da relação na qual este laço se inclui e, ao final, do objetivo que se quer conseguir no momento em que se tem essa medida. Existem, então, algumas distinções que se devem considerar: diferenciar graus de saída dos de entrada, considerar o laço que se está analisando (“amigável”, na rede de Inês), da relação na sua totalidade, e do objetivo do trabalho que a equipe está fazendo.

Se um ator recebe muitas indicações (graus em entrada) diz-se que é muito proeminente ou que tem um grande prestígio. Isto significa que muitos outros atores buscam dirigir suas atenções até ele e isto pode sugerir sua importância. Atores que habitualmente têm um grau de saída alto são atores que tem uma alta capacidade de intercambiar com muitos outros, ou fazer que muitos outros sejam informados de suas opiniões. Atores que tem um alto grau de saída são geralmente considerados influentes. (Hanneman & Riddle, 2005, p. 4, Cap. 10).

Estes esclarecimentos de Borgatti e Hanneman são relevantes para o tratamento comunitário no qual as redes são pensadas como atores que produzem mudanças. Ao enfrentar este tipo de análise trata-se, então, de responder também a uma série ordenada de perguntas: esse laço (com o grau que o caracteriza) é congruente com a relação que se está testando? A medida que se obteve é a esperada? É necessário modificar esse dado por meio de uma intervenção? A rede de Inês é um bom cenário. Ela tem a oportunidade, depois de alguns meses de

Rede subjetiva comunitária

trabalho, de fazer-se estas perguntas e de receber algumas indicações operativas da análise da sua rede subjetiva comunitária.

Tabela 2.8 – Rede de Inês, centralidade de grau (abordagem de Freeman)
(Network>Centrality and Power>Degree)

		1	2	3	4
		<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>	<i>nOutDegree</i>	<i>nInDegree</i>
		Graus de Saída	Graus de entrada	Graus de Saída normalizados	Graus de Entrada normalizados
1	Inês	11.000	7.000	1,000	0,636
2	Jorge	3.000	3.000	0,273	0,273
3	Pablo	1.000	1.000	0,091	0,091
4	Rosa	5.000	7.000	0,455	0,636
5	Mariana	1.000	1.000	0,091	0,091
6	Pedro	8.000	2.000	0,727	0,182
7	M_AA	1.000	3.000	0,091	0,273
8	M_AB	2.000	3.000	0,182	0,273
9	M_AC	3.000	4.000	0,273	0,364
10	M_AD	1.000	2.000	0,091	0,182
11	M_AE	2.000	3.000	0,182	0,273
12	M_AF	1.000	3.000	0,091	0,273

Na Tabela 2.8 ilustram-se os resultados da análise da centralidade de grau da rede de Inês, feita com a abordagem de Freeman (Ucinet Network>CentralityandPower>Degree).

Como ler esta tabela. Esta tabela tem seis colunas. Iniciando da esquerda para a direita, a primeira coluna tem o número de cada um dos nós. Como se observará a ordem reflete a informação ilustrada na coluna dos *Out-Degrees* (graus de saída). Isto não tem nenhum significado particular, foi a decisão dos autores do programa informático utilizado neste caso. Na segunda coluna vêm os nomes dos atores da rede de Inês. Na terceira (que tem o n°1), os graus de saída, sucedida com os graus de entrada. Nas colunas 5 e 6 encontram-se os graus de saída e entrada, respectivamente, porém normalizados. Isto significa que cada grau foi dividido pelo

total dos nós/atores menos 1, e multiplicado por 100 {por exemplo, o grau de saída de Inês é 11, seu grau de saída normalizado será então $([11/11]*100)$, quer dizer 100}. Normalizar ajuda a comparar redes com amplitudes (número de nós) diferentes.

Os dados mais significativos são os seguintes: (i) Inês é o ator que pensa ter mais influência (sendo que pensa ter uma relação amigável com o número maior de atores). Quando se considera a proeminência, Inês e Rosa são as mais proeminentes (ambas tem um grau de entrada normalizado de 63,6). Isto pode ser interpretado da seguinte maneira: o poder nesta rede não está todo concentrado em um nó mas, sim, resultante da aliança entre todos estes nós. Deste dado se deduz uma reflexão de tipo operativo: sendo que esta é uma rede subjetiva comunitária e que o poder está dividido entre dois nós, é reforçando a aliança entre estes que se garante o poder de toda a rede (se estes dois nós têm conflitos, toda a rede fica em perigo); (ii) A diferença entre graus em saída e em entrada de Pedro (operador par) é significativa. Inês considera que Pedro tem relações amigáveis com muitos dos nós, mas não está segura que todos estes nós tenham relações amigáveis com ele. Isto pode significar que, na perspectiva de Inês, Pedro tem capacidade de distribuir informação e, então, de influenciar a opinião de muitos nós no interior da rede, e ser pouco influenciado pelos mesmos. Existe, então, este contraste: capacidade de influenciar e alto grau de autonomia nos processos de influência. A pergunta aqui é se isto vai no sentido daquilo que se requer para um operador par. Por outro lado este contraste faz ver que um baixo grau de entrada pode também indicar um alto poder (neste caso, poder de ser autônomo). É também oportuno perguntar-se qual é o poder de influência que Pedro pode ter quando não é reconhecido como amigável pela maioria dos nós com os quais ele se relacionou.

Pode-se seguir analisando estes dados para ter ao mesmo tempo um diagnóstico desta rede e construir um plano de ação. Recomenda-se, neste caso, fazer esta análise com a equipe, a reflexão dos outros é o aspecto qualitativo que é necessário para ter uma leitura mais articulada com aquilo que acontece com as relações sociais na comunidade.

Rede subjetiva comunitária

Os dados da Tabela 2.9 proporcionam outros tipos de informações que resultam úteis do ponto de vista diagnóstico e do ponto de vista do planejamento das ações. Se consideraram, em particular, os dados seguintes: a média, o desvio padrão, a centralização da rede para os graus de saída e os de entrada.

Tabela 2.9 – Rede de Inês, centralidade de grau (abordagem de Freeman)
(*Network>Centrality and power>_DegreeOld*)

Descriptive Statistics		1	2	3	4
		<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>	<i>nOutDegree</i>	<i>nInDegreee</i>
		Graus de Saída	Graus de entrada	Graus de Saída normalizados	Graus de Entrada normalizados
1	<i>Mean</i>	3,250	3,250	29,545	29,545
2	<i>Std Dev</i>	3,086	1,876	28,051	17,058
3	<i>Sum</i>	39,000	39,000	354,545	354,545
4	<i>Variance</i>	9,521	3,521	786,846	290,978
5	<i>SSQ</i>	241,000	169,000	19917,355	13966,942
6	<i>MCSSQ</i>	114,250	42,250	9442,148	3491,736
7	<i>Euc Norm</i>	15,524	13,000	141,129	118,182
8	<i>Minimum</i>	1,000	1,000	9,091	9,091
9	<i>Maximum</i>	11,000	7,000	100,000	63,636
10	<i>N of Obs</i>	12,000	12,000	12,000	12,000
		Network Centralization (Outdegree) = 76,860%			
		Network Centralization (Indegree) = 37,190%			

A Tabela 2.9 apresenta a segunda parte do mesmo processo de análise (centralidade de grau com o método de Freeman) que se comentou nos parágrafos precedentes. Neste caso as informações relevantes são as seguintes:

- (i) a média dos graus em saída e em entrada é idêntica;

(ii) enquanto que é significativamente diferente o *desvio padrão* dos graus em saída e em entrada. Para entender o significado do desvio padrão pode ajudar considerar que se todos os nós tivessem o mesmo grau de saída, o desvio padrão no grau de saída teria sido 0 (zero), o mesmo teria sucedido para os graus de entrada se todos tivessem obtido o mesmo número. O desvio padrão reflete, então, quanto as decisões dos atores desta rede se diferenciam umas das outras nos graus de saída e de entrada. O sentido mais imediato deste resultado é duplo. Se se considera que esta rede é o produto de Inês, o desvio padrão tem a ver com o processo de tomada de decisões de Inês (quem é amigável com quem, e quem não o é). Se, por outro lado, esta rede é uma boa representação daquilo que acontece na realidade, então o significado está relacionado com os vínculos entre os nós. Esta rede é, seguramente, o produto de Inês, então a diferença no desvio padrão pode ser interpretada da seguinte maneira: do ponto de vista de Inês há mais atores que dão amizade do que aqueles que são “confiáveis” para recebê-la, é como se esta rede tivesse um número maior de atores que tem confiança nos outros, com relação aos atores aos quais pode-se ter confiança. A intervenção de rede que deriva desta conclusão é quase óbvia dependendo do momento no desenvolvimento da rede e dos objetivos do tratamento comunitário nessa fase: fortalecer a liderança dos nós confiáveis ou estender a confiabilidade em toda a rede?

(iii) Os dois últimos dados “*Network Centralization outdegree*” (centralização da rede, graus de saída e graus de entrada) também são significativos e reforçam aqueles que se comentaram no ponto precedente. Antes de tudo, qual é o significado do índice de *Centralização de rede*? O ponto de partida para entender isto é saber que este índice se calcula tomando em consideração como seria uma rede menos desigual possível. A resposta é: uma rede menos desigual possível é uma rede na qual todos têm as mesmas oportunidades e restrições. Dizendo de outra maneira: na rede de Inês teria que se esperar que todos tivessem relações amigáveis com todos e que o poder de indicar alguém como amigável ou o poder

Rede subjetiva comunitária

dependente do fato de ter sido indicado por alguém como amigável não fosse fortemente concentrado em um número reduzido de nós.

Por consequência: (i) 77,68% de centralização nos graus de saída significa que com relação a capacidade desta rede de manter os laços ou, dizendo de outra forma, a capacidade desta rede de manter-se conectada como uma rede depende de poucos nós (por isto está muito centralizada); (ii) enquanto que 38,01% em graus de entrada significa que a distribuição do poder de prestígio é mais difusa, distribuída entre um número elevado de nós (ver Tabela 2.8).

Este conceito é, portanto, mais compreensível quando se considera, por exemplo, a rede de Inês apresentada no Gráfico 2.4 (ver gráfico abaixo). Como se comentou, esta é uma rede em estrela onde todos os nós dependem de Inês. Neste caso, admitindo que todas as conexões sejam recíprocas, a centralização da rede para os graus em saída (*Network Centralization (Outdegree)*) é igual a 100 %, e a centralização da rede para os graus em entrada (*Network Centralization (Indegree)*) é de 0,826%. Com este exemplo fica mais claro que rede muito centralizada significa uma rede na qual poucos nós controlam o fluxo da informação e das relações. Como comentou-se em outros momentos, isto não é nem bom nem ruim em si, depende dos objetivos táticos e estratégicos daquilo que se quer conseguir.

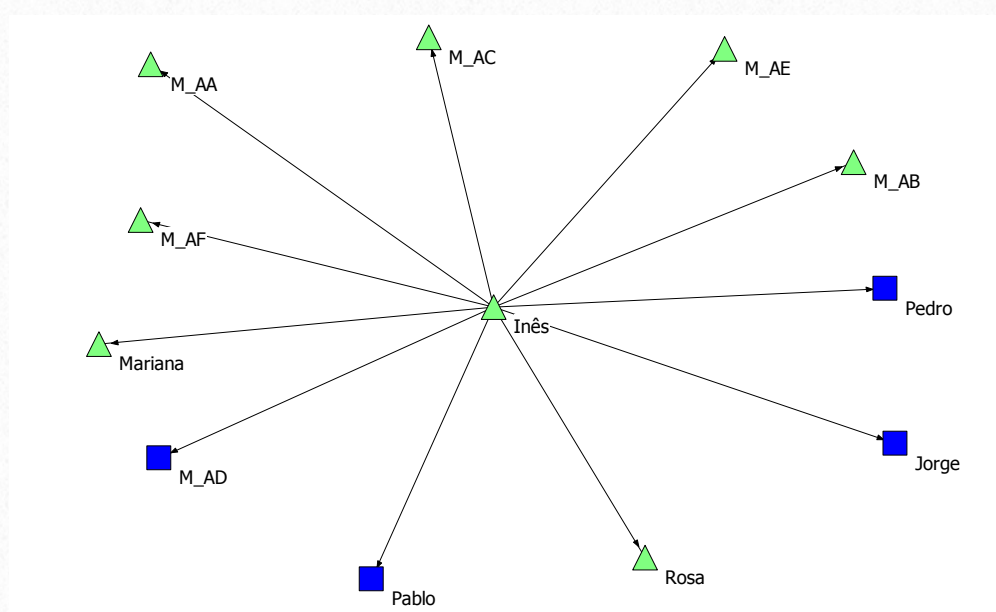


Gráfico 2.4 – Rede de Inês (ego-rede)

Centralidade de grau (abordagem de Bonacich).

Se utilizará agora outra maneira para evidenciar a centralidade e o poder dos nós e da rede. Esta é complementar àquela que se utilizou até aqui, que afirmava que o poder dependia em saída) de um nó. redes (Philippe dúvida que as coisas assim, sem negar da centralidade. Sua centralidade é um e, neste sentido, provavelmente tinha razão.

Centralidade de grau de Bonacich
Esta medida considera não somente os laços diretos de um nó com outro, como também o poder que deriva dos laços indiretos. É como dizer que o poder de um não deriva somente dos laços que este tem com seus nós, mas também do poder que estes nós tem [2.21].

do grau (em entrada ou Um pesquisador em Bonacich) colocou em fossem efetivamente obviamente o princípio ideia é que a sistema mais complexo

Seu pensamento é o seguinte. Imaginemos que Renato e Teresa são nós da mesma rede. Cada um deles tem cinco outros nós da rede que os escolheu como amigos. Com o procedimento adotado até agora, teriam o mesmo poder. Bonacich diz que se os amigos de Renato têm, por sua vez, dez outros nós que os escolhem como amigos e se os amigos de Teresa têm 15 nós que a escolhem como amigos.... em termos de centralidade Teresa tem mais poder que Renato. Aqui funciona o princípio que um amigo de meu amigo é potencialmente meu amigo também.

Até aqui a coisa parece ter sentido. Porém, Bonacich segue aprofundando seu pensamento.

Até aqui sustentamos a ideia que os atores mais centrais são também aqueles que tem mais poder. Porém Bonacich coloca em dúvida esta ideia. Se se compara novamente (Renato) com (Teresa), Teresa será claramente mais central que Renato, porém isto significa que ela é também mais poderosa? Um primeiro argumento poderia ser que um ator é mais influente se está conectado com outros atores que também são centrais na rede; porque este ator pode rapidamente chegar a outros atores com uma simples mensagem. Porém se os atores aos quais você está conectado são, eles mesmos, bem conectados, eles

Rede subjetiva comunitária

não são altamente dependentes de você, eles têm numerosos contatos, exatamente como você. Por outro lado se os nós com os quais você está conectado não têm um alto grau de conexões, deduz-se que eles dependem de você. O argumento de Bonacich é que um ator que está conectado com atores que estão bem conectados faz desse ator um ator central mas não por isso poderoso. De uma maneira quase irônica o fato de estar conectados com atores que não estão bem conectados nos faz poderosos porque esses outros atores dependem de nós, enquanto que aqueles que estão bem conectados não o são. (Hanneman & Riddle, 2005, p. 7, Cap. 10).

O quase paradoxo de Bonacich esclarece alguns pontos. O primeiro é que a centralidade de grau é importante, mas é somente um ponto de partida de um longo pensamento. O segundo é que se as relações que têm as pessoas com as quais um se relaciona contam muito, isto significa que a rede não termina com a relação direta do nó “Inês” a um conjunto de nós e, sim, se estende incluindo as relações que os nós de sua rede têm com outros nós e que esses outros nós têm com outros nós. O poder é uma resultante estrutural de toda esta concatenação de laços. O terceiro é que o poder de um é função da pobreza de nós (relações) de outros. O quarto é que uma vez mais se evidencia como o poder é fundamentalmente relacional.

Bonacich propôs que centralidade e poder são ambos uma função das conexões que os atores têm em uma determinada vizinhança. Quanto mais conexões têm os atores de sua vizinhança, mais centrais eles são. Quanto menos conexões têm os atores na sua vizinhança, mais poder têm. (ibidem)

Vendo as coisas a partir da prática das redes, para reforçar ou diminuir o poder de um nó é suficiente trabalhar com o poder dos nós com os quais este está conectado.

O Encontro com a Comunidade

Com esta abordagem Bonacich calcula novamente a centralidade e o resultado que obtém é o seguinte. Na Tabela 2.10 os nós (atores) são organizados do mais poderoso (Inês) para menos poderoso (M_AA), seguindo a distribuição de Bonacich.

Tabela 2.10 – Rede de Inês, centralidade calculada com a abordagem de Bonacich.

[*Network>Centrality and Power>Bonacich power(Beta Centrality)*]

Num	Nome	Poder	Normalizado
1	Inês	1.676,0	2,1
6	Pedro **	1.335,7	1,6
4	Rosa **	944,8	1,2
2	Jorge *	833,7	1,0
9	M_AC *	678,2	0,6
8	M_AB ***	661,9	0,6
11	M_AE *	661,9	0,6
3	Pablo **	423,0	0,4
5	Mariana *	423,0	0,4
10	M_AD *	238,9	0,2
12	M_AF *	238,9	0,2
7	M_AA **	171,7	0,1

Agora se comparamos a Tabela 2.10 com a 2.11, na qual se apresentam os dados obtidos com os cálculos de Freeman e de Bonacich (centralidade de graus) somando, no caso de Freeman graus de saída e graus de entrada, observa-se que existem diferenças significativas.

Tabela 2.11 – Rede de Inês, comparação entre centralidade de Freeman e de Bonacich

Centralidade de Bonacich					Centralidade de Freeman					
A	Num	B	Nome	C	Poder	D	Num	E	Nome	F Graus In+Out
	1		Inês		1.676,0		1		Inês	16
	6		Pedro		1.335,7		6		Pedro	10
	4		Rosa		944,8		4		Rosa	12
	2		Jorge		833,7		2		Jorge	6
	9		M_AC		678,2		9		M_AC	7
	8		M_AB		661,9		11		M_AE	5
	11		M_AE		661,9		8		M_AB	5
	3		Pablo		423,0		7		M_AA	4
	5		Mariana		423,0		12		M_AF	4
	10		M_AD		238,9		10		M_AD	3
	12		M_AF		238,9		5		Mariana	2
	7		M_AA		171,7		3		Pablo	1

Como ler esta tabela: nas colunas A, B e C tem-se os nós ordenados no sentido de poder (do mais poderoso ao menos) com o critério de Bonacich. Nas colunas D, E, F encontram-se os nós ordenados com o critério da centralidade de grau de Freeman. A parte alta da tabela não tem variações: Inês, Pedro, Rosa, Jorge, M_AC conservam as mesmas posições. Na segunda parte da tabela quase todos os nós mudam de posição, com exceção do nó M_AD. A mudança mais importante é de Pablo que passa da oitava para a última posição. Além disso, se se observasse a correlação entre as duas distribuições se obteria o seguinte dado: 0,48. Este dado significa que, por um lado, trata-se da mesma rede (quer dizer que os dados de Freeman não contradizem aqueles de Bonacich), porém as diferenças entre os dois perfis obtidos são importantes. O que se pode concluir? Que ambas análises visibilizam aspectos significativos desta rede em termos de relações de poder e que a abordagem de Bonacich ajuda a entender aspectos mais profundos, quer dizer,

aqueles que são produzidos não somente pelas relações diretas e, sim, pelas relações das relações, e pelas relações das relações das relações.

Proximidade e distância.

Centralidade de proximidade. Uma das críticas que se fazem à centralidade de grau é que um ator pode estar conectado a um grande número de outros, porém estes outros podem estar muito desconectados da rede como um todo. Deduz-se disto que este tipo de ator pode ter uma posição central, porém isto sucede somente em um espaço restrito da rede (isto se chama poder local), sendo que os demais nós da rede estão interconectados de maneira muito débil com nós desta “vizinhança” relacional. A centralidade da proximidade trata, por consequência, de esclarecer qual é a distância de um ator com relação a todos os atores da rede levando em consideração a distância que existe entre cada um dos atores e todos os outros.

Centralidade de proximidade. É uma medida que tem como objeto as relações entre os nós de uma rede em termos de proximidade ou distância. Não se trata, então, diretamente, de uma medida de poder, e sim de posição relacional de um nó com relação a todos os outros nós de uma rede. [2.22]

Por qual razão esta informação é importante? A força de uma rede depende também de quão perto estão os nós um com relação ao outro, e de quão grande seja a proximidade/distância da rede como um todo (quer dizer, sua capacidade global de manter seus nós próximos ou distantes). O que quer dizer próximo ou afastado em termos de rede? Neste caso é útil o conceito de *distância geodésica*. Esta é o *caminho mais curto* entre dois nós. Entende-se que um *caminho* é uma sequência de passos (laços) que um nó tem que recorrer para poder alcançar outro nó. Por consequência, perto/longe em termos de rede significa ter que fazer uma caminhada comprida ou curta para poder alcançar outro nó.

Rede subjetiva comunitária

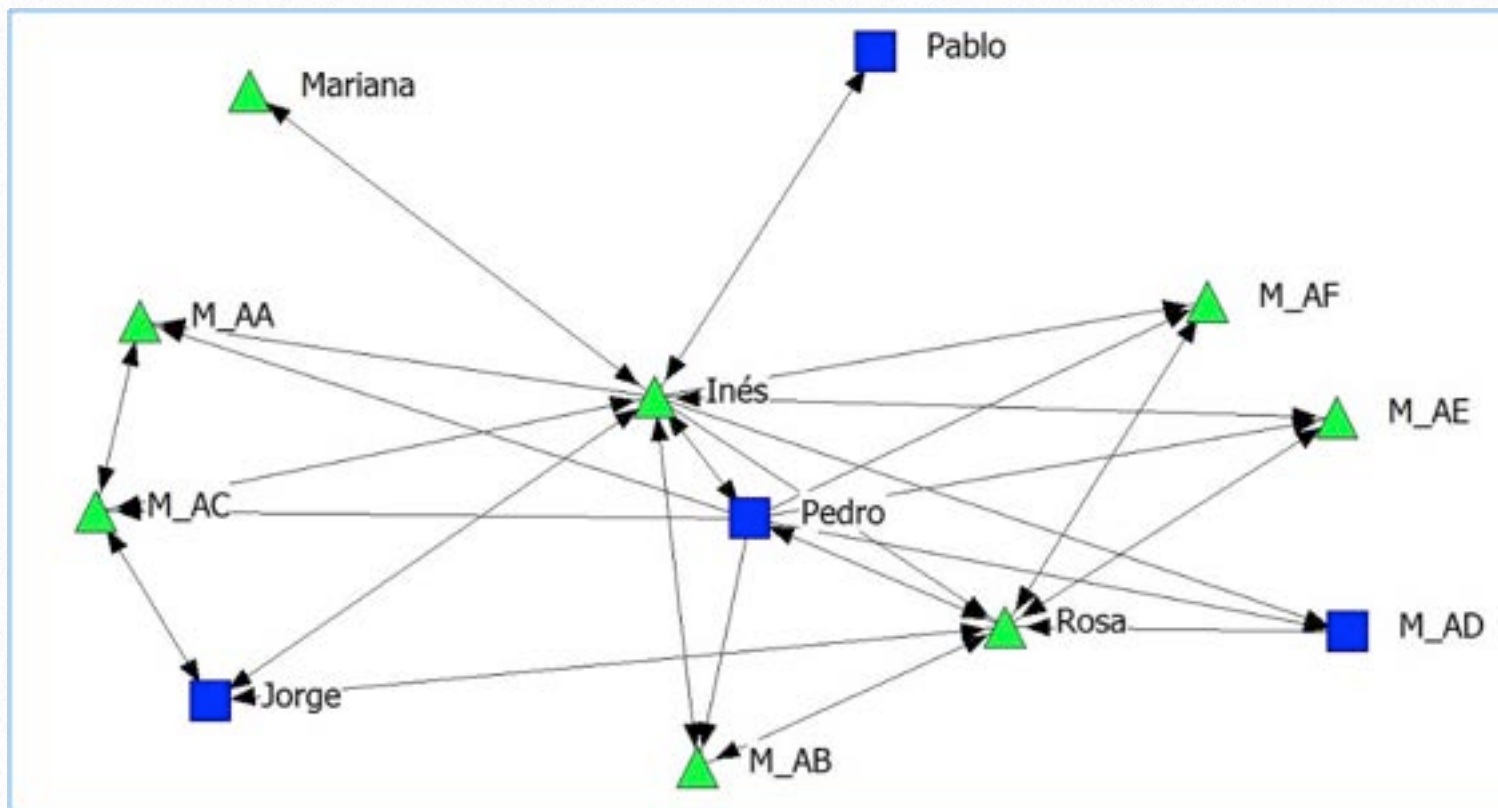


Gráfico 2.13 Rede de Inês

Observando o Gráfico 2.13 pode-se constatar que o caminho de M_AD até Mariana pode ser: {M_AD -->Rosa -->Pedro -->Inês -->Mariana}, isto é devido ao fato que, se bem Inês tem uma relação com Rosa, Rosa não tem relação com Inês enquanto que Pedro é adjacente com relação a Inês. O sentido prático desta característica da rede é que distância ou proximidade significam “número de laços”. Se falamos de laços amigáveis, por exemplo, a probabilidade que um amigo de Inês considere Inês como amiga nem sempre é de 100%, e se se considera a probabilidade que um amigo de um amigo de Inês seja ele também amigo de Inês, esta diminui ainda mais. Isto quer dizer que a distância/proximidade incide muito na força das relações e também em seu conteúdo. Por esta razão a distância/proximidade pode efetivamente ser utilizada para governar processos na rede.

Tabela 2.12 – Rede de Inês, medidas de centralidade de proximidade
(*Network>Centrality and Power>ClosenessOld*)

		1	2	3	4
		<i>inFarness</i> Distância em Entrada	<i>outFarness</i> Distância em Saída	<i>inCloseness</i> Proximidade em Entrada	<i>outCloseness</i> Proximidade em Saída
4	Rosa	16,000	19,000	68,750	57,895
1	Inês	17,000	11,000	64,706	100,000
2	Jorge	19,000	19,000	57,895	57,895
9	M_AC	20,000	19,000	55,000	57,895
11	M_AE	20,000	20,000	55,000	55,000
12	M_AF	20,000	29,000	55,000	37,931
8	M_AB	20,000	20,000	55,000	55,000
7	M_AA	21,000	29,000	52,381	37,931
6	Pedro	21,000	14,000	52,381	78,571
10	M_AD	22,000	28,000	50,000	39,286
5	Mariana	27,000	21,000	40,741	52,381
3	Pablo	27,000	21,000	40,741	52,381

Na Tabela 2.12 tem-se os dados de proximidade e distância. A primeira observação é que estes dados são diferentes com relação a aqueles obtidos com as medidas de centralidade de grau de Freeman e de Bonacich. Isto significa que esta abordagem permite visibilizar aspectos que as outras abordagens não conseguem captar.

Este parâmetro diz quanto um nó se encontra perto ou longe de todos os outros nós. Em um gráfico orientado (como a rede de Inês) se diferencia a proximidade em entrada da proximidade em saída.

Observando os dados na tabela pode-se visualizar quais são os nós que estão mais longe e quais mais perto. M_AD, M_AA, M_AF Pablo e Mariana se encontram na distância maior, enquanto que Inês, Pedro, Rosa e Jorge são aqueles que se situam mais próximos com relação a todos os outros nós. Por que esta medida é

Rede subjetiva comunitária

importante? É porque não considera unicamente aquilo que um ator vê e observa no imediato: quer dizer, suas relações diretas e, sim, o peso sobre suas relações diretas que têm as relações que ele pode observar com menos precisão e que geralmente não pode observar na sua totalidade. Esta medida o faz consciente daquilo que (em termos de dinâmicas relacionais na sua rede) ele não pode ou não consegue ver de maneira clara. Na Tabela 2.14 encontram-se outras informações úteis.

Tabela 2.13 – Rede de Inês, centralidade de proximidade
(*Network>Centrality and Power>ClosenessOld*)

		<i>inFarness</i> Distância em Entrada	<i>outFarness</i> Distância em Saída	<i>inCloseness</i> Proximidade em Entrada	<i>outCloseness</i> Proximidade em Saída
5	<i>Standard deviation</i> Desvio Padrão	3,184	5,320	7,768	16,853

A informação que se obtém da Tabela 2.13 relaciona-se com a diferença entre o desvio padrão obtido a partir dos dados em entrada e dos dados em saída. Esta diferença é significativa. Qual é o sentido disto? Neste caso a pergunta é: de quem depende que as relações de proximidade ou distância em uma rede sejam mais ou menos centralizadas? Então se uma equipe pensa que é oportuno modificar o nível de centralização de uma rede (porque demasiado alto ou demasiado baixo, quer dizer dependente de um ou poucos nós ou de nenhum em particular), quais os atores e quais as relações incluir neste processo? Com esta abordagem pode-se encontrar respostas a estas perguntas evitando basear-se exclusivamente em sua intuição ou na percepção do momento. Uma última indicação vem dos dados reproduzidos na Tabela 2.14.

Tabela 2.14 - Rede de Inês, centralidade de proximidade (closeness old)

<i>Network in-Centralization</i> = 33,87%
<i>Network out-Centralization</i> = 98,86%

O Encontro com a Comunidade

Na Tabela 2.14 se consideram a proximidade e a distância em função da totalidade da rede (não se faz uma comparação nó por nó, como na Tabela 2.12). Como se lêem estes dados? Observa-se que a centralização da rede baseada nos graus de entrada (quer dizer, do ponto de vista dos nós que são escolhidos) é menos desigual (33,87%) com relação a centralidade baseada nos graus de saída (quer dizer, do ponto de vista dos nós que escolhem) (98,86%). Isto tem uma tradução relacional: enquanto constrói sua rede, Inês centraliza sua rede por meio dos graus de saída. Isto significa o seguinte: (i) o primeiro passo na construção de uma rede é construir relações diretas; (ii) portanto, isto conduziria exclusivamente a ter uma rede em estrela, muito prática para exercer um controle sobre as relações, mas conseqüentemente extremamente frágil e muito cansativa. É suficiente que Inês deixe de articular os nós e a rede desaparece. Por isto construir a rede não é somente construir relações, esta é somente uma pequena parte, a parte talvez mais complexa é entender (ou construir, quando não existem) as relações entre os outros nós no interior da rede. Isto conduz ao terceiro ponto: (iii) No esforço de entender o estado das relações entre os outros nós da rede, Inês, obviamente sem perceber, centraliza muito a rede, talvez dando mais valor a alguns nós e menos a outros, por isto o índice de centralização na saída é maior que o índice de centralização na entrada. Falando em outra maneira, Inês identifica somente alguns nós de sua rede como nós centrais e, por consequência, ela considera que também os outros nós da rede fazem o mesmo. Isto pode corresponder à realidade ou ser um direcionamento imposto por Inês. O trabalho na equipe ou com a rede operacional ajuda a esclarecer estas situações. Por que este aspecto é importante do ponto de vista operativo? Porque o trabalho de rede tem dois pontos de chegada. O primeiro é o trabalho nas relações diretas (ego, o operador, a equipe com todas as pessoas com as quais tem relações diretas), o segundo é o trabalho sobre as relações que os nós de nossa rede têm com outros nós com os quais a equipe não tem relações diretas. Entende-se, então, que se por meio de processos de reforço ou diminuição da distância/proximidade consegue-se modificar a estrutura da rede, é possível produzir processos de exclusão/inclusão ou integração/desintegração.

Rede subjetiva comunitária

O que significa, então, essa proximidade ou distância em termos de rede? Indica quanto um nó é periférico ou marginal com relação ao lugar da rede na qual flui uma certa informação ou uma certa relação. Se se quer, sociologicamente, este indicador pode ser utilizado para ter uma ideia do nível de exclusão/marginalização (ou sobre o contrário) com relação a um certo tipo de laço, no qual se encontra uma pessoa.

No contexto de um fluxo interpretamos habitualmente a centralidade de proximidade em termos do tempo mais breve para que um determinado elemento (relação) que flui na rede chegue a um determinado nó. Um nó que tem uma proximidade normalizada alta está mais próximo da relação que flui na rede com relação a outros nós que tem este tipo de proximidade mais baixa. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 173)

É importante, então, entender esta proximidade ou distância como lugar que uma pessoa/nó ocupa no contexto da rede: ele está perto ou longe de onde fluem as informações? Na rede de Inês as informações fluem principalmente entre Inês, Pedro e Rosa. Então se se consideram todas as relações existentes na rede, e não somente as relações diretas entre todos os outros atores e Inês, Pedro e Rosa, quanto perto ou longe estão os outros atores com relação a este pequeno grupo?

A conclusão desta análise encontra-se nas perguntas que Inês e a equipe podem fazer: quais são as consequências operativas deste dado? É aquilo que se está buscando ou tem que ser modificado? Quais são os instrumentos que o trabalho com redes propõe para fazer que a rede persista ou mude?

Intermediação e interferência

Aqui se descreve a *centralidade de intermediação*. Este indicador visualiza quantas vezes um determinado nó se encontra no caminho mais curto entre dois outros nós. A centralidade de intermediação de um nó é 0 (zero) quando este nó nunca se encontra no caminho mais curto entre dois outros nós.

O Encontro com a Comunidade

A centralidade de intermediação é geralmente interpretada como o potencial que um nó tem de controlar o fluxo até outros nós – isto é jogar o papel do *gatekeeper* ou *toll taking* (porteiro ou cobrador de pedágio). (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013)

Por qual razão este indicador é importante? Quando um nó se situa entre dois outros nós ele exerce seu “poder” de facilitar a comunicação ou interferir com ela. Ter clareza quanto a este tipo de dado, quando se trabalha com redes, facilita a tomada de decisões: ajuda a identificar com quais atores trabalhar para facilitar certos tipos de interconexões ou veicular certos tipos de conteúdos e, posteriormente, permite avaliar o efeito dessas decisões. Pode-se constatar que a intermediação é outro tipo de poder: poder de facilitar a comunicação ou poder de frear, deter o fluxo da informação ou das relações. Na Tabela 2.15 se encontram os dados da rede de Inês.

Tabela 2.15 – Rede de Inês, centralidade de intermediação
(*Network>Centrality and Power>FreemanBetweenness>Node Betweenness*)

		1	2
		<i>Betweenness</i>	<i>nBetweenness</i>
1	Inês	62,833	57,121
4	Rosa	26,333	23,939
9	M_AC	10,833	9,848
6	Pedro	8,750	7,955
2	Jorge	4,750	4,318
11	M_AE	2,250	2,045
8	M_AB	2,250	2,045
7	M_AA	0,000	0,000
3	Pablo	0,000	0,000
10	M_AD	0,000	0,000
5	Mariana	0,000	0,000
12	M_AF	0,000	0,000

Rede subjetiva comunitária

Como se leem estes dados? Estas informações respondem à pergunta: quem tem mais poder em facilitar/bloquear a comunicação? Na Tabela 2.15 encontra-se o grupo de atores anteriormente identificados, com as outras medidas de centralização. Porém desta vez observam-se duas modificações: a presença de M_AC no terceiro lugar e, principalmente, a centralidade muito forte de Inês e Rosa (veja, para isso, as centralidades normalizadas *nBetweenness*). Estes dois atores se encontram no caminho de mais de 90% dos caminhos que interconectam aos atores da rede de Inês. Em realidade, os dados normalizados ilustram o poder de intermediação de Inês e Rosa e o papel secundário dos outros nós. Alguns deles, ainda não pertencentes à rede, não tem nenhum poder de intermediação. Se esta não fosse uma rede em construção e, sim, uma rede consolidada, esta característica estrutural constituiria um obstáculo porque faria a rede dependente quase que exclusivamente de dois de seus nós.

Tabela 2.16 – Rede de Inês, centralidade de intermediação (*betweenness centrality*)

(*Network>Centrality and Power>FreemanBetweenness>NodeBetweenness*)

		1	2
		<i>Betweenness</i>	<i>nBetweenness</i>
1	<i>Mean</i>	9,833	8,939
2	<i>Std Dev</i>	17,578	15,980
3	<i>Sum</i>	118,000	107,273
4	<i>Variance</i>	308,979	255,355
5	<i>SSQ</i>	4868,083	4023,209
6	<i>MCSSQ</i>	3707,750	3064,256
7	<i>Euc Norm</i>	69,772	63,429
8	<i>Minimum</i>	0,000	0,000
9	<i>Maximum</i>	62,833	57,121
10	<i>N of Obs</i>	12,000	12,000

Outras informações encontram-se na Tabela 2.16, onde observa-se que somente 8,93% das interconexões na Rede de Inês tem um intermediário, isto quer dizer que a maioria são diretas. Porém o desvio padrão é alto, isto significa que existe uma grande diferença entre os nós, para alguns as relações são diretas, e para outro tem um ou mais intermediários.

Tabela 2.17 – Rede de Inês, centralidade de intermediação (betweenness centrality)

(Network>Centrality and Power>FreemanBetweenness>NodeBetweenness)

Network Centralization Index = 52,56%

O último dado interessante (Tabela 2.17) tem a ver com o índice de centralização para a intermediação total da rede: 52,56%. Pode-se entender o significado deste dado quando se considera que em uma rede na qual todos os nós estão interconectados entre si, o índice de centralização da intermediação para a rede é igual a 0%. Isto quer dizer que nenhum nó em particular teria um papel mais significativo que outros no governo das relações entre os nós. Ao contrário, uma rede na qual somente um nó enlaça a todos os outros e é enlaçado por eles tem um índice de centralização igual a 100%. Neste caso tem-se um índice de 52,56%. Na prática isto significa que mesmo que Inês e Rosa se encontrem no caminho mais curto entre dois nós, em 90% dos casos o poder de intermediação que eles têm é forte, porém não é totalizante: existem também outros nós dos quais em quase o 50% dos casos podem manter esta rede aceitavelmente interconectada (ver Gráfico 2.15).

Rede subjetiva comunitária

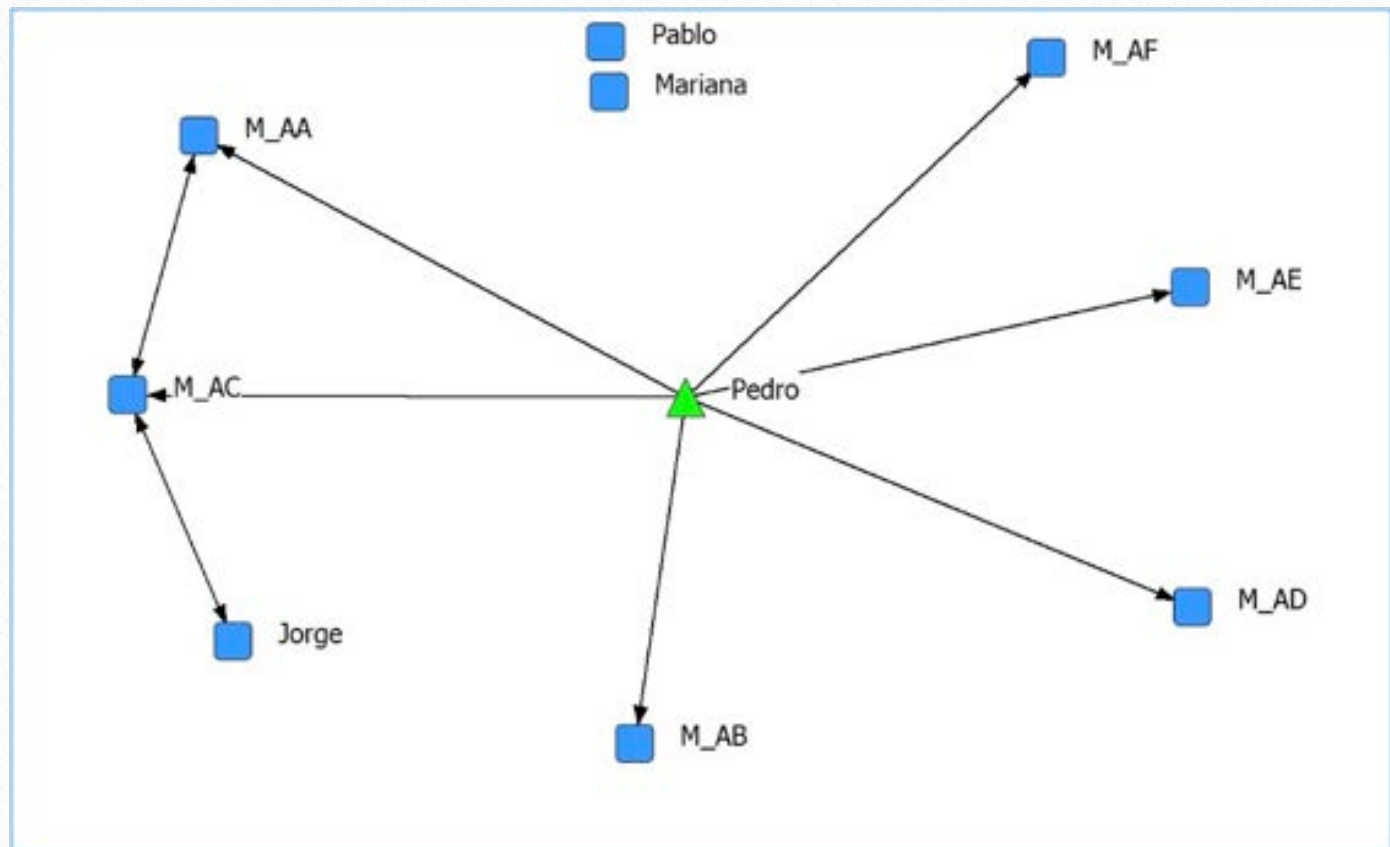


Gráfico 2.15 – Rede de Inês na qual se tiraram os nós Inês e Rosa e seus laços

Neste gráfico (2.15) observa-se aquilo que acontece quando se tiram os nós Inês e Rosa e seus laços. A rede segue existindo, enlaçada principalmente por Pedro. Somente quatro nós ficam excluídos. Porém se se considera a ego-rede de Pedro (ver Gráfico 2.16) na qual estão incluídas Rosa e Inês, observa-se que somente dois nós ficam excluídos.

Também neste caso a equipe pode fazer algumas perguntas como, por exemplo: é esta a rede que o tratamento comunitário necessita nesta fase? Se um dos objetivos da rede de recursos comunitários é de produzir um dispositivo de segurança, as características desta rede respondem a este objetivo?

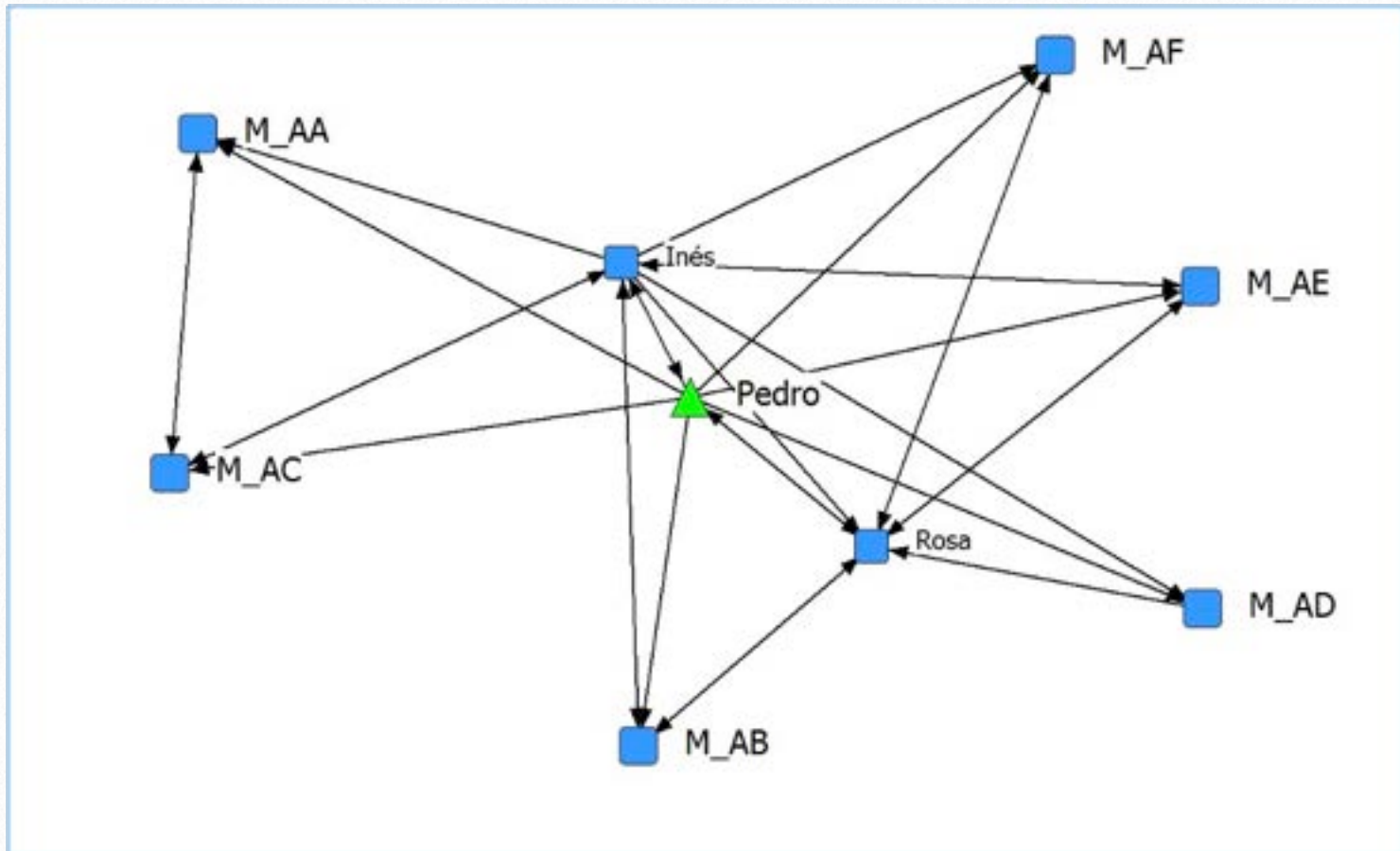


Gráfico 2.16 – Rede de Pedro

Subgrupos

Acontece, às vezes, principalmente em redes de grandes dimensões (como pode ser uma rede subjetiva comunitária de toda uma equipe), que existam grupos de atores que interagem (têm laços) de uma maneira tal que poderiam ser considerados uma entidade separada e ao mesmo tempo incrustada na rede. Geralmente estes grupos são denominados “coesos”. Em uma rede de amigos isto pode suceder quando um subgrupo de atores socializa em prevalência entre eles etc. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 181). Quando se analisa uma rede pode-se tratar de ver se nesta existem grupos deste tipo e, sucessivamente, quais são as razões pelas quais estes grupos se formaram (estas podem se encontrar entre os atributos ou por meio da análise de outros tipos de vínculos).

Rede subjetiva comunitária

Os atores que pertencem a grupos coesivos têm a tendência a compartilhar as mesmas normas e ter as mesmas finalidades e ideais. Eles podem também exercer uma considerável pressão de pares sobre seus membros para que eles se conformem com essas normas. Isto significa que os membros destes grupos, com frequência, têm os mesmos resultados quando se trata de adotar inovações, comportamentos ou atitudes. Sucede também que os pertencentes a estes grupos podem desenvolver atitudes negativas até a quem a eles não pertence; assim que as redes se fragmentam em múltiplos subgrupos e podem padecer de conflitos internos. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, pp. 181-182)

A presença destes grupos (sub-redes) pode ser um fator positivo ou negativo dependendo do tipo de relação que se está estudando e do objetivo da ação que se pretende implementar. Em termos gerais, também pode-se dizer que a presença destas sub-redes pode ser vista como fator positivo quando constitui uma entidade que permite que a rede não se fragmente perdendo sua estrutura, se o objetivo é que a rede não se fragmente. A coesão entre estes atores, neste caso, permite a continuidade da rede mesmo na presença de fortes pressões para seu desmembramento.

No interior e entre estes grupos observam-se alguns papéis significativos. Internamente podem existir líderes do grupo que proporcionam um papel modelo para todos os demais ou indicando a todos quais são as normas e as atitudes admitidas. Por outro lado, outros atores podem ser chaves/pontes entre dois grupos, sendo assim um importante conduto para o fluxo das informações ou atuando como *brokers* entre dois grupos. Além disto, no caso em que existam normas compartilhadas ou ações similares entre os membros do grupo, pode-se substituir um grupo coeso por somente um super nó. Isto reduziria a complexidade e a amplitude da rede e, por consequência, facilitaria a visualização e a análise. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 182)

Poder observar a presença ou ausência destas sub-redes é, então, fundamental porque ajuda a entender as dinâmicas profundas das mesmas, como se criam alianças e como estas se desenvolvem e, por consequência, como podem criar alianças quando é necessário, como desfazê-las quando também é necessário, e produzir outras. Uma das formas mais utilizadas para o estudo destes fenômenos é a análise das cliques.

Subgrupos/Sub-redes. Que uma rede pode organizar-se em sub-redes é algo que acontece sempre. Isto depende da amplitude da rede, de sua densidade, do tipo de vínculos que a constroem e dos fluxos de relações nas quais estes vínculos encontram seu sentido. Em função destas variáveis os grupos podem ser ao mesmo tempo garantia de continuidade, persistência e resiliência de uma rede ou de sua fragmentação. Um dos elementos que permite entender qual é a possível consequência da presença de cliques é a quantidade de laços que estes subgrupos tem com outros nós da rede [2.23].

Cliques

Na análise das redes existem três termos que é oportuno explicitar: **componente**, **grupo** e **clique**. O mais amplo dos três é o termo **componente**. Um componente é “o maior conjunto possível de nós no qual todos os nós podem conectar-se por qualquer caminho com outro nó” (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 17). A rede de Inês está composta de um só componente; é possível constatar que todos os nós têm pelo menos um caminho para poder chegar até todos os outros. Nos gráficos diretos (nos quais ser escolhido como amigável e escolher alguém como amigável são dois vínculos diferentes) sucede que existam componentes nos quais alguns nós estão conectados somente por uma das duas opções. Neste caso fala-se de *componente débil*. Quando as conexões são recíprocas então fala-se de *componente forte*. O conceito de clique é descrito na citação que segue.

Uma clique é um subconjunto de atores no qual cada nó é adjacente a cada um dos outros no mesmo subconjunto e é impossível inserir um novo ator sem violar esta condição”. Como se vê, trata-se de um critério muito severo porque exige que todos tenham relação com todos, e que não se pode inserir outro nó. Pode-se entender que se trata de um grupo forte e ao mesmo tempo fechado.

Rede subjetiva comunitária

Habitualmente considera-se que uma clique deve ter um mínimo de três atores. (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 183).

Uma característica importante das cliques é que um mesmo ator pode pertencer a diferentes componentes. Este é um dado fundamental porque permite que seja superado o fechamento da clique e que esta seja ao mesmo tempo permeável. O ideal seria que uma clique (incluindo todos seus nós) por meio de seus nós mantivesse conectada toda a rede. Em realidade esta é sua força: conectar todos os nós da rede. O termo **grupo** se usa para indicar juntamente cliques e componentes.

Apresentam-se, agora, os dados da rede de Inês em dois formatos diferentes. O primeiro é considerando a rede assim como ela é, quer dizer, diferenciando graus na entrada de graus na saída. No segundo apresentam-se os dados fazendo como se todos os laços fossem recíprocos. Isto quer dizer que se Pedro escolheu Jorge mas Jorge não escolheu Pedro, se considerará que de todos modos se Pedro escolheu Jorge também Jorge escolheu Pedro. Esta operação se chama simetrização (*network>transform>symetrize*).

Tabela 2.18 - Rede de Inês, cliques de três nós sem simetrização
(*Network>Subgroup>Cliques*)

CLIQUES

Minimum Set Size (medida mínima do grupo): 3

Input dataset: Inês_1 (D:\Documents\UCINET data\Datafile 2015\Ines_1)

NOTE: Directed graph. You may prefer to symetrize first (Nota: Gráfico direto. Você pode preferir simetrizar antes de calcular)

1 *cliques found* (encontrou-se 1 clique)

1: Inês Jorge M_AC

O Encontro com a Comunidade

Esta tabela diz que na rede de Inês existe somente uma clique e que esta está composta de três nós: Inês, Jorge e M_AC. Surpreendentemente não se encontram aqui outros nós que, por meio da análise da centralidade de grau (Freeman), ocupavam uma posição “forte”: Rosa e Pedro, por exemplo. Este é somente um dos elementos que faz ver como nas redes de relações a complexidade é tão alta que nada é obvio e que é mais prudente ter instrumentos de observação apropriados. Recorde-se que aqui foram considerados exclusivamente os laços fortes porque são diretos e recíprocos.

Observa-se, também, que o programa mesmo (Ucinet) sugere que talvez seja melhor simetrizar os dados (*Transform>Symetrize*), quer dizer, considerar que se o nó A escolhe o nó B como amigável, isto significa que também o nó B escolhe o nó A como amigável. Veja agora (Tabela 2.19) os dados depois de ter simetrizado todos os laços.

Tabela 2.19 – Rede de Inês, cliques de três nós após simetrização
(*Network>Subgroup>Cliques*)

CLIQUE
<i>Minimum Set Size: 3</i>
<i>7 cliques found.</i>
1: 1 4 6 8
2: 1 4 6 10
3: 1 4 6 11
4: 1 4 6 12
5: 1 6 7 9
6: 1 2 4
7: 1 2 9

Quais são as vantagens e as desvantagens da simetrização? Entre as desvantagens encontra-se o fato que simetrizando se faz como se não existissem diferenças entre escolher alguém ou ser escolhido por alguém como amigável. Entre as vantagens, é possível saber aquilo que aconteceria se, com a rede que se tem

Rede subjetiva comunitária

(por exemplo, a rede de Inês assim como está), consegue-se transformar todos os laços existentes em recíprocos. Isto pode ser efetivamente um dos objetivos de Inês. Ela pode considerar que, por exemplo, em lugar de ampliar sua rede, sua segurança depende mais da qualidade dos laços que do número de nós. Como se ela dissesse: melhor uma rede fortemente coesa que uma rede muito ampla mas não fortemente coesa. Esta é uma eleição que Inês ou a equipe fazem a partir das características da comunidade, de suas possibilidades reais de interconectar novos nós, e do seu marco teórico de referência. Se, por exemplo, o marco teórico geral (ou um de seus pilares) é que um fator central do tratamento comunitário é a participação comunitária entendida como participação do maior número possível de atores comunitários nas diversas atividades do tratamento comunitário, e se a rede subjetiva comunitária é o mais amplo sistema de relações no contexto da comunidade porque dela se derivam todas as outras redes... então é a amplitude que prevalece sobre a coesão. Se é assim, então é melhor escolher a estratégia de ampliar a rede (novos nós) mais que de interconectar em modo mais forte os nós existentes.

Se, por outro lado, só se consideram as hipóteses de Bronfenbrenner que assinala a importância do microsistema, a estratégia seria a oposta: fazer que todos os laços fossem recíprocos.

O que nos dizem os dados da Tabela 2.19? Que se Inês conseguisse transformar em recíprocos todos os laços da rede: (i) então teria não uma e sim sete cliques e, entre estas, três teriam três nós, e quatro teriam quatro nós; (ii) quase todos os nós estariam incluídos pelo menos em uma destas cliques; (iii) somente Pablo e Mariana não estariam incluídos pelo menos em uma destas cliques.

Quais são as conclusões práticas que se pode formular a partir destes dados? A primeira é que, pelo fato que as cliques estão em sua maioria compostas por nós que se encontram em mais de um clique, todas estas cliques são permeáveis e tem conexões entre si, não são então clãs exclusivos. A segunda é que fazendo que todos os vínculos sejam recíprocos (trabalhando então em fortalecer as relações no interior da rede), isto efetivamente reforça a rede fazendo-a mais coesa. A terceira é

O Encontro com a Comunidade

que fazendo com que todos os laços sejam recíprocos não se consegue sempre conectar todos os nós da rede, pelo contrário, pode produzir uma marginalização mais intensa dos nós não conectados. Por consequência, trabalhar para fazer que todos os laços existentes sejam recíprocos nem sempre é a estratégia mais adequada.

Os desenvolvimentos da rede subjetiva comunitária

Como se comentou acima, uma rede é uma entidade viva, em constante processo de transformação em função das peripécias relacionais dos nós que a compõe. Inês segue trabalhando na comunidade, desenvolvendo as atividades que fazem parte do tratamento comunitário. Segue construindo sua rede. Depois de três meses sua rede tem o seguinte aspecto:

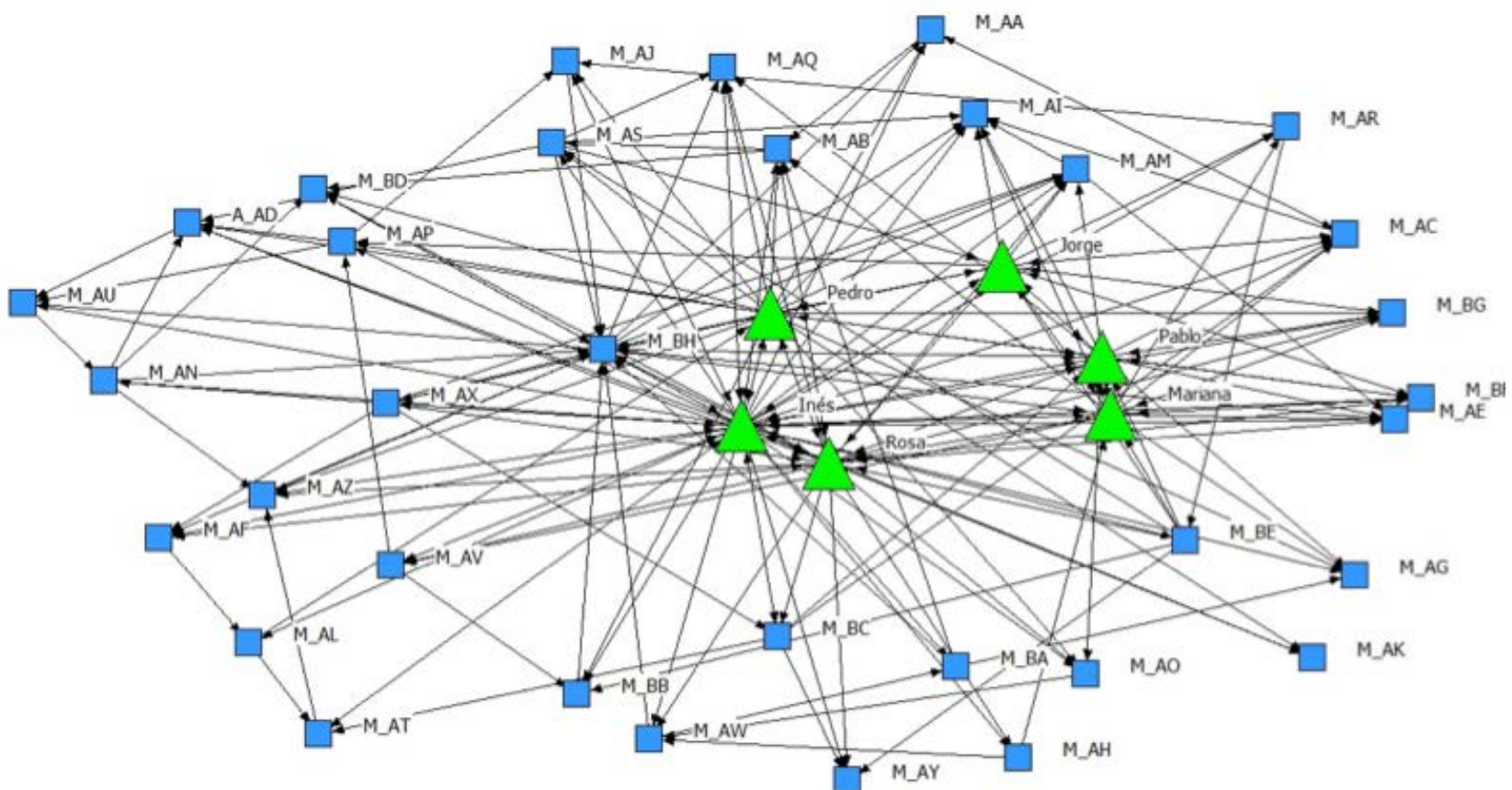


Gráfico 2.17 – Rede Subjetiva Comunitária de Inês depois de três meses

Rede subjetiva comunitária

Quando se compara esta rede com aquela inicial (depois de um mês) observa-se que: (a) houve um aumento da amplitude passando de 12 a 40 nós; (b) agora todos os membros da equipe ocupam uma posição central na rede (com relação a todos os outros nós); (c) o nó M_BH, não pertencente à equipe, ocupa uma posição central mais significativa com relação a aquela de alguns nós pertencentes a equipe; (d) não existem, como na rede no seu estado inicial, nós marginais muito vulneráveis e dependentes (quer dizer, com um só laço com outros nós da rede). Por simples observação pode-se dizer que o trabalho de Inês “fortaleceu sua rede subjetiva comunitária”, trata-se agora de ver aquilo que é invisível. Procede-se, então, de maneira mais sintética, ao estudo de alguns dados quantitativos para ver quais foram as mudanças e qual foi, pelo menos implicitamente, a estratégia de Inês em seguir construindo sua rede subjetiva comunitária.

Para facilitar esta análise constrói-se uma tabela na qual se reúnem dados da primeira e da segunda rede.

Os dados da Tabela 2.20 fazem ver que as mudanças são numerosas e significativas. Entre estas: (a) três vezes mais nós, o qual parece ter influenciado (b) a diminuição da densidade. Efetivamente, na prática deste tipo de redes observa-se uma correlação inversa entre o número de nós (a amplitude) e a porcentagem de laços existentes com relação aos laços possíveis (a densidade); (c) O grau médio quase duplicou, mesmo que a densidade tenha diminuído as interconexões entre os nós aumentaram (um dos indicadores disto é que não existem nós que dependem, por sua participação na rede, de uma conexão com um só dos outros nós, condição de grande vulnerabilidade e dependência); (d) enquanto a rede na primeira observação estava composta de um só componente, na segunda observação tem quatro. Um componente é um conjunto máximo de nós no qual cada nó pode conectar-se, de qualquer forma, com qualquer outro nó do mesmo conjunto (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 16).

Porque é que esta informação é importante? Porque indica um nível de fragilidade/força da rede. Um componente é uma forte sub-rede, sua força se baseia

O Encontro com a Comunidade

no fato que todos conseguem conectar-se diretamente ou indiretamente, portanto isto faz com que todos sejam dependentes uns dos outros, porque ser parte de um componente significa também não conseguir conectar-se com outros nós da rede da mesma maneira (recordar o pensamento de Bonacich). A consequência é que se um nó deste componente desaparece, o componente pode se fragmentar aumentando a vulnerabilidade de seus nós.

Rede subjetiva comunitária

Tabela 2.20 – Rede de Inês, primeira e segunda observação, dados globais

Análise comparada da rede de Inês, primeira observação (um mês) Segunda observação (três meses).		
	Primeira Observação	Segunda Observação
Amplitude	12	40
Número de laços	39	227
Densidade	29,50%	14%
Grau médio	3,25	5,67
Componentes	1	4
Distância média	1,8	0,681
Diâmetro	4	4
<i>(Degre_Centr) network</i> centralização dos graus em saída	77,68	87,64
<i>(Degre_Centr) network</i> centralização dos graus em entrada	38,17	37,63
<i>Betweenness centrality index</i> Índice de centralidade da intermediação	43,7	42,59
<i>(DegreCentr) Primeiros 6 nós</i>	Inês Rosa Pedro M_AC Jorge M_AE	Inês Pedro Rosa Pablo Mariana Jorge
<i>Eigenvector (primeiros 6 nós)</i>	Inês Pedro Rosa Jorge M_AC M_AE	Inês Rosa Pedro M_BH Pablo Jorge

Entre os outros dados relevantes, pelas implicações práticas que podem ter, são aqueles que refletem a centralidade da rede como um todo: centralidade de graus em

entrada e em saída e centralidade de intermediação. Aquilo que se observa é que estes dados, mantidas as devidas proporções, são constantes: o aumento da amplitude, da média de laços, a modificação significativa da densidade não modificaram estes parâmetros estruturais. Qual é o significado disto na prática? O primeiro é que existem alguns parâmetros que não dependem de amplitude e densidade e, sim, provavelmente da maneira com a qual os egos constroem suas redes subjetivas ou subjetivas comunitárias. Como se comentou anteriormente, a alta porcentagem de centralização nos graus de saída significa que o esforço de manter a rede conectada apoia-se principalmente em poucos nós (ver Tabela 2.21).

**Tabela 2.21 – Rede de Inês, segunda observação.
Nós mais centrais por graus em entrada e em saída**

Nodo	<i>Norm_InDegr</i>	<i>Norm_OutDegr</i>
Inês	100,0	51,3
Pedro	58,9	12,8
Rosa	56,4	35,9
Pablo	38,4	28,2
Mariana	35,9	23,1
Jorge	33,3	28,2
M_BH	30,8	41,0
M_BE	20,5	5,1
M_AI	2,5	23,1

Se as coisas são assim, a autonomia da rede subjetiva comunitária com relação a equipe é escassa, mesmo que seja perceptível a presença de alguns nós da rede não pertencentes à equipe que começam a ocupar posições centralizadas. Por outro lado, veja o caso de Pedro, o aumento de graus em saída não produz automaticamente o aumento de graus em entrada: na primeira observação Pedro tinha cinco graus em saída e dois em entrada, na segunda tem 32 graus em saída e cinco em entrada, os graus em saída aumentaram cerca de seis vezes enquanto os graus em entrada pouco mais que duplicaram. Esta pode ser uma lição aprendida no

Rede subjetiva comunitária

processo de construção das redes: capacidade de interconectar e prestígio/popularidade nem sempre são aspectos interdependentes.

O outro dado relevante é o índice de centralização referido à intermediação da rede como um todo: 42,59. Este índice depende quase totalmente de quatro nós (ver Tabela 2.22).

**Tabela 2.22 – Rede de Inês, segunda observação
Intermediação (*betweenness*): nós mais Centrais**

		<i>Betweenness</i>	<i>nBetweenness</i>
1	Inês	656,368	44,289
40	M_BH	232,689	15,701
4	Rosa	204,545	13,802
5	Mariana	100,125	6,756

Um destes quatro nós (M_BH) não pertence à equipe e não se encontrava na primeira observação na rede de Inês. E o estudo dos atributos deste nó e das interrelações deste com outros membros da equipe e com sua rede subjetiva permite entender o sentido desta posição.

O Encontro com a Comunidade

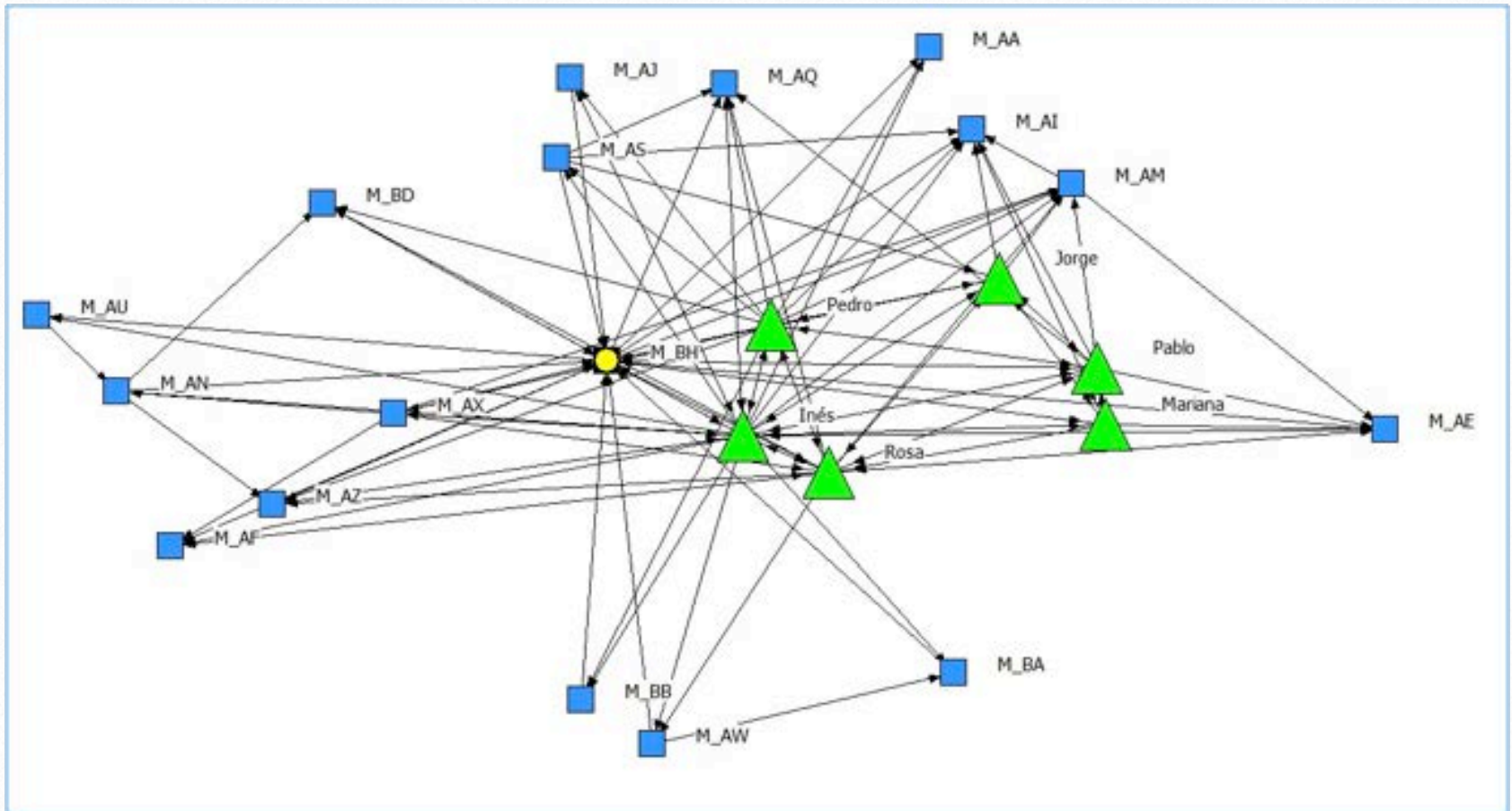


Gráfico 2.18 – Rede de M_BH incrustada na rede de Inês (segunda observação)

Observando o Gráfico 2.18 pode-se constatar que M_BH tem relações com todos os membros da equipe, sua proximidade com relação a Inês, Pedro e Rosa é maior daquela de Jorge, Pablo e Mariana, que são membros da equipe.

Uma rede subjetiva comunitária madura

Como pode ser uma rede subjetiva comunitária depois de alguns anos de trabalho? Para responder a esta pergunta apresenta-se, como exemplo, a rede de Rosa. Inicia-se com uma análise visual e procede-se sucessivamente à análise estatística, tratando de evidenciar as características fundamentais desta rede e as consequências que estas têm na prática do trabalho de rede e do tratamento comunitário.

Como se comentou, a construção, a manutenção e o cuidado da Rede Subjetiva Comunitária é uma das tarefas cotidianas da equipe e de cada um de seus membros. Sugere-se que, do ponto de vista metodológico, se proceda como segue:

Rede subjetiva comunitária

Tabela 2.23 – Síntese do procedimento de trabalho para a construção das Redes Subjetivas Comunitárias individuais e da equipe

Atividade	Tempo	Metodologia
Registro Inicial	Primeiro mês	Registrar <i>todos os dias</i> os novos contatos que se fazem. Usar a folha de registro da rede subjetiva comunitária individual. Construir uma matriz de adjacência, fazer os cálculos de base e fazer o gráfico da rede. Utilizar a colaboração da equipe unicamente para averiguar as relações entre Ego e os membros da equipe. Interpretar os dados obtidos (análise qualitativa e quantitativa).
Primeira Atualização	Terceiro mês	Registrar <i>todas as semanas</i> os novos contatos que se fazem. Usar a folha de registro da rede subjetiva comunitária individual. Fazer o gráfico dos resultados, construir uma matriz de adjacência, fazer os cálculos de base. Utilizar a colaboração da equipe para averiguar as relações entre Ego e os membros da equipe. Interpretar os dados com a ajuda da equipe.
Segunda Atualização	Sexto mês	Registrar <i>todas as semanas</i> os novos contatos que se fazem. Usar a folha de registro da rede subjetiva comunitária individual. Fazer o gráfico dos resultados, construir uma matriz de adjacência, fazer os cálculos de base. Utilizar a colaboração da equipe para averiguar as relações entre Ego e os membros da equipe. Interpretar os dados com a ajuda da equipe.
Outras Atualizações	Cada seis meses	Registrar <i>todas as semanas</i> (como no caso precedente) os novos contatos que se fazem. Usar a folha de registro da rede subjetiva comunitária individual. Construir uma matriz de adjacência, fazer o gráfico dos resultados, fazer os cálculos de base. Utilizar a colaboração da equipe para averiguar as relações entre Ego e os membros da equipe e para desenvolver uma avaliação qualitativa da rede. Inclui-se na rede atualizada unicamente os nós com os quais se teve uma relação direta e pessoal durante os últimos doze (12) meses.
Construção da RSC da Equipe	Cada ano	Sistematização das informações sobre a RSC da equipe. Partindo das redes subjetivas comunitárias individuais dos membros da equipe: (i) reunir todos os dados em uma só matriz de adjacência, fazer o gráfico dos resultados, fazer os cálculos fundamentais. Trabalho em equipe para a interpretação qualitativa dos dados e construção de estratégias de fortalecimento da RSC. Os resultados destas estratégias são avaliados cada ano utilizando a sessão de sistematização da RSC.

O Encontro com a Comunidade

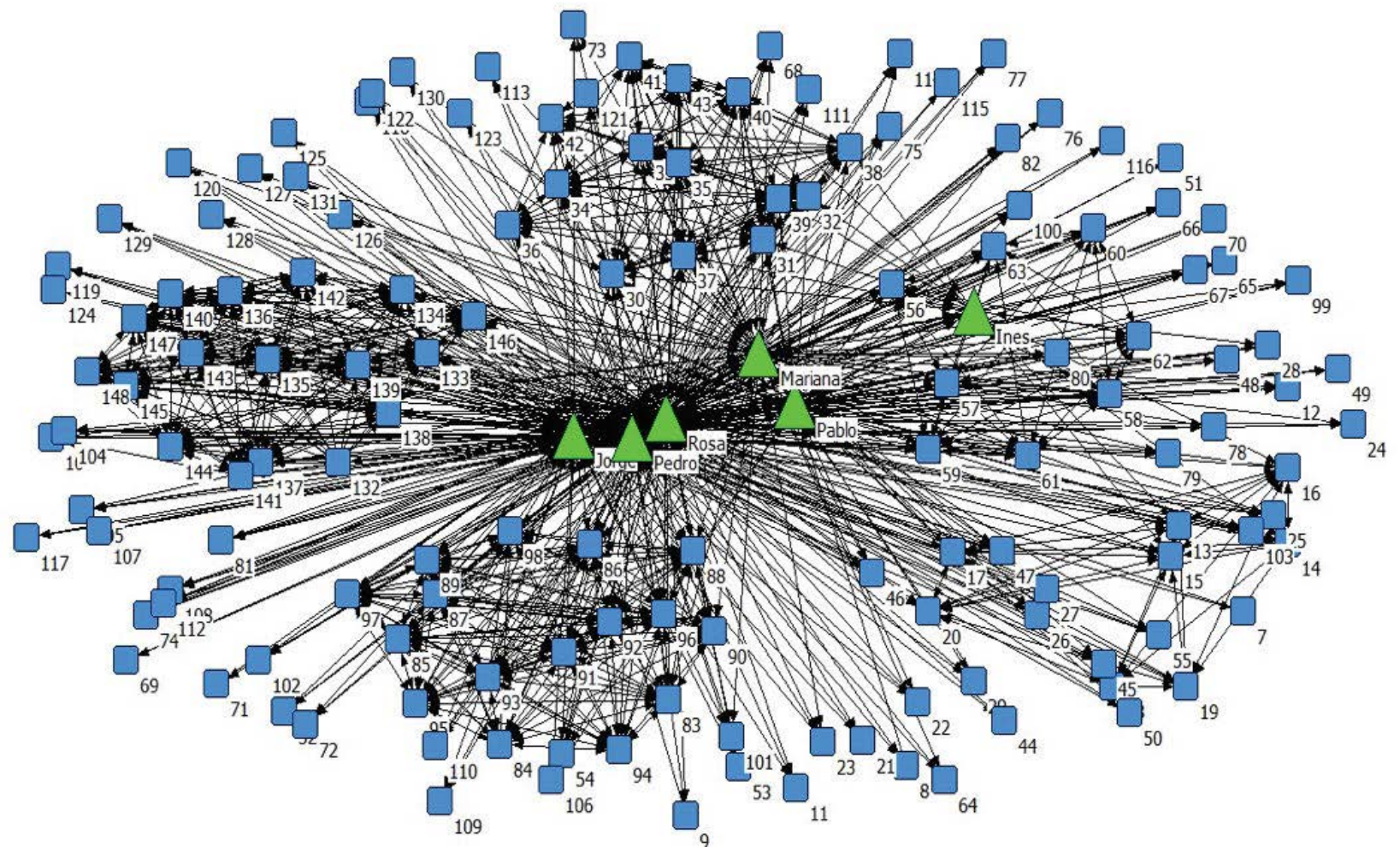


Gráfico 2.19

Neste caso (Gráfico 2.19), trata-se de uma rede com uma amplitude de 148 nós com uma densidade de 7%. A análise visual da rede de Rosa evidencia os seguintes fatos: (i) esta rede está constituída por quatro componentes ou vizinhanças (ver também que, segundo a análise das redes sociais, os componentes são três, Tabela 2.24). Ao se imaginar que essa figura represente um grande relógio, a primeira vizinhança encontra-se entre as horas 11 e 12, a segunda entre as horas 2 e 3, a terceira entre as horas 6 e 7, e a quarta entre as horas 9 e 10; (ii) Pode-se observar uma pequena vizinhança entre as horas 3 e 4, portanto de menor densidade e mais distante do centro da rede; (ii) Existe um forte núcleo central composto por cinco membros da equipe. Inês fica um pouco afastada deste núcleo fortemente interconectado. Pode-se pensar que este dado reflete a força dos nós históricos e, então, a força da variável temporal; (iii) É fácil imaginar como pode resultar complicado manter viva uma rede que tem componentes tão diferentes. Neste caso sabe-se que esta rede é o reflexo daquilo que acontece nessa comunidade. O valor

Rede subjetiva comunitária

desta rede reside, então, na função relacional de Rosa, que interconecta esses mundos separados por meio de sua relação. Como se dizia mais acima, o trabalho de rede não é somente construir relações diretas e, sim, também indiretas (relações entre as pessoas com as quais se está relacionado).

Tabela 2.24 – Análise comparada RSC Inês (1, 2) e Rosa

	Inês(1)	Inês(2)	Rosa
Amplitude	12	40	148
Número de laços	39	227	1468
Densidade	0,29%	0,14	0,067
Grau médio	3,25	5,67	9,91
Componentes	1	4	3
Distância média	1,8	0,681	2,045
Diâmetro	4	4	3
(Grau_Centr) centralização da rede <i>out_degree</i>	77,68	87,64	93,887
(Grau_Centr) centralização da rede <i>in_degree</i>	38,17	37,63	53,47
<i>Betweenness centrality index</i>	43,7	42,59	41,91
Reciprocidade	0,56	0,273	0,6026
Cliques 4	4	54	64
Cliques 5	0	7	36
Cliques 7	0	0	19
Cliques 10	0	0	9
Cliques >10	0	0	9

A Tabela 2.24 permite comparar três redes, resultantes de tempos de trabalho diferentes: um mês, três meses e alguns anos.

A primeira observação tem a ver com a amplitude da rede e sua relação com o tempo. Se se considerasse o desenvolvimento da rede subjetiva comunitária de Inês como parâmetro, se esperaria que a RSC de Rosa fosse muito mais ampla (por volta de 300 nós, sendo que ela é membro da equipe há três anos). O que acontece é que a rede subjetiva comunitária individual (construída por um só membro da equipe) tem

uma amplitude limitada. Teoricamente pode chegar a ter ao redor de 150/200 nós ou aproximar-se do número de Dunbar, entre 150-250 (Dunbar, 1993). Não se trata, de fato, simplesmente de registrar nomes, atributos e relações mas, sim, de manter vivas e atualizadas as relações. Um bom critério para isso é que se não se tiveram relações (de qualquer tipo) durante um ano os nós implicados não devem aparecer na rede (faz-se isto na sistematização anual, veja-se a Tabela 2.23). A RSC é um instrumento vivo, reflete e descreve o contexto relacional da comunidade.

Para entender melhor quanto pesa esta relação é suficiente olhar outro parâmetro, a *reciprocidade* nas relações. Supõe-se, como se comentou várias vezes, que a rede de relações amigáveis “deveria” ser recíproca, quer dizer que se Rosa considera ter uma relação amigável com Marco, espera-se que Marco também tenha uma relação amigável com ela. Em realidade, o que acontece na rede de Rosa? Somente 59% das relações são recíprocas. A vantagem de Rosa, segundo sua perspectiva, é que ela recíproca a todas as pessoas que ela pensa tenham relações amigáveis com ela. Os 41% das relações não recíprocas têm a ver com nós com os quais ela tem relação amigável mas não está segura que esta relação será mútua. Isto mostra o impressionante do trabalho de construção de rede que Rosa tem que fazer.

A segunda observação tem que ver com o *número de laços* (1468), é um dado impressionante também pelo conhecimento que exige das relações entre as pessoas, conhecimento alcançável somente por meio de um forte trabalho de equipe (e de rede operativa). Mesmo que neurologicamente essa consciência seja possível (segundo Dunbar), pode-se imaginar o trabalho que exige. Porém ter consciência daquilo que existe a nível de relações é uma condição mínima para poder incidir nessas relações, se necessário.

A terceira observação tem a ver com a *densidade*. Aqui também se observa que na medida em que a amplitude aumenta, a densidade diminui. Isto faz da rede de Rosa uma rede frágil ou muito elástica. Porém ao se articular esta informação com aquela do *grau médio* e do *diâmetro* (da rede de Inês), observa-se que o primeiro foi

Rede subjetiva comunitária

incrementado significativamente enquanto o segundo diminuiu. O aumento de nós acarreta obviamente um aumento de laços e o aumento de laços diminui o diâmetro da rede (o diâmetro é o número de passos que se necessitam para alcançar outro nó).

Trata-se de ver, agora, como estes laços estão distribuídos. Se a média de laços aumenta, isto significa que os laços crescem mais rapidamente que os nós. Isto, por sua vez, informa que o trabalho de construção de laços entre os atores da rede é maior que a inclusão de novos nós na rede. Este dado pode ser o resultado da estratégia adotada por Rosa, ou pode depender do fato que o aumento de nós eleve a probabilidade que esses nós tenham conexões entre si ou com nós anteriormente existentes na rede.

O aumento da distância média e a diminuição do diâmetro da rede parecem ser contraditórios: na realidade não o são. O aumento de laços implica uma diminuição do diâmetro: mais laços significam mais oportunidades de interconexão e, por consequência, mais curto o caminho para alcançar os nós mais distantes.

O valor de intermediação da rede (*Betweenness centrality Index*) 41,91 é muito similar aos dados da rede de Inês. De novo observa-se a persistência desta característica estrutural da rede. O índice de intermediação parece ser um dado anômalo com relação às expectativas: teria que diminuir com o aumento dos nós e laços. Porém não acontece assim.

A quarta e última observação está relacionada com as componentes no interior da rede de Rosa. Comparando esta com as redes de Inês pode-se perceber a complexidade: 64 cliques de quatro nós, 36 de cinco nós, 17 de sete nós, 9 de dez nós, 9 de mais de dez nós. Como se dizia, as cliques são as sub-redes no interior das redes. Mesmo que as pessoas não estejam conscientes disto, cada uma destas sub-redes tem sua organização e estrutura interna, com seus líderes, suas densidades, amplitudes, índices de centralização etc. Todos estes elementos estruturais têm um peso nas dinâmicas globais da rede, contribuem em determinar os

parâmetros estruturais do conjunto e, então, as relações na vida cotidiana, a segurança que esta rede pode prover etc. Existem duas cliques de 16 nós, somente em uma delas está presente um membro da equipe (Pedro), a outra está conectada com a equipe somente indiretamente. Estas duas cliques são as sub-redes provavelmente mais poderosas (são assim em amplitude e densidade), estes dados dão uma indicação das estratégias relacionais de rede que Rosa, a equipe e a rede operativa “têm” que implementar.

Rede Subjetiva Comunitária da equipe

A rede subjetiva comunitária da equipe é o *capital social da equipe* e, como se viu, é o resultado do trabalho cotidiano de todos os membros da equipe e da rede operativa.

Como se constrói a rede subjetiva comunitária da equipe? O ponto de partida são as redes subjetivas comunitárias de cada membro da equipe. O mais simples é iniciar com a matriz de adjacência de uma delas e, sobre essa integrar todos os nós e as relações dos outros membros da equipe, com a advertência de incluir somente aquelas que não se encontram já incluídas.

O Gráfico 2.20 representa esta rede composta de 237 nós. Para uma equipe de seis pessoas é uma rede muito grande, é também o resultado de muitos anos de trabalho nessa comunidade.

Para iniciar, apresentam-se algumas observações visuais. (i) Como era de se esperar, os membros da equipe ocupam as posições centrais da rede, portanto não estão sós; (ii) Se se considera Pedro como o eixo central da rede e a distância entre ele e Jorge como o raio de um círculo imaginário, incluem-se nesta área ao redor de outros 17 nós; (iii) O dado mais evidente é que se trata de uma rede com um núcleo central extenso e denso. Portanto, outro dado evidente é que visualmente não se pode dizer muito com relação a esta rede. Nestes casos é oportuno proceder com

O Encontro com a Comunidade

Destas primeiras observações pode-se deduzir que se trata de uma rede bem conectada, que não depende essencialmente da presença dos membros da equipe. Isto não quer dizer que tenham sido os membros da equipe a interconectar todas estas pessoas. Pode ter acontecido que os membros da equipe se incluíram em um micromundo de relações preexistentes. Neste caso se tratará de ver por meio de quais nós a equipe encontrou as portas de entrada nos diferentes componentes deste mundo relacional. Isto é possível por meio da análise quantitativa.

Estas diferenças na distribuição dos nós no espaço relacional tem alguns aspectos práticos muito úteis. No trabalho de construção da rede subjetiva comunitária pode ser útil diferenciar as estratégias em função das regiões da rede. Por exemplo: os nós que ocupam o território mais centralizado podem ser solicitados a fazer parte da rede operativa e com eles pode-se iniciar a construir a rede de líderes de opinião (por seu grau, é provável que entre eles se encontrem líderes de opinião não formais).

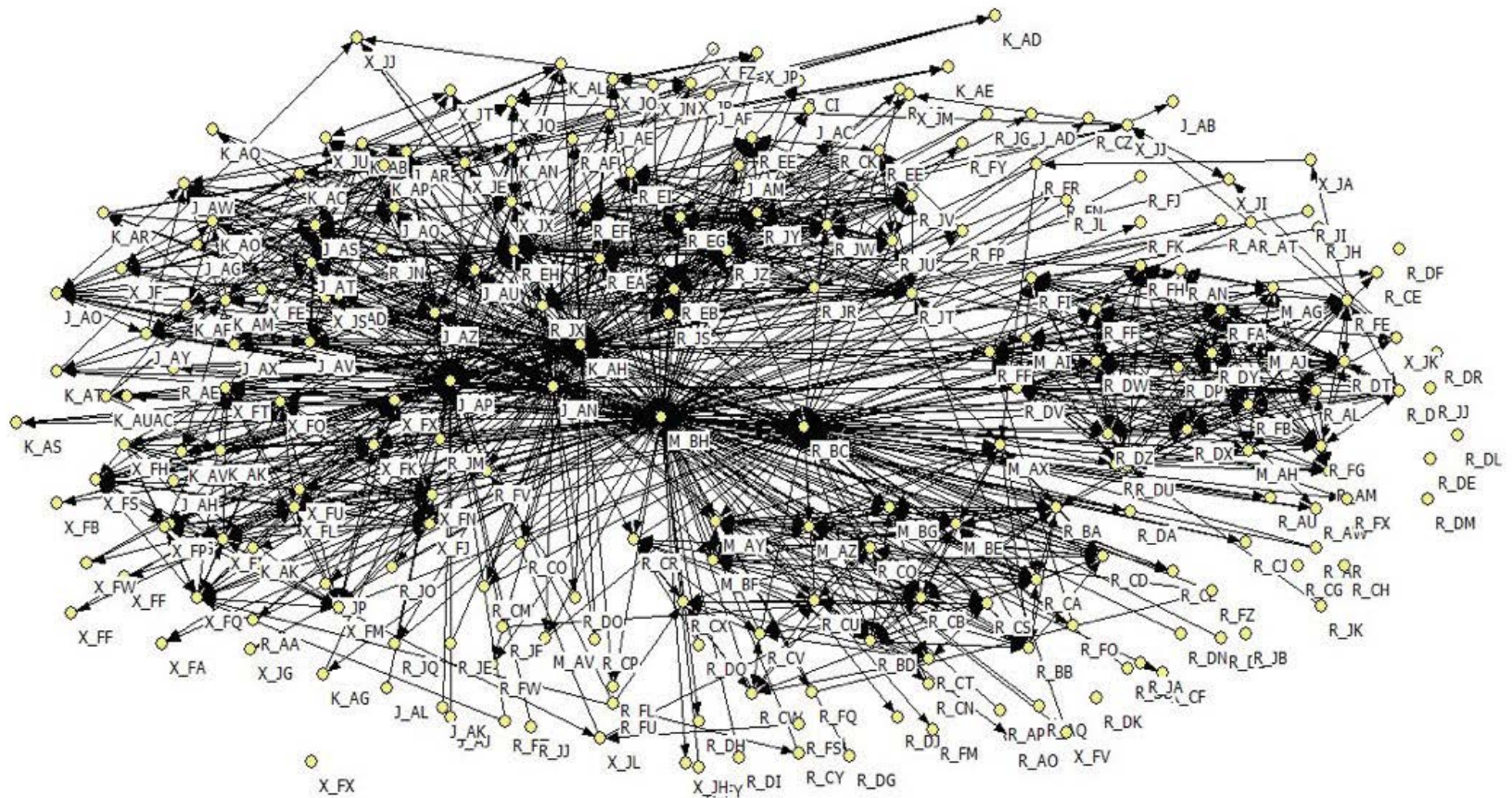


Gráfico 2.21 – Rede subjetiva Comunitária da equipe coordenada por Rosa sem a presença dos nós e dos laços correspondentes aos membros da equipe

Rede subjetiva comunitária

Desta maneira, a rede não é percebida como um bloco mas, sim, como um espaço vivo, articulado por relações e posições diferenciadas que produzem formas de participar também diferenciadas (ver mais adiante as atividades de vinculação).

Para concluir agora esta breve análise sobre a rede subjetiva comunitária da equipe, vejam-se alguns dados quantitativos.

Tabela 2.25 – Análise comparada da RSC de Inês (duas observações), de Rosa e da rede Subjetiva Comunitária da Equipe

	Inês(1)	Inês(2)	Rosa	RSC
Amplitude	12	40	148	237
Número de laços	39	227	1468	2644
Densidade	29%	14%	7%	4,7%
Grau médio	3,25	5,67	9,91	11,56
Componentes	1	4	3	8
Distância média	1,8	0,681	2,045	2,209
Diâmetro	4	4	3	5
<i>(Degre_Centr) network centralization out_degree</i>	77,68	87,64	93,89	69,70%
<i>(Degre_Centr) network centralization in_degree</i>	38,17	37,63	53,47	50,10%
<i>Betweenness centrality index</i>	43,70%	42,59%	41,91%	33,70%
Reciprocidade	0,56	0,27	0,6	0,42
Cliques 4	4	54	64	68
Cliques 5	0	7	36	41
Cliques 7	0	0	19	27
Cliques 10	0	0	9	8
Cliques >10	0	0	9	6

Como no caso da rede de Rosa, propõe-se analisar estes dados iniciando com a *amplitude e a densidade*. Como era de esperar, a densidade diminui com o aumento dos nós. Mas é interessante observar como a densidade não diminui com o mesmo ritmo com o qual se aumentam os nós. A tendência parece indicar que ainda aumentando os nós a um certo ponto a densidade para de diminuir (pelo menos nestas redes feitas de pessoas). Se assim é, pode-se pensar que quando a amplitude supera o número de Dunbar os efeitos da amplitude sobre a densidade são quase nulos. Por consequência, do ponto de vista da prática das redes, não resulta

particularmente útil considerar a densidade da mesma maneira que se considera nas ego-redes com amplitude entre 10/25. A conclusão é que caso se utilize a estratégia de diminuir a amplitude para incrementar a densidade esta teria que ser diminuída até o ponto que a rede de recursos comunitários seria empobrecida demais e não responderia aos objetivos para os quais foi pensada. A propósito, existe uma interessante hipótese de Ch. Allen que pode ser utilizada para tratar de entender o sentido destas redes e para ter melhores soluções na prática. Ch. Allen, referindo-se a grupos que se formam na *mídia social*, diz:

“... a melhor amplitude para um grupo que desenvolve atividades técnicas ou criativas – em oposição a grupos que se organizam exclusivamente para desenvolver tarefas de sobrevivência – se estende entre 25-80 pessoas, porém encontra seu melhor resultado por volta das 40-45 pessoas. Com amplitudes maiores o grupo tem que gastar muito tempo cuidando para que o grupo se mantenha coeso, no lugar de focar-se na tarefa que o grupo quer desempenhar (...). Com menos nós se corre o risco de perder a massa crítica porque não se possui a variedade (de nós) necessária. Fora desta (amplitude), o risco pode ser de perder a massa crítica (Allen, Christopher, <http://www.lifewithalacrity.com>).

Mesmo que tenha sido formulada a partir de análise de dados procedentes da *mídia social*, em particular jogos e comunicações (*twitter*), estes parecem ser congruentes com aquilo que se está encontrando nas redes constituídas por pessoas em relação direta na vida cotidiana.

Componentes. Recorde-se que um componente é o conjunto maior de nós, no qual cada um dos nós pode alcançar (estar em conexão) com qualquer outro por meio de um caminho, e que um caminho está constituído por uma sequência de nós adjacentes. No caso em que um gráfico seja dirigido (gráfico no qual as interconexões em entrada são diferenciadas das interconexões em saída), a direção

Rede subjetiva comunitária

das setas tem que ser respeitada (Borgatti, Everett, & Johnson, 2013, p. 14). Neste caso observa-se que os componentes aumentaram, passou-se de três, na rede de Rosa, a oito na rede subjetiva comunitária da equipe. Do ponto de vista prático isto significa que o trabalho de manutenção da coesão na rede se incrementa, como também comentava Allen um pouco mais acima. Este fato tem, portanto, um aspecto que pode ser considerado positivo do ponto de vista prático: a presença de componentes pode ser também uma forma por meio da qual a rede se organiza para seguir existindo. Isto acontece frente à dificuldade de manter uma coesão alta (expressa em densidade) quando a amplitude se aproxima ao número de Dunbar (150) ou de Allen (80). Isto quer dizer que poder identificar estes componentes significa poder identificar, também, regiões da rede que se vão organizando para manter uma coesão significativa. Do ponto de vista prático isto significa que se pode utilizar esta modalidade de auto-organização da rede para constituir outros tipos de redes (como, por exemplo, as redes operativas ou de recursos comunitários).

Distância média e diâmetro. Estas medidas não se diferenciam daquelas das outras redes. Neste caso, tem um significado preciso. Se a distância segue sendo razoavelmente baixa apesar do alto aumento do número de nós e de laços, isto significa que existe um número elevado (além da amplitude da equipe) que garante as interconexões entre os nós. Este fato é confirmado pelas medidas dos índices de centralização da rede em entrada e em saída.

Índices de centralização de graus (em entrada e em saída). A diminuição do índice de centralização relacionado com os graus em saída indica que são numerosos os nós da rede que conseguem interconectar-se aos outros nós. Isto produz, como se verá, uma diminuição do índice de centralização pela intermediação (0.42), o que, por sua vez, significa que as comunicações entre os nós da rede “custam menos” porque são mais numerosos os nós que podem servir de ponte entre outros nós não adjacentes. O “nó ponte”, por consequência, é uma categoria de nó que pode constituir um excelente recurso da rede e do tratamento comunitário para incrementar as interconexões com outros atores comunitários, introduzir inovações, difundir práticas, conteúdos que reforçam os processos de integração social.

4. Construção de Redes e Tratamento comunitário

Os conteúdos apresentados nas páginas precedentes tiveram como pano de fundo a intensidade e extensão do trabalho necessário para construir o dispositivo do tratamento comunitário. Comentou-se, em diversas ocasiões, que este trabalho não é somente uma premissa para poder iniciar o tratamento comunitário. Ao contrário, é uma forma de implementação do tratamento comunitário. Esta construção de redes modifica – de fato – as relações no interior da comunidade e alterando relações transforma representações sociais, atitudes, formas de pensar e atuar em todas as pessoas que estão diretamente e indiretamente (efeito cascata) envolvidas (Easley & Kleinberg, 2010, p. 16).

Por consequência, o capítulo que ora se inicia apresenta com o rótulo de *ações de vinculação* algumas das ações típicas do tratamento comunitário. Introduce-se, como premissa, uma primeira abordagem do esquema geral do tratamento comunitário.



Gráfico 2.22 – Esquema geral do Tratamento Comunitário

A construção de Redes e Tratamento comunitário

O Tratamento Comunitário é composto por cinco eixos de ação: Prevenção-Organização, Assistência Básica-Redução de Danos, Educação-Reabilitação; Terapia Médica e Psicológica; Trabalho e Ocupação. Estes cinco eixos apoiam-se em e são articulados por dois eixos transversais. O SET (Sistema Estratégico de Tratamento) pode ser considerado como a base sobre a qual se apoiam os cinco eixos do tratamento. Este eixo será desenvolvido no Capítulo 4 deste manual. O eixo chamado Ações de Vinculação pode ser considerado como um dispositivo de ações que às vezes não se diferenciam em nada das ações de outros eixos do tratamento comunitário, sua finalidade porém é profundamente diferente: construir, manter, curar o dispositivo do tratamento comunitário. A característica das ações de vinculação é que sua finalidade é principalmente estratégica (construir laços, alianças, cooperação, participação) independentemente dos objetivos táticos que cada ação possa ter. Os cinco eixos do tratamento comunitário serão descritos com mais detalhe no Glossário Crítico ECO².

Ações de vinculação

As ações de vinculação são típicas das fases iniciais do tratamento comunitário, quando a tarefa principal é estabelecer relações com a comunidade (construir a rede subjetiva comunitária). Depois desta primeira fase as ações de vinculação podem integrar-se nas ações dos cinco eixos do tratamento comunitário.

Os fragmentos que se analisam a seguir ilustram uma experiência concreta de uma atividade que originalmente não estava pensada como atividade de vinculação, porém pode ser utilizada como tal porque satisfaz todos os objetivos e o conceito de uma atividade de vinculação. Através deste documento de trabalho pode-se entender qual é a aposta deste tipo de atividade, que consiste em um trabalho comunitário de limpeza de uma de suas áreas. O fragmento descreve uma pequena iniciativa desenvolvida por uma equipe e uma rede operativa dentro de uma comunidade local.

Mobilização e Cidadania; limpeza em equipe. Foram conversar com o proprietário da casa de show que tinha um carro com a equipe de som. M e R fizeram o contato com o poder público. P e L organizaram o grupo dos meninos e meninas do projeto social. R também entrou em contato com um jornalista que conseguiu a matéria com a intenção de uma nova nota jornalística no diário local. [Brasil 2.1]

Esta equipe utiliza alguns termos (mobilização, cidadania), que no fragmento são explicitados por meio de ações concretas: (i) conversar com o proprietário de uma casa de show (que implica conhecê-lo diretamente ou ter algum membro de sua rede subjetiva que o conhece e relação com ele; (ii) (motivação, mobilização) a a disposição da ação, o que em mente, fazê-la pensá-la, programá-la e participação de atores mapa dos recursos estabelecer um contato o que significa ter a rede subjetiva comunitária ou na rede de recursos comunitários) que tem contatos com o poder público ou podem favorecê-los, com a garantia que não se trate de um contato qualquer mas, sim, de um eficaz. Se se segue com esta análise chega-se à conclusão que para implementar uma ação, a princípio de aparência simples, tem-se que desenvolver inúmeras pequenas ações que ao final produzem um dispositivo no qual participam atores e redes, e isto, por sua vez, implica a participação de dezenas e as vezes centenas de pessoas. Nesta fase de “vinculação” este processo de construção da participação é às vezes mais relevante do que o próprio conteúdo da ação, porém o conteúdo da ação é aquele que ao final será parte importante do

Ações de vinculação. Para poderem ser eficazes, as ações de vinculação têm que focar-se em situações concretas e visíveis, e produzir resultados táticos e estratégicos em um breve período. Estas ações vinculam se são eficazes, se a participação da comunidade produz aquilo que a comunidade espera [2.24].

que tem uma boa convencê-lo colocar seus recursos implica ter uma ação comunitária (quer dizer, implementá-la com a comunitários), ter um disponíveis etc.; (iii) com o poder público... pessoas (de novo na

produto comum, é no conteúdo (resultado) que todos se reconhecem por haver participado.

Impacto Social (afirmações dos habitantes do bairro): “realmente faz falta, “é absurdo que as pessoas coloquem o lixo no Parque Ambiental!!!”. “Difícil encontrar gente que faz isso, me pareceu uma boa atitude”. “Essa pessoa está bastante disposta, aposto nisso”. “Eu não vou limpar nada!”. Esse é trabalho da prefeitura!”. “O bairro estava necessitando de gente como essa, disposta a conscientizar. Aqui na frente de casa, tem dias que tem um cheiro horrível. Lixo que atiram sem necessidade. O caminhão passa três vezes por semana!”. [Brasil 2.2]

Aquilo que os autores deste fragmento chamam impacto social poderia ser chamado também de diagnóstico ou opinião das pessoas da comunidade com relação ao “tema”, ou “problema”, ou “necessidade” que a equipe e a rede operativa definiram. Trata-se, aqui, de um exemplo concreto de como funciona a *investigação na ação*: a ação provê um marco (o dispositivo) no qual é possível também produzir conhecimento, mesmo que a produção do conhecimento não seja o único objetivo.

Avaliação da equipe e dos participantes: o trabalho conjunto com o poder público enriqueceu nossa “Limpeza em equipe”. Os jovens do projeto social estão muito interessados em contribuir para a execução das tarefas. Perguntam antecipadamente como poderão contribuir para a próxima tarefa. Um empregado do supermercado veio também participar nas tarefas. As crianças acolheram melhor nossa proposta, unindo-se a nós durante as tarefas. Alguns adultos o acolheram com indiferença. “Amanhã estará tudo sujo outra vez, não servirá de nada”. [Brasil 2.3]

Este fragmento [Brasil 2.3] se refere à “*avaliação qualitativa*” que, neste caso, busca por um lado atos de participação e de rejeição, resultados em termos de

O Encontro com a Comunidade

relações e interconexões (a ação de construção de vínculos produziu participação de atores “novos”), resultados em termos de motivação para a equipe (disponibilidade para fazer outras atividades), e por outro evidencia também a “tendência até a persistência” que se explicita pelo que disseram alguns adultos.

Um resultado: a comunidade está percebendo que tem gente interessada no bem estar de todos e está atuando para isso. Começam a crer que são educados, simpáticos, pacientes para conscientizar. Os filhos estão entendendo melhor a importância de manter as ruas limpas, não atirando nada de desperdícios no chão. [Brasil 2.4]

Reformulando o que foi dito neste fragmento, pode-se considerar que ao final desta atividade de vinculação produziu-se uma significativa sensibilização nesta comunidade. Esta sensibilização permitiu a tomada de consciência de que um problema existe e que algo pode-se fazer para que este tenha respostas, e que a participação de todos é uma dessas respostas. Não se pode dizer que este processo produziu uma organização no interior da comunidade (por exemplo, uma rede de recursos comunitários ou uma rede subjetiva comunitária), porém produziu os contatos e as relações que são o elemento constitutivo fundamental das redes. Compete agora à equipe desenvolvê-las, fortalecê-las, transformá-las (por meio de processos organizativos) para que possam constituir um recurso do tratamento comunitário. Não se pode, porém, dizer que este processo tenha produzido “conhecimento” estruturado sobre a situação da comunidade, mas pode-se dizer que produziu os atores com os quais é possível trabalhar para que esse conhecimento (indispensável para o planejamento) seja produzido. Agora existem as premissas para que um diagnóstico na ação possa ser implementado (SET).

Conceito, objetivos e processos

Depois de ter estabelecido o primeiro contato com os atores comunitários e com as pessoas, é necessário que esse contato se fortaleça e mantenha-se no tempo. Em outras palavras, é necessário que esse contato se transforme em relação e, se for possível, em relação de trabalho. Esta é uma das finalidades das ações de vinculação: fortalecer o contato estabelecido e começar a dar-lhe um sentido em um marco comunitário (transformar a ação pessoal em uma ação com um sentido comunitário).

“Ao saber que a mãe de quatro jovens havia apunhalado seu ex-marido, pai das crianças, e usava *crack*, busquei, com o consentimento do Sr. H, o Conselho Tutelar e solicitei ajuda para matricular as crianças na escola. Mesmo sem resposta do Conselho, entramos em contato com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fomos orientados a apresentar uma queixa na Junta da Infância e Juventude, porém não foi necessário, pois o Conselho Tutelar visitou a ocupação e um mês depois as mães começaram a matricular os filhos nas escolas do bairro”. O fato descrito nos remete a mais uma ação de vinculação pois necessitamos organizar as famílias e conscientizá-las sobre a importância da participação na escola e condicionar a matrícula à atenção no Ponto de Cultura e à inscrição nas escolas. [Brasil 2.5]

Um dos produtos das ações de vinculação (seu produto talvez mais importante) é favorecer, fortalecer, manter, alimentar a participação comunitária. Não se trata somente da participação nas atividades do projeto (esta é importante, mas pode ser anedótica), mas também de uma tomada de posição consciente com relação ao que acontece na comunidade. **Trata-se de vencer a indiferença frente as dificuldades da comunidade.**

As ações de vinculação são um dos instrumentos privilegiados de trabalho na *investigação na ação* e, por consequência, constituem a base do trabalho de

Resultados estratégicos. Entre os resultados estratégicos ilustrados no fragmento [Brasil 2.5] conta-se com a vinculação entre atores institucionais e a construção de uma rede de recursos comunitários. Esta é, ao mesmo tempo, uma ação de tratamento comunitário, porque se enfoca na necessidade real dos habitantes dessa pequena comunidade, e é também ação de construção do dispositivo. [2.25]

diagnóstico comunitário (veja mais adiante a descrição de SET). O objetivo imediato destas ações é realizar iniciativas concretas de prevenção ou assistência imediata, direcionadas a toda a comunidade, ou a parte dela, ou a pessoas, ou grupos pertencentes ao “grupo-meta”, com a finalidade de melhorar suas condições de vida.

Entre as ações-tipo em uma fase de construção do dispositivo comunitário indicam-se as

seguintes:

● **Ações organizativas.** Fortalecimento de grupos não formais ou formais que desejam ser conhecidos por sua posição com respeito a assuntos de utilidade para a comunidade, organizar mesas de encontro e debates sobre argumentos da vida comunitária, abrir um centro de baixo limiar de acesso, articular iniciativas de atores comunitários que trabalham fragmentados.

● **Ações de assistência imediata.** Exemplo: participar da limpeza do parque para que as crianças possam jogar, abrir um banheiro público para os habitantes de rua.

● **Educação não formal.** Organizar teatro de rua, no qual se explica o uso correto do preservativo ou dos riscos relacionados ao uso de drogas; conectar menores sem escolarização com processos não formais de recuperação escolar; acompanhar crianças que estão sendo pouco a pouco expulsas da escola.

Objetivos imediatos das ações de vinculação. Realizar ações concretas em um dos cinco eixos do tratamento comunitário para responder às necessidades concretas e prementes da comunidade ou de alguns de seus membros. Estas ações se realizam com a comunidade e valorizando seus recursos. [2.26]

A construção de Redes e Tratamento comunitário

- *Animação e ações culturais.* Exemplo: organizar ou contribuir para organizar uma festa comunitária, participar em uma organização de eventos desportivos de baixo limiar de acesso.
- *Ações na área de saúde.* Ajudar as pessoas a obterem um registro no Sistema Nacional de Saúde, acompanhar os agentes de saúde em suas visitas, relatar casos de necessitados e acompanhá-los até os serviços de saúde.
- *Ações na área do trabalho.* Implementar processos breves de treinamento para microempresa (ver por exemplo: *Desafio*).

As atividades de vinculação têm um *objetivo tático*, imediato e um *objetivo estratégico* de fundo (mais a longo prazo), portanto têm que começar a dar resultados desde o princípio. O objetivo tático é fazer de imediato, junto com a comunidade ou com alguns de seus membros (rede operativa), algo que seja concretamente ou simbolicamente útil para a comunidade. O objetivo estratégico é construir e fortalecer relações que conduzam à construção de redes, sendo que estas são o fundamento do dispositivo do Tratamento Comunitário. Os objetivos táticos sem os objetivos estratégicos são considerados assistencialismo cego. Os objetivos estratégicos sem os objetivos táticos são como dispersar fumaça e neblina, como dizem os ingleses.

Dificuldades

Utilizando uma metáfora pode-se pensar que as atividades de vinculação são como o limiar de acesso a uma casa. Neste caso trata-se do limiar de acesso à vida de uma comunidade. É importante que essas atividades sejam utilizadas para que a porta de entrada seja aberta, e não fechada. A porta fecha-se rapidamente quando se consideram unicamente os objetivos táticos. Por exemplo: se se faz uma distribuição de preservativos e se considera unicamente o número de pessoas contatadas, seu gênero, e o número de preservativos distribuídos, e não se considera o impacto que

este teve ou vai ter nas condutas sexuais das pessoas e no sentido que se vai atribuir às condutas sexuais mesmas, então a porta se fecha. A porta mantém-se aberta quando o objetivo tático se apoia em um objetivo estratégico. A dificuldade é ir além do resultado e das dinâmicas imediatamente ligadas à ação, e observar o impacto produzido em dinâmicas mais amplas da vida comunitária (por exemplo, na organização das redes de líderes de opinião).

Pode ser útil entender a diferença entre resultado e impacto. Se se utilizam os conceitos ilustrados pela OECD, o resultado é: “Produto, efeito ou impacto (intencional ou não, positivo e/ou negativo) de uma intervenção para o desenvolvimento. Termos conexos: efeito direto, repercussão, impacto” (OECD-DAC, 2010, p. 33). Para os mesmos especialistas os impactos são os “Efeitos de longo prazo positivos e negativos, primários e secundários, produzidos direta ou indiretamente por uma intervenção para o desenvolvimento, intencionalmente ou não” (op. cit., p. 24). Parece que a diferença reside essencialmente no aspecto temporal (resultado: curto prazo; impacto: longo prazo) e no fato que os resultados sejam diretos ou indiretos. [2.26b]

Boas práticas e lições aprendidas

Entre as boas práticas e as lições aprendidas mencionam-se as seguintes:

- I. Realizar as ações de vinculação utilizando ou construindo alianças com outros atores comunitários (outra instituição e organização, líderes formais ou informais, cidadão, redes etc.);
- II. Favorecer sempre a participação de maior número e diversidade possível de atores comunitários, evitando sejam sempre os mesmos e em número reduzido, mesmo que não se exclua a importância de ter uma “minoria ativa”;
- III. Considerar os nós da rede subjetiva comunitária como possíveis atores destas iniciativas;
- IV. Identificar ações exatas, pontuais, em resposta às demandas manifestadas e utilizar o trabalho de rua para identificar estas demandas. As ações têm que ser

A construção de Redes e Tratamento comunitário

reconhecidas pelos habitantes da comunidade e enfocadas em necessidades visíveis;

V. Os melhores resultados se obtêm quando, em uma mesma ação de vinculação, são encontrados aspectos organizativos, de educação não formal, de saúde, assistência imediata e animação sociocultural. Busca-se, então, que uma mesma ação atravesse diferentes espaços sociais;

VI. É útil que os beneficiários das ações de vinculação “paguem” por elas, mesmo que seja de maneira simbólica ou através de serviços à comunidade. O “pagamento” é uma maneira muito ativa por meio da qual “os beneficiários” participam na atividade e a participação é uma forma de pagamento eficaz.

Iniciamos no mês de janeiro de 2010 uma aliança com o Poder Público, através da qual desenvolvemos nossas atividades no Território Jovem, em dois bairros. Através desta aliança, uma vez por mês, a equipe promove a Madrugada Ativa, com ações de cultura, lazer e esporte que acontecem as sextas das 22:00 às 03:00. Esta atividade tem a intenção de diminuir o uso de drogas entre jovens de comunidades vulneráveis, promovendo espaços saudáveis de diversão. “A participação dos jovens daqueles bairros era muito grande. Também realizávamos atividades de cinema, torneios de truco, torneios de futebol, aulas de *hip-hop*, aulas de axé, teatro de rua, todas dirigidas aos jovens e adolescentes das comunidades”. [Brasil 2.6]

VII. As ações de vinculação não têm que ser realizadas somente nas fases iniciais de um projeto ou programa. É útil que se implementem periodicamente porque facilitam o início de processos de sensibilização e mobilização favorecendo, assim, o surgimento de novos atores, de novas redes que enriquecem as precedentes;

VIII. As ações de vinculação são uma excelente ocasião para construir alianças com outros parceiros na comunidade e com outros atores comunitários;

IX. O resultado (produto) das ações de vinculação é importante; seu impacto (permanência do efeito no tempo e produção de outros efeitos) depende da qualidade do processo;

X. As ações de vinculação são o instrumento mais eficaz para o cuidado (manutenção) das redes e do dispositivo comunitário.

Ações organizativas

Caso se necessite de um exemplo claro para distinguir um objetivo tático com relação a um objetivo estratégico, as ações organizativas são o exemplo quase perfeito. O que se entende por organização?

De ordinário, a palavra “organização” se utiliza com dois alcances diferentes e complementares: como processo organizador para indicar a forma de determinar e estabelecer as estruturas, procedimentos e recursos necessários e apropriados para desenvolver o curso de ação selecionado em função da conquista de determinados objetivos. Também se utiliza, com o alcance de *formação organizada*, para designar toda associação permanente de indivíduos que, articulada como totalidade, tem um número preciso de membros e uma diferenciação interna de funções, que implica um conjunto definido de relações de autoridade. Configurada racionalmente, ao menos em suas intenções, procura obter um resultado determinado de acordo com seus fins e objetivos, utilizando determinados métodos de trabalho e recursos naturais (Ander-Egg, 1995, p. 211).

A construção de Redes e Tratamento comunitário

Ander-Egg evidencia, então, por um lado, o componente de *processo organizador* e, por outro, o componente do *produto do processo organizador*, quer dizer o que comumente se chama “uma organização”, como por exemplo uma Instituição do Estado (Ministério de Saúde, de Educação, as forças policiais, o exército etc.), as igrejas, as empresas produtivas, as empresas culturais etc. A estes dois elementos se poderia incluir um terceiro: “as estruturas das principais relações formalmente previstas e codificadas dentro de um partido, uma empresa produtiva etc. e que constituem essa entidade social como partido, empresa produtiva, igreja etc.” (Smelser, 1991, p. 679).

A introdução do elemento relacional no conceito de organização permite começar a entender “o que é que produz a organização”, no sentido do processo e do produto deste processo. Nisto a contribuição de E. Morin é esclarecedora.

Nesta primeira acepção o termo “organização” está relacionado com o termo ordem/desordem e interação. “(Se se entende) desta maneira, para que exista organização, é necessário que existam interações; e para que existam interações é necessário que existam encontros, e para que existam encontros é necessário que exista desordem (agitação, turbulências) (Morin, 1977, p. 51).

(...) “O que é a organização? Em uma primeira definição: a organização é o desenho ou a disposição (*agencement*) das relações entre componentes ou indivíduos que produzem uma unidade complexa ou um sistema, dotado de qualidades desconhecidas no nível dos componentes ou indivíduos. A organização vincula de maneira inter-relacional elementos, ou acontecimentos, ou indivíduos diversos que a partir desse momento se transformam em componentes de um todo. Esta assegura a solidariedade e solidez relativa a estes vínculos e por consequência assegura ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias. A organização então: transforma, produz, vincula, mantém. (Morin, 1977, p. 104)

O conceito de organização se associa, então, ao conceito de ordem/desordem, e é uma forma de “dar forma às inter-relações entre os diferentes elementos de um sistema”. Entende-se, então, por meio desta breve reflexão conceitual, a razão pela qual, no âmbito das ações de vinculação (mas não somente neste marco), se faz uma distinção entre objetivos táticos e objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos têm mais a ver com os processos que mudam “a organização”, enquanto que os objetivos táticos têm o propósito de produzir os resultados que cada ação em si quer produzir.

Tática e Estratégia. No âmbito do tratamento comunitário a tática se refere ao conjunto de técnicas, ações e modalidades por meio das quais se conseguem os objetivos imediatos ou específicos de uma iniciativa. A estratégia se refere aos meios, técnicas e modalidades com as quais se busca os objetivos gerais de uma determinada iniciativa inserida em um âmbito mais amplo de outras iniciativas ou programas. Pode-se pensar que a estratégia se refere a mudanças estruturais [2.27].

Um exemplo de ações organizativas pode ser “a política de drogas desenvolvida em um município brasileiro”. Neste caso [Brasil 2.7] considera-se que a comunidade local corresponda à dimensão de todo o município. Que se desenhe uma política de drogas não significa que não existia uma anteriormente. Isto significa que, ao produzir uma “nova” política de drogas”, os atores que contribuem neste processo focalizam simultaneamente em objetivos táticos e estratégicos.

A política de drogas foi desenhada com base na proposta do Tratamento Comunitário, quer dizer, buscou conhecer as redes e serviços existentes no município e criou uma interconexão entre elas para produzir uma “organização” que trabalhasse em dez bairros da cidade.

Os princípios fundamentais. (i) Frequência e permanência: nos dez bairros serão desenvolvidas atividades diárias com o mínimo três horas, e estas se repetirão; (ii) Investigação: durante o processo de atuação, um canal de atenção atuará para conhecer o diagnóstico da cidade, no que tem a ver com demandas, comportamentos e propostas; (iii) Atuação em sistema e não através de serviços: os serviços, projetos e instituições são elementos da proposta que

A construção de Redes e Tratamento comunitário

devem articular-se com as redes comunitárias, as redes operativas e as redes subjetivas dos usuários; (iv) Recursos: todas as situações, grupos, instituições, serão transformadas em recursos, desta forma se produz um processo ágil de transformação; (v) Diversidade no grau de exigência dos serviços, oferecendo assim a possibilidade de maior aderência da população de usuários dos serviços; (vi) Acompanhamento integrado de casos: três ou mais instituições e grupos comunitários farão o acompanhamento dos casos, ampliando assim a possibilidade de êxito e diminuindo a resistência dos usuários. [Brasil 2.7]

Nos princípios fundamentais os autores destas políticas propõem um conjunto de elementos que poderiam também chamar-se “regras gerais” ou “indicações gerais”. Estas tratam de estabelecer prioridades (as prioridades são um critério de ordenação) e modalidades de trabalho como, por exemplo: dar serviços mas não trabalhar em uma ótica de serviços, juntar investigação e diagnóstico comunitário com serviços para a pessoa, adotar o acompanhamento integrado de casos como um “modelo” de ordenamento das relações entre atores institucionais etc.

Objetivos Estratégicos. (i) Sensibilizar e mobilizar todos os atores sociais envolvidos; (ii) Reconhecer, formar e fortalecer as redes; (iii) Articular os atores sociais, os recursos e serviços comunitários; (iv) Oferecer oportunidades para que os indivíduos que usam drogas encontrem alternativas para a redefinição do seu projeto de vida e melhoramento de qualidade de vida; (v) Acompanhar e avaliar todas as intervenções com a “*gestão integrada de casos*”. [Brasil 2.8]

Dizíamos que os objetivos estratégicos são aqueles que por meio da realização dos objetivos táticos tratam de modificar os processos e as estruturas organizativas de uma entidade social (uma rede, uma comunidade, uma organização etc.). Neste fragmento que se está analisando [Brasil 2.8], os objetivos de (i) a (iv) efetivamente podem ser considerados objetivos com valor estratégico, todos têm essa componente

de processo e de modificação das estruturas não visíveis de uma entidade social. No quinto objetivo não fica claro o “para que” dessa avaliação, por consequência pode-se considerar como uma avaliação clássica de “resultados”. Ressalte-se neste o peso do “gerenciamento integrado de casos” que efetivamente constitui uma proposta de baixo para cima e que pode transformar profundamente o dispositivo (organização) de trabalho (Milanese, 2009b).

Este exemplo coloca uma pergunta mais geral: pode-se considerar a construção de uma política de drogas como uma atividade de vinculação? Poder-se-ia dizer que o estabelecimento das políticas (sua construção, definição e aprovação, pelo menos) é possível em um sistema democrático só se existe um processo de vinculação com atores comunitários (os mais numerosos e diversos possíveis) e uma construção de alianças. Neste sentido a resposta é afirmativa, mesmo que o estabelecimento de políticas vá mais além das finalidades de uma atividade de vinculação.

Conceito, objetivo e processos

O sentido das ações organizativas é contribuir para que os atores comunitários adotem formas *organizadas* de respostas a suas necessidades ou problemas. Isto implica que, por um lado, se reconheçam e se valorizem as respostas que as comunidades locais estão produzindo e que se enriqueçam através de formas organizativas, permitindo a articulação entre atores, criando sinergias e alianças. O resultado estratégico poderia, então, ser o fato de ter um campo comum e organizado de respostas. A finalidade destas atividades pode ser a organização das demandas e dos recursos comunitários para produzir um melhor encontro entre a demanda e a oferta de serviços.

No exemplo reproduzido no início desta subseção [Brasil 2.7], pode-se considerar que o objetivo tático é executar ações de tratamento comunitário no município. O objetivo estratégico é construir uma rede de recursos comunitários, na qual se incluem os setores institucionais (setor público), as instituições da sociedade civil e os recursos comunitários não emoldurados em entidades institucionalizadas

A construção de Redes e Tratamento comunitário

(os cidadãos com conhecimento, habilidades, capacidades, vontades e motivação para trabalhar de maneira organizada).

Recomendações, dificuldades e boas práticas.

Em geral, é difícil encontrar uma comunidade local na qual não exista qualquer forma de resposta organizada (instituições públicas ou organizações da sociedade civil). Aquilo que se encontra com menos frequência são formas organizadas de respostas produzidas por ou para os grupos mais excluídos e expostos a situações de alto risco (a menos que não se incluam nesta categoria as gangues, os grupos informais de jovens a margem da lei etc.).

Ainda menos frequente é encontrar experiências e modelos nos quais existem associados e aliados atores das instituições do Estado, das organizações da sociedade civil e dos grupos de populações excluídas. O problema que se enfrenta é sempre o mesmo: integrar de maneira organizada processos de cima para baixo com processos de baixo para cima.

Conseqüentemente, pode-se pensar que as atividades de vinculação são uma das formas para iniciar a consolidação das bases (ou as premissas) para produzir pelo menos interconexões e sinergias entre atores. Isso fica visível quando as atividades de vinculação contribuem na promoção: (i) da construção da rede comunitária; (ii) da construção da rede de recursos comunitários (ver Capítulo 3, adiante); (iii) da formalização de grupos de pessoas que existem na comunidade; e (iv) do encontro entre grupos excluídos e prestadores de serviços.

A organização de populações excluídas é um passo necessário na construção de um dispositivo de tratamento comunitário. O fato de que a população não esteja organizada é uma das características de base de uma comunidade excluída. O fato de produzir organização faz com que o encontro entre demanda de serviços e oferta aconteça em um nível igual de dignidade, e não de dependência assimétrica.

Boas práticas observadas e lições aprendidas

Entre as lições aprendidas e as boas práticas podem-se incluir as seguintes: (i) se a organização de grupos informais está baseada em práticas concretas, necessidades claras, manifestações tangíveis etc., é mais provável que os resultados sejam positivos; (ii) articular o trabalho de organização com o trabalho de educação não formal permite que as pessoas entendam o sentido da organização que se constrói e que estejam conscientes do seu impacto nos resultados das ações; (iii) articular estes tipos de ações com o SET e vice-versa cria sinergias e uma maior aproximação de sistema; e (iv) quando são criadas novas organizações, estas encontram resistências e oposições das organizações já presentes na comunidade. O papel da equipe é de mediação e apoio para fortalecer sinergias e diminuir o impacto dos narcisismos dos atores locais (os “narcisismos” parecem ser necessários na fase de formalização, mas negativos na fase de interconexão com outros atores locais).

Constatações: o trabalho organizativo é indispensável e leva muito tempo. Os melhores resultados são obtidos quando, em uma mesma ação de vinculação, convergem aspectos organizacionais, de educação não formal, de saúde, assistência imediata e animação sociocultural (presença simultânea do olhar estratégico e do olhar tático).

Ações na área da saúde

Os fragmentos apresentados em seguida ilustram uma ação de vinculação na área da saúde: a distribuição de preservativos em uma comunidade local de trabalho sexual.

Objetivos: distribuição de preservativos durante a semana. Educar os usuários sobre o uso e cuidado que devem ter com o preservativo. Trabalho de rede para

A construção de Redes e Tratamento comunitário

favorecer o abastecimento de preservativos. Distribuição de folhetos informativos e materiais educativos na área da saúde sexual.

Descrição do processo: são distribuídos preservativos (quatro por pessoa), duas ou três vezes por semana, entre 10 e 15 usuários de drogas por vez, faz-se o registro de cada usuário que recebeu preservativos com seu nome, idade, sexo, quantidade de preservativos, data e assinatura. São feitos convênios com a instituição que abastece de preservativos e é realizado um treinamento sobre o uso correto do preservativo. São distribuídos com informações sobre o cuidado e o uso correto do preservativo e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Grupo-meta: pessoas gravemente excluídas, consumidoras de drogas, que vivem na rua ou em risco de viver na rua, que têm relações em contextos de risco, sem proteção e sob o efeito de drogas.

Dificuldades: no trabalho de prevenção universal, indicada e seletiva de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e HIV, a distribuição de preservativos é dificultada pela falta de abastecimento por parte das instituições responsáveis. Estas instituições também sofrem com falta de preservativos de distribuição gratuita.

Boas práticas: distribuir duas vezes por semana. Vinculação com instituições que fazem o abastecimento. Fazer esta atividade de forma constante e rotineira e também fortalecer nos usuários o hábito do uso de preservativo.

Lições aprendidas: no trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, com consumo de drogas, as atividades sexuais são mais contínuas, principalmente entre jovens. Portanto, a distribuição contínua de preservativos deve ser acompanhada pela pesquisa, acompanhamento e educação sobre sexualidade. [México 2.4]

O Encontro com a Comunidade

Este exemplo pode ser considerado a partir de duas perspectivas diferentes: como ação de vinculação e como ação de tratamento comunitário. Se consideramos a primeira perspectiva, encontramos algumas características que ilustram o tático e estratégico destas ações. (i) a descrição do processo inclui uma aliança com as instituições do Estado que pode parecer simplesmente funcional para a obtenção de preservativos. Mas não é assim: a aliança mais forte é a política de redução de danos, que não fica evidente com a simples distribuição de preservativos. Contudo esta não é a única dificuldade: (ii) as boas práticas sublinham este aspecto organizativo; (iii) as lições aprendidas evidenciam a necessidade de que estes tipos de ações tenham continuidade e sejam integradas ou articuladas com outras: educativas, de acompanhamento relacional etc.

Se consideramos a segunda perspectiva, esta iniciativa insere-se no quadro das ações típicas do segundo eixo do tratamento comunitário: “assistência básica e redução de danos”. Quando a equipe que descreve esta iniciativa sublinha a necessidade de acompanhar a distribuição de preservativos com ações de pesquisa e educação, estabelece uma conexão com o terceiro eixo do tratamento comunitário (educação e reabilitação). Por outro lado, a “pesquisa” é uma atividade transversal do dispositivo incluída no SET.

Estas duas perspectivas ajudam a entender como os processos são, de fato, simultâneos, embora por razões didáticas e também de ordem conceitual são descritas e organizadas como uma sucessão temporal de eventos.

Objetivos e processos

O principal objetivo das ações de vinculação na área de saúde é melhorar as condições de saúde das pessoas gravemente excluídas e expostas a altos riscos, particularmente crianças e mulheres. É justamente pelo trabalho de rua que se identificam quais são as necessidades mais importantes deste público. Existe também um objetivo estratégico: iniciar a sensibilização da comunidade para que

A construção de Redes e Tratamento comunitário

aumente o número de e/ou melhorem as respostas organizadas presentes no seu território ou, se necessário, participarem na sua produção.

Às vezes é oportuno também implementar ações que não são diretamente e explicitamente solicitadas pela população em geral, nem pelas populações em situação de exclusão grave. Como é o caso do trabalho de prevenção em algumas áreas ou temas: HIV, DSTs, orientação sobre o uso de drogas, sexo seguro, autoproteção contra o abuso sexual (menores e mulheres) e orientação para alimentação, em particular para as crianças, prevenção da violência doméstica (especialmente contra mulheres, crianças e idosos).

Recomendações, dificuldades e boas práticas

As experiências na implementação de ações de vinculação na área de saúde permitiram evidenciar o benefício de:

(i) ter uma assessoria médica ou de enfermagem, assim como de possuir uma conexão direta e eficaz com um centro de saúde ou hospital próximo;

(ii) articular estes tipos de ações com o SET e vice-versa;

(iii) que os educadores tenham um conhecimento técnico de bom nível (não necessariamente especializado) sobre HIV-Aids, DSTs, prática de sexo seguro, drogas (tipos, efeitos, uso seguro), primeiros socorros, consequências psicológicas de abuso sexual grave e violência grave (especialmente contra mulheres, menores e idosos), bem como gestão de situações traumáticas;

(iv) ter um equipamento mínimo de auxílio à saúde como desinfetantes, algodão estéril, preservativos, água destilada, seringas, gazes, curativos etc.

Entre as dificuldades, observou-se que: (i) estes tipos de ações encontram resistências culturais, ideológicas, psicológicas, sobretudo quando são abordados

temas da vida sexual, violência doméstica, maltrato de crianças, mulheres e idosos; (ii) é comum encontrar dificuldade para conseguir uma colaboração eficaz e eficiente por parte de instituições ou outros atores locais na área da saúde; (iii) nota-se que quando a situação de emergência de uma pessoa é resolvida, esta tem a tendência de voltar à situação de risco. Por esse motivo, é essencial articular a ação da área de saúde com um processo de educação básica em saúde (prevenção seletiva e indicada); (iv) acontece com frequência que as ações de vinculação na área modifiquem a estratégia de trabalho da equipe, produzindo alterações dos objetivos originais. O que sucede é que a equipe (e às vezes toda a organização) se transforma em uma equipe de assistência básica na área da saúde. Isso ocorre também por duas outras ordens de razões: (a) porque as necessidades nesta área são muito fortes, visíveis e geram uma demanda imediata (enquanto que, por exemplo, é menos frequente que exista um pedido de ajuda psicológica, de conselho familiar etc.); e (b) porque a maioria das políticas das instituições financiadoras está focada nos sintomas, favorecendo então ações de assistência direta implementadas por equipes de profissionais, descartando implicitamente a possibilidade de modificar as estruturas que produzem os sintomas. Por estes motivos, é fundamental que sejam definidos claramente os limites das ações de vinculação de tal maneira que os objetivos táticos não sejam convertidos em objetivos estratégicos.

Ações e processos de educação não formal

Conceito e objetivos

A educação não formal está constituída por duas grandes dimensões da vida comunitária. A primeira é a vida cotidiana: esta é educação não formal em si. A vida cotidiana é o método educativo fundamental, é permanente, não tem interrupções, tem professores e educadores, é o lugar principal dos recursos educativos, dos temas vitais, dos processos motivacionais. É fundamentalmente participativa. A vida cotidiana em uma comunidade é o crisol das famílias, das identidades individuais,

A construção de Redes e Tratamento comunitário

dos valores, dos costumes, é simultaneamente teoria e prática, imaginária, simbólica e real. A segunda está constituída por todas aquelas iniciativas que tentam potencializar/melhorar/reduzir a periculosidade de algumas dimensões da vida cotidiana e que são implementadas por atores comunitários (formais ou não formais) ou redes.

Com estas premissas, as ações de vinculação na área da educação não formal podem ser vistas a partir duas perspectivas: de cima para baixo e de baixo para cima. Na primeira perspectiva essas ações são em prevalência extensão de programas institucionais, onde a modificação principal reside no dispositivo não formal da ação educativa. Na segunda perspectiva, a ação educativa está embasada no dispositivo comunitário, nos seus recursos e é o resultado de todos os processos de participação.

O exemplo a seguir pode ser visto como uma ação localizada em prevalência na sua perspectiva. O objetivo central é *aprender a empreender* fazendo uma atividade produtiva em uma comunidade aberta. Trata-se de uma excelente atividade de vinculação na área da educação não formal.

Gerando recursos econômicos. Conceito: a inclusão social engloba também inclusão econômica. É importante que se reconheçam as habilidades e potencialidades individuais e comunitárias, a capacidade de que estas potencialidades se articulem com as potencialidades do outro com os recursos comunitários. A inclusão econômica se inicia com o processo de reconhecimento de habilidades e com a concretização destas habilidades através de um serviço ou um produto. Gerar ingressos econômicos permite às pessoas poder perceber que suas habilidades têm valor para elas mesmas e para os demais. [Brasil 2.9.1]

Aqui também temos objetivos táticos e estratégicos. Uma iniciativa de educação na ação para gerar renda tem como objetivo tático imediato... gerar recursos.

O Encontro com a Comunidade

Portanto existe um objetivo de fundo: modificar a representação que uma pessoa tem de si mesma (neste sentido se poderia dizer, também: empoderá-la).

Processo: a tarefa consiste em realizar uma ação empreendedora de geração de renda criada pelos próprios participantes. A atividade deverá ser planejada e executada durante uma semana e deverá, além de gerar renda, ter impacto social e ambiental no bairro. [Brasil 2.9.2]

Deste fragmento evidenciam-se dois aspectos: o tempo e a organização. Uma ação de vinculação é valorizada pelos objetivos de curto prazo que consegue realizar. O resultado de curto prazo é importante, por consequência, o tempo de realização de uma ação de vinculação também deve ser curto. A organização: as ações de vinculação também têm que ser planejadas detalhadamente. O desafio maior deste plano é adaptar-se, ou surgir da organização da vida cotidiana nessa comunidade, seguir seu fluxo, seu ritmo.

As experiências: decidimos realizar um bazar e um bingo. Nosso amigo L., dono da sapataria, nos ofereceu muitas sandálias. Nossos amigos R. e J. também doaram algumas roupas e sapatos. A equipe foi depois ao bairro a perguntar as pessoas se aceitavam que se fizesse o evento na rua, utilizando a calçada e algumas casas. Todos aceitaram. Nos organizamos com C. para ver a iluminação, e com o DJ para ajudar-nos com o som. L. tentou conseguir microfones para que as cantoras cantassem, porém no final não tivemos música ao vivo porque aquele dia teve um velório bastante próximo. Por esse motivo adiamos. Os jovens do projeto se dedicaram a avisar e a vender as cartelas do bingo. A ONG levou cadeiras, uma TV para mostrar às pessoas a apresentação da tarefa, com DVD, alto-falantes e microfones. Pedimos emprestadas as peças para anunciar o bingo. [Brasil 2.9.3]

A construção de Redes e Tratamento comunitário

Deste fragmento evidenciam-se os seguintes elementos: (i) o uso das redes subjetivas comunitárias para poder encontrar os insumos necessários para a iniciativa e a procura dos insumos como estratégia para construir a rede de recursos comunitários e a rede subjetiva; (ii) a interconexão com os habitantes do bairro; (iii) a inclusão de atores comunitários na implementação da ação (participação da comunidade) e desta maneira o início da construção de uma rede operativa; (iv) o papel da equipe como facilitador ativo: participa na implementação da ação e facilita o trabalho de todos os atores envolvidos.

Esta ação é também uma ação clássica de tratamento comunitário, integra diferentes eixos: (a) prevenção/organização pelas interconexões que constrói entre atores e recursos da comunidade, entre espaços privados e eventos públicos; (b) educação porque é de fato uma ação que melhora competências e conhecimentos; (c) trabalho/ocupação porque alcança um produto econômico útil para os participantes diretos e para a comunidade.

Recomendações, dificuldades e boas práticas

A iniciativa apresentada no fragmento [Brasil 2.9] e outras são possíveis porque utilizam alguns instrumentos ou abordagens típicas do trabalho com comunidades e, em particular, do tratamento comunitário. Entre estes evidencia-se os seguintes: (a) baseia-se no uso do trabalho de rua e da relação informal como uma ferramenta privilegiada de educação não formal, assim como leva em consideração problemas ou situações concretas, bem definidas, limitadas e observáveis; (b) toda a comunidade é informada da ação de vinculação que se pretende realizar e a comunicação está sob responsabilidade das redes subjetivas comunitárias (em particular, mas não em maneira exclusiva); (c) a informação à comunidade inicia-se desde a fase de planejamento e as informações têm a ver com o que se pretende fazer, os insumos que se utilizarão e o que vai acontecer, os resultados obtidos e seu impacto; (d) a informação através da relação com a comunidade é uma maneira concreta para “estabelecer vínculos” com o maior número possível de atores

O Encontro com a Comunidade

comunitários, e a comunidade como um todo; (e) existe uma articulação entre ação de vinculação e SET... e vice-versa.

Entendeu-se também que a educação não formal (que tem relação com o dispositivo comunitário que é, também, em prevalência não formal) tem resultados positivos se responde a uma necessidade imediata, atual e bem definida da pessoa, ou é sinérgica com uma ação que ela está fazendo naquele momento.

Entre as *dificuldades*, observou-se que os beneficiários finais estão mais acostumados a receber ajuda que a participar da construção de respostas, assim como as equipes estão mais acostumadas a dar respostas que trabalhar junto com os beneficiários finais, e com eles encontrar as respostas. O ideal é que a resposta seja encontrada nessa interatividade entre a equipe e parceiros, impedindo que a avaliação das necessidades educativas da comunidade seja o produto de leitura da realidade feita exclusivamente pela equipe.

Também se nota que os operadores com alto grau de formação profissional podem ter tendência de formalizar os processos e dispositivos utilizados na educação não formal, prejudicando o alcance da realização da mesma.

Entre as ações de educação não formal que deram resultados satisfatórios encontram-se as seguintes: cursos de capacitação e reaproveitamento de materiais recicláveis, cursos de padaria, palestras socioeducativas, rodas de conversa, reuniões com os grupos, curso de rádio, jornal mural, bibliotecas e “*revistecas*”, aulas para a inclusão digital, aprendizagem não formal em atividades domésticas e educação lúdica na sala de jogos.

Animação e iniciativas culturais

As atividades de animação e as iniciativas culturais fazem parte do acervo de estratégias de educação e reabilitação. Estas se inscrevem no âmbito das atividades que têm essencialmente uma finalidade relacional: reforçar os vínculos sociais, os valores e os conteúdos da cultura, os estilos de vida e marcar a transgressão no interior dos processos criativos assegurando a inovação. Todas as comunidades têm seus ritos e seus mitos (ver SET), suas celebrações. As atividades de animação e culturais se inscrevem nesta trama de vida cotidiana e de celebração do tempo que passa, da vida e da morte, de identidades e diferenças.

Uma vez por ano a associação de *trans* organiza uma festa para toda a comunidade. Organizam disfarces de homem como mulher e bailes. Nós ajudamos apoiando na organização, informando a gente da comunidade, obtendo a permissão da polícia para fechar a rua e utilizá-la para a festa e o baile. É tão divertida que sempre participa muita gente. [Colômbia 2.4]

Neste caso, também, como no precedente, trata-se de uma ação de breve duração: uma tarde e uma noite; na qual se inclui toda a comunidade. Esta ação é possível porque diversos atores comunitários participam: a associação de transgêneros, a equipe de uma ONG que trabalha na área, a polícia e as autoridades do território.

Nestas iniciativas também é possível ver como se realizam objetivos táticos e estratégicos e, principalmente, como os objetivos estratégicos são aqueles que garantem continuidade a todo o processo e a base sobre a qual se articula o tratamento comunitário. Mesmo que o fragmento não o diga explicitamente, obter a permissão da polícia para fechar a rua e fazer a festa foi possível porque a ONG que participa na organização deste evento faz parte da rede de organizações desta comunidade e a polícia é um dos nós desta rede. Esta rede foi construída anteriormente e mostra sua eficácia nesta ocasião.

Conceito, Objetivos e Processos

As atividades culturais são o contexto no qual se pode ver como uma comunidade vive o que efetivamente é comum, o que pode ser colocado em comum, aquilo que faz que este conjunto de pessoas e seu território sejam uma comunidade local. O que têm em comum? Rituais, mitos, contos, representações de si e de outros, possibilidades admitidas de transgressão, transgressões não permitidas na vida cotidiana, valores, sentidos e sem sentidos, o prazer e suas formas, também a dor e suas formas, tristeza e gozo, os dramas, a inimizade e a amizade, a exclusão, a estigmatização, a inclusão e a cura, o gênero e suas diferenças, a sexualidade, os corpos, seus desejos e seus temores, o nascer, viver e morrer, o que transcende o cotidiano e o imediato, o simbólico. As celebrações culturais (festas e rituais religiosos e civis, de gangues, grupos ou redes, ou de toda a comunidade) são as maneiras principais de fazer com as comunidades, ou mudá-las, se necessário.

Por esta razão, o objetivo principal das atividades culturais é construir, manter, fortalecer, curar e sanar a comunidade. Sem falar do tratamento comunitário, as formas culturais da celebração, dos rituais e dos jogos religiosos e civis são as terapias mais eficazes, mesmo que conservem sua ambivalência.

A equipe e a rede operativa podem viver estes processos de duas formas. A mais simples é participar ativamente da implementação das atividades culturais, recreativas, etc. que cada comunidade local tem, sendo estas realizadas junto às famílias, ao bairro ou a comunidade inteira. Através da participação nestas atividades os membros da equipe da rede operativa são reconhecidos, constroem sua identidade como pertencentes a essa comunidade, e quem sabe como líderes não formais da mesma. Na fase de entrada na comunidade e de estabelecimento do dispositivo para iniciar a implementar o SET é mais difícil propor atividades culturais e recreativas que envolvam a toda a comunidade, porque ainda não existe um sistema de redes subjetivas comunitárias e operativas suficiente para poder envolver a toda a comunidade. Aquilo que se ilustrou no exemplo [Colômbia 2.4] foi possível porque

A construção de Redes e Tratamento comunitário

essa atividade de vinculação se apoiava no trabalho de construção do dispositivo comunitário realizado nos anos precedentes.

Boas práticas, dificuldades, lições aprendidas.

Algumas abordagens deram resultados particularmente prometedores, outras evidenciaram os pontos de fragilidade e as dificuldades. Entre as abordagens prometedoras: (a) promover formas de animação (como teatro de rua, jogos etc.), por meio dos quais se ilustram e elaboram alguns dos temas identificados na cultura daquela comunidade (como a relação homem e mulher, educação das crianças, abuso de álcool e outras drogas etc.); (b) incluir em todas as fases das atividades membros do grupo-meta (beneficiários finais-parceiros); (c) planificar e desenvolver estas atividades baseando-se e ressaltando a experiência dos atores comunitários que as representam melhor; (d) os temas emergentes e fortes na vida comunitária, como a morte, o nascimento, a família, a violência, a relação com instituições, são veiculados por processos de elaboração cultural comunitária, dos quais é importante participar. Esses temas e formas de elaboração devem ser elementos essenciais das iniciativas de animação propostas pela equipe ou pelas redes operativas (como teatro popular, por exemplo); (e) articular estes tipos de ações de animação com outras iniciativas culturais, como aquelas que se realizam no SET, e vice versa; (f) a participação em campeonatos de futebol ou de outros esportes de equipe, em acontecimentos musicais e teatros, na vida religiosa da comunidade, as comemorações de datas e acontecimentos especiais são também formas de ação cultural que podem ser incentivadas; (g) trabalhar conceitos de maneira lúdica, buscar a ampliação do acervo cultural resgate da cultura própria; (h) incluir as atividades culturais na vida cultural da comunidade (fazer parte de uma festa popular ou de celebrações comunitárias) de maneira que sejam ao mesmo tempo sinérgicas e inovadoras com relação a estas. Esta abordagem ajuda, em particular, a superar formas implícitas de etiquetagem. A experiência reportada mais acima [Colômbia 2.4] tem uma forte carga inovadora, porém pode favorecer também uma forma de etiquetagem implícita, sendo que não se inclui no fluxo das celebrações comunitárias.

Existem também dificuldades. Entre estas: (a) a escassa participação da “gente” ou sua forte descontinuidade; (b) resistências nos processos de articulação e de criação de alianças entre comunidade, redes operativas e equipes; (c) os freios ideológicos das equipes profissionais e seus preconceitos com relação as formas culturais populares; estes preconceitos são um obstáculo no processo de compreensão dos conteúdos profundos da vida comunitária e de seus atores e, por consequência, também um obstáculo na construção de relações que tenham sentido.

Ações de assistência imediata

Conceito, objetivos e processos

As atividades de assistência imediata têm como objetivo dar uma resposta imediata a uma necessidade urgente percebida pela população e pelas equipes que a implementam.

Quatro vezes por semana vem uma organização da igreja cristã que entrega comida há anos aos moradores de rua na comunidade. Eles se instalam na esquina, e os moradores de rua chegam e fazem fila e recebem sua comida. Depois de meia hora se vão. Mais tarde, no gramado do parque, ao redor das árvores ou diretamente no chão da rua, pode-se ver pratos meio vazios, comida deixada no chão. Os vizinhos reclamam faz tempo. Pensamos em nos reunirmos com essa organização e falar sobre esse assunto. Concordamos que eles garantam a comida e nós faremos que os habitantes de rua possam lavar as mãos antes de comer, que recebessem a comida aqueles que realmente a necessitavam e que não tivesse desperdício. Também íamos buscar sacos para recolher o lixo, de maneira que o parque se mantivesse limpo. Enquanto as pessoas estavam na fila, esperando sua vez, tínhamos a possibilidade de falar com elas, de saber

Assistência: ajuda, favor, socorro, amparo, auxílio realizado de maneira regular e sistemática. Meios que se proporcionam a alguém para sustentar ou aliviar suas necessidades. Ação pública ou privada mediante a qual se tende a aliviar as necessidades mais urgentes de indivíduos e grupos. (Ander-Egg, 1995) [2.29]

A construção de Redes e Tratamento comunitário

sobre sua condição, de convidá-las a ir ao centro de baixo limiar e de informar sobre as atividades que fazíamos. Foi um bom acordo. Esta atividade transformou-se em um momento no qual a comida era algo necessário e, ao mesmo tempo, um pretexto para fortalecer o trabalho de rua e o contato com as pessoas da rua e de toda a comunidade. [México 2.5]

Assistência social. “Devemos distinguir no uso deste termo dois alcances diferentes: para designar um conjunto de serviços prestados a aquela parte da população que tem problemas que não pode resolver por si mesmo, e também para fazer referência a uma profissão que se ocupa de prestar serviços de assistência social. Com o primeiro alcance faz-se referência ao conjunto de atividades governamentais ou particulares que tem por finalidade prestar ajuda a indivíduos e/ou a grupos necessitados social e/ou economicamente. Esta assistência pode ser transitória ou permanente. (...) Desde a década dos setenta na América Latina, esta expressão foi substituída por “trabalho social”. Esta mudança pretende indicar algo mais que uma mudança de denominação: foi necessário assinalar e designar um novo enfoque da profissão com maior acordo com exigências e problemas da América Latina...” (Ander-Egg, 1995). [2.30]

Esta atividade é algo mais que uma atividade de vinculação, na realidade utilizou-se uma atividade existente para produzir uma forma de aliança (um modelo organizativo) que reforçava ambos atores (a equipe operativa e a organização que distribuía comida) e deu mais eficácia e eficiência a suas ações. Neste caso pode-se dizer que se trata de uma atividade de vinculação que se transformou em atividade de rotina.

Também nesta atividade são visíveis os elementos do tratamento

comunitário: (a) primeiro eixo: organização e prevenção; (ii) segundo eixo: assistência básica e redução de danos; (iii) terceiro eixo: educação e reabilitação.

Em todas as comunidades de alta exclusão e vulnerabilidade existem necessidades urgentes que têm que ser atendidas de forma direta e imediata. Entende-se que às vezes os processos de exclusão e de construção de vulnerabilidade são tão radicais que as pessoas e grupos que se encontram nestas condições não têm recursos suficientes para poder reagir por si mesmos. São

necessárias, então, políticas de proteção social baseadas em uma ótica de direitos humanos, que incluam formas de assistência imediata. Estas formas de assistência imediata são chamadas “políticas de assistência social” ou de “proteção social” (Artigas, 2005). Às vezes estas necessidades são efetivamente atendidas. Porém a forma com a qual este tipo de atenção é estabelecida, planejada e desenvolvida produz, às vezes, “efeitos colaterais” que não somente excluem a possibilidade de uma resposta satisfatória à necessidade específica (necessidade de comida, atenção em saúde etc.), mas criam outras necessidades e carências: fala-se, a este propósito de indução da passividade nas pessoas “receptoras” da atenção, de promoção de relações de submissão e dependência passiva, de ocultamento das dinâmicas que produzem a exclusão e a vulnerabilidade, de manutenção de processos que seguem excluindo, de desperdício de recursos etc. Às vezes, o simples desejo de ajudar é uma ilusão que cria outras ilusões. O desejo de ajudar deve ter uma base sólida na rede de recursos comunitários.

Assistencialismo. “É uma forma de assistência ou de ajuda ao necessitado caracterizada por dar respostas imediatas a carências para reparar, corrigir e ou compensar os males e sofrimentos que se derivam dos problemas sociais. A crítica ao assistencialismo não aponta tanto ao que se faz, e sim a que é uma resposta de intervenção social que não transcende outras possibilidades que as relações e situações de assistência. Esta forma de atuar dentro do trabalho social latino-americano foi considerada como uma ação de “colocar remendos” ou de “remendar”, com o propósito de reparar as injustiças mais irritantes e manter dentro do suportável as carências e sofrimentos dos mais desfavorecidos. Esta forma de ação social longe de eliminar os problemas que trata, contribui à sua manutenção e reprodução...” (Ander-Egg, 1995). [2.31].

As ações de assistência imediata podem inserir-se nas práticas de redução de danos pensadas como uma estratégia de restituição de direitos. Estas ações, provavelmente nascidas no âmbito das políticas de saúde pública (EMCDDA, 2010), estendem-se em todas as áreas da vida comunitária: educação, trabalho, moradia, segurança, vida familiar e de grupo, saúde, participação ao desenvolvimento econômico, cultura etc.

Recomendações, boas práticas e dificuldades

As atividades de assistência imediata ou de redução de danos, principalmente na área da exclusão grave e do consumo de drogas, padeceram de conflitos baseados mais em posições ideológicas que em fatos reais ou evidências. Os debates e as experiências permitiram que, pelo menos na área de saúde pública, alguns princípios se afirmassem (por exemplo, o direito à saúde independentemente da decisão de deixar ou não deixar o uso de drogas). Portanto, este mesmo debate que produziu êxitos positivos na área de saúde pública levou, também, a um enfoque quase exclusivo em saúde, esquecendo outros aspectos nos quais a restituição de todos os direitos fundamentais também é essencial (educação, moradia, vida sexual, segurança, alimentação etc.). A partir das experiências realizadas no âmbito do tratamento comunitário foram identificadas algumas práticas mais promissoras com relação a outras. Entre estas mencionam-se seis. A *primeira*: entre as melhores formas de ajuda imediata encontram-se a presença (o fato de estar ali), a escuta, a disponibilidade de ajudar, a busca conjunta de uma resposta entre a equipe e o *parceiro*. Mesmo assim, em alguns casos é difícil distinguir entre a necessidade real e a necessidade fictícia. A *segunda*: quando se identifica uma necessidade real, deve-se buscar orientar e informar a pessoa portadora da necessidade, fortalecendo uma relação com ela, e acompanhar o processo de forma que a necessidade daquela pessoa (sua demanda) encontre uma resposta. A ação deve ser completada com um acordo verbal de manter o contato. A *terceira*: deve-se ter cuidado para que as ações de assistência imediata não produzam ou reforcem o *assistencialismo* e a dependência passiva. A *quarta*: na fase inicial das ações de assistência imediata, deve-se privilegiar o uso de recursos comunitários, mais que os recursos externos à comunidade. Entende-se, também, que existem comunidades tão empobrecidas que necessitam de uma ajuda externa consistente. Isto não quer dizer que os atores comunitários sejam impotentes. A *quinta*: a atenção às necessidades de emergência deve ser encarada como uma etapa de um processo mais amplo. Na realidade, as necessidades imediatas (por exemplo, pelas vítimas de uma inundação) dependem de ações e processos mais amplos (ausência de prevenção de desastres naturais, por exemplo) e, por consequência, é necessário considerar não somente a situação

imediatas mas, sim, as “situações” que produziram os danos. Nestes casos as respostas mais adequadas somente são possíveis por meio da construção e implementação de uma política pública. A sexta: a participação dos beneficiários finais das ações (parceiros diretos) é uma necessidade, e não uma entre as opções possíveis. Quando isto acontece, as equipes não a valorizam como, por exemplo, quando os habitantes de um bairro participam como “mão de obra” na implementação de atividades de vinculação sem ter nenhum papel nas fases de preparação e de tomada de decisões, e sendo esquecido imediatamente depois que a ação terminou.

O contexto das ações de vinculação na área da assistência básica e redução de danos está exposto a uma fragilidade maior chamada “*assistencialismo*”. A linha de demarcação entre assistência e assistencialismo é sutil e às vezes se perde dando

Com o propósito de enfatizar que o assistencialismo não é uma excrescência própria do Trabalho Social, e sim do sistema capitalista imperante, desenvolvi a argumentação de que a assistência envolve duas ideias: o reconhecimento de direitos sociais violados e a reparação plena dos problemas sociais. Isto ainda não implica a afetação profunda do tipo de relações sociais predominantes, porém se posiciona ao fazer profissional na linha de geração de mudanças até a construção de uma ordem social distinta. Por outra parte, o assistencialismo também envolve duas ideias, porém na perspectiva contrária: o não reconhecimento (ocultamento) dos problemas sociais como direitos humanos suprimidos ou restringidos e a fundação escassa (a mínima possível) para somente atenuar e controlar a conflitualidade social que gera a carência extrema. (Alayón, 2011, p. 121) [2.32]

vida a um território sem “lei”. O campo das intervenções na área das adições é um bom exemplo deste fenômeno: tem-se desde clínicas especializadas até centros de “recuperação” onde os consumidores de drogas vivem 24 horas ao dia fechados em uma garagem e com as algemas aos pés e as mãos. O assistencialismo é um entre os constituintes de uma posição cultural, ética e política que tem como finalidade produzir ou favorecer situações de emergência para criar situações de vulnerabilidade social que sejam objeto de políticas, de maneira que apareça a cara “bondosa” do Estado e de outros atores sociais. Por paradoxal, se poderia dizer que os promotores do assistencialismo são os mesmos que promovem a vulnerabilidade (Alayón, 2008).

Bibliografía do Capítulo 2

- Ainsworth, M. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716.
- Ainsworth, M., & Bell, S. (1978). Apego, Exploración y separación ilustrados a través de la conducta de niños y niñas en una situación extraña. *Lecturas de Psicología del Niño*, v. 1. Madrid: Alianza.
- Alayón, N. (2008). *Asistencia y Asistencialismo. Pobres controlados o erradicacion de la pobreza?* Buenos Aires: Lumen.
- Alayón, N. (2011). Repensando históricamente la asistencia. Autoanálisis del autor del libro "Asistencia y Asistencialismo". Debate Público. *Reflexión de trabajo social (1) 2*, 119-124.
- Ander-Egg, E. (1995). *Diccionario de trabajo social*. Buenos Aires: Lumen.
- Antunes da Costa, P. H., Belchior Mota, D. C., Mota Ronzani, T., & Moura (de) Gonçalves, Y. (2015). O que são redes e a importancia das redes sociais na dependência de drogas. In E. A. Silva (da), *Vulnerabilidades, resiliência, redes* (pp. 287-300). São Paulo: Red Publicações.
- Artigas, C. (2005). *Una mirada a la protección social desde los derechos humanos y otros contextos internacionales*. Santiago del Chile: Cepal.
- Asch, S. (1956). Studies of Independence and Conformity: A minority of One against an Unanimous Majority. *Psychological Monographs*, 70(416), 1-70.

- Bales, R., & Slater, P. (1955). Role differentiation in small decision making groups. In T. Parsons, & R. Bales, *Family, socialization and interaction process* (pp.259-306). Glencoe: The Free Press.
- Benoit, D., & Parker, K. (1994). Stability and transmission of attachment across three generations. *Child Development*, 65(5), 1444-1456.
- Borgatti, S., Everett, M., & Johnson, J. (2013). *Analyzing Social Networks*. Los Angeles: Sage.
- Boudon, R. (1984). *La place du désordre*. Paris: PUF.
- Bourdieu, P. (1979). *La distincion: Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (31), 2-3.
- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). Espace social et genèse des classes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53, 3-12.
- Bowlby, J. (1969). *El vínculo afectivo*. Buenos Aires: Paidós.
- Bronfenbrenner, U. (1943). A constant Frame of Reference for Sociometric Research. *Sociometry*, (6), 363-397.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances in research on human development. In R. Silberstein, K. Eyferth, & G. Rudinger, *Development as an action in context: Problem behavior and normal youth development* (pp. 287-309). New York: Springer-Verlag.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological system theory. In R. Vasta (Org.), *Annals of Child Development* (v. 6) (pp. 187-249). Greenwich, CT: JAI Press.

Bibliografia do Capítulo 2

- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. In M. Gauvain, & M. Cole, *Readings on the development of children* (pp. 37-43). New York: Freeman.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In P. Moen, & J. Elder Jr., *Examining lives in context: Perspective on the ecology of human development* (pp. 619-647). Washington D.C.: American Psychological Association.
- Burt, S. R. (1999, November). The Social Capital of Opinion Leaders. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 566, 37–54..
- Deutsch, M., & Gerard, H. (1955). A Study of Normative and Informational Social Influence upon Individual Judgement. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(3), 629-636.
- Dunbar, R. (1993). Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(4), 681-735.
- Easley, D., & Kleinberg, J. (2010). *Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EMCDDA. (2009). *Online Glossary*. Brussels: EMCDDA.
- EMCDDA. (2010). *Harm Reduction: evidence, impacts and challenges*. Lisboa: EMCDDA.
- Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development*, 62(5), 891-905.
- Gabbard, G. O. (2005). *Psychodynamic Psychiatry in Clinical Practice*. Arlington VA: American Psychiatric Publishing.
- Grieco, M. (1987). *Keeping in the Family*. London: Tavistok Publications.

- Hanneman, R., & Riddle, M. (2005). *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California, Riverside.
- Johnson, E. S. (2008). Ecological System and Complexity Theory: toward an Alternative Model of Accountability in Education. *Complicity: An International Journal of Complexity and Education*, 5(1), 1-10.
- Leonard-Barton, D., & Kraus, W. (1985, November-December). *Implementing New Technology*. Harvard Business Review.
- Machin, J. (2011). *Redes Sociales e Incidencia en Políticas Públicas*. Ciudad de México: Cafac.
- Machin, J., & Velasco, M. e. (2010). *ECO² Un modelo para la incidencia en políticas Públicas? Estudio de caso de la Remoiss Ciudad de México*: Cafac.
- Marchioni, M. (2001). *Comunidad, Participación y desarrollo*. Barcelona: Popular.
- Milanese, E. (2009b). *Tratamiento comunitario de las adicciones y de las consecuencias de la exclusion grave. Manual de trabajo para el operador*. México: Plaza y Valdes.
- Milanese, E. (2012a). *Glosário crítico de ECO²*. Monografia não publicada.
- Milanese, E. (2013). *Intercultural Conflict Management. Subjective networks: transcultural study*. Manuscrito não publicado.
- Mitchell, J. (1969). The Concept and Use of Social Networks. In J. Mitchell, *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press.
- Morin, E. (1977). *La Méthode 1. La Nature de la Nature*. Paris: Seuil.
- Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las minorias activas*. Madrid: Morata.

Bibliografia do Capítulo 2

- Moura (de), Y., Silva, E., & Noto, A. (2009). Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia em Pesquisa / UFJF* |, 3(1), 31-46.
- OCDE-DAC. (2010). *Glosario de los principales términos sobre evaluación y gestión basada en resultados*. Paris: OCDE-Development co-operation Directorate.
- Phillips, M. (1965). *Small groups in England*. London: Methuen.
- Rogers, E. M., & Agarwala-Rogers, R. (1976). *Communication in Organizations*. New York: The Free Press.
- Rogers, E., & Kincaid, D. (1981). *Communication Networks: Toward a New Paradigm for Research*. New York: Free Press.
- Sanicola, L. (1997). Le travail avec les réseaux primaires. *Les Cahiers de l'Actif*, 258/259, 53-70.
- Sesé, X., & Blas, A. e. (2008). *Educación social y trabajo con la comunidad. Trabajo de calle y desarrollo comunitario en el Camp de Tarragona*. Acessado em 2012, em <http://www.eduso.net/res/?b=10&c=94&n=244>.
- Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology*, 27(187), 1-60.
- Sherif, M. (1967). *Social Interaction: Process and Products*. Chicago: Aldine.
- Silva (da), E. A., Gonçalves de Moura, Y., & Kopp Zugman, D. (2015). *Vulnerabilidades, resiliência, redes*. São Paulo: Red Publicações.
- Smelser, N. J. (1991). *Sociology*. Englewood Cliffs N.J.: Prentice Hall.
- Sudbrack, M. F. O. (2004). Abordagem comunitária e redes sociais. In D. B.B. Carvalho, M. F. O. Sudbrack, & M. T. Silva (Orgs), *Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas*. (v. 1, pp. 13-16). Brasília: Plano Editora.

O Encontro com a Comunidade

- Sudbrack, M. F. O. (2006). Avaliação de redes sociais de adolescentes. In Brasil/Senad/MEC (Org.), *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas Públicas*. (v. 1, pp. 45-51). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Sudbrack, M. F. O. (2006). O trabalho comunitário e a construção de redes sociais. In Brasil/Senad/MEC (Org.), *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. (v. 1, pp. 34-41). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Sudbrack, M. F. O., & Conceição, M. I. (2011). Adolescência e Abuso de drogas no contexto da justiça: Construindo Intervenções complexas para Situações Complexas. In E. da Silva et al (Orgs), *Adolescência uso e abuso de drogas uma visão integrativa* (pp. 357-376). São Paulo: Unifesp.
- Sudbrack, M. F. O., & Vasconcelos, M. (2010). Mapa de rede da escola: mobilizando a escola em rede para a prevenção do uso de drogas. In M. F. O. Sudbrack, M. I. Conceição, & L. F. Costa (Orgs.), *Caderno de tarefas do curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas* (pp. 8-13). Brasília: Senad.
- Sudbrack, M. F. O., Conceição, M. I., & Cascardo, E. (2010). Escola em rede: políticas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. In M. F. Sudbrack, M. I. Conceição, & L. F. (Org.), *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. 4ª Ed. (Vol. 1, pp. 78-87). Brasília: Senad.
- Tornatzky, L. B., & Fleisher, M. (1990). *The process of technological innovation*. Lexington MA: Lexington Books, Heath and Company.
- Touraine, A. (1965). *Sociologie de l'Action*. Paris: Seuil.
- Weber, M. (1964). *Economía y sociedad*. México DF: Fondo de Cultura Económica.
- Weber, M. (1977 [1921]). *Economía y Sociedad*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.

3

Construção do dispositivo

Resumo

Este capítulo contém cinco seções, além de sua bibliografia, e tem por finalidade completar a apresentação do conceito de rede, que constitui o dispositivo do tratamento comunitário. As redes são subdivididas em duas grandes áreas: as que se produzem por meio de processos de baixo para cima e as que se produzem por meio de processos de cima para baixo. Na primeira área encontram-se as redes que constituem o dispositivo vital da pessoa em sua comunidade e as redes que constituem o dispositivo do tratamento comunitário. Na segunda, as redes institucionais.

As redes que se descrevem são: rede subjetiva, rede primária e rede de líderes de opinião (dizem respeito à dimensão pessoal), e as redes operativas, de recursos comunitários e das minorias ativas (dizem respeito ao dispositivo comunitário).

A seção final apresenta o tema Capital Social, considerado um marco de referência teórico, que pode ser utilizado junto com os apresentados na seção dois para entender o sentido das redes e interpretar os dados obtidos por meio da análise das redes sociais. As seções dois e três podem ser consideradas como uma introdução necessária para a implementação do tratamento comunitário também nas comunidades virtuais.

Palavras-chaves: Capital social, comunidade, comunidades virtuais, dispositivo, influência social, pesquisa-ação, minorias ativas, redes primárias, redes subjetivas, redes de líderes de opinião, redes de recursos comunitários, redes operativas, trabalho de rua, tratamento comunitário, tratamento de redes.

Sumário do Capítulo 3

Seção	Capítulo 3	
	Resumo	264
1	Dispositivos para o tratamento comunitário	268
	Construir um dispositivo para a mudança	269
	Trabalho de rua e comunidade	270
	Conceito e objetivos	272
	Recomendações, boas práticas e riscos	274
	Quais são as redes?	276
	Lições aprendidas	277
	Redes naturais, redes do dia a dia	278
	Comunidade – Sistema de Redes	281
2	Conceito de rede: primeira aproximação	284
	Por que redes e não grupos? qual é a diferença?	285
	Fundamento do conceito de comunidade	288
	Redes e fronteiras de grupos e instituições	291
	Macro processos da vida comunitária	295
3	O sistema de redes do “parceiro”	296
	Pessoa	297
	Rede subjetiva (<i>ego-network</i>)	299
	Visibilizar, construir a rede subjetiva	300
	Caso João	303
	Diagnóstico da rede	303
	Estratégia baseada em redes	323

Construção do dispositivo

Seção	Capítulo 3 (cont.)	
	Rede Primária	330
	Visibilizar a rede primária	334
	Análise de casos	335
	A pessoa e sua rede de Líderes de Opinião	342
	Visibilizar a rede de líderes de opinião	344
4	O sistema de redes do dispositivo	353
	A rede subjetiva comunitária	354
	A rede operativa	355
	Construir uma rede operativa	356
	Redes operativas: casos	358
	Perplexidade, dificuldade, desafios	362
	Recomendações, fragilidades, boas práticas	363
	A rede de Recursos Comunitários	365
	Objetivos da rede de recursos comunitários	366
	Construir a rede de recursos comunitários	366
	Rede de recursos comunitários e sistema de derivação	370
	A rede de Líderes de Opinião	372
	Construção da rede de líderes de opinião	377

Construção do dispositivo

Seção	Capítulo 3 (final)	
	Recomendações, dificuldades, boas práticas	381
	Rede de líderes de opinião e exclusão grave	383
	Minoria ativa	385
	Construção	388
	Redes sociais materiais, simbólicas, virtuais	389
5	O capital social da comunidade	392
6	Bibliografia do Capítulo 3	395

1. Dispositivos para o tratamento comunitário

O consumo de drogas, a exclusão e as estigmatizações são possíveis porque existe um contexto preciso que as produzem, que as favorecem ou que as permitem. Sem este contexto, estes fenômenos não seriam possíveis. A hipótese sobre a qual se baseia o Tratamento Comunitário é que, se existem contextos que produzem os fenômenos de sofrimento social, há de ser possível também construir contextos que permitam reduzir, conter ou diminuir sua influência. Um dispositivo de prevenção ou tratamento se compõe de diferentes elementos: (i) as redes comunitárias e suas culturas (os conhecimentos, teorias, conceitos etc.), e as competências (saber fazer e saber querer) que cada 'nó' e cada rede tem sobre prevenção e reabilitação, sendo estas aprendidas por meio da vida cotidiana (informalmente) ou tenham sido o resultado de processos formais de treinamento; (ii) uma equipe, um conjunto de

Dispositivo. Na estrutura de um trabalho clínico, se usa uma palavra inglesa que permite diferenciar os dois aspectos constituintes de um dispositivo. Denomina-se “*set*” a todos os elementos materiais do dispositivo (lugar, estrutura física, equipamento, vários materiais para o trabalho, os recursos humanos etc.). Utiliza-se a palavra “*setting*” para indicar os aspectos culturais: conceitos utilizados, teorias implícitas e explícitas para explicar os fenômenos (por exemplo, para explicar a adição), os métodos de trabalho e suas explicações (metodologia), as técnicas e as práticas, os programas de trabalho etc. [3.1]

redes, uma minoria ativa; (iii) uma base no território (uma esquina, um estacionamento, uma rua ocupada durante algumas horas, um centro de baixo limiar de acesso, um *drop in*, um território comunitário, um centro de escuta etc.); (iv) um equipamento mínimo para implementar as ações; e (v) um programa de trabalho com algumas atividades (o fato de trabalhar em nível não formal não significa que o planejamento deixe de ser formal).

A construção, manutenção e transformação do dispositivo constitui uma atividade constante do Tratamento Comunitário. É importante ter consciência destas

Construção do dispositivo

características do dispositivo: nunca está definitivamente acabado, é dinâmico, tem a função de servir de cenário, de contexto para que cada ator possa fazer sua parte e por meio disso entender-se e entender aos outros. São estes encontros entre atores e suas histórias, nesse dispositivo, com essa cultura e esses valores, que produzem uma mudança (no caso em que for necessária), que reforçam e dão continuidade aos comportamentos, às atitudes, às emoções e às representações (quando isso for oportuno).

Construir um dispositivo para a mudança

Uma parte do Tratamento Comunitário consiste em construir, de maneira participativa, o dispositivo para o tratamento e é por meio da participação neste processo que a comunidade conhece e aprende; torna-se competente e capaz, e implementa ações de tratamento comunitário. Este processo de trabalho é chamado *pesquisa na ação*. A proposta de pesquisa na ação espera que a equipe entre na comunidade construindo o dispositivo de maneira participativa, por meio da ação. Isto também é válido para as equipes que estão trabalhando no território desde antes do início do Tratamento Comunitário. Os elementos indispensáveis para construir um dispositivo são: os atores, os conhecimentos (teorias, conceitos), o programa com seu método e técnicas, os recursos materiais para produzir o conhecimento e as ações do programa. A participação de atores comunitários em cada um destes elementos é um dos fatores que permite que este tipo de abordagem se denomine “comunitária”.

Existem modalidades de trabalho de pesquisa na ação que resultaram positivas, em termos de construção de um dispositivo para o tratamento comunitário.

Entre elas: (a) o trabalho na rua e na comunidade; (b) as ações de cooperação (construção, fortalecimento de relações e alianças); (c) o trabalho com redes; e (d) as ações específicas de construção de conhecimentos.

Estas ações constituem um sistema, isso significa que se inter-relacionam e influem reciprocamente que, inclusive, por razões políticas, podem ser aplicadas em diferentes momentos. Sugere-se considerar que, sendo estas ações um sistema, seria recomendável a execução simultânea. Proceder com simultaneidade permite um respeito maior pelo fluxo de vida comunitária e aproxima-se mais da maneira com a qual se constrói o conhecimento em nível do cotidiano.

Trabalho de rua e comunidade

Existe uma diferença entre trabalho de rua e trabalho de comunidade? Na

literatura observa-se que às vezes as duas formulações coincidem, e às vezes se diferenciam (Sesé & Blas, 2008; Marchioni, 2001). Segundo o Observatório Europeu o trabalho de rua se insere em campo maior denominado “*outreach*” que, por sua vez, é definido como:

Atividades baseadas na comunidade que têm como finalidade estabelecer contato com pessoas que, efetivamente, não estão vinculadas a outros serviços.

“**Por que pesquisa na ação?** Por se tratar de uma das modalidades de construção do conhecimento e se inspirar na tradição da ação de pesquisa. O que a caracteriza é ser realizada a partir de momentos, espaços, lugares de construção do conhecimento presentes na comunidade local. Na prática, a pesquisa na ação inicia com a participação da equipe/rede operativa na vida da comunidade com o objetivo de buscar, encontrar, construir relações com espaços, contextos e atores que produzem conhecimento em determinados setores da vida comunitária. A partir deste trabalho (veja-se como exemplo os primeiros quatro passos do SET) se inicia a implementar microações (ações de vinculação) que têm a função de buscar e produzir respostas a demandas, necessidades ou fragilidades concretas dos habitantes da comunidade e, ao mesmo tempo, “criar redes” e, então, conhecer os processos de participação e de construção comunitária. A pesquisa na ação se diferencia da ação de pesquisa pelo fato de que o início do trabalho na comunidade é marcado por uma abordagem que não implica nenhuma “interrupção” ou “suspensão” da vida comunitária, mas é inserido na vida da comunidade. É por meio deste processo de inserção na vida comunitária que tomam forma as ações de vinculação e o processo de transformação do conhecimento e da ação social” (Milanese, 2009b). [3.2]

Construção do dispositivo

Um dos elementos chaves desta atividade é o contato ativo com grupos em situação de alto risco em contextos onde eles vivem e se sentem à vontade, com o propósito de manter-se em contato com eles, em lugar de esperar que estas pessoas ou grupos se aproximem dos serviços. Os tipos de atividades abrangem desde a prevenção, os cuidados de saúde e o acompanhamento aos consumidores de drogas, que não estão incluídos em processos de tratamento” (EMCDDA, 2009).

Como pode-se observar, o conceito proposto por EMCDDA faz pensar que em uma comunidade de alto risco as pessoas possam viver de maneira confortável, quando em realidade a violência e a insegurança fazem dessas comunidades “territórios de alto risco”. Por outro lado, focar o trabalho de rua com o objetivo de “antecipar” a vinculação a um serviço, dando “serviços” em locais diferentes aos estabelecidos por instituições, é uma abordagem certamente útil, ainda que não leve em consideração os processos mais amplos.

Neste texto considera-se que no trabalho de rua e no trabalho de comunidade prevalecem elementos comuns, com algumas diferenças: (i) o trabalho de rua acontece na rua, nas praças e parques, por baixo de pontes e em todos os locais de livre acesso. Sua finalidade é estabelecer contato com as pessoas, grupos, redes que compartilham esses lugares, independentemente de seu *status* social, econômico, cultural etc., e com os processos que animam esses territórios. A partir deste primeiro passo, a rua pode ser (e de fato é) um dos locais principais do tratamento comunitário. Pode-se pensar também que o trabalho de rua se enfoca mais em processos “não formais”; e (ii) no que diz respeito ao trabalho de comunidade envolve todos os atores sociais, que comumente não são pessoas, por exemplo, mas instituições. Seu enfoque é mais organizativo e mais centrado em processos formais.

Conceito e objetivos

O trabalho de rua em uma comunidade de alto risco é o instrumento principal de construção comunitária e de construção participativa do conhecimento. Esta se diferencia de outras ações, sendo na realidade a base sobre a qual estas se apoiam. A rua é também a porta de entrada em uma comunidade: é onde os habitantes podem olhar, observar, estabelecer contato conosco e vice-versa. É um lugar de intimidades, lugar onde se encontram os corpos e suas linguagens, onde nascem simpatias e hostilidades. A rua é o cenário da transformação ou da persistência, a rua é o local mais comum em que se tem uma comunidade. Por isso, entrar nas ruas é também uma maneira de participar e compartilhar, uma maneira de começar a estar presente.

Critérios para uma boa entrada na comunidade: é necessário que se faça previamente o estudo do lugar com o auxílio de algum membro da comunidade, que pode ser um jovem ou uma senhora que vive há anos nessa área. Em seguida, por meio dos dados obtidos pela equipe, deve-se analisar as problemáticas encontradas, as habilidades e as potencialidades. O mais aconselhável é começar pela parte boa, pelo o quê a comunidade mais gosta, pela música que mais se ouve nos finais de semana, os acessos, a assistência que existe, os locais onde há mais pessoas conversando, inclusive saber quem são os amigos e os inimigos daquela comunidade, para que a equipe crie uma estratégia para trabalhar com os perfis das pessoas dali. [Brasil 3.1]

Na primeira parte deste fragmento (ver também a parte seguinte em Brasil 3.2) fala-se de critérios para uma “boa” entrada na comunidade. Com os olhos do tratamento comunitário, neste fragmento, observa-se que: (i) a entrada nessa comunidade começa com a construção de uma rede subjetiva comunitária (pelo menos um ‘nó’); (ii) o primeiro objeto de conhecimento é o dispositivo de relações que une a equipe com o ator comunitário, primeiro ‘nó’ da rede subjetiva comunitária

Construção do dispositivo

da equipe nessa comunidade; (iii) sucessivamente, por meio dele se estabelecem relações com os territórios (lugares) para entender como estes são utilizados, por quem (conhecimento dos atores e da relação que o ator tem com eles, que servem de guia), com quais conteúdos (música, atividades lúdicas, atividades culturais etc.); (iv) por meio da relação com esse ‘nó’ se conhecem também “amigos e inimigos”, que traduzido em termos de redes significa outras redes, conflitos entre elas, pontos de fragilidade nas dinâmicas das redes etc.; (vi) com os fragmentos iniciais dessas redes é possível implementar ações de vinculação (música etc.); e (v) tudo isso resumido significa fazer um diagnóstico na ação e construir um dispositivo para a ação, como se descreve no SET (ver Capítulo 4).

Uma roupa adequada, simples, ter um olhar discreto, dar “bom dia”. Não se deve bater na porta de uma comunidade que tem conflitos com a polícia, não se tira fotos dos locais e das pessoas antes que se crie um vínculo (uma confiança do habitante com você). Não assustar-se ao ver cenas fortes, crianças usando drogas, violência, entre outras coisas que não acontecem no dia a dia. Também não leve muito dinheiro e não olhe as pessoas de cima para baixo. Não aparente ser melhor que os outros. Seja igual, porque, na verdade, somos iguais, apesar das condições de vida todos temos oportunidades, talvez uns não tenham, e para esses, nós podemos oferecê-las. [Brasil 3.2]

Estes fragmentos [Brasil 3.1 e 3.2] podem constituir uma síntese das razões e modalidades de execução do trabalho de rua. Talvez não incluam tudo que se pode fazer e nem respeite uma lógica formalizada, mas descrevem o que sucede no trabalho cotidiano, descreve-se a “ordem natural” das coisas, ilustram como os objetivos se mesclam (estabelecer contatos, solicitar informações, ter uma atitude que respeite as linguagens comunitárias, identificar líderes, fazer diagnósticos, implementar ações de cooperação etc.), falar de emoções, de estilos de interpretação do papel do educador.

Dispositivos para o tratamento comunitário

O principal objetivo do trabalho de rua é construir um dispositivo (iniciando com relações e alianças) para conhecer a comunidade, ser parte dela, contatar e manter esse contato com todos os habitantes da comunidade, incluindo aqueles do grupo-meta, quer dizer, os beneficiários finais ou *partners* diretos, ou simplesmente parceiros. Este trabalho é uma das modalidades de contatar as pessoas: são nesses encontros que nascem relações. As relações são um elemento fundamental do dispositivo, as relações animam o dispositivo.

Aviso: As ações de construção e de “cuidado” do dispositivo de Tratamento Comunitário são ações de Tratamento Comunitário. Se considerar de fato que o sofrimento social é o produto das relações sociais, o dispositivo de Tratamento Comunitário pode ser considerado como um contexto de relações que permite redução do sofrimento produzido pelas mesmas relações. É neste sentido que “o dispositivo é um dos instrumentos principais do tratamento”.

Recomendações, boas práticas e riscos

A experiência dos *partners*, que desenvolvem esta abordagem comunitária, evidencia os seguintes elementos:

(i) o trabalho de rua parece dar melhor resultado quando é contínuo: são mais eficazes poucas horas todos os dias, em lugar de muitas horas, uma ou duas vezes por semana. Provavelmente isto depende do fato de que a presença diária constrói um espaço permanente no interior da comunidade, previsível, que fortalece a “percepção” de pertença à comunidade e que permite à comunidade “antecipar ou prever” o comportamento do operador, incrementando a percepção de segurança e diminuindo aquela de “perigo”;

(ii) o trabalho de rua (fundamentalmente de contato com gente) se completa com o contato pessoal, direto e repetido, com os comerciantes, lojas etc., quer dizer, todos aqueles que recebem pessoas que vêm da rua (os clientes vêm “da rua”, todos eles, ainda que, obviamente, nem todos eles sejam moradores de rua);

Construção do dispositivo

(iii) é boa prática iniciar o trabalho de rua estabelecendo alianças com outros atores comunitários que fazem o mesmo tipo de atividade: vendedores ambulantes, trabalhadores e trabalhadoras do sexo na rua, operadores e equipes que trabalham na mesma área de interesse;

(iv) resulta mais eficaz iniciar o trabalho de rua escolhendo um território limitado. Neste território se começa a construir a rede subjetiva comunitária e, por meio desta, exploram-se outros territórios. O início do trabalho por meio da construção de uma rede subjetiva comunitária permite o desenvolvimento de maior segurança, que é necessária, porque o trabalho de rua implica a presença do operador em zonas de alto risco;

(v) o conhecimento que a população de uma comunidade tem sobre o sentido da presença da equipe em sua comunidade incrementa, significativamente, o nível de segurança dos membros da equipe. Por isto, é essencial que os atores comunitários saibam qual é o sentido da presença dos educadores na rua;

(vi) nos momentos iniciais (primeiras semanas) o operador que trabalha na rua não possui um dispositivo de ação, porque está construindo sua rede subjetiva comunitária e não outra hipotética tarefa, que pode levar a uma falta de clareza a respeito do que se deve fazer. O ponto aqui é que, normalmente, nos projetos de ação social (sobretudo institucionais) quando um operador (trabalhador social, animador, educador etc.) inicia um trabalho em uma comunidade suas tarefas estão definidas em um projeto ou programa, com horário estipulado de trabalho, remuneração etc. O trabalho de rua, sobretudo nas fases iniciais, não tem uma tarefa específica, a não ser construir o dispositivo. É difícil explicar isto a instituições e entidades financiadoras, sobretudo se elas adotam com rigidez critérios de eficácia-eficiência e custo-benefício; mas, no entanto, da qualidade do trabalho nestas primeiras fases depende a eficácia e a eficiência e uma boa relação custo-benefício;

Dispositivos para o tratamento comunitário

(vii) é necessário que durante esse trabalho, o ponto de vista seja mantido na comunidade. Isto se traduz, na prática, mantendo um olhar permanente no contexto, na “totalidade”. O ponto de vista na totalidade pode-se manter considerando que tudo o que é visível, observável etc. é só uma parte do que acontece e existe nesse território; e

(viii) Existe o risco de concentrar-se (limitar-se) quase que exclusivamente nos beneficiários finais do projeto a ser executado, esquecendo o resto da comunidade. Isso corresponderia a uma institucionalização da rua, se considerar de fato que as instituições existem porque têm ponto de vista sobre setores específicos da realidade social.

Quais são as redes?

Tem-se dito que as redes se constroem a partir do momento em que se estabelece um primeiro contato com a comunidade. Estas serão o sistema de alianças que favorecerão e fortalecerão as ações concretas, os serviços e os processos implementados a favor de, e com a comunidade, e de seus grupos “meta”.

A construção do dispositivo/redes segue alguns passos e resulta oportuno respeitar a sequência que se ilustrará a seguir, ao mesmo tempo é útil levar em consideração, como se tem observado em outros momentos, que na vida real do trabalho comunitário tudo acontece ao mesmo tempo e, então, às vezes poderá ser difícil respeitar os passos do processo. A simultaneidade dos processos é uma das características principais da vida da comunidade: nada linear, tudo complexo.

Por esta razão, a recomendação de seguir o processo permanece válida, é importante também saber se adaptar à fluidez e ao imprevisível dos contextos da vida, porque esse “rio corre por sua própria força e se tem que aprender a navegar em seu curso d’água”.

Construção do dispositivo

A consequência disto é que os passos do processo são um mapa mental que serve aos operadores para orientar-se em seu trabalho, para reordenar os contatos, as relações e dar-lhes um sentido em função do dispositivo a ser produzido para ser possível trabalhar.

Até o momento, quando se fala de redes, faz-se referência a:

- ♣ Rede subjetiva comunitária (RSC);
- ♣ Rede operativa (RO);
- ♣ Rede de recursos comunitários não formais (RRC);
- ♣ Rede de líderes de opinião não formais (e formais) (RLO);
- ♣ Minoria ativa.

O propósito desta seção é da que se segue é apresentar alguns elementos do processo que é mais oportuno realizar para se construir estas redes quando elas não existem; reconhecer, se existirem; entender suas dinâmicas invisíveis; reforçá-las, se necessário; incluí-las nos caminhos do tratamento comunitário, sempre que possível.

Lições aprendidas

É necessário ressaltar que a comunidade é um cenário vivo, com atores que de antemão ocupam a cena, e que não necessariamente estão esperando ou desejam que outros atores se insiram nesse mesmo espaço de atuação (muito pelo contrário).

Os comerciantes são um grupo meta especial, sobretudo nas comunidades marginalizadas e com alta vulnerabilidade. A maioria deles vive e/ou trabalha na rua. Às vezes, nos mercados populares, são a população de rua mais estável. Os que entre eles têm barracas de comida constituem verdadeiros pontos de agregação e de encontro. Adotando a linguagem do tratamento comunitário, pode-se dizer que administram “centros de muito baixo limiar” dando um serviço mínimo de assistência, permitindo contato entre excluídos e a comunidade em que vivem. [3.3]

Dispositivos para o tratamento comunitário

Na realidade, novos atores podem ser identificados mais como ameaças do que como oportunidades. Pode também suceder que as necessidades de segurança de algumas equipes ou redes operativas produzam alianças com redes que acabam desvirtuando ou bloqueando os processos, impedindo o contato entre a equipe e outros tipos de redes. Este é um problema a ser enfrentado.

Resulta também muito produtivo considerar que para poder operar em uma comunidade de alto risco é necessário que as equipes tenham redes subjetivas comunitárias e redes operativas, porque são estas as que garantem os processos de construção de relações amistosas no interior da comunidade, até com atores que poderiam ver seus interesses afetados pelas iniciativas do tratamento comunitário.

Para concluir estas breves observações, é fundamental manter claro os objetivos do que se deseja implementar. Neste ponto se inclui também a necessidade de que as ações estejam centradas nos pedidos ou demandas dos beneficiários diretos, considerando também que algumas vezes as demandas e as necessidades podem estar em conflito umas com as outras. Por outro lado, se o objetivo tático é melhorar as condições de vida de alguns grupos específicos, o objetivo estratégico é promover desenvolvimento na comunidade. Isto se concretiza em favorecer o surgimento de atores e processos que previnam a exclusão e fortaleçam os processos de integração.

Redes naturais, redes do dia a dia

No caso de um ator que estabelece um contato com uma comunidade pela primeira vez, ou no caso de um ator que já se encontra na comunidade há algum tempo, o Tratamento Comunitário sugere que se renove a entrada na comunidade por meio do encontro com as redes dessa comunidade, que são a estrutura social que garante persistência e/ou mudança. Por qual motivo? No primeiro capítulo começou-se a delinear um conceito de comunidade no qual o papel das redes é fundamental. Tão fundamental que se tem pensado na comunidade como produto do

Construção do dispositivo

sistema de redes que a constroem, as mantêm no tempo ou a transformam, produzem sua cultura ou a modificam. Se considerar o aspecto não formal da vida de uma comunidade local pode-se perceber que uma comunidade está constituída por *processos de baixo para cima e de cima para baixo*. Se considerar os processos de baixo para cima, os atores são: as pessoas, suas redes subjetivas, suas redes primárias e as redes não formais de líderes. Pode-se também pensar que este sistema de atores é um sistema ordenado: do nível mais baixo (a pessoa) ao nível mais alto (os líderes de opinião não formais). Essa ordem – baixa ou alta – se refere a diferentes aspectos: (i) o poder de influência que cada uma destas entidades sociais não formais tem no interior da comunidade na qual se encontra inserida. No marco do tratamento comunitário o poder é descrito a partir das características das redes de cada uma destas entidades, em particular a partir da amplitude, a densidade, a centralidade de ‘nós’ e a intermediação; (ii) o nível de complexidade na estruturação. No caso, por complexidade entende-se: a diversidade dos atributos dos ‘nós’ que constituem a rede, a presença de comunidades e sub-redes etc.

Ao observar uma comunidade a partir da ótica de redes, considera-se que: (a) todas as pessoas têm uma rede subjetiva de amplitude e densidade diferentes. Dito de outra maneira, com número variável e com relações entre sendo que dois nem sempre são reciprocidade e pessoas têm também amplitude e densidade

Uma comunidade está constituída por processos de baixo para cima e de cima para baixo. É a qualidade das interconexões entre estes dois tipos de macroprocessos o que determina a qualidade da comunidade. [3.4]

cada pessoa tem uma rede de amigos (isto é amplitude) todos, também variáveis, amigos da mesma pessoa amigos entre eles (isto é densidade); (b) todas as uma rede primária de diferente. As redes primárias estão constituídas por todos os atores sociais (pessoas, neste caso) com os quais uma pessoa tem relações diretas e amigáveis (por diferentes razões) e que o ego considera que podem ser um recurso para ele; (d) em todas as comunidades existe uma rede de líderes não formais de opinião, vale dizer que não são instituídos no sentido de que não têm um cargo ou responsabilidade oficial. Esta rede de líderes

Dispositivos para o tratamento comunitário

não formais é o ator que mais determina os processos (sociais, culturais, econômicos etc.) em uma comunidade.

Javier vive em uma comunidade e tem um grupo de amigos e amigas. Javier espera que todos seus amigos e amigas sejam também amigos e amigas entre eles/as, mas nem sempre é assim. Este grupo de amigos/as é uma “base segura” para Javier, são ao menos substitutos ou uma extensão de sua família. Em termos de redes, se diz que esta é a sua rede subjetiva.

Além do grupo de amigos, Javier tem também um grupo mais amplo de pessoas que são seus conhecidos, pessoas com as quais tem relações diretas e amigáveis ou não conflitivas, pessoas que são ou podem ser seu recurso para suas diferentes necessidades (encontrar um trabalho, pedir uma informação ou serviço etc.). Em termos de redes, esta é a sua rede primária.

Nessa comunidade Javier sabe quem tem ou quem não tem poder. Ele sabe para defender-se deles ou delas, se precisar, ou para pedir alguma forma extra de ajuda (uma ajuda concreta, um serviço, uma opinião etc.), sabe também para entender o sentido do que lhe acontece, seja positivo ou negativo, na comunidade. Em termos de redes, esta é a rede de líderes de opinião.

Para que estes grupos de pessoas sejam vistos como redes (e não simplesmente como grupos) é necessário fazer visível não somente suas características como pessoas (atributos, em termos de redes) e, sim, também, as relações que cada um tem com todos os demais. Entende-se que uma mesma pessoa pode ser simultaneamente membro (‘nó’, na linguagem de redes) da rede subjetiva, da rede primária e da rede de líderes de opinião dessa comunidade.

Cada ator social tem como patrimônio herdado ou construído por ele estas três redes, que são garantia do fato de que ele existe como pessoa. A perda destas redes

Construção do dispositivo

determina a morte social, como a qualidade destas redes determina a qualidade da vida social.

Como mencionado no Capítulo 2, o tratamento comunitário sugere que o contato com a comunidade se faz por meio das redes, começando com a construção de uma rede especial que se denomina rede subjetiva comunitária (RSC). Dito de maneira simples, a RSC é uma rede caracterizada por dois elementos: (a) está composta pelas pessoas com as quais um operador tem relações amigáveis (trata-se, então, de pessoas que pertencem a essa comunidade); (b) é rede porque se baseia nas relações entre todas essas pessoas.

Qual é a hipótese que justifica esta abordagem? Entende-se que da mesma maneira que cada pessoa pertencente a uma comunidade tem como tarefa construir sua base segura (feita de redes e iniciando com a rede subjetiva), também o operador ou uma equipe tem como tarefa inicial construir uma rede subjetiva (que neste caso se denomina rede subjetiva comunitária), e, a partir dessa, construir outras redes que constituirão o dispositivo comunitário.

Comunidade – Sistema de Redes

No Capítulo 2 introduziu-se amplamente o tema das redes, ilustrando o processo de construção e de análise da rede subjetiva comunitária. Neste capítulo (3) se completará a apresentação dos sistemas de redes comunitárias e do tratamento comunitário. O objetivo é seguir ilustrando e aprofundando os caminhos pelos quais se visualizam estas redes, ou construí-las, se necessário, evidenciando sua utilidade e como se pode trabalhar com elas.

Uma primeira ilustração deste complexo sistema pode ser visto no Gráfico 3.1: o sistema de parceiros, o sistema do dispositivo do tratamento comunitário e o sistema instituído.

Dispositivos para o tratamento comunitário



Gráfico 3.1 – Sistemas de redes comunitárias

O Gráfico 3.1 apresenta os componentes dinâmicos dos três sistemas, dois destes são sistemas de baixo para cima, e um, ao contrário, de cima para baixo.

(i) o sistema de redes do “parceiro”: pessoa, rede subjetiva, rede primária, rede de líderes de opinião (sistema de baixo para cima);

(ii) o sistema de redes do tratamento comunitário: rede subjetiva comunitária, rede operativa, rede de recursos comunitários, rede de líderes de opinião, rede/ativa. Estas redes são características dos processos de baixo para cima;

(iii) o sistema de redes instituídas; instituições do Estado em nível central e descentralizado, instituições, organizações, empresas do setor privado (educação, trabalho, segurança, saúde, cultura, esporte etc.), organizações da sociedade civil. Estas entidades são características dos processos de cima para baixo.

Construção do dispositivo

Ressalte-se que estes três macroprocessos não são alternativas um ao outro, nem tampouco antitéticos ou antagonistas, ainda que possam ter fortes conflitos. São complementares.

Neste livro investigam-se os elementos conceituais e de método ligados aos dois primeiros sistemas, sendo que o terceiro (o sistema instituído) existe e é operante, e seu processo de construção é parte da macrodinâmica de construção e manutenção do Estado.

2. Conceito de rede: primeira aproximação

Quando se utiliza o conceito de rede refere-se às interconexões que existem entre duas ou mais entidades (pode ser pessoas, organizações, objetos etc.). Na linguagem de redes, as entidades que constituem uma rede denominam-se 'nós'. O enfoque de redes dá uma ênfase muito forte nas características das relações entre as pessoas ou atores sociais ('nós'), sem esquecer seus atributos ou características individuais (Mitchell, 1969; Boudon, 1984; Bronfenbrenner, 1943). Ao aceitar esta premissa, observa-se também que as redes têm

outras propriedades: uma delas é que uma rede funciona como um sistema que se reproduz. Isto tem dois sentidos: o primeiro é que uma rede tem tendência a produzir sua estrutura (a forma como as pessoas se organizam ou, dito de outra maneira, a forma como as pessoas estão relacionadas). Veja-se, por exemplo, a estrutura de uma família: no interior da mesma cultura a organização familiar tem a tendência de

No referencial da proposta ECO², uma rede social consiste em um campo de relações que as pessoas estabelecem em um determinado espaço e tempo [ver a semelhança com o conceito de espaço social proposto por P. Bourdieu].

Neste espaço de encontros, as pessoas constroem sua identidade e são reconhecidas pelos demais em seu próprio contexto. Se esta suposição é verdadeira, também se pode pensar em uma rede social como um sistema que se autoreproduz, reproduzindo não só sua estrutura, mas também seus elementos. Por esta razão, os elementos (os sujeitos) não têm uma existência independente uns dos outros, eles são o produto do sistema. (Traduzido livremente de Machín, Velasco, & Moreno, 2010:111) [3.5]

O conceito de rede nasceu porque os conceitos de grupo, de etnia, de tribo, de aldeia, de comunidade típicos da produção intelectual da corrente estrutural funcionalista, do início de 1.900 e das precedentes, não permitiam descrever fenômenos sociais complexos como os resultantes das urbanizações intensivas e do nascimento das metrópoles. O conceito de grupo era útil, no entanto tinha grandes limitações. (Mair, 1965; Piselli, 2001) [3.6]

manter um núcleo estrutural constante que se reproduz de uma geração a outra com poucas mudanças.

A segunda é que uma rede tem a capacidade de produzir seus elementos. Diz-se que um ‘nó’ de uma rede é o produto da relação de pelo menos outros dois ‘nós’. Por exemplo, as relações em um sistema social produzem ‘nós’ que por sua vez produzem outros ‘nós’.

Por que redes e não grupos? qual é a diferença?

Trabalhar com redes não é uma estratégia recente. Na realidade começou na metade do ano de 1930, há quase noventa anos! Qual a razão de se começar a trabalhar com redes?

que estavam estudando e que implementavam exemplo, entender e grandes migrações da conta de que haviam estavam implicados que não respondiam às grupos, assim como eram época. Eram entidades fluidas, instáveis, em sua dimensão aumentava

Uma rede é o que permanece quando tratamos de entender a posição que uma pessoa tem em uma sociedade ou em um grupo, sem considerar suas características territoriais, ou seu lugar no contexto das relações produtivas. Resta, então, as relações de amizade e de conhecimento. Vendo os grupos humanos sob este ponto de vista os primeiros estudiosos, em lugar de chamá-los “grupos”, os denominaram “redes”. [3.7]

Porque as pessoas os fenômenos sociais ações sociais (por administrar a época) se deram fenômenos nos quais grupos de pessoas características dos definidos nessa sociais demasiado constante movimento, e diminuía, mas suas

relações pareciam ser mais constantes; como se fossem as relações que mantinham as pessoas juntas e não as pessoas que se relacionavam para poder estar juntas, como se as relações tivessem certa autonomia a respeito de como as pessoas estavam em relação, como se tivessem uma espécie de vida própria e com essa “vida” mantinham as pessoas em contato umas com as outras.

Conceito de rede: primeira aproximação

Os mundos nos quais se aplica o tratamento comunitário se parecem muito com os mundos que os antropólogos da escola de *Manchester* estudavam nas ciências sociais, os conceitos, as teorias e os métodos que eles mesmos denominaram “*social networks*” (redes sociais). Trata-se de mundos nos quais

as pessoas vão e vêm continuamente, movem-se entre espaços e mundos culturais diferentes, cidades, povos (...) estão envolvidos em mundos de relações interpessoais em mutação, entrecruzadas, contraditórias. (Têm) que desenvolver muitos papéis que interpassam diferentes grupos e instituições, se espalham em diferentes áreas do social e – pela ausência de referências e critérios homogêneos de comportamento – se combinam de maneira sempre diferente, com frequência entre conflitos. (Piselli, 2001, p. xii)

Outro aspecto relevante no uso do conceito e das práticas de redes é ter introduzido o que se denomina *análise situacional*, que consiste na descrição detalhada das situações contextuais do fenômeno que se deseja observar (Mitchell, 1973). A análise situacional (Lewis, 1961) introduz na observação uma visão de processo das relações sociais sem ignorar, quando é possível, a visão morfológica. Com esta mudança de método esta escola produz uma mudança de objeto e finalidade: tomando em consideração os fatores de contexto, coloca em evidência não somente os processos que produzem integração e coesão, a atenção se volta para os conflitos e a mudança; em lugar de concentrar-se na morfologia (a descrição da forma) das relações sociais, a atenção se foca na configuração real das relações, interconexões e interdependências que se formam na raiz das dinâmicas conflitivas e do exercício do poder.

A análise situacional coloca *o contexto* no centro do método de trabalho e desta maneira estabelece uma ponte metodológica e de método com a teoria sistêmica e a teoria da complexidade, dando início a reflexões sobre a relação entre observador e

Construção do dispositivo

observado, sujeito e objeto de estudo etc. que, quase cinquenta anos depois, vai liderar a abordagem contemporânea do tema *participação*.

Para mais detalhes sobre análise situacional ver também Robert Redfield, Robert Park, Herbert Blumer, Louis Wirth, Everett Hughes e, de um modo mais geral, os sociólogos da escola de Chicago, sobretudo Oscar Lewis – Los Hijos de Sánchez, 1961). [3.8]

Na prática, os pesquisadores e as pessoas que trabalharam e trabalham com redes sociais não selecionam a unidade de estudo ou de trabalho em função de determinantes estruturais (o território entendido como extensão geográfica, por exemplo, para recordar um componente do conceito de

comunidade que analisamos no primeiro capítulo) se não, em função de campos ou subsistemas relacionais que permeiam diferentes contextos, territórios, instituições e grupos formais (*corporate groups*).

Desta maneira, o conceito de redes considera a pessoa (em geral, o ator/agente social) como centro de vínculos e relações que cruzam contextos (sistemas) relacionais diferentes, pessoa que é sujeito de adaptações e estratégias de inovação e, acima de tudo, capaz de entender e explicar a mudança social. J. Boissevain resume este conceito da seguinte maneira:

o postulado fundamental da análise de redes é que as pessoas são consideradas como seres em interação, algumas destas interatuam também com outras pessoas e estas com outras, e é desta maneira que a *network* de relações se forma em um estado de fluidez. (J. Boissevain & C. Mitchell, 1973: viii.)

Fluidez significa fundamentalmente movimento, constante mudança e evolução. Este aspecto das redes permite iniciar a diferenciação do conceito de rede ao do conceito de grupo, no qual o aspecto de permanência é mais forte que o aspecto de mudança.

Fundamento do conceito de comunidade

Com o estudo das redes se favoreceu, também, abordar o tema de comunidade, integrando, por um lado, pontos de vista ligados à organização territorial, ao sistema de valores, tradições, estilos de vida, “sentimento de pertença” etc. (são os elementos que constituem a base clássica do conceito de comunidade) e, ao mesmo tempo, quando possível, incluir as sugestões e inovações oriundas da pesquisa sobre redes.

O ponto de partida é o conceito de comunidade que se tem construído: “Quando falamos de comunidade local, em sua mais simples definição, nos referimos a um conjunto de redes sociais que definem e animam um território geograficamente delimitado” (Milanese, 2009b, p. 29). Como se ilustrará adiante, os elementos centrais deste conceito são:

- (i) um conjunto de redes (que, como vimos, é um dispositivo sistêmico);
- (ii) estas redes definem um território, isto significa que dão uma forma dinâmica e original à dimensão do “local”;
- (iii) estas redes animam esse território, isto significa que contribuem na construção de sua cultura (produção de material simbólico);
- (iv) estes três aspectos se sustentam e dão sustento a um quarto: que as redes são, por definição, abertas, flexíveis e, pela mesma razão, as comunidades locais são também flexíveis e abertas... ou que sempre é possível, por meio das redes, encontrar o lugar no qual uma comunidade se abre até outra e também o ponto no qual a rede sabe “ser flexível” sem modificar sua estrutura (plasticidade, resiliência e/ou persistência);
- (v) que o “local” se refere ao mesmo tempo ao componente geográfico/espacial, e à dimensão cultural e simbólica. Em consequência, por efeito da dimensão simbólica, o local não é nem predeterminado nem estável/fixo, nem definido de

Construção do dispositivo

uma vez por todas, e que por efeito do “local”, o simbólico se enraíza também no dispositivo material e estável (arquitetura, artes visuais etc.) de uma comunidade e desta maneira são garantidos os processos de mudança (conservação da identidade por meio das transformações).

A prática do SET (Sistema Estratégico de Tratamento) se fundamenta neste conceito. É por esta razão que o primeiro momento de seu processo é construído na identificação dos líderes de opinião da comunidade e das interconexões entre eles. Por meio deste processo inicial se quer identificar os atores comunitários mais relevantes, aqueles que constroem e mantêm viva a comunidade.

Seguindo esta orientação identificaram-se, entre outras, duas redes sociais fundamentais. Pode-se dizer que estes dois tipos de redes comunitárias correspondem, no nível individual, às redes primárias.

A primeira é a rede de líderes formais de opinião e a segunda é a rede de líderes não-formais de opinião. No primeiro caso trata-se de grupos, instituições, organizações, no segundo, de cidadãos ou grupos que não têm um reconhecimento formal ainda que exerçam uma função de liderança (influência social) em diversos contextos da vida cotidiana da comunidade. A observação evidenciou como estas duas redes se encontram estreitamente interconectadas e são as principais construtoras de uma comunidade entendida como sistema de redes (Milanese, 2009b, p. 82).

O trabalho com estas duas redes constitui um dos eixos centrais da abordagem comunitária, independentemente do fato que seu propósito seja trabalhar na área de drogas ou no campo da exclusão social ou da vida política.

A imagem de uma rede pode enganar sobre sua forma real, de fato é bidimensional. Uma rede “real” faz pensar nesses espaços que os físicos têm imaginado, com nove ou doze dimensões: direita-esquerda e vice-versa, acima-abaixo e vice-versa, da direita para a esquerda e de cima para baixo, em sentido horário e em sentido anti-horário etc. E tudo isto em constante movimento. É por isto que é difícil de imaginar... mais fácil pensar em um grupo... que tem dinâmicas e é complexo... mas, no entanto, não tanto como uma rede e acima de tudo “imaginável”. [3.11]

Conceito de rede: primeira aproximação

A rede de líderes não-formais de opinião se revelará particularmente útil no sentido que estas constituam um bom equilíbrio entre necessidades de continuidade e necessidades de mudança, entre relações determinadas por fatores estruturais e relações fluidas; por outro lado, representam bem os critérios de *multicentralidade* e *multipertencimento*, propriedades típicas da abordagem de rede.

Um último aspecto relacionado com as redes é a introdução dos conceitos e das práticas denominadas “trabalho de rede” e/ou “terapia de rede”. Sendo que há anos se tem trabalhado no marco do tratamento comunitário e se tem mantido um olhar focado no tema das dependências de substâncias, tem-se experimentado a abordagem de redes também com a finalidade de implementar processos de “cura” (terapia). Chega-se desta maneira à adoção do termo e dos processos denominados “terapia de redes” ou “terapia com redes” ou “terapia de redes” pode entender, não se estes termos e as práticas subjacentes haviam sido introduzidos no trabalho há alguns decênios, ainda não se encontrou na literatura sua aplicação a contextos comunitários. Sua aplicação se enfocava mais em casos individuais, de famílias ou de grupos (Bertrando & Toffanetti, 2000; Galanter, 2001; Speck R. , 1967; Speck R. A., 1974).

As características dos ‘nós’ da rede e as características das relações entre ‘nós’ não são uma alternativa a outras, em uma relação ou/ou. Mudar o objeto da observação não significa então passar de uma para outra sem incluir as duas em um único objeto de observação. [3.9]

Utilizando os conceitos e as indicações metodológicas dos autores que haviam praticado esta abordagem tem sido possível produzir alguns protocolos e processos de trabalho nos quais se considerava não somente o caso individual e sua família, mas as redes subjetivas (redes subjetivas e redes subjetivas comunitárias), as redes operativas e as redes de recursos comunitários.

Redes e fronteiras de grupos e instituições

Então, o primeiro passo foi transitar das características estáveis (os aspectos formais, os elementos consensuais) às características dinâmicas e cinéticas (os elementos conflitivos) da vida social. Mas, no entanto, ao adotar estas últimas como objeto de estudo e trabalho se fez necessário mudar o campo da observação. O segundo passo foi transitar da observação das características dos sujeitos à observação das características das *relações* entre sujeitos. É preciso esclarecer de quais relações se está falando. A esta pergunta, trataram de respondê-las os trabalhos dos pioneiros no estudo das redes. Entre estes nos encontramos com os de Barnes (Barnes, 1954) em Bremnes, uma pequena ilha da Noruega, durante os primeiros anos cinquenta, com os de Elisabeth Bott (Bott, 1957) em Londres, ao final dos anos cinquenta, e com o trabalho de Margareth Grieco (Grieco, 1987) sobre a relação entre redes migratórias. Barnes inicia com uma constatação:

Uma rede não tem fronteiras, porque por meio das relações de amizade inclui os amigos dos amigos e os amigos dos amigos dos amigos e os vizinhos dos vizinhos. A consequência é que quando falamos de redes e que estudamos as redes, na realidade falamos somente de uma parte delas.

Dizem os estudiosos que cada pessoa, a seis passos (seis vizinhos, um depois do outro) pode contatar qualquer outra pessoa no planeta... muitos experimentos provam que é assim... isso para afirmar que uma rede, na realidade, não tem fronteiras. [3.10]

Em Bremnes todos os indivíduos pertencem a diversos grupos sociais. Em particular, cada um é membro de uma unidade doméstica, de um bairro, de uma colônia e, no final, é membro da prefeitura de Bremnes. (Barnes, 1954)

O autor denomina este tipo de agrupamento como “grupos baseados na territorialidade” que garantem a essa “comunidade” (o termo é usado pelo próprio Barnes) continuidade e estabilidade.

Também nos bairros ou comunidades locais nas quais se desenvolve o tratamento comunitário as pessoas pertencem a diversos grupos sociais: homens e

Conceito de rede: primeira aproximação

mulheres de certo grupo de idades, residentes em diversos locais (também embaixo de uma ponte), de certa classe social (às vezes de nenhuma classe), de certo nível de renda ... a maneira sociológica habitual de classificar ou localizar as pessoas em diferentes categorias.

A este primeiro “campo ou contexto do sistema social” (os termos são de Barnes), o autor acrescenta outros dois: o campo baseado no sistema produtivo (industrial, neste caso, sendo que se trata da indústria de pesca) e o terceiro é o campo (*field*).

que não tem nem unidade nem fronteiras e tampouco apresenta uma organização de coordenação. Este campo está constituído pelos *vínculos de amizade e conhecimento* que cada um, na sociedade em crescimento, em parte herdada e em maior medida construída por si só. Alguns destes vínculos incluem parentes (...). Os elementos destes campos sociais não são fixos, sendo que se formam continuamente novos vínculos e vínculos antigos são abandonados ou interrompidos. (...) Acho útil falar dos campos sociais deste tipo como redes. (Barnes, 1954)

A este ponto Barnes acrescenta uma nota interessante. O autor diz:

Anteriormente utilizou-se o termo “trama”, tomado este do título do texto de M. Fortews *The Web of Kinship*. Parece, mais, no entanto, que muitos pensam a trama como algo bidimensional, parecido com uma teia de aranha (*spider's web*); ao contrário, o que se quer delinear é a imagem em um conceito multidimensional. (Barnes, 1954)

Construção do dispositivo

Barnes vai um pouco mais longe e utiliza uma metáfora para representar seu conceito de rede. Este conceito não era de toda novidade. Nas ciências sociais, Moreno estava pensando de maneira muito similar.

A ideia que tenho é a de um conjunto de pontos, alguns dos quais estão unidos por linhas. Os pontos da imagem representam indivíduos, às vezes também grupos, enquanto que as linhas ilustram quais pessoas interatuam com outras. Naturalmente podemos pensar o conjunto da vida social como um processo capaz de gerar uma rede deste tipo. (Barnes, 1954)

A imagem da rede como um conjunto de pontos interconectados por linhas que indicam a existência de uma conexão (a qual se pode dar o sentido que se queira) está definitivamente forjada. Segue o autor:

(...) falando assim informalmente, quero mais considerar (...) aquela parte da rede total que sobra quando excluimos os agrupamentos e as cadeias de interações que pertencem, em sentido estrito, ao sistema territorial e produtivo. Na sociedade de Bremnes, o que permanece é, em grande parte, ainda que não exclusivamente, uma rede de vínculos de parentesco, de amizade e vizinhança. Esta rede se estende ao longo de toda a sociedade e não se detém às fronteiras da comunidade. Esta rede vincula os habitantes de Bremnes com seus parentes e amigos de comunidades próximas, assim como reforça os vínculos entre estas pessoas no interior da comunidade. Uma rede deste tipo não tem fronteiras exteriores nem tampouco divisão interna definida, sendo que cada pessoa se considera no centro de um conjunto de amigos. (Barnes, 1954)

Então, se procede-se por subtração consegue-se visibilizar um conjunto de relações que não pertencem ao sistema produtivo formal: parentes, amigos, vizinhos. Outro aspecto ou característica da rede pensada por Barnes é o seguinte

Conceito de rede: primeira aproximação

Por sua constituição uma rede não tem um chefe e, na maneira na qual se tem utilizado o termo neste trabalho, não tem tampouco um centro ou fronteiras. Não é um *corporate group* (um grupo formal), é mais um sistema de relações sociais por meio das quais muitos indivíduos realizam atividades só indiretamente coordenadas entre eles. (Barnes, 1954)

O tema do poder é levantado pela investigação sobre redes de maneira tal que as expressões atuais que se

“coordenação de redes” é como dizer uma rede uma das fizeram nascer como uma forma de poder. pessoa tem a percepção rede de amizades, cada rede, pode ter uma poder que não nega o experiência de essencial para a em sua dimensão possível porque não há a experiência de sê-lo.

Uma rede não tem chefe, não tem centro, não tem coordenação, não tem fronteiras... assim pensavam os primeiros estudiosos. Sucessivamente nos demos conta de que uma rede certamente não tem fronteiras a não ser aquelas que colocamos por comodidade, mas certamente tem centros e chefes... geralmente mais do que um... e acima de tudo têm estrutura e por consequência um critério de ordem (coordenação). [3.12]

utilizam como, por exemplo, parece um contrassenso, maneira para matar na características que as conceito: a ausência de Como disse Barnes: cada de ser o centro de sua pessoa, por meio da experiência direta de poder dos outros. Esta centralidade e de poder, construção da identidade individual e social, é um chefe, mas todos têm

que a rede pensada por Barnes é o que permite e favorece a experiência do protagonismo ou da participação protagônica de todos os que pertencem à rede.

Macroprocessos da vida comunitária

Entre todos os processos que atravessam e dão vida a uma comunidade, dois têm sido estudados e utilizados no referencial do tratamento comunitário. O primeiro inclui todos os *processos de baixo para cima* e o segundo os *processos de cima para baixo* (ver Gráfico 3.1). Acima e abaixo fazem sentido se considerarmos os seguintes critérios: *representatividade* (o prefeito de uma comunidade tem mais representatividade política que o presidente de uma organização não governamental, ou do secretário local de um sindicato), nível de *institucionalização* (ser uma ONG reconhecida juridicamente implica um nível de institucionalização a respeito de ser um grupo formal, mas sem personalidade jurídica em uma comunidade), *formalização* (ter um estatuto, um projeto de ação, processos de formação e treinamento formais, sistema de comunicação interno e interno/externo com regras claras e formalizadas etc.).

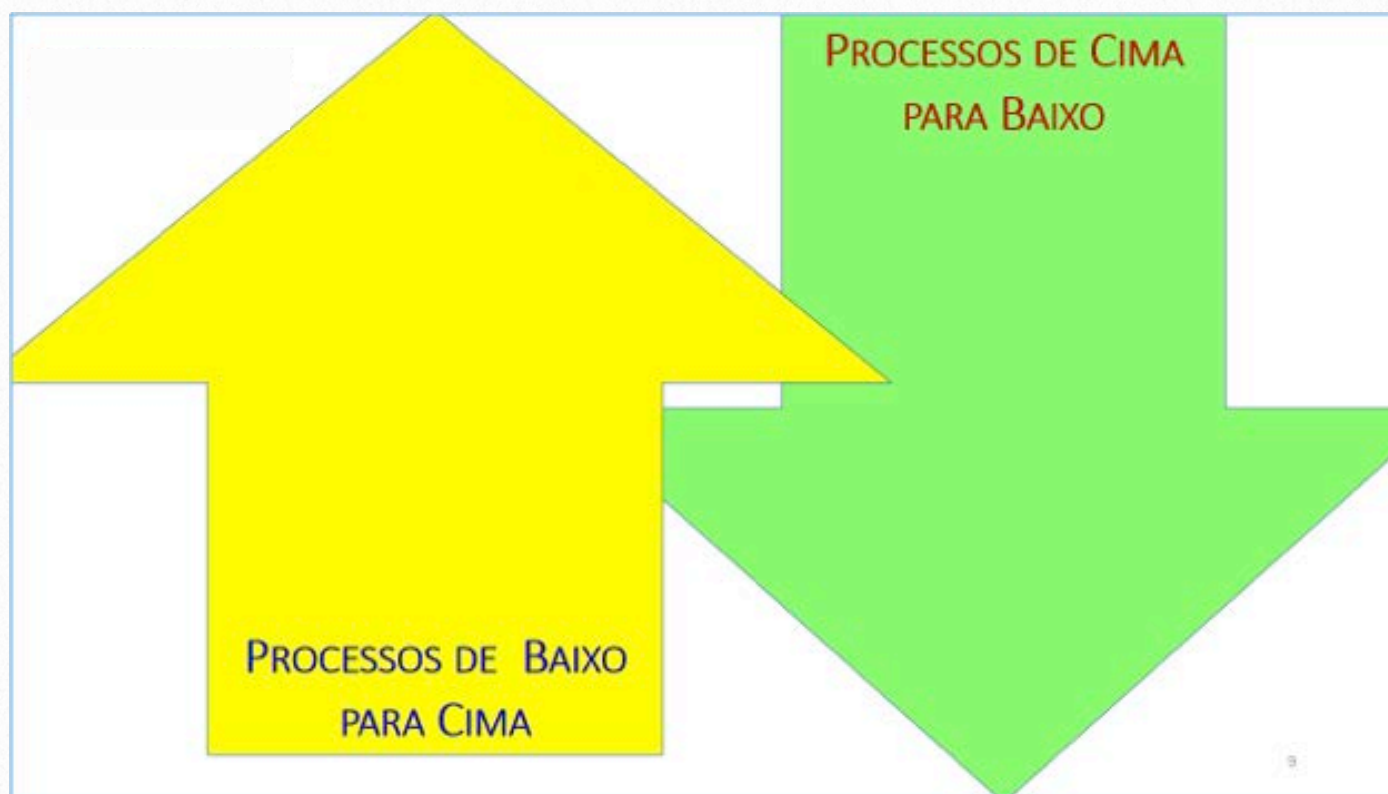


Gráfico 3.2 – Macroprocessos nas comunidades

Estes três critérios não descrevem a totalidade das características destes dois macroprocessos, mas são mais que suficientes para poder fazer distinções e ajudar a entender do que se está falando.

3. O sistema de redes do “parceiro”

O sistema do *parceiro* pode ser descrito por um conjunto de subsistemas de redes que se inicia com a pessoa (ver Gráfico 3.3), contempla sua rede subjetiva (*ego-network*), sua rede primária e a rede de líderes de opinião.



Gráfico 3.3 – Dispositivo do parceiro

O sistema do parceiro constitui um dos pontos de partida no processo de trabalho do tratamento comunitário, o outro é o sistema do tratamento comunitário. Este sistema constitui o mundo comunitário visto da perspectiva ou ponto de vista do parceiro, é então sua construção pessoal da comunidade. Isto não quer dizer que nessa construção não tenham participado outros atores. É importante considerar que

todos os 'nós' e todas as redes do sistema do parceiro estão constituídos por pessoas, independente do fato destas pessoas terem também um papel institucional de qualquer tipo.

Pessoa

Tem-se preferido o termo pessoa ao de indivíduo porque o primeiro ressalta um aspecto relacional que o segundo parece ignorar. O termo pessoa deriva do latim *persona* e, provavelmente, do etrusco *phersu* (que significa “máscara”) e à sua vez do grego *prósopon* (que significa “cara”, “rosto”, “face”, muito usado no teatro grego). Este conceito tem sido entendido, na cultura ocidental, sob três dimensões: como substância primária indivisível (indivíduo), como autorrelação do indivíduo (relação consigo mesmo e relação com o outro e com o mundo. Esta primeira concepção de indivíduo maior que é aquele da este conceito também tem transformações. É a partir do trabalho de quatro antropólogos que se estrutura a elaboração contemporânea: Levy-Bruhl, M. Leenhardt, M. Mead e, acima de tudo, Marcel Mauss. Estes e outros antropólogos têm observado como as formas e o conceito de pessoa mudam de uma sociedade a outra. Os estudos demonstram como cada cultura elabora sua imagem do ser humano inserindo-o em uma ordem simbólica, em um conjunto de representações e de práticas rituais por meio das quais são estabelecidas suas diversas qualidades (físicas, psíquicas, morais, sociais) de homem ou mulher, e também no interior de um sistema de regras e normas capaz de definir um *status*, os direitos e os deveres das pessoas sociais (AA.VV., 2014; Mauss, 1938).

Todas as redes do sistema do “parceiro” são redes de pessoas, embora estas pessoas possam ter um papel ou vínculo institucional. [3.13]

O sistema de redes do “parceiro”

Esta abordagem ao tema da pessoa tem uma forte ressonância, por exemplo, na cultura *nahuatl* (México pré-colombiano), assim como explica Miguel León Portilla: na cultura *nahuatl* o conceito central de pessoa (*in ixtli in yóllotl*) divide-se em dois termos: *in ixtli*: a cara/face; *in yóllotl*: o coração.

Pois bem, a concepção *náhuatl* da pessoa como face e coração é um ponto chave na aparição do conceito de educação. (...) O homem maduro: coração firme como pedra, coração resistente como o tronco de uma árvore; face sábia, dono de um face e de um coração, hábil e compreensivo. (Códice Matritense de La Real Academia, Edição Del Paso y Troncoso, vol. VIII, fol. 109 apud Leon-Portilla, 1983)

Aqui também se pode observar como o conceito de pessoa compreende e perpassa o conceito de indivíduo. Como diz Leon-Portilla:

“Em *ixtli in yóllotl* “a cara, o coração”, simbolizam sempre o que hoje chamaríamos fisionomia moral e princípio dinâmico do ser humano. E resulta interessante notar, ainda que de passagem, o paralelismo que existe entre a cultura *náhuatl* e a grega. Nesta última se concebia também a fisionomia moral e intelectual do homem, ou seja, a pessoa como *prósopon*, a face” (ibid).

O conceito de pessoa estende-se além das fronteiras do indivíduo, incluindo-o em um contexto relacional mais amplo. O contexto relacional mais amplo e imediatamente adjacente ao indivíduo está constituído pela família e sucessivamente pela pessoa (rede subjetiva). No transcurso do longo processo de construção do tratamento comunitário se tem observado que o mesmo acontece com a maioria das pessoas em condições de grave exclusão, porque sua organização familiar, apesar da pressão dos processos de exclusão, se tem desagregado e as pessoas regem-se mais por redes de amigos que por suas relações com a família de origem ou a

própria família. Por esta razão, sem ignorar o papel da família, se tem considerado a sua rede subjetiva como entidade central na vida dos parceiros.

Rede subjetiva (*ego-network*)

Utiliza-se o termo rede subjetiva, ou rede de ego, porque é uma entidade social que depende totalmente da visão e do ponto de vista do sujeito que a descreve e ao qual “pertence”. Na continuação deste trabalho o sujeito a que pertence a rede será denominado “ego”.

Conceito

A rede subjetiva de um parceiro está composta por: (i) todas as pessoas que o parceiro considera seus amigos; (II) as relações de amizade entre todas elas. Entende-se, então, que a rede subjetiva do parceiro é essencialmente uma rede de amigos que, se espera, têm também relações de amizade entre eles (mas, no entanto nem sempre é assim, ainda que ego, o parceiro, pode pensar ou esperar).

Durante o estudo da rede subjetiva comunitária de Inês (Capítulo 2) pôde-se ilustrar algumas funções desta rede:

- (i) é uma rede bastante estável no tempo mas, no entanto, é capaz de transformar-se por meio do fluxo de relações que atravessam a vida comunitária;
- (ii) é a fonte principal de segurança da pessoa;
- (iii) é um ator essencial de socialização, de construção de identidade;
- (iv) à diferença da família (que não é o produto de ego), a rede subjetiva é a entidade social que se constrói com o tempo adotando alguns ‘nós’ e relações herdadas por meio de sua família e criando outros;

O sistema de redes do “parceiro”

- (v) Por meio de estudos empíricos tem-se observado que esta rede tem, geralmente, uma amplitude que se localiza entre 10/25 ‘nós’ e uma densidade entre 30 e 50% (Milanese, 2013).

Visibilizar, construir a rede subjetiva.

A visibilização ou construção da rede subjetiva de um parceiro é um dos instrumentos e produtos de um processo relacional. Isto significa que esta atividade se realiza, quando possível, junto com o parceiro durante um ou mais contatos, em contextos formais ou não formais (na rua, durante uma atividade que tem outros objetivos como esporte, diversão etc.).

O processo padrão, e também ideal de construção/visibilização da rede subjetiva de um parceiro pode ser descrito da seguinte maneira:

Tabela 3.3 Síntese do processo de construção/visibilização da rede subjetiva

Passo 1: Contatos repetidos na vida cotidiana do ego/pessoa que permita conhecer diretamente as pessoas com as quais o ego se relaciona.

Passo 2: Diálogo direto com o ego durante o qual apresenta-se a proposta de construir a rede de amigos. Neste passo comentam-se e ilustram-se os alcances, as limitações, e os critérios de respeito à privacidade da pessoa. Se o parceiro está de acordo, procede-se o passo três.

Passo 3: Pede-se ao parceiro que escreva em uma folha de papel os nomes de seus amigos. Não se comenta qual é o conceito de "amigo", se considera válido o conceito que o parceiro tem. Diz-se ao parceiro que esse papel com os nomes fica com ele.

Passo 4: Quando o parceiro termina de escrever os nomes, o operador começa a utilizar a folha de registro da rede subjetiva (ver adiante a Tabela 3.3). O operador associa a cada nome um número sequencial.

Passo 5: O operador pergunta, sucessivamente, pelos atributos de cada um dos amigos da rede do parceiro: idade, sexo, papéis sociais (o que faz, como é conhecido na comunidade etc.), se existe relação de parentesco com algum outro ‘nó’ da rede... pode-se adicionar outros atributos em função dos objetivos da construção da rede subjetiva. Sugere-se que o passo 5 se faça todo de uma só vez, por esta razão o passo 4 deve ter sido feito com muita clareza e sensibilidade relacional, sondando bem a motivação e as resistências da pessoa.

Tabela 3.3 Síntese do processo de construção/visibilização da rede subjetiva (final)

Passo 6: Finalizadas as informações do passo 5, o operador pede ao parceiro que diga quais de seus amigos são também amigos entre eles. Para isso o operador utiliza a lista de nomes perguntando nome por nome quem são os amigos de cada um no interior da rede. Este passo pode ser realizado construindo juntos o gráfico da rede (ver Capítulo 2, seção 3, Gráfico 2.6).

Passo 7: O operador pergunta sobre observações, considerações, reflexões que o parceiro queira fazer sobre sua rede. O operador anota também as observações ou comentários que o parceiro faz durante todo o trabalho de construção da rede.

Passo 8: O operador apresenta esta rede para a equipe e baseando-se nos conhecimentos que os membros da equipe têm do parceiro pode: (i) acrescentar nomes; (ii) acrescentar atributos aos nomes sugeridos pelo parceiro; (iii) acrescentar relações. Neste trabalho podem também participar 'nós' da rede operativa.

Passo 9: Realizar a análise da rede utilizando alguns dos procedimentos de análise de redes sociais.

Nota 1. Às vezes, por razões de qualidade da relação ou de segurança, não é oportuno ou é impossível terminar este processo. Isto não impede que se trabalhe com a rede subjetiva do parceiro. A equipe pode construir a rede subjetiva do parceiro (passo 8) e utilizá-la como hipótese relacional de trabalho.

Nota 2. O estudo da evolução da rede pode ser feito uma vez a cada seis meses. A evolução da rede é um dos objetivos do tratamento comunitário. Por evolução entende-se a modificação de algumas características estruturais da rede no sentido dos objetivos do tratamento comunitário. Entende-se, naturalmente, que a rede pode evoluir para qualquer outra direção.

Vendo o processo, passo a passo, entende-se que a construção da rede subjetiva é de fato:

- (i) um processo de construção de relações;
- (ii) um processo de diagnóstico participativo resultante de uma relação;

O sistema de redes do “parceiro”

- (iii) um instrumento de trabalho que ao mesmo tempo que produz conhecimento também produz consciência e, por consequência, tomada de decisões (permanecer unido é mudar as relações);
- (iv) um instrumento de autoavaliação ou simplesmente de evolução. Fazer a mesma atividade seis meses ou um ano depois produz conhecimento e consciência, permite comparar, entender as mudanças e as persistências e dar-lhes sentido; permite formular outras hipóteses, pensar em outras estratégias, seguir desenvolvendo o processo de tratamento com o olhar voltado para um sistema de relações e não somente nas vicissitudes de um indivíduo.

Com crianças, adolescentes e jovens pode-se adotar modalidades mais ativas. Vejam algumas propostas:

Com crianças. É importante tomar consciência que o melhor contexto para construir a rede de amigos de uma criança é o jogo. Isto se pode fazer inúmeras vezes em função do interesse e da motivação da criança. Convidar a criança para desenhar cada um de seus amigos e amigas. Em cada um dos desenhos se escreve uma palavra (ou mais) que para ela represente esse amigo (forte, o mais amigo, inteligente, tranquilo etc.). Com a criança anotamos o sexo de cada um e sua idade. Colocam-se os desenhos com os retratos dos amigos no chão ou em uma grande folha branca e se pede à criança que trace uma flecha entre todos aqueles que para ela são amigos. Os desenhos podem ser substituídos por fotografias, por objetos simbólicos que representam os amigos, por qualquer outro tipo de símbolo que tenha sentido para a criança.

Com pré-adolescentes e adolescentes. Também neste caso o melhor contexto de construção da rede subjetiva é o jogo, mas, no entanto, com um aspecto produtivo/criativo mais exigente. Pode-se, por exemplo, convidar uma pessoa para construir sua rede subjetiva (passo um e passo dois). Neste caso se pode utilizar

Construção do dispositivo

diferentes formas de representação: fotografias, breves gravações de vídeo, objetos simbólicos, uma mensagem (SMS) especialmente representativa, qualquer símbolo que o ego considere pertinente. Enquanto se reconhecem estas representações completa-se a visibilização da informação, como sugere a descrição do processo.

Caso João

João é um caso didático construído a partir de anotações e observações de campo, e diários clínicos, conversas com operadores e em equipe. O material que se apresenta tem sido adaptado de maneira que sirva para ilustrar alguns aspectos do trabalho com redes subjetivas e é retirado de um documento de trabalho utilizado durante um processo de formação de formadores em tratamento comunitário.

Diagnóstico da Rede

Em 2004 João tinha 17 anos e vivia em uma comunidade de alta vulnerabilidade e risco, na periferia de uma das grandes metrópoles latino-americanas. Na realidade não foi João quem encontramos na primeira vez, foi seu irmão mais velho (Ron). O primeiro contato foi estabelecido em 14 de outubro de 2004 (...). O irmão de João informou que estava representando toda a sua família, que vivia nessa mesma comunidade. Comentou algumas coisas a respeito do irmão e perguntou o que se podia fazer. Ele queria que fôssemos à sua casa quando o irmão lá estivesse e que o levássemos dali. (Caso João_1)

Neste caso o parceiro é o irmão de João, mas, no entanto, João é o parceiro com o qual ele trabalhava diretamente, pelo menos é o que se deduz escutando o irmão, Ron. Nesse caso a equipe decidiu proceder de outra forma, dando disponibilidade de trabalhar com quem ele desejasse.

O sistema de redes do “parceiro”

O operador (chamaremos Pablo) apresenta este novo contato durante a primeira reunião de equipe, em 19 de outubro de 2004. Tratava-se, nesta reunião, de decidir o quê era oportuno fazer e de completar, com a ajuda de todos os membros da equipe, o exame da informação disponível.

Durante essa reunião Pablo descobriu que a equipe tinha muita informação sobre João, mesmo sem ter estabelecido qualquer contato direto com ele. Entre os fatos interessantes está o de que alguns dos “amigos” de João eram membros da rede subjetiva comunitária de dois entre os membros da equipe. Um destes “amigos”, no passado, foi um educador par no contexto de uma iniciativa de redução de danos (distribuição de preservativos) e este membro da equipe tinha uma excelente relação com ele; por outro lado, um dos tios de João era membro de uma rede local de donos de negócios de trabalho sexual. A ONG responsável por este projeto de tratamento comunitário era também um ‘nó’ dessa rede, porque um dos membros da equipe havia contribuído para que os donos de negócios de trabalho sexual se organizassem para poder ter alguns serviços conjuntos de prevenção e redução de danos. (Caso João_2)

Em lugar de focar unicamente nas vulnerabilidades e nos problemas, a equipe e o operador focam nas relações, dessa forma o panorama se amplia e surgem oportunidades (também, como veremos, algumas ameaças). Neste fragmento o que aparece mais claramente é: (i) não é porque não se dá uma resposta positiva ao irmão de João (no sentido de seu pedido) que não se pode fazer nada; (ii) que existem recursos/conhecimentos a partir dos quais é possível construir um plano de ação no qual João não está diretamente envolvido, mas, no entanto, seu contexto relacional certamente sim, e se seu contexto relacional muda sua atitude isto tem implicações na vida de João; (iii) que existem na equipe ‘nós’ que têm excelentes relações com os amigos de João etc.

Construção do dispositivo

Apesar de tudo isto Pablo tratou de contatar diretamente João, mas não obteve sucesso. A equipe tratou de ter uma reunião com a família de João, mas só o irmão Ron foi (quem havia estabelecido o primeiro contato). Com a ajuda do irmão a equipe traçou um perfil relacional de João (sua rede de amigos).

Depois deste encontro (com o irmão de João), Pablo com outro colega (RZ) e um operador par (FRA) trata de desenhar a rede subjetiva de João reunindo toda a informação que haviam recolhido até esse momento (...). O primeiro perfil da rede subjetiva de João (que neste caso pode ser considerada também uma ego-rede) foi traçado listando as pessoas que podiam ser consideradas seus amigos e com as quais, na comunidade, ele tinha relações amigáveis. (Caso João_3)

Este é um caso no qual a construção da rede subjetiva do parceiro se faz por meio da colaboração de outros parceiros. Entende-se que isto reduz a validade dos dados, mas, no entanto, tem também consequências positivas:

- (i) permite à equipe ter uma representação relacional do mundo de João;
- (ii) permite à equipe ter um mapa das relações que a equipe, ou a rede operativa tem indiretamente com João e que pode-se utilizar para produzir mudanças em seu contexto relacional.

A tabela a seguir (3.1) apresenta a descrição dos 'nós' da rede de João feita por Pablo e dois outros atores, baseada em informação de diferentes fontes.

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.1 – ‘nós’ e atributos da rede de João

Nós' da rede subjetiva de João com os atributos dos 'nós' (papel social, idade etc.)							
#	Nome	Sexo	Idade	Papel Social (1)	Papel Social (2)	Relação	Parentesco
1	(Ego) João	M	17	CD	VD	Amizade	
2	FG	M	19	CD	ES	Amizade	
3	BR	M	37	CD	VD	Amizade	Tio
4	DT	M	26	CD	VC	Amizade	
5	CC	F	19	CD	TS	Amizade	
6	MO	M	18	CD	VC	Amizade	
7	ML	F	22	CD	TS	Amizade	
8	ZA	F	15	HC	TS	Amizade	Irmã
9	JB	M	39	CD	VC	Amizade	
10	JS	M	30	CD	Mula	Amizade	
11	BA	M	14	ES	Mula	Amizade	
12	DE	M	24	ES	VC	Amizade	
13	RO	M	21	CD	Mensageiro	Amizade	
14	ST	M	16	CD	ES	Amizade	
15	TD	F	22	ES	TS	Amizade	Prima
16	NC	M	16	CD	ES	Amizade	

Legenda: CD= consumidor de drogas. TS= trabalhadora sexual, HC= habitante de rua; ES_ estudante; VC: vendedor na rua (comida, doces, cigarros etc.); VD= vendedor de drogas. Parentesco: no caso de existirem laços familiares.

Trata-se de uma rede de 16 'nós' considerada normal, no que concerne à amplitude e sobre a base dos conhecimentos empíricos que se têm até o momento. Nesta fase, Pablo e os membros da equipe se concentram, em particular, em tratar de esclarecer também os atributos das pessoas que compõem a rede de amigos de João. Os atributos também se podem ser considerados como se fossem relações. Se assim é, isto significa que com o vínculo de amizade se conjugam também outros tipos de vínculos (consumir drogas, em 75% dos casos), ser homem (em 75% dos casos) (ver Tabela 3.2).

Construção do dispositivo

Os operadores se interrogam sobre estes aspectos e tiram algumas conclusões.

Tabela 3.2 – Análise de atributos da rede de João

Análise dos atributos/papéis sociais dos 'nós' da rede subjetiva de João			
	Frequência	(Fr/Tot) *100	(Fr/16)100
CD Consumidor de drogas	12	38%	75%
HC Habitante de rua	1	3%	6%
ES Estudante	6	19%	38%
VD Vendedor de drogas	2	6%	13%
VC Vendedor de rua	4	13%	25%
TS Trabalhadora sexual	4	13%	25%
Mula	2	6%	13%
Mensageiro	1	3%	6%
Homens	12		75%
Mulheres	4		25%
Total	32		

(Fr/Tot) *100 = (12/32)100 =38%. (Fr/16) *100= (12/16)100=75%

Os fatos mais relevantes são: (i) 75% da rede subjetiva de João é composta por consumidores de drogas (alta taxa de homofilia); (ii) 53% dos papéis sociais estão diretamente relacionados com drogas: vendedores de drogas, mulas e mensageiro; (iii) 75% são homens, (iv) seis deles (38%) são estudantes, (v) 81% estão diretamente relacionados com o contexto de drogas; (vi) na rede existem quatro pessoas que são menores de idade; e (vii) quatro delas, do sexo feminino, são trabalhadoras sexuais (uma delas, irmã de João, é menor de idade). A conclusão da equipe foi que se tratava de uma rede com alta homofilia e homogeneidade, ainda que nos papéis sociais secundários houvesse maior diversidade com a qual era possível trabalhar. (Caso João_4)

O sistema de redes do “parceiro”

O tema da homofilia é relevante para a análise e a compreensão das redes (Kadushin, 2011). No trabalho com as redes subjetivas a atenção à homofilia tem de ser uma das preocupações da equipe e da rede operativa.

A homofilia é ter em comum um ou mais atributos sociais, como, por exemplo, ser da mesma classe social. Mais tecnicamente: uma díade (dois ‘nós’) pode ser considerada homofílica se as características dos dois ‘nós’ coincidem em uma proporção maior (estatisticamente significativa) com relação à população da qual eles estão extraídos, ou da rede da qual são parte” (Verbrugge, 1977). Quando se desenvolvem hipóteses a respeito da homofilia e a respeito da possibilidade de uma conexão entre díades, se tem que levar em consideração dois tipos de causas que explicam a homofilia em uma díade. Normas comuns podem reunir ‘nós’ com atributos comuns, ou ao contrário, atributos comuns e contatos comuns podem produzir normas comuns e isto é verdadeiro para indivíduos e coletividades (Burt 1982, p. 234). Uma segunda causa de homofilia é a posição estrutural (*structural location*). Dois ‘nós’ podem ter os mesmos atributos, porque ambos são operacionais no mesmo terreno, e, neste caso também, vice-versa. (Feld and Carter, 1998)

Este fragmento ressalta cinco elementos, todos têm conexões diretas com o trabalho com redes. O primeiro é que os atributos produzem relações, e as relações, atributos. O segundo é que se isto é verdade, então pode-se mudar as relações mudando os atributos (é dizer, introduzindo em uma rede ‘nós’ com atributos diferentes para reduzir a homofilia e mudar as relações). O terceiro é que os atributos são relações ou, melhor dizendo, o resultado de relações, da mesma maneira que as relações são também consequência da interconexão de atributos. O quarto é que a posição que um ‘nó’ tem em uma rede pode depender de seu papel social (posição estrutural). O papel social é parecido com a representação social de uma pessoa, está constituído por muitos atributos/relações, cada um com sua parte simbólica e seu valor. O papel social representa a posição de uma pessoa em um campo de

Construção do dispositivo

relações que produzem atributos que produzem relações. Modificar o papel social de uma pessoa significa modificar sua posição estrutural em uma rede. O quinto é que a homofilia deve ser baseada em evidências observáveis e mensuráveis (estatisticamente significativa).

A equipe com a qual Pablo trabalha segue em sua tarefa. Como se pode supor, o trabalho da equipe não se concentra em estudar as redes; o estudo das redes é uma das modalidades do tratamento comunitário, serve para trabalhar com elas, para organizar o trabalho e avaliá-lo.

Pablo, RZ e FRA e outros colegas trataram também de traçar uma matriz de adjacência desta rede, tomando uma vez mais como relação de base a relação de amizade/amigável (esta rede não é uma ego-rede pura, composta exclusivamente de amigos, mas se assemelha mais a uma rede primária não formal na qual se incluem também relações amigáveis com pessoas das quais se necessita serviços e por serem vizinhos etc.). (Caso João_5)

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.3 – Matriz de adjacência da rede de João

		Ego-rede de João (ego incluído)																Out-Dgr	In-Dgr	In+Out	Ld
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16				
1	João	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	15	30	1
2	FG	1	1				1			1					1	1		7	7	14	
3	BR	1		1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	13	14	27	2
4	DT	1		1	1	1	1	1			1		1		1	1	1	11	9	20	
5	CC	1	1	1	1	1			1	1	1	1		1			1	11	9	20	
6	MO	1		1			1			1		1	1	1	1	1	1	9	10	19	
7	ML	1	1	1				1	1			1				1	1	8	9	17	
8	ZA	1		1	1		1	1	1			1		1	1	1	1	10	14	24	4
9	JB	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1			1	12	6	18	
10	JS	1		1		1			1			1		1	1	1	1	8	8	16	
11	BA	1		1		1	1		1	1	1	1		1		1		9	9	18	
12	DE	1	1	1	1	1		1	1			1	1	1	1	1	1	11	7	18	
13	RO	1	1	1	1		1		1		1			1			1	8	9	17	
14	ST	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	10	25	3
15	TD	1		1				1	1					1		1	1	6	13	19	
16	NC	1				1		1	1		1		1	1		1	1	8	12	20	
In Dgr		15	7	14	9	9	10	9	14	6	8	9	7	9	10	13	12	161	161	322	

In-Dgr. graus de entrada (quando uma pessoa é indicada), *Out-Dgr.* graus de saída, quando uma pessoa indica outra. *Ld.* *Leadership*.

O leitor já viu este tipo de tabela (matriz de adjacência), apresentada no Capítulo 2. A partir desta tabela os operadores constroem algumas medidas (ver a Tabela seguinte).

Construção do dispositivo

Tabela 3.4 – Algumas medidas da rede de João

Medidas/Características ¹	
(A) Amplitude	16
(N) Número de laços	161
(T) Relações ativas possíveis (N*N-1) = (16*15)	240
(D) Densidade [(N/T) *100] = [(161/240) *100]	67,1%
(DeEst) Desvio Padrão <i>Out-Degrees</i>	2,695
(DeEst.) Desvio Padrão <i>In-Degrees</i>	2,744
(I) Incidência (Número médio de laços)	10,062

Nota: 1. As anotações científicas relacionadas à análise de redes se baseiam em dois trabalhos: Machin, 2011, p. 55ss e Machin, Merlo, & Milanese, 2010, p. 64ss.

O leitor também já leu, anteriormente, os mesmos cálculos feitos com o programa Ucinet-6:

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.5 – Medidas de coesão da rede de João

<i>Network Cohesion</i>		
<i>Input dataset: Juan_2014_1 (D:\Documents\UCINET data\Datafiles 2014\Juan_2014_1</i>		
<i>Output dataset: Juan_2014_1-coh (D:\Documents\UCINET data\Datafiles 2014\Juan_2014_1-coh</i>		
<i>Ignore direction of ties NO (G:\Documents\UCINET data\NO</i>		
<i>Ignore reflexive ties: YES (D:\Documents\UCINET data\YES</i>		
Measures		
		1 Juan_2 014_1
1	<i>Avg Degree</i>	10,063
2	<i>H-Index</i>	9
3	<i>Density</i>	0,671
4	<i>Components</i>	1
5	<i>Component Ratio</i>	0
6	<i>Connectedness</i>	1
7	<i>Fragmentation</i>	0
8	<i>Closure</i>	0,718
9	<i>Avg Distance</i>	1,329
10	<i>SD Distance</i>	0,470
11	<i>Diameter</i>	2
12	<i>Breadth</i>	0,165
13	<i>Compactness</i>	0,835

A partir destes dados a equipe faz algumas leituras e considerações enfocando a densidade, as posições de liderança e alguns atributos relacionais.

Construção do dispositivo

A análise desta rede colocou em evidência que (i) a densidade é alta (típica de um grupo rede, uma família, uma gangue ou com uma tendência a ser uma clique). Isto significa que se trata de uma rede com um alto grau de coesão; (ii) há quatro líderes significativos (1, 3, 8, 14, resultado da soma dos *in* e *out degrees*); (iii) Analisando os atributos relacionais descobre-se que os líderes são parentes entre si (têm relações familiares). (Caso João_7)

A leitura da equipe concentra-se inicialmente na densidade da rede, que é considerada alta em relação ao esperado em uma rede de amigos. Isto significa uma flexibilidade baixa e, então, uma maior possibilidade de reforçar as relações homofílicas (maior possibilidade de que prevaleçam as forças centrípetas/persistência às forças centrífugas/mudança). Neste caso, as relações homofílicas conduzem João a uma situação de exclusão grave. Por esta razão, trabalhar sobre a densidade desta rede pode ser um objetivo. O segundo elemento de observação são os líderes. Para estabelecer o significado de seu perfil de liderança, a equipe decidiu somar os graus de saída com os graus de entrada. Sucessivamente tomou o grau máximo (30), dividiu este grau por quatro e considerou significativos os que se localizam no 4º quartil (acima de 22,5): João, BR, ZA, ST. Sucessivamente Pablo e seus companheiros fazem o gráfico da rede (ver Gráfico 3.4) de João. Os dados numéricos obtidos por meio da análise estatística são confirmados, com algumas diferenças.

O sistema de redes do “parceiro”

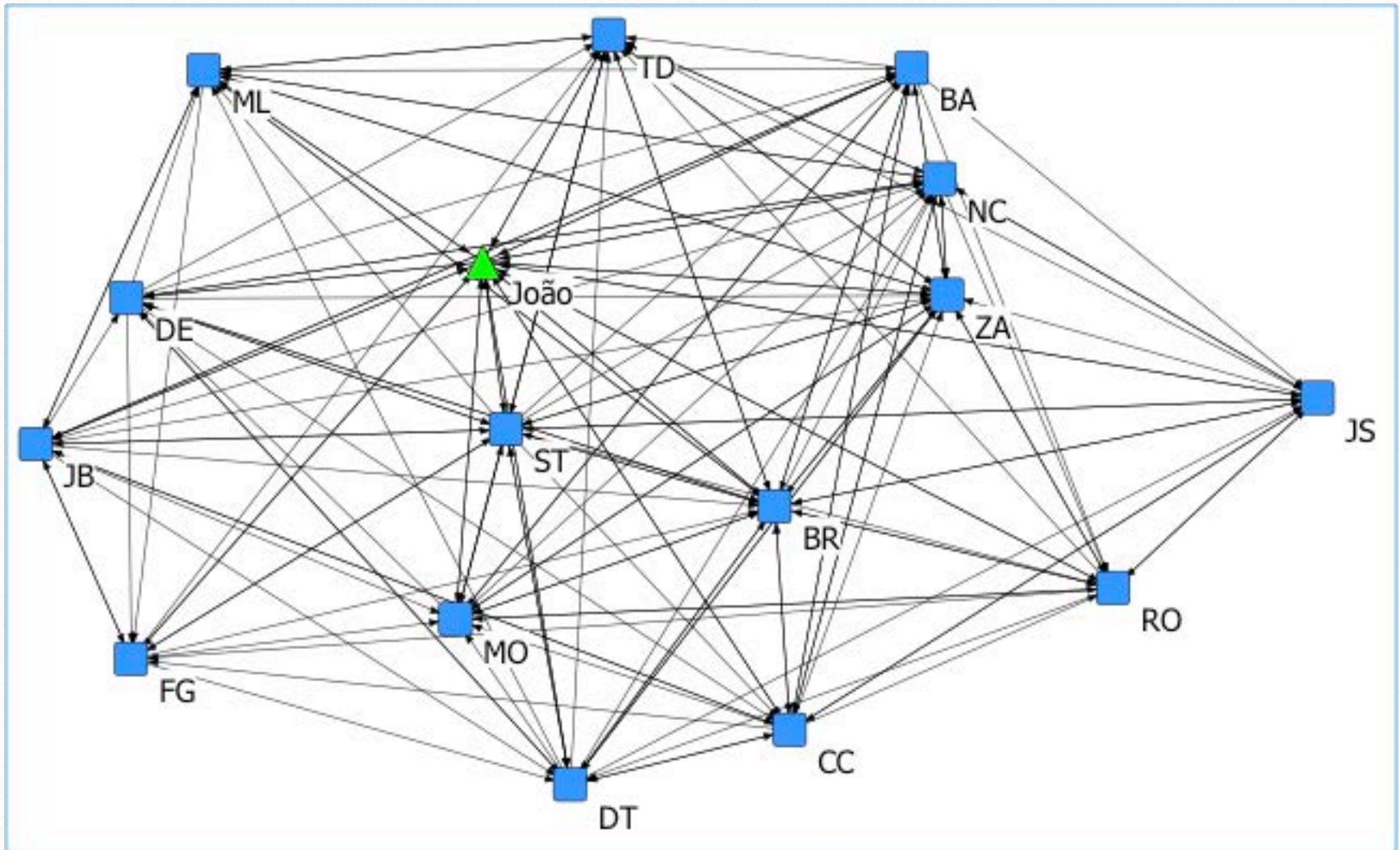


Gráfico 3.4 – A rede subjetiva de João - primeira observação

Se estiver confirmado o fato de que João é o ‘nó’ central da rede, por meio do gráfico pode-se ver que o centro está constituído por dois ‘nós’ {João, ST} ou por quatro nós {João, ST, BR, MO}. O ‘nó’ ZA parece menos central, enquanto que MO (19 *in+out degrees*) parece ser mais central. Continuando a análise da rede de João, se evidencia sua centralidade de posição, intermediação, sua proximidade/distância, reciprocidade e as cliques que a compõem.

Tabela 3.6 – Intermediação da rede de João

		1 Betweenness	2 nBetweenness
1	João	15,927	7,584
3	BR	10,352	4,929
14	ST	9,574	4,559
8	ZA	6,096	2,903
5	CC	4,879	2,323
16	NC	4,422	2,106
9	JB	3,595	1,712
4	DT	3,573	1,701
7	ML	3,424	1,631
11	BA	3,279	1,561
6	MO	3,212	1,530
13	RO	3,018	1,437
12	DE	2,234	1,064
15	TD	2,189	1,043
2	FG	1,766	0,841
10	JS	1,461	0,696

A *intermediação* representa o poder ou a capacidade de um ‘nó’ interconectar-se a outros ‘nós’. Se comparar este dado de intermediação com o da rede de Inês (Capítulo 2) observa-se que, neste caso, a intermediação está menos centralizada; isto quer dizer que não há dois ‘nós’ (como no caso da rede de Inês) que “exercem um controle” prevaiente sobre os intercâmbios entre os ‘nós’. No caso de João, a intermediação está mais distribuída entre os ‘nós’ da rede. Este aspecto tem uma aplicação prática imediata: existem diversos ‘nós’ que podem ser utilizados como pontes para conectar esta rede com o tratamento comunitário, ainda que João se

O sistema de redes do “parceiro”

oponha neste momento. A capacidade de intermediação pode, com efeito, ser vista como uma oportunidade de distribuir informação/ inovação no interior da rede. Qual ou quais serão os ‘nós’ que a equipe escolherá? Isto dependerá de diversos fatores: a proximidade dos ‘nós’ com ‘nós’ da rede subjetiva comunitária da equipe (se são membros dessa rede ou não, se têm relações com ‘nós’ de RSC etc.), seu nível de homofilia, sua disponibilidade a participar etc.

Proximidade/distância. Este conceito reflete o número de passos que um ‘nó’ tem que recorrer para poder alcançar outro ‘nó’. A distância mais conhecida é a “distância geodésica” que é o caminho mais curto entre dois ‘nós’.

Tabela 3.7 – Proximidade da rede de João

		1	2	3	4
		<i>inFarness</i>	<i>outFarness</i>	<i>inCloseness</i>	<i>outCloseness</i>
1	João	15,000	15,000	100,000	100,000
8	ZA	16,000	20,000	93,750	75,000
3	BR	16,000	17,000	93,750	88,235
15	TD	17,000	24,000	88,235	62,500
16	NC	18,000	22,000	83,333	68,182
6	MO	20,000	21,000	75,000	71,429
14	ST	20,000	15,000	75,000	100,000
5	CC	21,000	19,000	71,429	78,947
13	RO	21,000	22,000	71,429	68,182
4	DT	21,000	19,000	71,429	78,947
11	BA	21,000	21,000	71,429	71,429
7	ML	21,000	22,000	71,429	68,182
10	JS	22,000	22,000	68,182	68,182
2	FG	23,000	23,000	65,217	65,217
12	DE	23,000	19,000	65,217	78,947
9	JB	24,000	18,000	62,500	83,333

Network in-Centralization= 51,46%

Network out-Centralization= 51,55%

Construção do dispositivo

Se compararmos, outra vez, esta distribuição com a distribuição de Inês (Capítulo 2) observam-se diferenças e semelhanças significativas. Os índices de centralização são muito parecidos, isto significa que, ainda que se trate de uma rede muito coesa (densidade alta, isto quer dizer também ‘nós’ muito pertos uns dos outros), densidade e proximidade não estão centralizadas em poucos ‘nós’, mas dependem de diversos ‘nós’ da rede (como havia sido o caso pela capacidade de intermediação). Esta é uma das características emergentes das redes de alta coesão, maior a coesão, mais forte é a rede (força estrutural entendida como capacidade de resistir às forças centrífugas), mas, no entanto, por sua mesma estrutura as diferentes formas de poder estão distribuídas entre todos os ‘nós’, isto significa que se um ‘nó’ introduz uma modalidade relacional “nova” ou simplesmente uma interconexão nova, esta se difunde rapidamente no interior da rede (ver o efeito cascata) (Easley & Kleinberg, 2010, p. 15).

O *índice de centralidade de Bonacich* não considera unicamente os graus que vêm das relações diretas, mas calcula o poder a partir do poder de cada ‘nó’ conectado com outro.

A análise da rede de João, utilizando o índice da centralidade de Bonacich, confirma as observações feitas no caso da intermediação. Neste caso há um dado interessante: o índice de centralização de toda a rede é 7,15%. Se considerar que uma rede na qual todos os ‘nós’ são adjacentes entre si, o índice de centralização da rede é 0,00%, e que quando um ‘nó’ conecta a todos os outros ‘nós’, que não têm outras conexões senão com ele, o índice de centralização da rede é 100%, no caso João o índice de centralização é muito baixo. A consequência é que a nenhum ‘nó’ chega a ter um poder particular por sua conexão com outros ‘nós’. É um dos paradoxos das redes: mais alta é a coesão de uma rede e menos o poder está centralizado; e mais autônomos são os ‘nós’ da rede. É como se os ‘nós’ de uma rede, na qual existe o mais alto grau de dependência, fosse, ao mesmo tempo, os mais autônomos possíveis.

Tabela 3.8 – Centralidade de Bonacich da rede de João

<i>BONACICH CENTRALITY</i>			
<i>Bonacich Eigenvector Centralities</i>			
		1	2
		<i>Eigenvec</i>	<i>nEigenvec</i>
1	João	0,284	40,158
2	FG	0,216	30,552
3	BR	0,284	40,158
4	DT	0,267	37,822
5	CC	0,251	35,453
6	MO	0,254	35,950
7	ML	0,217	30,688
8	ZA	0,269	37,978
9	JB	0,235	33,267
10	JS	0,200	28,299
11	BA	0,231	32,737
12	DE	0,253	35,782
13	RO	0,234	33,043
14	ST	0,284	40,158
15	TD	0,249	35,255
16	NC	0,252	35,643

A *reciprocidade* mede a tendência dos ‘nós’ a formarem relações mútuas em uma rede: se A escolhe a B como amigo, espera-se que também B escolha a A como amigo. Intuitivamente pode-se ver como a reciprocidade constitui um fator de coesão e, acima de tudo, de “baixo custo” nas comunicações no interior da rede. Baixo custo significa também redução dos “ruídos” ligados a caminhos não adjacentes.

Tabela 3.9 – Centralidade de Bonacich da rede de João

<i>RECIPROCITY</i>
<i>Hybrid Reciprocity: 0,5631</i>

Se considerar que a reciprocidade é 1 quando todos os ‘nós’ “enlaçados” estão reciprocamente entrelaçados, a reciprocidade aqui é média. Recorde-se que a reciprocidade é calculada sobre os ‘nós’ que estão interconectados de alguma forma. Isto significa que o dado se refere ao número de ‘nós’ interconectados reciprocamente entre todos os ‘nós’ que estão interconectados. Veja-se, por exemplo, a Tabela 3.10, na qual se comparam as reciprocidades da rede de Inês (1) de Inês (2), de Rosa e de João.

Tabela 3.10 – Dados de comparação entre as RSC de Inês (1) (2), Rosa (1) e João (1)

Análise comparativa da RSC de Inês (duas observações), de Rosa e da rede subjetiva de João (1)				
	Inês (1)	Inês (2)	Rosa	João (1)
Amplitude	12	40	148	16
Número de laços	39	227	1468	
Densidade	0,29	0,14	0,06	0,67
Grau médio	3,25	5,67	9,91	10,06
Componentes	1	4	3	1
Distância média	1,8	0,68	2,04	1.3
Diâmetro	4	4	3	2
<i>(Degre_Centr) network centralization out_degree</i>	77,68	87,64	93,887	51,46
<i>(Degre_Centr) network centralization in_degree</i>	38,17	37,63	53,47	51,45
<i>Betweenness centrality index</i>	43,70	42,59	41,91	5,58
Reciprocidade	0,56	0,27	0,60	0.56
Cliques 4	4	54	-	16
Cliques 5	0	7	-	8
Cliques 7	0	0	19	
Cliques 10	0	0	9	
Cliques >10	0	0	9	

O sistema de redes do “parceiro”

Considere-se também que se comparar, por exemplo, a reciprocidade da rede de João (1) com a reciprocidade da rede de Rosa, tomando em consideração a amplitude das duas redes, a reciprocidade da rede de João seria 0,065 ($148:0.60=16:x$). Qual é o significado desta medida e como pode ser utilizada? Os significados podem ser: (i) a reciprocidade se refere sempre aos ‘nós’ da rede que estão efetivamente interconectados, então fala-se exclusivamente deles. Para ter uma ideia exata de seu peso há que compará-la com a amplitude da rede e com a densidade; (ii) Na medida em que a rede incrementa sua amplitude (por exemplo, no caso de Inês) podem suceder duas coisas: os novos ‘nós’ têm um escasso peso estrutural (são integrados fracamente, são marginais com relação a outros ‘nós’ da rede), e isto seria visível por meio da densidade (baixa) e da centralidade de grau (baixa). Neste caso, a reciprocidade alta pode significar que se estão constituindo cliques com escassa comunicação entre elas (veja-se a estrutura da rede de Rosa). A segunda possibilidade é que os ‘nós’ integram-se fortemente, neste caso se teria uma rede com forte coesão, escassa centralização, com poderes distribuídos entre seus ‘nós’.

Qual o significado destes dados para o entendimento da rede de João? Tem-se observado que nesta rede os atributos dos ‘nós’ fazem-nos pensar que se trate de uma rede que, por sua dinâmica relacional, conduz à exclusão grave. Se isto é assim, pode-se considerar a reciprocidade entre os ‘nós’ como um fator de risco, e não de proteção, ou, melhor dito, pode-se considerar a reciprocidade como um fator de proteção ou risco dependendo da finalidade para a qual a rede é utilizada. Isto quer dizer: qual o conteúdo (normas, valores, comportamentos, afetos, emoções, representações sociais, atitudes etc.) que a relação de amizade permite que transite entre os ‘nós’. Uma boa estratégia poderia, então, ser a de manter a reciprocidade e modificar os conteúdos veiculados no sistema.

Cliques. As cliques são sub-redes nas quais todos os ‘nós’ estão reciprocamente interconectados.

Construção do dispositivo

Tabela 3.11 – Cliques na rede de João (1)

CLIQUES					
<i>Minimum set Size: 3</i>					
<i>NOTE: Directed graph. You may prefer to symmetrize first</i>					
<i>18 cliques found</i>					
1:	1	3	6	8	11
2:	1	3	6	8	13
3:	1	3	6	8	14
4:	1	3	7	8	15
5:	1	3	4	8	14
6:	1	3	8	14	15
7:	1	3	4	5	
8:	1	3	5	10	
9:	1	3	5	11	
10:	1	3	10	13	
11:	1	3	10	14	
12:	1	3	4	12	14
13:	1	2	9	14	
14:	1	5	9	11	
15:	1	7	9		
16:	1	7	8	15	16
17:	1	5	10	16	
18:	1	12	16		

Pode-se pensar (Tabela 3.11) que se há muitas cliques... é inútil que haja cliques. Melhor dito, se as cliques são muitas, estarão seguramente muito interconectadas e, então, sua característica principal (ser distinta do contexto relacional) terá menos força e significado (consequências).

A equipe que trabalhou com João, baseando-se de maneira intuitiva sobre estas informações construiu um diagnóstico e uma estratégia (há que se considerar que nessa época ainda não se havia elaborado a abordagem de redes como existe atualmente).

O sistema de redes do “parceiro”

Entre os fatores de risco e vulnerabilidade da rede mencionam-se os seguintes: (i) a alta densidade; (ii) a alta homofilia; (iii) a liderança concentrada em um pequeno grupo que além das relações de amizade têm também relações familiares. Dá-se por entendido que estes não são os únicos fatores. Para averiguá-lo seria suficiente utilizar outros instrumentos de análise de redes como são as medidas de proximidade e de intermediação ou dos furos estruturais. (Caso João_8)

Então a equipe enfoca na alta densidade, a alta homofilia e a liderança concentrada em um pequeno grupo com três tipos de vínculos: amizade, parentesco, relação com drogas.

A hipótese é que estes três fatores de fato contribuem para manter alta a densidade da rede e constante sua estrutura. Por consequência, isto pode constituir um obstáculo se quiser produzir uma mudança (é dizer, introduzir uma inovação) sabendo que esta mudança pode ser percebida como uma ameaça pelos ‘nós’ dessa rede e pela estrutura de liderança que a caracteriza. (Caso João_9)

A hipótese é que se introduzirem mudanças, relações de tipo diferente ou ‘nós’ diferentes, estes possam encontrar resistências por parte desta rede. A equipe levanta a hipótese de que as resistências favoreçam as forças centrípetas, as de persistência e conservação. Além disto, sem recorrer a uma análise estatística utilizando Ucinet ou outro sistema informático (o que é possível quando a amplitude da rede é pequena, como neste caso), a equipe identifica uma clique de líderes à qual atribui uma importância particular.

“Há um fator de risco e vulnerabilidade suplementar”. É aquele que está constituído por uma característica estrutural da rede de líderes desta rede: é

Construção do dispositivo

uma rede simétrica e totalmente recíproca de densidade 1 (Ver Tabela 3.12). Faz pensar em um 'nó' que não se pode desfazer. (Caso João_10)

Tabela 3.12 – Cliques na rede de João

Ego-rede de João (com o ego). Clique					
Nós	1	3	8	14	Graus de Saída
Mar (1)		1	1	1	3
BR (3)	1		1	1	3
ZA (9)	1	1			3
ST (14)	1	1	1		3
Graus de Entrada	3	3	3	3	12

Efetivamente o conjunto de 'nós', que chamaremos $L = \{1, 3, 8, 14\}$ tem uma identidade ou um perfil que o diferencia de outros: está composto por 'nós' em que todos têm alto grau (entrada e saída).

Estratégia baseada em redes

Com todos estes conhecimentos a equipe elabora uma estratégia baseada em alguns pontos:

- (i) Diminuir a densidade da rede de maneira que seja possível trabalhar com uma densidade ao redor de 30-40%. (...) A expectativa é que incrementando a flexibilidade da rede se incremente, por consequência, a capacidade que a rede tem de mudar (mudanças estruturais e relacionais). A expectativa é, também, que o incremento da flexibilidade se traduza em relações, comportamentos e atividades diferentes (inovadoras) por parte dos 'nós' da rede;

O sistema de redes do “parceiro”

- (ii) O segundo objetivo é modificar a liderança dos ‘nós’ 3, 8 e 15, que são os ‘nós’ com maior *in-degree* (maior poder de influência). Trata-se, também, de diminuir o impacto deste *cluster* baseado nas relações familiares;
- (iii) Incrementar a autonomia de João diminuindo seu grau, para conseguir assim reduzir a dependência dos ‘nós’ da rede com respeito a ele. A hipótese é que isto possa dar aos outros ‘nós’ da rede a possibilidade de depender de outros ‘nós’ e a João a liberdade a respeito aos ‘nós’ que dependem dele;
- (iv) Diminuir a força da relação entre João e seu tio (‘nó’ 3);
- (v) Focar a ação de tratamento nos ‘nós’ 11 (BA) e 8 (ZA), ambos muito jovens, implementando a mesma estratégia que se está construindo para João.

O que se evidencia aqui é que a intervenção de rede pode ter como porta de entrada o trabalho com um só caso mas, no entanto, é só uma porta de entrada, de fato é um trabalho com toda uma rede (isto não quer dizer que toda a rede se deixe envolver) (Caso João_11).

Resumindo: a estratégia da equipe tem como ponto forte dirigir as ações até dois ‘nós’ por sua pouca idade, e diminuir a força de coesão da rede aumentando sua flexibilidade. O ponto agora é saber como vão conseguir, por meio de quais ações.

Na tabela a seguir pode-se perceber em quais atividades está de fato o tratamento comunitário (trata-se de uma pequena amostra relacionada unicamente com as atividades em que participaram ativamente os membros da rede de João).

Construção do dispositivo

Tabela 3.13 – Atividades de TC e participação dos ‘nós’ da rede de João

Participação dos ‘nós’ da rede de João em atividades de Tratamento Comunitário																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Nós	Ego	FG	BR	DT	CC	MO	ML	ZA	JB	JS	BA	DE	RO	ST	TD	NC
Sexo	M	M	M	M	F	M	F	F	M	M	M	M	M	M	F	M
Idade	17	19	37	26	19	18	22	15	39	30	14	24	21	16	22	16
Música	5															
Teatro						3					3					3
Baile		3		3	3	3		3	5	3	3	3		3	5	3
Futebol	15	5			3		5		3	5		5	5	5		
Orientação Individual	7				9	3	2	2			3					3
Orientação Familiar						3	9	9			3					7
Discussões de grupo	1					3					3					3
Organização de Redes			4													
Derivações	2		2		2	3		3			3					3
Contatos na rua (média mensal)	7	8	2	4	15	7	12	18	5	7	18	11	9	17	14	21
Contatos na rua (7 meses)	49	56	14	28	105	49	84	126	35	49	126	77	63	119	98	147
Participação em Ativ. (sem rua)	30	8	6	3	17	18	16	17	8	8	18	8	5	8	24	3
Total contatos/ativid.	79	64	20	31	122	67	100	143	43	57	144	85	68	127	122	150

Citando diretamente da monografia sobre o caso, leem-se os seguintes comentários:

(a) em sete meses de trabalho se estabeleceu 1.422 “contatos de trabalho” com os membros da rede de João (incluíram-se os contatos na rua e as participações

O sistema de redes do “parceiro”

nas atividades). Isto significa 88 contatos de trabalho em sete meses por pessoa, isto significa 12 contatos por mês e mais de três por semana por pessoa.

(b) a participação nas atividades (excluída a atividade de rua) envolveu todos os ‘nós’ da rede particular de João, aos ‘nós’ de sexo feminino e aos mais jovens. Isto era, por um lado, parte da estratégia, mas, no entanto, pode haver outras explicações para dar conta desta participação (por exemplo, a pouca idade pode favorecer uma maior disponibilidade para construir novas relações e para a mudança).

(c) A estratégia de base é o trabalho de rua, é por meio desta atividade que a relação permanece viva e ativa; que se recuperam interrupções de processos e que se preenchem os “tempos vazios” das outras atividades.

(d) Se observar a participação nas atividades clássicas do tratamento (não somente comunitário), esta é fragmentária e baixa (se comparada, por exemplo, com o trabalho de rua). Estas atividades implicam uma preparação mais detalhada e que requerem mais tempo, são atividades estruturadas (têm tempos, horários, acordos a serem respeitados, lugares nos quais se deve estar, regras etc.) e seu limiar é mais alto. Com tudo isto, estas atividades são importantes porque é destas que toma forma um “dispositivo de vida cotidiana diferente”. Os contatos na rua têm, então, uma tarefa essencial: manter a relação entre os membros da rede e o dispositivo de atividades, isto garante não somente a mudança, mas também sua persistência no tempo. (Caso João_12)

Este, no entanto, é somente mais um dos aspectos relevantes do tratamento comunitário. Outro aspecto enfoca-se nos atores que implementam e participam destas atividades. O primeiro dado é que estas atividades estão abertas a todos os que desejam participar e não somente às pessoas em situação de exclusão. Coloca-se uma ênfase particular neste aspecto, de maneira que não sejam atividades

Construção do dispositivo

etiquetadas que, por consequência, etiquetam. O segundo dado é que se há uma diversidade de pessoas que participam, há também uma diversidade de relações que se estabelecem. O terceiro ponto é que se busca que os “animadores ou facilitadores” destas atividades sejam membros da rede de recursos comunitários (ver este assunto mais adiante). Desta maneira, as relações que se estabelecem diretamente nas atividades são complementares no que diz respeito às relações de vida cotidiana que todos os participantes vivem por serem membros dessa comunidade.

Resta, agora, ver qual tem sido o efeito desta estratégia. O tratamento comunitário tem diversos instrumentos para medir o resultado de suas ações. Considerar-se-á unicamente um deles: a rede subjetiva de Inês observada depois de nove meses (veja Capítulo 2).

No fragmento seguinte observa-se a modalidade com a qual se tem armazenado a informação sobre a rede de João:

Depois de nove meses realiza-se uma avaliação da rede subjetiva de João e também uma nova avaliação com o questionário de avaliação do tratamento comunitário. Neste caso, a coleta da informação se faz também com a participação de João e de três dos ‘nós’ de sua rede (DE, RE, XD). Esta coleta é, na realidade, uma reunião de equipe na qual se junta toda a informação disponível. Em um segundo momento averigua-se com os egos das redes que se estuda e, se necessário, com a rede operativa. Não se trata de uma entrevista, as entrevistas se fazem quando não existe trabalho cotidiano na rua, quando não há redes operativas, quando as redes subjetivas comunitárias não existem. (O caso João_13)

A modalidade com a qual se fez a coleta da informação é, de fato, uma intervenção de rede em si. As condições relacionais mudaram significativamente e agora é possível fazer esse trabalho não só com João, mas com outros membros de

O sistema de redes do “parceiro”

sua rede subjetiva. Isto acrescenta à informação maior validade e permite a João ter uma perspectiva mais aberta de sua rede (com a ajuda de seus amigos e dos membros da equipe).

Tabela 3.14 – Matriz de adjacência da rede de João (2) – segunda observação

	Ego	FG	BR	DT	CC	MO	ML	ZA	JB	JS	BA	DE	RO	ST	TD	NC	MB	CS	CN	QB	OA	RA	RE	AX	XD	PA	ZA	CM	QR
	M	M	M	M	F	M	F	F	M	M	M	M	M	M	F	M	M	M	F	F	F	F	F	F	M	M	M	F	F
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
1	Ego	M	1	1	1	1	1	1	1				1	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
2	FG	M	1							1									1		1				1				
3	BR	M		1		1		1	1			1		1				1		1		1			1	1		1	
4	DT	M		1		1	1	1		1		1		1	1	1				1		1							
5	CC	F		1		1		1	1	1	1		1			1			1	1	1	1	1	1		1		1	1
6	MO	M						1			1	1	1	1	1	1						1							
7	ML	F		1			1		1	1			1			1			1	1	1	1	1	1	1			1	1
8	ZA	F		1		1		1											1	1	1	1	1	1				1	1
9	JB	M		1		1		1					1		1					1				1		1			
10	JS	M	1	1										1						1		1			1				
11	BA	M			1	1															1								
12	DE	M	1		1	1				1			1				1			1		1			1	1			
13	RO	M	0											1						1	1	1			1				
14	ST	M	1	1		1	1			1							1			1		1				1			
15	TD	F						1					1							1	1			1					
16	NC	M	1		1					1				1					1	1						1			
17	MB	M	1					1										1	1	1	1	1	1	1	1	1			
18	CS	M																1	1	1	1	1	1	1	1	1			
19	CN	F	1			1	1		1	1						1			1		1		1		1		1	1	1
20	QB	F				1	1		1	1							1			1		1		1		1		1	1
21	OA	F				1	1		1	1							1			1	1		1		1	1	1	1	1
22	RA	F	1	1		1	1		1	1	1							1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1
23	RE	F	1	1		1	1		1	1							1			1	1		1		1		1	1	1
24	AN	F	1			1	1		1	1									1	1	1	1	1	1			1	1	1
25	XD	M		1	1	1	1			1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1				1	1			
26	PA	M	1																1	1			1		1	1	1		
27	ZA	M											1			1				1							1		1
28	CM	F		1															1	1		1	1	1	1			1	1
29	QR	F	1																1	1		1	1	1	1				1

Utilizando esta matriz trata-se de ver, agora, na tabela seguinte, quais têm sido as mudanças na rede de João e qual o seu significado.

Construção do dispositivo

Tabela 3.15 – Medidas comparativas das redes de Inês (1 e 2), Rosa e João (1 e 2)

Análise comparativa da RSC de Inês (duas observações), de Rosa e da rede subjetiva de João (1) (2)					
	Inês (1)	Inês (2)	Rosa	João (1)	João (2)
Amplitude	12	40	148	16	29
Número de laços	39	227	1468		
Densidade	0,29	0,14	0,06	0,67	0,35
Grau médio	3,25	5,67	9,91	10,06	9,93
Componentes	1	4	3	1	1
Distância média	1,80	0,68	2,04	1,30	1,70
Diâmetro	4	4	3	2	3
<i>(Degre_Centr) network centralization out_degree</i>	77,68	87,64	93,887	51,46	37,24
<i>(Degre_Centr) network centralization in_degree</i>	38,17	37,63	53,47	51,45	48,34
<i>Betweenness centrality index</i>	43,70	42,59	41,91	5,58	
Reciprocidade	0,56	0,27	0,60	0,56	0,34
Cliques 4	4	54	-	16	10
Cliques 5	0	7	-	8	0
Cliques 7	0	0	19		
Cliques 10	0	0	9		
Cliques >10	0	0	9		

Efetivamente, tudo mudou. Entre os elementos que mudaram mais profundamente encontram-se:

(i) a amplitude;

(ii) a densidade;

(iii) a centralização nos graus de saída;

(iv) João é o ‘nó’ que tem o maior grau de saída, mas não de entrada, que pertence aos ‘nós’ XD (25) e PA (26); o primeiro é o treinador de futebol e anima as atividades nesta área, ele é membro da rede operativa e habitante da

O sistema de redes do “parceiro”

comunidade; o segundo é membro da equipe e educador (não reside na comunidade);

(v) o número de cliques mudou fortemente, não existem cliques de cinco ‘nós’, mas só de 4 e os atores/‘nós’ mais presentes nestas cliques são o ‘nó’ 8 (presente em nove das 10 cliques), e os ‘nós’ 22 e 24 (presentes em seis das 10 cliques); o ‘nó’ 1 (ego) está presente só em dois cliques.

Pode-se, então, confirmar que esta estratégia modificou o contexto relacional de João e de toda a sua rede (ver, para tanto, a descrição do caso João). Trata-se, agora, de ver se isto produziu, também, uma mudança nas condições de vulnerabilidade e exclusão nas quais João se encontrava no momento do primeiro contato. Para isso, o Tratamento Comunitário dispõe de dois instrumentos: a Folha de Primeiro Contato e o Questionário de Avaliação do Tratamento Comunitário (QEvCBT) (ver Caso João, na bibliografia).

Rede Primária

Se a rede subjetiva é a base mínima sobre a qual se assenta o esforço de socialização, de construção de identidade e segurança da pessoa, a rede primária é o campo de extensão maior (a base máxima) que a pessoa pode ter em sua vida e da qual depende também sua identidade, sua participação social, sua segurança e qualidade de vida. A rede primária é uma boa representação do que é o capital social de uma pessoa.

Conceito

Entre as definições de rede primária menciona-se, na continuação, duas delas. O propósito não é considerá-las como pontos de referência para este marco conceitual, mas iniciar uma reflexão e um estudo sobre estas entidades sociais.

Construção do dispositivo

A rede primária reúne em torno de um indivíduo todas as pessoas com as quais este fará interações durante sua vida cotidiana: membros de sua família, de seu bairro, seus amigos, os colegas de trabalho; também os membros de seu contexto social, da profissão, da comunidade étnica a qual pertence. A rede secundária, por outro lado está constituída pelas Instituições Sociais (Escolas, Hospitais, Administração...) que se apropriaram da responsabilidade de definir as necessidades da população. (Trémintin, 2006)

Encontra-se, aqui, uma rede composta por 'nós' procedentes da família, trabalho, vizinhança, bairro, amigos, profissão, etnia etc. Trata-se, então, de uma entidade social complexa. A complexidade é devida a diferentes fatos, entre estes: (i) a mesma pessoa pode ser um familiar e um membro da mesma etnia e da mesma profissão etc; (ii) pertence, então, a mais de uma sub-rede na rede primária; (iii) uma relação consiste na realidade em um "fluxo de vínculos" no qual o princípio sistêmico se aplica plenamente: o todo de uma relação é uma relação em si, diferente dos vínculos considerados separadamente.

O segundo conceito introduz novos aspectos: unidade relacional, agregações naturais, não formais, reciprocidade, dom etc. As redes primárias...

são parte das unidades relacionais que incluem os vínculos de parentesco, de vizinhança, de amizade e de trabalho no marco de uma entidade coletiva. Fala-se, então, de agregações naturais, não formais que se constituem e se condensam no tempo e no espaço. A diferença das redes de mercado que se organizam a partir do dinheiro como elemento mediador, e das redes de serviços públicos que são organizados a partir de princípios jurídicos, as redes primárias se organizam a partir de um princípio de reciprocidade e têm como princípio mediador **o seu dono**. As redes primárias são então habitadas (...) pelo espírito do dono que estabelece uma cadeia (um processo) dar-receber-trocar, seguindo uma dinâmica incessante, na qual se joga não somente a cultura coletiva, mas

O sistema de redes do “parceiro”

também a liberdade de cada indivíduo. Existe uma ligação estreita entre a vida de cada pessoa e a rede à qual pertence. Na realidade, as pessoas são capazes de resolver seus problemas e necessidades na medida em que estão em condição de pedir ajuda a um grupo preciso e organizado de vínculos/relações que, por um lado, criam dependência e, por outro, oferecem um sistema de obrigações. (Sanicola, 1997, p. 56)

O texto de Lia Sanicola amplia o olhar para um mundo de redes mais extenso do que ao mundo estritamente ligado à sociologia e à psicologia, das interconexões entre indivíduos, grupos, entidades formais ou não formais; amplia até o mundo da antropologia e de seu sentido. O tema do dono se inspira em um trabalho fundamental de Marcel Mauss (Mauss, 1923-1924; Bikard, 2011), que teve impacto não somente nas ciências antropológicas, mas nas ciências sociais como um todo, e também nas ciências econômicas (Carrier, 2005, p. 242 ss).

O tema do **dono** interconecta o tratamento comunitário com o conceito de comunidade que nasceu no referencial da pesquisa teórica e conceitual de *Eco*², na qual a comunidade está composta por todos aqueles atores que pagam o preço (*cum-munus*) para participar, onde comunicar e participar inicia-se com “colocar algo em comum”.

O esquema das redes que se apresenta (Gráfico 3.5) é uma das opções na classificação de redes e, como outras possíveis propostas, depende daquilo que se deseja fazer visível ou ressaltar. Lendo este quadro observa-se que as redes primárias são em realidade um conjunto de tipos diferentes de redes.

Construção do dispositivo

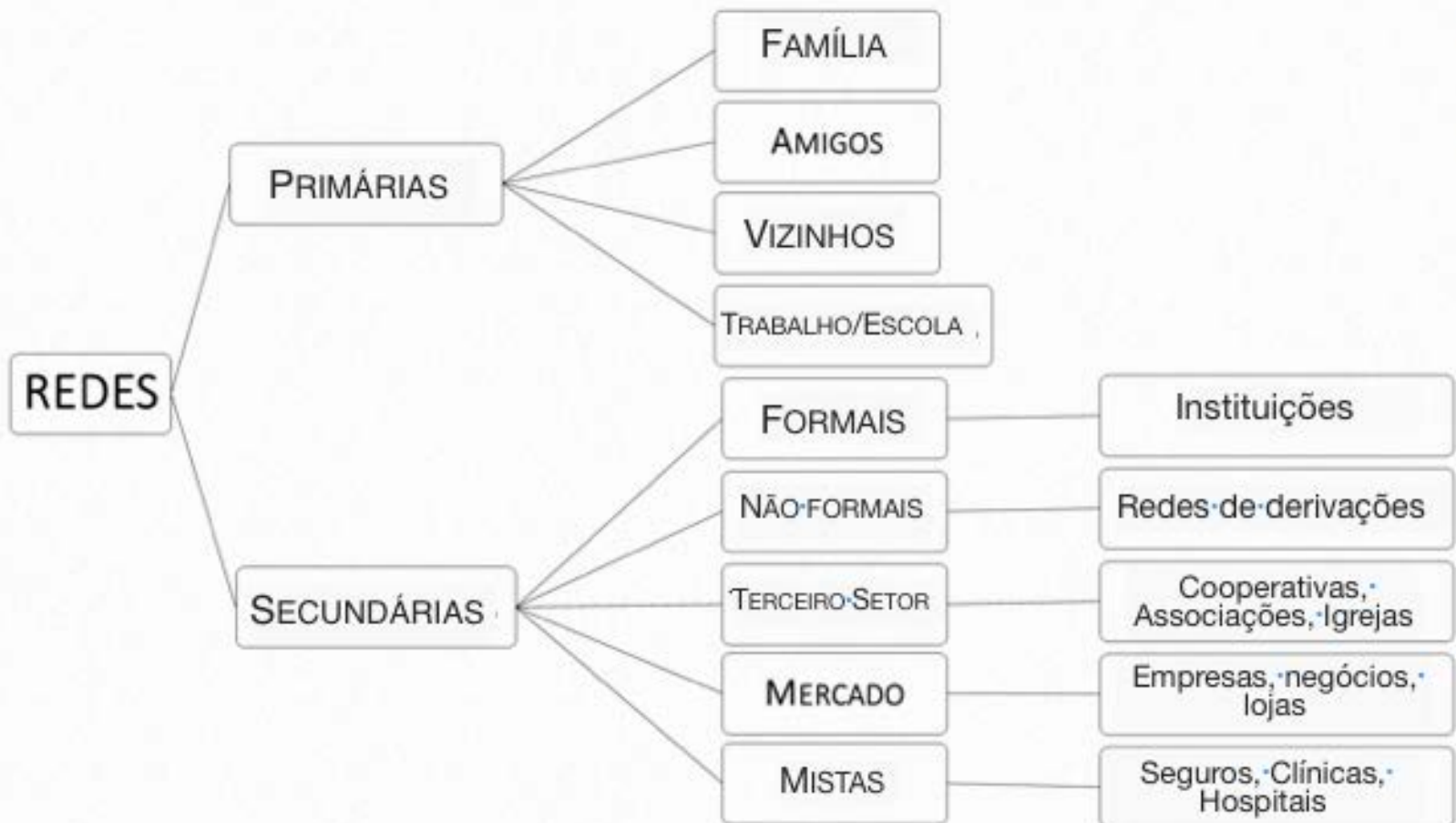


Gráfico 3.5 – Redes primárias e secundárias

Gráfico elaborado a partir do trabalho de Lia Sanicola (1997)

Na prática, o conceito de rede primária que se tem utilizado no tratamento comunitário tem sido o seguinte: (a) uma rede composta por todas as pessoas com as quais se tem uma relação amigável e que constituem (segundo o ponto de vista do ego) um recurso para ele no presente ou no futuro; (b) as relações amigáveis entre as pessoas da rede. Observa-se que: (i) a rede primária é uma rede de pessoas, independentemente de seu papel social (que pode ser institucional e formal); (ii) a rede primária é, ao mesmo tempo, uma rede subjetiva e uma rede subjetiva comunitária; (iii) uma rede primária inclui a rede subjetiva; (iv) como a rede subjetiva, e como todas as redes, esta também evolui constantemente.

Considera-se, também, que se a rede subjetiva, por um lado, constitui a base social mínima de uma pessoa, o impacto mais profundo esperado pelo tratamento comunitário é sobre a rede primária. É esta rede a que visibiliza as capacidades e

competências sociais de uma pessoa, que constitui sua base social (capital social), o resultado dinâmico de sua capacidade de socialização e inclusão social.

A rede primária constitui a base política que cada pessoa tem, representa de fato seu poder na sociedade e na comunidade no sentido de qual modo, de quais canais, a pessoa pode exercer sua influência, ser influenciado, obter os recursos dos quais necessita, e participar da vida social.

Existe uma dimensão ideal desta rede? Segundo pesquisas de Dunbar, este número se localizaria (com uma margem de erro de 5%) entre 100 e 230 (150 poderia ser uma amplitude média) (Coleman, 1968; Dunbar, R., 1993; Dunbar, R., 1992). As investigações de Dunbar baseiam-se na capacidade do neocórtex de visualizar e analisar não só a existência dessa quantidade de ‘nós’ (amplitude) mas, também, o entremeado de relações que existe entre eles.

Visibilizar a rede primária

O processo de visibilização da rede primária tem uma forte semelhança com o processo de visibilização da rede subjetiva, com uma diferença importante: não é o mesmo reconstruir uma rede de 10/25 ‘nós’ e uma de 100/230 ‘nós’, incluindo, acima de tudo, as relações entre estes ‘nós’ em termos “amigáveis”. Para isso se faz algumas sugestões.

Consideram-se como ‘nós’, que podem ser entrada nesta rede, as pessoas com as quais: (i) se tem uma relação amigável; (ii) são consideradas um recurso no presente ou no futuro; (iii) se recorda o nome ou o sobrenome ou um apelido; (iv) se conhece seu papel social; (v) se tem claro por qual razão estas pessoas podem ser um recurso no presente ou no futuro.

A visibilização da rede primária pode ser considerada como uma evolução da visibilização da rede subjetiva. Neste sentido, pode ser uma de suas consequências ou um segundo passo no trabalho com a pessoa.

Construção do dispositivo

Acompanhar a pessoa que faz este tipo de trabalho implica: estar presente, orientar o trabalho, se necessário estimular a memória ou a atenção (por exemplo, ajudando a associar um 'nó' com outro).

Dificuldades: (i) fazer este trabalho em um tempo razoavelmente breve (um ou dois dias) de maneira que se possa considerar o produto como se fosse uma fotografia da rede primária; (ii) ter uma ideia clara das relações amigáveis entre os 'nós' da rede primária (isto tem um efeito notável sobre a densidade); (iii) ter claro que se incluem na rede primária só os 'nós' com os quais o ego tem uma relação direta.

Análise de casos

Apresentam-se agora três casos de redes primárias. São exemplos reais de pessoas que têm realizado esta tarefa. A modalidade de coleta da informação tem sido individual: cada pessoa, depois de haver recebido a tarefa e coletada a lista dos nomes, sucessivamente conectou cada um deles com todos aqueles com os quais esse 'nó' tinha relações amigáveis, e foram indicados alguns atributos.

O sistema de redes do “parceiro”

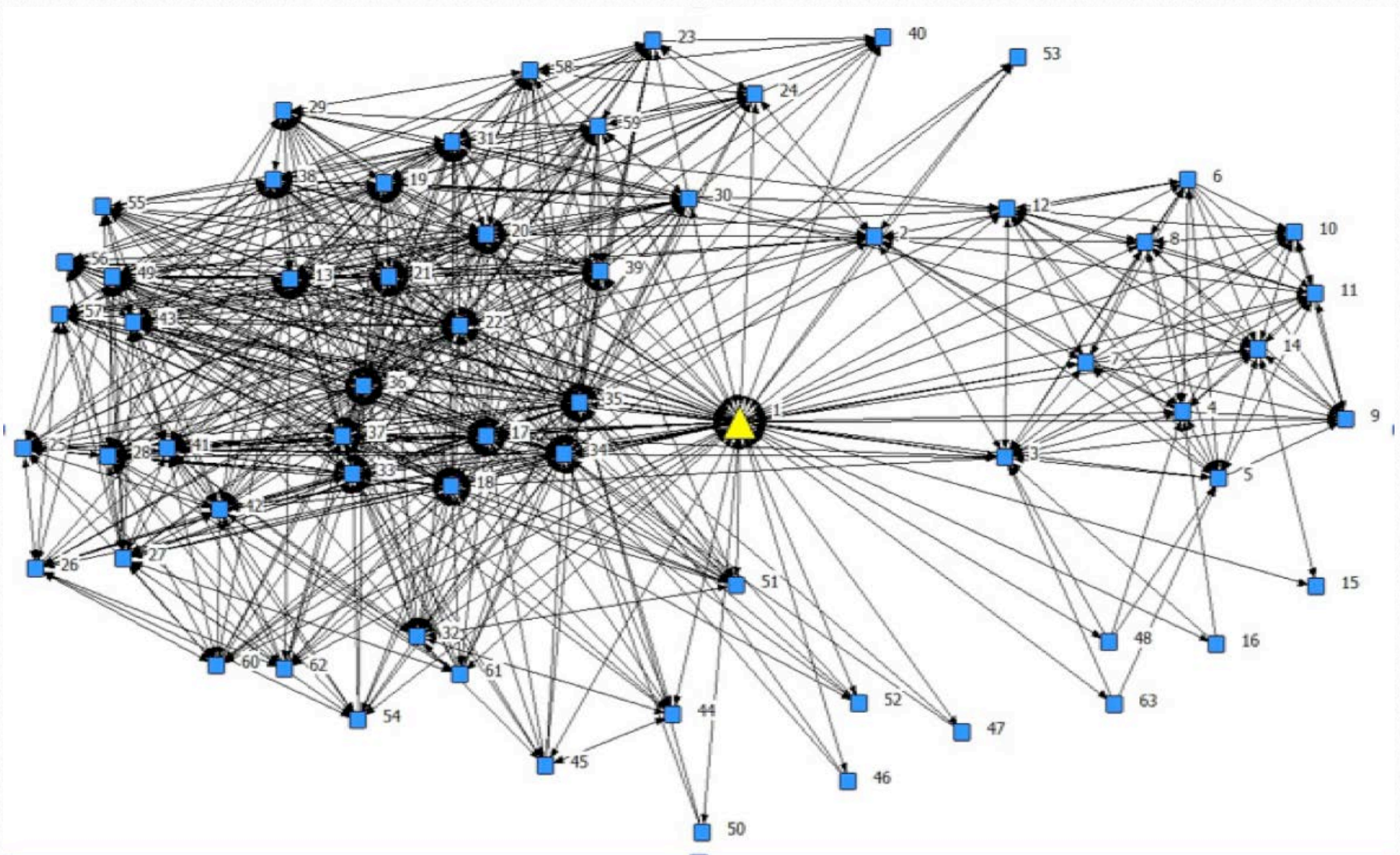


Gráfico 3.6 Rede Primária (S_1)

A leitura visual da rede S₁ (Gráfico 3.6) permite evidenciar os seguintes aspectos: (i) trata-se de uma rede de 63 ‘nós’ e 1.105 interconexões; (ii) a rede está subdividida em duas sub-redes: a primeira na esquerda do gráfico e a segunda na direita; (iii) se remover os ‘nós’ 2, 3 e 12, as duas sub-redes são conectadas quase exclusivamente por meio do ego (persistem dois contatos com os ‘nós’ 7 e 14); (iv) Os ‘nós’ com centralidade mais alta se encontram todos na sub-rede esquerda; (v) o peso do ego na manutenção das duas redes não é relevante; estas duas redes têm uma densidade bastante elevada para poder seguir subsistindo como tais mesmo sem a participação do ego; neste sentido, não são dependentes do ego; (vi) Se retirar o ego, as duas sub-redes permanecem fortemente interconectadas. Neste sentido

Construção do dispositivo

pode-se dizer que se trata de uma rede sólida composta de duas sub-redes bem conectadas e, por sua vez, autônomas.

A leitura da rede R_1 (veja-se Gráfico 3.7) permite evidenciar os seguintes aspectos: (i) trata-se de uma rede de amplitude 60, com 707 interconexões; (ii) a rede tem uma sub-rede bem delineada no lado direito do gráfico e outras sub-redes com fronteiras menos marcadas. Observa-se, de todo modo, densidades diferentes no gráfico, por isso pode-se pensar em sub-redes de certa consistência; (iii) Se retirar os 'nós' 1 e 2 a rede se fragmenta (as duas sub-redes no canto inferior esquerdo são isoladas); (iv) Se retirar os 'nós' 1, 2 e 13 a parte inferior da rede é totalmente isolada com a produção de três sub-redes. Trata-se, então, de uma rede fortemente dependente do ego e de dois outros 'nós'. Se observar a parte superior da rede (aquela que persiste mesmo sem a presença do ego e dos 'nós' 2 e 13, esta é fortemente autônoma, está sendo bem conectada, e sua persistência como rede não depende só de poucos 'nós', mas é assegurada por um alto número destes).

A leitura da rede T_1 (Gráfico 3.8) permite evidenciar os seguintes aspectos: (i) trata-se de uma rede de amplitude 160 com 2.267 interconexões; (ii) à primeira vista existem duas sub-redes suficientemente bem identificadas (uma à direita e uma à esquerda do 'nó' 42, na parte baixa esquerda e central do gráfico); (iii) pode-se identificar, também, outras redes de menor densidade no lado direito do gráfico (centradas nos 'nós' 3 e 4) e outra na zona direita superior, centrada nos 'nós' 111 e 106; (iv) é uma rede fortemente interconectada que subsiste mesmo sem a presença do ego (não é dependente do ego), com exceção de quatro 'nós' (114, 27, 6, 26) no lado direito inferior do gráfico.

O sistema de redes do “parceiro”

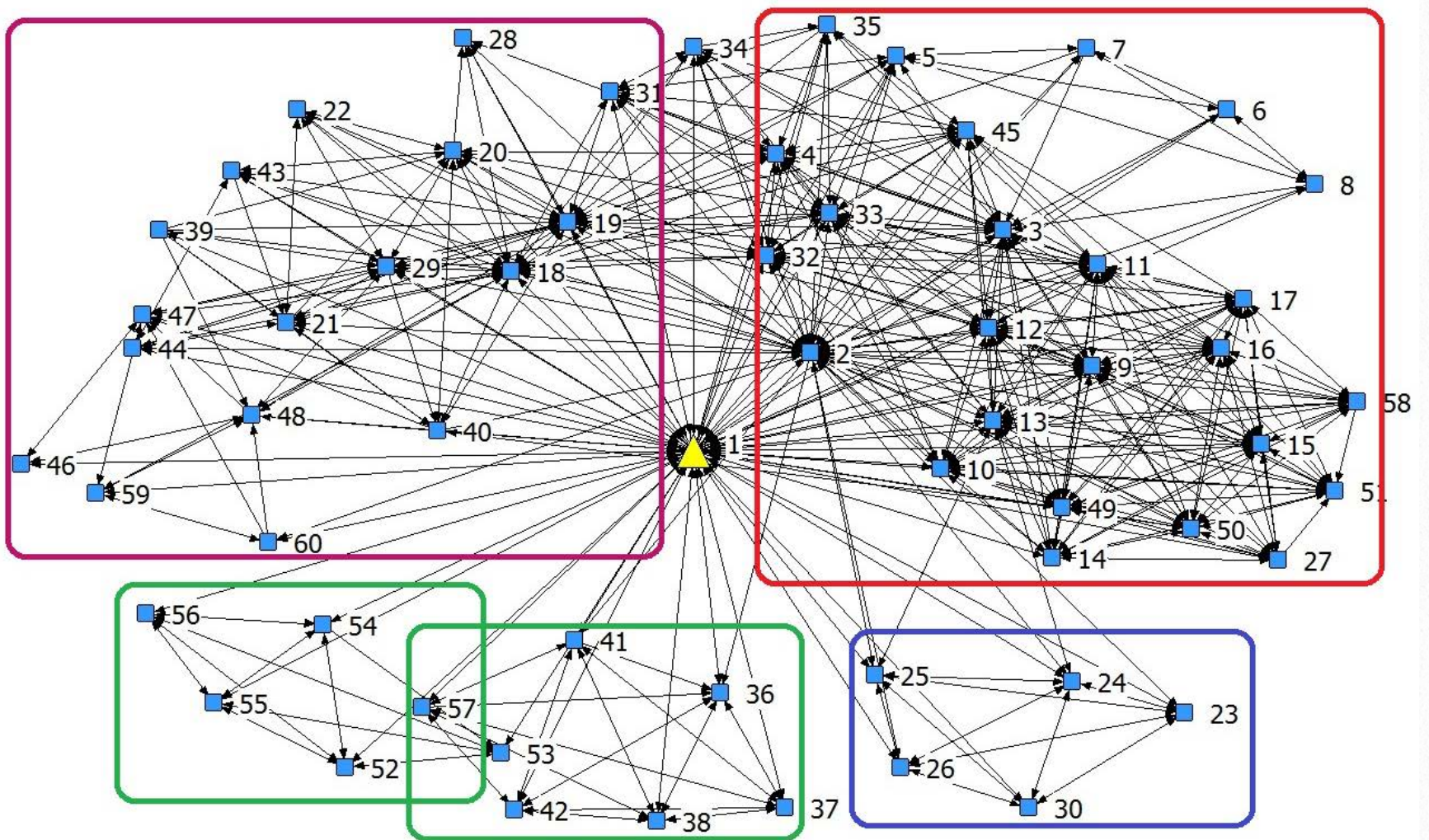


Gráfico 3.7 – Rede Primária (R.1.)

Construção do dispositivo

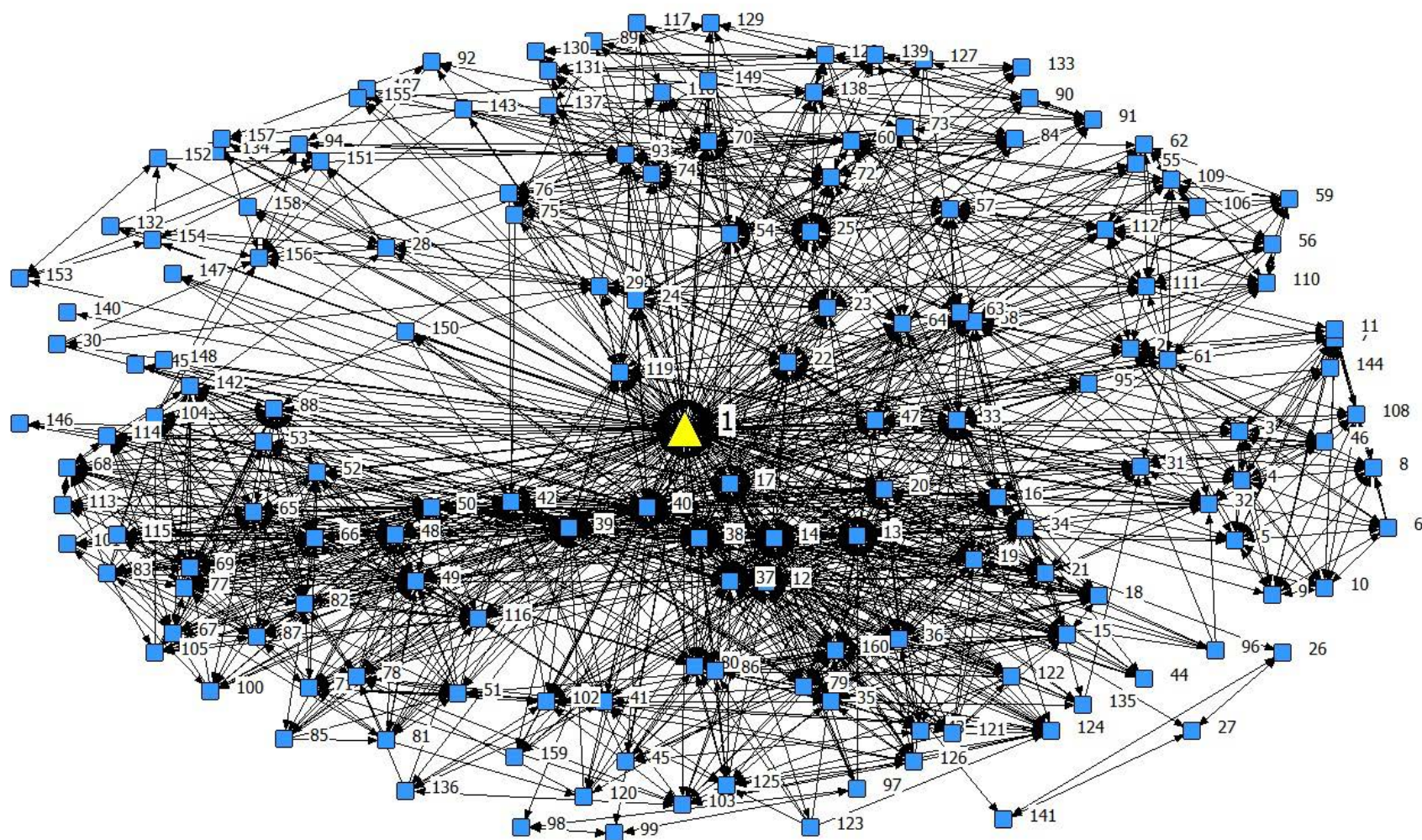


Gráfico 3.8 – Rede Primária (T_1)

Para poder entender a complexidade destas entidades sociais é necessário recorrer à sua análise quantitativa. Apresenta-se, a seguir, uma tabela na qual se reproduzem algumas medidas de diferentes tipos de redes [redes subjetivas (RS), redes primárias (RPrim), redes subjetivas comunitárias (RSC) individuais e de uma equipe], algumas delas foram analisadas no Capítulo 2.

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.16 – Medidas sinóticas de redes subjetivas e primárias

Comparação das características estruturais quantitativas de diferentes tipos de redes									
	Inês (1)	Inês (2)	Rosa	Equipo	Juan (1)	Juan (2)	R_1	S_1	T_1
Tipo de rede	Egored	Egored	RSC	RSC	Egored	Egored	R_Prim	R_Prim	R_Prim
Amplitude	12	40	148	193	16	29	60	63	160
Número de laços	39	227	1468	1770	161	288	707	1105	2267
Densidade	0,290	0,140	0,060	0,048	0,670	0,350	0,190	0,280	0,090
Grau médio	3,25	5,67	9,91	7,17	10,06	9,93	11,66	17,52	14,11
Componentes	1	4	3	7	1	1	1	1	1
Distância média	1,80	1,89	2,04	2,27	1,32	1,72	1,80	1,71	1,91
Diâmetro	4	4	3	4	2	3	3		3
Centralização da rede, graus de saída	76,86%	87,64%	93,89%	73,20%	35,11%	37,24%	9,95%	35,61%	18,33%
Centralização da rede, graus de entrada	37,19%	37,63%	53,47%	41,79%	35,11%	48,34%	10,17%	36,43%	18,21%
Índice de centralidade da intermediação	52,56%	42,59%	41,91%	33,57%	5,58%	7,78%	58,40%	43,51%	70,44%
Reciprocidade	0,56	0,27	0,60	0,58	0,56	0,34	0,79	0,79	0,57
Cliques 4	0	54	-	42	16	10	57	120	218
Cliques 5	0	7	-	29	8	0	56	111	161
Cliques 7	0	0	19	20	0	0	25	80	98
Cliques 10	0	0	9	10	0	0	3	23	14
Clique mais amplas (num dos nós)	3		16	16	5	4	11	15	11

Para entender as implicações e o sentido destes números é necessário lembrar que as redes primárias diferenciam-se das redes subjetivas por exigir que cada ‘nó’ responda a critérios que não são unicamente os de ter relações amigáveis com o ego, mas que sejam consideradas um recurso no presente ou no futuro, que

Construção do dispositivo

se conheçam diretamente e que se conheça também seu nome (ou apelido ou sobrenome).

Evidenciam-se neste contexto somente três elementos estruturais. O primeiro tem a ver com a *densidade*. Confirma-se o fato de que a densidade parece ser inversamente proporcional à amplitude da rede. Por esta razão, a amplitude pode ser utilizada para modificar a densidade e a densidade para modificar a amplitude.

O segundo tem a ver com a centralização. Têm-se três dados: a *centralização de grau* de entrada e de saída (Índice de Centralização da rede) e a *centralização de intermediação*. Os índices de centralização nas três redes primárias são muito baixos, tanto pelos graus de entrada e de saída (veja-se a diferença, por exemplo, na rede Inês [1 e 2], na rede da equipe e na de Rosa). A diferença das outras redes é que estas dependem de um grande número de 'nós', por esta razão são mais persistentes frente a uma modificação da amplitude ou da densidade. No caso em que fosse necessário modificar alguns parâmetros estruturais destas três redes seria necessário utilizar, por exemplo, a intermediação.

O terceiro elemento tem a ver com a *intermediação*. A centralidade de intermediação é alta na rede T_1, média nas outras duas redes primárias, média e/ou baixa nas outras redes. Recorde-se que quando todos os 'nós' são reciprocamente adjacentes (todos estão interconectados com todos de maneira direta e recíproca) a centralidade de intermediação é igual a 0 (zero). Ter então uma centralidade de intermediação de 70,44% significa que poucos 'nós' ocupam lugares estratégicos na rede. Estes lugares lhes atribuem uma importância como ponte ou interruptores entre outros 'nós' ou entre sub-redes. Trata-se de uma forma de poder e liderança no interior da rede que depende quase exclusivamente da posição que um 'nó' ocupa. A intermediação pode ser considerada como o suporte sobre o qual se apoia toda a rede. Em uma rede primária pode-se considerar que ter uma centralidade de intermediação superior a 50% seja um fator protetor da rede, favoreça e assegure sua continuidade no tempo. Pode-se considerar, também, que na rede primária a

centralidade de intermediação tenha o mesmo papel da densidade em uma rede do ego.

A pessoa e sua rede de Líderes de Opinião

Cada pessoa, por seu ser social, é ponto de chegada e de saída de processos de influência social, e uma das funções centrais dos líderes de opinião é influenciar. Como se tem visto, uma rede é um sistema social especialmente centrado nos processos relacionais que dão forma a lideranças de diferentes tipos. Em uma rede a liderança significa essencialmente a possibilidade de influenciar o comportamento dos outros. Em uma rede subjetiva, uma rede primária, ou em uma rede subjetiva comunitária se tem entendido que os ‘nós’ que ocupam uma posição central (sobretudo em termos de graus de entrada), têm um maior poder de influência sobre os outros para os quais os graus de entrada são menores.

Influência social é um processo que tem como finalidade orientar ou dirigir o sistema de crenças, atitudes, objetivos, os processos de decisão e as condutas de pessoas ou grupos. Em geral se distingue em duas vertentes: informativa e normativa. No primeiro caso atribui-se credibilidade a um interlocutor porque se considera que possui informações úteis. No segundo caso, lhe é atribuída credibilidade pelos valores que representa, pelo estilo de vida e normas das quais é portador. O conceito de influência social é complementar ao conceito de persuasão. Ver, em particular, os trabalhos de Serge Moscovici (Moscovici, *Psychologie Sociale*, 1984, p. 27 ss). [3.15]

Através do estudo das redes de líderes não formais aborda-se aqui um olhar sobre os processos de influência social. A relação amigável ou de amizade não é um elemento suficiente para que um amigo possa exercer influência sobre outro. Depende muitas vezes do tema sobre o qual a influência pode ser exercida. Se o ego necessita uma opinião sobre um tipo de curso de treinamento que queira frequentar, talvez não peça a opinião de um amigo, talvez nem todos seus amigos tenham os conhecimentos para responder à sua necessidade. Neste sentido, a rede de líderes do ego pode coincidir com sua rede subjetiva, mas não necessariamente.

Conceito

A rede de líderes de opinião do ego está constituída pelas pessoas às quais o ego recorre quando necessita de orientação, conselho, de uma opinião etc., e das relações entre elas. Quais relações? As relações de liderança, isto quer dizer relações nas quais um nó da rede reconhece que outro nó tem uma liderança. Trata-se, aqui, do conjunto de pessoas (e suas relações) das quais o ego aceita ser influenciado em suas opiniões, decisões, atitudes, comportamentos, sistemas de crenças e valores.

Visibilizar a rede de líderes de opinião

A visibilização da rede de líderes opinião do ego pode seguir processos diferentes, cada um deles tem alcances e validades diferentes.

Primeiro processo: observação direta. Por meio do trabalho de rua ou por meio da participação nas atividades da vida cotidiana, ou do tratamento comunitário, a equipe e a rede operativa podem coletar informações suficientes sobre as pessoas que o ego escuta, sobre temas ou argumentos. Desta maneira a equipe pode listar temas e associar a cada um deles uma ou mais pessoas. O segundo passo consiste em conectar todos os atores por meio dos temas nos quais são líderes.

Então, o *primeiro passo* é identificar os temas. Na Tabela 3.17 há uma lista hipotética de temas. Cada um dos temas é ocasião ou pretexto para uma pergunta. Por exemplo: a quem perguntar para encontrar uma pessoa que não sei onde mora? Supõe-se, então, que a pessoa que se busca é um líder de opinião, porque tem informações que outros não têm e, por isto, tem credibilidade.

Tabela 3.17 – Lista de temas/opiniões/indicações para perguntar

A quem tenho que perguntar se quero (saber/conhecer/fazer etc.).

1. As melhores escolas e ao melhor preço
2. Com quem deixar as crianças em uma emergência
3. Onde comprar a melhor comida
4. O vendedor de drogas mais seguro
5. O melhor curandeiro
6. Encontrar ajuda para meu filho (a) expulso da escola
7. As zonas mais seguras na comunidade
8. Um bom livro
9. O melhor médico do centro de saúde
10. Quem compra roupa usada ao melhor preço
11. Organizar uma petição ao prefeito
12. Em qual candidato votar nas eleições
13. Qual é a melhor associação desportiva na comunidade

Agora que se sabem os temas, pode-se proceder ao *segundo passo*, que consiste em associar atores da comunidade a cada tema. Essa informação pode ser recolhida em uma folha de papel, ou de maneira informal em um caderno de anotações de campo. Em seguida, é oportuno sistematizar as informações obtidas em uma matriz, que se denomina matriz de incidência ou matriz de modo dois. Apresenta-se, a seguir, esta matriz com os dados sistematizados:

Tabela 3.18 – Lista de temas/opiniões/indicações para perguntar

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	1						1		1													
2		1	1												1							
3	1				1					1		1		1		1	1		1			1
4				1		1								1								
5			1				1						1		1				1			1
6				1		1	1	1						1								
7				1		1								1	1							
8							1				1							1			1	
9							1								1							
10				1		1					1			1								
11		1												1	1							
12			1												1							1
13					1									1				1				

Na Tabela 3.18, a cada tema é associado um ou mais atores da comunidade. Esta tabela tem vinte e dois atores e treze temas. Obviamente, o número de temas pode ser maior e também o número de atores, por outro lado, os temas podem mudar com o tempo e também os atores.

Com esta tabela pode-se, agora, proceder à visualização das interconexões entre temas e atores, utilizando uma vez mais Ucinet O Gráfico 3.9 é o resultado deste processo:

O sistema de redes do “parceiro”

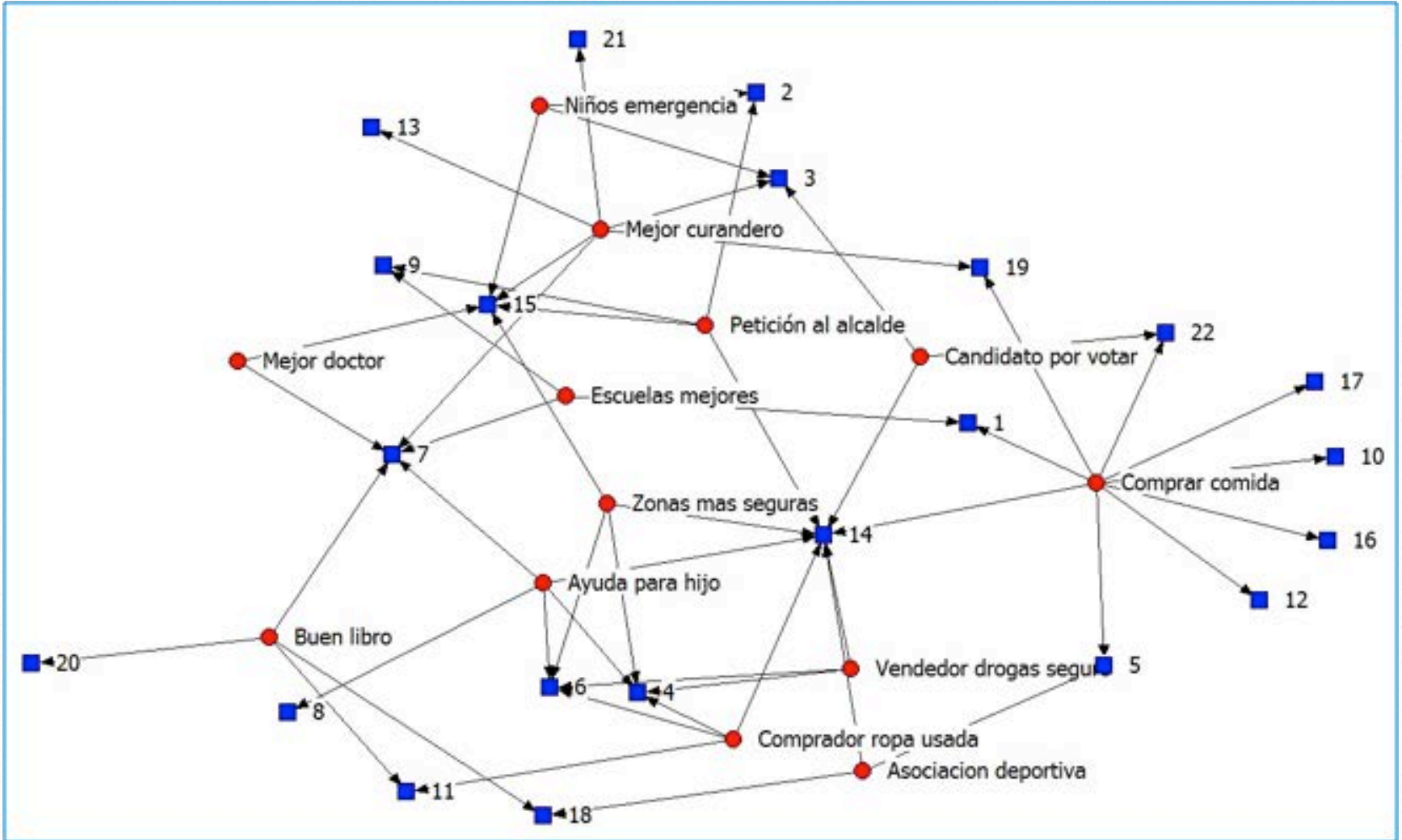


Gráfico 3.9 – Visualização das interconexões entre temas e atores

Este gráfico tem algumas particularidades úteis para a leitura das relações. A primeira é que os temas se converteram em atores, atores de interconexão entre atores. Observe-se que as flechas vão dos temas aos atores, e não vice-versa, são os temas que interconectam, articulam, estabelecem convergências, alianças, organizam esta rede de atores. A segunda é que se pode aqui ter uma ideia de quais são os temas centrais e como eles centralizam os atores: petição ao prefeito, zonas seguras, comprador de roupa usada, associação esportiva, comprar comida, são temas que centralizam o ator 14 e articulam quase toda a rede em conexões diretas. Esta maneira de ver as redes, em que os temas são os atores que articulam a outros atores, permite entender como os conteúdos das ações ou dos eixos do tratamento comunitário podem ser, de fato, elementos articuladores de relações e redes.

Construção do dispositivo

Para ter uma visão mais precisa de como os atores se articulam a partir das indicações do parceiro (teórico) que tem esta rede de líderes, pode-se converter esta tabela de modo 2 em uma Tabela de modo 1, quer dizer, uma matriz de adjacência como as que foram apresentadas e analisadas nas páginas precedentes e no Capítulo 2.

Os passos para fazer esta conversão são os seguintes: (i) construir uma matriz quadrada com os 22 'nós' em coluna e 22 'nós' em linha (ver Tabela 3.19); (ii) o segundo passo consiste em transferir os dados da matriz de incidência para a matriz de adjacência; para isso pode-se iniciar com o ator 1. Este ator, por meio do tema 1, vinculou-se com os atores 7 e 9, e por meio do tema 3 vinculou-se aos atores 5, 10, 12, 16, 17, 19, 22; (iii) procede-se da mesma maneira com todos os outros temas/atores até encerrar todas as vinculações.

Aviso importante: associa-se os atores por meio dos temas lendo a tabela da esquerda para a direita. Exemplos: se escolhem o ator 18 e leio da esquerda para a direita, inicio com a casa {8, 18} e vejo que o ator subsequente é o 20, na casa {8,20}. Não incluo os atores que se localizam na mesma linha no sentido direita esquerda (11 e 7), porque o processo de fazer simetria ocorrerá em outro momento.

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.19 Lista de temas/opiniões/indicações por pergunta

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
1	1				1		1		1	1		1				1	1		1			1	
2		1																					
3			1																				
4				1																			
5					1																		
6						1																	
7							1																
8								1															
9									1														
10										1													
11											1												
12												1											
13													1										
14														1									
15															1								
16																1							
17																	1						
18																		1					
19																			1				
20																				1			
21																					1		
22																						1	

Procedendo desta maneira chega-se a ter uma matriz de adjacência completa, como se pode ver na Tabela 3.20, a seguir.

Construção do dispositivo

Tabela 3.20 – Matriz de adjacência dos atores vinculados por temas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22			
1	1				1		1		1	1		1				1	1		1			1			
2		1							1					1	1										
3			1										1	1	1					1		1	1		
4				1		1	1				1			1	1										
5					1					1		1		1		1	1	1	1	1			1		
6						1	1				1			1	1										
7							1				1		1	1	1			1	1	1	1		1		
8								1							1										
9									1					1	1										
10										1			1		1		1		1		1		1		
11											1								1		1		1		
12												1				1	1		1				1		
13													1						1			1			
14														1				1					1		
15															1					1			1		
16																1			1				1		
17																	1			1			1		
18																		1				1			
19																					1		1		
20																							1		
21																								1	
22																									1

Agora é o momento de fazer a simetria da tabela. Esta operação se faz porque se o ator 2 está vinculado pelo tema 5 ao ator 9, então, também o ator 9 está vinculado ao ator 2 pelo mesmo tema. Esta operação de simetria é um procedimento automático, que se pode fazer com Ucinet por meio da função: (*Transform> Symmetrize*).

O sistema de redes do “parceiro”

Tabela 3.21 – Matriz de adjacência simétrica dos atores vinculados por temas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
1	1				1		1		1	1		1				1	1		1			1	
2		1							1					1	1								
3			1										1	1	1				1		1	1	
4				1			1	1			1			1	1								
5	1		1		1					1		1		1		1	1	1	1	1			1
6				1		1		1			1			1	1								
7	1			1		1	1		1	1		1	1	1	1			1	1	1	1		1
8				1		1	1	1						1									
9	1	1					1		1					1	1								
10	1				1					1			1	1		1		1		1		1	1
11				1		1	1				1								1		1		1
12	1				1					1		1				1	1		1				1
13			1				1						1						1		1		1
14		1	1	1	1	1	1	1	1	1				1	1			1					1
15		1	1	1		1	1		1				1	1	1					1			1
16	1				1					1		1				1	1		1		1		1
17	1				1							1				1	1		1		1		1
18					1		1			1	1			1					1			1	
19	1		1		1		1					1	1		1	1	1		1		1		1
20							1			1	1							1			1		
21			1				1						1	1					1			1	
22	1		1		1					1	1	1		1		1	1	1	1				1

Agora esta matriz está pronta para ser tratada como uma matriz de adjacência normal. Pode-se, então, visualizar as relações entre atores produzidas pelos temas nos quais este parceiro pede ajuda, conselho, orientação etc. Como se mencionou acima, nesta matriz os temas têm o papel de um conjunto de vínculos que produziram uma relação. A Tabela 3.21 reflete a relação resultante deste conjunto de vínculos. O passo seguinte é visibilizar esta rede de líderes de opinião (segundo a perspectiva do parceiro) utilizando a função *netdraw* de Ucinet. O resultado encontra-se no gráfico a seguir:

Construção do dispositivo

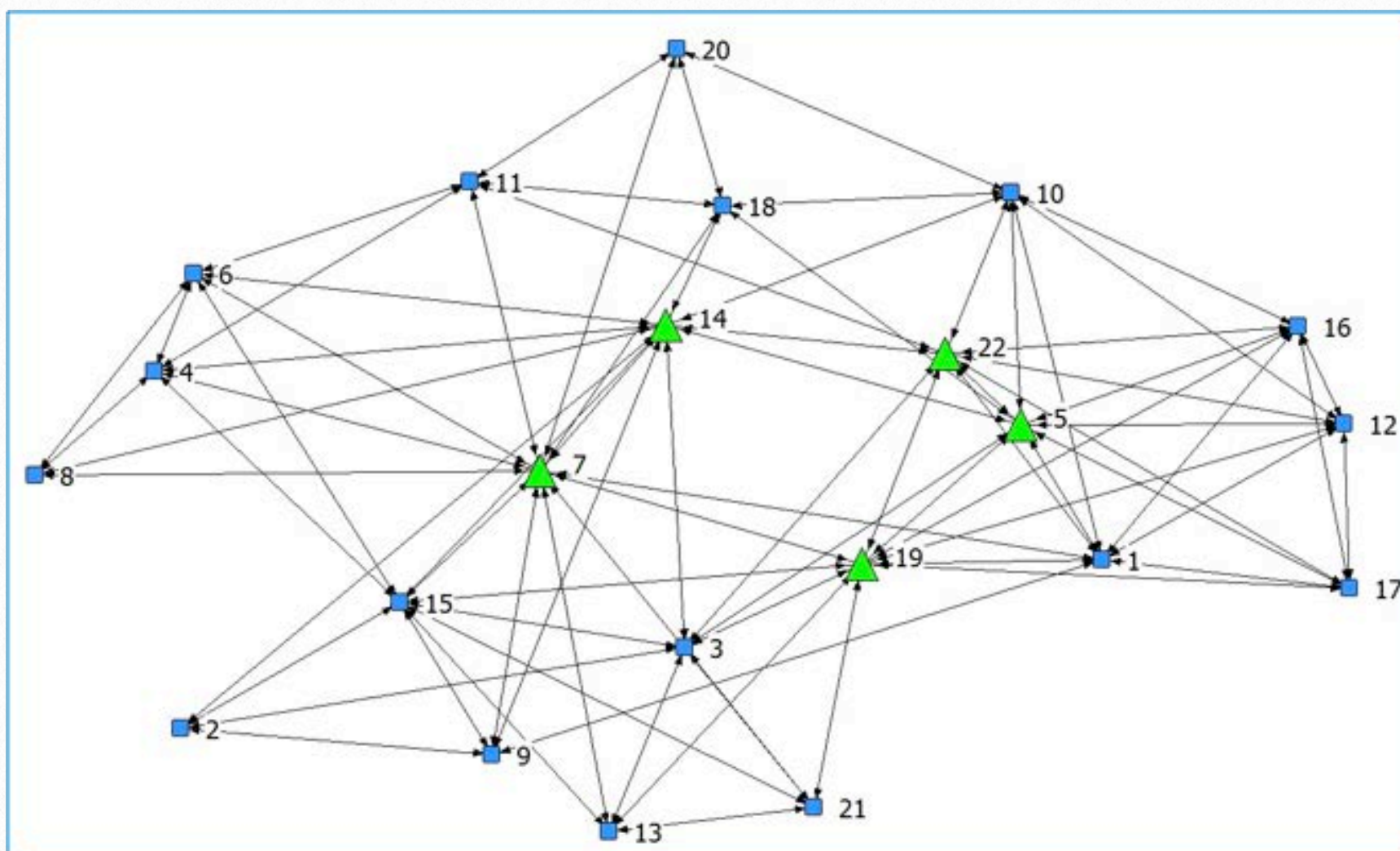


Gráfico 3.10 – A rede de líderes de opinião do parceiro

Os ‘nós’ (atores) indicados com um triângulo são aqueles que resultaram serem mais centrais, utilizando a centralidade *eigenvector*. Agora pode-se proceder a todo tipo de análise e observações com as mais diversas finalidades: pesquisa teórica (sobre o modelo), pesquisa aplicada (usando os resultados para implementar ações de influência social), ou simplesmente como ferramenta de trabalho para seguir trabalhando com o parceiro a sua rede subjetiva e a sua rede de líderes de opinião.

As análises quantitativas podem resultar mais apropriadas quando se tem um alto número de redes de líderes de opinião individuais e se quer comparar

O sistema de redes do “parceiro”

parâmetros, ou quando se quer analisar a rede de líderes de uma comunidade para construir o marco da criação do dispositivo do tratamento comunitário.

Observações

O dispositivo do parceiro é seu micromundo existencial (ver, para isso, Bronfenbrenner). A abordagem que se tem proposto neste capítulo tem como finalidade entender esse micromundo relacionado com o parceiro, visibilizando-o dia a dia por meio da participação nas atividades do tratamento comunitário e na vida da comunidade. Não se trata de criar dispositivos específicos para coletar a informação, a menos que isso não tenha sentido no processo de cada pessoa. Trata-se de observar, construir sentido e acompanhar o parceiro em seu processo de saber observar e construir sentido.

4. O sistema de redes do dispositivo

Da mesma maneira que o sistema do parceiro, o sistema do dispositivo também está composto de redes. Como se mencionou no Capítulo 2, estas redes são: a rede subjetiva comunitária, a rede operativa, a rede de recursos comunitários e a rede de líderes de opinião. Da mesma maneira que para o parceiro, todas estas redes estão compostas de pessoas independentemente do fato de que tenham ou não tenham papéis institucionais etc. Fundamentalmente, o processo de visibilização (coleta das informações, sistematização, análise por meio dos instrumentos de análise de redes, interpretação dos dados) são os mesmos que foram ilustrados nas páginas precedentes.



Gráfico 3.11 – Sistema do dispositivo do tratamento comunitário

O sistema de redes do dispositivo

O Gráfico 3.11 ilustra o sistema do dispositivo de tratamento comunitário. Do desenho deduz-se os seguintes elementos: (i) trata-se de um sistema construído por processos de baixo para cima e que se inicia com o trabalho de uma equipe; (ii) desenvolve a mesma lógica do sistema do parceiro (de baixo para cima e constituído por pessoas); (iii) a equipe é uma entidade operativa que geralmente pertence a uma instituição ou a uma organização. Por esta razão diferencia-se das outras entidades (redes), sendo que além de uma dimensão pessoal (rol social) existe também um papel social instituído.

A rede subjetiva comunitária

A rede subjetiva comunitária foi apresentada no Capítulo 2, por esta razão remete-se o leitor a esse texto. Menciona-se aqui uma indicação de processo. Tem-se entendido que quando se estabelece contato com uma comunidade tudo acontece ao mesmo tempo: ativam-se todas as redes, as do parceiro, as da equipe e também as que foram incluídas nos processos de cima para baixo. Além disto, na medida em que a equipe se encontra na comunidade, sua presença está modificando alguns fatos da vida cotidiana dessa comunidade. Isto significa que o tratamento comunitário já foi iniciado. Tem-se entendido, então, que não existe espaço de espera na vida social, ainda que seja necessário e indispensável saber esperar. A teoria de jogos tem ensinado que acontecimentos de aparência menor podem ter grandes consequências... e a presença de uma equipe em uma comunidade não é certamente um acontecimento menor! Por esta razão, ainda que tudo aconteça ao mesmo tempo e em forma imprevisível, sugere-se que a equipe inicie com a construção da rede subjetiva comunitária e sucessivamente a rede operativa, passando depois à rede de recursos comunitários e à rede de líderes de opinião. É um critério de ordem tendo por base a experiência de que todas estas redes, estes atores, estas relações existem, se constroem e modificam-se simultaneamente no fluxo da vida cotidiana.

A rede operativa

A rede operativa é constituída pelos membros da equipe e suas relações. Quais relações? As relações internas entre os membros da equipe e as relações que os membros da equipe têm com: (i) cada um, com os 'nós' de sua rede subjetiva comunitária que participam na implementação de atividades do tratamento; (II) cada um, com os 'nós' da rede de recursos comunitários que participam na implementação de atividades do programa ou do projeto.

Este conceito tem a finalidade de colocar em evidência alguns fatos do tratamento em geral, e do Tratamento Comunitário, em particular. O primeiro é que ao se observar uma rede operativa trabalhando, aquilo que efetivamente se vê é a uma equipe trabalhando. Neste caso se está observando um *set* (que é a parte material de um dispositivo). Mas, no entanto, se considerar o *setting* dessa equipe (os conceitos, as ideias, as representações etc.) se tem acesso a um mundo invisível, não necessariamente concreto, mas simbólico. É nesse mundo que se encontram as raízes conceituais e o ambiente no qual se fundamenta a cultura profissional (ou simplesmente operativa) de cada uma dessas pessoas. São essas raízes culturais que guiam o atuar de cada uma dessas pessoas. Quando se fala de raízes culturais inclui-se, também, as relações de tipo profissional que essas pessoas têm e que influenciam sua maneira de pensar e seus processos de tomada de decisões.

A rede operativa é um dos instrumentos essenciais do tratamento comunitário. Pode-se considerar que se não existe uma rede operativa não há tratamento comunitário. [3.16]

A consequência desta abordagem é que no mundo visível observa-se uma equipe trabalhando (esta é a visão de equipe), no mundo invisível o que está trabalhando é uma rede. Explicitar este aspecto permite ter consciência mais clara dos processos de influência a que a equipe está submetida (a equipe atua... mas é sua rede operativa que a faz atuar, que participa em influenciar seus processos de tomada de decisões), e também ter mais claro qual é o potencial da equipe (capital

social, capital operativo). Não são efetivamente cinco ou seis pessoas que atuam (a dimensão mínima de uma equipe que trabalha em comunidades de alto risco), a elas se interconectam os ‘nós’ de suas redes subjetivas comunitárias e de suas redes de recursos comunitários.

Construir uma rede operativa

Tem-se visto que a rede operativa está constituída por:

- (i) uma equipe de trabalho e as relações de seus membros entre si;
- (ii) relações de cada membro com os ‘nós’ de sua rede subjetiva comunitária que participam na implementação de ações do programa;
- (iii) relações de cada membro da equipe com os ‘nós’ da rede de recursos comunitários que participam na implementação de ações do projeto.

No primeiro capítulo deste livro se descreveu o processo de construção da equipe inicial e de sua formação. O primeiro passo para iniciar a transformação da equipe em rede operativa é tornar visível as relações existentes entre os membros da equipe.

O exemplo a seguir ilustra realização, o início de um projeto, de um encontro motivacional para educadores comunitários. Pode-se considerar este “encontro motivacional” como se fosse um processo de construção de equipe que se utiliza como oportunidade para transitar de uma visão de equipe a uma visão de rede operativa.

Encontro motivacional para educadores comunitários. O encontro será realizado com os educadores comunitários formados em cada cidade durante as etapas anteriores do processo por meio de uma capacitação para operadores pares. Trata-se de um encontro de quatro dias baseado essencialmente no intercâmbio (troca) de experiências, e de motivação para o trabalho comunitário.

Construção do dispositivo

Os temas que serão abordados: comunidades locais, trabalho em equipe, motivação, liderança, capacidades e competências, habilidades, autoestima, sustentabilidade, desenvolvimento pessoal, sonhos, prazeres, articulação em redes, cooperação, valores, solidariedade, minorias ativas e diversidade. Por meio deste evento os participantes poderão viver a prática e os conceitos implícitos no processo de formação. Esta será também uma oportunidade para discutir os procedimentos, a posição de cada um e as atividades a serem realizadas nas etapas seguintes. [Brasil 3.3]

Neste exemplo menciona-se, efetivamente, o tema da articulação em rede, que inclui também tomar em consideração qual é o perfil da equipe em termos de rede, e como se pode articular com outras redes presentes nas comunidades nas quais se atua. Um comentário de um dos formadores desta equipe enfoca a reflexão metodológica sob outro aspecto:

O processo formativo por meio da experiência direta trata de utilizar situações de vida cotidiana para facilitar o processo de aprendizagem e de apropriação da ideia fundamental daquilo que se quer transmitir; é desta maneira que a interiorização dos conceitos e suas articulações se tornam consistentes. [Brasil 3.4]

O que se tem a ressaltar é que a vida cotidiana dessa equipe é o “lugar” no qual nascem as relações pessoais e profissionais. Ambas são essenciais para o trabalho.

As relações de cada membro da equipe com sua rede subjetiva comunitária se realizam no mesmo processo de construção da rede subjetiva comunitária: veja-se, a este propósito, a realização do terceiro e do quarto passo mencionados mais acima. Sendo que este trabalho se faz em equipe, esse trabalho de equipe é uma das

maneiras mais eficazes para evidenciar as redes subjetivas comunitárias de cada membro da equipe e as interconexões entre estas.

Redes operativas: casos

Um bom ponto de partida para construir uma rede operativa é começar pela rede subjetiva comunitária. Considera-se aqui a rede subjetiva comunitária da equipe coordenada por Rosa, que se estudou no Capítulo 2. Agora a equipe está testemunhando um conflito tipicamente comunitário e alguns membros da rede subjetiva comunitária e líderes de grupos informais pediram que se fizesse “algo”. O conflito é o seguinte:

Em uma reunião de líderes de locais de comércio sexual com a associação de vizinhos, houve queixa pelo fato de que os trabalhadores e as trabalhadoras sexuais invadiram as calçadas e parte das ruas para convidar seus clientes em potencial. O problema também, disseram os vizinhos, é que suas roupas são escandalosas, e não é justo as crianças verem ou assistirem a essas situações.

Trata-se de um conflito bem real, relatado aqui para fins didáticos. Como proceder neste caso? A literatura está cheia de propostas e processos: fazer um diagnóstico, formular uma proposta, encontrar os líderes da comunidade envolvidos neste conflito, fazer um trabalho de mediação etc. A pergunta aqui é: como realizar essas ações e com quem?

A proposta do tratamento comunitário é:

(a) iniciar com a rede subjetiva comunitária convidando um grupo de pessoas para fazer, juntos, um diagnóstico-ativo rápido deste conflito, entender quais são as razões, seus atores e como encontrar respostas;

Construção do dispositivo

(b) Para identificar as pessoas a serem convidadas sugere-se considerar dois tipos de atores ou 'nós' da rede subjetiva comunitária: os que têm um índice de centralização mais alto e os que têm um índice de centralização mais baixo;

(c) Entre os 'nós' centrais ter uma boa proporção entre 'nós' com muito prestígio (alto grau de entrada) e 'nós' que têm grande capacidade de interconexão (alto grau de saída);

(d) Realizar uma atividade de análise de conflitos (ver a descrição deste processo no Capítulo 4 - SET).

O implícito deste processo é que a solução do conflito depende muito mais dos atores que participam em todo o processo (desde o diagnóstico) que das respostas que efetivamente se possam encontrar. Por esta razão, a primeira ação de solução do conflito reside em reunir e interconectar os atores que participarão nesta iniciativa.

Por qual razão os 'nós' mais centrais e os mais marginais? Os mais centrais, devido ao lugar que ocupam na rede como atores de interconexão e de influência. Os mais marginais porque, como 'nós' com conexões fracas têm um poder particular: ser ponte com outros 'nós' no interior e no exterior da rede (Granovetter, 1973). Lembrar que os 'nós' da rede subjetiva comunitária têm uma posição na rede que é o produto das relações "amigáveis" entre eles. Esta posição converteu-se em um atributo a mais de cada um de 'nós'.

Com essas indicações se constrói a rede operativa que executará esta atividade. Identificam-se, por exemplo, os dez 'nós' com grau de saída mais alto, os dez com grau de entrada mais alto, e os dez 'nós' com *eigenvector* mais baixo (consultar tabela que se segue).

Tabela 2.21 – Atores incluídos na rede operativa (Rede de Rosa)

Alto grau de entrada = {1, 2, 3, 5, 6, 30, 37, 42, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148}

Alto grau de saída = {1, 2, 3, 5, 6, 37, 39, 40, 85, 86, 87, 88, 135, 136, 137, 138, 139, 141}

Baixo grau de entrada e de saída = {11, 28, 47, 65, 70, 74, 120, 123, 149, 153, 155, 168, 174, 184, 185}

Rede operativa = {1, 2, 3, 5, 6, 11, 28, 30, 37, 39, 40, 42, 47, 65, 70, 74, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 120, 123, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 149, 153, 155, 168, 174, 184, 185}

Pode-se considerar que esta rede operativa garante ao mesmo tempo o máximo de capacidade de persistência, continuidade, flexibilidade e de mudança, então de ingresso de novos 'nós' e de novas relações. Esta rede operativa, resultante deste processo de identificação de 'nós' está ilustrada no Gráfico 3.12.

Entende-se que isto é só o início do processo de trabalho com a rede operativa. Trata-se, sucessivamente, de convocar explicando, motivando, sensibilizando, organizando a participação de maneira que este processo seja ao mesmo tempo: (a) uma oportunidade de conhecimento focada no conflito; (b) uma oportunidade de fortalecer relações convidando novos 'nós' e, então, produzir mudança no sistema de redes; (c) uma oportunidade de propor respostas e experimentá-las.

Construção do dispositivo

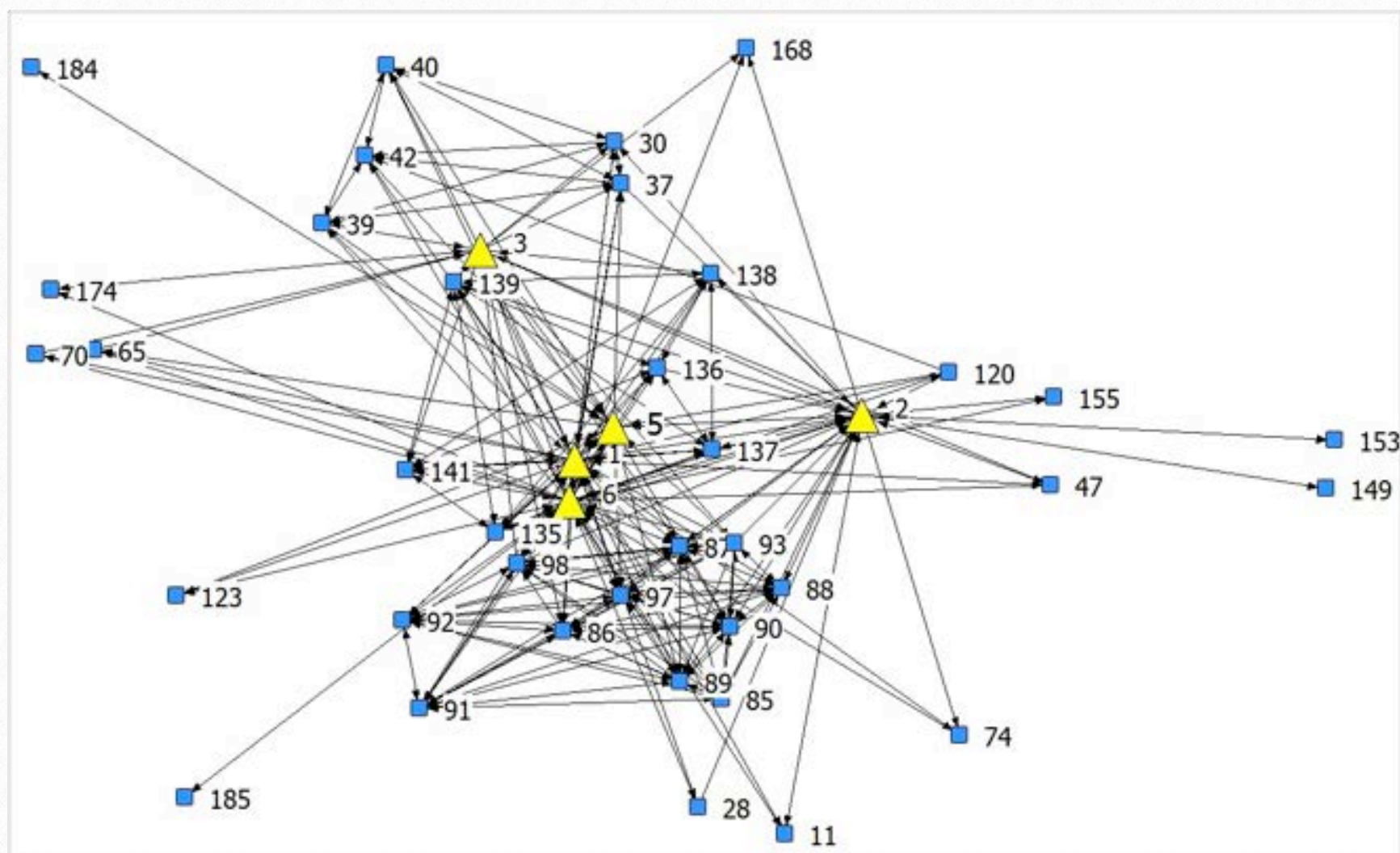


Gráfico 3.12 – Rede operativa

A primeira tarefa da rede operativa será identificar quais são os ‘nós’ de suas redes subjetivas ou primárias que podem participar na busca ou construção de respostas para este conflito. Esclarece-se, então, o fato de que o segundo passo (convocar outros ‘nós’) não é tarefa da equipe, mas da rede operativa. É por meio desta ação que a rede operativa se constitui como tal. Entende-se que os membros da equipe são parte da rede operativa e, por consequência, participam na implementação deste segundo passo, mas, no entanto, não participam necessariamente com papéis de coordenação.

A rede operativa tem como tema central a participação das pessoas da comunidade na implementação de ações em favor da própria comunidade. Este tema se relaciona com as seguintes perguntas: qual é a razão, o interesse, a motivação

pela qual as pessoas de uma comunidade participariam em analisar, tratar de entender, pensar e implementar respostas a problemas que a comunidade tem? Por qual razão estas pessoas participariam para dar respostas a problemas de pessoas que elas mesmas excluem? Por quais razões participariam nestes processos, quando há pessoas que recebem salário para fazê-lo?

Perplexidade, dificuldade, desafios

Perplexidade, dúvida, desafio têm como tema comum a *participação*, e uma modalidade particular da participação: a *solidariedade*. Este é um antigo conceito sociológico formalizado inicialmente por E. Durkheim, que introduziu também temas muito atuais como o do direito à *restituição* e do direito ao *cooperativismo* (Durkheim, 2004 [1893]).

A rede operativa é um instrumento flexível e altamente adaptável. Cada uma das ações do tratamento comunitário pode, de fato, ser implementada por uma rede operativa, e por se fazer assim, faz com que o tratamento comunitário seja comunitário. [3.17]

Perplexidade. Harold F. Searls, em um célebre trabalho (Searles, 1965, p. Cap. 2) sobre a esquizofrenia, analisou este sentimento ou posição interior, que não tem só a ver com a esquizofrenia em si, mas com todos os processos que conduzem as pessoas a eliminar de sua consciência afetos, emoções, vínculos, relações que, se aparecem no campo da consciência, seriam inaceitáveis e intoleráveis. Searls explica bem que as emoções anuladas são em geral de “dor, desprezo, angústia, raiva etc.”. Disse Searls que a perplexidade tem fundamentalmente a função de permitir que a relação ou o vínculo continue:

Era como se a perplexidade derivasse das duas *fontes* e tivesse como finalidade diminuir ou diluir a intensidade do afeto consciente na interação transferência–contratransferência, levando-a a um nível que permitisse a continuação da relação interpessoal. (Searles, 1965)

Construção do dispositivo

As duas fontes são o/a terapeuta e o/a paciente (ou, se preferir, os dois atores em uma relação solidária) e ambos abordam a perplexidade como forma defensiva que, por um lado, permite que a relação interpessoal continue e, por outro, impedem que as emoções profundas surjam no campo da consciência e destruam o pouco da relação que existe. Traduzido nos termos e contextos do tratamento comunitário, a perplexidade frente à participação solidária tem o sentido de manter o pouco que existe porque, se de fato surgir o conflito e as emoções de fundo, estas poderiam ser profundamente destruidoras.

enfrentar uma defesa (inclusive, eticamente encara-se o tema da restituição e de sérias dificuldades, e

A rede operativa reflete a capacidade dos atores comunitários de construir solidariedade. [3.18]

Vencer a perplexidade é, então, muito sólida e sensata justificada): neste sentido, participação como forma de cooperação solidária com constitui um enorme desafio. As

comunidades, como um todo, reagem aos acontecimentos fortemente descontínuos em relação à vida comunitária de maneira geral com muita solidariedade (desastres, traumas sociais importantes, acontecimentos particularmente positivos etc.). Trata-se mais de “reações”, e não de processos, ainda que possam dar vida a processos sociais profundos (nascimento de formas organizadas: associações, partidos, movimentos etc.). Os processos são o resultado de um intenso trabalho sobre o sentido profundo dos acontecimentos e da posição que cada pessoa é chamada a assumir frente a isso e aos contextos que os produzem.

Por esta razão, a construção da participação comunitária (solidária) é o constante trabalho da equipe e da rede operativa, um de seus desafios mais importantes.

Recomendações, fragilidades, boas práticas

Uma equipe que funciona como rede operativa inclui em sua vida cotidiana as relações pessoais e as relações profissionais. Entre as relações pessoais encontram-se as de simpatia ou antipatia, de amizade ou amigáveis, as alianças etc. Estas relações não profissionais (no sentido de que não estão ligadas a uma tarefa

específica, mas a um papel social) baseiam-se em critérios diversos: ser membros do mesmo partido, jogar na mesma equipe, pertencer à mesma oficina de pintura, frequentar o mesmo barbeiro, consultar com o mesmo médico, ter laços de parentesco, ter a mesma formação profissional, estudado na mesma escola, ter famílias com estreitos vínculos de amizade, pertencido a duas gangues rivais... ou à mesma, participar das mesmas festas, ir dançar juntos, embebedar-se juntos... os tipos de vínculos sociais não formais/não profissionais são infinitos, por consequência, infinitas são as relações não profissionais que atravessam o campo relacional de uma equipe. Pode-se dizer que as relações não profissionais (sobretudo em um campo comunitário) são infinitamente mais frequentes que as profissionais e têm um impacto, ou poder de influência, nos processos de tomada de decisões da equipe que pode ser até mais forte do que o impacto ou influência que possam ter os vínculos profissionais.

É por esta razão que a equipe tinha de tomar suas decisões com base em critérios profissionais e propiciar espaços para poder explicitar este mundo infinito de relações não profissionais (pessoais), que são o contexto, o ambiente do qual se alimentam as relações profissionais no interior da equipe e fora dela. Geralmente, o instrumento por meio do qual se visibilizam e elaboram estas relações pessoais, e se

toma consciência do peso que têm no funcionamento da rede operativa, é a supervisão externa.

Recomenda-se, em particular, que todas as ações do tratamento comunitário nos quais se busca a participação de grande número de membros da comunidade (eventos culturais, esportivos, de tempo livre, mesas de debate etc.) sejam pensados, promovidos, implementados e avaliados, exclusivamente pelas redes operativas [3.19].

Note-se que uma mesma pessoa (o ator) pode pertencer simultaneamente a diferentes redes (à rede subjetiva comunitária de todos os membros da equipe, à rede operativa, à rede de recursos comunitários, à rede dos líderes de opinião, à minoria ativa). É recomendável que exista certo grau de interconexão entre todas estas redes (interconexão significa que certo número de pessoas pertença simultaneamente a mais de uma rede) mas, no entanto, este grau de

Construção do dispositivo

interconexão tem que ser limitado, de outra maneira todas estas redes compostas pelas mesmas pessoas não seriam redes, mas grupos formais.

Quando se procede à avaliação ou ao estudo periódico das redes é oportuno levar em consideração a relação homogeneidade/ heterogeneidade nos 'nós' da rede, de maneira tal que se possam criar interconexões quando são necessárias, e se aumente o número e o tipo de 'nós' quando necessário (incremento da heterogeneidade).

A rede de Recursos Comunitários

A rede de recursos comunitários constitui o esforço organizado e intencional para evidenciar e ativar a comunidade como recurso para o tratamento comunitário.

Conceito

Na ótica do tratamento comunitário todos os habitantes ou membros de uma comunidade local são potencialmente recursos de um projeto de ação social. Visto desta perspectiva, todos eles são sócios potenciais no projeto. A construção da rede de recursos comunitários é um processo que permite passar do estado de potencialidade ao estado de atuação; favorece que os recursos comunitários participem diretamente nas atividades do programa com suas competências e com seu capital social. Em síntese, a rede de recursos comunitários é constituída por todas as pessoas que a equipe ou as redes operativas consideram (a) recursos potenciais ou reais para a implementação de ações ou estratégias do tratamento comunitário; e (b) as relações entre eles. Supõe-se que cada nó da rede subjetiva

A existência de uma rede de recursos comunitários é a prova material da existência de um dispositivo de tratamento comunitário.

Existe uma alta interdependência e interconexão entre a rede de recursos comunitários e as redes operativas. Do ponto de vista conceitual pode-se pensar que a rede de recursos comunitários capta 'nós' e relações das quais provêm os recursos das redes operativas. [3.20]

O sistema de redes do dispositivo

comunitária tem uma relação amigável com um membro da equipe ou com ao menos um membro duma rede operativa. No caso em que tal relação não existir, é uma tarefa da equipe ou rede operativa construí-la. Desta maneira considera-se que todos os nós das redes de recursos comunitários são também nós da rede subjetiva comunitária da equipe.

Na prática se observará que nem todos os membros da comunidade serão sócios do programa. O ideal é todos participarem, que participem como agentes, como atores, como beneficiários ativos (que buscam resposta, sem ficar esperando-a passivamente) e críticos (criticar para evidenciar limites e inutilidades, para melhorar, para sugerir alternativas), como beneficiários passivos (quando isso é o que desejam ou se sentem capazes de fazer) porque há também pessoas em estado de tal exclusão que o que lhes resta é a demanda de ajuda e algo de disponibilidade para serem ajudados.

Objetivos da rede de recursos comunitários

O objetivo da rede de recursos comunitários é ter em uma comunidade local um conjunto de recursos com disponibilidade, conhecimentos, competências e serviços úteis para a comunidade e para as pessoas que os necessitam.

Construir a rede de recursos comunitários

Apresentam-se aqui duas perspectivas diferentes sobre a construção da rede de recursos comunitários. Ambas, no entanto, têm a mesma matriz: a rede subjetiva comunitária.

Primeira perspectiva. O processo de construção da rede de recursos comunitários começa, simultaneamente, com a construção da rede subjetiva comunitária. É por meio deste processo que o operador conhece o papel social de cada um dos atores e também quais conhecimentos e competências profissionais ou não profissionais tem cada um deles. Construindo relações com cada um destes atores e favorecendo também que eles se encontrem, o operador constrói a rede de

Construção do dispositivo

recursos comunitários. Fica claro que esta é a rede de recursos comunitários construída por um operador ou pela equipe, e também o reflexo das relações que cada um dos membros da equipe tem com a população (isto quer dizer que não inclui as relações que os ‘nós’ da rede têm entre eles).

Sendo a memória é um instrumento frágil, uma forma simples para ir registrando esses recursos é utilizando um formato de registro como o que se ilustra abaixo (Tabela 3.22). Ali se registra o nome, a idade, o sexo, a data do contato, o papel social e as competências que existem e que podem ser úteis para a comunidade e para os grupos excluídos.

Tabela 3.22 – Folha de registro da rede de recursos comunitários

#	Nome	Sexo	Idade	Data do encontro	Papel Social	Tipo de recurso
1	Josefa	F				
2	René	M	23	11/02/04	Dono de uma lanchonete	Possível empregador. Treinamento em microempresa.
3	Siro	M	18	11/2/04	Ajuda posto de comida	Bom jogador de futebol, animador em atividades esportivas.
4	Rosana	F	27	11/2/4	Diretora do colégio	Contatos com outros colégios, inserção escolar alunos. Atividades de prevenção escola.
5	Bautista	M	35	11/2/04	Advogado	Defesa e assessoria legal
6	Miguel	M	29	11/2/04	Psicólogo	Aconselhamento e apoio psicológico, treinamento de equipe.
7	Mara	F	20	11/2/04	Estudante de medicina	Pesquisas e análise de condições de saúde na comunidade.
8	Sara	F	19	11/2/04	Estudante de ciências	Recuperação escolar com crianças e adolescentes.
9						
...						

O sistema de redes do dispositivo

O que se tem até aqui é uma lista de nomes e atributos. Como no caso das outras redes, trata-se agora de ver quais são as interconexões desta lista de pessoas e atributos que fazem delas uma rede.

Para que seja uma rede operativa construída de baixo para cima necessita-se que estas pessoas estejam interconectadas por certo número e tipo de vínculos. Mencionam-se os seguintes: (a) que todas estas pessoas saibam da existência uns dos outros; (b) que tenham a disponibilidade declarada de participar em atividades de tratamento comunitário; (c) que exista uma relação amigável entre cada um deles e aos menos um nó de uma rede operativa ou da rede subjetiva comunitária da equipe.

Para que a primeira condição seja satisfeita é necessário que exista um registro e que todos os membros da rede operativa tenham os nomes e alguns atributos de todos os outros membros. Neste sentido a rede operativa não é propriedade da equipe, mas da rede mesmo. Entende-se que o trabalho de construção desta rede tem que contemplar ações de informação, sensibilização e manutenção da rede.

Para que a segunda condição seja satisfeita é necessário que cada 'nó' tenha uma informação clara do que se espera dele em termos de tarefas, que conheça o programa, as atividades, as responsabilidades etc. Por disponibilidade declarada, significa reconhecer verbalmente (de maneira informal) que entendeu de que se trata e que tem interesse e disponibilidade para participar.

Uma forma de organizar e administrar este recurso comunitário pode ser o seguinte:

O banco do tempo é uma iniciativa de fácil articulação na rede de recursos de um conjunto de atores comunitários. O processo de constituição de um banco de tempo é o seguinte. (i) constrói-se a lista de recursos, como já ilustrado anteriormente, utilizando o processo ali descrito; (ii) contactam-se diretamente cada um, perguntando se estão dispostos a dar umas horas de seu tempo quando for necessário. Às vezes alguns não têm nenhuma disponibilidade, outros sim... uma hora na semana, uma hora ao mês; (iii) a equipe tem que

Construção do dispositivo

organizar e administrar todos estes recursos (todo este tempo) que constitui um verdadeiro capital.

O banco de tempo, como todos os bancos, está aberto todos os dias. Todos os dias recebe tempo e todos os dias o distribui. O banco de tempo é uma forma por meio da qual se manifesta o capital social de uma comunidade e se traduz em tempo para quem o necessita. [Brasil 3.5]

A rede de recursos comunitários é uma rede de pessoas consideradas recursos para a implementação de ações de tratamento comunitário. Esta constitui um dos instrumentos mais eficazes para articular processos de cima para baixo com processos de baixo para cima. [3.22]

Para que o banco de tempo seja efetivamente uma rede de recursos comunitários e não uma simples lista de disponibilidades de tempo, é necessário que a equipe ou a rede operativa interconectem todos estes atores. Neste caso isto pode acontecer fazendo com que todos tenham a lista com as disponibilidades de todos, que se realizem alguns encontros de coordenação que permita a todos se conhecerem e explicitar as relações de “cooperação”

que eles têm etc.

Segunda perspectiva. A construção de uma rede de recursos comunitários é uma tarefa da rede operativa. É por meio do protagonismo desta rede que se faz visível a participação comunitária. A eficácia e a eficiência da rede de recursos comunitários não dependem unicamente do fato dos recursos efetivamente existirem. Isto não é suficiente. A participação efetiva destes recursos na implementação de ações de tratamento comunitário depende da qualidade da relação que estas pessoas têm com outras pessoas e, em particular, com membros da rede operativa.

Como no caso da rede subjetiva comunitária e da rede operativa, a rede de recursos comunitários é uma rede composta de pessoas e das relações entre elas. Ainda que o papel social seja importante (é graças a este papel social que estas pessoas são também recurso), cada pessoa que pertence a esta rede o faz de

Derivar significa favorecer uma conexão direta entre uma pessoa e um serviço ou um ator com o qual esta necessita interagir. Isto sucede porque nenhuma equipe ou rede operativa pode dar resposta adequada a todas as necessidades de uma pessoa (e às vezes tampouco é oportuno). Para poder “derivar” ou acompanhar uma pessoa até outro tipo de resposta é necessário ter conexões com “esse outro tipo de resposta” e com os atores que as implementam. Por esta razão, derivações sem redes de recursos comunitários são impossíveis.

Por outro lado resulta também que nem todas as comunidades têm todos os recursos necessários. Por isso a rede de recursos comunitários tem que integrar-se com uma rede mais ampla, por meio da qual seja possível encontrar respostas que a comunidade mesma não pode dar. [3.23]

maneira pessoal, ainda que pertença a organizações ou instituições. Neste sentido a rede de recursos comunitários é uma rede construída de baixo para cima, não formal e graças a isto é uma das entidades (subsistemas) do dispositivo comunitário que permite a interconexão entre os processos de cima para baixo e os processos de baixo para cima, do formal instituído com o não formal organizado.

Nesta segunda perspectiva a equipe pode organizar uma rede operativa (veja-se mais acima o tema “construir uma rede operativa”, neste mesmo capítulo.) que tenha como tarefa de tratamento comunitário organizar a rede de recursos comunitários. Esta rede terá um perfil diferente da rede constituída diretamente pela equipe, sendo que será o resultado (produto) das relações que atores comunitários têm com outros atores comunitários.

Rede de recursos comunitários e sistema de derivação

A rede de recursos comunitários formais e não formais constitui o primeiro sistema de derivação de uma comunidade. Nenhuma equipe, nenhuma organização pode dar resposta por si só a todas as demandas e necessidades das pessoas, nem pode enfrentar a todos os contextos e situações de exclusão. Tampouco é oportuno que isto aconteça. A rede de recursos comunitários é uma maneira para fazer com que a comunidade aprenda a encarregar-se de suas necessidades utilizando seus próprios recursos.

Construção do dispositivo

Com frequência há situações que não podem ser atendidas pela rede de recursos comunitários ou para as quais não há recursos na comunidade. Neste caso recorre-se à rede de recursos externos à comunidade. É a rede operativa que avalia a oportunidade de utilizar uma ou outra. Nas experiências feitas até hoje se tem observado que nas equipes há uma espécie de automatismo e rotina: tem-se a tendência de encaminhar as pessoas aos recursos conhecidos (independente do fato de que estes se encontrem dentro ou fora da comunidade). Trabalhar com redes de recursos comunitários significa esforçar-se por conhecer os recursos que existem na comunidade e mobilizar estes antes de recorrer a recursos externos.

A meta do desenvolvimento das redes de recursos comunitários é ter uma rede que seja capaz de satisfazer pelo menos as necessidades básicas nas seguintes áreas: albergue noturno, creches para crianças, assistência básica em saúde (especialmente para pessoas que vivem com HIV, pessoas com enfermidades de transmissão sexual ou sanguínea, feridas simples, consumo de drogas), higiene básica (banheiros, chuveiros, roupa limpa ou a possibilidade de lavar sua roupa), alimentação e educação básica, defesa legal, apoio em situação de crise (especialmente para situações de abuso sexual, violência física ou psicológica) e apoio relacional por longos períodos.

Ao se observar uma comunidade no contexto de sua vida cotidiana pode-se constatar que esta constitui um complexo sistema de “derivações”, é dizer que todos participam na satisfação das necessidades de todos por meio de um intenso quadro de intercâmbios que acontecem em função das interconexões existentes entre as pessoas. Considere-se, por exemplo, o sistema de trocas que existe nos grupos de estudantes. Este permite que se troquem tarefas, informações sobre atividades escolares, sobre companheiros e companheiras, sobre relações, histórias, mitos e outros tipos de serviços relacionados com a vida escolar. Constata-se, também, que se uma pessoa encontra-se dentro de um processo de marginalização, é marginalizado também das trocas destes serviços e benesses. Por esta razão necessita-se de iniciativas intencionais e planejadas de integração da pessoa nesta trama, ainda que a tendência possa ser a de construir um quadro que substitua o

primeiro. O ponto de chegada é fazer com que o primeiro funcione e a rede de recursos comunitários, que é “comunidade”, trabalhe com este fim.

A rede de Líderes de Opinião

No Capítulo 2 deste texto — “O encontro com a comunidade” — há uma breve introdução sobre os líderes de opinião. Aqui deseja-se detalhar a parte conceitual e a parte prática. Evidencia-se aqui que em cada passo do tratamento comunitário é essencial a participação dos líderes não-formais (e também os formais) de opinião. Os líderes de opinião, como se vê nas análises de redes subjetivas comunitárias e das redes operativas, são atores que garantem a persistência dos resultados das ações e mudanças estruturais.

Opinião. Fundamento ou parecer expresso em uma declaração que se faz sabendo que tal juízo carece de fundamento suficiente. Se diferencia, por uma parte de segurança porque esta leva implícita uma prova de garantia e validade, e por outra parte da crença, já que esta se tem por verdadeira, enquanto que a opinião supõe o reconhecimento de possibilidades de erro, posto que não se pode demonstrar ou fundamentar suficientemente. (Ander-Egg, 1995, p. 209). [3.24]

Conceito

Ser um líder de opinião é um papel social fundamental, em particular quando este líder de opinião não é formalmente reconhecido. Um líder de opinião é uma pessoa que tem poder de exercer influência sobre a opinião de outra pessoa. Uma opinião é o que uma pessoa pensa no momento no qual toma uma decisão, uma decisão de qualquer tipo (pode ser um pensamento bem articulado e consciente, uma fantasia, uma emoção conectada a um pensamento não totalmente consciente etc.). Sendo que uma opinião não é uma certeza, nem uma evidência tampouco, a certeza é deslocada da opinião em si e colocada na pessoa que dá sua opinião. Já não se busca que a opinião tenha critérios de certeza, é suficiente que se “tenha fé ou confiança” na pessoa que a manifesta. Este deslocamento do critério de verdade ou confiança desde o conteúdo da opinião até o “conteúdo” (*status*) da pessoa que a

Construção do dispositivo

manifesta é o processo que permite que a opinião seja eficaz e que a função da liderança se constitua e consolide.

Dois pesquisadores (Bales & Slater, 1955) dedicaram-se a estudar como, no interior de grupos de trabalho, toma forma o papel do líder. Encontraram que, fundamentalmente, há duas formas de liderança: (i) a primeira se baseia na tarefa (é líder aquele que faz as melhores propostas e que consegue fazer com que

o grupo trabalhe de forma mais eficiente), esta forma de liderança tem sido denominada “liderança instrumental”; (ii) a segunda tem sido chamada liderança expressiva e indica aquela pessoa que é mais simpática, cordial, que tem relações positivas com todos (Bales & Slater, 1955). Outra pesquisadora tratou de generalizar estes dois aspectos pensando que as necessidades instrumentais e expressivas são, ambas, indispensáveis para o funcionamento de um grupo e de uma comunidade

A influência social é um processo por meio do qual uma pessoa, um grupo, uma instituição, uma rede (qualquer tipo de ator individual ou social) modifica de maneira intencional ou não os comportamentos ou as atitudes de outro ator individual ou social. Entre as escolas mais conhecidas indica-se as abordagens funcional (Asch, 1956), (Sherif, 1935), (Sherif, 1967), (Deutsch & Gerard, 1955) e genética (Moscovici, 1981). Os autores estabelecem uma forte relação entre o tema da influência social e os temas da persuasão, do controle social, da pressão à conformidade e o conformismo. Veja-se também o conceito de “impacto social” e “dependência”. [3.26]

Um líder de opinião é um ator social (pessoa, grupo, organização, instituição, rede etc.) membro de uma “comunidade” tal qual outros membros do grupo, comunidade etc., a quem se dirigem para obter uma opinião, conselho, orientação etc.

Este conceito ressalta alguns aspectos que contribuem em fazer que um líder de opinião seja “um líder de opinião”: (i) pertencer a uma entidade social (grupo, comunidade etc.); (ii) ter uma opinião etc.; (iii) ser procurado por outros atores sociais para obter esta opinião. [3.25]

<http://www.businessdictionary.com>

(Phillips, 1965). Margaret Ph. considerou também que o primeiro aspecto (tarefa) é dirigido até o exterior do grupo, até um objetivo e uma finalidade que se encontra fora da vida do grupo em si, enquanto que o segundo tem mais a ver com a vida interior do grupo.

Portanto, um líder de opinião é um ator social muito peculiar: é uma pessoa que satisfaz uma (pelo menos uma) necessidade básica do grupo ou da comunidade e, além disso, é uma

pessoa que pensa, e com seu pensamento, exerce uma *influência* em outra pessoa quando esta precisa tomar uma decisão. Esta influência pode ser direta (explícita) ou indireta (implícita), consciente ou inconsciente. É direta quando o líder de opinião manifesta de forma explícita sua opinião ao outro (mesmo que esta manifestação tenha a intenção de influenciar, ou não, ao outro). É indireta quando esse outro utiliza a opinião do líder de opinião sem que este seja diretamente interpelado. A influência é consciente quando o líder de opinião, intencionalmente, quer utilizar sua opinião para influenciar o outro, ou quando este outro, intencionalmente, busca ou utiliza a opinião do outro para orientar sua ação ou decisão.

Tabela 3.23 – Formas de lideranças de opinião

Alguns tipos e significados da função de liderança	
Tipos	Significado
Direta (explícita)	Quando Antônio utiliza sua opinião para exercer sua influência sobre Belém de maneira explícita, visível, observável.
Indireta (implícita)	Quando Antônio utiliza sua opinião para exercer sua influência sobre Belém sem que esta seja explícita, visível, observável.
Consciente (intencional)	Quando Antônio está consciente que está exercendo sua influência sobre Belém.
Não Consciente (não intencional)	Quando Antônio não tem consciência que está exercendo sua influência sobre Belém.
Formal	Quando o papel de liderança tem um reconhecimento público formal: prefeito, vereador, diretor da escola, polícia, doutor etc.
Não formal	Quando o papel de liderança não tem reconhecimento oficial (o vizinho a quem se pede um conselho quando se precisa tomar uma decisão).
Unilateral	Quando Antônio exerce a sua influência sobre Belém, mas Belém não faz o mesmo com o Antônio.
Recíproca	Quando Antônio e Belém exercem a sua influência um sobre outro.

As influências unilaterais são mais teóricas que reais. A existência dos processos de retroação faz com que quase todos os processos de influência sejam recíprocos, ainda que não seja possível afirmar que os atores dos processos de influência exerçam sua função na mesma medida e na mesma maneira.

Construção do dispositivo

Os tipos de lideranças mencionadas na Tabela 3.23 são apenas alguns exemplos de liderança existentes e podem combinar-se entre elas, por exemplo: uma pessoa pode ser um líder que exerce sua liderança de maneira direta, inconsciente, não formal e unilateral. Este tipo de liderança indica pessoa com características narcisistas. Esta anotação permite conectar o conceito de liderança com o conceito de personalidade e estabelecer uma relação entre o conceito de personalidade e o campo de relações que a produzem, permitem, favorecem, toleram etc. Assim se estabelece uma conexão entre um campo de relações (uma rede), que produz certos

Um ator comunitário é uma pessoa ou uma entidade da comunidade (uma ONG) que interpreta um papel num contexto que já está definido, o *case* totalmente definido. Sua originalidade fica na sua habilidade de interpretar o seu rol, mas ele não escolhe o papel, ele é definido e atribuído por outras pessoas.

O agente comunitário não interpreta nem um papel nem uma peça predeterminada. Ele não interpreta um rol, ele vive a sua vida, constrói, improvisa, cria etc.

Apesar disso, por aquilo que foi possível compreender até agora sobre os processos das redes e da influência social, o agente tem menos liberdade do que se pode pensar. Na realidade, com frequência um agente é de fato um ator que atua sob a influência dos líderes da sua rede de líderes não formais de opinião (isto pode acontecer de maneira não-formal). [3.28]

atributos nos 'nós', que à sua vez produzem outros tipos de relações e de redes condicionando o comportamento, as atitudes etc. de outros 'nós'. É nesta cadeia complexa de relações causa-efeito que as lideranças e os atributos das pessoas tomam forma (como, por exemplo, ser excluído, consumir drogas, viver na rua etc.).

Também é compreensível que em uma comunidade local possa existir mais de um líder não-formal de opinião (em geral são mais de um) e que estes líderes não-formais de opinião estejam interligados uns aos outros (constituem uma rede). Como escreve Julia Haroka (*Stanford University Department of Civil*

Engineering),

também em organizações grandes e complexas existe um pequeno número de indivíduos que podem ter uma influência nos processos de tomada de decisões dos demais e que, por consequência, podem ter uma influência na difusão de certas maneiras de pensar (opiniões). (Tornatzky & Fleisher, 1990, p. 19)

Em uma comunidade a rede de líderes de opinião é um “*cluster*” (uma clique ou uma sub-rede) no interior da rede de recursos comunitários. A consequência disto é que a rede de líderes de opinião é o coração dos recursos comunitários, seu recurso mais indispensável. Por serem líderes de opinião, aquelas pessoas têm a capacidade (poder) de influenciar a opinião e as condutas de outras, têm o poder de produzir mudanças e persistências, resistências e cooperação, alergias e sinergias. Pode-se chegar a dizer que eles são os agentes da comunidade enquanto que os outros membros da comunidade são os atores.

Por esta razão, a rede de líderes de opinião é uma entidade comunitária essencial. Em termos ideais seria uma boa prática se a maioria dos membros da rede operativa fossem líderes de opinião, ou que se imaginasse um processo de formação e capacitação para eles que os convertesse em líderes de opinião. Quando se fala de líderes de opinião, não se quer dizer que somente estes “opinam”, sublinhando ainda o fato que eles exercem sua influência principalmente por meio de sua opinião, do produto de seus pensamentos, de suas ideias. O que se quer dizer é que muitas vezes é por meio dos comportamentos e das atitudes que uma pessoa manifesta sua opinião e exerce sua influência.

Ser agente de uma comunidade não é o ponto de partida do processo de construção social de uma pessoa, é seu ponto de chegada. Isto sucede quando a pessoa elaborou seu papel ou rol social por meio da experiência, da reflexão, da transformação pessoal, da disciplina profissional (formal ou não formal) e da ética de trabalho. [3.29]

Graças a esta premissa se chegou ao conceito de rede de líderes de opinião que predomina no tratamento comunitário: o conjunto de atores comunitários (pessoas) e suas interconexões que exercem uma influência nas opiniões, atitudes, comportamentos, decisões de outros membros da comunidade (incluindo, também, outros líderes de opinião) por meio de seus discursos, de suas atitudes e estilos de vida. Os líderes de opinião podem ser formais e não formais. Os primeiros são pessoas que têm um cargo oficial em instituições públicas ou organizações da sociedade civil, ou da cultura, do esporte etc. Os segundos derivam sua influência de

Construção do dispositivo

seu prestígio e não de um reconhecimento formal. Seu prestígio se origina, com frequência, do fato que eles representam os valores e a cultura do grupo para o qual funcionam como líderes de opinião (Harkola, 1995; Tornatzky & Fleischer, 1990;

Processo de construção da rede de líderes de opinião: (i) listar os temas/argumentos acerca dos quais se quer conhecer os líderes de opinião; (ii) escolher um ou mais argumentos; (iii) formular uma pergunta que possa identificar os líderes; (iv) fazer um levantamento das pessoas, iniciando com os membros de sua rede subjetiva comunitária; (v) entrevistar as pessoas incluídas na lista formulando a mesma pergunta inicial para evidenciar as relações; (vi) construir a matriz de adjacência; (vii) fazer análise quantitativa e qualitativa. [3.30]

Rogers & Agarwala-Rogers, 1976). Tem sido comprovado que a influência dos líderes não-formais de opinião nos processos de influência social é mais profunda e determinante (Harkola, 1995).

Antes de iniciar a descrever o processo de construção da rede de líderes de opinião, recorde-se, então, que se trata de uma rede de pessoas independente do fato que exerçam um papel social formal ou instituído. Isto quer dizer que esta é uma rede não formal construída por meio de

um processo de baixo para cima. Quando esta rede participa no tratamento comunitário, são dois atributos que prevalecem: ser parte/membro da comunidade e ter um papel social de líder. Neste caso, também, como no caso da rede de recursos comunitários, a rede de líderes de opinião é uma entidade de interconexão forte entre os processos de cima para baixo e os processos de baixo para cima.

Construção da rede de líderes de opinião

Como no caso da construção da rede de recursos comunitários, apresenta-se a construção da rede de líderes de opinião em dupla perspectiva.

Primeira perspectiva: A rede de líderes de opinião como produto do trabalho da rede de recursos comunitários. Sendo a rede de líderes de opinião uma sub-rede (um *cluster*) da rede de recursos comunitários e, todos os habitantes de uma comunidade são potencialmente recursos para um projeto de ação social, pode-se utilizar para a construção da rede de líderes de opinião um processo similar ao que se tem utilizado

na construção das outras redes, com algumas diferenças. Sugere-se utilizar o seguinte processo:

Primeiro passo. Identificar os tópicos acerca dos quais se quer conhecer aos líderes de opinião (ver processo de construção da rede de líderes de opinião do parceiro). Isto é necessário porque nem todos os líderes de opinião são líderes em todos os temas. O primeiro produto que se deve ter é uma lista de tópicos. Estes podem coincidir com os temas geradores espontâneos e com os temas geradores induzidos (consultar os capítulos 1 e 4).

Pode-se pensar, por exemplo, que um dos temas sobre o qual se quer saber quem tem a liderança seja a gestão do lixo. Trata-se, agora, de formular uma pergunta adequada. Neste caso a pergunta pode ser: “Se desejo entender e encontrar a resposta ao fato de que existe lixo atirado por todos os lados, com quem falar nesta comunidade?”

Segundo passo. Identificar a pergunta a ser formulada. Descoberta tal pergunta... se começa a perguntar... É boa prática iniciar com os membros da rede subjetiva comunitária e envolvê-los também no passo anterior. Desta maneira, como em outras ocasiões, a construção da rede de líderes de opinião é também uma elaboração do tema da liderança na comunidade e da construção de novas relações.

Depois de perguntar o nome precisa-se conhecer também alguns atributos da pessoa: sexo, idade, função social. Neste caso, é necessário também diferenciar se é um papel formal (instituído) ou não-formal.

Para o registro destas informações tem sido útil usar a seguinte folha:

Tabela nº 3.24 – Folha de registro dos dados da rede de líderes.

Pergunta: Se desejo entender e encontrar a resposta ao fato que existe lixo atirado por todos os lados, com quem falar nesta comunidade?

Nome da pessoa que indica outra pessoa como líder de opinião	Nomes das pessoas indicadas
Maria	Sergio, René, Jade, Renato.
Sergio	Batista, René, Juanita, Roberto.
René	Jade, Juanita, Pedro.
Jade	René, Pedro
Renato	Serena, René, Rosana, Miguel.
Batista	Carlos, Ana, Isabel, René, Batista, Pedro.
Juanita	Segue-se perguntando a todos os nomes indicados até que haja, exclusivamente, repetições dos mesmos nomes. Nesse momento a lista se encerra, porque se teria que entrevistar atores que já foram entrevistados.

Tabela 3. 25 – Folha de registro dos atributos dos líderes de opinião

Nós' da rede de líderes de opinião							
#	Nome	Sexo	Idade	Papel Social (1)	Papel Social (2)	Relação	Parentesco
1	Maria	F	18	Estudante			
2	Sergio	M	37	Comerciante			
3	René	M	32	Comerciante			
4	Jade	M	35	Professora			
5	Renato	M	41	Func. Prefeitura			
6	Batista	M	19	Estudante			
7	Juanita	F	23	Assistente Social			
8	Roberto	M	28	Comerciante			
9	Pedro	M	28	Pastor			
10	Serena	F	20	Estudante			
11	Rosana	F	19	Estudante			
12	Miguel	M	56	Prefeito			
13	Carlos	M	47	Vereador			
14	Isabel	F	25	Professora			
15							
16							

Terceiro passo. Construir uma matriz de adjacência e analisá-la como realizado nos casos das outras redes.

As redes de líderes de opinião (formais e não-formais) são elementos estruturais de uma comunidade local, bastante estáveis, que se modificam muito lentamente no tempo, vale dizer: variam pouco em amplitude, densidade, índices de centralização, subgrupos etc. Entre os acontecimentos que podem produzir descontinuidade nas redes de líderes de opinião estão, geralmente, grandes movimentos sociais, crises econômicas ou políticas, fatos dramáticos, acontecimentos que colocam em risco a

Construção do dispositivo

existência da comunidade ou sua identidade etc. (Barnes, 1954; Boissevain & Mitchell, 1973; Bott, 1957; Mitchell, 1973; Grieco, 1987).

Por esta razão não é necessário repetir esta análise de rede de líderes de opinião com frequência, no máximo uma vez por ano. É recomendado fazê-lo enfocando com precisão os assuntos sobre os quais se necessita conhecer a rede de líderes que com sua opinião influenciam aos demais.

Segunda perspectiva. Construção da rede de líderes de opinião feita exclusivamente pela equipe ou por uma rede operativa. Esta modalidade tem sido adotada com frequência por razões de “segurança”. Como mencionado anteriormente, a rede de líderes de opinião em uma comunidade é o instrumento mais poderoso e delicado no interior de uma comunidade (ver o conceito de comunidade proposto pelo tratamento comunitário). Por esta razão a equipe pode proceder à construção da rede de líderes de opinião a partir de sua perspectiva (com os limites de validade que isto possa ter). Neste caso, o *primeiro passo* é identificar os temas, o *segundo* é fazer a lista das pessoas que, para cada um dos temas, possam ser líderes de opinião, o *terceiro* é interconectar cada um dos líderes (o líder A é interconectado ao líder B se a equipe tem razoável certeza que o líder A considere ao líder B como líder de opinião no tema que se está investigando); o *quarto passo* é construir uma matriz de adjacência e o *quinto* proceder à análise e à interpretação dos dados.

Existe também uma terceira modalidade para construir a rede de líderes de opinião associando-a ao trabalho de rua e de construção da rede subjetiva comunitária, a ser apresentada no Capítulo 4: “Seção 2. Líderes de opinião e construção da comunidade”.

Recomendações, dificuldades, boas práticas

Este tipo de atividade pode fazer-se facilmente recorrendo a jogos, dinâmicas, animações etc., quando é possível trabalhar com grupos (introduzir esta atividade

quando se faz uma reunião comunitária, uma festa, uma celebração – utilizando um método compatível com o acontecimento no qual se implementa a ação).

Esta rede é, também, um instrumento de construção de conhecimento, e se necessita, por consequência, construir um equilíbrio entre estas exigências e aquelas da ação, ainda que as duas possam acontecer simultaneamente.

A construção da rede de líderes de opinião é uma tarefa que requer quantidade considerável de tempo e também de uma disciplina metodológica exigente, por estas razões necessita de repetidos treinamentos, de monitoramento durante a ação e de estabelecimento de prioridades. A construção desta rede em uma situação de oficina (com 30 pessoas presentes) durou quase duas horas, incluindo a identificação dos temas, a formulação das perguntas, as entrevistas, a construção da matriz de incidência e a análise dos resultados. Isto significa que em uma situação não estruturada (uma comunidade aberta) esta ação pode durar uma semana inteira.

Sugere-se que esta atividade seja incluída nas atividades de formação contínua da equipe e da rede operativa, e seja repetida de vez em quando. Esta constitui, de fato, uma motivação para regressar à rua, acima de tudo em momentos nos quais não se entende suficientemente bem os processos e as dinâmicas comunitárias, ou as mudanças significativas na população de rua, ou da comunidade, sem aparente explicação.

Para não sobrecarregar o trabalho da equipe e da rede operativa é prudente utilizar o estudo das redes de líderes de opinião focando em necessidades efetivas dos grupos metas, isto significa escolher bem o tópico da pergunta.

É necessário ter uma visão clara sobre a diferença que existe entre uma rede de líderes de opinião e a parte desta rede que está efetivamente implicada na implementação de ações ou iniciativas do programa de ação social (rede operativa).

Esse trabalho tem resultado mais eficaz quando a aliança operativa se estabelece entre a equipe ou a rede operativa e uma rede de líderes de opinião em

Construção do dispositivo

sua totalidade, em lugar de com um só, ou somente com alguns de seus líderes. Esta necessidade faz necessário aprender a manejar a tendência natural de uma rede a conectar-se por meio de seus líderes ignorando a importância das conexões frágeis. Um bom governo das relações de rede trata de fortalecer as relações frágeis. São estas as que permitem processos de mediação quando há conflitos de interesses em nível das lideranças.

Os líderes de opinião de uma comunidade são um de seus principais recursos. Resulta também evidente que alguns deles podem representar limites muito importantes, sobretudo quando esses atores constroem alianças para persistir em modelos que produzem exclusão e sofrimento social.

Quando se observam modificações significativas em uma rede de líderes de opinião, estas correspondem habitualmente a modificações significativas nas opiniões sobre determinado assunto. Por esta razão, trabalhar com os líderes de opinião (quando isto é possível) resulta ser um método eficaz e eficiente para produzir uma mudança geral e permanente na opinião que uma comunidade tem sobre determinado assunto. Assim, o trabalho com líderes de opinião é uma forma eficaz para diminuir posturas de estigma, discriminação e exclusão.

Adotar uma visão de redes significa que os atores normalmente chamados de grupos “meta” ou beneficiários finais (consumidores de drogas, crianças de rua, trabalhadoras do sexo, mães consumidoras de drogas com crianças etc.) podem ser considerados também como ‘nós’ pertencentes, e formando redes, e não como indivíduos ou grupos separados de seu contexto ou campo de relações. [3.31]

Rede de líderes de opinião e exclusão grave

Partindo do estudo das comunidades locais, adotando uma visão de redes se entendeu como os fenômenos de exclusão social podem ser produtos das redes de líderes de opinião que dão vida e organizam uma determinada comunidade. Dito com mais clareza: em uma comunidade local não haveria consumo de drogas se os líderes de opinião, que com suas relações contribuem para construir essa

comunidade, não o permitissem, favorecessem ou intencionalmente o produzissem. Pode-se chegar ao ponto de dizer que nenhum fenômeno social acontece em uma comunidade local sem que seja a expressão dos interesses de pelo menos um líder de opinião e de sua rede subjetiva. É por esta razão que a entrada na comunidade pela porta dos líderes de opinião (em particular, os não-formais) e de sua rede (sub-redes) é considerada como “caminho real” para o conhecimento da comunidade e para a implementação de ações sociais que tenham sentido para a comunidade.

Quando se observam os projetos sociais, constata-se que a prática predominante é com frequência focar a intervenção nos grupos-meta, os chamados beneficiários finais dos projetos ou dos programas: dependentes, mulheres, crianças de rua etc., isso corresponde ao mesmo tempo às “necessidades” e políticas das instituições financiadoras (sejam elas públicas ou privadas, locais, nacionais ou internacionais) e também a certa cultura que percebe os fenômenos sociais como isolados dos contextos nos quais se originam ou se manifestam, como se todas as causas e as consequências se limitassem às fronteiras dos indivíduos ou dos chamados grupos de risco.

Uma das “cultura” é que as campo são orientadas focalizando nos convertem na principal comunidades locais e ação social, a que se eficácia, eficiência e grupos-meta sejam fundamentais dos quase óbvio, mas, no únicos atores e, com

Quando se trabalha em comunidades locais de alto risco e alta vulnerabilidade, às vezes não é possível entrar pela porta que se deseja. Pode-se nesses casos usar a porta que a comunidade abre (os grupos-meta, por exemplo). Apesar disto, sabe-se que, o mais rápido possível, tem-se que chegar a estabelecer um contato com as redes que constroem a vida e a cultura comunitária. [3.32]

consequências desta equipes que trabalham em a começar suas atividades grupos-meta, que se porta de entrada nas na justificação principal da tem que demonstrar resultados. Que os um dos atores processos de ação social é entanto, eles não são os frequência, não são os

atores que têm mais força na produção de sofrimento social. Por isso é oportuno focar a ação a partir de um contexto de saúde pública mais ampla, com a intenção

Construção do dispositivo

de ir mais além disso. É necessário que o horizonte dos direitos seja ampliado além do âmbito da saúde pública. Por outro lado, o trabalho com redes – e especialmente o trabalho com redes de líderes de opinião – insere-se nos equilíbrios (dinâmicos) do poder no interior de uma comunidade. Por essa razão pode ser percebido como uma “ameaça” por parte dos mesmos líderes. Entende-se, então, que resultem mais “facilitadoras e confortáveis” modalidades de entrada nas comunidades utilizando a “porta” dos grupos-meta (é dizer, o caminho das consequências e não das causas).

Nem sempre é possível entrar na comunidade pela via principal dos líderes de opinião e de suas redes. Mas, no entanto, este fato não libera a equipe da tarefa de construir, em pouco tempo e com escassos recursos, as relações-redes indispensáveis para iniciar o trabalho e, por meio delas, obter as informações essenciais para planejar junto com eles. Entende-se que, às vezes, é impossível entrar nas comunidades pela porta das redes, e se tem aberta apenas a porta dos grupos-meta. Trata-se de uma porta muito estreita. Esta porta pode ser utilizada sabendo que, se a equipe e a rede operativa não querem continuar fortalecendo o jogo da persistência e ficar encerrados no micro mundo da exclusão social (eles também excluídos), terão que encontrar, também, outras portas.

Minoria ativa

Uma minoria ativa é constituída pelos atores e agentes comunitários que seguem desenvolvendo atividades e iniciativas de tratamento comunitário, ou ações sociais, depois que a equipe saiu da comunidade em virtude da conclusão do programa ou por outras razões. A minoria ativa é o produto estratégico do Tratamento Comunitário, é a entidade que garante sua continuidade, é o indicador que assegura que o tratamento comunitário tornou-se um elemento da cultura comunitária.

Conceito

A teoria das minorias ativas foi produzida no marco das pesquisas sobre a influência social. Como se comentou na apresentação da rede de líderes de opinião, a influência social é um dos processos por meio dos quais é possível produzir mudança social. Por outro lado, a mudança social é um dos temas centrais e estratégicos do tratamento comunitário, a articulação entre este último e a teoria das minorias ativas resultou, por consequência, particularmente fecunda.

A abordagem pela perspectiva das minorias ativas (em particular o ponto de vista de Moscovici) tem um elemento original e interessante para o tratamento comunitário. Os pesquisadores adotaram como estratégia para entender os processos da mudança social o papel das minorias, e não das majorias. As majorias são mais atores da persistência que da mudança.

O elemento que nos facilitou o trabalho de construção conceitual neste contexto foi o fato de que Moscovici, quando fala das minorias, as observa quase exclusivamente sob o ponto de vista qualitativo “(as minorias são) constituídas pelas pessoas que são objeto de tutela ou marginalização devido a uma transgressão a uma norma ou por incapacidade para conformar-se com essa” (Moscovici, 1981, p. 26, citado em Machin, Velasco, Silva, & Moreno, 2010, p. 133).

Com essa observação, Moscovici indica dois caminhos diferentes: o primeiro é o estudo dos grupos de risco (gangues, redes com alta homogeneidade, pessoas marginalizadas que vivem em grupos etc.) como se fossem minorias; o segundo caminho é construir minorias para produzir mudança social sem produzir marginalização, ou para superá-la quando e onde exista.

Por este meio é que as minorias podem transformar-se em uma ferramenta para a ação social, em particular, aquelas minorias que chamamos ativas.

As minorias ativas respondem às características dos grupos que implementam ações sociais: produzem ações e iniciativas que são intencionais, têm um sentido

Construção do dispositivo

explícito e são dirigidas até os outros. Dito de outra forma e parafraseando Weber (Weber, 1977 [1921 orig.], pp. 19-21) e também (Touraine, 1969; Giddens, 2006, Sociologia [1991] 2004; Parsons, 1984) citados em (Lutz, 2010), e (Bertrando & Toffanetti, 2000), a ação social é caracterizada pelo fato de ter uma estratégia explícita, estar contida em um sistema de valores, movida por emoções e afetos e enraizada em uma cultura.

Moscovici, por seu lado, identifica nas minorias ativas as que têm êxito, quer dizer, aquelas que alcançam influenciar majorias. Como fez Weber quase cinquenta anos antes, Moscovici identifica algumas características do atuar socialmente (“comportamentos sociais”, disse Moscovici, *ibidem*, pp. 141-184):

a) *Esforço*. Manifesta que se está comprometido fortemente com uma opção feita livremente, a ponto de realizar sacrifícios pessoais; b) *Autonomia*. Implica independência de juízo e atitude, determinação de trabalhar segundo critérios próprios, assumindo inclusive uma atitude extrema; c) *Consistência*. Esta é a principal atitude exitosa, que manifesta clareza e certeza (em circunstâncias nas que habitualmente as opiniões são menos seguras), a afirmação de uma vontade inquebrantável e segurança (os comportamentos, constantes e permanentes, consistentes, em uma palavra, permitem prever e simplificar a interação); d) *Rigidez*. A rigidez expressa inflexibilidade diante de uma pressão; é não submeter-se nem chegar a um compromisso por conta da pressão da maioria; e) *Equidade*. Manifesta uma sensibilidade e preocupação por ter em conta a postura do outro, o desejo de reciprocidade e a vontade de estabelecer diálogos autênticos. (Machín, Velasco, Silva, & Moreno, 2010).

Ação social weberiana, por um lado, e minoria ativa moscoviciana, por outro, fazem da minoria ativa uma entidade social que tem “poder” de influir e que sabe como exercê-lo: racionalidade e emoção, consistência e autonomia, capacidade de esforço e continuidade, persistência na incerteza, equidade e percepção do mundo

emocional próprio e dos demais, respeito ao contexto do outro e procura de uma mudança profunda (estilo de vida).

Construção

Pode-se dizer que a minoria ativa é o produto implícito da transformação da equipe em rede operativa, da constituição da rede de recursos comunitários e da visibilização e fortalecimento da rede de líderes de opinião.

Às vezes a minoria ativa se constitui em associação ou outra forma organizada da sociedade civil, às vezes misturada no anonimato da vida cotidiana como sistema de lideranças não-formais que surge e se manifesta quando é necessário. A minoria ativa são as pessoas que se movimentam de forma organizada quando se precisa ajudar; os que se inserem com sentido no cotidiano da vida de uma comunidade e que, às vezes, se chama “ação voluntária”.

Recomendações, dificuldades, boas práticas.

A equipe e a rede operativa podem atuar como minoria ativa, seria até recomendável que o fizessem, isto daria consistência e continuidade à sua ação e permitiria o fortalecimento na comunidade de entidades sociais deste tipo.

As minorias ativas são uma necessidade da vida social, sobretudo em comunidades de alta vulnerabilidade e risco: é necessário alguém informar, denunciar, cuidar, encarregar-se (ou pelo menos inicie a encarregar-se das situações emergenciais). Neste sentido, a minoria ativa é um “emergente social”. Observou-se que a minoria ativa nem sempre corresponde à rede de líderes de opinião (sobretudo formais), pelo contrário, se diferencia e às vezes se mete em contraposição a redes que buscam mais a persistência, atuando mudanças que não comprometem o equilíbrio de seus poderes e por consequência de seus interesses.

As minorias ativas propõem interrupções de situações de equilíbrio, ou, melhor dito, evidenciam com sua posição que o equilíbrio social já não existe (a existência

Construção do dispositivo

de grupos excluídos afirma que pensar que o equilíbrio social exista é uma ilusão) e propõem alternativas. Por serem entidades sociais que manifestam as situações de desequilíbrio podem, à sua vez, ser vítima ou protagonistas de rejeição, exclusão, marginalização e estigmatização.

Redes sociais materiais, simbólicas, virtuais

Esta parte é um apêndice à exposição do dispositivo do tratamento comunitário baseado, como se tem visto, nas redes simbólicas; mas, no entanto, as redes simbólicas não representam todas as redes, pelo menos nas formas da linguagem. Pode-se afirmar que existem redes simbólicas, materiais e virtuais. Este apêndice tem como finalidade introduzir o discurso sobre a presença do tratamento comunitário nas redes virtuais.

A razão deste propósito vem de algumas evidências. No início de 2015 *Facebook* ultrapassou a barreira de um bilhão e quatrocentos milhões de usuários (mais que a população da China). Por meio do *WhatsApp* se trocam por volta de trinta bilhões de mensagens diariamente e, com os tradicionais SMS, ao redor de vinte bilhões de mensagens por dia (Rampini, 2015). Por outro lado, o número de aparelhos celulares no mundo superou, em 2014, o número de habitantes (Lavalle, 2013; ITU, 2014).

As redes relacionais são, por definição, todas simbólicas, ainda que se possam considerar reais, como o são as relações de amizade. As relações manifestam-se por meio de comportamentos, atitudes, discursos mas, no entanto, não são nem comportamentos, nem atitudes nem tampouco discursos. Neste sentido as redes são sistemas simbólicos: porque referem-se a algo diferente do imediatamente perceptível ou representável, e porque sua função é reunir, juntar (reunir é o núcleo central do sentido da palavra símbolo). Por redes materiais entendem-se aquelas que têm um suporte icônico ou material (por exemplo, uma rede de rodovias, uma rede de telefones, uma rede de antenas parabólicas).

O sistema de redes do dispositivo

O conceito de redes virtuais é compreensível se se recordar o conceito de comunidade adotado pelo tratamento comunitário, no qual comunidade e rede são quase sinônimas. Parece ter sido Howard Rheingold o pesquisador que, inicialmente, formulou o termo “comunidade virtual” (Rheingold, 1993). Este autor disse que as comunidades virtuais são...

(...) agregações sociais que emergem da rede quando um número suficiente de pessoas instaura discussões públicas durante um tempo suficientemente grande, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relações pessoais no *cyberspace*. (Rheingold, 1993, p. 5)

Neste conceito convergem três elementos. O primeiro é que o *cyberspace* é um espaço material feito de *hardware* e conexões eletromagnéticas. Em termos de comunidades (*tout court*) se poderia dizer que este espaço *cyber* representa a dimensão topográfica destas comunidades. O segundo elemento é a quantidade de pessoas, quer dizer os atores ou ‘nós’ destas redes. O terceiro está constituído pelas discussões públicas. Lembrar que Rheingold escreve em 1993. Na atualidade, o conteúdo da comunicação nas redes virtuais pode ser qualquer um, e é público. Este último aspecto é relevante: as comunidades virtuais não são secretas, qualquer pessoa que possua a tecnologia adequada pode acessar qualquer conteúdo (ver o caso dos *hackers*). O quarto elemento parece estar estreitamente relacionado com as comunidades simbólicas (comunidades de amigos, por exemplo). Trata-se das relações afetivas, é o mesmo que Rheingold chama de “presença do sentimento humano”. A pergunta agora é: em que aspecto uma rede virtual se distingue de uma rede simbólica ou de uma rede material? Provavelmente, em nada. Deste pensamento parece concordar Michael Powers quando diz que uma comunidade virtual é

um espaço eletrônico aonde um grupo de pessoas se reúne para trocar ideias de uma maneira regular, é uma extensão de nossa vida cotidiana, onde nos

Construção do dispositivo

encontramos com nossos amigos, companheiros de trabalho e vizinhos, no parque, no trabalho ou no centro comunitário. (Powers, 1997, p. 3)

Em nada se diferencia esta comunidade virtual das comunidades simbólicas, a menos que “o espaço eletrônico” não seja o elemento característico deste tipo de entidade social. Talvez, aqui, o ponto seja entender o que significa “virtual”. Este termo se refere a algo que é considerado “em potência”, é dizer que ainda que não seja, poderia ser, ou algo que é, mas é só aparência. Powers dá também uma definição técnica do conceito:

(...) um grupo de pessoas que se comunicam por meio de uma rede de computadores (...) (que) se reúne em uma localidade eletrônica, usualmente definida por um *software* servidor, enquanto o *software* cliente administra os intercâmbios de informação entre os membros do grupo. Todos os membros desses grupos conhecem os endereços dessas localidades e investem tempo suficiente nelas para se considerar uma comunidade virtual. (Powers, 1998, p. 3)

Parece que a única diferença a respeito das comunidades simbólicas é o meio pelo qual pessoas trocam informações e, talvez, a relação não ser cara-a-cara, mas mediada por este recurso tecnológico, como é também uma carta que chega pelos Correios, enviada por uma pessoa que vive em outro continente.

Pode-se, então, pensar que comunidades simbólicas e comunidades virtuais são, em realidade, todas as comunidades simbólicas. Esta conclusão justifica este apêndice ao tema de redes.

Os conteúdos dos capítulos 1 e 3 são considerados, com efeito, como uma ampla introdução ao uso do tratamento comunitário no marco das redes sociais virtuais ou, nas palavras de Rheingold “Tem-se entendido, com efeito, que é nessas comunidades que ‘vivem’ muitas das pessoas com as quais trabalhamos todos os dias. Esse espaço é um espaço também de tratamento comunitário.

5. O capital social da comunidade

Redes subjetivas comunitárias, redes operativas, redes de recursos comunitários, redes de líderes de opinião (não formais) e minorias ativas constituem o capital social de uma comunidade, sua riqueza, sua força fluida entremeada com o quadro de sua vida cotidiana.

Conceito

O conceito de capital social ajuda a dar unidade (é um marco de referência conceitual) às redes das quais se tem falado até aqui. Que se entende com isto? Como dizem Dekker e Uslaner, o capital social está constituído pelo *valor das redes sociais* que, por um lado, vinculam entre si pessoas que têm algumas semelhanças entre elas e, por outro, constroem pontes com pessoas que querem preservar suas diferenças, propondo como base da relação uma norma de reciprocidade (Dekker & Uslaner, 2001). Neste caso, é a reciprocidade que é evidenciada.

Outros autores como, por exemplo, os pioneiros Barnes e Mitchell, e mais recentemente Sander (2002, p. 213), Adler e Kwon (2002) enfocam outro fenômeno: aquele que impropriamente é chamado “boa vontade” ou “sentimento de solidariedade”. Boa vontade e solidariedade caracterizam o comportamento social de todas as espécies, desde os insetos a todos os mamíferos, incluindo os primatas e a espécie humana... é um bem (um capital) sem preço. Como diz Sander: uma pessoa pode encontrar um trabalho mais facilmente

A afirmação de Sander traz à tona um assunto ético: o capital social não é em si nem bom nem mau, depende de como se utiliza. Parafraseando a afirmação de Sander, se uma pessoa que não tem competência para um determinado cargo o consegue “graças a quem conhece” e outra que tem as competências requeridas não o consegue, porque seu capital social é insuficiente, não se pode considerar que, neste caso, o capital social tenha permitido fazer a escolha mais apropriada. [3.33]

Construção do dispositivo

graças a quem conhece do que ao que conhece, e, isto obviamente não somente porque “o conhece”, mas porque esse conhecimento indica uma reciprocidade e um vínculo “afetivo” de solidariedade.

Alguns autores consideram que “o capital social é a boa vontade, que é disponível para os indivíduos ou os grupos. Sua fonte reside na estrutura e no conteúdo das relações sociais de um ator social. Seu efeito ocorre desde a informação, até a influência e a solidariedade que um ator faz disponível para outro” (Adler & Kwon, 2002, p. 23).

Existem autores que ressaltam o aspecto da interação social como elemento do capital social (Claridge, 2004) e, no marco das interações identificam, em particular, três delas: a *filiação* a um grupo que tem poder, a *rede pessoal* (rede subjetiva ou rede primária) e uma *filiação institucional* (Belliveau, O'Reilly, & Wade, 1996, p. 1572). Pode-se entender, por consequência, o valor, em termos de produção de capital social, que tem a construção de redes subjetivas e de recursos comunitários, e o sentido do esforço que se realiza de maneira a que todos os excluídos sejam formalmente vinculados com estas redes. Ter, por exemplo, um sistema que possa receber com eficácia e eficiência as derivações das organizações de primeiro nível ou diretamente desde atores comunitários não-formais, é não somente uma necessidade, mas o sinal manifesto de uma riqueza produzida pelas comunidades.

A posição de Bourdieu aproxima-se mais àquela dos primeiros investigadores das redes (Barnes, Bott, Mitchell), e introduz um aspecto novo: o capital social é “o conjunto dos recursos potenciais ou reais relacionados com o processo de uma rede social duradoura, feita de relações mais ou menos institucionalizadas de vizinhança e reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1986, p. 248). Mais tarde Bourdieu acrescentará a estas características também o fato do conhecimento e do reconhecimento recíprocos entre atores da rede (parecem ser estes dois aspectos que definem pertencimento a uma rede). Bourdieu afirma, também, que não é somente o fato de que os atores de uma rede possuam algumas características comuns que isso transforme esses elementos comuns em capital social, mas é o fato de que tenham entre eles alguns vínculos reciprocamente úteis e permanentes (Bourdieu 1980, 2 apud Siisiäinen, 2000).

O capital social da comunidade

Bourdieu ressalta, da mesma maneira que os pioneiros do conceito, o fato de que não é suficiente ter elementos em comum entre atores sociais, não é tampouco suficiente ter riquezas: o valor agregado consiste em *ter relações duradouras* e as relações duradouras baseiam-se no conhecimento e reconhecimento recíproco. Entende-se agora o significado da insistência na necessidade de ter relações pessoais e diretas com os atores comunitários. Os processos de construção de todas as redes mencionadas até aqui são processos de construção de relações pessoais e diretas por meio da participação na vida cotidiana.

Para concluir esta breve revisão conceitual menciona-se Fukuyama, Thomas e Putnam que, com Bourdieu, contribuem com a conceitualização mais recente deste fenômeno social. O primeiro (Fukuyama, 1995, p. 10), identifica o capital social como a habilidade das pessoas trabalharem juntas com um propósito comum, no marco de grupos e organizações, ou, alguns anos depois, como “a existência de um conjunto de normas e valores não-formais compartilhados entre os membros de um grupo que permitam a cooperação entre eles” (Fukuyama, 1997).

Putnam considera as redes como centro do capital social, as normas e a confiança social, afirmando que são estes elementos que permitem a coordenação (criação de ordem) e a cooperação (trabalhar juntos) para benefício mútuo de todos os que participam (Putnam, 1995, p. 67); enquanto que Thomas acrescenta a esta última concepção o aspecto do voluntariado do capital social. Quando se fala de capital social se faz referência “aos meios e processos voluntários que se desenvolvem no interior das sociedades e que promovem desenvolvimento para a coletividade em seu conjunto” (Thomas, 1996, p. 11).

O conceito de confiança social é difícil de transformar em variáveis observáveis com clareza, mas, no entanto, entende-se que no substrato das redes encontra-se este “valor inefável”, que faz com que as pessoas abaixem suas defesas naturais e vão ao encontro do outro, para acessar o vínculo e a pertença.

Bibliografia do Capítulo 3

AA.VV. (s.d.). *Teoría ecológica de Bronfenbrenner*. Acessado em 2014, em <http://almazcruz.wordpress.com/teoria-ecologica-de-bronfenbrenner/>.

AA.VV. (2014, 12). *Enciclopedia Treccani*. Acessado em <http://www.treccani.it/>

Adler, P. S., & Kwon, S. W. (2002). Social Capital: prospects for e new concept. *Academy of Management*, 27(1), 17-40.

Barnes, J. (1954). Class and Committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7(1), 39-58.

Belliveau, M. A., O'Reilly, C. A., & Wade, B. (1996). Social Capital at the Top: Effects of Social Similarity and Status on CEO Compensation. *Academy of Management Journal* 39(6), 1568-1593.

Bertrando, P., & Toffanetti, D. (2000). *Storia della terapia familiare. Le persone, le idee*. Milano: Raffaello Cortina Editore.

Bikard, M. (2011). *Essay sur le Don. Marcel Mauss 1923-1924*. Acessado em appli6.hec.fr/amo/Public/Files/Docs/231_fr.pdf.

Boissevain, J. (1978). *Friends of Friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.

Boissevain, J., & Mitchell, J. (1973). *Network Analysis, Studies on Human Interaction*. The Hague-Paris: Mouton.

Bott, E. (1957). *Family and Social Network*. London: Tavistock Publications.

Bibliografia do Capítulo 3

- Bourdieu, P. (1986). The forms of Capital. In J. G. Richardson, *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood Press.
- Broadhead, R. S., Heckathorn, D. D., Altice, F., Hulst van, Y., & Carbone, M. (2002). Increasing drug use adherence to HIV treatment: results of a peer-driven intervention feasibility study. *Social Science & Medicine*, 55(2), 235-246.
- Carrier, J. G. (2005). *A Handbook of Economic Anthropology*. Northampton USA: Edward Elgar Publishing Limited.
- Claridge, T. (2004). *Social Capital and Natural Resource Management*'. Tese não publicada, University of Queensland, Brisbane.
- Coleman, J. (1968). *Introduction to mathematical sociology*. London: Collier-Macmillan.
- Copello, A. G. (2006). Family interventions for drug and alcohol misuse: is there a best practice? *Current Opinion in Psychiatry*, 19(3), 271-276.
- Copello, A., Orford, J., Hodgson, R., & Tober, G. (2009). *Social Behaviour and Network Therapy for Alcohol Problems*. Routledge.
- Copello, A., Orford, J., Hodgson, R., Tober, G., & Barret, C. (2002). Social behaviour and network therapy: Basic principles and early experiences. *Addictive Behaviors*, 27(3), 345-355.
- Copello, A., Williamson, E., Orford, J., & Day, E. (2006). Implementing and evaluating Social Behavior and Network Therapy in drug treatment practice in the UK: A feasibility study. *Addictive Behaviours*, 31(5), 802-810.
- Dekker, P., & Uslaner, E. M. (2001). *Social Capital and participation in everyday life*. Routledge.

Construção do dispositivo

- Dunbar, R. (1992). Neocortex size as a constraint on a group size primates. *Journal of human evolution*, 22(6), 469-493.
- Dunbar, R. (1993). Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(4), 681-735.
- Dunbar, R. (1993). Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(4), 681-735.
- Durkheim, E. (2004 [1893]). *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- Easley, D., & Kleinberg, J. (2010). *Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Folgheraiter, F. (1994). *Interventi di rete e comunità locali. La prospettiva relazionale nel lavoro sociale*. Trento: Erikson.
- Fraser, M., & Hawkins, J. D. (1984). Social Network Analysis and Drug Misuse. *The Social Service Review*, 58(1), 81-97.
- Fukuyama, F. (1995). Social Capital and the Global Economy. *Foreign Affairs*, 74(5), 89-103.
- Fukuyama, F. (1997). Social capital in the modern capitalistic economy. Creating a high trust workplace. *Stem Business Magazine*, 4(4).
- Galanter, M. (2001 [1999]). *Terapia di rete per i disturbi da uso di sostanze*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Galanter, M., Dermatis, H., Glikman, L., Maslansky, R., & Sellers, B. (2004). Network therapy: Decreased secondary opioid use during buprenorphine maintenance. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 26(4), 313-318.
- Giddens, A. (2004 [1992]). *Sociologia*. Barcelona: Aliança Editorial.

Bibliografia do Capítulo 3

- Giddens, A. (2006). *La constituição de la sociedade (1965)*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Grieco, M. (1987). *Keeping in the Family*. London: Tavistok Publications.
- Harkola, J. (1995). The role of Opinion Leaders in the diffusion of a construction technology in a Japanese firm. *INSA International Social Network Conference, Proceedings. London July 6-10 1995*, 3, 249-256. London: INSA.
- Jenkins, W. A., Vila-Rodriguez, F., Paquet, K., MacEwan, G. W., Thornton, A., & Barr, A. (2010). Social Network Characteristics and Effects on severity of psychosis in a community sample with high prevalence of stimulant use. *Schizophrenia Research*, 117(2), 190-191.
- Kadushin, C. (2011). *Introduction to social network theory*. Oxford University Press.
- Keller, D. S., & Galanter, M. (1999). Technology Transfer of Network Therapy to Community-Based Addictions Counselors: New York, New York. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 16(2), 183-189.
- Kenna, G. A., & Lewis, D. C. (2008). Risk factors for alcohol and other drug use by healthcare professionals. *Substance Abuse Treatment, Prevention and Policy*, 3(1), 3. doi: 10.1186/1747-597X-3-3.
- Latkin, C. A., Forman, V., Knowlton, A., & Sherman, S. (2003). Norms, social networks, and HIV-related risk behaviors among urban disadvantaged drug users. *Social Science & Medicine*, 56(3), 465-476.
- Latkin, C. A., Hua, W., & Tobin, K. (2004). Social Network correlates of self-reported non-fatal overdose. *Drug and Alcohol Dependence*, 73(1), 61-67.

Construção do dispositivo

- Latkin, C., Mandell, W., Oziemkowska, M., Celentano, D., Vlahov, D., & Ensminger, M. (1995). Using social network analysis to study patterns of drug use among urban drug users at high risk for HIV/Aids. *Drug and Alcohol Dependence*, 38(1), 1-9.
- Lau-Barraco, C., & Collins, R. L. (2011). Social Networks and alcohol use among non student emerging adults: A preliminary study. *Addict Behav.*, 36(0), 47–54. doi: 10.1016/j.addbeh.2010.08.017
- Lazega, E. (2007). *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: PUF.
- Leon-Portilla, M. (1983). *Toltecatoytl aspectos de la cultura náhuatl*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Lewis, O. (1961). *Los Hijos de Sanchez*. México city: Fondo de Cultura Económica.
- Lutz, B. (2010). La Ação Social na Teoría Sociológica: una aproximação. *Nueva Epoca*, 23(64), 199-218.
- Machin, J., Merlo, R., & Milanese, E. (2010). *Redes sociais y farmacodependências. Aportes para la intervencion*. México: Conadic-Consejo Nacional de Adicciones, Centro de Formacion Farmacodependências y Situaciones Criticas Asociadas A.C.
- Machin, J., Velasco, M., Silva, Y. E., & Moreno, A. (2010). *ECO². Un modelo de incidencia en politicas publicas? Estudio de caso de la Remoiss*. México: Cafac.
- Mair, L. (1965). *An introduction to social anthropolgy*. Gloucester: Clarendon Press.
- Marchioni, M. (2001). *Comunidade, participação y desenvolvimento*. Barcelona: Popular.
- Mauss, M. (1923-1924). Essai sur le don. *Année Sociologique. Seconde série*.

Bibliografia do Capítulo 3

- Mauss, M. (1938). Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne, celle de "moi". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 68, 263-281
- Milanese, E. (2008). La comunidade: basurero de los fracasos de las instituições y oportunidad para relações de ajuda duradouras e incluyentes. In M. UNODC, *La inclusion social. Una respuesta frente a la farmacodependência* (pp. 21-37). Bogota: UNODC-Ministerio de la Proteccion Social.
- Milanese, E. (2009b). *Tratamento comunitário de las adicciones y de las consecuencias de la exclusion grave. Manual de trabalho para el operador*. México: Praça y Valdes.
- Mitchell, J. (1973). Networks, norms and institutions. In J. Boissevain, & J. Mitchell, *Network Analysis: Studies in Human Interaction*. (pp. 15-35). Paris-The Hague: Mouton.
- Morin, R. C., & Seidman, E. (1986). A Social Network Approach and the Revolving Door Patient. *Schizophrenia Bulletin*, 12(2), 262-273.
- Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las minorias ativas*. Madrid: Morata.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.
- Orford, J., Hodgson, R., Copello, A., Wilton, S., & Slegg, G. (2009). To what factors do clients attribute change? Content analysis of follow-up interviews with clients of the UK Alcohol Treatment Trial. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 36(1), 49-58.
- OSCE. (2000). *Estratégia de la OSCE frente a las amenazas contra la estabilidad y la segurança no siglo XXI*. OSCE.
- Pappi, F., & Konig, T. (1995). Les organisations centrais dans les réseaux du domaine politique: une comparaison Allemagne-Etats Unis dans le champ de la politique du travail. *Revue française de Sociologie*, 36, 725-742.

Construção do dispositivo

- Parsons, T. (1984). *La estructura de la ação social (1968)*. Madrid: Guadarrama.
- Piselli, F. (2001). *Reti. L'analisi dei network nelle scienze sociali*. Roma: Donzelli.
- Pizarro, N. (2004). Un nuevo enfoque sobre la equivalencia estructural: lugares y redes de lugares como herramientas para la toeria sociològica. *Redes- Revista hispana de analisis de redes sociais*, 5(2).
- Powers, M. (1997). *How to program a virtual community*. New York: Ziff-Davis Press.
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: American's declining social capital. *Journal of democracy*, 6(1), 65-78.
- Quaglio, G., Lugoboni, F., Pattaro, C., GICS, Montanari, L., Lechi, A., ... Des Jarlais, D. C. (2006). Patients in long-term maintenance therapy for drug use in Italy: analysis of some parameters of social integration and serological status for infectious diseases in a cohort of 1091 patients. *BMC Public Health*, 6, 216. <http://doi.org/10.1186/1471-2458-6-216>
- Rheingold, H. (1993). *The virtual community*. Reading: Addison-Wesley.
- Rogers, E. M., & Agarwala-Rogers, R. (1976). *Communication in Organizations*,. New York: The Free Press.
- Sanicola, L. (1997). Le travail avec les réseaux primaires. *Les Cahiers de l'Actif*, 258/259, 53-70.
- Searles, H. F. (1965). *Collected Papers on Schizophrenia and Related Subjects*. Londres: Hogarth Press-Institute of Psychoanalysis.
- Speck, R. (1967). Psychotherapy of the Social Network of a Schizophrenic Family. *Fam. Proc.*, 6, 208-214.

Bibliografia do Capítulo 3

- Speck, R. A. (1974). *Family Networks*. New York: Vintage Books.
- Thomas, C. Y. (1996). Capital markets, financial markets and social capital. *Social and Economics studies* 45(2&3), 1-23.
- Tobin, K. E., Hua, W., Costenbader, E. C., & Latkin, C. A. (2007). The association between change in social network characteristics and non- fatal overdose: Results from the SHIELD study ion Baltimore, MD, USA. *Drug and Alcohol Dependence*, 87(1), 63-68.
- Tornatzky, L. B., & Fleisher, M. (1990). *The process of technological innovation*. Lexington MA: Lexington Books, Heath and Company.
- Torrigo Linares, E., Santín Vilariño, C., Andrés Villas, M., Menendes-Alvarez-Dardet, S., & López López, J. (2002). El Modelo ecológico de Bronfenbrenner como marco teórico de la psico-oncología. *Anales de Psicología*, 18(1), 45-59.
- Touraine, A. (1969 [1965]). *La sociología de la ação (1965)*. Barcelona: Ariel.
- Trémintin, J. (2006, 1 06). *Portées et limites du travail partenarial dans li'action sociale*. Acesso em 3 2012, em <http://du.ado.difficile.free.fr/ressources>.
- Tyler, K. A. (2008). Social network characteristics and risky sexual and drug related behaviors among homeless young adults. *Social Science Research*, 37(2), 673-685.
- Weber, M. (1977 [1921]). *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Whitten, L. (2005-2006). Network Therapy Enhances Office-Based Buprenorphine Treatment Outcomes. *NIDA Notes*, 20(2).

4

Construção de conhecimento Construção da ação

Resumo

Este capítulo compõe-se de nove seções e respectiva bibliografia, e tem como tema central o Sistema Estratégico de Tratamento (SET). Em cada um dos capítulos descreve-se alguma das modalidades de ação. O propósito desta Parte é apresentar uma abordagem do tratamento comunitário na qual a comunidade como tal é sujeito de tratamento. O SET é um marco lógico composto de nove processos: construção da comunidade por parte de seus líderes de opinião, ações de prevenção e tratamento do passado e do presente, boas práticas e fracassos, história da comunidade, dados sociológicos, antropológicos e etnográficos, temas geradores, representações sociais, mitos e ritos, conflitos na comunidade.

Palavras-chaves: ancoragem, boas práticas, comunidade, conflito, etnografia, fracasso, história, mito, objetivação, representações sociais, rito, SET, sociologia, temas geradores, tratamento.

Introdução

Nas Partes precedentes falou-se do SET em mais de uma ocasião. Agora vamos trabalhar com este Sistema Estratégico de Tratamento (SET). Recorde-se, a este propósito, que só por razões didáticas e descritivas se faz presente o SET neste momento. Na realidade da vida cotidiana das comunidades e na realidade do tratamento comunitário, o SET é implementado desde o início. Este acompanha a implementação da constituição inicial da equipe, de sua formação de base, do encontro com a comunidade, das atividades de vinculação e da construção de redes. O SET é o marco lógico, a construção de pensamento e conhecimento por meio da ação, a ação pesquisadora e de reflexão que traz para fora o sentido da ação, que ilustra sua força e suas limitações.

O SET é como um movimento que se encontra no mar, que se manifesta nas ondas e nas correntes, sem ser nem

onda nem corrente é a força do pensamento que incessantemente busca a vinculação entre sentido e ação, que tira constantemente força das frustrações do sem sentido, das contradições entre sentido e ação, e do prazer iluminado da coerência, da congruência e das alianças entre eles.

Nas duas primeiras edições do Manual, em lugar de Sistema Estratégico de Tratamento utilizava-se o termo SiDiEs (Sistema de Diagnóstico Estratégico). A razão desta modificação vai mais além da terminologia. Por meio das experimentações levadas a cabo a partir de início de 2010 e, sobretudo dos processos de avaliação e formação implementados entre 2010 e 2015, tem-se constatado que o SiDiEs era ao mesmo tempo um sistema de diagnóstico e de tratamento, um sistema de diagnóstico na ação. Quando se consolidou o trabalho com redes (ver capítulos dois e três) a implementação de cada um dos processos do SiDiEs foi uma das tarefas das redes (acima de tudo a rede operativa) e não somente da equipe. Esta modificação do dispositivo de atores evidenciou que não havia descontinuidade entre ações de construção do conhecimento e ações de modificação de representações, atitudes, condutas, dispositivos reais e simbólicos. Por esta razão o SiDiEs é agora chamado SET. Como se verá esta mudança não é só terminológica, mas metodológica e estratégica. [4.1]

Sumário do Capítulo 4

Seção	Capítulo 4	
	Introdução	404
1	Construção de conhecimentos	408
	Objetivos e processos	408
	Estrutura do SET	411
	Recomendações, dificuldades, riscos e boas práticas	413
2	Líderes de opinião e construção da comunidade	416
	Objetivos, processo e recomendações	418
	Dificuldades e boas práticas	428
3	Análise de boas práticas e de fracassos	430
	Objetivos e processos	433
	Dificuldades, boas práticas, aprendizagens	453
4	História da comunidade	455
	Objetivos e processos	455
	Dificuldades, aprendizagens, boas práticas	461
5	Elementos sociológicos	463
	Conceito e objetivos	465
	Processos	466
	Dificuldades, aprendizagens, recomendações	468

Seção	Capítulo 4 (cont.)	
6	Temas geradores	470
	Conceito e objetivo	471
	Por que olhar para os temas geradores?	475
	Temas geradores espontâneos e induzidos	478
	Processo, dificuldades e boas práticas	479
7	Representações sociais	482
	Conceito	483
	Ancoragem	484
	Categorização	486
	Objetivação	487
	Etiquetamento	489
	Naturalização	490
	Dificuldades e boas práticas	491
8	Mitos, rituais e costumes	494
	Conceito	496
	Objetivos e processos	497
	Boas práticas, aprendizagens, dificuldades	502

Construção de conhecimento. Construção da ação

Seção	Capítulo 4 (final)	
9	Conflitos de base na comunidade	503
	Conceito	504
	Lógicas dos conflitos e de suas respostas	506
	Entre posições e interesses, causas e fontes de conflito	507
	Objetivos e processos	508
	Lógicas de resolução dos conflitos	510
	Perder/perder	510
	Perder/ganhar	510
	Ganhar/perder	511
	Ganhar/ganhar	512
10	Bibliografia do Capítulo 4	513

1. Construção de conhecimentos

Objetivos e processos

Nas fases iniciais do desenvolvimento do tratamento comunitário (2001-2010) o objetivo manifesto do SET (anteriormente denominado SiDiEs) era realizar o diagnóstico da comunidade. Mas, no entanto, as equipes que trabalhavam no campo constataram que ao realizar processos do SiDiEs, principalmente quando trabalhavam com atores e redes comunitárias, produziam-se mudanças de atitudes, representações etc. como se de fato se estivesse implementando o tratamento comunitário. Se, por um lado, esta é uma característica da pesquisa na ação, por outro isto significava que era necessário modificar o olhar com o qual se utilizava este conjunto de processos.

Desta maneira, o SiDiEs transformou-se em SET, em uma ferramenta (um macroprocesso) que constitui o fundamento sobre o qual se apoiam os cinco eixos do tratamento comunitário (ver Gráfico 4.1).



Gráfico 4.1 – Modelo do tratamento comunitário

Desta abordagem deriva-se que produzir conhecimento e produzir mudança são dois efeitos simultâneos e complementares, como o são simultâneas e complementares as ações que os produzem (ver exemplo Colômbia 4.1). Porque se preferiu dizer “tratamento” em lugar de sistema estratégico de diagnóstico e tratamento? Porque o tratamento comunitário é simultaneamente um tratamento e uma ação social (como podem ser as psicoterapias de grupo ou a terapia de redes) que têm como objeto principal as relações de uma pessoa consigo mesma, ou de grupos de pessoas entre elas (redes). Isto significa que promover uma ação de conhecimento, mesmo que seja conhecimento de aspectos materiais, é promover conhecimento das relações e, por isto, significa promover uma mudança de relações (ver exemplo Colômbia 4.1).

A equipe estava planejando construir um mapa ecológico da comunidade. Decidimos pedir a ajuda de alguns habitantes. Quando tratamos de explicar aquilo que queríamos fazer houve algumas dificuldades, perplexidades, dúvidas,

Construção de conhecimentos

sobretudo quando se falava de lugares de venda e consumo. Percebíamos o temor dos habitantes, também o nosso. Depois de algumas semanas e algumas reuniões e um pouco de trabalho de rua conseguimos construir um pequeno grupo de trabalho. Éramos umas quinze, dezoito pessoas. Quando os habitantes visitavam o *drop in*, olhavam o mapa e faziam comentários fornecendo correções, novas informações, criticando erros, dizendo que isso não deveria de estar ali, que é perigoso, que é muito útil e que não há o que temer. [Colômbia 4.1]

O exemplo ajuda a entender como o mapa ecológico constituía só um aspecto tático de uma ação que, com o propósito de construir conhecimento, de fato constrói um grupo, modificando as relações entre as pessoas. Estas relações começaram a mudar a partir do momento no qual esses atores comunitários se reuniram pela primeira vez para pensar esta ação diagnóstica.

Este exemplo ajuda a entender, neste caso, também como foi pelas redes (ver capítulos 2 e 3), que os objetivos do SET são simultaneamente táticos (ligados aos objetivos específicos e imediatos) e estratégicos (ligados ao impacto, sobretudo no dispositivo comunitário).

Entre os objetivos encontram-se:

- ♣ Melhorar a capacidade de trabalhar com a comunidade local promovendo um encontro de saberes e conhecimentos.
- ♣ Melhorar a capacidade de construir redes e então de dar forma e vida ao dispositivo para o tratamento comunitário.
- ♣ Melhorar o conhecimento com relação à comunidade local que permita implementar ações de processo, superando a necessidade inicial de

implementar ações de vinculação (necessariamente mais limitadas do ponto de vista estratégico).

♣ Melhorar a capacidade da comunidade (redes) de produzir conhecimento e respostas a suas necessidades.

♣ Produzir na comunidade e com ela mudanças que melhoram as condições de vida e reduzir o impacto dos processos de exclusão.

O SET é um sistema de processos que considera que a comunidade como um todo é o sujeito do tratamento comunitário. [4.2]

A formulação destes objetivos evidencia um fato relevante para o tratamento comunitário: o SET é um sistema de trabalho que considera a comunidade como sujeito do tratamento. Por consequência, não se refere a grupos-meta (embora os inclua), não se refere em si a indivíduos ou pessoas (embora os inclua), refere-se à comunidade como um todo.

Estrutura do SET

Para alcançar estes objetivos tem sido desenhado um marco lógico que consiste em oito processos de trabalho. Como pode-se entender, estes processos de trabalho estão todos articulados entre si, e têm um vínculo: sugere-se que o SET inicie com o primeiro processo, “a identificação da comunidade por parte de seus líderes de opinião” (não-formais, pelo menos).

O fato que os processos de trabalho do SET sejam oito não significa que tenham que ser nove. A capacidade de produzir processos que considerem toda a comunidade como sujeito de tratamento depende principalmente da criatividade e capacidade das equipes e das redes locais. Para que novos processos sejam introduzidos é necessário que se inspirem nos marcos de referência conceituais e teóricos de Eco², que tenham sido experimentados por um congruente período temporal, e que seu processo e resultados tenham sido avaliados. [4.3]

Os processos são os seguintes:

Construção de conhecimentos

- (i) Construção da comunidade.
- (ii) Boas práticas e fracassos.
- (iii) História da comunidade.
- (iv) Elementos sociológicos, etnográficos e antropológicos.
- (v) Temas geradores.
- (vi) Representações sociais.
- (vii) Mitos e formas rituais.
- (viii) Identificação e elaboração de conflitos.

Nas páginas que seguem cada um desses processos será descrito, também por meio da introdução de alguns exemplos. Serão ainda apresentados alguns elementos conceituais e teóricos (só apresentados). Remete-se, em seguida, ao texto sobre aspectos teóricos e conceituais: Tratamento Comunitário: Teorias e Conceitos. Glossário Critico ECO².

A estrutura do SET descrita no Gráfico 4.2 pode ser entendida melhor ao imaginá-la como um sistema de processos simultâneos e complementares, em lugar de “lineares”. Esta maneira de pensá-los reflete melhor, por um lado, como as coisas acontecem na realidade e, por outro, as condições nas quais o tratamento comunitário é implementado.



Gráfico 4.2 – Estrutura do SET

Recomendações, dificuldades, riscos e boas práticas

As pessoas que se aproximam do tratamento comunitário e, em particular, ao SET fazem, com frequência, a pergunta seguinte: quando inicia o tratamento comunitário, antes ou depois de ter realizado o SET? Às vezes a esta pergunta responde-se com outra: quando inicia o tratamento comunitário? A maioria responde: depois de que se acabou o SET.

Esta resposta deriva de uma visão clássica do tratamento: primeiro o diagnóstico e depois o tratamento, que respeita uma certa linearidade.

O SET é tratamento comunitário, cada um de seus passos é utilizado como uma forma de tratamento comunitário. Isto é ver as coisas de maneira que conhecimento e ação sejam simultâneos e complementares (por isto fala-se de pesquisa na ação).

[4.4]

É fundamental que a construção do conhecimento sobre cada um dos processos deste sistema aconteça por meio das redes comunitárias (começando com as redes operativas). Isto contribui para assegurar que se evite construir um conhecimento presunçoso, sem conexão com a realidade vivida cotidianamente pelos

Construção de conhecimentos

membros da comunidade, evitando também, por consequência, implementar ações sem sentido e sem impacto.

Para poder produzir este tipo de conhecimento é necessário delinear com clareza um plano de trabalho no qual se especifiquem objetivos, metas, processos, produtos, meios para produzi-los, prioridades etc.

Priorizar com clareza o conjunto de ações de vinculação e as prioridades do conhecimento é um passo essencial para chegar a produzir um excelente processo de construção do dispositivo (ser, saber, fazer, fazer fazer) evitando lançar-se por um lado na ação cega e, por outro, no saber inútil.

Durante o conhecimento uma massa informação que não desenvolvimento, das ações. Este feito posição da equipe e, dos contextos. O que é difícil saber quando se tem suficiente conhecimento para poder atuar e às vezes esta dúvida não permite governar o processo de pesquisa na ação, dando espaço unicamente ou quase exclusivamente à “ação pesquisadora”.

Uma das características mais interessantes desta abordagem é que o processo do SET é recursivo e, como se viu, inicia com a “identificação da comunidade por parte de seus líderes de opinião”. A ordem dos passos seguintes é determinada pela interação entre equipe e as redes de líderes de opinião. [4.5]

processo de construção do corre-se o risco de produzir impressionante de se utiliza no planejamento, monitoramento e avaliação depende, por um lado, da por outro, da complexidade aspecto central parece ser com suficiente certeza

Este feito pode produzir duas consequências que interferem com o processo: a primeira é a intelectualização do processo de pesquisa, e o segundo é a apropriação do processo mesmo por essa parte dos atores que estão mais acostumados a este tipo de abordagem, com a consequência que a maioria dos atores comunitários abandona o processo.

Por intelectualização do processo de construção do conhecimento entende-se o afastamento do conhecimento da vida cotidiana das pessoas e, por consequência, de

Construção de conhecimento. Construção da ação

Quando se implementa o SET como processo de construção do conhecimento é útil recordar que a ação que produz conhecimento é uma “ação” da mesma maneira que outros tipos de ações: as que produzem relações, aquelas que produzem objetos etc. Esta consideração ajuda a superar a posição segundo a qual produzir conhecimento não é uma ação em si, e sim um precursor de uma ação social que será implementada sucessivamente. Não é assim: produzir conhecimento é atuar socialmente. [4.6]

seu mundo real e simbólico, de suas emoções e afetos. Entende-se que em certos processos (se mencionará mais adiante no processo Dados Sociológicos) esta intelectualização é importante, mas não neste caso. Neste contexto a intelectualização produz nos atores comunitários uma sensação de serem expropriados de seus conhecimentos e utilizados em um processo do qual deixam de ser atores.

Tem-se observado também a tendência, por parte das equipes, de concentrar-se mais na parte de pesquisa esquecendo a parte relacionada com a ação. Estes dois processos têm que caminhar o mais próximos/simultâneos possíveis. Frente a esta dificuldade (preservar a simultaneidade) as equipes parecem adotar uma dupla resistência: querem conhecer todos os aspectos da comunidade que eles consideram relevantes antes de iniciar a atuar, ou, pelo contrário, iniciar a atuar sem antes criar um saber metodológico e conceitual mínimo.

Uma abordagem que permite superar esta aporia (seguramente não de maneira definitiva) é, por um lado, imaginar este trabalho como um processo e, por consequência, definir os produtos mínimos do conhecimento que são necessários e indispensáveis para definir o passo sucessivo e, por outro, ter consciência que sem ação/relacionamento não há conhecimento e em seguida ter uma ideia clara de quais são as ações mínimas que servem para produzir o conhecimento de que se necessita (ações de vinculação).

2. Líderes de opinião e Construção da comunidade

Conceito

Nas Partes precedentes se mencionou que no marco do tratamento comunitário a comunidade está constituída por um conjunto de redes que dão vida a um território. Tem-se ressaltado, também, que entre as redes mais importantes que participam deste processo encontra-se a rede de líderes de opinião. Pode-se chegar ao ponto de observar que uma comunidade local pode ser considerada como a representação social da rede de seus líderes de opinião. O ator é quem produz ou reconhece os conteúdos da vida cotidiana: normas, valores, ações, processos, dinâmicas entre grupos, *status* e papéis.

É por esta razão que um processo centrado na representação que os líderes de opinião têm de sua comunidade é uma maneira concreta para: (a) construir uma rede de líderes de opinião (ver Cap. 3, seção 3: a rede de líderes de opinião); (b) fazer um diagnóstico comunitário; e (c) por meio dele produzir mudanças na rede de líderes de opinião; (d) identificar ações e estratégias para produzir processos de inclusão; (e) implementar junto com outros atores comunitários (redes operativas) ações e estratégias. Trata-se, em seguida, de identificar os líderes de opinião para começar a construir a rede e poder construir a representação da comunidade.

Dona Isabel, uma senhora lutadora, reside na comunidade, busca sempre melhorar as coisas, participa ativamente em todas as reuniões e conhece bem todos os habitantes do bairro. Dona Edite é uma amiga de Dona Isabel, que participa de todas as reuniões nas quais se discute as melhorias da comunidade. Dona Naoci, uma pessoa muito envolvida com o poder público, foi capaz de conquistar algumas melhorias para o bairro, se sente reforçada por ter seu trabalho sido acompanhado por todos durante sua busca de melhorias para a

Construção de conhecimento. Construção da ação

comunidade. O agente de polícia Rubens, coordenador da área de comunicação do Centro de Formação em Segurança, é um profissional muito envolvido com a comunidade e muito acessível. Eddy tem a função de fazer visitas a pessoas que vivem nos bairros da comunidade. Na foto está sorrindo, porque é muito alegre e está sempre de bom humor. Mauricio também tem como tarefa fazer visitas nos bairros da comunidade, e é a referência do tratamento comunitário junto com Gi. Tem se mostrado muito comprometido e perspicaz. Angélica, nossa referência das relações públicas, está muito comprometida com a comunidade, realiza várias visitas nos bairros para difundir o tratamento comunitário. [Brasil 4.1]

Consequência deste processo de identificação dos líderes e de construção de uma rede é que sem líderes de opinião não há diagnóstico direto, de primeira mão, não há diagnóstico na opinião nasce ao diagnóstico, e o tempo em que a rede diagnóstico é de certa dessa rede, de suas dinâmicas, de seus simbólicos, de seus alianças e das esta razão a ação tempo tratamento: porque produz um conhecimento que muda as relações e seus conteúdos.

Diagnóstico-ação. O diagnóstico comunitário implementado com a participação da rede de líderes de opinião é uma iniciativa de tratamento de rede que tem como objeto de trabalho as relações no interior da rede de líderes. Esta iniciativa tem por consequência um valor propriamente cognitivo e um terapêutico. [4.7]

ação. A rede de líderes de mesmo tempo em que o diagnóstico ao mesmo de líderes de opinião. O forma uma representação *i n t e r c o n e x õ e s* e conteúdos relacionais e interesses e conflitos, das oposições recíprocas. Por diagnóstica é ao mesmo

Não se quer dizer com isto que o diagnóstico realizado com os líderes de opinião seja o único diagnóstico possível. Não se trata disto. De fato há diagnósticos sociológicos, antropológicos, epidemiológicos que têm produzido e produzem um saber essencial para a definição das políticas públicas. Sugere-se que estes

conhecimentos sejam introduzidos durante a realização do SET de maneira tal que sejam devolvidos à comunidade em uma forma compreensível e útil, para que eles possam refletir sobre sua comunidade a partir do ponto de observação de outros atores e tomar decisões que não se baseiam unicamente em seus pontos de vista. Procedendo assim, assegura-se que o que tem sido planejado de cima chegue até embaixo, de maneira tal que as políticas se traduzam em práticas, e, também, que aquilo que tem sido pensado e atuado de baixo chegue em cima, de maneira que essas práticas se convertam em políticas.

O diagnóstico “clássico” feito por pesquisadores profissionais é uma ferramenta útil e necessária no tratamento comunitário, tem portanto que implementar-se assegurando também o protagonismo comunitário. [4.8]

Objetivos, processo e recomendações

O processo de identificação dos líderes de opinião não-formais e de construção de sua rede já foi descrito no capítulo precedente (Construção da Rede de Líderes de Opinião). Ver-se-á agora quais são as primeiras ações de diagnóstico/tratamento comunitário que se pode fazer com os líderes de opinião.

O que se busca não é ter somente um conhecimento objetivo da comunidade, mas também um conhecimento subjetivo. Isto não exclui que os líderes de opinião sejam capazes de produzir também dados objetivos. A hipótese é a seguinte: considera-se que as pessoas vivem suas vidas e tomam suas decisões em função de como elas percebem a realidade externa e interna, independente do fato que sua percepção seja verdadeira ou falsa. A percepção que se tem da realidade é mediada pela representação que se tem dela, e entre representação e percepção existe uma retroalimentação constante mas, no entanto, primeiro há a representação, que orienta a percepção, que faz ver certos aspectos e ignorar outros.

Se a ideia que Jessica tem de Roberto é que ele é um tipo agressivo, é possível que ela interprete como agressivas também condutas que não o são. Se Roberto

pensa que Jessica seja uma mentirosa, terá dúvidas também quando ela disser a verdade.

Por esta razão busca-se construir coletivamente com os líderes de opinião a representação que eles têm de sua comunidade, sendo que esta tem uma influência determinante sobre a percepção, sobre as decisões, os estilos das relações entre pessoas e sobre os estilos de vida.

Para facilitar a compreensão do processo apresenta-se um exemplo a ser comentando passo a passo.

Iniciamos em junho de 2010. A equipe implementou de novo o SiDiEs em uma parte da comunidade, estendendo-o parcialmente a outras zonas. Fizemos agora o diagnóstico nas ruas de JP, CG, VD e IC. [Brasil 4.2]

Comentário: esta equipe fala de “nova aplicação do SiDiEs” e não de primeira aplicação. Isto significa o seguinte: (i) que esta equipe aplicou este diagnóstico anteriormente; (ii) que se passou um certo tempo e a equipe considerou ser necessário aplicá-lo uma segunda vez, porque havia fenômenos que não haviam sido observados durante a primeira aplicação; (iii) que o SiDiEs tem sido utilizado também como estratégia para integrar no território conhecido ruas não conhecidas, e desta maneira construir um novo território.

Considerações: a atividade de diagnóstico na ação é uma atividade constante, já que as comunidades locais estão em constante evolução. No fragmento citado não se diz quais são os atores que participaram deste diagnóstico. A leitura dos fragmentos seguintes faz pensar que se tratou de um diagnóstico na ação clássico, quer dizer, que não prevê a participação de redes operativas nem tampouco de atores comunitários.

Líderes de opinião e Construção da comunidade

Analisando as informações podemos perceber que a maioria dos habitantes reivindica um edifício invadido pelos integrantes de um movimento de trabalhadores sem teto, procedentes de uma das regiões centrais. Este é, segundo os habitantes, o maior problema da comunidade. Quando falam das pessoas que vivem nesse edifício os descrevem como pessoas que representam um perigo, que os furtos e os roubos aumentaram, que caminhar nas ruas de noite se tornou perigoso, causa do incremento do número de consumidores de drogas. Um pequeno grupo (minoritário) se queixa da falta de uma área verde, da iluminação precária, do lixo nas ruas, da causa de ser um mercado livre, da grande concentração de caminhões pertencentes a uma empresa de transportes, que se encontra em frente ao edifício ocupado. [Brasil 4.3]

Comentários: Falando com os líderes de opinião e atores da comunidade a equipe recolhe informações sobre um grupo de pessoas que invadiu um edifício não ocupado. Aquilo que a equipe obtém é uma representação social que tem os seguintes elementos de ancoragem: (i) são o maior problema da comunidade; (ii)

O fragmento [Brasil 4.3] ilustra de maneira eficaz como no trabalho cotidiano todos os processos se estão dando simultaneamente: identificação de líderes de opinião, identificação de conflitos, diagnóstico, construção de rede subjetiva comunitária etc. O SiDiEs/SET e os eixos do tratamento comunitário servem, então, como um mapa que orienta a equipe e a rede operativa, que ajuda a ordenar e sistematizar, a dar sentido. [4.9]

representam um perigo; (iii) aumentou o número de furtos; (iv) se tornou perigoso andar de noite nas ruas do bairro, por causa do aumento do número de consumidores de drogas; (v) aumentou o número de consumidores de drogas. Um grupo minoritário reclama também de outros problemas, mas, no entanto, estes não estão diretamente relacionados aos invasores

do edifício abandonado. Pode-se pensar que tendo uma representação desse tipo a comunidade não tenha grande disponibilidade em estabelecer nenhum tipo de aliança ou cooperação com os novos habitantes de sua comunidade.

Construção de conhecimento. Construção da ação

A estratégia de trabalho utilizada pela equipe tem como objetivo estabelecer contato com líderes de opinião mas, no entanto, se desenvolve – como é oportuno que seja – como um trabalho normal de rua. Serão as relações com atores comunitários que pouco a pouco conduzirão aos líderes. Esta é outra maneira para identificá-los. Até aqui os membros da equipe estão identificando, sucessivamente, alguns “temas críticos” para cada um, de modo que juntamente com os temas críticos sejam identificados, também, os líderes de opinião.

Por outro lado os habitantes dessa comunidade, através de suas reivindicações, evidenciam que existe um conflito entre os habitantes da comunidade e as pessoas que ocuparam esse edifício.

Com estas informações, em 27 de julho fomos visitar diretamente o edifício ocupado. Chegando lá começamos a falar com algumas pessoas que encontramos na entrada. Falamos com um deles em particular: um rapaz negro, com mais ou menos 25 anos e sua esposa, com um filho de um ano no colo, e que vivia no edifício. Este rapaz conseguiu negociar com o líder dessa comunidade e, dessa maneira, obtivemos a permissão de ingressar no edifício. [Brasil 4.4.]

Comentários: Parece que esta equipe de trabalho tem suficientes informações para poder proceder ao passo seguinte em seu trabalho (este é um exemplo concreto de como uma equipe toma a decisão de passar de uma ação/construção de conhecimento a outra). Em realidade, a equipe pode seguir seu trabalho interpelando outros habitantes e redes da mesma comunidade. Esta decisão sempre é um pouco arbitrária e só a prática ajuda a entender se foi acertada, e até que ponto não o foi.

Constatando, em seguida, que há um conflito entre as pessoas da comunidade e as pessoas que ocuparam o edifício abandonado, consideram também que se desejam outras informações sobre os habitantes do edifício terão de ir pessoalmente buscá-las. O primeiro passo que a equipe faz é estabelecer um relacionamento direto

com alguns habitantes do edifício. Pode-se considerar esta ação como uma real *ação social*: esta corresponde a quase todos os critérios estabelecidos por Weber (ver capítulo anterior – *Minoria Ativa*). Decidem, em seguida, encontrar este grupo recém-chegado. Sua porta de entrada neste microcomunidade é Zulu, quem os conduz até o líder comunitário desse prédio (ver a este propósito: *Entrar-Encontrar a Comunidade*, Capítulo 2).

Para as pessoas que têm experiência de trabalho em comunidades de alto risco esse “primeiro encontro” provavelmente não foi casual, efetivamente, poucos encontros são casuais quando se trata de contextos de alto conflito e vulnerabilidade.

Um segundo comentário refere-se à modalidade com a qual foi identificado este líder de opinião. Como se havia comentado, os vínculos conduzem a outros vínculos, ou, dependendo das circunstâncias, os produzem. O que aconteceu pode ser descrito em termos de redes como um processo por meio do qual a equipe utiliza o trabalho de rua para inserir-se em uma rede de relações existente na comunidade (aumenta a amplitude dessa rede) e, simultaneamente, construir sua rede subjetiva comunitária e a rede de líderes.

Apresentamo-nos ao Sr. H., líder dessa comunidade (os invasores do edifício), contando-lhe o que fazíamos e quem éramos. Foi assim que tivemos a oportunidade de escutar sua história e sua trajetória na luta pela dignidade. Contou-nos que estão ocupando esse edifício há mais ou menos três anos. Antes que eles chegassem nesse edifício ele era um ponto importante de venda de drogas e havia batidas da polícia quase todas as semanas. Sabendo dessa situação ele propôs ao traficante uma espécie de aliança: os habitantes sem teto poderiam ocupar o lugar dando assim aos traficantes uma cobertura com menos riscos, em realidade esperavam não ter tantas batidas dos policiais, sendo que famílias inteiras habitavam o edifício. Por outro lado, as famílias também tiveram seu ganho garantindo que nenhum de seus pertences seria roubado, desta maneira se manteria a ordem. Feito o acordo, 22 famílias vieram habitar no edifício. [Brasil 4.5]

Construção de conhecimento. Construção da ação

Comentários: A equipe encontra o líder da comunidade, apresentam-se informando-o quem são, o que fazem, e depois o escutam. São particularmente interessantes os seguintes aspectos: (i) o senhor H. é líder comunitário porque uma pessoa o indicou como tal. Isto é suficiente para iniciar a estabelecer a rede de líderes de opinião, mas esta informação tem que ser verificada com outras. O Sr. H. não se transforma em um líder por que os operadores da equipe conseguiram estabelecer uma aliança com ele, mas porque ele representa a comunidade por determinados aspectos de sua vida cotidiana e isto, todavia, ainda não está comprovado; (ii) O líder comunitário os informa sobre os antecedentes desse prédio ocupado, na verdade, está contando a história dessa pequena comunidade. Um dos pontos do SET é conhecer a história da comunidade, porque na história encontram-se algumas respostas às perguntas formuladas; (iii) Nesta história se encontra um fato importante: o pacto entre os ocupantes e os traficantes de drogas, uns aos outros se protegem da polícia e os traficantes permitem aos ocupantes ficarem nesse prédio. O fato que houve aumento de consumo de drogas e insegurança na rua pode ser um fato objetivo, esta aliança de fato pode fortalecer o grupo dos traficantes permitindo-lhes estender seu negócio. Na realidade não se pode excluir que isto teve um impacto negativo para toda a comunidade; (iv) Isto significa que a representação social negativa que os habitantes da comunidade têm dos habitantes do edifício ocupado pode ser subjetiva, mas, ao mesmo tempo, evidenciar fatos reais; (v) Quanto ao método do SET, observa-se que no relacionamento com a equipe cada líder de opinião ou ator social conta as coisas seguindo sua lógica pessoal interior, não se “preocupa” muito com os pontos do SET (j?) misturam histórias, representações, mitos, recordações e vida cotidiana, problemas, conflitos, queixas e reivindicações. A tarefa do operador é recolher informação, organizá-la, para poder analisar, e devolvê-la à comunidade. Isto ajuda a entender porque se considera o SET como um “marco lógico”, porque favorece a organização e sistematização das informações, premissa indispensável para sua interpretação.

Pedimos ao Sr. H. autorização para conhecer também outras famílias. No caminho até o lugar onde estava o Sr. H. tratamos de imaginar o estado das famílias que ocupavam o edifício, mas, no entanto, a realidade superou nossa imaginação. Durante a visita que fizemos nos encontramos com crianças aparentemente carentes, mas carinhosas, com pessoas receptivas e em estado de sofrimento, que nos contaram suas dificuldades e tristezas e de como era sua vida nesse edifício e na comunidade. Dizem que os vizinhos são bons, que nunca são molestados e que as crianças podem permanecer na rua jogando e que têm tudo o que necessitam nas redondezas do centro comercial. Dizem que podem ir sem problemas até LB onde encontram farmácias e supermercados, um centro de saúde e uma igreja. Tivemos também a possibilidade de conhecer a família de Hd. Supomos que nem os filhos nem os irmãos de Hd. iam à escola e à creche. Era o marido que não lhes dava permissão, porque dizia ser necessário proteger as crianças dos maus-tratos que recebiam dos amigos e dos professores na escola. Conhecemos também a I, mãe de Zulu. (o jovem que apresentou a equipe ao líder H.). Segundo os vizinhos I. vendia doces e comida, mas também drogas. [Brasil 4.6]

Comentários: (i) uma vez estabelecido o contato com esse líder os operadores o consideram uma nova e mais ampla porta de entrada na comunidade: o fato de pedir permissão não é só uma atitude de boa educação, é também estabelecer uma aliança para, neste caso, conectar um novo relacionamento, iniciar a construção de uma rede no interior da comunidade; (ii) a representação que os operadores têm dessa pequena comunidade (os habitantes do edifício) pouco tem que ver com a que haviam construído com os habitantes da comunidade mais ampla, parece o oposto: pobre, traumatizada, tranquila, cooperativa, segura, pacífica; (iii) os habitantes do edifício mandam seus filhos à escola mais próxima (na comunidade) e ali são discriminados pelos professores...; (iv) a mãe de Zulu (a primeira porta de entrada na comunidade que levou ao líder H.) provavelmente participa da venda de droga no varejo. Se isto for verdade (neste caso, confirmado por diversas fontes), o pacto entre

traficantes e habitantes tem produzido que alguns habitantes participam no trabalho dos traficantes; (iv) escutando os vizinhos (escutando as pessoas) que os operadores têm a informação sobre a provável colaboração de I. na venda de droga na rua.

O que se pode aprender deste exemplo? (i) que normalmente na vida cotidiana de trabalho tudo acontece ao mesmo tempo e não segue os mapas mentais que os operadores têm na cabeça; mapas mentais é muito localizar com clareza encontra, sabendo que significa viagem no território que se pode há muito trabalho por identificar outros líderes: identificaram um eles. Os outros serão dias e noites de trabalho vinculação etc. ;(iv) os líderes é importante líderes vão dar seu ponto poder, com a finalidade mantê-lo e se possível de vale a pena pedir a pessoas que não são líderes da comunidade.

Liderança. Nos capítulos 2 e 3 comentou-se como o sujeito de trabalho do tratamento comunitário é a pessoa e que isto inclui a rede subjetiva. Isto tem implicações práticas no momento em que se começa a trabalhar com líderes de opinião. Através da análise do dispositivo do parceiro (Capítulo 3) viu-se como cada ego é, de fato, líder de sua rede subjetiva. Entende-se, então, que em uma comunidade todos os atores têm um contexto de relações (sua rede subjetiva) na qual exercem uma função de liderança. [4.10]

(II) que, no entanto, ter útil, porque permite onde cada um se viagem no mapa não território... é viajando pelo mover no mapa; (iii) que fazer para chegar a aqui, os operadores (provavelmente) entre identificados em outros de rua, de atividades de aprende-se que escutar mas, no entanto, sendo de vista a partir do seu implícita ou explícita de reforçá-lo. Por esta razão opinião também das

Apresenta-se e comenta-se, agora, outro exemplo no qual o trabalho de identificação de líderes encontra-se em um estado mais avançado. Neste caso a equipe trabalhou utilizando a rede operativa. A tabela que se tem [Tabela 4.1] é a resposta à seguinte pergunta: “Complete a tabela pensando em quem é um ator em sua comunidade”. Aqui a pergunta formulada não é “quem é um líder de opinião em sua comunidade”. Esta pergunta não se faz. A pergunta que se faz é: quais são as pessoas consideradas ativas em prol da comunidade? Pode-se, em seguida,

Líderes de opinião e Construção da comunidade

considerar esta lista de atores como uma lista de líderes de opinião, eles manifestam sua liderança por meio de seu protagonismo na ação.

Tabela 4.1 – Líderes de opinião na comunidade [Brasil 4.7]

Atores/Líderes (pessoas ativas) na comunidade		
Quem é ator em sua comunidade?	O que faz?	Participa nos encontros e atividades do projeto?
S.	Diretor do ginásio de esportes e porteiro da escola municipal	Participa assiduamente
DMM	Coordenadora de um grupo de mulheres e zeladora de uma pequena capela	Participa assiduamente
Mr. M.	Juiz popular e líder da comunidade	Participa
AC	Presidente da associação de moradores próximos ao centro comercial, animador de grupos de adolescentes e jovens.	Participa assiduamente
Cç.	Participa no grupo MC e é voluntária do CDHC. Apoia muito fortemente a organização das festas beneficentes.	Participa assiduamente
Grt.	Professora da escola municipal. Desenvolve na escola o projeto Saúde e Prevenção na Escola.	Participa
Ccr.	Coordenador de um grupo de jovens da igreja A.	Participa
Ktsc.	Jovem do grupo da igreja A.	Participa
Chc.	Juiz popular e agente de saúde	Participa
J. G.	Comerciante, voluntário no projeto	Participa
S.S.	Membro da Igreja Evangélica	Participa
Reg.	Voluntário no trabalho com adolescentes e jovens	Participa
Adr.	Participa nestas últimas semanas. Líder muito forte.	Participa
Din.	Ator comunitário que ajuda na organização de festas	Participa
Don. E.	Ator comunitário que ajuda na organização de festas	Participa
Elt.	Coordenador do grupo e professor na escola Municipal	Participa

Construção de conhecimento. Construção da ação

A forma como se produziu esta lista foi por meio de trabalho de grupo (rede operativa), no qual se incluiu membros da equipe e atores comunitários. O resultado é: (i) uma lista de nomes; (II) a descrição de um papel social (a atividade pela qual essa pessoa é reconhecida nessa comunidade); (iii) quais são as características de sua participação nas atividades que esta equipe organiza.

Comentários: trata-se provavelmente (ver o papel social de cada um deles) de uma lista na qual os líderes de opinião são numerosos. Esta lista de nomes/atores foi obtida no transcurso de diversos encontros com atores comunitários (encontros em grupo), e por meio do conhecimento direto da população da comunidade.

Mas, no entanto, a equipe quer ir além, ter dados mais detalhados e, ao mesmo tempo, extensos.

Com o propósito de ter uma eficácia ainda maior com nossas atividades, realizamos uma nova pesquisa nas áreas de trabalho e por meio dela identificamos novos líderes de opinião que pouco a pouco serão incluídos dentro do processo. [Brasil 4.8]

Com este novo esforço a equipe conseguiu identificar outros dez líderes de opinião. O que se pode aprender deste exemplo? (i) aprende-se como se constrói pouco a pouco uma rede de líderes de opinião: identificando os atores comunitários; (II) que as duas características mínimas para poder começar a entender a organização dos líderes de opinião são seus nomes e seu papel social (sendo que eles são atores ou líderes pelo papel social que têm); (iii) o que ainda falta é identificar quais são as relações de rede que eles têm entre si; trata-se de saber se, pelo menos entre eles, eles mesmos se reconhecem como atores comunitários. Como se procede neste caso? Uma maneira é perguntar diretamente a cada um deles. Neste caso, a pergunta seria a mesma: Quais são, segundo vocês, os atores desta comunidade? Uma sugestão para ter uma ideia da rede que eles constituem seria ver: (a) quantos são os atores dessa comunidade (tamanho da rede); (b) quais

são os mais nomeados (os que têm mais poder de influência); (c) as relações que têm entre eles (dependência, reciprocidade etc.); (d) como se organizam (quais são os subgrupos e as relações entre eles); (e) a densidade desta rede (se todos estão relacionados da mesma maneira ou se há diferenças) etc. e, com base nisto, ter uma ideia mais clara do significado e das consequências do que dizem (ver para isto os capítulos 2 e 3, onde se apresentam as ferramentas). A exploração de uma rede de líderes é uma viagem fascinante dentro do inconsciente de uma comunidade... por isto é um trabalho constante.

Dificuldades e boas práticas

A principal dificuldade é manter uma constante atitude de pesquisa, não deter-se quando se têm nomes de algumas pessoas, quando se conhecem seus papéis, mas ir além: (i) seguir buscando outros nomes e outros papéis sociais porque a vida comunitária produz líderes continuamente, eles são os que garantem sua organização, seu sentido e sua sobrevivência; (II) seguir tratando de entender as relações que eles têm entre eles e com a equipe, porque nestas relações refletem motivações e o significado das comunicações, das relações mesmas e das decisões que tomaram.

O trabalho de construção da comunidade reúne em um só fluxo ou processo a construção de redes – a rede subjetiva comunitária e as redes operativas e as redes de líderes de opinião em particular – a produção de conhecimento necessário para pensar na ação, a ação transformadora ou de mudança (entrar em uma rede pré-existente modifica a rede, modifica as relações. [4.11])

Fazer visível a rede de líderes exige também fazer trabalho de escritório: registrar a informação, organizar os materiais de maneira que seja fácil utilizar a informação registrada, estudar a informação registrada, resumi-la, sistematizá-la, analisá-la. Às vezes as equipes consideram tudo isto uma perda de tempo. Trata-se de encontrar a maneira que permita a todos fazer este tipo de atividade; mas, se não há memória histórica, não há memória, colocar em comum os conteúdos fica difícil e precário.

Construção de conhecimento. Construção da ação

Neste capítulo tem-se apresentado um exemplo prático de construção comunitária com alguns líderes de opinião. Neste caso a construção comunitária consiste em reunir atores, imagens e temas (elementos de ancoragem e objetivação) que constituem os elementos fundamentais das representações sociais que fazem dessa comunidade uma comunidade: casos de vida cotidiana, elementos históricos, identificação de outros líderes, identificação de redes de relações e de conflitos, dinâmicas de alianças entre grupos e redes, identificação de temas emergentes (temas geradores), estereótipos etc. Tudo isto tem acontecido no fluxo da vida cotidiana, sem interrupção, sem reuniões de grupo, sem oficinas especiais... enquanto se constrói o dispositivo para o tratamento comunitário. Nos capítulos seguintes se verão outros processos nos quais também a participação de líderes de opinião é fundamental e se descreverá outros métodos de trabalho.

3. Análise de boas práticas e de fracassos

Para buscar uma forma de construir uma rede de recursos comunitários, o estudo das práticas do passado e do presente, e de seu significado para a comunidade, é certamente um bom início. Veja-se o exemplo a seguir. Os dados (sobretudo as avaliações de êxito ou fracasso) são a síntese dos resultados de um trabalho de grupo (rede operativa) no qual havia também líderes de opinião da comunidade.

Tabela 4.2 – Práticas e resultados [Brasil 4.9]

Práticas e resultados				
Título e beneficiários	Resultados obtidos	Principais características	Êxito/Fracasso, por quê?	Quais elementos poderiam ser resgatados no futuro?
<i>Projeto Educando pela vida</i> Alunos de 4 ^a (tarde)	Não existe um registro de atividades e dos resultados alcançados	Palestras de um professor sobre o tema de drogas	Fracassou, não teve continuidade.	É necessário que as ações sejam pensadas e planejadas de acordo com as necessidades da comunidade, incluindo processos de avaliação e garantias de continuidade.
<i>Juizes populares</i> Comunidade AA. e NE.	Ações na área do meio ambiente	Ações integradas à comunidade	Está dando bons resultados. Os juizes estão vivendo e trabalhando na comunidade. É necessário investir mais na mobilização da comunidade.	Capacidade de mobilização da comunidade. Trabalhar intensamente na formação dos líderes da comunidade para assegurar a continuidade das ações

O primeiro projeto consiste em uma intervenção clássica em um contexto fechado (uma escola). Entre os elementos que a rede operativa coloca em evidência

encontram-se, em particular: não há registro de informação, a metodologia utilizada, o julgamento muito severo e o fato que quase nada se pôde resgatar desta experiência. A lição aprendida é que, acima de tudo, esta atividade de prevenção não está realizada.

Esta avaliação muito resumida (Tabela 4.2) permite também esclarecer qual é, segundo esta rede, o sentido da palavra êxito ou fracasso. O termo fracasso parece incluir ausência de informação, falta de continuidade,

falta de participação, de congruência entre atividades e necessidades reais. Esta análise permite, por contraste, ter também uma ideia de qual pode ser o conceito de êxito: continuidade nas ações, participação, congruência entre o que se faz e as necessidades da comunidade, planejamento conjunto, informação adequada.

Êxito e fracasso são dois termos com relação aos quais podem existir opiniões diferentes e divergentes. Ter uma ideia clara do sentido que estas palavras têm para os atores comunitários é tão importante quanto saber o sentido que têm para a comunidade científica. O encontro entre atores das comunidades e da comunidade científica são não somente sugeridos mas têm que ser promovidos. O intercambio de posições e lições aprendidas resulta significativo para ambos. [4.12]

Tabela 4.3 – Práticas e resultados [Brasil 4.10]

Práticas e resultados				
Título beneficiários	Resultados obtidos	Principais características	Êxito/Fracasso, por quê?	Quais os elementos podem se resgatar no futuro?
Grupo de Animadores Crianças, adolescentes e jovens	O grupo está constituído e funcionando	Trabalham a religiosidade, as normas e a formação humana.	Está dando resultados. Têm regras muito rígidas. Estão vinculados à igreja evangélica.	O trabalho na comunidade tem que respeitar as diferenças e valorizar as diversidades. O excesso de regras pode prejudicar.
Escola de futebol Crianças e adolescentes	Os resultados não têm sido sistematizados. Há crianças e adolescentes que praticam esporte e atividade física.	A ação está concentrada na iniciativa pessoal de um profissional.	A ação está sendo implementada, mas, no entanto, não existe uma continuidade nem tampouco um planejamento do que se quer alcançar.	Cada ação implementada em uma comunidade tem que ser planejada, avaliada e promover a participação dos membros da mesma comunidade.

Observa-se como a atividade/projeto do grupo de animadores (Tabela 4.3) é considerada positiva: está dando “resultados” embora o método de trabalho possa ser considerado como excludente, porque nem todos conseguem suportar nem adotar regras demasiado rígidas de comportamento.

Aqui também há outros elementos que contribuem para construir o conceito de êxito/fracasso: por um lado se têm normas e regras, um marco de referência institucional (religioso, neste caso), uma organização das atividades, o reconhecimento que esta iniciativa “está dando resultados” etc. Uma característica comum destas iniciativas é que não estão inscritas em nenhuma política pública, todas foram pensadas e implementadas de baixo para cima. Este também é um fator que incide nos resultados e no impacto.

Conceito

O fato de que uma organização comece a trabalhar em uma comunidade de alta vulnerabilidade não significa que nesse momento inicie o mundo. Para transformar esta reflexão em prática de trabalho é oportuno tomar em consideração pelo menos dois fatos. O primeiro é que uma comunidade sempre trata de fazer frente a seus problemas. Isto não quer dizer que o faça com o menor dano para todos seus membros (as vezes excluem de maneira trágica e dramática), mas, no entanto, se todavia segue existindo isto quer dizer que há formas de solidariedade, de ajuda mútua, de identificação de problemas e de atuação em busca de soluções. É importante evidenciar estas formas comunitárias de construir bem-estar ou de reduzir danos e sofrimentos, porque isto é o que a comunidade sabe fazer e já aceitou, e é possível que muitas destas formas de ajudar sejam também reais recursos para a comunidade (quer dizer, mais construtivas que destrutivas) e por isto resulta inteligente que sejam incluídas entre as atividades do programa.

A análise de boas práticas e fracassos tem que incluir práticas “naturais” surgidas “espontaneamente” na comunidade, e políticas institucionais. É oportuno que a análise inicie com a identificação das práticas e dos critérios de análise. [4.13]

Em segundo lugar, é provável que outras organizações existam e sigam existindo ali há tempos e com grande probabilidade são instituições do Estado (serviços sociais, polícia, saúde, educação etc.). Também estas experiências têm de ser consideradas.

O princípio que se considera aqui é que cada projeto, cada iniciativa ou programa insere-se em um fluxo de ações sociais que tem uma história, e que esta história influencia também no que se

começa a fazer. A consequência disto é que há que se valorizar e fortalecer o que existe na comunidade e, em seguida, conservá-lo, e há que transformar (inovar) o que produz mais danos que benefícios. Começar tudo de novo é, por um lado, uma ilusão (embora se queira, não se alcançará), e por outro, uma perda de tempo.

Objetivos e processos

Entende-se que os objetivos deste passo do SET são (i) recuperar aquilo que a comunidade sabe e sabe fazer em prol de seu desenvolvimento e bem-estar; (II) recuperar também aquilo que outros atores fizeram no passado ou talvez estejam fazendo no presente para criar sinergias, colaborações, cooperações; (iii) construir uma rede de recursos comunitários.

No que diz respeito aos programas ou projetos implementados por instituições ou organizações pode resultar útil seguir este processo:

(i) Fazer uma pesquisa secundária para ver quais são as atividades implementadas por outras instituições ou organizações nessa comunidade (pelo menos, em todos os âmbitos do “social”: saúde, educação, segurança, cultura e esporte etc.);

A avaliação de êxito ou fracasso tem três vantagens: conhecer aquilo que a comunidade pensa das atividades implementadas por outros atores, e quais são os critérios que a comunidade tem para valorizar o que se faz. Entender quais são as regras de fracasso e bom resultado que uma comunidade utiliza (como a comunidade se organiza para fazer fracassar ou obter bons resultados).

Isto quer dizer que não se está buscando uma valoração objetiva do fato, e sim a valoração subjetiva da comunidade. Não se exclui muito menos que valoração subjetiva e valoração objetiva possam coincidir. [4.14]

Temas induzidos e espontâneos (ver Seção 6 neste mesmo capítulo). O trabalho com redes pode-se organizar a partir de temas que podem ser elaborados de muitas maneiras: debate, conferência, teatro de rua, cinema, música, baile, uma festa, fotografia etc. Os temas podem ser propostos pelos atores comunitários (temas geradores espontâneos) ou pela equipe (temas geradores induzidos). [4.15]

(ii) Trabalhar com os líderes de opinião, redes operativas e outros atores para reconstruir o que se tem feito na comunidade por parte dos cidadãos, atores comunitários, organizações e instituições. Este trabalho pode ser feito com entrevistas, oficinas etc. É boa prática que se utilizem informações da pesquisa secundária para ajudar aos atores comunitários a “recordar” com mais precisão;

(iii) Dar um valor a cada uma das atividades em termos de êxito ou fracasso. Isto significa gerar juntos critérios de avaliação e modalidades de aplicá-los às experiências que se analisam. O desafio neste caso é passar de critérios de sentido comum a critérios que tenham uma base lógica e nos fatos.

Pelo que diz respeito às atividades implementadas pela comunidade pode-se

A discussão sobre os *critérios de avaliação* é importante. Tem, porém, algumas contra-indicações que dependem do momento no qual se implementa.

Os leitores entenderam, certamente, a este ponto do texto, que a avaliação de êxito e fracasso é uma introdução à avaliação como estratégia transversal para todo o tratamento comunitário.

A avaliação de êxito e fracasso não é exclusivamente uma discussão sobre aquilo que se considera êxito ou fracasso e sim uma maneira para entender com a comunidade, quais são as regras de êxito e fracasso que a comunidade mesma utiliza. [4.16]

proceder por meio de entrevistas diretas, oficinas, reuniões, debates, animações, teatro comunitário, contos, análise de periódicos locais etc.

Veja-se o exemplo seguinte, no qual o trabalho tem se desenvolvido seguindo alguns passos.

(i) Primeiro Passo. Organizaram-se diferentes oficinas com diferentes atores: líderes de opinião, adultos, população da rua, representantes oficiais, pessoas comuns. Realizaram-se também

Construção de conhecimento. Construção da ação

entrevistas não formais durante o trabalho de rua. Fez-se um trabalho de identificação dos temas geradores espontâneos e induzidos. Por meio deste trabalho identificaram-se os argumentos que os atores comunitários utilizam; entre estes temas encontram-se seus problemas e aquilo que eles fazem para enfrentá-los. Ao final se tem uma lista daquilo que na comunidade faz para enfrentar os problemas que ela identifica. Esta lista pode ser subdividida por atores: líderes de opinião, pessoas que vivem na rua, adultos, representantes oficiais etc. e pode ser tão detalhada quanto se deseje ou necessite;

(ii) Segundo passo. Com a lista do que se faz propõe-se uma reflexão sobre quão exitosas são essas ações. Esta avaliação se faz em entrevistas individuais, por grupos, em oficinas, em reuniões, debates, animações culturais e de arte etc. A construção dos critérios de avaliação tem que ser a mais simples e clara possível. Neste caso pode-se perguntar às pessoas se consideram que uma determinada ação foi um êxito ou um fracasso, esclarecendo dessa avaliação. Na razão “razão” reside o critério. Neste ponto pode-se adotar um duplo caminho: o primeiro é utilizar a primeira razão comunicada pelo primeiro ator como “critério de avaliação para todos”, o segundo é dedicar um pouco de tempo para discutir sobre o sentido de todas as razões que se enunciaram e adotar algumas (poucas). Utilizando um ou mais dos critérios adotados pode-se perguntar às pessoas se uma determinada ação foi um êxito ou um fracasso, pedindo-lhes também dar uma nota entre 0 e 10, onde zero significa fracasso total e dez êxito total.

Uma avaliação coerente com relação ao êxito ou ao fracasso de uma iniciativa necessita um cruzamento entre processos de avaliação não-formais (como a avaliação de êxito e fracasso) e formais (como a utilização de processo e instrumentos formalizados das ciências sociais). [4.17]

foi um êxito ou um fracasso, esclarecendo dessa avaliação. Na razão “razão” reside o critério. Neste ponto duplo caminho: o primeiro ator como “critério de avaliação para todos”, o

Pode parecer um exercício mecânico, mas, no entanto, se os facilitadores misturarem momentos de reflexão com momentos de animação observa-se que o

nível de pensamento e intercâmbio entre os presentes são de alta qualidade e produzem realmente mudanças na percepção.

Na avaliação de êxito e fracasso recomenda-se que, quando possível, participem atores comunitários que participaram também diretamente nas iniciativas que se avaliam. Ter acesso a informações de primeira mão é essencial nesta fase. [4.18]

Como comentava-se anteriormente, a avaliação de êxitos e fracassos, independente da discussão sobre o conceito de “êxito” e de “fracasso”, produzida pelos atores comunitários, permite entender quais são as regras de êxito e de fracasso para uma determinada comunidade (ou rede de atores) e como estas são representadas. Entender este aspecto é relevante, sobretudo se tomar em consideração que nas comunidades a tendência à persistência é muito elevada. Esta tendência é um dos principais motores do fracasso das ações sociais que promovem mudança.

O que se obtém grupos dessa (incluídos os líderes operativa) pensam está fazendo ou se comunidade para dar de suas dificuldades. se apresenta a no total, 183 pessoas.

O que se entende por regras de êxito ou fracasso? Um exemplo: um grupo de atores comunitários atribui o fracasso de uma certa atividade à administração pública que não fez chegar o dinheiro a tempo. Neste caso considerar que a atividade fracassou por “razões externas a comunidade” e também à “equipe” é uma regra de produção de fracasso: o fracasso se deve a fatores externos. [4.19]

ao final é aquilo que comunidade de opinião e a rede sobre o que “se” tem feito na resposta a algumas Na experiência que seguir participaram, 24 entre as 183

eram líderes de opinião formais, 30 eram líderes de opinião não-formais e 68 pessoas que vivem na rua.

Na Tabela 4.4 mencionam-se seis atividades. Estas atividades são aquelas que os atores comunitários (as 183 pessoas que participaram da avaliação) pensam ser realizadas pelos líderes da comunidade. Na coluna da direita encontra-se a avaliação (de 0 a 10) das probabilidades de êxito e fracasso de cada uma dessas iniciativas ou ações. Neste caso, o critério para determinar êxito/fracasso é que as atividades

alcancem seus objetivos táticos: reduzir as condições de vulnerabilidade relacionadas com drogas, vida de rua, trabalho sexual etc.

Tabela 4.4 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.1]

	Líderes de opinião	Previsão
1	Encaminham os jovens para diferentes lugares onde possam ser atendidos em suas problemáticas.	3
2	Fazem contato com organizações para fazê-las trabalhar na comunidade.	3
3	Buscam apoio para pessoas inválidas em situação de prostituição.	3
4	Candidatam-se a deputados.	1
5	Impermeabilizam os tetos dos prédios e dão tinta para pintar as paredes.	5
6	Aproximam-se dos candidatos a deputados.	5

Neste caso não se pode dizer que a previsão sobre o que os líderes de opinião fazem ou pretendem fazer seja favorável. Esta previsão constitui, ao mesmo tempo, como é óbvia, uma previsão, mas também uma expectativa (uma espécie de profecia que se autocumpra). Neste sentido diz também o que as pessoas pensam de seus líderes de opinião: reconhecem estarem vinculadas a eles e, ao mesmo tempo, não consideram que suas ações produzam benefícios para elas.

A tabela a seguir (4.5) reproduz a lista das ações feitas pelos *adultos* e dirigidas a pessoas em estado de vulnerabilidade e exclusão. Na coluna da direita encontra-se a previsão de êxito ou fracasso realizada pelos adultos da comunidade. Neste caso trata-se de uma lista de ações e atitudes que representam o estilo relacional que os adultos da comunidade têm com a população em vulnerabilidade grave.

Análise de boas práticas e de fracassos

A avaliação de sua eficácia como medida que melhora as condições de vida desta população foi obtida da seguinte maneira: (i) trabalho em pequenos grupos, tempestade de ideias e propostas para construir a lista; depois, plenária de grupo para ter uma lista comum; (ii) discussão em grande grupo sobre critérios de avaliação e sobre as notas que se utilizaram (de 0 a 10); (iii) escrita individual das notas em uma folha de papel; (iv) compilação de todas as notas, cálculo da média; (v) debate de grupo.

Tabela 4.5 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.2]

	Adultos	Previsão
1	Não permitem estabelecimento de novas iniciativas de trabalho com a população de rua, já que têm muitas experiências de fracasso e estas iniciativas atraíram novas pessoas em situações muito difíceis às quais não se poderá atender.	3
2	Por medo de represálias negam-se declarar alguma agressão sofrida ao Ministério Público.	4
3	Convocam reunião de vizinhos para chegar a acordos sobre as iniciativas que se levariam a cabo.	6
4	Quando os jovens dos prédios brigam com os da rua, os adultos somente observam e lhes gritam coisas para animá-los a continuar brigando.	3
5	Estão em desacordo com a cafeteria móvel, porque mencionam que se deveria trabalhar nos prédios.	5
6	Dão de comer à população de rua.	4
7	Reagem violentamente diante de qualquer provocação.	2
8	Não se comprometem em atividades que não têm confiança.	5
9	Os adultos dos prédios brigam com dona J. que vende a droga aos rapazes dos prédios.	3
10	Mandam embora as jovens quando estão grávidas.	3
11	Advertem os adictos que não se droguem, para que voltem a ver seus filhos.	4
12	Outras organizações não estão interessadas nos jovens, os deixam jogados nas ruas.	4
13	Quando alguém reage a um assalto, o golpeiam.	3
14	Golpeiam os meninos do jardim.	2
15	Trazem a polícia no jardim para prender aqueles que os despojaram	3
16	Aproximam-se dos candidatos a deputados buscando ver o que eles podem doar.	3

Construção de conhecimento. Construção da ação

**Tabela 4.5 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.2]
(cont.)**

	Adultos	Previsão
17	Quando suas esposas ficam no Jardim tiram delas seus filhos e não as deixam vê-los.	3
18	Incitam brigas entre as crianças e as provocam para que se golpeiem muito forte.	1
19	Embriagam-se para perder-se e não procuram seus filhos, que ficam aos cuidados de outras mulheres ou pessoas que moram no jardim e que abusam das crianças.	1
20	Cuidam dos filhos das trabalhadoras do sexo, quando elas vão trabalhar.	5
21	Doam dinheiro e pão aos jovens da rua para não serem incomodados e para relacionarem-se com esta população.	2
22	Conseguem trabalho que lhes permita alugar um quarto.	6
23	Pedem ajuda para encontrar um albergue.	2
24	Exigem que os jovens que roubam sejam denunciados.	1
25	Vão ao ginásio treinar boxe para baixar sua agressividade, embora depois passem no boteco (<i>pulquería</i>) para beber e aumentar a coragem.	1
26	Caminham como peregrinos ao santuário de Chalma.	3
27	Abusam sexualmente de seus filhos menores para arrumar suas diferenças com suas companheiras.	1
28	Os adultos de rua são enviados por algumas pessoas a comprar cola ou outro tipo de droga e como troca recebem uma certa quantidade de dinheiro ou droga.	1
29	Alguns adultos de rua ficam em casa a fazer algumas atividades com eles e tentam falar lhes um pouco sobre o consumo.	5
30	Os adultos de rua deixam suas filhas com sua mãe e irmãs para que elas se encarreguem de levá-las à escola.	6
31	As adultas de rua frequentemente mantêm seus filhos pequenos dormindo em umas caixas de papelão enquanto elas se drogam ou esperam clientes.	1
32	Quando as coisas estão muito críticas no bairro ou para afastar-se da droga, as mulheres profissionais do sexo optam por ir trabalhar em outros estados da república.	2
33	Contratam aos jovens de rua para fazer “trabalhinhos”.	1
34	Quando chegam doações de recursos de instituições do Estado para a melhoria dos edifícios e habitações eles desconfiam das pessoas que administram os recursos.	2
35	Experimentam o consumo de drogas.	1

**Tabela 4.5 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.2]
(final)**

	Adultos	Previsão
36	Doam comida aos jovens de rua.	2
37	Jurei por três meses, porém quando sinto a necessidade de voltar a tomar eu a tiro cantando, rezando e indo aos grupos de AA.	3
38	Observam as brigas entre os jovens da rua ou trabalhadoras sexuais como se fosse um espetáculo.	1
39	Põem velas e cruzes para que seus filhos ou conhecidos recuperem sua saúde.	2
40	Rezam e prometem mudança a São Judas Tadeu.	2
41	Batem em suas mulheres quando elas não os obedecem.	1
42	Tratam de conseguir mulheres para levá-las a sua casa e ter sexo com elas sem que precisem pagar.	1
43	Algumas adultas de rua fazem o seu parto sem a intervenção do médico ou parteira, elas mesma cortam o cordão umbilical.	2
44	Dedicam-se a perguntar sobre o trabalho que fazemos, já que tem desconfiança, e passam informação a outros líderes.	3

Na Tabela 4.5 viu-se o que os adultos da comunidade consideram que os adultos estão fazendo e a opinião que eles mesmos têm sobre quanto exitosas possam ser estas ações. Observa-se que de todas as ações só três são consideradas exitosas: 3, 22, 30 (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.3]

	Ações consideradas exitosas	Previsão
3	Convocam reunião de vizinhos para chegar a acordos sobre as iniciativas que se levariam a cabo.	6
22	Conseguem trabalho que lhes permita alugar um quarto.	6
30	Os adultos de rua deixam suas filhas com sua mãe e irmãs para que elas se encarreguem de levá-las à escola.	6

Fazendo um pouco de análise estatística simples observa-se que a previsão média de êxito é 2,7, quer dizer alta probabilidade de fracasso, com um desvio padrão de 1,5 o qual significa que há um alto acordo entre os membros deste grupo de trabalho. Sintetizando esta mensagem em uma breve frase: “isto é aquilo que nós os adultos estamos fazendo e nós mesmos dissemos que a probabilidade de fracasso é muito alta”.

Frente a este dado podem-se fazer pelo menos dois tipos de considerações. A primeira é que neste grupo parece existir uma regra de persistência que diz: se se faz alguma coisa que se considera ineficaz, então as probabilidades de que algo mudará são muito baixas e isto é aquilo que se quer. Outra versão desta mesma regra é: se se considera ineficaz aquilo que se faz, se favorece o fracasso daquilo que se faz, como se o propósito de fundo fosse fazer ações ineficazes. Uma terceira versão: se se quer que alguma coisa fracasse, é suficiente considerar que essa ação vai fracassar, independentemente do valor da ação. No exemplo seguinte (Tabela 4.7) pode-se ver como um grupo de atores entre a população de rua responde à mesma pergunta. A avaliação encontra-se na penúltima coluna da direita. Na última coluna encontra-se um ou mais números que correspondem a uma ou mais categorias nas quais foi colocada cada uma das propostas dos habitantes de rua.

Análise de boas práticas e de fracassos

Tabela 4.7 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.4]

	Habitantes de Rua	Previsão	Categoria
1.	Pedem dinheiro.	3	1
2.	Fazem demonstrações de faquirismo para ganhar a vida.	3	1
3.	Pedem a seus familiares ou amigos que lhes compartilhem droga.	3	1,2
4.	Batem nos jovens que acabam de chegar.	3	3
5.	Deixam seus filhos em casa de familiares porque temem que o DIF chegue na comunidade e lhes tirem seus filhos.	5	4,7
6.	Protegem-se mutuamente diante dos roubos.	5	4
7.	Protegem-se na tenda quando chegam os policiais.	3	4,6
8.	Rejeitam as pessoas quando não lhes doam coisas.	3	1
9.	Visitam a Basílica.	5	5
10.	Insistem em querer entrar na tenda com “ <i>mona y mamila</i> ” (drogas inaláveis).	2	6
11.	Internam seus filhos para que recebam educação e serviços de saúde.	5	7,8
12.	Pagam a algumas senhoras para que cuidem de seus filhos.	2	7
13.	Vendem roupa usada no mercado.	5	1
14.	Tentam deixar a droga fazendo afazeres domésticos, algumas ajudam o padre a varrer a igreja.	5	1,2
15.	Batem nas mulheres para mantê-las abstinências ou quando eles querem que elas consumam droga.	3	3, 2, 8,10
16.	Levam os doentes ao hospital, embora não se responsabilizem por eles.	4	8
17.	Pedem dinheiro por todos os favores que fazem.	2	1
18.	Fazem tortas para as crianças que vivem com suas mães na rua.	5	8

Construção de conhecimento. Construção da ação

Tabela 4.7 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.4] (cont.)

	Habitantes de Rua	Previsão	Categoria
19.	Organizam-se para pagar um quarto de hotel e dormem vários neste local.	5	8
20.	Destroem pertences das pessoas que não lhes são agradáveis.	3	3
21.	Provocam os policiais para a briga.	3	3
22.	Relacionam-se com várias instituições para poder sobreviver.	5	1
23.	Guardam suas coisas importantes em casa de seus amigos.	5	4
24.	Os jovens de rua fogem do parque quando há intervenções policiais, mas conseguem regressar.	4	4
25.	Experimentam diferentes comprimidos buscando o mesmo efeito, porém procurando evitar a sensação de torpor.	4	2
26.	São internados em clínicas por familiares ou casais quando estão consumindo muita droga.	2	8,1
27.	Vendem ou trocam coisas que as instituições lhes doam, para obter a droga.	3	2
28.	Tiram dos mais fracos o que as instituições lhes doam.	2	3,1
29.	Roubam os inalantes entre eles.	2	3,2
30.	Algumas vezes as mulheres que se prostituem têm que levar seus filhos para o trabalho porque não têm onde deixá-los, e eles observam toda a cena.	3	7
31.	Doam seus filhos porque não podem mantê-los.	2	7
33.	Provocam e iniciam brigas.	1	3
34.	Fazem juramentos religiosos acompanhados de madrinhas e padrinhos para que o juramento seja mantido.	6	5,1
35.	Buscam creches para que cuidem de suas crianças, enquanto elas buscam trabalho ou se drogam.	6	7,8
36.	Dedicam-se a furtar e a roubar.	2	3,1
37.	Ajudam aos funcionários da tenda a carregar os ferros da “carpa”. (um centro de baixo limiar - uma barraca)	2	6

Análise de boas práticas e de fracassos

**Tabela 4.7 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.4]
(cont.)**

	Habitantes de Rua	Previsão	Categoria
38.	Mulheres jovens vivendo muito tempo nas ruas quando adoecem vão viver na casa de alguns senhores que moram sozinhos e que lhes oferecem abrigo	3	8
39.	As jovens que encontram seu companheiro com outra mulher brigam tanto com seu companheiro como com a sua nova companheira	1	3
40.	As jovens do jardim quando sentem que seus filhos têm um forte apego à carpa e aos operadores deixam de levá-los lá, por temor que os operadores os tirem.	2	6
41.	Escondem-se dos policiais na tenda.	2	6,4
42.	Solicitam ao padre água benta para acalmar a seus filhos que não param de chorar.	3	5
43.	Fogem das clínicas e se relacionam sexualmente com os padrinhos.	1	10
44.	Depois de sair da casa de seus pais não regressam à casa paterna por tudo o que viveram na rua.	2	9
45.	Pedem que alguém as leve a algum albergue quando se veem desamparadas pelo companheiro e seus amigos do jardim.	2	8,1
46.	Pedem comida e café.	1	6,1
47.	Algumas irmãs dos jovens de rua os buscam no jardim para levá-los para casa.	3	8,9
48.	Passam a vender inalante ou outra droga, como o fazem suas mães ou seus pais.	1	1,2
49.	Os filhos dos jovens brincam de golpear-se e ao final se abraçam e se beijam.	1	3
50.	Os jovens batem em suas companheiras, sobretudo quando os encontram com outras jovens.	1	3
51.	Matam pessoas.	1	3

**Tabela 4.7 – Avaliação de êxito e fracasso [México 4.4]
(final)**

	Habitantes de Rua	Previsão	Categoria
52.	Trabalham para economizar e visitar seus filhos que se encontram nos distintos albergues da província.	4	1
53.	Alguns jovens se aproximam aos policiais para servir de “borrega” e obter com eles alguns benefícios.	1	1
54.	Ensinam aos mais jovens a defender-se e a furtar de outros para sobreviver na comunidade.	1	1,3
55.	Quando os alcoolistas já não podem nem comer nem mover-se os levam às clínicas AA.	4	8,10
56.	As crianças de rua se sentem responsáveis pelo cuidado de seus irmãos menores.	4	8,9
57.	Os jovens da rua prostituem-se para conseguir dinheiro, porém no caso dos homens isto é muito mal visto e motivo de agressão.	1	1
58.	Os jovens da rua se defendem quando a polícia os quer deter, embora algumas vezes isto é um esforço inútil e arriscado.	4	3,4
59.	Os transexuais vendem cocaína.	1	2
61.	Os jovens que deixaram de drogar-se vão conversar com seus amigos na Praça da Soledade para que deixem a droga.	7	8,10
62.	As crianças e os jovens dos prédios vivem brigando com os jovens de rua	1	3
63.	Quando os jovens se vêm agredidos pelos jovens de rua, como vingança levam as do bairro para que as batam.	1	3

Neste caso a pergunta também é: como utilizar este tipo de material? Propõe-se uma abordagem que obviamente não é a única possível. Pode-se iniciar com algumas perguntas: quais são os temas principais que os habitantes de rua falam? Como é possível reunir as ações das quais eles falam para obter uma visão sintética e ao mesmo tempo global de seu marco de ações? Se para responder a estas perguntas se faz uma análise de conteúdo utilizando unicamente as palavras cheias

(verbos e substantivos, esquecendo advérbios e adjetivos), obtém-se categorias indicadas na Tabela 4.8.

Tabela 4.8. Avaliação de êxito e fracasso por categorias [México 4.5]

#	Nome da categoria	Número de itens
1	Subsistir/subsistência	16
2	Droga/drogar-se	8
3	Violência (fazer e receber)	16
4	Autoproteção	7
5	Religiosidade	3
6	<i>Drop in</i> móvel	4
7	Relações com filhos	6
8	Formas de ajuda (ajuda mútua)	13
9	Família	3
10	Tratamento e reabilitação	6

Utilizando esta primeira organização dos dados pode-se apreciar a importância e o peso da violência, das ações de subsistência e também das diferentes formas de ajuda e autoajuda. O paradoxo é que se se observar com detalhe pode-se ver que estas categorias de ações são ao mesmo tempo muito utilizadas e consideradas de escassa eficácia (alta probabilidade de fracasso). Aqui também encontra-se a mesma regra de fracasso que se encontrou no marco das ações feitas pelos adultos.

Observa-se que entre as “ações ou estratégias” adotadas pela comunidade e, em particular, pela população de rua, algumas são efetivamente dramáticas:

Tabela 4.9. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.6]

20.	Destroem pertences das pessoas que não lhes são agradáveis.	3
21.	Provocam os policiais para a briga.	3
28.	Tiram dos mais fracos o que as instituições lhes doam.	2
30.	Algumas vezes as mulheres que se prostituem têm que levar para o trabalho seus filhos porque não têm onde deixá-los, e eles observam toda a cena.	3
31.	Doam seus filhos porque não podem mantê-los.	2
48.	Passam a vender inalante ou outra droga como o fazem suas mães ou seus pais.	1
51.	Matam pessoas.	1

A pergunta que se faz agora: o que fazer com todo este material? Entre as respostas incluem-se as seguintes:

(i) O processo por meio do qual se obtém este material é o elemento fundamental, a maneira com a qual os atores comunitários participam em cada momento é para eles um processo de formação e mudança (construção de conhecimento e mudança). Por esta razão, na construção destes processos é também fundamental: o relacionamento individual, o trabalho em grupos, as festas, os grupos de debate e discussão, as oficinas, os jogos, as ações de vinculação etc. A criatividade das culturas locais é o fator central;

(ii) Fazer este tipo de trabalho é fazer tratamento comunitário! A construção destas “tabelas” (sobretudo quando se trabalha em grupos) aclara as maneiras com as quais as comunidades se defendem, excluem, negam evidências e também reconhecem a realidade, sabem construí-la conceitualmente, são proativas, protagonistas e claras em suas abordagens. É possível, assim, iluminar o “*inconsciente das comunidades*” (ver Seção 7 neste mesmo capítulo), criar consciência. Estes tipos de processos significam fazer prevenção e também trabalho de tipo psicológico. Nisto também se diferencia o trabalho psicológico “clássico” (centrado no sujeito portador do problema) do trabalho psicológico com

Análise de boas práticas e de fracassos

a comunidade. Na comunidade, o sujeito é a própria comunidade, as redes, seus líderes de opinião, as maneiras com as quais as opiniões se formam e podem mudar;

(iii) Por meio deste trabalho ressaltam-se os recursos (respostas) que a comunidade tem e o poder de produzir. Desta maneira estas respostas podem ser evidenciadas, reforçadas e organizadas: esta é a forma concreta com a qual se faz *prevenção-organização*, que é o componente primeiro do tratamento comunitário (construir organização, construir um dispositivo para melhorar as condições de vida).

Se observarmos agora as respostas que foram consideradas como possivelmente exitosas pelos habitantes de rua, evidencia-se: o contato ou pedido de ajuda a instituições ou organizações e auto-organização entre elas.

Tabela 4.10. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.7]

	População de rua	Previsão
5.	Deixam seus filhos em casa de familiares porque temem que o DIF chegue na comunidade e lhes tirem seus filhos.	5
6.	Protegem-se mutuamente diante dos roubos.	5
9.	Visitam a Basílica.	5
11.	Internam seus filhos para que recebam educação e serviços de saúde.	5
13.	Vendem roupa usada no mercado.	5
14.	Tentam deixar a droga fazendo tarefas domésticas, algumas ajudam ao padre a varrer a igreja.	5
18.	Fazem tortas para as crianças que vivem com suas mães na rua.	5
19.	Organizam-se para pagar um quarto de hotel e dormem vários neste local.	5
22.	Relacionam-se com várias instituições para poder sobreviver.	5
23.	Guardam suas coisas importantes em casa de seus amigos.	5
34.	Fazem juramentos religiosos acompanhados de madrinhas e padrinhos para que o juramento seja mantido.	6
35.	Buscam creches para que cuidem das suas crianças enquanto elas buscam trabalho ou se drogam.	6
62.	Os jovens que deixaram de drogar-se vão ficar com seus amigos na praça (...) para que deixem a droga.	7

Construção de conhecimento. Construção da ação

O trabalho de recomposição de todas estas ações, de visibilização de seu sentido (em termos de custo humano, de utilidade, de consequências, de implicações relacionais etc.) é a outra parte do “tratamento comunitário”. Retomar estas “ações” em nível de relações de rua, ou em grupos, ou festas, teatro popular ou música, ou fazendo-as circular nas redes de relações pelo contato direto, com meios “virtuais” ou eletrônicos... é o trabalho de tratamento comunitário no qual a comunidade inteira é sujeito. Nesta atividade cotidiana e capilar, a rede operativa é o protagonista mais significativo.

O processo de análise de êxitos e fracassos pode concluir-se tratando de estabelecer com os atores comunitários quais são as ações oportunas a serem implementadas e quais são as probabilidades de êxito. Veja-se o exemplo a seguir:

Tabela 4.11. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.8]

	<i>Líderes de opinião: O que fazer com o consumo de drogas?</i>	Previsão
1	Que as autoridades levem embora os meninos de rua.	5
2	Trabalhar com os jovens dos prédios.	9
3	Informar ao padre sobre o trabalho realizado na “carpa” com as crianças da rua.	7

Parece que os líderes de opinião dão mais probabilidade de êxito ao trabalho nos prédios (com relação ao trabalho de rua). Isto pode ter também a leitura que os líderes de opinião não apostam muito no trabalho com as pessoas que vivem na rua, e pensam que é melhor investir os recursos que se tem nos habitantes dessa comunidade (que vivem nos bairros). A separação entre crianças que vivem na rua e crianças que vivem nos prédios parece ser um dos critérios de base que organiza as ações espontâneas dos atores comunitários (no caso desta comunidade). É como se para os líderes de opinião as crianças da rua não pertencessem à comunidade. Entende-se, por consequência, que as ações violentas entre as crianças da rua e as

dos prédios têm inspiração, fundamento e legitimação nas posições dos líderes de opinião.

Tabela 4.12. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.9]

	Adultos: O que fazer com o consumo de drogas?	Previsão
1.	Deveria trabalhar-se prevenção nos prédios.	9
2.	Treinar os meninos de rua	8
3.	Dar comida aos meninos de rua	6
4.	Colocar mais vigilância no parque.	7

A posição dos adultos que participam no diagnóstico com o SiDiEs (atualmente SET) neste ponto (ver Tabela 4.12) é estrategicamente diferente com relação àquela dos líderes de opinião. Para os adultos o critério não é a exclusão de uns ou de outros, para eles é implementar um plano de ação dirigido a todos. A distinção entre os dois “juízos” é tão clara que se pode pensar que nessa comunidade local existe um desacordo entre a população adulta e seus líderes de opinião. A confirmação desta hipótese pode ser encontrada nos dados da Tabela 4.5, onde se apresenta a avaliação feita pelos adultos sobre as ações implementadas por seus líderes de opinião.

Os que parecem ter as ideias mais claras são os habitantes de rua. Estes parecem cobrir boa parte do espaço de ação dos projetos dirigidos a este tipo de população. Não se pode excluir que os habitantes de rua que participam neste exercício diagnóstico, baseando-se nas experiências e nos conhecimentos do universo dos atores sociais e da assistência que estão na rua durante anos de vida, tenham dado suas respostas tratando de satisfazer às expectativas da rede operativa.

Por outro lado, ter as ideias mais claras não significa ter também as ideias mais eficazes: “dizem que com um trabalho deixariam as drogas” (o trabalho é uma oportunidade excelente, mas, no entanto o trabalho por si só dá resultados muito

Construção de conhecimento. Construção da ação

escassos); “internar as crianças em programas de desintoxicação” (obrigar as pessoas a desintoxicar-se é uma ajuda temporal que pode expor a um risco maior quando não existe um processo de ajuda que acolhe a pessoa até a conclusão do programa de desintoxicação). Estas propostas de ação (Tabela 4.13) têm, ao mesmo tempo, aspectos objetivos e subjetivos, constituem uma proposta e também uma representação social daquilo que teria de ser uma resposta às condições de dificuldade que eles vivem.

Tabela 4.13. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.10]

	<i>População de rua: o que fazer com o consumo de drogas?</i>	Previsão
1.	Solicitar os documentos de identidade das crianças para que possam frequentar a escola.	9
2.	Solicitar que quando uma pessoa estiver no hospital, alguém vá visitá-lo.	8
3.	Propor que se deve colocar música dentro da “tenda”.	8
4.	Ter cursos de computação para seus filhos.	10
5.	Internação para as crianças.	10
6.	Creches para as crianças menores, porém que sejam diferentes dos Cendis	10
7.	Dizem que com um trabalho deixariam de drogar-se.	9
8.	Que o <i>drop in</i> fique aberto durante a noite.	9
10.	Que as ajudem a buscar trabalho.	9
11.	Treinar as jovens em cultura de beleza.	9
12.	Buscar albergue para as jovens sem perguntar e o mais rápido possível.	8
13.	Levar os jovens para desintoxicá-los.	9
14.	Buscar escola para as crianças menores.	9
15.	Providenciar que as crianças menores obtenham seus papéis de registro civil.	9
16.	Tirar os jovens da prisão e evitar as detenções.	9
17.	Dar permissões para que se possam fazer um negócio e deixar de vender droga.	9
18.	Que se acompanhe os jovens a jurar, para que eles levem a sério o juramento.	9

Os representantes oficiais têm propostas (Tabela 4.14) que, em parte, coincidem com as dos outros atores (o tema da capacitação, por exemplo) e, por outro, referem-se mais ao tema de controle e de assistência. Se comparar a posição dos representantes oficiais com a dos habitantes de rua se poderia pensar que os dois pertencem a comunidades diferentes. Mais que o olhar, parece ser a vida cotidiana a diferenciar profundamente uns dos outros.

Tabela 4.14. Avaliação de êxito e fracasso [México 4.11]

Representantes Oficiais: O que fazer com o consumo de drogas?	Previsão
2. Pedem que se realizem “ <i>pastorelas</i> ”(*) no Natal, já que isto ajudaria ao objetivo da carpa.	9
3. Por mais vigilância.	7
4. Dar comida aos jovens de rua.	6
5. Capacitá-los e fazê-los trabalhar.	10

(*) Rituais do Natal

O último passo desta atividade consiste em encontrar respostas à seguinte pergunta: quem – dos atores comunitários que participaram desta atividade de análise de fracassos e boas práticas – tem interesse de participar na implementação das respostas identificadas? É no processo de dar resposta a esta pergunta que se constrói a rede de recursos comunitários (ver Capítulo 3: construção da rede de recursos comunitários).

Se observarmos bem, todos estes atores comunitários já participam em dar resposta às dificuldades da comunidade, cada um deles se colocou em um espaço diferente (reflexão em grupo com atores com os quais às vezes nunca havia dialogado), metendo-se e metendo outros em discussão, participando com outros em um processo de mudança para si e para os outros. Trata-se, em seguida, de construir outros contextos nos quais esta mudança possa seguir desenvolvendo-se.

Uma pergunta frequente com relação ao tratamento comunitário é: existem fases neste processo? Parece que um dos propósitos desta pergunta é saber se podem ser estabelecidas metas e por consequência rituais de passagem (como na escola ou em certas estruturas de tratamento) ou se é possível estabelecer objetivos ordenados. Quando se afirmou que o SET é recursivo se disse também que é difícil poder estabelecer fases no sentido habitual: quer dizer, um processo “linear” no qual um passo segue o outro respeitando uma certa ordem. No tratamento comunitário um passo segue o outro (porque a linha do tempo caminha em só um sentido), portanto este passo nem sempre é para frente... e sendo que se trata de grupos e redes... não está dito que todos os nós nos movemos ao mesmo tempo e na mesma direção.

Isto, porém, não impede que sejam utilizadas “fases” e “metas” como instrumentos mentais para reconhecer um caminho feito. Isto se faz efetivamente na avaliação do tratamento comunitário. [4.20]

A pergunta agora pode ser: quando termina este trabalho? A resposta é: este trabalho não termina nunca porque este é o tratamento comunitário! Construir, promover relações, dispositivos, encontros onde seja possível, de maneira prazerosa, quando possível, pensar juntos, construir conhecimento juntos, mudar juntos.

Dificuldades, boas práticas, aprendizagens.

Este tipo de trabalho necessita de muita paciência, perseverança e continuidade. Estas capacidades não são apenas o resultado do treinamento, dependem do caráter da pessoa. A formação do caráter pode ser um dos temas da formação da equipe. Neste caso, por *caráter* entende-se uma aptidão para este tipo de trabalho e que existia antes do começo deste trabalho:

facilidade de relacionamento com o outro, criatividade relacional e nos conteúdos e nas formas da comunicação.

Este trabalho se desenvolve na continuidade da vida cotidiana (quer dizer, enquanto as pessoas vivem sua vida, é por isto que se chama pesquisa na ação e não pesquisa ação), isto significa que tem que adaptar-se a ela. A consequência é que às vezes resulta fragmentado e fragmentário. Nestas circunstâncias é tarefa da equipe e da rede operativa manter as conexões não somente com as pessoas e os atores comunitários, mas também com os temas tratados, com os conceitos dos quais se tem falado, com o tipo e os conteúdos das participações dos atores

Análise de boas práticas e de fracassos

comunitários. Resulta ser boa prática tratar o mesmo tema em momentos diversos com dispositivos diversos: uma reunião de grupo que conduz a uma intervenção de rua, que se transforma em teatro de rua, que se transforma, à sua vez, em uma festa e no nascimento de uma associação civil.

Ter uma boa rede operativa (de amplitude e densidade suficientes para que seja elástica e persistente) é ter um excelente instrumento para a condução deste tipo de atividade.

4. História da comunidade

Conceito

As comunidades são como as pessoas, têm histórias. Estas histórias contribuem, em parte, para condicionar seu presente e também seu futuro. Conhecer estas histórias é importante: pode-se entender as origens das dificuldades, de como têm sido superadas (como também dos recursos utilizados), pode-se entender quais são os processos de crise e resiliência, quais são os conflitos de fundo, os atores em jogo e qual jogo está se jogando. Quanto estes aspectos são relevantes, já o vimos na seção anterior, relatando a experiência de uma comunidade no Brasil, em que o acordo entre habitantes e traficantes constituía um precedente histórico que condicionava o presente.

Objetivos e processos

O objetivo central é conhecer a história da comunidade (como se fundou, por quem, quais têm sido seus líderes, quais os momentos de força e debilidade e por quais razões existem até o presente), e também conhecê-la junto com seus protagonistas, de maneira que sirva como processo de reflexão e compreensão. Veja-se agora uma história e como esta se interconecta com a vida do bairro e com seus problemas.

Algo que marcou a história do bairro foi alguma de suas características geográficas. Até 1985 o lugar era uma barragem que recolhia água procedente de uma lagoa, conhecida como “o tanque antigo”. As crianças tinham o costume de pular na barragem, algumas delas chegaram a afogar-se. Esse lugar estava cheio de histórias curiosas, bonitas e divertidas como aquela que conta que um

História da comunidade

dia cinco mulheres estavam lavando roupa na barragem e chegou um estuprador atrás delas. As mulheres se aliaram, o agarraram e o amarraram.

Esta barragem é conhecida também como “o lago da morte”, porque muitas pessoas morriam afogadas ali e também porque nesse período muitas pessoas eram assassinadas e depois as lançavam ali. Um dia essa barragem rompeu-se e destruiu casas, animais e pessoas. A partir desse momento a invasão dos terrenos, que já havia começado em 1971, se intensificou e hoje esse é um lugar totalmente invadido.

A maioria dos habitantes chegou ali entre 1978 e 1986 procedentes do Paraná e de outros estados e regiões do Brasil. Se diz que entre 1979 e 1989 para poder ter acesso ao local era necessário pagar um pedágio (...) desta maneira se controlava o trânsito de pessoas que não eram habitantes desse local pudessem passar por ali.

Há também histórias de lutas, como quando os habitantes se reuniram, pegaram as armas que possuíam e atacaram o quartel militar, protagonizando uma verdadeira guerra.

Há também outros mitos entre os quais se evidencia a figura de Paulino, o Preto, um bandido muito perigoso que, na ausência do crime organizado, se converteu em um líder do local. Inventaram uma espécie de currículo dele no qual além de atribuir-lhe muitos assassinatos, atribuem-lhe também o papel de haver se convertido em uma espécie de mediador nos conflitos comunitários. [Brasil 4.11].

Este breve relato é um excelente ponto de partida para falar da história dessa comunidade, apresenta acontecimentos e emoções, une um aspecto subjetivo com um aspecto mais objetivo. Os conteúdos que se podem tirar deste conto são que essa comunidade é um lugar ambivalente: pode dar muito prazer, mas também

morte; é um lugar no qual as pessoas sabem se organizar para defender-se; é um lugar no qual se tem que pagar um preço para poder entrar (ser parte custa); os líderes dessa comunidade têm um modelo que traz plenamente o tema da ambiguidade: são bandidos e assassinos, mas também ajudam as pessoas.

Outro fragmento de história de outra comunidade, também neste caso uma excelente maneira para iniciar um discurso sobre o passado e suas consequências sobre o presente:

No coração do conceito de comunidade encontra-se o fato que esta entidade social está composta por tudo aquilo que seus membros voluntariamente colocam em comum. Colocar em comum (compartilhar) é o elemento central de uma comunidade. Colocar em comum significa dar gratuitamente porque é a condição de base para receber gratuitamente. Este é o núcleo central do conceito de dom. Sem dom não há comunidade simbólica. [4.21]

Origens do Mutirão. O tempo era a década de 80; o lugar era o estado da Paraíba; o problema era um grande número de famílias carentes, desabrigadas, provenientes de uma favela castigada pelas chuvas, que precisavam de moradia; o acontecido era a doação de terrenos pelo governo do Estado às famílias a fim de “resolver” essa situação. As famílias tinham um sonho: a casa própria; o governo tinha, naquela situação, uma boa oportunidade de desenvolver políticas assistencialistas e populistas. O terreno a ser doado era uma extensa área localizada na parte oeste do município, longe de tudo... Era essa a promessa de tempos melhores para os futuros moradores. Um local que também serviria de depósito, para onde seriam destinadas famílias inteiras.

Veio a assistência social, cadastrou todo mundo e o estabelecido era que as pessoas trabalhariam com horas computadas, cada família teria que completar 780 horas para ter direito a participar do sorteio das casas construídas, trabalhando em regime de Mutirão. Faltou um planejamento mais sistemático por parte do poder público. Com o passar dos anos houve um crescimento populacional intenso na área.

História da comunidade

No contexto geral, os serviços básicos ainda continuam precários e embora tenha ocorrido um crescimento populacional intenso, as mudanças estruturais não vêm acompanhando as necessidades reais da população. Essa área conta também com duas ocupações [Brasil 4.12].

O que conta esta história? Conta de pessoas que viveram um desastre, de pessoas que tinham sonhos, que estes sonhos foram utilizados por outros atores, por outros interesses; que o papel jogado pelas instituições públicas foi muito significativo na fundação e organização desta comunidade; também nesta comunidade há duas ocupações.

Há um elemento sobre o qual vale a pena deter-se. No fragmento se diz que: “Os serviços sociais estabeleceram que cada família teria de completar 780 horas de trabalho, para ter direito de participar no sorteio das casas construídas. Todos trabalhariam como que em uma empreitada coletiva”. Independentemente da razão real pela qual os serviços sociais decidiram tomar esta decisão, esta modalidade organizativa é típica da fundação de uma comunidade. A comunidade (*cum-munus*) está, de fato, composta por todas aquelas pessoas que “pagam” de alguma forma seu pertencimento a esse grupo ou organização social. O ponto que se aborda aqui (ver também o Capítulo 3) tem a ver com as razões profundas pelas quais as pessoas (organizadas em redes) poderiam participar no tratamento comunitário. A mais fundamental é porque são membros dessa comunidade e para seguir sendo membros é necessário investir energias/recursos.

No fragmento seguinte conta-se a história de um acordo entre população e traficantes de drogas.

Apresentamo-nos ao Sr. H. que era o líder dessa comunidade (os invasores do prédio) contando-lhe o que fazíamos e quem éramos. Foi assim que tivemos a oportunidade de escutar um pouco de sua história e de sua trajetória na luta pela dignidade. Contou-nos que estão ocupando esse edifício há mais ou menos três

Construção de conhecimento. Construção da ação

anos. Antes que eles chegassem nesse edifício era um ponto importante de venda de drogas e havia batida da polícia quase todas as semanas. Sabendo dessa situação, ele propôs ao traficante uma espécie de aliança: os habitantes sem teto poderiam ocupar o lugar dando assim aos traficantes uma cobertura com menos riscos, em realidade esperavam não ter tantas batidas dos policiais, sendo que famílias inteiras habitavam o edifício. Por outro lado, as famílias também tiveram seu ganho garantindo que nenhum de seus pertences seria roubado, desta maneira se manteria a ordem. Feito o acordo, 22 famílias vieram habitar no edifício [Brasil 4.13].

Este acordo têm consequências para qualquer tipo de atividade que se queira implementar nessa comunidade e que tenha o tema de drogas entre suas prioridades. Tocar o tema das drogas significa insistir nesse acordo, que é o acordo sobre o qual se fundou essa comunidade. Por outro lado, se não se insiste sobre esse acordo qualquer ação que se implemente será por um lado percebida como uma ameaça por alguns dos líderes comunitários e, por consequência, exposta à precariedade, descontinuidade, falta de penetração na cultura dos habitantes.

Outro fragmento de história que parece uma crônica do presente.

Diante da igreja tinha três terminais de ônibus de segunda classe. Onde agora fica a loja ficavam os ônibus com destino à Basílica. Atrás da igreja ficava a rota dos ônibus que iam em direção a Tacuba, San Juanico, Toreo de Cuatro Caminos. Onde atualmente fica o átrio da praça atuavam palhaços ao meio dia, nos sábados e domingos. Os palhaços se chamavam “Gasolin” e “Alambrito”, mas também estavam às vezes os palhaços “Gasparin” e “Clavito”. Os quatro palhaços eram originários da zona da comunidade. O povo se divertia muito com o show deles ao ponto que nem percebiam quando os ladrões enfiavam as mãos nos bolsos e roubavam as carteiras.

História da comunidade

Nos terminais de ônibus, principalmente no de San Lazaro que era a maior, os ladrões entravam a arrebatam bolsos e saiam correndo rumo a “La Candelaria de los Patos”, onde não entravam os policiais. Neste terminal também faziam contato “protetores de prostitutas” com as mulheres que chegavam pela primeira vez na Cidade para trabalhar de empregadas domésticas, pois eram enganadas e as colocavam a trabalhar na prostituição. Na rua de Santa Escuela tinha comércio ambulante, vendiam comida para os delinquentes da zona. Sobre “Corregidora”, na frente da Previdência Social, estava a boate que se chamava Siboney, lá se juntavam as prostitutas com os pedreiros e outros trabalhadores que iam a dançar nos sábados e domingos [México 4.12].

Este fragmento de história fala da comunidade na qual vivem os atores comunitários dos quais se fez algumas análises de boas práticas e fracassos (ver mais acima em Análise fracassos). Comparando as do passado (se está cinquenta) parece que mesmos atores com as mesmas relações. E o comunidade é uma terra pessoas que estão na constantemente, porque forma de pertencer, assaltos, prostituição, tráfegos ilícitos. A história diz que esta comunidade é um sistema de relações humanas e econômicas muito resistente à mudança, que parece ter encontrado um equilíbrio entre seus líderes de opinião. Neste sentido é um sistema de redes fortemente conexo. Este é um dado estrutural que é necessário contemplar para poder construir nesse contexto um dispositivo que permita produzir mudanças sem incrementar a insegurança.

O conhecimento da história das comunidades e das redes com as quais se trabalha permite visibilizar repetições de estratégias úteis ou fracassadas, de atores e papéis que o presente reproduz como no passado com o mesmo fim: manter a persistência, mudar para não mudar, ou todo o contrário, não perder a esperança que uma mudança seja possível. [4.22]

de boas práticas e as práticas de hoje com falando aqui dos anos nada mudou. Quase os mesmas ações, com as mesmo tema de fundo: a de passagem, de rua porque se deslocam ali está sua vida e sua comunidade de roubo e venda de drogas e

diz que esta comunidade é

Dificuldades, aprendizagens, boas práticas

Nas experiências com os parceiros que têm experimentado este modelo de intervenção se tem encontrado quatro tipos de dificuldades. Estas podem ser também lidas como lições aprendidas e sugestões para boas práticas.

A primeira é a dificuldade de visibilizar e entender como o presente está vinculado ao passado e como o passado segue ativo no presente por meio de seus atores, suas dinâmicas e seus *roteiros*.

A segunda é buscar, sobretudo, histórias (mais que “a” história) e em particular as histórias de drogas (sendo que este era um dos temas geradores), ou de dificuldades e problemas, mais que das respostas que com o tempo se tem dado. Esta maneira de abordar a história influencia a percepção e a representação social da comunidade, influenciando por consequência a abordagem do tratamento.

A terceira é que tem resultado difícil reunir estas histórias com “a” história: por exemplo, convidando historiadores desses lugares a conversar com as pessoas sobre o que elas sabem; reunir as pessoas para escutar os anciãos dessa colônia; entrevistar as pessoas informadas sobre essa comunidade ou sobre outras. Para uma pessoa que tem sensibilidade clínica (clínica de comunidade, obviamente) é a história que permite entender como se tem construído as decisões, quais têm sido os líderes, quais as origens e os atores dos êxitos e dos fracassos, quais são as defesas inconscientes, quais as negações, as ambiguidades e as ambivalências e como estas se manifestam no presente.

A quarta. Tem resultado, às vezes, que a reconstrução da história das comunidades feita com os atores comunitários corresponde mais à história de quem as conta (geralmente os líderes de opinião) que a história das comunidades. Neste caso um excesso de autorreferencialidade promove mais uma influência e um ocultamento dos fatos. Nestes casos também misturar atores não formais (os que viveram os fatos) com atores formais (aqueles que estudaram a história, e às vezes a viveram também) produz uma mais profunda experiência de aprendizagem e

História da comunidade

compreensão e uma mais eficaz oportunidade de mudança da representação que se tem da comunidade na qual se vive.

5. Elementos sociológicos

Um dos elementos sociológicos (reflexão sobre aspectos sociais de uma comunidade local) é o mapa ecológico. Este tipo de produto tornou-se um dos instrumentos de representação da comunidade local mais utilizado. Claro que seu êxito como tal não se baseia somente sobre sua extrema adaptabilidade, a facilidade com a qual pode expressar o que os atores comunitários percebem, observam, conhecem, e também suas incertezas. Seu êxito se baseia também na reflexão científica, veja-se para isso a abordagem de Bronfenbrenner, um dos autores que mais têm contribuído nos últimos anos (Bronfenbrenner, 1987).

Os dados sociológicos são informações essenciais e críticas com relação a comunidade como um todo. Servem para orientar na tomada de decisões, para entender o sentido de acontecimentos comunitários, avaliar resultados, estabelecer “políticas” a nível local. São o resultado de pesquisa secundária e das ações de diagnóstico comunitário feitas com a participação das redes operativas. [4.23]

Como se verá, o mapa ecológico é uma representação do visível e do invisível de uma comunidade local, uma reflexão sobre o social, o antropológico, um olhar de etnógrafo ingênuo que aprende por meio da ação.

Conceito e objetivos

O campo dos elementos sociológicos está constituído por dois aspectos: (i) juntar, por um lado, os processos por meio dos quais os atores comunitários constroem seu conhecimento da comunidade e, também, o produto destes processos; (ii) ter os dados e as informações essenciais para poder pensar a comunidade a partir, também, de elementos obtidos seguindo o método sociológico, etnográfico, demográfico ou epidemiológico.

Como se viu em outros momentos da implementação do SET, também neste caso o processo que se segue para produzir estes dados constitui um dos elementos de sua validade (para o tratamento comunitário).

Por que se fala de dados sociológicos? Porque a intenção é evidenciar aspectos, fatos, acontecimentos que caracterizam a vida de uma comunidade. Quais são estes dados? As características e os tipos de população (quantidade, gêneros, idades, nível de educação formal e não formal), nível econômico, atividades produtivas formais e não formais de bens materiais e imateriais, modalidades de participação na vida da comunidade etc. Presença de serviços na comunidade: educação, habitação, segurança, cultura, produção, vida política, saúde etc. “*Eteccetera*” também significa, neste caso, que se incluem todas as informações que os atores comunitários consideram importantes para manter vivo o processo de construção e de revisão da representação que têm de sua comunidade. Isto significa que esta operação “elementos sociológicos” têm uma dupla finalidade (como de costume).

A primeira é tática: produzir informações para poder tomar decisões sobre a comunidade (saber que em uma comunidade de 5.000 habitantes a proporção de crianças de menos de 11 anos é de 15% e não de 3% – muda muito se desejar saber quantos professores são necessários, quantas escolas, o custo que isso vai ter etc.). Os dados numéricos têm, então, um valor nos processos de tomada de decisões.

A segunda é estratégica: produzir uma representação social da comunidade sabendo que esta representação é o sujeito principal do tratamento comunitário. É de

Elementos sociológicos

fato esta representação (com seus elementos de ancoragem e objetivação) a que o tratamento comunitário trata de mudar de maneira que seja mais inclusiva e menos excludente. Esta representação é o produto dos atores comunitários, nela se representam suas relações, as relações no interior de suas redes, a mudança desta representação faz manifesta a mudança nessas relações.

Os dados sociológicos são também uma representação da comunidade na qual convergem pelo menos dois tipos de atores: os atores comunitários “ingênuos” e os profissionais da pesquisa formal. Poder reunir estes dois tipos de atores favorece a construção de uma representação social da comunidade mais próxima àquilo que a comunidade realmente é, permite fazer visível o invisível, modificar a conformação das redes, sua estrutura, produzir por este meio mudanças mais profundas e duradouras.

Processos

A produção de dados sociológicos pode resultar de dois processos diferentes (e de todas as combinações possíveis entre estes). Sendo que neste texto não se trata de discutir a respeito de metodologias, mas tampouco ignorar seu aporte (pelo contrário), os processos de produção dos dados sociológicos podem ser distribuídos em dois grandes grupos: processos de produção formal e processos de produção não formal (é claro que o nível de validade é diferente).

Os primeiros se dizem formais porque têm que seguir procedimentos (métodos, na linguagem dos pesquisadores) aceitos pela comunidade científica. Se isto garante certamente sua compreensão por parte de todos os que conhecem o método científico, às vezes não garante a compreensão por parte de quem desconhece o método. É também aceito que estes dados possam ter, entre suas características, uma maior objetividade.

Os processos não formais de produção de dados respondem a outros critérios (isto não quer dizer que não respondam sistematicamente a critérios do método científico), como são, por exemplo, a participação direta dos atores que possuem

Construção de conhecimento. Construção da ação

informação na construção do conhecimento. Por exemplo: para conhecer a condição da infância em uma comunidade pode-se chamar um sociólogo com todo seu instrumental (teorias, conceitos, métodos e metodologias, instrumentos, técnicas etc.). Neste caso a população é fonte de informação. Pode-se também trabalhar com a comunidade para construir desde os conceitos de base até as técnicas com as quais se recolhe a informação (o mapa acima é uma técnica específica). Neste caso os atores comunitários são participantes no processo de construção de conhecimento acerca de sua própria comunidade: são objeto e sujeito de estudo ao mesmo tempo.

Ambas as aproximações (e suas infinitas declinações) têm vantagens e desvantagens, a pretensão do SET é que uma não exclua a outra e que consigam articular-se. Articular-se neste caso significa, quando possível, produzir uma representação social da comunidade. O social refere-se ao fato de que um ator não exclua a outro, o que implica reconhecer os limites de seu próprio ponto de vista e o alcance disso nos outros.

Veja-se, por exemplo, a imagem que se segue: se tem aqui dois mapas diferentes da mesma comunidade local. O primeiro é um mapa ecológico da comunidade elaborado por seus habitantes, utilizando alguns símbolos para descrever alguns lugares e diferenciá-los de outros. O segundo é uma foto aérea tomada com certos critérios cartográficos padrão (a respeito das proporções, por exemplo, dado que não existe na primeira).



Gráfico 4.4 – [Brasil 4.15]

Dificuldades, aprendizagens, recomendações

Na época atual há uma grande quantidade de dados disponíveis e bem feitos, estes se encontram nas universidades, nas bibliotecas e na *internet*. A pergunta é: como fazer para que as comunidades, que são o sujeito dessas informações, possam efetivamente utilizá-las para seu desenvolvimento?

Por outro lado é também conhecido que as pessoas que vivem nas comunidades têm uma quantidade impressionante de informações que podem ser úteis e são necessárias para a implementação de políticas dirigidas à comunidade. Neste caso a pergunta é: como proceder para que estes conhecimentos sejam efetivamente incluídos no acervo de dados considerados importantes no momento da definição de políticas, da tomada de decisões e de implementação das estratégias?

Construção de conhecimento. Construção da ação

Sem negar a importância dos dados produzidos em uma ótica de cima para baixo (por atores institucionais, universidades etc.) que são um ponto de referência inevitável e garantia do maior apego possível à realidade, é importante também pensar em processos de produção deste tipo de dados de baixo para cima. Os dados produzidos por meio destes processos significam concretamente garantia de participação democrática no momento da tomada de decisões e da implementação das estratégias.

Uma estratégia que tem dado resultados positivos neste sentido tem sido o uso frequente do processo chamado *rapid assessment* (avaliação rápida ou diagnóstico rápido), sobretudo quando este se realiza nas seguintes condições: (i) participam pequenos grupos (redes operativas geralmente construídas por meio do estudo da rede subjetiva comunitária da equipe, ou da rede de recursos comunitários); (ii) se repetem com frequência; (iii) são de curta duração; (iv) se enfocam em um só tipo de dados, cada um por sua vez; (v) estão vinculados com um problema concreto que a comunidade está vivendo; (vi) desemboca em uma ação.

6. Temas geradores

O assunto de base relacionado com os temas geradores é “de que falam essas pessoas?” Como elaboram mentalmente aquilo que acontece na comunidade? Qual é o sentido que atribuem às situações de exclusão, à violência, às ações implementadas pelo tratamento comunitário ou outras agências, ou às políticas públicas etc.?

Este é o componente do SET por meio do qual se sistematiza e aprofunda-se o trabalho de construção de sentido e conhecimento acerca das dificuldades, carências, necessidades, recursos e capacidades da comunidade. Tem-se observado que as pessoas têm formas diferentes de manifestar seu pensamento e opinião: por meio de seu comportamento (fazendo ou deixando de fazer), por meio de atitudes, por meio das infinitas formas da

linguagem não verbal e por meio da palavra. Este processo do SET quer recolher esses discursos, fazê-los explícitos, evidenciar como as pessoas estão efetivamente interconectadas por temas comuns, discursos e formas expressivas comuns. Conceitualmente divide-se os temas geradores em dois grandes grupos: os espontâneos (mencionados diretamente pelos atores comunitários) e os induzidos (sugeridos pelos membros da equipe).

Os temas geradores são argumentos dos quais falam as pessoas (temas geradores espontâneos) e também propostas de reflexão e aprofundamento da equipe e das redes operativas (temas geradores induzidos). O trabalho com temas geradores tem como finalidade criar consciência do que acontece na comunidade e do sentido dos acontecimentos, ser uma premissa indispensável para cada ação que se queira implementar, vincular pensamento e ação. [4.24]

Conceito e objetivo

Os temas geradores falam da cultura comunitária, de seus valores, de suas normas e hábitos, daquilo que está permitido e vedado, falam do sentido que têm as ações, as emoções, as relações.

O tráfico de drogas é uma realidade muito visível na comunidade: jovens e adultos usam e vendem drogas para o sustento de suas famílias. As pessoas que na noite vendem drogas durante o dia dormem para recuperar-se do trabalho noturno. Muitos deles vêm no crime uma “oportunidade” de subsistência. Aquilo que acontece é que muitos deles padecem do prejuízo de viver em uma favela: isto torna difícil conquistar um trabalho digno. A realidade é que muitos deles são ex-prisioneiros e têm problemas com a justiça. Para estas pessoas o tráfico de droga não é percebido como algo errado, mas como uma maneira para conseguir dinheiro para sustentar suas famílias, para ir à festa e para sustentar também o vício que uma pessoa tem com a droga. [Brasil 4.16]

Tema central deste fragmento é como sustentar-se, como ganhar sua vida, é o estigma ligado ao lugar de vida (a favela), é a droga como sistema econômico, como parte central da vida cotidiana de uma comunidade, como trabalho, como uma das maneiras de construção da normalidade, embora exista a consciência da diferença que há entre vender e viver da droga e um “trabalho digno”. Esta consciência é uma fenda no discurso comunitário que permite produzir mudanças, iniciando com a modificação do microssistema econômico, com a modificação das condições de vida.

(...) Os jovens de 15 a 29 anos se juntam muito cedo, existe a cultura de que as jovens da comunidade e seus noivos têm que viver juntos logo e ter filhos. Isto faz com que a falta de recursos para sustentar suas famílias levem estes jovens a entrarem no tráfico e, desta maneira, cada dia novo pessoal atua com a criminalidade organizada na comunidade. Assim, estes jovens estão em risco de

Temas geradores

acabarem na prisão e de tornarem-se adictos e de prejudicar suas famílias.
[Brasil 4.17]

Temas geradores: apaixonar-se, casar-se e ter filhos, construir uma família... e também o sistema econômico que os permite, sistema que é percebido como normal, mas também como criminal.

Quase a metade das famílias que mora na comunidade estão ou acabam de sair da prisão, muitos estiveram na prisão, alguns deles são jovens e outros pertencem à época da represa de água. Acontece que as pessoas dão mais respeito a estas pessoas e aquelas que estão há mais tempo vinculadas com as drogas. [Brasil 4.18]

Temas geradores: relação com a legalidade, com o mundo das normas jurídicas estabelecidas pelo Estado, experiência da prisão e sua persistência na vida comunitária, criação de imagens culturalmente fortes, de modelos de vida à margem da legalidade, de relações de poder e influência.

No mundo das drogas existem muitos problemas: dívidas, conflitos por causa de mulheres e de territórios onde vender seus produtos. Hoje em dia existe uma regra estabelecida pelo Primeiro Comando da Capital (crime organizado) que uma pessoa deve ter pelo menos três possibilidades para pagar suas dívidas, sair do crime e resolver de forma menos violenta as situações da comunidade. Diz-se que as regras do Primeiro Comando da Capital fazem com que nas comunidades todos tenham mais respeito com todos, sendo que cada um vive em seu espaço e não invade o espaço do outro. Por exemplo, se tem estabelecido que quem vende drogas não pode ocultar a droga na casa do outro. [Brasil 4.19]

Construção de conhecimento. Construção da ação

Temas geradores: os problemas que se relacionam com a presença da droga. É um diagnóstico rápido e em parte equivocado que estabelece uma relação causa e efeito, linear e simples, confundindo às vezes efeitos com causas, tratando de dar sentido ao sem sentido. E no fundo se encontra o tema do poder de uma comunidade que é organizada pela força arbitrária, que é ao mesmo tempo percebida como tal, mas também como fonte de ordem e, em certa maneira, de sentido.

A falta de atenção fazia com que esta comunidade produzisse um processo de autoisolamento, isto reforçou a imagem de uma comunidade vinculada exclusivamente com drogas e violência. O fato é que a esta comunidade nunca chegam oportunidades. [Brasil 4.20]

O abandono por parte do Estado e das instituições favorece a auto-organização baseada no ilícito e ilegal, a construção de uma representação social que bloqueia as oportunidades, que prende a comunidade em seu destino.

As pessoas pensam que quem vive nesta comunidade não merece nenhuma oportunidade, que aqui todos são iguais e não querem mudar suas vidas. Mas, no entanto, as coisas são muito distintas: estas pessoas têm muita vontade de mudar e de ter uma vida melhor, acima de tudo para suas famílias. Eles não querem continuar com a vida que têm, sabem que o tráfico de drogas não tem futuro positivo, pelo contrário, os leva à prisão e à morte. Não são todos iguais, muitos deles têm uma ocupação digna e buscam uma valorização de quem são. O preconceito das pessoas para com eles é muito grave: são considerados como pessoas que não querem mudar e buscar uma vida mais sadia. [Brasil 4.21]

Estes fragmentos são o discurso de um líder de opinião da comunidade da qual se está falando. Por um lado descreve uma situação dramática e, por outro, afirma

Temas geradores

que isso pode mudar. Nestes fragmentos encontram-se numerosos temas geradores (quase não é necessário que a equipe sugira temas geradores induzidos), e todos eles estão relacionados com o tema central do tratamento comunitário: os processos de inclusão/exclusão, de integração e fragmentação social.

Este fragmento (parte de um documento mais amplo, então não representa sua totalidade) pode resumir-se da seguinte maneira: temas geradores: (i) drogas e suas consequências, (ii) conflito entre desejo de mudança e de persistência, (iii) a boa nova do poder ligado à criminalidade.

Temas geradores: consumo e tráfico de drogas; presença do crime organizado; exclusão de oportunidades de trabalho por serem habitantes de uma favela ou terem estado presos; discriminação e estigma; alto número de habitantes que estiveram na prisão; liderança das pessoas vinculadas com o crime; conflitos relacionados com a propriedade dos territórios de tráfico de drogas; isolamento da comunidade por causa do tráfico de drogas; representação social da comunidade como perigosa; poucos recursos e oportunidades; necessidades de sustento para as famílias; casais precoces; gravidez precoce; as regras da criminalidade organizada; desejo e vontade de mudança, de melhoramento das condições de vida; casar-se e ter filhos em comunidades de alta vulnerabilidade; a existência de gente honesta. [4.25]

Clara é também a articulação entre temas geradores e representação social desta comunidade, e como os dois elementos se retroalimentam: talvez esta seja a matriz de todos os temas geradores e do conflito de fundo desta comunidade, entre os que tiram proveito de sua representação social e aqueles que necessitam mudá-la para poder viver melhor e viver melhor para poder mudá-la. O trabalho que fica por fazer é inserir estes temas como conteúdo explícito do discurso comunitário, é dizer que se possa elaborar dispositivos comunitários, públicos, onde as pessoas possam participar e contribuir.

Por que olhar para os temas geradores?

Na medida em que os temas geradores representam também os problemas, as necessidades etc. esta já é uma das respostas à pergunta: eles satisfazem a sua função diagnóstica assim como é comumente entendida?

Uma segunda resposta é: porque os temas geradores são uma das vias mestras para a compreensão da representação social de uma comunidade por parte de seus líderes de opinião e a descrição, compreensão e mudança desta representação social é o objeto do SET e do tratamento comunitário.

Para entender melhor o papel dos temas geradores vamos recordar o caminho percorrido. Pode-se dizer que: (i) depois de identificar os líderes de opinião; (ii) entender como eles se organizam em redes; (iii) visualizar como eles desenharam sua comunidade (mapeiam seu conjunto); (iv) como, pouco a pouco, identificam os recursos de sua comunidade (análise de boas práticas e de fracassos); (v) quais são os fatos e aspectos e produtos relevantes de sua vida social (elementos sociológicos) etc.; (vi) se chegou aos temas geradores vistos pelo lado das carências e das dificuldades (mas não exclusivamente). Tem-se chegado, logo depois, à descrição, por parte dos atores da comunidade, de suas dificuldades, daquilo que pode ser chamado o problema que busca resposta e também de algumas respostas.

A abordagem dos temas geradores não foi encontrada entre os primeiros processos do SET. Isto responde a uma intenção precisa: o diagnóstico de problemas é uma construção social, por esta razão é o resultado do dispositivo relacional que a produz (a rede de líderes de opinião ou a rede operativa). Antes de produzir esta construção social é, então, necessário produzir o dispositivo. O resultado que se busca é, por um lado, ter este tipo de diagnóstico por temas geradores (resultado tático) e, por outro, ter o dispositivo que gera e implementa as respostas (resultado estratégico). [4.26]

Por que não se iniciou por este ponto? Por que não se começou pela porta dos problemas, como no diagnóstico clássico? Porque os problemas são também uma construção social e na maneira como estão construídos reside, em parte, sua

Temas geradores

resposta ou a impossibilidade de encontrar uma resposta, ou as maneiras para que esta não produza os resultados esperados. Os atores que participam de sua construção podem participar também na pesquisa das respostas, os contextos nos quais os problemas surgem são também aqueles nos quais se podem buscar as respostas. Tem-se introduzido este tema neste momento do SET porque os problemas têm atores que o produzem, contextos nos quais surgem, modalidades de construção, estes são os elementos que permitem entender o sentido dos problemas e de gerar respostas.

Atribuir aos “problemas, carências, dificuldades” o nome de temas geradores tem também algumas consequências. A primeira e mais importante é que estamos falando de discursos e não de objetos. A descrição da comunidade que se reproduziu mais acima é “um conto”, embora todos os problemas mencionados correspondam à realidade, assim mesmo a descrição segue sendo um conto, um discurso. E quando se constrói esse discurso pode-se encontrar algumas dificuldades, que é mais prudente esclarecer.

Quando os atores comunitários encontram-se em um contexto no qual identificam suas dificuldades, manifestam-se todas as formas de resistências que se conhecem a nível individual, mais algumas descritas a nível coletivo. O elemento comum destas defesas é produzir uma negação total ou parcial da realidade. Negação por quê? Porque tomar consciência e conhecer implica ter que mudar, e ter que mudar pode implicar renunciar a formas de privilégios, interesses e vantagens... ou ter que enfrentar situações que alguém não quer enfrentar: estas são as razões da persistência.

A construção do discurso sobre os temas geradores tem, em seguida, que levar em conta estas dinâmicas para poder conter seus efeitos e, quando possível, superar os processos de negação (esta é a função dos temas geradores induzidos).

Entre os processos de negação há três identificados por Moscovici quando começou a trabalhar sobre as representações sociais (Moscovici, 1982). Este autor

Construção de conhecimento. Construção da ação

diz que há três erros que o cientista ingênuo ou a aplicação ingênua da ciência produzem: o fechamento da informação, a confirmação por meio do comportamento, a personalização.

O fechamento da informação. As pessoas têm a tendência de resistir frente a fatos ou informações que não estão previstos em suas teorias implícitas. Dito de outra maneira, as pessoas têm mais facilidade em reconhecer fatos e informações que confirmam seus pontos de vista, mais que aqueles que o contradizem (Snyder & Cantor, 1979; Snyder & Swann, 1978). Se retomar os fragmentos sobre a representação da comunidade, citados algumas linhas acima, observa-se que alguns dos problemas estão muito mais acentuados que outros, ao final é como se houvesse um só problema que gera todos os outros (o tráfico de drogas). Resulta, no entanto que pode haver outro, todavia mais grave: a submissão ou a cumplicidade da maioria dos atores comunitários e da rede de líderes de opinião.

Produção da confirmação por meio do comportamento. Trata-se aqui de um fenômeno muito conhecido: quando se atribui a um indivíduo ou a um grupo explicitamente uma definição claramente com conotação positiva ou negativa, esta pessoa ou grupo têm a tendência a transformar em atos esses comportamentos. Deduz-se também o fato que se há certa representação de uma pessoa ou de um grupo, a tendência é buscar confirmação da representação que se tem, até ignorar parte do que se vê ou se está escutando. Por um lado, em seguida, se induzem outras condutas aos outros, atitudes que convergem para o sentido do que nossa representação espera encontrar; por outro, se não encontramos exatamente o que buscamos, em seguida cortamos partes do que encontramos até que o visto ou experimentado corresponda às nossas expectativas.

A personalização. “Quando o cientista ingênuo tem que explicar um comportamento, ou um acontecimento social, atribui sua causa a uma pessoa, ou a algumas de suas características (traços de personalidade, atitudes), ou às circunstâncias” (Palmonari, 1995, p. 26). Muitos pesquisadores demonstraram que quando se observam as ações dos outros a tendência preponderante é interpretá-las,

Temas geradores

quer dizer, atribuir suas causas e significados às características ou às intenções das pessoas, mais que as características do contexto no qual a pessoa atua. Este tipo de “erro” é tão frequente que tem sido chamado “erro fundamental” (Ross, 1977; Nisbett, 1980). Um bom exemplo da personalização é considerar que o uso de substâncias consiste unicamente no encontro entre uma pessoa com determinadas características e uma substância, sem considerar fatores contextuais, culturais, históricos, econômicos, relacionais etc.

Qual é a consequência prática disto? Trabalhar unicamente com os temas geradores propostos pelos atores comunitários não é suficiente, isso pode induzir a ter diagnósticos demasiado parciais, consequência quase exclusiva do equilíbrio ou do estado das relações entre os atores que os produzem e do significado que os conteúdos têm nessas relações. Exemplo: se em um grupo/rede de atores comunitários, que discute o tema do tráfico de drogas, se encontram alguns atores que vendem e traficam pode-se esperar que o tema não fosse tratado da mesma maneira que, se no grupo, estes líderes não estivessem presentes; o resultado do diagnóstico no primeiro caso poderia ser significativamente diferente do segundo.

Temas geradores espontâneos e induzidos

É para evitar ter um diagnóstico que corresponda unicamente ao ponto de vista de alguns líderes, ou seja, o resultado de uma mediação implícita entre eles e deformada por diferentes erros estruturais que, aos temas geradores propostos pelos atores comunitários, se acrescenta alguns temas geradores induzidos, propostos pela equipe ou a rede operativa ou outros atores externos.

De onde procedem estes temas geradores induzidos? Existem, entre outras, cinco fontes: (i) do trabalho de rua e de comunidade, que é a atividade constante da equipe e da rede operativa; (ii) o trabalho de reconstrução histórica da comunidade; (iii) os dados sociológicos; (iv) o constante trabalho de mapear a comunidade; (v) a implementação dos componentes do tratamento comunitário.

Construção de conhecimento. Construção da ação

É importante que existam momentos nos quais “o saber do científico ingênuo” e o “saber do científico não-ingênuo” se encontrem e se confrontem. Para isso servem os temas geradores induzidos.

Processo, dificuldades e boas práticas

Veja-se o exemplo na Tabela 4.13. Por meio do trabalho de rua e dos contatos diretos com atores comunitários durante as atividades de vinculação, uma equipe identificou alguns temas recorrentes. Sucessivamente os distinguiu por tipo de ator social. O resultado deste processo encontra-se na Tabela 4.15 na qual: (i) na primeira coluna à esquerda encontram-se os temas recorrentes e (ii) nas outras colunas encontra-se a porcentagem de atores comunitários (subdivididos por categorias) que mencionaram cada um dos temas.

Tabela 4.15 – Temas geradores [México 4.13]

Temas recorrentes subdivididos por atores que os indicaram				
	Líderes de opinião	População de rua	Adultos	Representantes Oficiais
1. Jovens adictos	20%	100%	80%	10%
2. Alcoólicos		50%	20%	
3. Condições de marginalidade das mulheres	5%	80%	50%	10%
4. Graves atos de violência		80%	50%	5%
5. Abandono de menores		50%	50%	
6. Pobreza extrema		20%	20%	
7. Problema de saúde e nutrição		10%	10%	
8. Condição ecológica e de espaço				5%
9. Problema familiar	10%	50%	50%	5%

Temas geradores

O que se observa neste caso? Que líderes de opinião, população de rua, adultos e representantes oficiais têm, cada um deles, uma representação social da comunidade muito diferente, isto significa que cada um deles tem diferentes prioridades, diferentes atitudes, expectativas, às vezes em conflito umas com as outras. A pergunta aqui é: como fazer para que deste “diagnóstico” possa sair um planejamento e uma ação comum?

Tabela 4.16 – Temas geradores espontâneos [México 4.14]

Tema 1	Adição
Tema 2	Crianças de rua
Tema 3	Prostituição
Tema 4	Delinquência

Para dar resposta a esta pergunta a equipe segue trabalhando e decide acrescentar aos temas geradores espontâneos que foram propostos pelos atores comunitários (Tabela 4.16), alguns temas geradores induzidos (propostos pela própria equipe (Tabela 4.17).

Tabela 4.17 – Temas geradores induzidos [México 4.15]

Tema 5	Crianças abandonadas, trabalhadores e em risco.
Tema 6	Adulto idoso e indigência
Tema 7	Uso do tempo e participação cidadã
Tema 8	Religiosidade popular

Aquilo que se observa, no exemplo das tabelas 4.16 e 4.17, é que os temas propostos pela equipe constroem uma representação que não se enfoca exclusivamente nos problemas clássicos das comunidades excluídas, é dizer que não repete o estereótipo (tampouco o nega). A equipe trata de não ser vítima do fechamento da informação. Um segundo elemento é observar como se introduziu explicitamente outros atores: os que abandonam as crianças, os trabalhadores, os

idosos. Um terceiro aspecto é tipicamente comunitário e parcialmente desligado dos atores clássicos da marginalização: a participação cidadã e a religiosidade popular.

Como se mencionou repetidamente é a equipe, com sua rede operativa, que faz esta proposta. Pode-se, por consequência, considerar que esta proposta é uma ação social, por meio dela a equipe e a rede operativa se inserem na rede de líderes de opinião reforçando-os como líderes de opinião. Esta ação social pode ser considerada ao mesmo tempo como o início de um processo de mudança estrutural na rede (modifica a estrutura das lideranças) e também uma ação de terapia de rede. Na sequência, os operadores promovem encontros ou propõem dispositivos (reuniões, debates, festas, celebrações, teatro de rua etc.) durante ou por meio dos quais as pessoas que participam falam (representam, discutem, debatem, jogam, escutam, atuam etc.) sobre os temas geradores espontâneos e induzidos. A composição dos grupos que participam nestes dispositivos deve ser escolhida com atenção: atenção à linguagem, às idades, aos gêneros, às culturas. Ao final da discussão/debate/representação durante a qual os membros da equipe e da rede operativa participam ativamente com suas posições (opiniões, informações, incluindo dados sociológicos oficiais, ações etc.), pode-se propor um exercício no qual se trata de avaliar a gravidade de cada um destes temas. Pode-se utilizar uma avaliação clássica, uma tabela de *likert* com seis notas (de 0 a 5, onde 0 significa nada grave e 5 significa extremamente grave). Este pode ser um exercício muito rápido e dinâmico, feito com papéis coloridos ou com números, ou de outras formas. O resultado deste exercício pode ser resumido de várias formas: em função dos gêneros das pessoas participantes, em função de sua idade ou sua cultura etc. O propósito é trazer à consciência o não visível: os temas que unem e os que dividem; as diferenças que enriquecem e as que produzem conflitos incuráveis; as propostas e as respostas nas quais haverá participação ou oposição e resistência etc.

Lições aprendidas: na medida em que os temas construídos pelos membros da equipe (temas geradores induzidos) são coerentes com os dados sociológicos, alcançam consenso entre os atores que têm uma representação social mais próxima àquela proposta pelos operadores.

7. Representações sociais

As representações sociais têm um lugar particular no sistema estratégico de tratamento: são objeto de estudo, são ferramenta de trabalho, são o lugar simbólico no qual se observam e medem os resultados do tratamento comunitário. No marco das representações sociais há dois processos com destaque especial: ancoragem e objetivação. Aqui também trata-se de processos por meio dos quais se constroem e desconstroem as representações sociais, são os processos que as fazem visíveis, observáveis, utilizáveis como ferramenta de tratamento.

No fragmento a seguir [Tabela 4.18] pode-se ler afirmações, frases que alguns atores comunitários pronunciam referindo-se a outros atores comunitários. Estas frases são os tijolos que constroem o edifício das representações sociais.

Tabela 4.18 – Elementos de ancoragem e objetivação [México 4.16]

Elementos de ancoragem e objetivação	
Temas/Grupos	Elementos de ancoragem
Adolescentes	“São violentos” “Fazem desordem na escola” “São insuportáveis” “Seus pais os estão abandonando, não sabem como lidar com eles” “Estão envolvidos com drogas devido à falta de Deus em seu coração” “Se deixam levar muito facilmente pelos amigos” “Não têm nenhum respeito pelos mais velhos”
Líderes de opinião	“Ideia de líder: uma pessoa de certa idade que trabalha na igreja”

Nos parágrafos que seguem se tratará de explicitar a lógica relacional destas afirmações e como podem ser utilizadas no tratamento comunitário.

Conceito

Há muitos conceitos de representações sociais: Moscovici, cientista social que propôs este campo de investigação, pensa-as como “entidades quase tangíveis” (Moscovici, 1961, p. 36), Jodelet as vê como “sistemas de interpretação” (Jodelet, 1989), Abric como um “marco de referência para ler a realidade” (Abric, 1989) etc. Neste trabalho prefere-se o enfoque a partir da posição de Doise:

As representações sociais são princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre grupos e constituem ao mesmo tempo um campo de intercâmbio simbólico e uma representação desse campo. (Doise, 1989)

A construção das representações sociais depende de processos diversos. Entre estes, dois têm um lugar particular (não são, no entanto, os únicos): os processos de ancoragem e de objetivação. É importante levar em consideração que estes dois processos: (a) são constituídos por microprocessos; (b) são *quase* simultâneos; (c) são complementares; e (d) alguns momentos desses processos são comuns.

Para entender como se constrói uma representação social recorde-se que estas podem ser expressas por meio de *opiniões*, de *atitudes* ou de *estereótipos*. Por *opiniões* entende-se uma afirmação que atribui um valor acerca de um objeto social, uma opinião tem como característica ser instável, plástica e específica. As opiniões não têm relacionamento direto com os comportamentos (difusão: criar um saber comum sem preocupar-se com sua notoriedade, adaptando-se às exigências do público. As informações estão fracamente organizadas). Por *atitude* entende-se uma orientação positiva ou negativa para determinado objeto social e esta se revela por meio de um comportamento global (propagação: tem como finalidade proporcionar elementos que levam as pessoas a assumir uma posição de interesse, também

crítico, por determinado tema). Um *estereótipo* é uma resposta estável sem ambiguidade que aceita ou rejeita um objeto social (propaganda: produzir uma tomada de posição negativa ou positiva com relação a determinado objeto social).

Ancoragem

Quando alguém se encontra diante de um fato ou acontecimento que desconhece, a primeira reação é procurar se existe algo parecido com o que lhe é conhecido, qualquer coisa parecida pode ser útil. Este é o processo de ancoragem: ancorar (estabelecer uma conexão, uma continuidade, um relacionamento) entre algo desconhecido com algo conhecido. *Como são os adolescentes? São violentos!* A violência é uma experiência que as pessoas que falam assim conhecem antes de conhecer os adolescentes.

Ancoragem é um processo por meio do qual se conecta ou estabelece uma relação entre algo desconhecido com algo conhecido. Se trata de uma primeira forma de aproximação e vinculação entre o desconhecido e o conhecido. [4.27]

A representação da violência (quer dizer, todas as atitudes e as ações consideradas violentas) é algo que cada pessoa recebe por meio do relacionamento com sua família, com o grupo de pares, a comunidade, a sociedade, a cultura. Isto significa que frente ao desconhecido todos têm um conjunto de representações sociais para podê-lo “ancorar” ao conhecido.

Resumindo: “ancorar” é um microprocesso que tem dois momentos. O primeiro chama-se *seleção* e consiste em buscar alguns elementos da situação desconhecida que sejam conhecidos. Exemplo: o fenômeno do *crack* em suas fases iniciais era um fato desconhecido. Em seguida, por meio da observação identificam-se alguns elementos: uma pessoa morta por *overdose* de *crack*, uma pessoa drogada e deitada na rua, uma denúncia da polícia sobre um ato de violência de um consumidor de *crack*, a história de desespero de uma mãe com problemas familiares provocados pelo filho consumidor de *crack* etc. Morte, abandono, violência, problemas familiares

Construção de conhecimento. Construção da ação

são algumas das características da vida de um consumidor de *crack*, obviamente nem todas correspondem a essa ideia. Estas características são também categorias por meio das quais se organiza o pensamento sobre a realidade. O segundo momento da “ancoragem” é *classificar* essas características no conjunto das características do consumidor de *crack*. O produto deste processo é que o *crack* ou o consumo de *crack* resultam em *morte, abandono/pobreza, violência*.

De todas as características dos adolescentes, aquilo que está implícito nesta frase “os adolescentes são violentos” parte da consideração da violência, porque isso é conhecido. A consequência deste processo é que todos os outros aspectos do adolescente desaparecem ou desaparece aquilo que não é congruente com esta percepção de base (os elementos de ancoragem de uma representação social têm a tendência de ser congruentes entre si). [ver Tabela 4.18].

Tabela 4.19 Elementos de ancoragem e objetivação [Brasil 4.22]

Elementos de ancoragem acerca dos jovens produzidos pelos jovens	
<i>Jovens</i>	“Os jovens são explosivos” “Intolerantes” “Não respeitam seus pais” “Vivem sem fazer nada” “Não têm oportunidades de trabalho” “Estão envolvidos com o tráfico de drogas” “Sem possibilidades de trabalho se vinculam com as drogas”

O processo da ancoragem implica uma redução da complexidade e da riqueza do “outro”. Mas, no entanto, a ancoragem dá em troca algo muito importante: “segurança” conceitual. Ao fazer esta operação, a pessoa pensa: “eu entendo!”. Na realidade não é assim mas, no entanto, a partir desse momento a pessoa modifica sua atitude para o outro em função do que ela pensa. Conclusão transitória: modificar os sistemas de ancoragem significa modificar a atitude. O estigma, por exemplo, é a

consequência de uma atitude, por decorrência, modificar os processos de ancoragem significa modificar atitudes e entre estas também os preconceitos que causam o estigma e a marginalização.

Categorização

Um processo relacionado com a ancoragem é que esta define um campo de relações. Quando o ator social afirma que “os jovens estão envolvidos com o tráfico de drogas” indica um campo de relações. Neste caso não somente as relações com os traficantes, mas também todas as relações que os traficantes têm com os outros atores da comunidade (líderes formais e não-formais, forças policiais, comerciantes, familiares dos traficantes, não consumidores de drogas etc.). Para esses jovens, pertencer a uma categoria significa que lhes atribuem todas as características dessa categoria, correspondam ou não aos fatos. A consequência é que uma pessoa é tratada pela categoria à qual pertence e não pelo que ela realmente é.

Os princípios-guias do “Desafio” que se reproduzem mais abaixo são um bom exemplo de um complexo sistema de ancoragem. Neste caso, a ancoragem se faz utilizando um conjunto de valores (atitudes, condutas etc.).

- 1- Fortalecimento das habilidades e competências.
- 2- Estimulo e motivação.
- 3- Cooperação e articulação em redes.
- 4- Persistência e confiança.
- 5- Respeito das diversidades.
- 6- Valor pessoal e capacidade de empreender.

[Brasil 4.23]

O elemento mais complicado deste assunto é que no processo de ancoragem uma mesma pessoa pode ser ancorada em diferentes categorias, dependendo, às vezes, do tipo de atores que fazem esta classificação. Por exemplo, um traficante pode ser um “viciado que tem de se converter” (para um sacerdote); um criminoso que tem de ser punido (para um policial); uma pessoa que, com seu trabalho, contribui na economia familiar e comunitária (para um familiar); um modelo de ação (para uma criança da rua); um marido exemplar (para os vizinhos) e cada ator terá com essa mesma pessoa tipos de relações compatíveis com a representação que

tem dela. Este fato é, seguramente, uma enorme vantagem para a ação social porque incrementa as probabilidades que, entre os atores sociais, exista alguém que tem uma “imagem positiva” desse ator, positiva neste caso significa concretamente que essa imagem possa ser uma base para iniciar um relacionamento que não seja de exclusão e de rejeição.

Objetivação

A objetivação transforma aquilo que é conceitual em algo físico, algo longe em algo perto, algo que é inacessível em algo acessível. Objetivar significa descobrir ou evidenciar o aspecto icônico, figurativo, reproduzir um conceito em uma imagem.

Este processo está composto de três microprocessos: (a) uma *construção seletiva*, por meio da qual os conceitos são destacados do contexto ao qual pertencem e introduzidos em um universo próprio e conhecido (ver ancoragem); (b) um microprocesso de *esquematização e estruturação*, que conduz à construção de um núcleo figurativo que reproduz de maneira visível uma estrutura conceitual; (c) um processo de naturalização, por meio do qual os elementos figurativos tornam-se observáveis e concretos.

Uma ação social realizada no Brasil incluiu entre seus materiais sistematizados uma carta de princípios. Antes de descrever os princípios, vejamos o fragmento a seguir.

A carta dos princípios é a bússola que orienta as ações dos “*usineiros*” e à qual têm de referir-se para orientar a ação individual ou coletiva, para compartilhar com outros, para melhorá-la ou para iluminar seus caminhos [Brasil 4.24].

Temos visto que *ancorar* era *extrair* um elemento de uma realidade nova e *inserir-lo* em uma realidade conhecida, desta maneira toda a nova realidade fica incluída em uma realidade conhecida.

Em comparação com isto, a objetivação é *tomar* um elemento de uma realidade conhecida (icônico, figurativo, uma imagem) e *inserir-lo* na realidade nova.

Veja-se no exemplo da “Usina”, como isto acontece. Quando os autores dizem que “a carta dos princípios é a bússola que orienta etc.” estão fazendo uma ação de “objetivação”, na realidade uma dupla ação de objetivação: falam de “*carta*” (e podemos imaginar uma grande folha de papel fixada na parede dos edifícios públicos!); falam também de “*bússola*”, outra maneira de colocar algo que pertence a um fenômeno conhecido em um fenômeno novo que se quer apresentar.

A objetivação se realiza seguindo alguns passos: o *primeiro* consiste em descobrir o aspecto icônico de uma ideia, de um fato, que por ser novo ou pouco conhecido é difícil explicitar utilizando somente conceitos. No exemplo se havia falado exclusivamente de “princípios da ação dos usineiros”, o conceito não havia sido suficientemente claro: são os elementos de objetivação “*carta*” e “*bússola*” que os fazem imediatamente visíveis e tangíveis (transformam-se em objetos que se pode ver ou tocar). O aspecto não evidente neste processo é que “escolhendo uma determinada imagem” excluem-se muitas outras e frequentemente o propósito da objetivação é efetivamente excluir os aspectos que atrapalham ou são muito dissonantes com a representação que se tem ou se quer produzir. Pensar, por exemplo, que um traficante é um cidadão e por consequência participa da vida social e tem que ser tratado respeitando seus direitos é um pouco dissonante, em seguida escolhe-se unicamente a imagem do “*traficante*” que tem sua força no fato que é visível e coerente (não necessariamente com a realidade, mas com a representação que se tem dela). O trabalho de terapia das representações sociais (ou terapia de rede) significa também buscar o que foi removido, negado, eliminado, de maneira

Objetivação é um processo por meio do qual toma-se um elemento de uma realidade conhecida e se coloca em uma realidade desconhecida. Trata-se de uma espécie de colonização do desconhecido. [4.28]

que possa ser reintroduzido na representação e por este meio produzir uma mudança.

Etiquetamento

A ancoragem implica também outro aspecto: na experiência não conhecida tem de se colocar uma etiqueta (etiquetagem), de maneira que exista uma forma resumida, instantânea para poder designar essa experiência como nova. No caso dos adolescentes, a palavra “violentos” é uma etiqueta eficaz. Por que é eficaz? Porque classifica claramente (quer dizer, põe dentro de uma categoria) em termos positivo ou negativo (amigo ou inimigo, ameaça ou recurso), e em termos de significado: incluir ou excluir, aceitar ou defender-se etc.

Por meio desta frase, aparentemente simples, que é parte da linguagem cotidiana (exatamente por isso!), os adolescentes começam a ser parte do mundo da “violência” assim como as pessoas, os atores sociais a têm construído ao longo de sua experiência de vida e de suas relações. Entende-se, em seguida, porque é tão difícil modificar estas representações, tirar essas etiquetas.

Um terceiro aspecto da ancoragem, por absurdo que isto possa parecer, é que é um processo que tem como finalidade reduzir o temor, o medo, o estupor produzido por um objeto ou um fenômeno, importante para o ator social, mas, no entanto desconhecido. (Palmonari, 1995, p. 45)

O medo é controlado ou reduzido incluindo o desconhecido em uma categoria familiar. O que acontece, neste ponto? Acontece que a pessoa ou o grupo social “pensa” que este novo fenômeno pode ser dominado, controlado, governado aplicando para ele os mesmos critérios, atitudes, respostas ou soluções que se usam

para todos os objetos da mesma categoria (Jodelet, 1984, p. 371). Se os adolescentes são violentos, então os tratamos como todos os violentos!

Naturalização

O segundo passo da objetivação foi chamado por Moscovici como *naturalização* (Moscovici, 1961, p. 315). Dito em modo simples, *naturalizar* um conceito significa “faze-lo óbvio”. Óbvio significa que não necessita outra explicação. Quando os autores do desafio dizem que os princípios são uma “bússola”, não necessitam acrescentar que a bússola orienta porque “é óbvio que a bússola orienta, para isso se chama bússola”, para transmitir o conceito de “orientação” de “caminho a seguir”, de ponto de referência etc. Por esta razão os autores utilizaram este elemento de ancoragem e de objetivação (isto não significa que tenham decomposto este processo de construção do conceito como acabamos de fazê-lo).

Dito de outra maneira, mais conceitual neste caso, a naturalização tem como finalidade transformar os conceitos (o conceito de “princípio”, no exemplo da Usina) em categorias sociais seguras e capazes de criar ordem entre os acontecimentos concretos (aqui são as atitudes e as condutas que os *usineiros* devem ter).

Outro autor (Hewstone, M.) identifica dois processos na objetivação: a personificação e a figuração. Personifica-se quando se condensa um fenômeno complexo em uma pessoa que se transforma em seu representante: o renascimento, com Leonardo da Vinci, o nazismo, com Hitler, o futebol, com Pelé, a luta pelos direitos civis, com Nelson Mandela etc. O processo de *figuração* é quando se utiliza uma metáfora ou uma imagem para representar um fenômeno complexo: a experiência da droga, como a *entrada em um túnel*, a política, como *negócio de corrupção*, os processos de imigração, como *contaminação* da cultura local.

Dificuldades e boas práticas

Utilizando o exemplo dos princípios dos *usineiros* é possível entender, também, qual é a função das representações. Pode-se, de fato, dizer que “A carta de Princípios dos Usineiros” é uma representação social dos Usineiros. Ela está constituída por elementos de ancoragem e de objetivação e é modificando esses elementos que se pode modificar a representação social.

Este exemplo ilustra bem como, utilizando elementos de ancoragem e objetivação, pode-se alcançar diferentes resultados:

(i) criar um espaço de mediação entre interesses e posições diferentes, como indica o primeiro princípio da carta dos usineiros.

1-Fortalecimento das habilidades e das competências. Quando nascemos cada um de nós leva consigo um conjunto de características individuais que nos fazem uns diferentes dos outros. Algumas destas características são herdadas de nossos antepassados, outras serão adquiridas por meio da convivência com outras pessoas ou em outros contextos durante nosso desenvolvimento. É muito importante dar valor a estas características e colocá-las à disposição dos demais, é assim que estas mesmas se valorizam e reforçam. Algumas habilidades muito importantes que serão desenvolvidas neste caminho são: respeitar as identidades e as diferenças, utilizar a linguagem em maneira expressiva e correta, colocar em relacionamento pensamentos, ideias e conceitos, desenvolver o pensamento crítico e flexível, avaliar e transmitir informações, desenvolver a criatividade e saber conviver com seu grupo; e outras que vocês poderão encontrar. [Brasil 4.25].

Neste caso, a representação não é somente social no sentido de ser um produto coletivo, mas é social porque produz socialização, produz sociedade (é socializante);

(ii) Estabelecer e manter certo equilíbrio. No exemplo [Brasil 4.25], considera-se que todas as características individuais têm de ser respeitadas e valorizadas, isto é verdade. Mas, no entanto, quando estas características individuais são conflituosas entre si, como se aplica o respeito?

5- Respeito às diversidades. Muitas pessoas trabalham juntas, há sonhos que compartilhamos e outros que não, conflitos que surgiram, interesses diferentes, tudo isto é parte da convivência e do trabalho em equipe. Mas, no entanto, se temos o olhar no futuro, nada disto pode desanimar o grupo.

A diversidade é rica por si mesma, e quando é compreendida leva o grupo a um ganho sem igual. Tem-se que discutir, tem que manifestar os pontos de vista diferentes. As opiniões bem argumentadas, a escuta ativa e aberta, permitem que o grupo seja além de tudo isto, unido e respeitoso. É importante aprender com as diferentes experiências e opiniões, manter o enfoque nos objetivos e nas relações, promover um contexto multicultural e incentivar ativamente a contribuição de cada indivíduo dentro do grupo [Brasil 4.26].

A representação social dá uma resposta pelo menos transitória ao problema da falta de congruência ou aberto conflito entre posições individuais: uma renúncia às suas características individuais, tem como compensação ser incluído ou poder participar desse “sistema figurativo” que é ser um *usineiro* (dando algo se recebe algo em troca, graças à vinculação com outros);

(iii) Exercer um controle sobre a realidade externa, por real ou fictício que este controle possa ser:

Os grupos produzem representações para utilizá-las como filtros com relação as informações que chegam do mundo externo, com a finalidade de controlar a lealdade de cada um dos membros do grupo com relação às suas finalidades e características. (Palmonari, 1995, p. 55)

(iv) Criar um universo no qual cada um possa se sentir como em sua casa. Este universo tem que ser flexível, tem que se adaptar às características das pessoas e do contexto no qual elas vivem; dito em maneira simples, trata-se de um universo consensual, um mundo no qual é mais importante estar de acordo que em desacordo, e o desacordo é uma ferramenta para criar consenso. E' preciso sempre chegar a um acordo.

As representações sociais têm como finalidade produzir um mundo familiar idealizado, operam por consequência subtraindo da realidade todos aqueles elementos que não correspondem ao ideal do grupo ou da comunidade. [4.29]

Isto significa praticamente que os elementos da ancoragem e da objetivação e as representações sociais têm a finalidade de “produzir um mundo familiar” idealizado (quer dizer, sempre focado nos elementos positivos, agregativos, de segurança). O primeiro “princípio” do desafio (ver [Brasil 4.27]) faz uma referência ao modelo familiar:

Quando nascemos cada um de nós leva consigo um conjunto de características individuais que nos fazem uns diferentes dos outros. Algumas destas características são herdadas de nossos antepassados, outras serão adquiridas por meio da convivência com outras pessoas ou em outros contextos durante nosso desenvolvimento. É muito importante dar valor a estas características e colocá-las à disposição dos demais, é assim que estas mesmas se valorizam e reforçam. Algumas habilidades muito importantes que serão desenvolvidas neste caminho são: respeitar as identidades.... [Brasil 4.27]

Para concluir este capítulo, uma *recomendação*. Quando a equipe quiser avaliar os resultados do tratamento comunitário ou seu impacto, os elementos de ancoragem e objetivação serão o objeto que se utilizará. A hipótese é que se existem modificações nos elementos de ancoragem e objetivação, então há mudanças nas representações sociais, e conseqüentemente ocorreram mudanças nas atitudes, nas condutas e nos significados. Por esta razão, reunir os elementos de ancoragem e objetivação é uma atividade que tem importância também para a avaliação do tratamento comunitário.

8. Mitos, rituais e costumes

Os mitos são relatos ou histórias que tratam, entre outras coisas, de dar resposta às perguntas que não têm resposta. Por exemplo: o que é a morte? O que acontece depois da morte? De onde viemos? Estávamos em algum lugar antes de nascer? Os temas da vida e da morte, do nascer e do morrer são os temas centrais de todos os mitos e dos ritos que os celebram. A exclusão grave, a adição das drogas, são formas de viver a vida e a morte. Ser excluído é morrer para a sociedade, consumir drogas pode ser entendido como querer viver até suas extremas consequências, que podem ser a morte: querer viver até a morte. São mitos também as pessoas, ou podem sê-lo, em particular aquelas que “têm poder”. Ter poder (sobretudo poder de vida ou de morte) é o elemento de ancoragem que transforma as pessoas em mitos. Também a diversidade é fonte de mito: em algumas culturas os “deuses” são personificações de diversidades que foram desta maneira familiarizadas ou, como diria Moscovici, naturalizadas.

Todos os mitos têm também rituais, quer dizer práticas que os celebram. Os atores que celebram estes ritos participam do poder que o mito perpetua. Participar nos rituais significa ter poder, ter uma identidade, ter um lugar, mesmo que seja o lugar do excluído.

Dias antes os jovens da rua começam a reunir velas, frutas, pão, flores, papel picado”. Na noite de 31 de outubro uma operadora e alguns jovens da rua colocam a oferenda no altar maior da paróquia. No 1º de novembro, Toño (estudante de antropologia) e um de seus amigos, dedicam-se a tirar fotografias das oferendas e realizam gravações de vídeo.

Vários jovens de rua querem dirigir o trabalho da oferenda, há discussões e brigas. Estende-se o convite a outras organizações para colocar oferendas de

Construção de conhecimento. Construção da ação

mortos dentro do templo da virgem. Há grupos que lhe dão um tom religioso e outro mais social.

O altar dos meninos de rua se constrói com objetos relacionados com o grupo: sapatos, roupa, cigarros, garrafas, além disso colocaram no centro do altar uma casinha feita de plástico, compraram caveirinhas e as disfarçaram de crianças de rua, fizeram arranjos de flores de cor negra, colocaram igualmente as tampas de alumínio onde cozinham sua droga e as garrafinhas de inalante [México 4.17].

Existem mitos e rituais familiares (privados) e públicos ou comunitários. A celebração dos mitos comunitários é um acontecimento especial porque fundamenta o sistema de poder nessa comunidade e, se necessário, o poder mudar. Os rituais, de fato, propõem um cenário onde algumas coisas permanecem constantes e outras podem mudar: “O altar de crianças de rua se constrói com objetos relacionados com o grupo; sapatos, roupa, cigarros, garrafas.” A celebração dos mitos é uma das principais oportunidades de persistência e mudança.

No fragmento [México 4.17], as crianças da rua incluem droga e os instrumentos que utilizam para drogar-se, estes são elementos que o rito pode mudar. Pelo contrário, os elementos que não podem mudar são a estrutura do altar, a presença das velas, dos símbolos religiosos e das caveiras. É por meio desse processo/ritual que as crianças e a comunidade constroem um lugar de encontro, de participação. Neste lugar as crianças da rua desejam ser só da rua: são crianças das ruas da comunidade (é por isto que este ritual produz um espaço simbólico).

Conceito

Todas as comunidades têm seus mitos, contos que dizem como as comunidades nasceram, que celebram a seus fundadores e seus personagens mais significativos, mitos que dizem de quem é um certo território (uma esquina entre duas ruas por exemplo, ou um lote baldio etc.). Neste sentido, os mitos são um grande fator de estabilidade, continuidade e persistência, às vezes são o acervo do qual as representações sociais sacam suas imagens e seus valores, seus elementos de ancoragem e objetivação.

Há também outros mitos entre os quais se evidencia a figura de Paulino, o Preto, um bandido muito perigoso que, na ausência do crime organizado, converteu-se em um líder do local. Inventaram uma espécie de currículo dele no qual além de atribuir-lhe muitos assassinatos, atribuem-lhe também o papel de haver se convertido em uma espécie de mediador nos conflitos comunitários. (Brasil 4.28)

Os habitantes desta comunidade são uns guerreiros, um em particular, que utilizava seu poder de aterrorizar para mediar pessoas em conflito no bairro, uma espécie de Dom Corleone da comunidade, um assassino terrível e também simpático, implacável e bom mediador (talvez por isto). Este é um mito (em realidade são dois) que celebra o poder, a força, o poder da força e sua ameaça.

Mitos e ritos especiais. Nas comunidades existem mitos e ritos que têm significado muito especial. Especial porque se trata de mitos e rituais de passagem. As religiões celebram estes mitos constantemente, algumas entre elas os institucionalizam atribuindo-lhe o valor de “sacramento.” Estes rituais constituem o andaime da vida religiosa e, às vezes, também da vida social (batismos, bodas, enterros). Existem também rituais religiosos de outro tipo (religiosidade civil): por exemplo, aqueles que determinam as fases de passagem nas escolas (provas), ou de admissão em grupos, organizações, associações, instituições etc. Os rituais de passagem são ao mesmo tempo acontecimentos pessoais e privados, e também

Construção de conhecimento. Construção da ação

coletivos e públicos que produzem transformações e mudanças: uma pessoa que vive um ritual de passagem não é a mesma depois de vivenciar essa experiência. Antes do batismo, por exemplo, uma pessoa não pertence à comunidade dos batizados, depois sim, adquirindo outro *status* e pertencendo a outro sistema de redes. O mesmo se diz no caso de um candidato ao exame de doutorado. Os rituais de passagem são todos rituais de inclusão e exclusão.

Entre os rituais civis mais importantes encontram-se, por exemplo, as eleições políticas ou administrativas, a posse de um novo eleito, ou de um novo diretor de uma instituição, ou a entrega de um prêmio (o prêmio Nobel, por exemplo), ou a celebração de um campeonato desportivo etc.

Por esta razão, se uma pessoa quer entender como em uma comunidade são produzidas as mudanças e como se formam as representações sociais, conhecer estes rituais é fundamental. Saber, por exemplo, quais são os rituais por meio dos quais uma pessoa é aceita entre os traficantes de drogas, os vendedores a varejo, ou por meio dos quais uma pessoa é excluída ou expulsa da escola ou da família, é ter ferramentas concretas para poder prevenir exclusão e promover inclusão.

Objetivos e processos

Por que trabalhar em seguida com mitos, rituais e formas consuetudinárias? Porque ali se encontram as respostas que atores comunitários deram a algumas de suas perguntas e necessidades fundamentais, porque assim eles trataram de dar sentido a acontecimentos que, na aparência, não tinham sentido (construção de representações sociais), porque ali encontraram uma certa ordem quando tinham confusão, porque ali encontraram o sentido de certas ações e acontecimentos da vida cotidiana que, em aparência, não tinham nenhum, porque cada mito tem seus personagens, e na maioria dos casos os personagens dos mitos da vida cotidiana são também líderes de opinião, e em seguida, os mitos refletem também uma certa organização da sociedade, também a que permite favorecer ou promover a inclusão

e a exclusão, o uso de drogas e outras formas de sofrimento social, porém também sua contenção. Por isto, os mitos são importantes e, também, os ritos que os celebram.

Outras razões? Porque cada uma das formas de exclusão têm seus mitos e rituais: o mito do vendedor de drogas “humano” ou “implacável”, com todos os rituais bem estereotipados que se tem que seguir para comprar droga com um e com outro, e os rituais para prepará-la, reparti-la entre amigos, consumi-la juntos ou sozinho: rituais! Às vezes o mito fundador destes rituais se perdeu, mas no entanto o tema de fundo é somente um: a segurança, a segurança fundamental, que não aconteça nada de mal, que o vendedor não te espanque, que a substância seja boa, que ninguém te roube no caminho etc.

Como se trabalha com os mitos e os rituais? Em outro trabalho (Milanese, Merlo, & Laffay, 2001, p. 99) indicam-se alguns passos: recolher os mitos de viva voz dos habitantes, distinguindo entre atores. A seguir, de cada mito ver se existem rituais (quase sempre existem, de outra maneira o mito morre). Uma vez que se tem a descrição dos rituais, ver cinco aspectos:

1. Quais são os papéis no rito;
2. Elementos do rito (objetos, símbolos etc.) que é permitido mudar;
3. Diferenças que há entre o sentido explícito do rito e seu sentido no imediatamente observável;
4. Visão do mundo que justifica esse rito (ou mito!);
5. Quais são os atores do rito que participaram dele e podem, ao final, ter uma identidade diferente com relação à que tinham ao início (processos de mudança).

Construção de conhecimento. Construção da ação

Parece complicado mas, no entanto, não é, é simplesmente assim que funciona a vida cotidiana.

No mês de abril o líder local nos procurou para que o ajudássemos a realizar a refeição de Páscoa. Decidimos aceitar com a condição que a comunidade pudesse participar na organização da comida e nas outras fases deste processo. Fizemos uma reunião com os habitantes e durante essa reunião se organizaram três equipes: uma para a cozinha, outra para lavar e para a limpeza da zona, e uma para que todos participassem com uma ajuda financeira para os jogos para as crianças.

Recordou-se que no Natal alguns adultos compraram cerveja e em seguida se pediu que para as crianças no lugar de álcool comprassem outro tipo de bebida. Nisto o líder do tráfico de drogas se ofereceu a comprar a bebida para todos. Neste ponto recordamos que um acordo era que todos tinham que participar com suas contribuições, não se desejava que alguém se sentisse como o dono da festa mas, sim, que todos se sentissem responsáveis disso. A resposta foi muito positiva, o resultado foi que deram valor ao espaço reservado para os crianças, tiraram toda a sujeira acumulada no espaço reservado ao palanque, limparam as paredes, pintaram e puseram tapetes no chão onde depois colocaram os jogos.

Durante a refeição três famílias nos procuraram, pedindo-nos ajuda para que alguns de seus familiares iniciassem um processo de tratamento do consumo de drogas. [Brasil 4.29]

A refeição da Páscoa é um ritual que faz parte da liturgia. É um excelente ponto de observação. O mito que se encontra na base deste é a vitória sobre a morte por parte de Jesus, é a celebração do poder maior, mais poderoso de todos, o poder de vencer a morte.

Nesta comunidade esta celebração segue um ritual. É neste ritual que a equipe e a rede operativa vão introduzir algumas mudanças. Equipe e rede operativa querem, em particular, mudar os papéis nos ritos. O primeiro papel é quem provê as coisas que se necessitam: o traficante de drogas se propõe, mas no entanto a equipe propõe que todos participem. É uma operação que parece simples mas, no entanto, é revolucionária porque esse ritual não confirmará o poder de uma só pessoa mas, sim, o poder de todos aqueles que participam, o poder da participação. Neste caso, este é um elemento que foi possível mudar, esta possibilidade surgiu do acordo entre equipe, rede operativa e líder comunitário. Por meio dessa ação se alcançaram objetivos táticos e estratégicos: celebrou-se a festa, todos participaram, modificou-se o sistema de liderança nessa comunidade, produziu-se e se fortaleceu a rede operativa.

Com este processo de análise podem-se observar, também, os elementos explícitos e implícitos neste ritual. O explícito é que a celebração se realiza, o implícito é que se reafirma (ou não se reafirma) uma certa ordem social. Neste caso, essa ordem social teve uma mudança significativa. Lição aprendida: introduzindo uma mudança nas formas do ritual (os atores) modifica-se o sentido implícito, que é também o sentido estrutural e profundo.

Vivido desta maneira, este rito religioso/civil permite o aparecimento de outros atores: os que limpam, os que pedem ajuda etc. Neste sentido permite transformações, permite que pessoas que entraram na celebração do rito com uma determinada identidade, por meio de sua participação saem da celebração com outro papel: os que coordenaram a limpeza, os que se colocaram no lugar dos que pedem ajuda. Por meio do rito estas pessoas adquiriram novos atributos e, como se aprendeu por meio da análise de redes sociais, os atributos são relações, novas relações que modificam as redes dessa comunidade.

Veja-se, agora, o seguinte mito, recolhido em outra comunidade brasileira:

Construção de conhecimento. Construção da ação

A ideia é que todas as soluções para todos os problemas da comunidade estão em aceitar Jesus como salvador. [Brasil 4.30]

O mito é claro. O que faz falta aqui é a descrição dos rituais que o celebram e que o transformam em prática social, por exemplo: a confissão, a assistência nas sessões de oração, os rituais de arrependimento e reparação pelos pecados cometidos. Ver, por exemplo, o seguinte:

Jurei por três meses, porém quando sinto a necessidade de voltar a tomar consigo superar cantando, rezando e indo aos grupos de AA. [México 4.18]

Neste breve fragmento vê-se mais o aspecto ritual (a atitude, o comportamento) mas, no entanto, o mito é o mesmo que se mencionou mais acima: o juramento é uma prática religiosa na qual a pessoa jura frente a Deus (ou a Virgem) deixar de consumir drogas ou álcool. O juramento tem um ritual que deve seguir em maneira bastante precisa: breve abstinência de consumo de substâncias, jejum, ser acompanhado por alguém, pronunciar algumas preces, fazer o juramento, deixar um símbolo no altar ou na igreja na qual se fez o juramento (pode-se acender uma ou mais velas). O ritual busca sempre uma “transformação” (é um sistema implícito e às vezes explícito de “tratamento”) que na linguagem religiosa se chama "conversão".

Um último exemplo.

Fui falar com o chefe da comunidade terapêutica. Fez-me um montão de perguntas e me disse que se eu queria ingressar na comunidade teria que voltar a falar com ele umas duas vezes e uma delas com meus familiares, e depois teria que ver a equipe. Disse-me que tinha também que começar a deixar a droga e os amigos. Eu lhe perguntei se era verdade que quando ingressava na comunidade me davam um uniforme e que me cortavam o cabelo e me tiravam

os brincos. Disse-me que sim e que a princípio me davam trabalhos humildes como limpar banheiros e lavar roupas para que eu iniciasse a ser útil e me desse conta de quem eu era realmente. [Colômbia 4.2]

Outro ritual: colóquios, perguntas, participação dos familiares, rituais de ingresso, rituais de mudança. Qual é o mito fundador destes rituais? A salvação, entendida aqui como deixar as drogas, transformar suas vidas.

Boas práticas, aprendizagens, dificuldades

Quando uma equipe inicia o trabalho em uma comunidade, principalmente na área do social, tem a tendência (implícita) de substituir um mito por outro: o mito daquilo que dá “verdadeiramente” resultados, e o mito da competência e do saber, contra o mito das práticas baseadas em preconceitos e ignorância etc. Com este tipo de mitos baseados na eficiência e a eficácia se propõe, também, as práticas (os rituais), os encontros, as entrevistas de uma hora, primeiro individual e depois em grupo etc. Toma forma todo o alicerce das práticas que sustentam o poder dos “profissionais”. Esta abordagem dá respostas (às vezes) mas não produz mudanças que permitam a comunidade incrementar sua autonomia (não necessariamente ser independente, sendo que às vezes isto não somente é impossível como também contraproducente). São necessárias, por um lado, as respostas, e também mudanças mais profundas. A resposta tem a ver com a necessidade de dar “solução” às necessidades e demandas concretas, as mudanças têm que ver com aquilo que tem que ser transformado para reduzir necessidades e necessidades de respostas. Esta mudança mais profunda tem a ver e se reflete nos mitos e os ritos das comunidades: os religiosos e os civis. Neste processo, uma das questões mais difíceis a ser superada é ir além da “crença” que os mitos e ritos da comunidade não são importantes.

9. Conflitos de base na comunidade

A vida social está cheia de conflitos, estes são um dos motores das relações sociais, uma fonte inesgotável de energias e de transformações, mas também de destruições. Na apresentação do tema de redes sociais se fez menção a este aspecto, considerado fundamental pelos pesquisadores da escola de Manchester, que foram os inventores da abordagem de redes.

Um grupo, de oito crianças entre 8 e 10 anos brigava no átrio da paróquia, as pessoas que usualmente se encontram no jardim só observaram e lhes gritavam coisas para animá-los a continuarem brigando. [México 4.19]

A briga entre crianças pode ser considerada até normal no panorama da vida cotidiana de uma comunidade marginalizada. Aquilo que parece não ser é a atitude dos adultos, a menos que isto não tenha outras explicações.

Apresentamo-nos ao Sr. H. que era o líder dessa comunidade (os invasores do prédio) contando-lhe o que fazíamos e quem éramos. Foi assim que tivemos a oportunidade de escutar um pouco de sua história e de sua trajetória na luta pela dignidade. Contou-nos que estão ocupando esse edifício há mais ou menos três anos. Antes que eles chegassem esse edifício era um ponto importante de venda de drogas e havia batida da polícia quase todas as semanas. Sabendo dessa situação, ele propôs ao traficante uma espécie de aliança: os habitantes sem teto poderiam ocupar o lugar dando assim aos traficantes uma cobertura com menos riscos, em realidade esperavam não ter tantas batidas dos policiais, sendo que famílias inteiras habitavam o edifício. Por outro lado, as famílias também tiveram seu ganho garantindo que nenhum de seus pertences seria

Conflitos de base na comunidade

roubado, desta maneira se manteria a ordem. Feito o acordo, 22 famílias vieram habitar no edifício [Brasil 4.31].

Outro tipo de conflito com uma boa capacidade de encontrar um interesse comum e em seguida uma resposta eficaz pelo menos em curto prazo.

A participação de AC (um profissional) e SC (um operador par) nas reuniões semanais de equipe se transformou em verdadeiro problema. Os dois têm ideias absolutas e não aceitam mediações [Brasil 4.32].

Panorama frequente nas reuniões das equipes, especialmente quando estas são compostas por perfis profissionais de formação diferente e com interesses diferentes.

Cada um destes exemplos apresenta uma situação de conflito e também uma maneira para enfrentá-lo e dar-lhe opção. Uma opção não é necessariamente uma solução; o fim da solução tem a ver com algo definitivo, enquanto que uma opção pode ser entendida simplesmente como um limite que conduz a outra opção.

Conceito

Diz-se que um conflito é um processo em que dois atores se encontram em oposição recíproca ou são incompatíveis. Dito de outra maneira, um conflito é um processo de construção de incompatibilidades e de oposições recíprocas.

O exemplo do senhor H. [Brasil 4.31] é, neste caso, um bom exemplo. Este ator conta como nasceu o conflito: dois atores necessitavam do mesmo território que até o momento “pertencia só a um dos dois”. Há duas *posições* opostas. Se os dois permanecem em sua *posição* o conflito pode transformar-se em confronto violento.

Se os traficantes dizem: este terreno é meu e não o cedo a ninguém, e os invasores são persistentes em haver um resultado uma solução há que *de posição* (isto é primeiro etc.) a um É esta transição que resposta. Diálogo caso significa desfocar presença do outro interesses, e focar em pode incrementá-los.

A negociação. É um mecanismo para a solução de um conflito, que se dá quando as partes buscam por si mesmas chegar a um acordo, tratando que ambas obtenham algum benefício. Na negociação, as partes estão dispostas a conceder algo com a segurança que para ambos o resultado será satisfatório. (Fonte: Masal, Apoder & Prodes [Peru], 2007) [4.30]

querer assentar-se ali, violento. Para encontrar se passar de uma *guerra* meu, eu é que cheguei *diálogo sobre interesses*. permite encontrar uma sobre interesses neste o olhar de como a pode afetar meus como essa presença

Nas comunidades marginalizadas de alta vulnerabilidade há uma espécie de dilema: por um lado os conflitos e as situações de vulnerabilidade fazem pensar que essas comunidades seguem existindo por milagre, na realidade às vezes não se entende como possam seguir existindo, mas no entanto, seguem existindo! A dedução que se pode fazer é que isto significa que também nessas comunidades se tem organizado mediações entre interesses e posições, aceitando que alguns membros da comunidade paguem um preço, neste caso são mais excluídos e vulneráveis entre os excluídos e vulneráveis.

O exemplo da comunidade brasileira na qual houve um acordo entre invasores do terreno e traficantes de drogas se fez sobre a base de um dar e receber, foi uma concertação. Os traficantes deram acesso ao terreno, os invasores contribuíram para incrementar a segurança dos traficantes, para aumentar seu mercado de drogas (contribuindo com vendedores ambulantes e consumidores). Neste caso adotou-se uma lógica de ganhar-ganhar desigual.

A conciliação. É um acordo, pacto ou convênio que realizam diversos atores envolvidos em algum assunto sobre o qual não se encontravam em acordo por terem interesses diferentes. (Fonte: Masal, Apoder & Prodes [Peru], 2007) [4.31]

Lógicas dos conflitos e de suas respostas

Um grupo de oito crianças entre 8 e 10 anos brigou no átrio da paróquia. As pessoas que usualmente se encontram no jardim somente observavam e gritavam coisas para animá-los mais para que continuassem brigando [As crianças brigavam porque alguém havia roubado mercadoria que duas crianças haviam roubado em nome de um comerciante do bairro. Foram acusados de roubo algumas crianças recém-chegadas no bairro]. [México 4.20]

Aqui se tem um grupo de crianças da rua que brigam em um lugar público. Os adultos os olham e não intervêm e sim os animam a seguir. Qual é a razão da briga? Qual é a participação dos adultos que os olham? Neste caso o conflito entre crianças é na realidade um conflito entre adultos atuado pelas crianças. Alguém roubou algumas coisas que duas crianças haviam roubado a pedido de um comerciante local. O que é mais difícil entender é a participação dos adultos.

Observando o grupo um percebe que a situação está acontecendo entre quatro crianças que pertencem ao bairro e outras recém-chegadas. As recém-chegadas foram acusados de roubo. Na realidade, o problema não é o roubo, sendo que o roubo é uma prática de subsistência aceita e comum, o conflito depende do fato que a mercadoria roubada pertencia a um comerciante da zona. Os adultos apoiavam as crianças de seu bairro (nesse caso eram crianças da rua mas haviam perdido esse caráter de exclusão por serem incluídos no bairro). Qual é a lógica que se segue para dar resposta ou saída a este conflito? *Ganhar-Perder*. Neste exemplo aparecem duas lógicas ou princípios, o primeiro é que não se rouba os comerciantes da zona. Esta é uma norma conhecida por todos, da mesma maneira que todos sabem que alguns comerciantes da zona encarregam as crianças da rua para que roubem mercadorias que eles necessitam vender.

O segundo princípio é que se a primeira regra é violada, esta violação é atribuída automaticamente a quem pertence menos a comunidade, neste caso são as

crianças recém-chegadas. Sintetizando ainda mais, há um só princípio: que os roubos são admitidos unicamente se são autorizados pelos adultos. Esta lógica é, ao mesmo tempo, aquela que explica o conflito e aquela que os atores comunitários utilizam para encontrar uma saída.

Entre posições e interesses, causas e fontes de conflito

Diz-se que um conflito é um processo que produz uma situação na qual dois ou mais atores têm posições diferentes com relação do mesmo objeto. Trata-se, em seguida, de entender quais são os tipos de objetos que são causa ou fonte de conflitos (FAO, 2007).

Conflitos por interesses: estes conflitos estão vinculados à proteção das fontes de satisfação de suas próprias necessidades, sejam estas materiais ou imateriais.

Conflito por informação: quando os conflitos são a consequência de informação insuficiente, errônea, contraditória.

Conflitos relacionais: estes se devem a diferenças entre as personalidades, entre emoções com relação aos mesmos fenômenos, mal entendidos, prejuízos, estereótipos etc.

Conflitos estruturais: estes conflitos aparecem quando há ideias ou posições divergentes relacionadas com processos, regras e poder de controle sobre recursos, sua produção e distribuição.

Conflitos de valor: trata-se aqui de conflitos engendrados por diferenças culturais, crenças pessoais e sociais ou diferentes visões do mundo e da sociedade.

Objetivos e processos

Por que os conflitos são importantes no tratamento comunitário? Por muitas razões, em particular as seguintes:

(i) os conflitos são processos que favorecem coesão social e a construção da comunidade, seu fortalecimento, a condição para existir, maneiras e processos de construção de resultados construtivos para a comunidade;

(ii) os conflitos criam espaços nos quais é possível criar mudanças, inovar, renovar, modificar;

(iii) os conflitos evidenciam as redes e seus interesses dando a todos a possibilidade de introduzir no discurso os interesses de todos;

(iv) os conflitos são um dos cenários principais da transformação das comunidades: ali nascem novos mitos e ritos e se transformam os antigos;

(v) a solução dos conflitos implica a participação ativa de todos os atores de uma comunidade, se isto não acontece, os conflitos se convertem em outros conflitos, se multiplicam ou se fragmentam em conflitos menores;

(vi) na solução dos conflitos as comunidades colocam muito de seu ser, de seu saber, de seu saber fazer, e esses saberes e ações podem ser recursos para o tratamento comunitário.

Por isso o estudo dos conflitos na comunidade é útil e necessário. Pode-se utilizar uma abordagem simples e eficaz de observação e “uso” do conflito como, por exemplo, o seguinte:

Construção de conhecimento. Construção da ação

Qual é a *situação*? “Um grupo de oito crianças entre 8 e 10 anos brigava no átrio da paróquia, as pessoas que usualmente se encontram no jardim somente observavam e lhes gritavam coisas para animá-los a que continuassem brigando”.

Quem intervém no conflito? Crianças da rua que pertencem à comunidade e crianças da rua recém-chegadas. Adultos do bairro.

Como atuam as partes em conflito? Aliança entre crianças da rua do bairro e adultos. Oposição violenta entre crianças da rua e dos bandos. Oposição entre adultos e crianças da rua recém-chegadas.

Qual é o conflito? Há conflitos manifestos e conflitos latentes, conflitos de fundo e conflitos imediatos. O conflito manifesto é o roubo da mercadoria (a sua vez roubada por encomenda/comissão) de um comerciante local. Os conflitos de fundo são entre os habitantes do bairro e os recém-chegados (este é um conflito histórico, ver o mito fundador dessa comunidade local, ver em Breve História da comunidade, neste mesmo capítulo). Outro conflito de fundo é entre os interesses dos comerciantes da zona (que vendem mercadorias roubadas) e os interesses das crianças. Os adultos apoiando as crianças de seu bairro em sua briga o fazem pelo conflito de fundo entre membros e não membros dessa comunidade, e ao mesmo tempo intervêm no conflito entre os interesses das crianças e dos comerciantes (apoiando a estes últimos).

O que fazem para solucionar o conflito? Os adultos incitam as crianças da rua pertencentes a seu bairro para que golpeiem com mais força as crianças da rua recém-chegadas. O único resultado possível é que uns ganhem e os outros percam.

O que sugerem para a solução deste conflito? Deter imediatamente a briga separando os dois bandos. Falar com líderes dos comerciantes e dos adultos dos bairros.

Mas, no entanto, o resultado que os atores comunitários implicados neste exemplo estão promovendo pode ser: a humilhação por perder a briga, o castigo físico por meio da briga, ou a expulsão à força das crianças recém-chegadas.

Lógicas de resolução dos conflitos

Perder/perder

No conflito de crianças de rua a lógica das crianças recém-chegadas ao bairro é perder/perder. Por quê? Primeiro, porque não podem ganhar, a menos que seu ganho seja que não ganhem os outros. A lógica do perder/perder se baseia na ideia de que já é um bom resultado que o outro não ganhe.

Em uma cidade, o governo se apropriou de um edifício que traficantes de drogas utilizavam para seus negócios ilegais. O governo destinou esse edifício para o uso de algumas ONGs. Dois dias antes da entrega do edifício, em um ato público, o edifício foi destruído por um incêndio. [Colômbia 4.3]

Perder/ganhar

Esta situação se dá quando um atua ignorando o conflito, esperando que se resolva por si só. Neste sentido, se tem duas posições de base: a posição evasiva e a posição obsequiosa.

A *posição evasiva* aceita perder e que o outro ganhe. Para isso acontecer tem que negar que exista um conflito, ou fazer como se o conflito nem existisse. No fundo, o ator do conflito que assume uma posição evasiva espera que o conflito se resolva por si só ou que outros atores intervenham. Esta posição tem como consequência atrasar a solução ou retardar respostas ao conflito.

Entre as motivações que explicam esta posição encontram-se as seguintes: o ator social pensa que esse não é seu conflito (no sentido que não tem interesse nisso) ou tem resistências, ou medo de enfrentar e perceber a tensão gerada por enfrentar o conflito com outras pessoas.

O *obsequioso* (ceder-perder) tem uma representação idealizada da vida social. Ele nunca entra diretamente em conflito, embora participe em situações conflituosas. Sua posição baseia-se na crença que os desacordos fazem que as pessoas se distanciem umas das outras, pensa que discutir as causas de diferenças seria destrutivo. A consequência é que o acomodado deseja que a outra parte tome a decisão sem fazer problemas, assumindo uma posição submissa e complacente. Isto acontece quando o ator social considera que os interesses em conflito são mais importantes para os outros que para si mesmo, por consequência, a posição que assume, espera ele, vá lhe dar ganhos com ambos os atores em conflito. Seu ganho no conflito é ser considerado “bom”, “amável”, ter prestígio por sua posição “pacificadora” (em verdade, nega a existência de conflitos). O obsequioso investe nas relações futuras com as pessoas em conflito esperando ganhar, independentemente de quem a ganhe.

Ganhar/Perder

A posição de ganhar/perder é aquela na qual cada uma das partes em conflito aceita só uma solução: ganhar um e o outro perder. Diz-se que este é o caráter do *lutador*. O lutador tem as ideias muito claras: trabalha para impor seus direitos e seu ponto de vista, cuida muito de sua imagem, se enfoca exclusivamente em seus objetivos. Seu assunto de base é que existe uma só saída dos conflitos: que ele ganhe e que o outro perca; para isso briga e está disposto a sacrificar outras pessoas quando se negam a cumprir suas indicações ou a aceitar seu enfoque. Se este ator é um líder comunitário e sua posição representa bem a posição e os interesses da comunidade, então este tipo de atitude frente à solução do conflito pode ser útil, quando se necessitam decisões rápidas e o bem-estar da comunidade está em sério risco.

Ganhar/Ganhar

Ganhar/ganhar é o ideal de todo gestor de conflitos, nem sempre fácil, mas frequentemente muito útil e necessário. Neste caso desenham-se dois perfis de negociador/mediador, ator social das respostas aos conflitos: o perseverante e o colaborador. Ambos buscam o mesmo: que os atores em conflito ganhem!

Perseverante: é o negociador por excelência, tem uma visão realista das situações, baseada no fato de que nunca será possível satisfazer a todos. Busca uma posição que permita ambas as partes ganharem, por isto trata de focar-se nos interesses delas e buscar convergências que possam existir. É a pessoa que se compromete com a solução do conflito e não com *sua* solução do conflito.

Para poder fazer isto o *perseverante* busca criar um ambiente de negociação (um contexto em que ambas as partes em conflito estão de acordo para renunciar a algo de seus interesses). Por isto atua de boa-fé com a outra parte e busca um resultado sem colocar a outra parte “contra a parede”: isto significa ter uma atitude de respeito, justa, equilibrada e sem violência. O perseverante investe muita energia em clarificar os processos de comunicação, refletindo sobre as contradições próprias e da outra parte. Ele entende que nas contradições encontra-se o espaço de negociação.

Colaborador. O colaborador parte de outra perspectiva (que nem sempre está presente no perseverante). O colaborador enxerga nos conflitos verdadeiras oportunidades: se são bem manejadas, podem ajudar a reforçar as relações entre as partes. Sendo que se trata, para ele e para todos, de uma oportunidade, utiliza o conflito para tirar o melhor proveito possível para si e para o outro. Muito de seu trabalho consiste em clarificar as diferenças, explorar os interesses, buscar alternativas, criar cenários imprevistos, contribuir com informações que os atores em conflito não têm. Então, busca informações para si e as compartilha. O colaborador é o mais eficaz, com uma condição: que as partes tenham a intenção de negociar. Se não é assim, melhor que trabalhe o perseverante, porque seu objetivo mínimo é criar um espaço de negociação onde não há.

Bibliografia do Capítulo 4

- Abric, J.-C. (1989). L'étude expérimentales des représentations sociales. In D. Jodelet, *Les représentations sociales* (p. 223 ss). Paris: PUF.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La Ecología del Desarrollo Humano*. Buenos Aires: Paidós.
- Carvalho, E., André Neto, A., & Andrade, G. (2006). *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV.
- Chispino, A. (2007). Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15(54), 11-28.
- Doise, W. (1989). Actitudes et représentations sociales. In D. Jodelet, *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Méthaphysique et de Morale*, 6, mai 1898, 273-300.
- FAO. (2007). *Conflict Management*. Acessado em <http://www.fao.org/docrep/w7504e/w7504e07.htm>.
- Hewstone, M. (1983a). Attribution theory and common sense explanations: An introductory overview. In M. Hewstone, *Attribution theory: Social and functional extensions* (pp. 1-26). Oxford: Basil Blackwell.
- Hewstone, M. (1983b). The role of language in attribution processes. In J. Jaspars, F. Fincham, & M. Hewstone, *Attribution theory and research. Conceptual development and social dimensions* (pp. 241-259). London: Academic Press.

Bibliografia do Capítulo 4

- Jodelet, D. (1984). Réprésentations Sociales: Phénomènes, concepts et théories. In S. Moscovici, *Psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Mcintyre, S. E. (2007). Como as pessoas gerem os conflitos nas organizações: estratégias individuais negociais. *Análise Psicológica*, 25(2), 295-305.
- Milanese, E., Merlo, R., & Laffay, B. (2001). *Prevención y cura de la farmacodependencia. Una propuesta comunitaria*. México: Plaza y Valdés.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Huemul.
- Moscovici, S. (1981). *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata.
- Moscovici, S. (1982). The Coming Era of Representations. In J. Codol, J. P. Leyens, (Coord), *Cognitive Analysis of Social Behaviour*. The Hague: Nijhoff.
- Nisbett, R. (1980). The Trait Construct in Lay and Professional Psychology. In L. Festinger, *Retrospection in Social Psychology*. New York: Oxford University Press.
- Novara, D. (2011). *La grammatica dei conflitti. L'arte maieutica di trasformare la contrarietà in risorse*. Torino: Sonda.
- Palmonari, A. (1995). *Processi simbolici e dinamiche sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Quiroga, M. (2006). *Métodos alternativos de solución de conflictos: perspectiva multidisciplinar*. Madrid: Dykinson.
- Ross, L. (1977). The Intuitive Psychologist and His Shortcomings: Distortion in the Attribution Process. In L. Berkowitz, *Advances in Experimental and Social Psychology* (v. 10). New York: Academic Press.

Construção de conhecimento. Construção da ação

Snyder, M., & Cantor, N. (1979). Testing Hypotesis about other People: The use of Historical Knowledge. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 15(4), 330-342.

Snyder, M., & Swann, W. (1978). Hypothesis Testing Process in Social Interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(9), 941-950.

Vendemiatti, M. (2010). Conflito na gestão hopspitalar: o papel da liderança. *Revista Ciência e Saúde Coletiva [on line]*, 15(Supl. 1), 1301-13014.

5

A comunidade e seus Dispositivos

Resumo

Este capítulo é composto por sete seções e sua bibliografia, e tem o propósito de apresentar os dispositivos típicos do tratamento comunitário. Estes estão divididos em três grandes grupos: os “naturais”, os produtos do tratamento comunitário e aqueles que são resultado do trabalho das instituições. Cada um dos dispositivos é descrito em termos de limiar e complexidade, considerando em particular o critério de acessibilidade. Uma ênfase particular foi dada à descrição dos territórios comunitários (ruas, esquinas, parques, terrenos abandonados, casas particulares, lugares de diversão e comércio etc.) que representam o recurso mais importante de todas as comunidades. Entre os dispositivos típicos do tratamento comunitário (além das redes descritas nos capítulos 2 e 3) encontram-se os centros de baixo limiar e baixa complexidade (*drop in centers*, centro de escuta móveis e fixos etc.). Uma das experiências ilustrou a tentativa de introduzir aspectos típicos do tratamento comunitário em uma instituição territorial de saúde mental. Entre os produtos das instituições foram descritas iniciativas realizadas em instituições educativas e prisões.

Palavras-chaves: acesso, prisões, centro de escuta, centros educativos, complexidade, *drop in*, redes, território, limiar.

Sumário do Capítulo 5

Seção	Capítulo 5	
	Resumo	516
	Introdução. Dispositivos e serviços	520
1	Dispositivos, limiares, complexidades	527
	Baixar o limiar incrementar o acesso	527
	Dispositivos: tipologias e limiares	533
2	Território comunitários	536
	Os atores das esquinas, ruas e parques	537
	Dispositivos: esquinas, ruas, parques...	541
	Bares, restaurantes, prostíbulos...	547
	Residências particulares abertas a população	552
3	Dispositivos comunitários organizados	554
	Dispositivos, limiares, complexidades	555
	Visibilizar limiares e complexidades	557
4	Centro de escuta: baixo limiar e baixa complexidade	567
	Descrição e evolução	567
	Experiências, evoluções e fragilidades	568
	Centro de baixo limiar (<i>drop in center</i>)	572
	Conceito	574
	Boas práticas e fragilidades	575
	Articulação entre o geral e o particular	575

A comunidade e seus Dispositivos

Seção	Capítulo 5 (cont.)	
	Política pública	576
	Uma massa crítica	576
	A participação de pares como educadores	576
	Formação e a capacitação específica e no processo	577
5	Centros de baixo limiar e media/alta complexidade	579
	Dispositivos de tratamento integrados em um marco comunitário	579
	Experiências e dificuldades: Caps-AD	581
	A porta de entrada. De baixo para cima	581
	O encontro com as políticas	584
	Transformações: o difícil caminho da mudança	586
	Proposta de encontro entre “acima” e “abaixo”	588
	Fortalecer o comunitário, dar sentido aos processos	597
	Segurança e continuidade: a comunidade como rede	598
	Uma equipe – uma rede operativa de alta complexidade e baixo limiar	600
	Proposta e ação	603
	Dificuldades e respostas	605
6	Alto limiar e média complexidade: comunidades educativas	608
	Um exemplo e alguns comentários	609
	Primeiro contato: dos pedidos às demandas	609
	Construir redes	610
	Construir conhecimentos por meio de relações e vice versa	611

A comunidade e seus Dispositivos

Seção	Capítulo 5 (final)	
	Resultados e aberturas do dispositivo	613
	Desafios possibilidades e dificuldades	617
	Resultados também...	619
7	Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade	623
	Uma porta de entrada	623
	Dificuldades e lições aprendidas	628
8	Bibliografia do Capítulo 5	631

Introdução. Dispositivos e serviços

Uma comunidade, por meio de seus atores e de suas redes, organiza-se para produzir, com os recursos que possui, alguns dos serviços ou dispositivos dos quais necessita para satisfazer, teoricamente, suas necessidades. Na prática o que acontece é que os líderes de opinião determinam como utilizar os recursos disponíveis ou, mais radicalmente, quais recursos fazer disponíveis, quais serviços são possíveis e permitidos e quais não. Por consequência, algumas necessidades dos moradores da comunidade encontram respostas e outras não.

Durante o diagnóstico havíamos observado que o parque era o lugar perfeito para iniciar nosso trabalho, todos estavam interessados nisso, começando pelo padre que desejava que o parque em frente da igreja fosse limpo e que não se transformasse em um lugar de vida para as crianças de rua, a população de rua que vinha do mercado, as profissionais do sexo que trabalhavam nas lanchonetes próximas, teatro de consumo de drogas, das brigas e da violência de todos contra todos. [México 5.1]

Esta era a situação na comunidade e na rede de líderes de opinião quando a equipe discutiu com eles as possibilidades de ação. Mesmo assim, quase simultaneamente, no trabalho de identificação dos “temas geradores espontâneos e induzidos” (ver SET no Capítulo 4) um ator adulto pronuncia a seguinte frase:

Não permitam o estabelecimento de novas iniciativas de trabalho com a população de rua, já que existem muitas experiências de fracasso e estas experiências colocarão as novas pessoas em situações muito difíceis, as quais não se poderão atender. [México 5.2]

A comunidade e seus Dispositivos

Trataria-se de ver o que significa “fracasso” para este ator, mesmo assim pode-se pensar que as iniciativas implementadas no passado não nos darão os resultados esperados, ao contrário, produziram um aumento de pessoas vulneráveis no território e comunidade. Os efeitos contrários aos objetivos (ou às expectativas) têm um peso na representação do trabalho social e na aceitação ou recusa dos atores comunitários.

No princípio, quando começamos a trabalhar com o Tratamento Comunitário nos deparamos com uma situação difícil de administrar: os habitantes da comunidade não queriam que pessoas de fora entrassem em seu território. [Brasil 5.1]

O medo frente às pessoas que não pertencem à comunidade, frente a quem é diferente, é uma característica típica do “pensamento comunitário” (obviamente não exclusivamente das comunidades marginalizadas e vulneráveis). O pertencimento ao mesmo tempo reforça as características de quem está incluído e pertence, e de quem não pertence. Então, entende-se que a posição inicial de uma comunidade local é mais *imunitária* (orientada a defender-se daquilo que parece diferente), que *comunitária* (disponível a colocar “algo em comum”) (Esposito, 1998; Esposito, 2002), e com estas posições é importante começar a trabalhar.

Escolhido este projeto compôs-se uma equipe incluindo estagiários e o trabalho foi mais sistemático com a instalação de um dispositivo de baixo limiar de acesso, que funcionava uma vez por semana com diversas atividades de vinculação (...). A princípio eram os meninos e meninas que se aproximavam, depois muito timidamente começaram a chegar seus pais e aqueles jovens que são os que se reuniam nas escadas para beber e todos olhavam com desconfiança, eles apenas se limitavam a observar o que fazíamos, até que começaram a entrar nos “toldos” e a ajudar na instalação das mesas de pingue-pongue. [Chile 5.1]

Introdução. Dispositivos e serviços

Nesta experiência do Chile a equipe seguiu todo o processo de preparação para a entrada na comunidade, desde a preparação e a formação de uma equipe e o contato com líderes formais e não-formais. Apesar disto, alguns atores ficam inicialmente afastados do dispositivo de baixo limiar instalado com a concordância de todos. O mesmo cenário também acontece no Brasil, com algumas diferenças:

Havia uma jovem da comunidade, que hoje é coordenadora do Tratamento Comunitário, com quem estabelecemos contato e ela nos levou à sua comunidade. Nos informou que ali a situação da droga era muito crítica e que gostaria que se implementasse um trabalho comunitário. O que aconteceu a princípio foi que os sorrisos e cumprimentos eram dirigidos somente a ela. O resto da equipe, durante semanas, não conseguiu ter nenhuma relação direta com membros da comunidade. [Brasil 5.2]

Mesmo quando o processo de entrada na comunidade realiza-se em aliança com uma líder da comunidade (como em [Brasil 5.2]), modificar a atitude de suspeita e defensiva das pessoas leva tempo, exige que se implementem ações, que se esteja ali, visíveis, observáveis, observados.

Mais tarde, depois de muitas tentativas e sem desistir de implementar atividades, a equipe junto com as pessoas que os haviam levado até ali, conseguiram atrair algumas pessoas que observavam de longe aquilo que a equipe fazia na rua. Sucessivamente integraram-se os vizinhos; enquanto que os jovens, mesmo que não lhe agradasse a presença de estranhos, situaram-se próximos à equipe, também em função da música que havia nas atividades. A jovem que nos havia convidado ali, falava com todos. Foi assim que com o passar dos dias, a comunidade se acostumou a ver a equipe passar trabalhando e começaram a ajudar na implementação das atividades. [Brasil 5.3]

A comunidade e seus Dispositivos

A criação de um serviço, mesmo que isto aconteça por meio da implementação de um dispositivo que comumente se chama “trabalho de rua” (como no caso do [Chile 5.1] e [Brasil 5.3]) começa a *estabelecer-se* quando as pessoas da comunidade “participam ativamente”. Este é um dos sinais de aceitação e reconhecimento que este serviço é um espaço de todos e para todos. É neste momento que os atores comunitários começam a produzir capital social (Bourdieu, 1980) e dão vida a um processo de conhecimento mútuo em um novo contexto relacional. Como visto antes, isto não acontece espontaneamente, as ações de vinculação no âmbito do tratamento comunitário são uma maneira para conseguir este objetivo.

No fragmento seguinte (México 5.3) encontra-se um cenário similar ao precedente. O ator que narra o acontecimento refere-se ao que aconteceu quando se implementou o primeiro serviço na comunidade.

Implantamos uma tenda [dispositivo baixo limiar] para começar a trabalhar, limpamos o parque e nos instalamos. Faz quase uma semana e ninguém colocou o pé na tenda. Se mantêm afastados, sentados nas escadas da igreja ou nos cantos do parque. [México 5.3]

Em uma comunidade não existem espaços relacionais vazios, isto não significa que não seja possível criar outros. Porém é essencial reconhecer os que já existem. Isto ajuda a evitar processos de exclusão e fragmentação social. [5.1].

Mesmo esta iniciativa ter sido uma reflexão e uma decisão tomada com a rede de líderes da comunidade, isso não foi suficiente porque outros líderes que comandavam esse cenário, que era a resposta a algumas de suas necessidades: era para eles um “lugar de serviços”: venda de drogas, primeiro contato com novas profissionais do sexo, venda de material roubado etc. A situação se desbloqueou quando a equipe fez o contato com estes líderes e juntos fizeram uma reflexão com relação ao impacto desta iniciativa sobre os interesses de uns e de outros.

Introdução. Dispositivos e serviços

A primeira observação até aqui está ligada ao método de trabalho. Os líderes que bloqueavam o acesso à tenda (dispositivo de baixo limiar) não haviam sido incluídos nas fases iniciais de construção de redes de líderes de opinião. Os operadores da equipe sabiam quem eram, mesmo assim nesta época (2002) o trabalho direto com os líderes do comércio de drogas ou de objetos roubados não era ainda uma prática consolidada. Aquilo que se aprende desta experiência é que, em uma perspectiva de baixo para cima, todos os atores comunitários, e em particular os líderes de opinião, têm que ser parte das redes com as quais trabalha o tratamento comunitário. Não considerar este aspecto é não considerar como funciona de fato uma comunidade e expor os “parceiros” a situações de risco. Outra aprendizagem significativa foi que o trabalho de rede nunca termina e que as fases iniciais da construção da rede de líderes de opinião são fundamentais. Fechar o processo de inclusão de novos líderes de opinião na rede constitui de fato uma ação de exclusão, que pode, como neste caso, ter consequências negativas para o desenvolvimento das estratégias. Este tipo de exclusões pode ser implementado intencionalmente e às vezes é oportuno fazê-las, porém é importante considerar quais são os efeitos destas ações e como administrá-las.

O conceito aqui é que este lugar já estava totalmente ocupado por alguns atores que ofereciam um conjunto de serviços para os moradores de rua, vendedores de drogas, profissionais do sexo, consumidores de drogas, pequenos grupos de “*chineros*” (crianças que se organizam em grupos para assaltar as pessoas que transitam pela praça ou circundam pelas ruas), organizações não governamentais que algumas vezes por semana distribuíam comida etc.

Do ponto de vista “neutro” esta praça era um cenário de subsistência, fonte de recursos financeiros, de atividade econômica complexa, lugar de socialização e de controle social por meio da marginalização e da estigmatização; lugar também de conflito social às vezes manifesto e às vezes encoberto. Criar um novo dispositivo neste espaço significa “negociar” espaços, “negociar” território, negociar organização social.

A comunidade e seus Dispositivos

A primeira constatação, quase óbvia neste caso, é que em uma comunidade não existe espaço vazio, todo o espaço está ocupado e organizado com um ou mais propósitos (às vezes atores). É necessário seja modificado e faz criando novos simbólicos/relacionais) e existentes. A condição desses espaços possam alguém no interior da "disponibilize" um pouco e privado. Esse é do fato de pedir ajuda: quando um ator comunitário pede ajuda ele disponibiliza uma parte de seu espaço privado. A demanda de ajuda é uma das primeiras moléculas a partir das quais se forma o corpo do tratamento comunitário.

Por **serviço** se entende uma modalidade organizada de resposta à necessidades ou demandas dos atores comunitários em jogo. Os serviços (como modelo organizativo) definem e descrevem aquilo que se deve fazer, quer dizer, as tarefas de uma equipe ou de uma organização, de uma rede operativa ou de uma minoria ativa em uma comunidade. [5.2]

com conflitos entre que este conteúdo transformado e isto se espaços (materiais e renovando os mínima para que ser criados é que comunidade de seu espaço pessoal também o significado

A segunda constatação refere-se ao processo por meio do qual se criam estes espaços. É muito diferente implantar um dispositivo comunitário (um centro de atenção especializada, um pequeno ambulatório médico, um centro de atenção primária de saúde, um centro de baixo limiar, um *drop-in center* etc.) utilizando um processo de cima para baixo, do que produzir o mesmo dispositivo utilizando um processo de baixo para cima. Estes processos se parecem às vezes a dois mundos distintos, que acontecem em dois territórios paralelos que têm em comum somente o espaço físico da comunidade.

O que se entende por serviço (ou dispositivo)? Em uma visão de cima para baixo, um serviço é a tradução prática de uma política, uma *modalidade organizada de resposta* às necessidades ou demandas de todos os atores (pessoas, grupos, comunidades etc.) que foram considerados, pelos políticos com poder de decisão, como "beneficiários" ou "usuários" ou "grupo meta".

Introdução. Dispositivos e serviços

Em uma visão de baixo para cima, os serviços poderiam ser considerados como um direito que têm todos os cidadãos. Os serviços definem e descrevem as atividades de uma equipe ou de uma organização, de uma rede operativa ou de uma minoria ativa em uma comunidade. Se é assim, os dispositivos contribuem para definir a identidade de todas as pessoas, redes e organizações que são “parte” deste dispositivo, favorecem a emergência de demandas ou necessidades onde antes não existia consciência destas, ou estavam reprimidas. Por outro lado, é também compreensível que os perfis profissionais das pessoas que trabalham em um dispositivo contribuam a definir sua identidade, suas tarefas e sua modalidade organizativa.

Quando se diz “modalidade organizada” faz-se referência à criação de uma certa ordem, quer dizer certa formalização, que pode ser explícita (acordos escritos, regras, normas etc.) ou implícita, por exemplo fundamentada mais nos ritmos de vida e rituais comunitários (ver a este propósito: “mitos, ritos e formas consuetudinárias” no *SET*, Capítulo 4).

1. Dispositivos, limiares, complexidades

Baixar o limiar, incrementar o acesso

Entre os desafios do tratamento comunitário alguns deles constituem verdadeiros dilemas:

- Buscar o melhor equilíbrio possível entre a necessidade de reduzir os obstáculos para o acesso às respostas por parte das pessoas que as precisam (melhorar o acesso) e, ao mesmo tempo, a necessidade de aumentar a qualidade das respostas (melhorar a eficácia).
- Buscar desequilibrar os sistemas estáticos e rígidos que dificultam o acesso aos serviços de maneira que as mudanças sejam possíveis e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade dos mesmos.
- Necessidade de fortalecer as interdependências entre processos de cima para baixo (as políticas) e processos baixo para cima (a participação protagônica e os produtos das comunidades) evitando que uma tente substituir a outra, incrementando seu nível de complementariedade.
- Necessidade de combinar complexidade e formalização ligada aos processos de cima para baixo, com a complexidade dos processos não formais (de baixo para cima) etc.

A aproximação comunitária, historicamente, teve como suas finalidades “aproximar” os serviços (em geral a partir da ótica da saúde pública ou da assistência social) aos lugares de vida da população. Isto em uma perspectiva de cima para

baixo foi chamada perspectiva comunitária. Veja-se, por exemplo, esta posição da UNODC.

1. Disponibilidade e acessibilidade ao tratamento da dependência das substâncias psicoativas SPA. A dependência às SPA e seus problemas socio sanitários associados podem ser tratados efetivamente, na maioria dos casos, se as pessoas podem recorrer continuamente a serviços acessíveis de reabilitação e tratamento, de acordo com suas possibilidades econômicas e de maneira oportuna.

Componentes/ações: acessibilidade geográfica, distribuição e tecido social. Oportunidade e flexibilidade nos horários de atenção. Marco legal. Disponibilidade de serviços de baixo limiar. Facilidades de pagamento. Relevância cultural e amabilidade com o usuário. Resposta a múltiplas necessidades e diversificação de serviços. Resposta motivacional até o tratamento por parte do sistema de justiça criminal. Sensibilidade às diferenças de gênero nos serviços. (UNODC & WHO, 2008)

A primeira afirmação é um fato comprovado: se uma pessoa pode recorrer ao serviço que necessita com continuidade e em função de sua necessidade, muitos casos podem ser tratados sem recorrer aos serviços especializados. Para que esta afirmação ou recomendação se converta em um fato real é necessário que os serviços de atenção primária conjuguem baixo limiar (máxima facilidade de acesso) com alta complexidade (alto nível profissional nas respostas). Este é um dos dilemas.

O texto citado indica sucessivamente algumas características da acessibilidade: reduzir a distância geográfica (em quilômetros) entre os serviços e as pessoas que os necessitam; flexibilidade nos horários, um marco legal, respostas às múltiplas

Nos processos de cima para baixo acontece, com frequência, que quando se incrementa a complexidade dos serviços se reduz o nível de acesso, como se esses dois aspectos do serviço fossem correlacionados negativamente. [5.3]

A comunidade e seus Dispositivos

necessidades, diversificação dos serviços etc. Uma vez mais, sugere-se aqui um aumento da complexidade ligado à necessidade de dar respostas para múltiplas demandas e necessidades. Sabe-se, também, que com o aumento da complexidade se necessitará incrementar a especialização dos profissionais e das práticas e, por consequência, a formalização dos processos. Se não acontece desta maneira os sistemas complexos se transformam em caóticos.

Para entender a diferença entre uma perspectiva de cima para baixo com uma perspectiva de baixo para cima, veja-se o outro exemplo [Brasil 5.4].

O primeiro dia em que fomos na comunidade para uma visita e iniciar algumas atividades, nos encontramos com P. que se encontrava na rua fumando maconha com alguns amigos. Ele foi o primeiro morador desta comunidade que encontramos, ele nos ofereceu um espaço e tudo aquilo que necessitávamos para realizar as atividades na rua. [Brasil 5.4]

Aqui tem-se um conceito diferente de limiar; talvez ortodoxamente não se possa falar de serviço, mesmo que aqui se esteja dando um serviço à comunidade, este serviço tem como base um acordo de cooperação no qual um ator comunitário disponibiliza alguns recursos e a equipe outros, fora de um marco normativo, fora da necessidade de flexibilizar horários, seguramente com relevância cultural, com facilidade de pagamento, com relevância social (documento de UNODC-OMS) e sensibilidade. Neste caso é ao revés: é da sensibilidade e da amabilidade do “usuário” que se necessita.

Pode-se entender, também, que o fato de mencionar em um documento oficial “a amabilidade” com o usuário é, ao mesmo tempo, uma revolução cultural (a amabilidade com o usuário seria desta maneira introduzida entre as técnicas) e, simultaneamente, uma provocação: qual é razão pela qual é necessário mencioná-la?

O tratamento comunitário não adota uma perspectiva (de cima para baixo e de baixo para cima) em lugar de outra mas, sim, busca produzir encontros entre as duas, sendo que estas são *complementares*. A pergunta é, então, como construir este encontro com “serviços”? Veja-se, novamente, esta perspectiva de cima para baixo no seguinte texto:

Serviços de aproximação. Cabe definir os serviços de aproximação como serviços que se prestam além dos limites habituais da atividade de um organismo, para contatar ou captar a pessoa que tem problemas de uso de substâncias ou problemas de saúde relacionados, ou que correm o risco de tê-los.

O objetivo das atividades de aproximação pode ser chegar às pessoas “ocultas” ou difíceis de encontrar” e que não estão em contato com outros serviços. Contudo, também podem ser para captar pessoas que já estabeleceram contatos com serviços de assistência mas que necessitam de serviços acessíveis contra o abuso de substâncias.

O desenvolvimento dos serviços de aproximação deve basear-se em uma minuciosa avaliação das características, circunstâncias de vida e necessidades do grupo específico ao que se prestam. (...). A segurança física deve ser o fator primordial no planejamento, em particular quando se trata de contatar mulheres que se dedicam ao trabalho sexual ou moradoras de rua.

As atividades de aproximação podem ter como marco o domicílio das mulheres, a rua ou o mundo das drogas, os cafés e bares, os centros de acolhimento ou de atenção dos cidadãos, as delegacias de polícia, as residências, as entidades comunitárias, os lugares de culto, os hospitais, as prisões, os centros de serviço social ou de atenção à saúde ou qualquer âmbito natural no qual se reúnam as mulheres. (UNODC, 2005, p. 45)

A comunidade e seus Dispositivos

Esta perspectiva de cima para baixo (dirigida especificamente a mulheres) considera pessoas “ocultas ou difíceis de encontrar” as pessoas que para uma perspectiva de baixo para cima são bem visíveis e fáceis de encontrar (ver o fragmento da experiência brasileira acima [Brasil 5.4]). Desde uma perspectiva comunitária não é necessário aproximar-se porque os atores já estão ali, isto pode ser entendido também como a necessidade de passar de uma estratégia do “encontrar” a uma estratégia de estar ali. Encontrar já é um avanço com relação ao “esperar passivamente”.

Na visão do fragmento citado acima (UNODC) esta modalidade de “aproximação” é comunitária porque se implementa no espaço geográfico da comunidade (não necessariamente em seu território), porém, está dirigida a “grupos específicos”, em lugares físicos também específicos. Mesmo que não seja o propósito, esta abordagem implícita ou explicitamente contribui para etiquetar, estigmatizar (talvez seja o preço que as pessoas têm que pagar para ser ajudadas), sem que estes lugares sejam reconhecidos como manifestações da organização dessa comunidade e valorizados praticamente como tais.

Outra maneira de “aproximar-se” é incrementar a participação dos atores, como menciona o fragmento seguinte:

Melhorar a competência e os conhecimentos das pessoas que estão em situação de determinar que mulheres tem problemas de uso de drogas, remetê-las ao tratamento e facilitar o acesso ao mesmo. Essas pessoas podem ser dirigentes de comunidades, companheiros de uma comunidade, autoridades religiosas ou diretores espirituais, provedores de serviços de atenção primária de saúde e pessoal de âmbitos mais especializados como os serviços de saúde pré-natal e infantil, os serviços sociais e os serviços de saúde mental. (UNODC, 2005, p. 43)

Transferir competências às populações é uma das maneiras para tratar de diminuir o acesso aos serviços. Contudo, se isto não produz uma mudança na conformação das equipes de trabalho, o limiar de acesso segue permanecendo o mesmo. [5.4]

Observa-se neste fragmento o caminho feito pelo sistema de saúde para reconhecer a necessidade de “mover-se” até as pessoas que necessitam de ajuda. Nota-se, também, que esta aproximação significa, neste caso, transferir conhecimentos e competências a atores pertencentes às outras agências ou serviços (mundo do formal) e também a “companheiros de comunidade” (qualquer que possa ser o significado destes dois termos, supondo que se trate do mundo do informal).

Se, por um lado, a transferência de competências a atores comunitários por meio de processos de treinamento é um passo indispensável, é também imprescindível trabalhar para que essa transferência não implique também as transferências das características de acesso. Com isto, o que se quer dizer é que quando um serviço de atenção capacita os atores comunitários para a realização de uma certa tarefa, de fato modifica também seu *status* na comunidade. Esta modificação de *status* pode implicar um aumento da distância relacional entre esses atores e suas comunidades, quer dizer, um aumento no acesso sendo que em uma comunidade de convivência o acesso se mede pela “facilidade de relações”, não em horários, regulamentos, normas, consultas etc. Neste caso, a consequência desta estratégia pode ser que para produzir mais proximidade, para aproximar-se mais na realidade, se produz mais distância. A construção de redes subjetivas comunitárias e redes operativas pode ser uma premissa muito útil para evitar este tipo de consequência não esperada (ver capítulos 2 e 3).

Por outro lado, o fragmento que se está comentando indica que existe um corte, uma separação (não somente uma distinção) no processo entre quem acompanha e quem cura, como se o tratamento e seus atores estivessem em outro lugar, e os que “acompanham” fossem uma espécie de mão de obra (com frequência não retribuída, oculta sob a etiqueta de “voluntários”, ou mal pago) em um processo de cura no qual é negado seu protagonismo e o valor de suas ações.

Dispositivos: tipologias e limiares

Baixar ou levantar um limiar de acesso de um dispositivo ou de um serviço pode ser uma operação intencional, que tem como finalidade melhorar os resultados do trabalho em certos setores ou aspectos. Por consequência, se por um lado o tratamento comunitário procura implementar o limiar mais baixo possível para favorecer o acesso mais alto possível, este necessita fazer parte de um sistema de respostas no qual existam também aquelas que têm limiares diferentes.

Limiar Médio: neste limiar se estabelecem modelos de conduta em função da construção de projetos de vida (...). As normas são explícitas e estruturadas para uma melhor convivência, onde o modelo terapêutico consta de fases previamente estabelecidas com instrumentos de avaliação dos avanços. As equipes de intervenção são interdisciplinares e gerem planos de trabalho, que exigem a apresentação de relatórios, sistematização e avaliações periódicas. Para a sua funcionalidade contam com uma direção, assembleia e uma estrutura administrativa. Alguns dos serviços são residenciais e outros semirresidenciais”. [Costa Rica 5.1]

Esta organização costarriquense propõe o limiar (neste caso o limiar de média complexidade, segundo sua ótica) tomando em consideração, por um lado, a qualidade do resultado que se pretende obter e, sucessivamente, os instrumentos (relacionais e do dispositivo) os quais se pretende utilizar. Aqui fala-se explicitamente de um “modelo”, quer dizer, de uma forma preordenada (não por isso inflexível) de trabalho.

No fragmento que segue pode-se ter uma ideia mais clara do que é o conceito de “baixo limiar e suas consequências”. Neste caso trata-se de uma perspectiva institucional, na qual se implementam serviços ou respostas no espaço geográfico de uma comunidade, esta reflete o caminho percorrido pelas instituições e os êxitos alcançados.

Os serviços de baixo limiar têm como objetivo fomentar ao máximo o contato e o acesso, não exigindo aos pacientes que deixem de consumir substâncias, averiguando os lugares em que se reúnem os consumidores de drogas, oferecendo acolhida livre em lugar de recorrer a consultas prévias, não pedindo aos usuários que se identifiquem e oferecendo-lhes serviços básicos “de sobrevivência” e um horário apropriado. Estes serviços podem também ser prestados fora das sedes com furgões ou micro-ônibus e medidas de aproximação. (...). A bibliografia especializada indica que os serviços de baixo limiar trabalham com um grupo de pacientes sumamente vulnerável, que geralmente têm uma história longa de consumo de várias substâncias e múltiplos problemas de saúde e psicossociais (...). (UNODC, 2005, p. 46)

Este fragmento é de 2005, e já se passaram mais de dez anos. É possível, então, chamar o dispositivo descrito pela UNODC por aquilo que realmente é: um dispositivo de redução de danos. Estes dispositivos nasceram, em particular, sob pressão dos profissionais e das experiências exitosas das “práticas” de redução de danos. Um dos resultados desta abordagem foi a transformação das equipes: a inserção de redutores de danos e dos educadores de comunidade.

Por outro lado, nesta visão os pacientes seguem sendo pacientes e não aliados ou parceiros, e aquilo que conta é aquilo que a “equipe consegue produzir”, sua criatividade, os meios que pode usar no campo (furgões etc.) não são os meios e os processos que já estavam no campo (ver fragmento da experiência brasileira, acima). O ponto aqui é que não se trata de desenvolver o que já existe na comunidade, trata-se considerar o fato que ali não existe nada e que uma equipe já sabe o que tem que fazer. A redução de danos produziu resultados inesperados, mesmo assim segue sendo uma política de saúde estabelecida de cima para baixo, que não modifica as condições nas quais os danos são gerados.

A comunidade e seus Dispositivos

O exercício do tratamento comunitário, ao contrário disto, consiste então em imaginar como identificar os serviços ou dispositivos comunitários a partir de um critério de acesso estabelecido, visto a partir de uma ótica de baixo para cima. A pergunta pode ser então: quais são os lugares organizados de uma comunidade que tem os limiares de acesso mais baixos? Nesta pergunta encontram-se dois aspectos. O primeiro é que se supõe que nas comunidades existam lugares organizados para dar resposta às necessidades de inclusão e integração social, lugares reais e simbólicos que favorecem a capacidade de resiliência, que permitem que a comunidade não seja vítima de forças centrípetas ou centrífugas. O segundo é que estes lugares (materiais, simbólicos ou virtuais) tem um nível de acesso que os serviços ou dispositivos de cima para baixo não podem alcançar.

A seguir indicam-se alguns destes “lugares” de serviços ou respostas, reconhecimento que, na realidade, os territórios comunitários têm mais “serviços” do que alguém pode pensar, como, por exemplo:

- * O território comunitário (esquinas, parques, ruas, terrenos usados para esporte etc.);
- * Bares, restaurantes, lugares de comida na rua, discotecas, lugares de diversão, prostíbulos;
- * Casas privadas abertas à população em certas ocasiões;
- * Centros de baixo limiar e baixa complexidade;
- * Centro de baixo limiar e média complexidade;
- * Centro de baixo limiar e alta complexidade.

2. Territórios comunitários

Territórios comunitários podem ser considerados todos aqueles recursos “naturais” que existam na comunidade. Por natural, neste caso, entende-se um recurso que é parte da arquitetura urbanística da comunidade sem que se tenha construído especificamente e intencionalmente no marco de um processo de ação social ou de integração social.



Gráfico 5.1 Dispositivos “naturais” em uma comunidade local

Entre os dispositivos “naturais” encontram-se os parques, as ruas, as esquinas, os lotes e edifícios abandonados, os bares, os restaurantes, os lugares de comida na rua, as lojas, supermercados, os prostíbulo, as residências particulares etc. (esta lista não é exaustiva).

Os atores das esquinas, ruas e parques

No fragmento que segue tem-se elementos do diário de campo de um educador de rua em uma comunidade muito vulnerável (mais vulnerada que vulnerável) na fronteira do norte de México, em 2010.

Os jovens começaram a reunir-se nas esquinas à tarde. Paulatinamente muda o cenário: as esquinas, que durante a manhã eram lugares de passagem para todos, se transformam em lugares quase privados. Não é que a gente não possa passar, passa. Passam por ali todos moradores do bairro, com exceção de alguns. Os jovens ficam ali até tarde da noite, depois vão para suas casas. Ali comem e passam seu tempo, às vezes vão ao campo para jogar futebol. Fumam maconha, o cheiro se alastra por todo o bairro. Às vezes pedem dinheiro, seguramente roubam por aqui e por ali, aqui também. Os conhecemos bem a todos, conhecemos os seus pais, irmãos, tios, avós, nossos filhos são companheiros deles na escola, ou já o foram. [México 5.4]

Estes são “serviços” que a comunidade produziu sozinha, têm a função de socialização e de regulação da vida da comunidade (às vezes também de proteção e segurança), às vezes de conflito, exclusão e violência. A pergunta é: qual pode ser a forma por meio da qual estes dispositivos podem ser incluídos no processo de tratamento comunitário? Trata-se de uma aproximação que busca mudar a representação social destes “dispositivos” e das pessoas que os organizam e mantêm, tratando, na melhor das opções, de não considerá-los simplesmente como potenciais beneficiários (grupos “meta”) ou, na pior, de etiquetá-los como (f)atores de risco e de fragmentação social.

Para poder dar resposta a esta pergunta, é necessário levar em conta também outras posições, entre estas aquelas que se chamaram de cima para baixo.

Colaboração de usuários dos serviços e da comunidade. Se reconhece cada vez mais que os usuários dos serviços formam parte da comunidade e que o processo de desenvolvimento dos serviços deve depender e ser adaptado à grande diversidade de interesses que existem no seio desta. Os usuários cumprem uma função importante, contribuem para desenhar um enfoque que garante a responsabilidade e prestação de contas dos responsáveis pelos serviços. A participação dos usuários na elaboração da estratégia serve para promover:

- A mudança de comportamento individual;
- Uma correspondência maior entre os serviços de atenção à saúde e as necessidades do usuário;
- Uma maior utilização dos serviços de atenção à saúde;
- Intervenções orientadas à comunidade;
- O apoio da opinião pública e uma política da saúde propícia.

(UNODC, 2003, p. II.11)

O fato que as instituições reconheçam “pouco a pouco” que os usuários dos serviços “são parte da comunidade” pode indicar quanto profundamente as instituições de saúde pública foram cúmplices com e reforçaram os processos de exclusão e marginalização. Por esta razão, este “reconhecimento” é um fato histórico porque indica uma mudança de perspectiva e pelo menos a possibilidade de respeitar o princípio de complementariedade entre processos de cima para baixo e processos de baixo para cima. Considerar, também, os interesses destes atores comunitários (os usuários) é seguramente uma consequência deste reconhecimento. O aspecto ainda não reconhecido é que a participação dos “usuários” pode também modificar seus *status* favorecendo que estes também sejam atores dos serviços. A descrição deste passo encontra-se, na aparência no fragmento seguinte, no qual o propósito de fundo é “fortalecer os serviços”.

Programas de aproximação sob responsabilidade de pessoas com condições iguais. O trabalho de aproximação que está sob a responsabilidade de pessoas com condições iguais pode ser um modo eficaz de estabelecer contato com mulheres que não procuram serviços profissionais, que vivem em sociedades

com tabus culturais enraizados contra o uso de substâncias por parte das mulheres, ou que se encontram em circunstâncias de maior marginalização, como as mulheres que se injetam drogas ou as que se dedicam ao trabalho sexual. A bibliografia sobre o tema indica que, em certos grupos, as pessoas de igual condição possivelmente sejam consideradas mais dignas de crédito, e que às mulheres dependentes de drogas lhes pode resultar mais fácil confiar em pessoas que se encontram em iguais condição de vida, e abordar com elas questões pessoais. As pessoas de igual condição dedicadas a ação de aproximação podem proporcionar às dependentes de drogas informações sobre como reduzir os comportamentos de risco, ensinar com o exemplo e colocar as pessoas usuárias de droga em contato com os serviços de tratamento e outros serviços sociais e de atenção de saúde” (UNODC, 2005, p. 46).

Aqui, também, a perspectiva que se apresenta pode ser definida como “relação de uso ou de utilização” que não implica nenhuma mudança, nenhuma transformação nem nas relações, nem no *status*, nem no interior da pessoa “de igual condição”. As “pessoas de igual condição” seguem sendo “instrumentos de aproximação” muito preciosos e indispensáveis (isto não se diz no texto, que utiliza três vezes o verbo “pode” no sentido que “pode ser que as pessoas de igual condição sejam um recurso”). Reconhecer que as pessoas de igual condição “podem” ser úteis é um passo enorme que fazem as instituições, um passo que aproxima as instituições às pessoas e às comunidades. Ter-se atrevido a reconhecer que estas “pessoas de igual condição” exercem um papel social da mesma dignidade de um psicólogo, de um médico, de um educador de rua, teria sido talvez mais apropriado e respeitoso, na realidade. Contudo, talvez seja graças a esta posição de tímida abertura que foi possível reconhecer aquilo que as organizações não governamentais foram desenvolvendo há mais de uma década.

Educador Par. Estabelece e mantém o contato com os pares de seu grupo meta, distribui informações sobre sexo seguro, uso seguro de drogas, HIV-DTSs etc.

Territórios comunitários

Ajuda aos outros membros da equipe no reconhecimento da comunidade local dos membros do grupo meta, participa nas ações comunitárias auxiliando aos educadores sociais no trabalho com os grupos em situação de risco que existem na comunidade. Os agentes pares podem ser membros permanentes das equipes com a condição que tenham interesse em aceitar e viver processo de melhoramento de suas condições de vida. Os agentes pares, depois de um processo de formação e de capacitação podem ser excelentes agentes de rede e gestores de casos. Os agentes pares necessitam de um acompanhamento permanente, de maneira que suas tarefas não se convertam em uma fonte de *stress* ou seja utilizada em maneira não apropriada. [Brasil 5.5]

Aquele que de uma perspectiva de cima para baixo chama-se de “usuário”, ou que permanece oculto na descrição “pessoa de igual condição” como se esta condição fosse um útil estigma, uma condição de marginalização não de tudo negativa, em uma visão de baixo para cima se chama “educador par”. Não se trata aqui de um fato de palavras e etiquetas e, sim, de substância, que no trabalho com a comunidade significa: qualidade nas relações. De fato, este “usuário” é um ator do tratamento: contata, informa, é membro permanente da equipe, tem um salário, um contrato de trabalho e com formação adequada pode ser agente de rede e gestor de casos, sem perder sua inefável qualidade de ser “par”.

Em que sentido esta é uma resposta à pergunta relacionada com a possibilidade de fazer das esquinas das ruas, territórios comunitários para o tratamento comunitário? Uma, só uma entre muitas respostas possíveis pode ser: promovendo processos para que os atores desses territórios comunitários sejam atores do tratamento comunitário e por meio destes também usuários de seus serviços. Este é um dos resultados possíveis da rede operativa, da rede de recursos comunitários e da minoria ativa.

A comunidade e seus Dispositivos

Qual é o desafio neste campo? Um dos desafios é criar *status*, criar liderança sem incrementar o nível de burocracia, aceitando contudo que um certo nível de burocracia é necessário, mesmo que aumente o limiar (barreira) de acesso fazendo-o mais difícil. Outro dilema com o qual se deve lidar!

Dispositivos: esquinas, ruas, parques...

Nesta época os consumidores de drogas haviam ocupado o teto da igreja e o padre nos chamou para ver se era possível fazer algo. Para ele era imprescindível que os jovens descessem dali. Passamos quase um ano em tratar de entender como tinha sido produzida esta situação, reunindo e dialogando com os líderes de opinião, com os líderes dos jovens e as autoridades. Ao final decidiu-se estabelecer *um drop in* móvel no parque existente em frente da igreja, uma tenda. Nos perguntaram o que tinha a ver uma coisa com a outra. [México 5.5]

Não se tinha pensado que o teto de uma igreja pudesse ser um lugar comunitário, em realidade o padre não estava em nada de acordo com esta possibilidade. Contudo, este foi o primeiro passo de um processo muito lento que consistia em criar outros espaços, outras modalidades de organizar esse território. O teto da igreja era uma resposta produzida por atores comunitários em ausência de outras respostas.

A ideia era que esta tenda se montava de manhã e se desmontava a tarde ou na noite, dependendo do programa. Havia que escolher o lugar onde colocá-la porque o parque estava cheio de gente e cada um tinha seu lugar. E manter tudo isso limpo e acolhedor. Tivemos sorte que não houberam conflitos e que os habitantes do parque nos ajudaram. Não foi simples, a princípio nos olhavam fazer isso, limpar sobretudo, divertidos e perplexos. Isto mudou. Também os

Territórios comunitários

expectadores que nos olhavam do teto da igreja pouco a pouco desceram dali. A tenda era mais cômoda. [México 5.6]

Em uma comunidade não há espaços vazios e a criação de um novo dispositivo tem que ser negociada. Uma forma concreta de negociação é a participação: participação em pensar o dispositivo, em organizá-lo, em implementá-lo etc.

A tenda na praça foi uma ideia simples e genial, mesmo com a necessidade de negociar com as pessoas. O fato que na praça em frente à igreja se reuniam por horas habitantes de rua, consumidores de drogas era uma novidade. Aqui estas pessoas estavam meio escondidas nas ruas estreitas atrás da igreja e saiam dali somente ao anoitecer. [Costa Rica 5.2]

O ano de 2010 foi caracterizado por intensas ações comunitárias. Iniciamos no mês de janeiro de 2010 uma aliança com a Secretaria da Juventude para implementar ações nos “Territórios Jovens” do bairro. Por meio desta aliança, a equipe das organizações promove uma atividade chamada “Madrugada Ativa” com ações culturais, de lazer e esporte. Estas se realizam nas sextas a noite, das 22:00 às 03:00 da manhã. Nelas foram realizados encontros e atividades com os jovens e adolescentes: rodas de conversa sobre diversos assuntos (sexo, drogas etc.), atividades de recreação e artesanato, preparação de camisetas e baile. O objetivo de todas as ações era reforçar a redução de danos. [Brasil 5.6]

Nestes fragmentos, além das conexões com políticas do Estado, evidenciam-se diferentes aspectos ligados à criação e ao uso dos territórios comunitários. O primeiro e o mais evidente é ocupar o tempo da comunidade: das 22:00 às 03:00; o segundo é ocupar o território da comunidade, mais claramente: trata-se de ocupar o território da comunidade e não de focar-se exclusivamente nos grupos de risco ou aos

A comunidade e seus Dispositivos

lugares que estes grupos ocupam. Não é dedicar-se à rua porque na rua estão os moradores de rua, é dedicar-se à rua porque na rua estão os habitantes da comunidade.

O nascimento do *drop in* itinerante foi em maio 2010, quando a organização começou a participar nas atividades de Território Jovem em JNE e IP, implementando nessas comunidades atividades culturais. Depois de um par de meses de atividade, observando que os jovens em situação de mais grave exclusão social não participavam, nasceu a ideia de ir até eles com nossas atividades, ir às favelas e aos lugares mais afastados do bairro. [Brasil 5.7]

Neste segundo fragmento pode-se captar outros elementos relacionados com o método de trabalho. Foi mencionado o serviço “*drop in*” e o “centro de escuta”, estes são serviços típicos da redução de danos (ver mais adiante os capítulos reservados a este tipo de serviços). Neste caso, esta rede operativa continua construindo vínculos com todos os atores comunitários, construindo espaços de participação, quer dizer atividades nas quais as pessoas da comunidade tomam decisões, fazem, produzem etc. para melhorar suas condições de vida.

A constatação é que estes espaços não favorecem a “integração social” das pessoas mais vulneráveis. Uma razão disto é que estas pessoas não ocupam os espaços “dentro” da comunidade mas sim os lugares onde a comunidade encontra suas fronteiras (a margem), os lugares que, visto a partir de dentro da comunidade, são aqueles onde a comunidade termina, enquanto que visto de fora da comunidade, são aqueles onde esta inicia. Neste sentido, estão marginalizados geográfica e culturalmente.

Neste caso, ter um *drop in* fixo teria sido uma iniciativa que em lugar de favorecer a superação das divisões e dos processos de marginalização os teria institucionalizado e reforçado. A outra alternativa teria sido proceder como sugerem os manuais da redução de danos: criar o *drop in* no lugar da marginalização, nos

lugares onde vivem os consumidores de drogas etc. Também neste caso, o resultado estratégico teria sido etiquetado pela comunidade como “aqueles que trabalham com os “usuários” e não “aqueles” que trabalham com a comunidade (usuários incluídos)”. A rede operativa toma uma terceira via, cria um *drop in* móvel para ocupar “todo” o espaço comunitário, e não somente uma parte. É uma ação prática e simbólica de inclusão e de integração social.

Então utilizando a abordagem do tratamento comunitário iniciamos “É nós na rua”, nome que os próprios participantes (jovens) da comunidade deram a este tipo de iniciativa referindo-se ao fato de estabelecer o trabalho diretamente nas ruas. O projeto “É nós na rua” se implementou na comunidade CS, na qual havia sido observado uma falta radical de iniciativas sociais e uma grande vulnerabilidade dos jovens envolvidos no tráfico e consumo de drogas. Por meio da aliança entre esta comunidade e a organização foi possível planejar e implementar com a população outras iniciativas. [Brasil 5.8]

Este fragmento ilustra o significado estratégico das ações de vinculação (ver Capítulo 3): ir até a rua serve para não se deixar esconder no “trabalho com grupos específicos”, para construir relações. É sobre a base destas relações (redes) que se constrói o diagnóstico e por meio deste processo de conhecimento coletivo se vislumbram outros projetos e outras ações. Este aspecto também diferencia um processo de cima para baixo (onde os elementos essenciais das ações estão definidos) de um processo de baixo para cima. Nesta segunda opção é útil considerar onde e com quem foram definidos os objetivos mínimos da ação, entendendo que o projeto ou o programa em si mesmo deve ser pensado na sua totalidade. É recomendável, então, que exista um processo de construção coletiva na qual se envolvem outros atores (entre os quais os operadores pares). Esta construção coletiva é um exercício de “participação e partilhar” que favorece pensar o “comunitário” e traduzi-lo em prática de vida cotidiana.

A comunidade e seus Dispositivos

Tivemos uma participação da comunidade e dos jovens nas ações (...) os habitantes que nos recebiam sempre de braços abertos, abriam as portas de suas casas para que pudéssemos utilizar a energia elétrica, os banheiros etc. O projeto acontecia nas quintas feiras das 14:00 às 17:00 com atividades dirigidas particularmente aos jovens da comunidade. Por meio da participação dos jovens era possível implementar nossas atividades como, por exemplo, filmes, competições de maquiagem, de futebol, aulas de hip-hop, teatro de rua. Todas estas atividades têm os jovens como atores e beneficiários. [Brasil 5.9]

Neste fragmento chama atenção o tema da participação dos atores comunitários, participação que é colocar em comum e fazer parte. Nos documentos oficiais das políticas sobre drogas e exclusão social menciona-se a importância da participação dos atores comunitários. Porém, esta participação é comumente pensada como colaboração com as atividades que uma determinada equipe quer implementar utilizando os recursos que já foram estabelecidos para isso. No fragmento [Brasil 5.9] descreve-se uma abordagem diferente, uma espécie de mundo ao revés: não são os membros da equipe que têm a seu cargo receber as pessoas, esta é a tarefa da comunidade; não é tarefa exclusiva da equipe contribuir com os recursos, como também tarefa dos atores comunitários. Se se tomam em consideração estes aspectos, pode-se ter uma ideia melhor do que significa um processo de construção de um dispositivo para a ação e também do conceito de “*parceria*”.

Deste fragmento pode-se entender que a parceria nasce quando todos os atores começam contribuindo para que um processo seja pensado, organizado e implementado. Não se trata somente de “oferecer recursos materiais”, trata-se de pensar, planejar, tomar decisões. Trata-se de protagonismo e de liderança.

Trabalhando com este tipo de proposta é possível incluir em uma estratégia comum uma grande variedade de ações, desde aquelas que propiciam a

Territórios comunitários

conscientização por meio da palavra até aquelas que preferem a atividade lúdica. Nesta mesma comunidade realizavam-se encontros com os jovens e adolescentes do “Território Jovem”: grupos de conversação e discussão sobre temas diferentes (sexo, drogas etc.) atividades de recreação, artesanato, preparação de camisetas, baile. O propósito era, por um lado, reforçar os processos de redução de danos, e por outro favorecer a mudança da representação social que a comunidade tinha de seus jovens. Este propósito foi alcançado [Brasil 5.10].

Na comunidade realizavam-se encontros com os jovens e adolescentes do “Território Jovem”: grupos de conversação e discussão sobre temas diferentes (sexo, drogas, violência ...) atividades de lazer, baile, preparação de T-shirts.. A finalidade era fortalecer os processos de redução de danos e a mudança de representação social que a comunidade tinha dos jovens. O propósito foi logrado. [Brasil 5.10]

Desta maneira, o significado de cada ação (uma reunião de grupo para falar sobre sexo seguro tem sua finalidade e sentido específico) é enriquecido e articulado com outras ações. Todas estas, de maneira articulada, buscam modificar a representação social da comunidade em relação aos jovens (também consumidores de drogas). Entende-se, então, como todos os lugares da comunidade são aqueles cenários (parte constituinte do dispositivo de prevenção e tratamento comunitário) onde se podem implementar ações que produzem uma mudança da comunidade, em sua totalidade. Entendeu-se, de fato, que não é suficiente que “o excluído mude” para que exista inclusão, é necessário que o contexto de exclusão também mude, e que entre suas mudanças encontre-se aquela de suas representações sociais.

Bares, restaurantes, prostíbulos...

A segunda tipologia de territórios comunitários está constituída por todas aquelas modalidades de organização do espaço comunitário por meio das quais se satisfazem as necessidades básicas das pessoas. Não se trata somente de necessidades de saúde pública, trata-se de educação (formal e não-formal), de alimentação, de materiais para equipamento das casas, de roupas, de limpeza e higiene, de medicamentos e de segurança, hotéis, clubes noturnos, meios de transporte etc. Todos estes lugares são uma manifestação da capacidade de uma comunidade para organizar-se.

Que uma pessoa decida abrir um pequeno negócio de comida e que os clientes cheguem, observando-o a partir do exterior parece óbvio, contudo, não é tão óbvio, como não é óbvio colocar uma loja de roupa, ou uma de materiais para construção.

Para que essas atividades possam ser estabelecidas, necessita-se que os atores comunitários (os líderes de opinião) as aceitem, que encontrem um lugar, que se disponibilize um equipamento e, sucessivamente, que a gente manifeste também sua aceitação respeitando o lugar (não o destruindo, não o boicotando) e transformando-se em “cliente”. Como dizia-se acima, tudo isto parece um processo automático e natural, enquanto que não existe nada de natural nisto. Se estas iniciativas não se articulam com a trama de relações e interesses, necessidades e demandas dessa comunidade, não tem êxito, não prosperam. Este princípio vale para uma loja de roupas e para um centro de venda de drogas, para uma padaria e um bar de trabalho sexual, para um pequeno restaurante e um *drop in center* ou um centro de saúde.

Todos esses lugares, então, são uma prova da capacidade que uma comunidade tem para organizar-se, até o ponto que a presença e qualidade destes serviços pode ser considerada como um dos indicadores de desenvolvimento dessa comunidade.

Com o trabalho de rua tinha-se informado a comunidade, dos moradores aos consumidores de drogas, que para a distribuição de preservativos e a troca de

seringas iam-se escolher dois bares que ficavam abertos até tarde. A princípio, as trabalhadoras do sexo tinham algumas dificuldades para aceitar isto. Tivemos muitas conversações com elas e acabamos por chegar a um acordo para fazer uma prova. O temor era que ter esse tipo de objetos selecionaria os clientes e que o lugar se transformaria em um ponto de encontro de dependentes de drogas. [México 5.7.1]

Estes lugares públicos de “encontro” têm uma identidade clara, é esta identidade que pode ser ameaçada pela inserção de uma atividade, como neste caso, de redução de danos. A dificuldade que os atores têm de aceitar envolver-se não é somente uma resistência, como também o resultado da experiência.

Durante o período de prova foi possível analisar a situação. Nos demos conta que depois de algumas semanas a maioria dos clientes do bar iam buscar preservativos e este tinha se transformado em um serviço muito eficaz, o consumo havia aumentado até um certo ponto certo ponto e depois havia se estabilizado, fazendo-nos pensar que não havia tido efeitos na clientela do bar. [México 5.7.2]

Uma fase de experimentação com um monitoramento do impacto sobre “o contexto” é necessária: serve para distinguir entre “resistências” (baseadas em preconceitos) e reais razões para implementar ou não implementar uma determinada ação (baseadas nos estilos de vida e na cultura de vida cotidiana desses dispositivos).

Para o caso das seringas foi mais complicado e no final decidimos utilizar outra estratégia. Com o trabalho de rua tinha-se informado aos consumidores de drogas que podiam pedir uma seringa dando uma usada em troca, porém eles não faziam isto. Pensamos que o mais eficaz teria sido distribuir seringas em

A comunidade e seus Dispositivos

lugar de trocá-las, porém isto nos causou outros problemas de tipo administrativo e burocrático que não foi possível, ou não soubemos resolver. [México 5.8]

Este fragmento ilustra como os lugares “organizados” na comunidade podem ser utilizados para atividades de tratamento comunitário (redução de danos, neste caso), à condição de que se motivem e treinem apropriadamente as pessoas e que se construam acordos que levem em conta os interesses de todos os atores participantes. Aprendeu-se, também, que estas iniciativas têm limites: alguns impostos pela cultura local e outros pela burocracia dos programas e os projetos.

Chegamos na favela mais ou menos às 14:00. A educadora par da nossa equipe envolveu seu primo, que nos colocou à disposição sua casa para que fosse um lugar de referência para que nosso primeiro dia de trabalho pudesse realizar-se. Juntos escolhemos um ponto da comunidade onde desenvolver uma ação coletiva, montamos um pequeno dispositivo com uma mesa para serigrafia, um aparelho de som com um microfone e uma barraquinha para a venda de roupas usadas. [Brasil 5.11.1]

A porta de entrada na comunidade é um ator comunitário par. O segundo passo é encontrar uma maneira de estar ali e de começar a construir um dispositivo. A resposta inicial das pessoas é sempre significativa: permite, de fato, que as coisas aconteçam.

A curiosidade nos olhos dos habitantes era evidente. Não obstante eles não tivessem entendido aquilo que estávamos fazendo, pouco a pouco se envolvem ajudando a mover os equipamentos e a montá-los, buscando mais espaços. A senhora E. ofereceu uma esquina de sua casa para que montássemos a barraquinha de venda de roupas usadas, de maneira que fosse protegido do

Territórios comunitários

vento, outra senhora nos deu água e a eletricidade para o aparelho de som. A partir da nossa experiência no bairro sentimos uma forte aceitação e acolhida por parte dos habitantes. [Brasil 5.11.2]

Os habitantes da comunidade não são receptores passivos: são parceiros na iniciativa; participam desde o momento no qual se constrói o dispositivo, participam nas definições dos vínculos e das relações.

A venda de roupas usadas funcionou muito bem: meninas, senhoras e senhores paravam para olhar a mercadoria e não havia nenhum deles que fosse embora sem ter comprado algo. Qualquer peça ou um par de sapatos eram vendidos por 1 real. Na mesma ocasião foram distribuídos preservativos, aulas de *hip-hop*, *silk* nas camisetas, aprendeu-se técnicas circenses, a fazer música com instrumentos estranhos e outros aprenderam a filmar todo o evento. As pessoas manifestavam constantemente seu interesse por esta iniciativa, perguntavam de onde vínhamos e o que estávamos fazendo ali. [Brasil 5.11.3]

Claro que as atividades são importantes, porém são um pretexto para que a comunidade (as pessoas) participem como agentes e para que a “participação” faça parte da cultura de vida cotidiana da comunidade. Neste fragmento observa-se como é possível conjugar diversos protagonismos para mover toda uma comunidade local: educador par, amigos e contatos do educador par, habitantes, jovens, equipes etc. Esta atividade tem este tipo de resultado porque por meio do trabalho de rua e de comunidade, e das atividades de vinculação, a comunidade produziu organização. Este é o resultado estratégico do tratamento comunitário: a organização que consegue produzir é o fator que assegura a continuidade dos processos e a participação como parceiros dos habitantes. Esta organização é indicador que a representação social mudou.

A comunidade e seus Dispositivos

Havia surgido um conflito na equipe sobre o trabalho em um estabelecimento de prostituição. Deveria ter sido considerado o fato de estabelecer um pequeno espaço para que as trabalhadoras pudessem consumir droga em segurança sem estar sob condicionamento dos clientes. Uma parte da equipe dizia que isto não era aceitável. Parecia-me um conflito muito ideológico e que tinha que ver com o fato que aqueles que se opunham não tinham ideia de como estava organizado esse lugar de trabalho sexual. Pedi, então, ao administrador se era possível que fizéssemos algumas reuniões de equipe em seu estabelecimento. Fizemos algumas reuniões ali no meio das profissionais do sexo e de seus clientes. Trabalhávamos de manhã, quando não havia muita gente. Algumas trabalhadoras ficaram discutindo conosco. [Colômbia 5.1]

Entende-se que um lugar de trabalho sexual pode ser simultaneamente um lugar de intervenção e um recurso para a ação, assim foi neste caso para vencer algumas resistências da equipe.

Aconteceu que durante a discussão sobre o quarto para consumo as trabalhadoras viram que isto ia prejudicar suas entradas, porque drogar-se com os clientes era um rito importante de seu trabalho. Apesar disto, todos (trabalhadoras, o administrador e a equipe) pensavam que essa iniciativa teria incrementado muito a segurança delas. [Colômbia 5.2]

Pensar a questão no lugar mesmo para o qual se encontra a situação que se quer resolver ajuda a romper com preconceitos, a pensar junto com os atores diretamente implicados, que se transformam em recursos para pensar e tomar decisões.

Residências particulares abertas à população

Fazemos as reuniões de equipe na casa de dona M. Sua casa tem uma laje na frente da entrada e ali cabemos uma dezena de pessoas. Nos sentamos olhando as pessoas passarem, alguns param um momento e saúdam, outros nos olham e seguem pelo seu caminho. Cada um traz algo para compartilhar, bolachas, sanduíches e dona M. esquenta a água para o café. [México 5.9]

Cedo ou tarde a equipe sente a necessidade de ter um espaço seu para reunir-se, para discutir e pensar; porém, antes que isto aconteça, é possível utilizar todos os lugares que a comunidade possa colocar à disposição das atividades do projeto. Isto não significa que não seja necessário ter um espaço “próprio” para que seja um espaço comum. O espaço próprio/comum também é necessário porque espaços como aqueles que se mencionam nos fragmentos [México 5.9] e [Colômbia 5.1 e 5.2] são espaços privados e, como tal, têm uma forte conotação “territorial” (podem ser facilitadores para certas pessoas e obstáculos para outras).

É o conhecimento da rede de líderes de opinião e de seus equilíbrios, é o fato de ter uma ampla rede operativa o que permite utilizar os espaços organizados na comunidade como recursos para facilitar processos, superando barreiras relacionais construídas com o tempo. É assim que, paulatinamente, a cultura da comunidade muda e se desenvolve no sentido do bem comum.

Para que o uso de casas e de outros lugares privados na comunidade seja uma maneira de estar ali e um instrumento de envolvimento da comunidade, resulta mais eficaz não usar sempre o mesmo mas, sim, diversos lugares.

Com respeito à busca e o estabelecimento de um espaço “próprio” para a equipe (oficina, centro de escuta, *drop in* etc.), sugere-se adotar o seguinte processo. O primeiro passo é o trabalho de rua e de comunidade. O segundo é o uso dos “territórios comunitários”. O terceiro é o uso dos “recursos privados” dos atores

comunitários (casas, bares etc.) na comunidade. O quarto é ter um lugar próprio (escritório etc.). Procedendo desta maneira, o fato de ter um espaço próprio é o resultado de um processo de encontro com a comunidade; neste sentido é um ponto de chegada de um trabalho de construção de um espaço relacional. Construído desta maneira, o espaço físico no qual a equipe e/ou a rede operativa se reunirá terá seu equipamento e focará atenção nas pessoas, e é a prova física que esse encontro obteve resultados positivos.

Outro significado que pode ter o espaço comunitário está descrito no seguinte fragmento:

J. havia sido ajudado a entrar em uma comunidade terapêutica, agora seu período de permanência ali estava terminando e sua família não era o melhor lugar onde ele pudesse ficar. S., amigo de uma educadora par que colaborava em algumas atividades, disse que ele o podia receber por duas ou três semanas se alguém o ajudasse com as comidas. Acertou-se com J. que ele ia vender coisas no mercado e assim pagava por sua comida. [Colômbia 5.4]

Aqui se fala de uma extensão da rede de recursos comunitários: uma pessoa (membro da rede operativa), sua família e sua casa. Aqui também parece um processo simples, porém não o é. Para podê-lo implementar foi necessário iniciar com a rede subjetiva comunitária, construir sucessivamente uma rede operativa, uma rede de recursos comunitários, ter um sistema de encaminhamentos (até a comunidade terapêutica, neste caso) e sucessivamente graças a este processo “S” confia em oferecer sua casa a J. sabendo que conta com uma rede de apoio.

Quantos destes processos é possível ativar em uma comunidade? Quantos são necessários? Entende-se que às vezes é mais simples encontrar uma casa na qual reunir (outros dizem “fechar”) a todas estas pessoas para as quais suas famílias são um perigo, ou eles podem ser um perigo para suas famílias e comunidades; é a cultura da institucionalização, porém, em alguns casos pelo menos, existe alternativas à institucionalização.

3. Dispositivos comunitários organizados

Da mesma maneira que em uma comunidade local existem dispositivos “naturais”, existem também dispositivos organizados intencionalmente para a implementação de ações de melhoramento das condições de vida ou para o desenvolvimento das comunidades. A estes dispositivos denomina-se dispositivos “organizados”. Isto não implica que os dispositivos naturais mencionados no capítulo precedente não sejam organizados, claro que são. Todos juntos são um reflexo desse território (ver conceito de território na seção 3 do Capítulo 1).



Gráfico 5.2 – Dispositivos comunitários organizados

No Gráfico 5.2 estão mencionados alguns destes dispositivos “organizados”. A forma pela qual se reproduzem no gráfico quer representar um critério de ordem: do

mais baixo ao mais alto limiar de acesso. Limiares de acesso e complexidade na organização destes dispositivos são elementos relevantes, que se discutirão nos parágrafos que seguem.

Dispositivos, limiares, complexidades

Em diversos momentos neste capítulo falou-se de limiares e complexidades. Talvez valha a pena refletir sobre o sentido destas duas palavras e ver suas consequências para o trabalho de cada dia. O que se entende por limiar?

Programas de aproximação (*Outreach*). Atividades que se realizam na comunidade com o objetivo geral de melhorar a saúde de pessoas e grupos que não têm fácil acesso aos serviços existentes ou a canais tradicionais de educação em matéria de saúde, e de reduzir os riscos ou preconceitos causados pelas drogas. Os programas de aproximação podem ser independentes, itinerantes ou domiciliares, e podem estar a cargo de pares. Os programas independentes não se executam em um organismo ou organização, mas sim em lugares públicos como ruas, estações de transporte público, clubes noturnos, hotéis e cafés. Os programas itinerantes se relacionam mais com organizações (por exemplo, casa de passagem, lugares de troca de agulhas, clubes de jovens, estabelecimentos de ensino e prisões) que com pessoas em individualmente. Os programas domiciliares acontecem na casa dos afetados. Nos projetos de aproximação que estão sob responsabilidade de iguais trabalham membros e ex-membros do grupo destinatário (por exemplo, consumidores de drogas injetável) tanto de forma voluntária quanto remunerada (UNODC, 2003, p. 120).

Deste fragmento pode-se deduzir que limiar significa, em geral, “ter algum tipo de obstáculo no acesso” a um serviço. Aqui se trataria de dificuldades ligadas a uma colocação geográfica dos serviços, então: distância física! Entende-se que a

distância física é frequentemente real, e ao mesmo tempo pode ser metáfora de outras distâncias, e o fragmento do UNODC o admite quando diz que os programas de aproximação podem estar sob a responsabilidade de “iguais”. Aqui não se trata de proximidade física, sendo que os “iguais” podem encontrar-se também a muitos “quilômetros” de distância; a distância é relacional, reside nos processos de identificação.

Por limiar pode-se, então, considerar todo tipo de elemento que aumente a distância entre uma pessoa e qualquer tipo de entidade que possa satisfazer ou dar resposta a alguma de suas necessidades. Neste caso fala-se de necessidades de inclusão. Neste sentido, pode ser que a entidade mais próxima a um consumidor de drogas, que vive em uma comunidade altamente vulnerável, seja sua rede subjetiva. Por consequência, trabalhar com sua rede subjetiva é trabalhar com limiar de acesso igual a zero. Fazer uma visita domiciliar, como sugere o documento de UNODC quando menciona os programas “domiciliares”, pode corresponder com o limiar mais baixo (pelo menos em termos de espaço físico), porém nem sempre é assim, com frequência acontece o contrário devido aos conflitos existentes no interior de um grupo familiar.

Limiar e complexidade são duas entre as características dos serviços que determinam sua “acessibilidade”. Não se trata de defeitos dos serviços senão de características às vezes necessárias. A dificuldade de acesso a uma entidade de serviços pode ser considerada às vezes como um obstáculo e outras como um recurso para poder trabalhar. O mesmo se diz da complexidade: existem serviços que se não são complexos simplesmente não funcionam como deveriam, outros que para funcionar têm que ser simples. [5.5]

Este fragmento (UNODC 2013) evidencia também outro aspecto ligado aos limiares (e, como se verá, também ao conceito de complexidade); isto depende do ponto de vista a partir do qual se observa o acesso, seja a partir do interior do sistema de “atenção” (como no caso da UNODC) ou a partir do exterior, como no caso da rede operativa ou da rede subjetiva. Se se adota o ponto de vista a partir do interior do sistema de atenção, diminuir o limiar significa entrar no espaço físico do

“usuário” e se se toma o ponto de vista do “usuário” abaixar o limiar significa entrar no espaço físico do dispositivo (esta parece ser a posição do fragmento da UNODC).

Na ótica do tratamento comunitário não se nega o valor nem de um, nem de outro. Evidencia-se, porém, que abaixar o limiar de acesso significa construir um espaço comum de demandas e respostas. Também os profissionais têm demandas: que seu serviço funcione, que seja eficaz, que seja eficiente, que eles estejam satisfeitos com seu trabalho etc.; talvez esse espaço comum possa ser o espaço de limiar “zero”.

Um pouco mais acima introduziu-se também outro conceito: a *complexidade*. O que se pode entender por complexidade? Neste momento podem-se utilizar três aspectos: (i) a diversidade das figuras profissionais implicadas no trabalho (por exemplo, trabalhadores sociais, educadores de rua, enfermeiras, sociólogos, médicos, pedagogos etc.); (ii) o nível de competências necessárias para a gestão dos processos operativos (técnico, diploma universitário, especialidade, doutorado etc.); (iii) os materiais, equipamentos, procedimentos ou instrumentos de trabalho (um teste psicológico, a metadona por exemplo, ou uma TAC ou um teste Elisa, um protocolo para uma pesquisa epidemiológica) que exigem uma preparação técnica e científica específica. Como se sabe, cada normativa em saúde pública tem critérios bem definidos para identificar serviços de alta, média ou baixa complexidade. Tomar estes critérios como ponto de partida não é o propósito deste Capítulo, mesmo que fosse interessante poder comparar os critérios adotados pelos programas de saúde pública com os critérios adotados pelos atores de uma comunidade local em alta vulnerabilidade.

Visibilizar limiares e complexidades

Partindo destes conceitos é possível fazer com equipes, redes operativas ou outros atores comunitários o seguinte exercício: sua finalidade é qualificar os “serviços” ou “dispositivos” existentes do mais baixo ao mais alto nível de

Dispositivos comunitários organizados

complexidade e de limiar. Neste caso, o exercício envolve dois grupos de atores: usuários dos serviços (primeiro grupo) e operadores dos serviços (segundo grupo)

O exercício consiste em três momentos: (i) no primeiro se constrói a rede operativa que participará ativamente no exercício (neste caso, um grupo de usuários e um grupo de operadores); (ii) no segundo, identificam-se os serviços ou entidades operativas existentes na comunidade (neste caso foram identificados serviços e dispositivos que trabalham com consumidores de drogas em alta vulnerabilidade). O produto deste segundo momento é uma lista de “serviços ou dispositivos, entidades de trabalho” (ver Tabela 5.1, mais abaixo); (iii) no terceiro momento procede-se com os grupos para fazer uma avaliação do nível de limiar e de complexidade.

O exercício que se descreve aqui foi trabalhado por um lado com usuários de serviços (um grupo de média vulnerabilidade, sendo que não havia, por exemplo, habitantes de rua) e, pelo outro, um grupo de operadores das equipes. O procedimento foi simples: uma discussão em grupo para explicitar os objetivos do exercício e assegurar uma compreensão de base dos critérios de avaliação. Depois disto, cada pessoa avaliou individualmente primeiro o limiar e, posteriormente, a complexidade. As avaliações foram coletadas e foram descritos os resultados na tabela de sínteses (uma tabela por grupo). Em seguida, calculou-se totais e desvio padrão. Depois disto discutiu-se em grupo o resultado e suas implicações.

Como dito anteriormente, a primeira ação do exercício foi aquela de identificar os “serviços”, dispositivos ou “entidades operativas” que podem ser utilizados no trabalho com pessoas excluídas consumidoras de drogas. Aqui está a lista (Tabela 5.1.) das entidades identificadas:

Tabela 5.1 – Lista de entidades e/ou serviços para consumidores de drogas

Entidades
(i). A rede subjetiva de uma pessoa e seu território
(ii). Uma equipe de rua composta de operadores pares
(iii). Uma equipe de rua composta de operadores pares e de técnicos
(iv). Uma rede operativa comunitária
(v). Uma rede de recursos comunitários
(vi). Uma rede de famílias que colocam a disposição suas casas para as atividades
(vii). Um centro de baixo limiar (<i>drop in center</i>) ou um centro de escuta
(viii). Um <i>drop in center</i> para consumidores de drogas
(ix). Um albergue de noite
(x). Um centro de tratamento ambulatorial
(xi). Um centro de desintoxicação
(xii). Uma comunidade terapêutica residencial tradicional.
(xiii). Uma comunidade terapêutica residencial de alta especialização.
(xiv). Uma clínica especializada em doenças infecciosas (HIV, Hep. DST.)
(xv). A rede de líderes de opinião

Nota: o essencial neste exercício não é a objetividade das avaliações mais sua subjetividade. As pessoas utilizam os serviços em função de como eles se os representam e somente às vezes essa representação corresponde à realidade. Não se trata, então, de buscar dados objetivos (estes dados objetivos seriam muito úteis, porém não neste contexto, esta também não é a forma para obtê-los) e sim de construir uma representação social e ver quais são suas implicações na prática da vida cotidiana.

Em um segundo momento pediu-se para os grupos avaliarem cada uma destas entidades considerando o nível de limiar e o nível de complexidade; utilizando, no primeiro caso, o nível de proximidade (física primeiro, cultural e relacional depois) e de filtros de acesso (horários, consultas, entrevistas preliminares, tipos de seguros etc.), e no segundo os critérios de diversidade nas figuras profissionais e nos níveis de especialização (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Indicadores e critérios de “acesso”

Indicadores	Crítérios
Limiar	Proximidade física e cultural. Filtros de acesso (Colóquios, horários, encontros, tipos de seguros etc.)
Complexidade	Número de figuras profissionais necessárias, especialização e diversidade das competências necessárias.

A avaliação se fez atribuindo a cada entidade ou dispositivo um valor compreendido entre 0 (zero) e 10 (dez). Construiu-se desta maneira uma representação social dos serviços a partir dos critérios de acesso (limiares e complexidade) (ver Tabela 5.3).

Tabela 5.3. Avaliação de Limiar e Complexidade

Limiar e complexidade a partir da perspectiva do usuário dos serviços		
Entidades	Limiar Complexidade	
(i). A rede subjetiva de uma pessoa na comunidade	0	0
(ii) Uma equipe de rua composta de operadores pares	1	0
(iii). Uma equipe de rua composta de operadores pares e de técnicos	2	3
(iv). Uma rede operativa comunitária	3	3
(v). Uma rede de recursos comunitários	4	3
(vi). Uma rede de famílias que colocam a disposição suas casas para as atividades	3	3
(vii). Um centro de baixo limiar (<i>drop in center</i>) ou um centro de escuta	4	3
(viii). Um <i>drop in center</i> para consumidores de drogas	6	3
(ix). Um albergue noturno	4	2
(x). Um centro de tratamento ambulatorial	7	6
(xi). Um centro de desintoxicação	7	7
(xii). Uma comunidade terapêutica residencial tradicional.	10	3
(xiii). Uma comunidade terapêutica residencial de alta especialização.	10	8
(xiv). Uma clínica especializada em doenças infecciosas (HIV, Hep. DST.)	10	10
(xv). A rede de líderes de opinião	1	10
	Total	72
	Desvio Padrão	3,38
		64
		3,19

Leitura dos dados. Aquilo que se observa nesta tabela é que a dificuldade de acesso depende mais do limiar que da complexidade (o total do limiar é 72, maior que do total da complexidade, que é 64), mesmo que se possa pensar que os usuários dos serviços possam ter dificuldades em estabelecer a complexidade de um serviço. É significativo que para eles, por exemplo, a rede de líderes de opinião, é tão complexa como uma clínica especializada, ou uma comunidade terapêutica de alta especialização, mesmo quando é infinitamente mais acessível. Para este grupo, talvez, o critério de base para entender a complexidade é a composição da rede de

Dispositivos comunitários organizados

líderes de opinião de sua comunidade e não a composição de uma equipe de uma clínica de alta especialidade.

No Gráfico 5.3 organizam-se os dados da tabela precedente adotando outro princípio: ter uma representação da posição de cada serviço/dispositivo em espaço constituído simultaneamente pelas características de limiar e aquelas da complexidade.

Indicações para a leitura do Gráfico 5.3. No lado esquerdo, na primeira coluna pode-se ler: complexidade, na segunda coluna estão os 11 graus de complexidade (de zero a 10) de baixo para cima. Na primeira linha de baixo para cima lê-se “Limiar”, na segunda linha estão os níveis de limiar de 0 (zero) a 10.

Entre a segunda coluna e a segunda linha encontra-se uma área subdividida em quatro quadrados (este é um espaço de dupla entrada, ou espaço cartesiano). O primeiro quadrado acima na esquerda chama-se primeiro quartil, o quadrado à sua esquerda se chama segundo quartil, o quadrado situado abaixo do número 2 é o terceiro quartil e no final tem-se quarto quartil, que fica abaixo do primeiro (os quadrados leem-se em sentido anti-horário).

Agora, considere-se o número “15”, este se encontra no segundo quartil. O número 15 corresponde à “rede de líderes de opinião” (que é o serviço/entidade número 15 da tabela de serviços/entidades, Tabela 5.1 e Tabela 5.2). Esta entidade foi avaliada de limiar 2 e de complexidade 10. Por isso ocupa essa posição no gráfico. A entidade 1 (a rede subjetiva de uma pessoa e seu território, ver Tabela 5.1 e 5.2) foi avaliada de limiar 0 (zero) e de complexidade 0 (zero), por isso encontra-se no quadrado 3 na posição indicada.

Qual é a aprendizagem deste exercício? Para este grupo de “avaliadores”, limiar e complexidade parecem depender um do outro: se o limiar cresce, também cresce a complexidade, e vice-versa (com algumas exceções). Esta tendência é chamada correlação positiva. Se se considera a distribuição de todos os dispositivos, o cálculo desta medida dá como resultado 0,51. Se tiramos o dispositivo 15, para o qual a

A comunidade e seus Dispositivos

diferença entre limiar e complexidade é máxima, a correlação é 0,80. Em ambos casos trata-se de uma correlação positiva significativa.

Neste caso, a implicação prática é que se se quer diminuir o limiar, pode-se utilizar a diminuição da complexidade e vice-versa. Recorde-se que este é um exercício e que os resultados podem mudar de grupo a grupo.

Comple- xidade	10	15										14	
	9												
	8											13	
	7						11						
	6						10						
	5												
	4						5						
	3			3	4, 6,	7	8					12	
	2						9						
	1												
	0	1	2										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Limiar													

Gráfico 5.3 – Avaliação de limiar e complexidade (diagrama de Vester)

Dispositivos comunitários organizados

Fazendo o mesmo exercício tomando o ponto de vista dos membros de duas equipes de operadores de serviços “formais” (pertencentes à rede de serviços de saúde pública e de organizações não governamentais), os resultados obtidos foram os seguintes (Tabela 5.4).

Tabela 5.4. Avaliação de limiar e complexidade grupo de operadores

Limiar e complexidade vistos a partir da perspectiva de "acesso aos usuários" na comunidade de alto risco (respondem operadores dos serviços)		
Entidades	Limiar	Complexidade
(i). A rede subjetiva de uma pessoa em seu território	10	0
(ii). Uma equipe de rua composta de operadores pares	7	0
(iii). Uma equipe de rua composta de operadores pares e de técnicos	6	3
(iv). Uma rede operativa comunitária	8	6
(v). Uma rede de recursos comunitários	7	6
(vi). Uma rede de famílias que colocam a disposição suas casas para as atividades	8	8
(vii). Um centro de baixo limiar (<i>drop in center</i>) ou um centro de escuta	4	6
(viii). Um <i>drop in center</i> para consumidores de drogas	5	6
(ix). Um albergue de noite	5	5
(x). Um centro de tratamento ambulatorial	1	8
(xi). Um centro de desintoxicação	3	8
(xii). Uma comunidade terapêutica residencial tradicional.	7	2
(xiii). Uma comunidade terapêutica residencial de alta especialização.	7	8
(xiv). Uma clínica especializada em doenças infecciosas (HIV, Hep. DST.)	7	10
(xv). A rede de líderes de opinião	10	10
Total	95	86
Desvio Padrão	2,43	3,21

A comunidade e seus Dispositivos

O que aprendemos disto? O dado mais evidente é que se se compara com as avaliações do primeiro grupo, a representação dos “operadores” dos serviços ilustra uma situação geral de mais dificuldade de acesso (limiars e complexidades mais elevadas mesmo que a diferença, em geral, não seja significativa). Pode-se pensar que os operadores considerem o acesso às entidades comunitárias (redes, centros de baixo limiar etc.) quase mais difícil que o acesso aos serviços de alta especialidade e complexidade.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
1	Limiar														
2			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
3		10						14					15		
4		9													
5		8	10		11				13		6				
6	Comple- xidade	7													
7		6						7		8		5		4	
8		5											9		
9		4													
10		3											3		
11		2											12		
12		1													
13	0											2		1	
14			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
15	Limiar														

Gráfico 5.4 – Diagrama de Vester, limiar e complexidade - grupo de operadores

O Gráfico 5.4 permite ver também outra diferença significativa entre o grupo dos usuários e o grupo dos operadores: neste caso não existe esta correlação positiva entre complexidade e limiars que se havia observado com os usuários dos serviços. O cálculo da correlação produz os dados seguintes: se se consideram todos os dispositivos a correlação é negativa; -0,19. Se se exclui o primeiro dispositivo devido

a grande diferença entre limiar e complexidade, o resultado é 0,0098. Neste caso, a correlação não é significativamente nem positiva nem negativa. A consequência é, então, que se se quer diminuir a complexidade não se pode atuar sobre o limiar ou vice-versa, é necessário recorrer a outros processos.

Por outro lado, observa-se também, como no terceiro quartil (é a parte compreendida entre as colunas CDEFG e as linhas 9,10,11,12,13) não existe nenhum serviço, enquanto o dos usuários (Gráfico 5.3) tinha 8 (entre 15).

Mesmo que este seja um exercício feito com usuários e operadores não se possa considerar como extensível a todos os usuários e a todos os operadores, é uma fotografia do “acesso” válida somente para os participantes ao exercício. Fazer este tipo de exercício com atores de outros contextos é útil para entender como eles representam os serviços em termos de acesso e poder implementar estratégias para aumentá-lo ou diminuí-lo, adaptando-o a cada contexto.

Do Gráfico 5.4 podem-se trazer também outras considerações operativamente úteis. A primeira é que se se considera todo o espaço deste gráfico como o espaço de inter-relação entre complexidade e limiares, constata-se que existem muitos vazios (nenhum serviço de baixo limiar e de baixa complexidade, ou melhor dito, nenhum espaço no qual os operadores sintam baixas as barreiras de acesso e baixa a complexidade). Se é assim, a segunda consideração é que estes espaços de baixo limiar e baixa complexidade têm que ser produzidos, de outra maneira existiria uma distância insuperável entre serviços e pessoas que os necessitam. É como se se tratasse de uma escada na qual, a um certo ponto, fazem falta alguns degraus.

A conclusão desta reflexão sobre o acesso e o exercício feito, é que este pode ser um modo de mapear a acessibilidade dos serviços, dispositivos ou entidades operativas presentes em uma comunidade (fazer um diagnóstico de acessibilidade). Este mapa é indispensável se se quer modificar os níveis de acesso.

4. Centro de escuta: baixo limiar e baixa complexidade

Conceito

Os centros de escuta nasceram como serviços abertos a toda a comunidade com a finalidade de dar atenção, por meio da escuta ativa, a demandas ou pedidos de seus habitantes. Estes serviços não foram pensados como “*drop in centers*” ainda que se possa considerar que no tratamento comunitário um *drop in center* seja um desenvolvimento sucessivo de um centro de escuta ou um de seus serviços.

Descrição e evolução

Inicialmente os centros de escuta constituíam uma das ações de vinculação implementadas pela rede operativa e eram o “serviço” de mais baixo limiar possível antes de que se descobrisse e formalizasse o trabalho com as redes subjetivas.

Uma das características destes centros é que são abertos a toda a comunidade, não estão então enfocados em “beneficiários”, ou “grupos-meta” específicos (Viviendo, 2012). Esta aproximação foi adotada para reduzir o impacto do sentido da marginalização e do estigma que cada serviço pode produzir. Outra característica é manter sua organização interna mais próxima possível do informal, de maneira que seja altamente flexível e se adapte aos ritmos das comunidades.

Os centros de escuta eram móveis ou fixos. Os *móveis* consistiam em uma equipe que se movia na comunidade (como equipe) e implementava uma atividade de contato e vinculação, diálogo e construção de relação. Em alguns casos, estes centros móveis tinham um meio de transporte (uma caminhonete, um carro adaptado para transportar insumos simples como chá ou café e bolachas) com a possibilidade de usá-lo como “*consultório móvel*” e, em outros casos, uma pequena tenda que se desloca na comunidade. Nos anos 2002-2005 algumas equipes os chamavam

consultórios de rua. Os *fixos* consistiam na tenda que se montava sempre o mesmo lugar, ou em um local com um acesso à rua, equipado com banheiro e chuveiro, um lugar no qual fosse possível descansar, conversar e compartilhar.

Observando as características físicas dos centros de escuta pode-se constatar que estes têm os elementos de base para que, posteriormente, sejam estabelecidos os chamados *drop in centers* (Korf, 1999).

Experiências, evoluções e fragilidades

Com o tempo os centros de escuta evoluíram desde o informal até o formal, tratando, portanto, de manter as duas possibilidades. Veja-se, por exemplo, o caso da Colômbia, onde no centro de escuta implementam-se atividades típicas de um *drop in center*.

Os centros de escuta atendem: consumo de substâncias psicoativas, outros temas de saúde e outros aspectos que afetam a qualidade de vida das pessoas (violência, transtornos, pobreza, delinquência, prostituição, vida na rua, entre outros). Propósitos mínimos dos centros de escuta: 1. contribuir para a formação em habilidades para a vida. 2. ações de redução de danos e risco a consumidores na rua. 3. busca ativa de casos. 4. assessoria no marco jurídico e o reconhecimento dos direitos das pessoas afetadas. 5. intervenção breve – entrevista motivacional, triagem (*Audit*). 6. escuta ativa e relação de ajuda. 7. acompanhamento ao egresso. 8. seguimento de casos atendidos pela rede institucional. 9. conexão com a rede subjetiva do CE. 10. remissão de casos para a rede institucional local. 11. sistematização da experiência. [Colômbia 5.5]

Neste caso, o centro de escuta enfoca-se em tipos de demanda e problemas independentemente das pessoas que os manifestem ou os estejam vivendo. Aquilo que se entende também é que com frequência para poder dar atenção direta, ou por meio de encaminhamentos, a estes tipos de demandas e problemáticas, é necessário

A comunidade e seus Dispositivos

aumentar o limiar e a complexidade. As atividades indicadas no fragmento [Colômbia 5.4] implicam um certo nível de organização da equipe e da rede operativa, do lugar de trabalho e dos processos operativos. Isto faz necessário pensar em alguns filtros no acesso (tipologias de pessoas, horários, processos de seleção dos participantes etc.). O mesmo raciocínio pode-se fazer com relação as atividades de “busca de casos”, atividade que é enfocada em pessoas que consomem drogas (neste caso heroína) por via injetável. Porém as coisas não funcionavam exatamente desta maneira [Colômbia 5.5] sobretudo nas primeiras experiências (2003 e 2004).

Desde que se abria a porta nas manhãs iniciava o movimento. Calmo durante as duas primeiras horas, mais intenso ao redor de meio dia pela gente que vinha para o alimento e, sendo que o preço era razoável, às vezes a assistência era caótica. Na porta havia sempre uma pessoa que cuidava e filtrava, porém o fluxo às vezes era incontrollável. As pessoas utilizavam isso com sua própria lógica. [Colômbia 5.5]

Diferente é a experiência de Brasil, já mencionada mais acima, na qual o centro de escuta (aqui chamado *drop in*) inicia com o mais baixo nível formalização possível.

O nascimento do *drop in* itinerante foi em maio 2010, quando a organização começou a participar nas atividades de Território Jovem no JNE e IP implementando, nestas comunidades, atividades culturais. Depois de um par de meses de atividade, observando que os jovens em situação de grave exclusão social não participavam, nasceu a ideia de ir até eles com nossas atividades, ir nas favelas e nos lugares mais afastados do bairro. [Brasil 5.12]

Neste caso pode-se pensar que apesar de haver chamado seu serviço de “*drop in*” tratava-se mais de um centro de escuta ativa sem estrutura física, no qual por meio de um conjunto de atividades nas quais participavam atores comunitários com

seus próprios recursos, construía-se vínculos, relações, etc. Foi na fase posterior, quando a rede operativa constatou que o centro de escuta “excluía” os territórios ocupados pelos consumidores de drogas, que as atividades do centro de escuta móvel incluíram também os espaços de vida dos consumidores de drogas, implementando desta maneira no centro de escuta atividades típicas de um *drop in center*.

O fragmento seguinte apresenta uma outra experiência colombiana. Trata-se de uma modalidade diferente de interpretar as finalidades e estratégias de um centro de escuta. Neste caso já existia uma organização com alguns centros de acolhida (refeitórios e albergues de noite) para pessoas altamente vulneráveis em uma comunidade também altamente vulnerável.

O Centro de Escuta da Fundação tem cinco anos de experiência, através da qual conheceu e entrevistou no setor do centro da cidade, especificamente os bairros EC, S. SP, SR, comunidades severamente excluídas com graves problemáticas associadas à venda, tráfico e consumo de substâncias psicoativas. Esta experiência atende a população de rua e em situação de rua, implantando um dispositivo que inclui atenção na rua, escuta nas casas da fundação – localizadas no coração da problemática –, encaminhamentos a diversos serviços assistenciais e terapêuticos e o tecido de uma rede de recursos institucionais, que apoiam este trabalho, gerando possibilidades de inclusão social para esta população.

O Centro de Escuta (...) realiza um trabalho comunitário muito ativo no qual dinamiza uma rede de recursos institucionais para o encaminhamento, realiza ações de “mitigação”, redução de danos e riscos, gerando processos de inclusão social, tudo isso através de uma perspectiva de direitos. Para isto, trabalha-se em três eixos que incluem: Educação, Prevenção e Trabalho Comunitário; Acesso a saúde, redução de danos, tratamento e cuidado; e Investigação, Avaliação e Documentação das Intervenções. [Colômbia 5. 6]

A comunidade e seus Dispositivos

Se se considera o que está escrito neste fragmento pode-se ter a impressão que esta organização tenha uma intervenção centrada ou enfocada em grupos de risco, mais que uma intervenção enfocada na comunidade como um todo (o qual seria mais coerente com o tratamento comunitário). Se este é o enfoque, pode-se também entender que a rede de recursos comunitários está construída *ad hoc* para as pessoas e os grupos de risco que têm necessidade de ajuda, e não para todos os membros da comunidade que necessitam de ajuda. Por outro lado, o trabalho de rua envolve a toda a comunidade abrindo o leque de respostas a todos seus habitantes.

Neste caso parece, também, que o centro de escuta serviu como iniciativa que permitiu interconectar todas as atividades dos diferentes centros de acolhida da instituição e identificar uma estratégia comum.

A experiência também evidenciou as fragilidades destes dispositivos. Estas dependem de sua necessidade de: (a) uma alta interconexão com as redes de recursos comunitários (isto significa um alto nível de dependência desta); (b) de manter o nível de acesso (limiar) mais baixo possível frente às demandas dos líderes de opinião e dos grupos específicos (consumidores de drogas, pais de menores e adolescentes etc.); (c) que se estabeleçam algumas regras de acesso com o risco que pouco a pouco estas sejam utilizadas como regras de exclusão. Por outro lado, pode acontecer que orientando-se em prevalência até os grupos de risco, aumenta a sua separação da comunidade e aprofundam-se os processos de rotulagem.

Observou-se, por outro lado, que a tendência das comunidades em persistir (produzir mudanças que não mudem nada, ou o menos possível de organização comunitária) faz que exista uma forte pressão social para que as equipes se ocupem dos “grupos de risco” e não trabalhem com a comunidade, com a finalidade que seja esta última que assuma os grupos de risco (obviamente, não sozinha).

Centro de baixo limiar (*drop in center*)

Apresenta-se, a seguir, um fragmento do relatório de atividades de uma organização colombiana, que permite ter uma percepção global do contexto no qual se inclui e adquire sentido um *drop in center*, e quais são algumas de suas atividades. Este exemplo permite também entender, por um lado, o sentido tático deste dispositivo e, por outro, seu aspecto estratégico. A lição aprendida neste caso é que um *drop in center* deriva o seu sentido do sistema de prevenção e atenção no qual se encontra inserido.

A. Redução de danos e prevenção (seletiva e indicada) implicam na implementação de um conjunto de atividades interconectadas, entre as quais se encontra o trabalho de rua e de comunidade: primeiro contato e avaliação rápida de problemas, situações, recursos e necessidades, educação não formal, prevenção e educação sobre riscos e redução de danos. [Colômbia 5.7]

Para que o trabalho de rua e de comunidade tenha eficácia e impacto é necessário que tenha uma estratégia de ação clara na qual se definam campos de ação e metas.

B. Estratégia: trabalho nas ruas com pessoas e grupos, trabalho com instituições (escolas, em particular), trabalho com famílias em suas casas. O objetivo é estabelecer uma relação permanente e pessoal com cada ator da comunidade. Trabalha-se com continuidade na busca e contato de pessoas em seus cotidianos de vida: residências, bares, rua. (...). Mantém-se o contato e coordenação com a rede de recursos comunitários para responder as demandas das pessoas. Realizam-se encontros para grandes grupos (onde participam centenas de habitantes com os quais se estabelece e fortalece o contato pessoal, educação não formal etc. Seguimento de necessidades e demandas específicas. Atende-se na tenda (*drop in* móvel da organização) 25 pessoas, em média, por dia. Desenvolvem-se “Murais itinerantes”, isto permite comunicar com

A comunidade e seus Dispositivos

relação a diferentes temas de maneira informal. É no mural onde se encontram elementos dos temas a tratar e este se transporta aos diversos espaços onde opera o projeto, ou se encontra nas residências, ruas, refeitórios infantis, tenda, *drop in*, centros de serviços... Fazem-se passeios noturnos pela rua contatando as pessoas habitantes de rua, consumidores de droga, recicladores, mulheres e homens que se prostituem; organizam-se com elas jornadas de formação informal, se dá café, pão e se entrega preservativos. [Colômbia 5.8]

Leu-se, aqui, uma breve lista de atividades através das quais se implementa o trabalho de rua e de comunidade. Estas atividades permeiam a vida da comunidade e servem ao mesmo tempo de apoio (quase como uma base segura) para que possam ser implementadas outras atividades mais enfocadas em “grupos mais vulneráveis”.

C. No *drop in* se contrata, se contata, acolhe, escuta, assessora, acompanha, encaminha as demandas da população. Atendeu-se 659 (2008). Organizaram-se jornadas de vacinação para meninos, meninas, adolescentes e mulheres gestantes; encontros formativos com pais de família do refeitório infantil; encontros com mães gestantes para a prevenção e promoção da saúde da mãe e do filho; conversas com atores da comunidade e de nós da rede de recursos comunitários. [Colômbia 5.9]

Encontra-se aqui a descrição resumida das atividades de um centro de acolhida com o número de pessoas que o utilizaram. Observa-se que as atividades não se enfocam exclusivamente a consumidores de drogas, mas incluem toda a comunidade. Para que este serviço possa funcionar requerem-se outros serviços e estratégias.

Centros de escuta: baixo limiar e baixa complexidade

Para que o *drop in* possa funcionar necessitou-se implementar: (i) um sistema de encaminhamentos até organizações que asseguram educação formal, serviços médicos e de saúde, assistência legal. (...) Mantém-se na rede 66 organizações públicas, privadas e comunitárias que fazem possível que se possa responder as demandas da população (...); (ii) atividades culturais e recreativas: jornadas de recreação e lazer com meninos e meninas entre os 2 e 12 anos, com o apoio de Comfenalco e Voluntárias da Paróquia; programa de atividades mensais de recreação com os meninos, meninas e jovens, em prosseguimento, sendo o Parque Centenário o centro de encontro e trabalho juvenil; (iii) aconselhamento e orientação individual e de grupo de tipo psicológico, educativo, sobre direitos humanos, direitos da infância e da mulher, em particular; (iv) redução de danos e minimização de riscos; (v) prevenção seletiva e indicada na comunidade aberta e nas escolas. [Colômbia 5.10]

A descrição incluída no relatório é muito sintética, portanto, mas permite chamar atenção para três aspectos: o primeiro é o sentido de processo (atividades e serviços são implementados seguindo uma lógica, do geral ao particular, do universal – toda a comunidade – a grupos específicos); o segundo é a complexidade: atividades e serviços implementados em simultaneidade com uma alta exigência de coordenação; o terceiro é a intensidade do trabalho de equipe e da rede operativa.

Conceito

Os centros de baixo limiar e ou *drop in center* se desenvolveram a partir da experiência dos centros de escuta. Neste caso é explícita a referência à experiência internacional de centros de baixo limiar, especialmente dirigidos a pessoas consumidoras de drogas e pessoas que vivem com HIV (Naco, 2003). O desafio do tratamento comunitário foi o de implementar um centro de baixo limiar que fosse ao mesmo tempo aberto a toda a comunidade e também às pessoas ou grupos que a

comunidade marginaliza e estigmatiza, sem que dentro do centro se repetisse ou reproduzisse o mesmo processo.

Boas práticas e fragilidades

Da experiência da organização colombiana, reproduzida no início desta seção, podem-se deduzir algumas características para uma boa prática neste contexto.

Uma concepção de sistema

Um drop in center insere-se em um sistema de atenção que favorece a existência de uma atenção sem interrupção (*continuum de cuidado*), no sentido que existe continuidade entre um ator/serviço e outro (Colômbia 5.10). Para isso as interconexões com outros atores é essencial, como demonstra uma rede de recursos comunitários (rede local) de 66 atores (instituições e grupos).

Uma lógica de processo

O explicitado na experiência [Colômbia 5.7-10] indica que existe uma lógica de processo que se inicia com o trabalho de rua e conduz à criação de centro de baixo limiar (neste caso, *drop in center*). Esta lógica de processo indica que o primeiro passo é iniciar com o trabalho de rua e de comunidade, criando sucessivamente um centro de escuta o qual, entre suas possibilidades de evolução, contempla também um *drop in center*.

Articulação entre o geral e o particular

Os fragmentos analisados fazem ver a existência de uma articulação entre atividades dirigidas à população, como um todo, e atividades dirigidas a grupos específicos: trabalho de rua e de comunidade, aconselhamento individual e de grupo, atividades culturais e recreativas, prevenção seletiva e indicada, atividades específicas de redução de danos etc. Esta articulação parece conduzir a uma

influência recíproca (retroação, recursividade) entre as ações dirigidas à comunidade como um todo até os grupos específicos.

Política pública

A existência de serviços e múltiplos dispositivos (66) revela também a existência de uma política pública. O esforço da experiência ilustrada nos fragmentos é conseguir qualidade e impacto suficientes para que nas políticas públicas, que são geralmente planejadas e executadas seguindo uma lógica de cima para baixo, existam espaços (relações, *status*, recursos, direitos) para “políticas” propostas no marco de lógicas de baixo para cima, sem que estas tenham que renunciar a suas características de acesso (baixo limiar).

Uma massa crítica

O estudo das intervenções feitas indica que um dos fatores de resultado positivo destes dispositivos é alcançar massa crítica de participação (parcerias) que consiga envolver centenas de pessoas (não somente de usuários). Isto significa que a aproximação comunitária (à diferença da aproximação enfocada em grupos de risco) depende também de um fator quantitativo: o número de habitantes que participam, contribuindo desta maneira para validar o que equipes ou redes operativas estão fazendo.

A participação de pares como educadores

O fato que os pares possam ser educadores, e não somente pares “utilizados” como recursos no processo de “aproximação” aos “usuários”, implica uma formação específica e uma formação durante o processo de trabalho.

Formação com grupos de pares em elementos básicos do trabalho em comunidade, escuta, gestão de instrumentos e temas de prevenção, detecção precoce de TBC, prevenção de ETS e HIV de forma direta ou com o apoio de outras organizações. Participação de sete operadores pares vinculados ao

A comunidade e seus Dispositivos

centro de escuta no curso dirigido aos operadores pares que desenvolve o Centro de Formação Raiss Colômbia. [Colômbia 5.11]

O tema dos pares foi mencionado e discutido anteriormente neste Capítulo. Encontra-se aqui um exemplo concreto que ilustra como este aspecto se torna parte do trabalho de construção e manutenção do dispositivo de tratamento comunitário.

Formação e a capacitação específica e no processo.

Esta formação está dirigida a todos os atores (rede operativa) implicados na ação. A formação implica trabalhar sobre o ser (atitudes e estilos relacionais, processos simbólicos) enquanto que a capacitação implica trabalhar sobre conhecimentos e competências (saber, fazer e fazer fazer).

O grupo de pessoas vinculadas à equipe como operadores pares foi fortalecido com a Certificações para Operadores Pares que os formará academicamente em estratégias de trabalho comunitário com base no modelo ECO². Sete pares continuam vinculados nas diversas ações específicas do projeto (refeitórios, trabalho de rua, pessoas de terceira idade, infância, limpezas de escritórios, *drop in center*, diagnóstico e gestão de casos), e no processo em geral (utilização de instrumentos, trabalho em casos, sistematização etc.). Desenvolveram-se duas sessões de formação com as voluntárias que participam das diversas atividades do projeto: refeitórios, capacitação, acompanhamento de pessoas doentes, no modelo do trabalho e em escuta. [Colômbia 5.12]

Esta experiência pode ser considerada como um plano ou processo de formação de base alicerçado mais em conhecimentos (saber) que em competências práticas (fazer e fazer fazer), ainda que, tratando-se de formação na ação, a prática é parte integrante do processo.

Centros de escuta: baixo limiar e baixa complexidade

No fragmento a seguir evidencia-se outro aspecto: a formação implica recursos internos ao projeto (e à equipe) promovendo processos de autoformação. Contudo, para não dar vida a um sistema autorreferencial, esta formação envolve também recursos pertencentes a outras organizações relacionadas com ECO² e também outras não vinculadas com esta proposta.

A equipe continua seu processo de formação acompanhada por formadores externos (...), este se desenvolve uma vez ao mês em uma sessão de duas horas. Igualmente recebeu-se ampla capacitação sobre o Sistema de Diagnóstico Estratégico e elementos do Modelo ECO², através da formação desenvolvida por formadores externos (...) Também se desenvolve um treinamento em “Estratégias Comunicativas” como elemento essencial nos processos de educação, gestão política e visibilidade do projeto. [Colômbia 5.13]

A formação e a capacitação de todos os atores envolvidos no tratamento comunitário é um dos elementos que interconectam atores com ações, e ações com estratégias, mantendo a consistência e a flexibilidade do modelo.

5. Centros de baixo limiar e média/alta complexidade

Até que ponto é possível integrar serviços de complexidade crescente com as exigências de limiares que garantam um maior acesso e a mais alta flexibilidade possível? Quais são as dificuldades que se pode encontrar em construir estas entidades operativas, querendo ao mesmo tempo conservar todos os ganhos produzidos a partir de uma perspectiva de baixo para cima?

O que acontece quando em um “espaço institucional” altamente estruturado inserem-se critérios e processos de baixa formalização? Como governar a complexidade gerada pelo encontro de entidades muito estruturadas com outras que não o são em igual medida, sem que exista uma oposição recíproca ou que cada um fique no seu isolamento? Qual é a forma de organização possível? Quais pontos de equilíbrio dinâmico são alcançáveis entre estas instâncias?

Dispositivos de tratamento integrados em um marco comunitário

Nos últimos 30 anos houve uma importante evolução na experiência de tratamentos substitutos ou na desintoxicação. O tratamento com manutenção de metadona (quando se proporciona para um dependente de opiáceos uma quantidade diária de metadona e quando essa quantidade não varia durante largos períodos de tempo, anos às vezes) ou a escalar (quando o protocolo de tratamento prevê uma diminuição progressiva da quantidade de metadona utilizada diariamente) por exemplo, foi uma atividade dos centros especializados há trinta anos, contudo, pouco a pouco, foram integrando no processo os operadores de rua e familiares que assumiram a responsabilidade da entrega cotidiana da substância substituta.

Centros de baixo limiar e alta/média complexidade

Estas experiências demonstram pelo menos *quatro realidades*. A *primeira* é que os serviços de alta especialidade são considerados assim porque são “inovadores” para os profissionais que os implementam, mas não porque sejam de alta especialidade (não necessitam competências especiais) ou, pelo menos, existem ações que podem ser implementadas por qualquer operador com um pouco de treinamento. A *segunda* é que a complexidade não depende unicamente das competências e dos conhecimentos, mas também de como os profissionais “representam” o serviço que implementam, uma modificação na representação produz uma modificação nos critérios de complexidade. A *terceira* é que “quase” todos os atores comunitários podem participar na implementação de atividades ou serviços complexos, é suficiente encontrar, construir ou identificar as formas e os contextos mais adequados. A *quarta* é que a reformulação dos perfis profissionais a partir de critérios não corporativos pode facilitar a implementação de serviços e baixar significativamente os limiares de acesso, ampliando a cobertura e aumentando a aderência.

A estas quatro realidades pode-se acrescentar outras: a complexidade e a estruturação são tão necessárias quanto são a baixa formalização e a linearidade. Às vezes complexidade, linearidade, alto e baixo nível de formalização são a consequência de “defesas” neuróticas das instituições e dos atores institucionais por um lado, e dos atores da baixa formalização e complexidade, por outro. Estas defesas são o resultado do medo que um possível “encontro” produz. A consequência é que se produzem representações sociais que aumentam a distância, construindo barreiras de acesso mentais que utilizam as barreiras de acesso reais (que são numerosas e muito relevantes) para aumentar a distância.

Experiências e dificuldades: Caps-AD

No contexto do Brasil existe uma experiência que funcionou durante um período com esta ótica: tratamento comunitário de baixo limiar e média complexidade. A organização que implementa esta abordagem parte de uma sólida experiência de comunidade terapêutica, na qual atividades de redução de danos e atenção psicológica estão articuladas com atividades educativas e de inserção no trabalho.

A porta de entrada: de baixo para cima

É através da redução de danos que se produz, por um lado, a entrada no mundo do não formal das comunidades locais e, pelo outro, a transformação de uma visão do universo da assistência aos consumidores de drogas.

Termos nos aproximado da redução de danos nos deu uma visão muito ampla do mundo externo (com relação à comunidade terapêutica), dos contextos comunitários, da forma de construir um encontro com um consumidor de drogas no momento no qual aquele não era como queríamos que fosse (como acontece pelo menos nas fases iniciais de aproximação à comunidade terapêutica). [Brasil 5.13]

Então a redução de danos amplia a visão que se tem dos consumidores de drogas, favorecendo que eles sejam percebidos como são e não como alguém espera que eles sejam. Isto significa que se “modifica o dispositivo das relações” e, por consequência, modificam-se também as representações que a sua vez modificam o dispositivo de relações, em um processo de retroalimentação e retroação contínua.

Isto ajudava as meninas da organização a perceber de maneira diferente o mundo interior da comunidade terapêutica e seu mundo externo, dando a todos uma perspectiva de futuro e de vitalidade (movimento). [Brasil 5.14]

Centros de baixo limiar e alta/média complexidade

Se existe um efeito no interior do “sistema” de assistência (no mundo dos chamados beneficiários) existe também um efeito no interior do sistema global. Esta transformação é o fenômeno que permite que se inicie uma mudança de sistema que conduzirá a experiência de um centro de média/alta complexidade e baixo limiar.

Em 2002 começamos a conhecer o tratamento comunitário, isto é, iniciamos a nos aproximar mais desta perspectiva que nos permitiu fazer de maneira renovada a redução de danos (não somente no sentido de promover a saúde mas também em uma perspectiva mais ampla). [Brasil 5.15]

Como se verá no exemplo seguinte, geralmente é útil inspirar-se em outras experiências, efetivamente existem experiências de “outros atores” das quais se pode aprender, sem submeter-se a elas, inspirando-se sem reproduzir, inovando, aprendendo da experiência e respeitando a necessidade de ser sensível aos fatores de contexto.

Tratava-se de estar no lugar de trabalho com um enfoque mais amplo, pensando do ponto de vista do usuário de drogas e não somente para ele; era poder trocar seringas pensando na amplitude dessa ação, no sentido que tinha para os usuários de drogas e para nós. Era ampliar o universo dos recursos em lugar de restringi-lo e, além disto, a abordagem com a ótica do tratamento comunitário parecia substituir a posição assistencialista da redução de danos (ir até, distribuir, entregar etc.) com um processo no qual o usuário era mais que um redutor de danos, era um professor em sua própria escola, por meio de sua vida. [Brasil 5.16]

Em que consistiu essa inovação? O que produziu essa hibridação entre uma abordagem e um contexto diferente? Produziu a inclusão das ações de redução de danos em um marco estratégico mais amplo (tática e estratégia); enriqueceu o

sentido das ações com o efeito que estas tinham nas redes e as redes sobre elas (isto significa que entregar seringas tinha impacto na relação com o usuário, na relação deste com os não usuários e com a comunidade etc.); produziu a criação de um novo ator: o redutor de danos; produziu a transformação do redutor de danos em um “professor” de sua escola, em uma pessoa que tinha algo que dizer e ensinar. Desta maneira, seu contexto e experiência de vida foi transformado em uma escola.

Esta abordagem produziu também outro efeito profundo: fez ver que não existe oposição entre redução de danos e comunidade terapêutica, ambos contextos operativos são parte do mesmo processo e se necessitam reciprocamente, sendo complementares entre si. Este produto foi causa e consequência de outros: a transformação da cultura operativa da comunidade terapêutica, de seus operadores e das pessoas em tratamento.

Portanto, teria sido impossível iniciar qualquer processo de tratamento comunitário se não tivéssemos tido essa experiência de redução de danos, sendo que no tratamento comunitário não se busca unicamente de implementar ações (distribuir seringas, informar, buscar os consumidores de drogas em seus lugares de vida), trata-se de inserir-se nesses contextos com uma proposta de relação e não de doutrinação, ou com uma tentativa encoberta de fazer que o outro fosse aquilo que nós desejávamos que fosse. [Brasil 5.17]

Foi sobretudo entre as pessoas em tratamento que esta aliança entre redução de danos e comunidade terapêutica teve um impacto determinante: a redução de danos fez visível capacidades e potencialidades insuspeitas que no âmbito da comunidade terapêutica ficavam ocultas, ou inativas, ou ainda pior, reprimidas pelo tipo de dispositivo. Pode-se dizer que nesta consideração encontra-se a semente daquele processo que mais tarde conduzirá a formular o conceito de “parceiros”.

A porta de entrada, neste caso, foi a redução de danos que implicou o início de uma transformação profunda no sistema de “atenção” e nas relações entre atores.

O encontro com as políticas.

A articulação dos processos nascidos de baixo no âmbito das políticas do país é essencial, é garantia de sustentabilidade e continuidade. Porém esta articulação com as políticas de cima para baixo não acontece em um terreno sempre oportuno e facilitado.

Estávamos iniciando as atividades do Caps-AD e tudo era muito novo comparado com aquilo que fazíamos. Ali reinava a internação psiquiátrica e o ambulatório de saúde mental. A redução de danos era aceita, porém não conseguíamos que fosse aceita oficialmente. Éramos percebidos como aqueles que usavam drogas ou que aceitavam o uso de drogas de maneira incondicional. Éramos também livres para poder criar, inventar e provocar. [Brasil 5.18]

Existia, então, uma política que se estava pouco a pouco desenvolvendo, a conexão com esta política era difícil em função de práticas dificilmente conciliáveis, preconceitos, falta de relações e espaços de encontro e diálogo. Fazia falta construí-los. Neste caso, a organização que liderou esta experiência decidiu adotar a estratégia do tratamento comunitário iniciando com o primeiro passo do SET: construir/evidenciar a rede de líderes de opinião. Para fazer isto adotou uma estratégia original de construção de conhecimento, de rede e da liderança simultaneamente.

No ano precedente (2004), na época das eleições para prefeito, organizamos um evento no qual convidamos todos os candidatos e promovemos um debate sobre o tema das drogas. Para a surpresa de todos e particularmente minha, vieram todos e o debate mudou significativamente a posição dos candidatos. Este evento contribuiu, entre outros, a aumentar nossa força e ganhamos um pouco de respeito. [Brasil 5. 19]

A comunidade e seus Dispositivos

Mudança de posição significa mudança de representação social e também mudança de relações. Esta é uma ação típica de tratamento comunitário enfocada nas redes: identificá-las, fortalecê-las, colocá-las em interconexão, mudar representação social e relacional.

Do ponto de vista da articulação (entre atores) observou-se que cada um dos candidatos tinha sua rede específica, com contextos de atuação e filosofias próprias. Existiam os candidatos com maior foco na periferia, outros que atuavam principalmente no campo dos direitos humanos, outros com posicionamento mais religioso. Ter abordado estes mundos a partir de um tema (neste caso, as drogas) favorecia a articulação das posições, mesmo que estas fossem divergentes, principalmente a articulação com grupos diferentes, e com os grupos dos quais os candidatos e suas redes operativas trabalhavam. [Brasil 5.20]

As consequências da construção de um espaço no qual se encontram líderes diferentes é que se podem encontrar também os nós das redes desses líderes e seus territórios. Por meio deste “efeito de rede” foi possível encontrar, também, os consumidores de drogas utilizando um caminho que não é o caminho da assistência mas o caminho da construção de alianças, da construção de redes. Isto implicou uma representação diferente deste outro (o consumidor de drogas) e, por consequência, uma relação diferente: foi encontrado como ator político, e não como paciente.

Com estas relações/representações transformadas, é possível que surja também uma forma de participação especial: a cooperação, o intercâmbio de “presentes” (pedidos, demandas de ajuda, formas de ajuda concreta etc.).

O debate favoreceu que grupos diferentes pudessem escutar-se reciprocamente e, desta maneira, relacionarem-se por meio de um tema comum. Durante o período eleitoral, e também depois deste, foi possível experimentar uma

Centros de baixo limiar e alta/média complexidade

proximidade entre estes mundos, por meio de trocas de favores, de pedidos de apoio, de curiosidade em conhecer o mundo do outro. [Brasil 5.21].

Que uma campanha política possa ser utilizada também como uma oportunidade para o tratamento comunitário é uma peculiaridade da pesquisa na ação, a qual se fundamenta naquilo que a comunidade sabe produzir e produz, propondo modificações de sentido mais que ações que modifiquem outras ações.

Transformações: o difícil caminho da mudança

Introduzir uma ótica de tratamento comunitário, transformá-la para que seja sensível ao contexto, não é um exercício sem dificuldades. O tratamento comunitário tem um método de ação, tem instrumentos de registro das informações que servem para avaliar processos e resultados; isto implica treinamento, profissionalização, implica confrontar-se com os resultados das avaliações (internas e externas), isto transforma profundamente o tecido de uma organização.

Iniciamos com as folhas de primeiro contato e a avaliação do tratamento comunitário (CBT). Estes instrumentos nos ajudaram a entender mais aquilo o que as equipes faziam realmente, com relação ao que faziam com as pessoas “beneficiárias”. Durante o primeiro ano um dos resultados da avaliação do tratamento comunitário foram as renúncias ou abandonos de alguns redutores de danos. Nesta época passamos por um período de tensão muito forte. [Brasil 5. 22]

Mudar não é uma experiência de “serenidade”, principalmente quando se descobre que o que se está fazendo não corresponde exatamente ao que se pretende fazer. Este é, comumente, o impacto de um processo de crescimento profissional de uma equipe, quando esta confronta-se com os objetivos de seu

A comunidade e seus Dispositivos

trabalho em contextos muito turbulentos como são as comunidades de alta vulnerabilidade. Isto acontece, em particular, quando é necessário aprender a trabalhar com atores com os quais é necessário construir um lugar operativo, um perfil profissional. Neste caso, o trabalho de redução de danos, por um lado, e começar a implementar processos de avaliação, pelo outro, foi quase um efeito perturbador nas equipes.

A equipe estava acostumada a não ser controlada e a trabalhar de maneira dispersa. Por isto os redutores de danos criaram sua própria maneira de trabalhar, na qual às vezes mentiras e verdades se confundiam e eram explicadas sempre sob o ponto de vista da ilegalidade: “não fui ao trabalho porque ali estavam os policiais”; “Não fiz a folha de primeiro contato porque a pessoa não nos deu as informações” (no tratamento comunitário as informações são também os não ditos, as impressões, porém isto só acontece se o redutor de danos está em relação com as pessoas e não é unicamente um distribuidor de folhetos). [Brasil 5. 23]

Nestes contextos de trabalho altamente turbulentos as dificuldades às vezes se somam e às vezes se multiplicam, criando complexidades inesperadas que necessitam maior clareza e processos para produzi-la. Estes processos podem levar a que o “sistema” torne-se mais rígido e que surjam conflitos entre membros da equipe. O risco é que se produza no interior do sistema de atenção o mesmo tipo de conflitos que se encontram na comunidade. Este fenômeno às vezes é inevitável, porém pode converter-se em uma oportunidade se a equipe sabe utilizá-los para entender a comunidade e para encontrar, na equipe e nas redes operativas, respostas e propostas para o trabalho com a comunidade.

Implementar a redução de danos em contextos nos quais não foi experimentada antes evidenciou os limites do treinamento “instrumental” (sobre seringas e preservativos e sua distribuição ou troca). Em segundo lugar, de maneira às vezes

dramática, produziu uma forma mais integrada de treinamento combinando-o com a formação (a mudança das atitudes relacionais do redutor de danos).

Depois disto pudemos valorizar as pessoas que haviam continuado no processo, reforçamos as atividades na comunidade e encontramos redutores com mais experiência e, alguns deles, com vinculações menos fortes com a marginalidade. Tratamos assim de equilibrar o grupo e melhorar nosso trabalho. Também os processos de formação mudaram. [Brasil 5.24]

A formação orientada em particular na análise crítica dos fatos, e por meio destes produzir maior clareza nas propostas, é o caminho real para governar as turbulências e dar sentido à ação. Isto produz a possibilidade de novas mudanças.

Começamos então a imaginar que poderíamos pensar em implementar um Caps-AD no espaço que havíamos construído. Nos articulamos com o coordenador de saúde mental da cidade e fomos buscando adaptarmos aos requisitos exigidos pelo Ministério da Saúde. Estes eram: ter uma equipe, um plano de trabalho e um espaço adequado. [Brasil 5.25]

O encontro com políticas de cima para baixo significa também o encontro com práticas e processos que são o resultado de anos de experiências, de construção paciente e profissional de respostas, de modelos e estratégias às vezes também avaliadas com rigor.

Proposta de encontro entre “acima” e “abaixo”.

A política nacional previa a criação de dispositivos de média e alta complexidade. Com a intenção de ilustrar esta experiência e a maneira com a qual se articulou com as políticas nacionais, cita-se alguns fragmentos da normativa oficial:

A comunidade e seus Dispositivos

Caps-Ad.- Serviço de atenção psicossocial para pacientes com transtornos de uso, ou dependência de substâncias psicoativas, com capacidade operativa para uma população superior a 70.000, com as seguintes características: (a) constituir-se como serviço ambulatorial de atenção diária (...); (b) sob a coordenação do gestor local, ser responsável da organização da demanda e da rede de instituições de atenção aos usuários de drogas e álcool; (c) possuir as capacidades técnicas para desempenhar o papel de regulador e porta de entrada da rede assistencial local no contexto de seu território; (d) coordenar, no contexto de suas competências, as atividades de supervisão dos serviços; (e) supervisionar e capacitar as equipes; (f) realizar e manter atualizado o censo dos pacientes, (...) e dos medicamentos excepcionais; (g) estar em função das 08:00 às 18:00 horas, organizado em dois turnos, durante os cinco dias úteis da semana, podendo incluir também um terceiro turno até as 21:00; (h) manter de duas a quatro camas para a desintoxicação e o descanso. [Brasil 5.26, regulamento oficial]

Para poder assegurar todos estes serviços (e as atividades subjacentes) se previa a presença de um médico psiquiatra, de um enfermeiro com formação em saúde mental, de um médico clínico, de quatro profissionais (psicólogos, sociólogos etc.), de seis profissionais de nível médio (administrativo, enfermagem, educação etc.). Quais atividades?

4.5.1. A assistência prestada aos pacientes no Caps-AD para pacientes com transtornos de uso ou dependência de substâncias psicoativas inclui as seguintes atividades: (a) atenção individual (medicamentos, psicoterapia e orientação entre outros); (b) atenção em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de apoio psicossocial entre outras); (c) cursos terapêuticos animados por profissionais de nível superior ou médio; (d) visitas domiciliares; (e) atenção aos familiares; (f) atividades comunitárias enfocadas para a integração do adicto em sua comunidade e em sua família; (g) os pacientes atendidos em um turno (4

Centros de baixo limiar e alta/média complexidade

horas) receberão uma refeição diária, aqueles que serão atendidos em dois turnos (8 horas) receberão duas refeições diárias; (h) processos de desintoxicação. [Brasil 5. 27 regulamento oficial]

Vista de baixo para cima, a partir da redução de danos e sua experiência nas comunidades, esta proposta era ao mesmo tempo uma oportunidade e um desafio. Era uma oportunidade principalmente pelos recursos humanos (competências, experiência, conhecimento) e materiais que eram investidos. Era um desafio porque a estratégia era totalmente predefinida e o dispositivo demasiado rígido para poder dialogar com as turbulências de uma comunidade altamente vulnerável. A resposta ao desafio inicia com uma pequena revolução no objetivo.

Realizar um modelo de intervenção comunitária que permita um diálogo com os consumidores de drogas incluindo-os em uma rede na qual participam diversos atores: instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e cidadãos que se ocupam em vários níveis, de atividades de prevenção da vulnerabilidade, de atenção, de luta contra a pobreza e a marginalização e para a promoção de políticas sociais eficazes. [Brasil 5. 28]

Desde a abertura reflete-se a centralidade das redes e, em particular, das redes de recursos comunitários, a centralidade do consumidor de drogas, ele também como ator e não fechado no seu papel de usuário, a inclusão da pobreza e da marginalização como elementos que o tratamento tem que enfrentar. Por consequência, não se trata somente de drogas e a finalidade não é a abstinência do consumo. A finalidade é:

Favorecer a inclusão social e estabelecer condições para uma autonomia econômica e a sustentabilidade. Oferecer perspectivas de emancipação com relação a experiências de dependência de substância psicoativas, e as

consequências da exposição a situações de risco. Oferecer processos de capacitação para o trabalho. [Brasil 5. 29]

Para que isto fosse possível foi necessário implementar estratégias pontuais e claras. Nisto se observa uma posição de partida diferente com relação a aquela proposta pela política pública, e mesmo assim sinérgica com ela.

1. Mobilização: instrumentos lúdicos para reduzir os fatores de risco e aumentar aqueles de proteção relacionados às drogas. Junto a este implementa-se um trabalho de tipo cultural com a comunidade: grupos de música e teatro (...) por meio dos quais são abordados temas relacionados com a saúde, a educação, drogas, gravidez precoce, segurança etc. [Brasil 5. 30]

O tratamento inicia com a melhoria do que se pode chamar as “habilidades socioculturais” das pessoas e de suas condições de vida cotidiana, iniciando com as condições relacionais; por isto o tratamento comunitário começa com o trabalho de redes. A expectativa é que esta abordagem seja a base para criar, fortalecer e manter a motivação até a mudança. Esse é também o contexto no qual emergem os conteúdos relacionados com os temas clássicos da prevenção e da redução de danos, com os horizontes da reabilitação e da saída do mundo da dependência patológica. Este trabalho leva sucessivamente a constituir um espaço relacional de atenção para consumidores de drogas que necessitam e pedem redução de danos. Entende-se, assim, que entre as tarefas fundamentais da equipe encontra-se também aquela de criar um espaço relacional que permita um encontro, que fortaleça vínculos. É assim que o modelo operativo (ou dispositivo) pouco a pouco se desenvolve; isto significa que não está pensado completo desde o início mas desde o início está pensado para poder-se desenvolver.

2. Redução de danos e trabalho de rua. Existe uma equipe de profissionais redutores de danos, estes trabalham na rua, nos lugares de concentração dos consumidores de drogas com o propósito de promover modalidades de uso seguro de drogas e estabelecer uma relação duradoura com eles. Neste caso, a proposta que os redutores de danos têm é a da inclusão em um grupo de acolhida especificamente focado na redução de danos. Este grupo realiza-se na sede do Caps-AD e acolhe especificamente consumidores de drogas ilícitas que não desejam, em princípio, deixar de consumir, e sim têm interesse em seguir consumindo com o menor dano possível. [Brasil 5. 31]

As ruas das comunidades locais são lugares naturais de socialização, são os lugares da redução de danos e do trabalho com a comunidade. Nestes lugares começa a ter forma uma primeira e fundamental estratégia de construção de relações e de dispositivos de ajuda. Estes dispositivos favorecem uma conexão com outros como, por exemplo, os grupos de acolhida que se encontram localizados na sede do Caps-AD. Desta maneira cria-se também uma vinculação entre dispositivos não formais e dispositivos formais. Trata-se, porém, somente de um primeiro passo. Iniciar ou estabelecer uma rede de derivações não significa necessariamente trabalhar juntos em um sistema articulado.

3. Assistência. Atenção aos jovens e adolescentes em situação de risco por meio de uma abordagem que consiste no oferecimento de (i) diversas atividades (artes, esporte, informática, cozinha, grafite, break dance etc.); e (ii) atenção por meio de diversos núcleos/grupos/equipes (atenção às famílias, ao trabalho, pedagógico, jurídico, de psiquiatria e psicologia). Esta abordagem tem a finalidade de construir vínculos afetivos e promover uma aproximação global ao tema de saúde. Junto com isto se dará diretamente atenção na rua (atenção psicológica e médica na rua). [Brasil 5. 32]

A atenção aos adolescentes ilustra o peculiar desta proposta: criar um contexto geral de “educação e relação” que sirva como dispositivo de vida em comum (neste sentido também comunitário), no qual se implementam atividades (um dever fazer juntos) e organização (os núcleos, por exemplo). O primeiro componente (as ações) serve para dar respostas concretas a demandas ou necessidades concretas, o que é essencial. O segundo componente (organizativo) é mais estratégico: serve para produzir ou fortalecer na comunidade, e entre os adolescentes, modalidades de organização que permitam pouco a pouco a apropriação dos processos de fortalecimento frente a situações de risco.

4. Acolhida. São parte da acolhida algumas atividades como, por exemplo: teatro, artes plásticas, vídeo. Estas atividades permitem por um lado o fortalecimento da relação e a aderência ao programa, e por outro a manifestação das demandas em um contexto geral de prevenção e de promoção da vida. [Brasil 5.33]

No interior das estruturas físicas do Caps-AD, caracterizado pela visão de baixo para cima e do tratamento comunitário, a porta de entrada é “acolher”. Aquilo que se sublinha aqui é que a porta de entrada não é a triagem, não é filtrar, não é diagnosticar, orientar etc.... a porta de entrada é construir um espaço no qual podem nascer relações em um contexto onde “alguém pode viver bem”, com prazer. Este espaço de bem viver e de relações é a base sobre a qual pode-se implementar as outras formas de atenção. Isto não significa que se tem que fazer um (acolher) e sucessivamente o outro (atenção), pode-se implementar simultaneamente; aquilo que é útil recordar é que fazer o segundo sem o primeiro, é fazer um trabalho sem bases.

5. Atenção. (i) atenção clínica; (ii) atenção psicoterapêutica; (iii) atividades de terapia e oficinas artísticas; (iv) assistência às famílias desenvolvida com o apoio de grupos de acolhida para as famílias, grupos de orientação familiar, terapia sistêmica das famílias; (v) permanência durante o dia, indicada quando existem

casos que necessitam de cuidados intensivos ou semi-intensivos; os pacientes podem estar presentes nos turnos da manhã e nos turnos da tarde ou em ambos turnos em função das necessidades de cada caso; (vi) camas para o descanso e a desintoxicação: os pacientes serão indicados depois de uma avaliação feita pela clínica geral ou a clínica psiquiátrica. [Brasil 5.34, documento oficial]

A atenção médica e psicológica encontra-se em um dispositivo muito mais amplo, não é o foco da atenção, não é o lugar exclusivo de investimento afetivo e simbólico. Por outro lado o “coração” do tratamento não são as substâncias e todos seus rituais (rituais para buscá-las e consumi-las, ou rituais para obter e consumir os medicamentos prescritos pelos médicos), não são nem mesmo um aspecto secundário. As substâncias são um dos elementos do sistema, um entre outros. As substâncias e seus rituais deixam de ser o lugar de investimento emocional mais importante, esse lugar é ocupado pelas relações.

O trabalho no centro (Caps-AD) é somente um dos elementos do sistema de tratamento. Também no trabalho de rua e de comunidade as relações na vida cotidiana produzem mudanças no dispositivo. É graças às mudanças que paulatinamente se fazem nos dispositivos que foi possível pensar e organizar um centro de escuta comunitário.

6. Centro de escuta comunitário. Localizados nos bairros (...) os centros de escuta podem ser considerados como os pontos de chegada de um processo de prevenção na comunidade local. Entende-se com isto que estes centros podem constituir um momento central de um programa de redução de danos, e também serem considerados como ponto de início de uma aproximação ao tratamento comunitário. [Brasil 5. 35]

A comunidade e seus Dispositivos

Os centros de escuta comunitários são inicialmente uma forma de organizar as relações entre atores comunitários (incluindo os consumidores de drogas). Os centros de escuta assumem um duplo papel: ser uma das portas de entrada em um sistema de atenção (esta é a ótica de UNODC, comentada anteriormente), ser um lugar de tratamento produzido por meio de uma estratégia de baixo para cima. Desta maneira, o centro de escuta é um dos instrumentos da prevenção e também um de seus produtos.

Visitamos o Núcleo de VG, uma casa adquirida recentemente pela comunidade e posteriormente reestruturada, que estava operando há dois meses. Os consumidores de drogas que a frequentam fazem desta estrutura uma avaliação muito positiva. As palavras que eles mesmos escolhem para avaliar o projeto em seu conjunto são “tudo está bem”, “uma melhoria para nosso bairro”, “amigos”, “felicidade”, “felicidade para todos”, “valor”, “companheirismo”, “confiança”, “atitude”, “fé”. [Brasil 5.36]

Esta casa reestruturada era, anteriormente um prédio utilizado pelos consumidores de drogas. Durante a implementação do projeto se esteve falando com eles e a comunidade com relação ao destino desse prédio e se deu vida a um centro de escuta. Eles mesmos assumiram a sua gestão e quando as atividades do projeto terminaram eles continuaram a desenvolver iniciativas inspiradas no que se fez inicialmente junto com eles. Quando, depois de alguns meses, pudemos regressar nessa comunidade, os habitantes nos convidaram novamente para trabalhar com eles. [Brasil 5.37]

Este é um bom exemplo do conceito da prevenção no âmbito do tratamento comunitário, no qual esta é principalmente a organização dos recursos e das respostas das comunidades. Sem a participação da comunidade (da gente que se organiza ou que encontra uma organização) esse centro de escuta nunca teria podido existir. Posteriormente e graças a este processo de participação, este centro

de escuta foi também um lugar (relacional pelo menos, e às vezes também com uma pequena estrutura física como um quarto, por exemplo) de início de processos de mudanças para os consumidores de drogas, sem que isto significasse deixar suas comunidades de origem ou seguir vivendo ali rodeados de estigma e de rejeição.

Para que isto seja possível, a “terapia” como se entende habitualmente não é suficiente. Trabalhando desta maneira foi possível, também, entender que é necessário fazer outras ações que não sejam imediatamente percebidas ou consideradas terapêuticas ou, melhor, ampliar o conceito de terapia incluindo outras ações que curam.

7. Criação de núcleos de profissionais em geração de renda. Formação e produção: o treinamento para o trabalho dos consumidores de drogas engloba todas as atividades que estão dirigidas até eles durante sua permanência no projeto, e inclui atividades reflexivas (grupos de encontro e discussão), criativas (oficinas práticas), informativas/educativas e produtivas. [Brasil 5.38]

A educação, a capacitação para o trabalho, o trabalho produtivo que favorece a autonomia econômica e a autonomia da própria existência, são estratégias que não somente contribuem para a cura como também curam, enquanto estão inseridas em um dispositivo mais amplo que abarque outras formas de atenção e desenvolvimento. O trabalho, a capacidade produtiva (respeitando os limites das pessoas) em um contexto digno é um eixo, um componente fundamental do tratamento comunitário.

Criou-se uma oficina de serigrafia em que um dos usuários de drogas era o responsável. Nesta oficina havia uma quantidade determinada de produtos que tinham que ser estampados durante o dia. Cada usuário que tivesse o desejo de ganhar um pouco de dinheiro (para pagar a passagem de ônibus ou para qualquer coisa que ele quisesse) podia estampar camisetas e a cada uma delas recebia uma quantidade de dinheiro. Nesta oficina tínhamos o apoio de S., uma

professora de *silk screen*. Era uma pessoa que não tinha nada de convencional que iniciou sua assessoria no Caps-AD pintando um grande quadro que decorou o lugar no período em que ele esteve funcionando. [Brasil 5.39]

Esta iniciativa parece simples, na realidade é, porém implica resolver alguns desafios: ser produtiva, ser flexível, ter uma coordenação operativa (neste caso assumida por um parceiro), ter apoio de uma assessoria (articulada com o responsável da atividade), ter uma organização que vendia os produtos, ter uma organização que permitia a todos aprender e trabalhar estando unidos como grupo. É simples, porém complexa.

Fortalecer o comunitário, dar sentido aos processos

Esta proposta não é possível sem a participação de atores que não fazem parte daquela que comumente é chamada “a equipe” (ver, por exemplo, a descrição da equipe nos fragmentos sobre política pública citados anteriormente: Brasil 5.26 e 5.27).

A criação da rede operativa e da rede de recursos comunitários pode ter, entre suas estratégias, a formação de multiplicadores. A formação de multiplicadores tem pelo menos três aspectos: por um lado trata de resolver o problema causado pela pobreza das condições financeiras dos países que investem neste tipo de programas; em segundo lugar promove o protagonismo dos atores comunitários, que é um elemento indispensável na abordagem comunitária; e, finalmente, promove uma transformação na representação das equipes de trabalho incluindo as pessoas e atores que habitualmente não se encontram no âmbito dos profissionais.

8. Multiplicadores. Esta iniciativa pretende formar, durante o tratamento comunitário, multiplicadores entre os beneficiários (incluindo prevenção e profissionalização) com o propósito de aumentar a qualidade das intervenções. Este tipo de proposta exige de todos uma posição participativa e construtiva (...)

desta maneira é possível ampliar a dimensão de nossas ações e beneficiar a um número maior de usuários e de seus filhos. [Brasil 5.40]

Aquilo que se evidencia neste fragmento é que os “beneficiários” das atividades (os parceiros das equipes, na realidade) asseguram não somente que se amplie o território de atenção incluindo mais pessoas, como também a sua participação garante a qualidade dos serviços. Isto com a condição de que existam processos formativos! Pode-se também pensar que este processo formativo (que tem como objetivo criar ou fortalecer a rede operativa) está orientado à criação de uma minoria ativa na comunidade. O último componente da estratégia é o trabalho de redes, com o qual também se havia iniciado (com a estratégia de mobilização)!

Segurança e continuidade: a comunidade como rede

O trabalho de rede tem também a função de garantir a segurança de todo o sistema de tratamento comunitário, como diz claramente o fragmento [Brasil 5.41] extraído da proposta do Caps-AD comunitário. Entende-se efetivamente que o trabalho nas comunidades de alto risco apresenta situações de risco, e se se adota uma estratégia de “baixo limiar” os riscos não podem ser diminuídos criando espaços fechados. O processo por meio do qual se constrói segurança é o trabalho de e com redes.

9. Trabalho de rede. Em situações de exclusão grave, violência grave, pobreza, organizações sociais baseadas em processos de resiliência e sobrevivência, pode ser impossível iniciar ações que garantam a segurança do operador, da pessoa ajudada e também dos resultados do trabalho. Por esta razão é importante construir um cenário mínimo de segurança. É por isso que o trabalho na comunidade inicia-se com a construção de um contexto no qual seja possível trabalhar, este contexto é comumente chamado “dispositivo” ou *set*. [Brasil 5.41]

A comunidade e seus Dispositivos

Como se viu nos capítulos 2 e 3, o ponto de partida do tratamento comunitário consiste em construir o dispositivo. Uma das características deste dispositivo é que tem que garantir segurança a todos os atores que estão implicados nele. A construção de uma rede subjetiva comunitária (Capítulo 2) é a estratégia principal para alcançar este objetivo.

A construção desta rede/dispositivo inicia-se com a construção de vínculos “amigáveis” e desenvolve-se, a seguir, com um trabalho de pesquisa na ação (SET) que começa tratando de responder a algumas perguntas como, por exemplo, como pensa “a comunidade”? O que é uma comunidade? O que é uma comunidade de alto risco? Por que pensar na comunidade em vez de seguir no mesmo, fazendo atividades de cima para baixo? Produzir um conceito é dar palavras a uma representação, é imaginar relações, é construir possibilidades.

O trabalho na comunidade começou porque entendeu-se que nenhuma organização ou instituição podia, por si só, dar resposta para as demandas e problemas que se encontram em uma comunidade local. Entendeu-se que somente com a participação da comunidade e de seus recursos era possível melhorar algumas de suas situações e, às vezes, dar respostas eficazes a algumas de suas necessidades. [Brasil 5.42]

O primeiro passo na construção deste conceito é reconhecer um dado de realidade: ninguém em uma comunidade local pode enfrentar as dificuldades da comunidade por si só, nem mesmo a comunidade pode fazer por si só (esta é uma das razões de sua permeabilidade e também uma de suas consequências).

Na nossa proposta adotamos o conceito de comunidade entendida como um conjunto de redes que funcionam também como sistema. São essas redes e as inter-relações entre elas que produzem e dão vida às pessoas, que produzem o social, que produzem a comunidade. [Brasil 5.43]

A comunidade são as pessoas organizadas em redes, mesmo que as redes não sejam visíveis. Pensar a comunidade como sistema de redes permitiu também encontrar um conceito que pode ser traduzido em estratégias e ações, e ainda utilizar as aprendizagens da abordagem de redes para fazer visíveis características das comunidades que estavam ocultas (por exemplo, sua permeabilidade, as características e funções de suas fronteiras, a relação entre densidade e amplitude, os efeitos de centralização, o peso dos laços, a estrutura e as dinâmicas de construção e transformação do poder etc.). Esta última estratégia proposta pelos parceiros brasileiros fecha o círculo do processo no ponto onde o processo se inicia: o trabalho de redes. Isto significa que este trabalho de rede é o instrumento com o qual se inicia a construção do dispositivo e com o qual este é renovado periodicamente.

Uma equipe – uma rede operativa de alta complexidade e baixo limiar

A realização destas atividades e sua articulação em um processo unitário exigia não somente a presença de recursos humanos com conhecimentos e capacidades diferentes e diferenciadas (aqui também com a presença de um psiquiatra, enfermeira, profissionais e técnicos), assim como de uma estratégia que articulava cada uma das pessoas com as outras.

O fragmento que se apresenta agora ilustra como a presença das diferenças foi articulada respeitando, ao mesmo tempo, a necessidade do baixo limiar e de alta complexidade. Isto não significa que não houvessem dificuldades e problemas a superar, sendo que era o desenho (representação social) do dispositivo que começava a mudar de maneira significativa.

Cada uma das pessoas da equipe tinha um ponto de apoio entre os usuários de drogas e uma comunidade. Por exemplo: S., que era psicólogo, atuava também como apoio nas atividades de A., que era o responsável pela lavanderia e tinha como ponto de referência na comunidade a F, uma líder comunitária que nos

A comunidade e seus Dispositivos

emprestava sua casa para que fosse possível fazer as reuniões de grupo. Era um cenário no qual a engrenagem construída entre Caps-AD, *drop in* e comunidade possibilitava ter “especialistas” em cada uma das iniciativas e contextos e também articular os vários grupos de trabalho com sua função. Por exemplo: A cuidava dos carros no Caps-AD, ao mesmo tempo era líder na sua comunidade, professor na oficina de tapetes e aluno na oficina de vidro. [Brasil 5.44]

Neste caso, os promotores desta iniciativa utilizam a palavra “engrenagem”, é uma boa abordagem ainda que um pouco mecânica. O fragmento restitui uma visão deste tipo, porém também uma sensação de necessária fluidez, harmonia e flexibilidade para que este dispositivo fosse efetivamente uma ferramenta de trabalho. Isto é, todavia, mais visível quando se lê o fragmento a seguir:

Cada função que eles assumiam nesta engrenagem envolvia também toda sua rede. Esta engrenagem tinha um movimento flexível e tinha a vantagem de dar poder a todos, exigindo de todos que foram ao mesmo tempo e em contextos diferentes, colaboradores e coordenadores. [Brasil 5.45]

Então, o primeiro passo era ter na equipe pessoas com características profissionais diferentes (como exigia a normativa da política pública). O segundo passo era criar uma articulação com os contextos operativos: dentro do Caps-AD e fora dele (rua e comunidade). Neste caso, a escolha foi que todos os membros da equipe operavam no Caps-AD e na comunidade. O terceiro passo foi articular as pessoas entre si. A decisão, neste caso, foi por criar uma rede de maneira que todos “apoiaram” a todos, como em um jogo de xadrez no qual um bom jogador sempre apoia uma peça com outra sem descuidar nenhuma. S. apoia o trabalho de A. (que é o responsável da lavanderia no Caps-AD) e é apoiado por F. quando trabalha na comunidade. Se se fizesse uma matriz de incidência desta articulação em rede se

observaria, provavelmente, uma alta densidade que evidenciaria a força das interconexões entre os membros da equipe. Por outro lado F. não é membro da equipe, rebaixam-se assim as fronteiras da equipe para entrar no território da rede operativa (ver mais acima o tema dos multiplicadores e no Capítulo 3 o tema da rede operativa).

O quarto passo introduz o tema da complexidade no contexto das diferentes tarefas que uma mesma pessoa deve cumprir: “A. no Caps-AD cuidava dos carros, na comunidade era um líder e ao mesmo tempo professor da oficina de tapetes e aluno no curso de vidro”. Para que isto seja possível, sem criar confusões, necessita-se de uma disciplina operativa muito rigorosa, reuniões de equipe, supervisão. Sabe-se que um sistema aumenta sua fragilidade ao aumentar sua complexidade, por consequência como o tratamento comunitário necessita de altas complexidades está baseado, também, em sistemas altamente frágeis. A decorrência disto é que é necessário investir muita energia e recursos para reduzir as consequências desta fragilidade e em reparar aquilo que inevitavelmente se rompe.

A articulação da complexidade torna-se mais importante quando acontecem situações como a seguinte: “Montamos uma oficina de serigrafia na qual um dos consumidores de drogas era o responsável [Brasil 5.39]”. Neste caso, a mesma pessoa é usuário no tratamento, responsável de uma atividade produtiva e como tal membro da equipe operativa e de da rede operativa. Como membro da rede operativa está articulado com outras pessoas que consomem drogas e que podem ser seus recursos, estes ao mesmo tempo podem ser beneficiários do projeto. Ainda que às vezes tenha muito sentido que em um sistema de tratamento exista uma demarcação clara e rígida entre “pacientes” e “terapeutas”, observa-se que nesta experiência de tratamento comunitário essa demarcação às vezes tem mais um sentido de obstáculo e resistência que um sentido de busca da melhor solução prática, da melhor abordagem em termos de eficácia e eficiência.

Proposta e ação.

Passar da proposta à ação implicou uma mudança de cultura para toda a equipe e a rede operativa. Isto produziu dificuldades, que fizeram aparecer outras estratégias e abordagens, enriquecendo o leque de respostas.

Alguns meses depois, em 2006, inauguramos o Caps-AD comunitário. Para isto tivemos que mudar de casa e conseguimos que esta fosse alugada pela prefeitura. Na inauguração participaram o prefeito, o secretário de saúde e todos os representantes da comunidade. Este foi um acontecimento famoso porque fora de onde se fazia o evento haviam jovens fumando maconha, fazendo com que rumores de que estávamos liberando a droga chegassem no âmbito nacional. [Brasil 5.46]

Trabalhar com uma ótica de muito baixo limiar e de participação tem suas consequências. Neste fragmento observam-se algumas. A mais visível é que a fronteira de separação entre o mundo dos serviços e a comunidade já não é fronteira, mas uma linha muito sutil, isto significa abaixar o limiar. É compreensível que isto produza reações e dificuldades, estas indicam que existe uma cultura que é necessário mudar, porque o propósito é que as pessoas se aproximem e participem, que as pessoas (consumidoras) sejam parceiras para poderem se emancipar do uso drogas. Se isto é o que se pretende, talvez resulte mais produtivo não se escandalizar se os consumidores não deixam as drogas como pré-condição para ser nossos parceiros, e estar satisfeitos se nossa *parceria* promove uma emancipação da droga.

Esta *parceria* (relação entre sócios e aliados) é um desafio também para os membros da equipe, porque implica uma mudança das condições de trabalho, e isto tem consequências. Recorde-se que o dispositivo do tratamento comunitário combina muito baixo limiar com média e alta complexidade. Na avaliação dos limiares e complexidades percebeu-se como a correlação entre limiar e complexidade dá

Centros de baixo limiar e alta/média complexidade

segurança aos membros da equipe porque podem utilizar a complexidade de seus dispositivos para aumentar o limiar de acesso e aumentar a segurança, ou a percepção de segurança interna. Mudar essa lógica é possível, é necessário portanto assumir as resistências e as dificuldades que isto produz.

Todos os membros da equipe, desde o psiquiatra até o redutor de danos e o assistente de limpeza, faziam metade de seu trabalho nas comunidades nas quais eles atuavam (...). A princípio era difícil administrar esta proposta organizativa e tivemos que lidar com as resistências de alguns dos membros da equipe que se sentiam diminuídos e desvalorizados por esta estratégia. [Brasil 5.47]

Um dispositivo de trabalho é também um dispositivo de poder, poder que é necessário para o tratamento, sendo que as relações assimétricas são preciosas para produzir movimento, para mobilizar. Portanto, no tratamento comunitário são modificados alguns elementos sobre os quais se baseia esse poder (nem por isto são eliminadas as relações assimétricas). Entre os elementos que se modificam encontra-se o contexto no qual se constrói e estabelece a relação que é o instrumento principal do tratamento. Esta capacidade de estabelecer a relação não depende somente da capacidade do “paciente” em adaptar-se ao dispositivo relacional da cura (respeitando as assimetrias profissionais), mas também a capacidade do “terapeuta” de adaptar-se a um contexto de cura que não respeita os parâmetros clássicos de sua profissão (por isto se chama de baixo limiar), quer dizer que modifica profundamente as assimetrias. O governo da transformação da equipe é um dos instrumentos que permite e favorece esta transformação.

Um pouco de firmeza e de valorização do trabalho que se fazia na comunidade foi suficiente para que paulatinamente a equipe fosse entendendo e também gostando desta abordagem que leva ao mundo dos consumidores de drogas, seus contextos de vida e suas histórias. [Brasil 5.48]

Por “valorização do trabalho realizado na comunidade” entende-se: a explicação e a compreensão do sentido que tem o estar ali, nos lugares de vida das pessoas, “sentido” em termos de continuidade dos processos de tratamento, de governo do consumo problemático (também quando este havia sido suspenso), das interrupções dos processos, da manutenção no âmbito das relações que dão segurança a todos (Milanese, 2009b). Para isso, o instrumento de trabalho utilizado foi a gestão integrada de casos.

Dificuldades e respostas

A implementação do Caps-AD comunitário seguindo a proposta do tratamento comunitário também enfrenta outros tipos de dificuldades. A primeira tem a ver com a reação da população na qual o Caps-AD foi estabelecido.

Uma das primeiras dificuldades foi com os vizinhos. O bairro onde nos encontrávamos era de classe média. De fato este espaço encontrava-se em um lugar estratégico (tinha uma posição central com relação às comunidades onde estávamos trabalhando e também perto do terminal de ônibus urbanos). Durante as primeiras semanas as ruas acostumadas a estarem tranquilas começaram a acolher jovens, pessoas que haviam usado drogas, que cometiam pequenos roubos, barulho e usavam constantemente drogas nas esquinas. [Brasil 5.49]

A implementação deste tipo de serviço em uma comunidade tem implicações na sua vida cotidiana, este fragmento é um exemplo muito ilustrativo. De nenhuma maneira é um fato neutro. Este exemplo ajuda a entender, também, aquilo que acontece quando se estabelece, ou se tem a intenção de estabelecer, um centro de baixo limiar em uma comunidade de alto risco, ou cada vez que se promove uma iniciativa para eliminar os processos de exclusão, com a proposta de fortalecer aqueles que incluem. O que acontece é que as pessoas ou grupos que participaram dos processos de exclusão se sentem invadidos em seu território e ameaçados. Neste caso, o que se estava propondo, era um processo de inclusão de um grupo de

pessoas em um contexto de vida de uma comunidade. Que este processo pudesse ser percebido como inapropriado, ou como uma ameaça, ou algo inconveniente ou “fora de lugar,” pode ser, em parte, ligado à “imagem”, ou a alguns comportamentos destas pessoas, mas é principalmente ligado às formas com as quais se constroem as representações sociais e se definem os contextos de perigo (ver: *Porque buscamos os temas geradores?* Capítulo 4), formas que são submetidas, de maneira não consciente, aos erros do cientista ingênuo, como os chama Moscovici (Moscovici, 1979; Snyder & Swann, 1978; Snyder & Cantor, 1979).

Uma parte da dificuldade estava relacionada com os tempos necessários para que se adotem “as políticas públicas” que, neste caso, não permitiram desenvolver desde o início o SiDiEs-SET (ver Capítulo 4). Em poucas palavras, não foi possível construir um dispositivo comunitário que permitisse e fortalecesse a implantação do Caps-AD comunitário. Como diz o fragmento seguinte [Brasil 5.50], isto tem consequências!

A primeira ação que fizeram foi chamar a polícia. Isto não ajudou muito. O passo sucessivo foi denunciar o Caps-AD na rádio, nas televisões, na prefeitura e jornais. Tive que participar em transmissões de rádio, mais de uma vez, para dar explicações sobre a exagerada permissividade que a equipe tinha com os consumidores. Nas últimas participações disse que não queria me defender e sim convocar. Disse que estávamos tratando de desenvolver um trabalho sério, reconhecíamos que tínhamos algumas dificuldades e estávamos tratando de superá-las. Pedi a cada um deles que viesse a nós com suas ideias, para começar a pensar e refletir juntos. Disse, também, que tinha certeza que com eles participando íamos fazer um trabalho muito melhor. Estávamos disponíveis para escutar soluções e propostas no lugar de críticas. Recordo esse dia como se fosse hoje. O locutor ficou sem dizer nada e eu fiquei meio perdida sem saber se tinha que falar mais ou ficar em silêncio. Quando voltei da transmissão pensei que seria bom fazer uma festa para apresentar o Caps aos vizinhos. Convidamos então todos para que viessem tomar um chá na tarde. Alguns deles vieram, outros mandaram alguém para os representar. Este convite teve efeito

A comunidade e seus Dispositivos

para iniciar a romper a barreira entre nós e os vizinhos, conseguimos também algumas doações e uma pessoa se ofereceu como voluntária para trabalhar na cozinha. [Brasil 5.50]

Estas dezenove linhas resumem as peripécias destas iniciativas, porém também seu impacto, o impacto que se busca e o impacto que em realidade se obtém. Este fragmento ilustra também como se pode enfrentar a situação: convocando!

A lição aprendida aqui é, também, que nas melhores condições (pouco frequentes) é impossível fazer as coisas exatamente como se deseja fazer, para isso se necessita de disciplina metodológica na implementação das ações, de flexibilidade e de capacidade de reconhecer os limites e de pedir ajuda, convocando as pessoas, aqueles que vivem nas comunidades, interpretando sua rejeição como uma proposta de relação, aceitando-a, propondo outra relação ou um campo no qual sejam possíveis outras relações.

As reações dos habitantes dessa comunidade não eram sem fundamento. Eles, como todos os habitantes das comunidades, haviam se organizado para produzir esse modelo de comunidade, para mudá-lo era necessário fazê-lo com eles, e não contra deles. Também os habitantes desta comunidade tinham direitos, como as pessoas que iam participar nas atividades do dispositivo Caps-AD.

Foi citada esta dificuldade e a resposta encontrada para concluir a apresentação desta experiência evidenciando sua complexidade: esta complexidade é gerada pelas interconexões que a abertura de um serviço tem com todos os níveis da vida da cidade, o que é necessário reconhecer, aprender a respeitar e, quando necessário, mudar.

6. Alto limiar e média complexidade: comunidades educativas

O trabalho em Comunidades educativas foi implementado desde o início do desenvolvimento do tratamento comunitário no ano 2002. O trabalho nos centros educativos propõe algumas perguntas que não é possível evitar.

Em que medida uma instituição escolar (um colégio, uma escola primária, uma universidade) pode ser considerada uma “comunidade”? No caso em que se a considerasse uma comunidade, quais são os elementos, características, processos que a caracterizam? Pode-se começar a dar respostas a estas perguntas com outra pergunta. Quais são as características “comunitárias” de uma instituição que podem ser utilizadas para desenvolver um tratamento comunitário do consumo problemático de drogas e da exclusão social? Destas derivam algumas orientações para umas respostas. Se em uma instituição escolar existem redes (redes de líderes de opinião, por exemplo), e estas redes contribuem em definir e dar sentido à vida cotidiana desses contextos, se é possível o trabalho de uma equipe, se é possível o desenvolvimento de uma rede subjetiva comunitária, de uma rede operativa e de uma rede de recursos comunitários etc., em uma palavra, se é possível desenvolver um dispositivo de tratamento comunitário então uma instituição educativa tem as características mínimas para ser considerada como se fosse uma comunidade... mesmo que permaneça sendo uma instituição. Isto significa que é uma instituição que tem algumas modalidades de vida e desenvolvimento que permitem implementar uma aproximação comunitária.

Não se trata, então, de estabelecer se uma instituição educativa é ou não é uma comunidade, mas estabelecer quais são as características comunitárias destas instituições e em que medida pode-se implementar uma aproximação com o tratamento comunitário (Corporación, 2010; Viviendo, 2010; Viviendo, 2011).

Um exemplo e alguns comentários

Um centro de baixo limiar em uma instituição educativa pode não ser um lugar físico onde as pessoas se encontram, pode ser um lugar simbólico que se cria cada vez que uma rede operativa se forma e trabalha, pode ser um mural que permanece as 24 horas, um caminho de cores no asfalto na entrada do colégio, um quadrinho de dez desenhos que aparece a cada quinze dias, um tabuleiro de mensagens deixados pelos habitantes da instituição, seminários, cursos, oficinas, todas as oportunidades de encontro, de ação em grupo e de palavras, ou canto, ou teatro ou qualquer outra forma de arte, ou qualquer outra forma de criar organização, de assumir a qualidade das relações entre as pessoas com seu meio ambiente.

Utiliza-se uma experiência feita em um colégio da Colômbia para ilustrar esta abordagem. Este colégio está em uma zona de alta vulnerabilidade, na qual alguns atores (na maioria docentes) começam a perguntar-se o que fazer diante do consumo de drogas dentro da escola e em seus arredores, e com situações de gravidez precoce, de agressão e violência. Por isso contatam uma organização que começa a implementar um processo de tratamento comunitário.

Primeiro contato: dos pedidos às demandas.

Representantes dos docentes manifestam uma “petição de ajuda”, eles são a porta de entrada dessa “comunidade educativa”.

O que queremos dizer é que (...) representantes dos professores do Colégio (...) estabeleceram contato conosco interessados em particular no trabalho com um ator específico: os jovens (isto foi a partir de 2006-2007). [Colômbia 5.14]

A tarefa da equipe da organização contatada é, agora, de incluir gradualmente outros atores e de transformar esse “pedido em uma demanda de ajuda”.

Surgiu então a necessidade de construir uma proposta com a população juvenil, assim nasceu a ideia do projeto que mais tarde se chamou “O Farol” (2007). [Colômbia 5.15]

Outros atores entram no processo e nasce uma ideia que ajuda a identificar um horizonte comum. O caminho para chegar até lá todavia não está traçado, este é o trabalho que falta fazer.

Este projeto tinha como propósito emergente gerar uma estratégia de educação para a sexualidade e prevenção do consumo de substâncias psicoativas (este era o pedido dos professores e da direção), e como intenção de fundo (estratégia) implementar um dispositivo de redes sociais e intervenção comunitária para produzir respostas a partir e para os jovens com a comunidade educativa do colégio. [Colômbia 5.16]

A equipe decide tomar o pedido dos docentes como ponto de partida para “ação” (este é o ponto de vista tático), porém a estratégia busca criar um dispositivo por meio da criação de redes. Começa assim outro momento do trabalho.

Construir redes

A construção de redes começa com uma forma especial de participação na vida dessa comunidade: estar ali.

A estratégia que nos permitiu desenvolver e assegurar a coerência e as sinergias destes dois componentes, foi o “estar ali”. O “estar ali” com os jovens desse colégio foi a prioridade para o projeto O Farol. O estar ali como forma de acompanhamento permanente permitiu conhecer as redes sociais, os espaços de encontro, os contextos familiares e a dinâmica institucional. Estar ali significa

A comunidade e seus Dispositivos

chegar de manhã e ir embora a noite, ou na manhã seguinte, ou viver ali, observar e deixar-se observar, escutar e deixar-se escutar, participar na vida cotidiana, inserir-se nas ações comunitárias existentes, viver os lugares e os ritmos, as ruas, os lugares de trabalho, de diversão, de cultura, de sofrimento também. Estar ali significa rebaixar as fronteiras do colégio e entrar no seu contexto, nos lugares nos quais os jovens se reúnem e vivem antes de entrar no colégio e depois de ter saído dele, significa estar onde iniciam a consumir substâncias, onde eles são os protagonistas, onde definem seus territórios e suas regras, onde constroem seu mundo. [Colômbia 5.17]

“Estar ali” é também a maneira para transitar pouco a pouco do conceito de equipe ao conceito de rede operativa, e então é a maneira para construir redes subjetivas comunitárias, é assim que gradualmente se consegue construir as pedras angulares do tratamento comunitário. Porém estar ali não é suficiente, mesmo sendo a base da relação operativa.

Construir conhecimentos por meio de relações e vice-versa

Estando “ali” constroem-se relações, as relações transformam-se em formas de cooperação que, a sua vez, organizam as relações formando redes operativas.

No ano de 2007, com a participação dos atores da comunidade escolar, dos estudantes de medicina comunitária da Universidade e de alguns membros da equipe da Fundação, desenvolveu-se a primeira parte do SiDiEs: foram realizadas mapas de redes (em particular as redes de líderes formais e não-formais de opinião), de recursos, de pessoas e atores, de lugares significativos, de histórias, de mitos e lendas desta comunidade urbana (sobre o edifício da escola e o lugar onde está situada) e por meio deste processo se construiu coletivamente uma modalidade de atenção da comunidade escolar para os temas relacionados com sexualidade, consumo de drogas e violência. [Colômbia 5.18]

Constitui-se, então, esta rede operativa na qual se combinam pessoas que pertencem a essa “comunidade escolar” (docentes e alunos) e pessoas externas (membros da equipe da Fundação, estudantes universitários etc.). É uma mistura de pessoas e de visões que implementam o SiDiEs e por este meio se transforma e se constrói como equipe, como rede operativa.

Neste processo de construção do dispositivo tomam um lugar particular os “pedidos” iniciais expressos pelos atores que contataram a equipe. Estes pedidos não são descartados mas sim integrados em um processo estratégico. Esta é a função das atividades de vinculação.

Os temas haviam sido anteriormente indicados pela comunidade escolar (docentes e direção), e que eram fontes de grande preocupação para eles; eram, então, seu pedido para a equipe, uma porta de entrada (um pretexto) para trabalhar dirigindo-se à comunidade e às redes de atores que a constroem, produzem, reproduzem, transformam e animam. Desenvolveram-se, então, ações de prevenção do consumo de drogas e álcool com professores e estudantes, oficinas de educação e convivência, formação em cidadania e algumas ações de apoio escolar. Chamamos a estas ações “ações de vinculação”, que servem para conhecer o tecido de relações, propondo também e simultaneamente a possibilidade de uma mudança nas relações entre atores. Desta maneira o diagnóstico se faz ação de prevenção e a ação de prevenção é instrumento e oportunidade de conhecimento e de mudança. [Colômbia 5.19]

Enquanto o dispositivo se constrói surgem novas necessidades e demandas. Estas são, também, a consequência da participação de novos atores (os alunos, neste caso) e das relações que acontecem no novo grupo/rede de trabalho. Não somente droga, sexo, violência mas também educação para a cidadania, direitos humanos, relações, convivência civil, paixões e amores, rivalidades, vida afetiva, amizade e solidariedade.

A comunidade e seus Dispositivos

Para o 2008 se fortalece o consenso com relação à necessidade de desenvolver na comunidade escolar uma estratégia de educação para a sexualidade, que recebe o nome de “Projeto Cérebro e Sexo”. Com a participação de alunos e docentes adaptaram-se os módulos de educação sexual da Universidade de Antioquia e durante cinco meses realizaram-se oficinas com a participação de crianças, professores, pais e os membros da equipe da Fundação. [Colômbia 5.20]

A lição aprendida desta experiência é que não é necessário inventar tudo, que se pode inovar transformando o existente e que o processo de preparação dos materiais de trabalho é, em si, uma aprendizagem para todos, também para aquelas pessoas que se costuma chamar “beneficiários das ações”.

Uma das características desta abordagem reflete no *SET* (Sistema Estratégico de Tratamento). O *SET* é simultaneamente ação de construção de conhecimento, ação de construção do dispositivo e ação finalizada a produzir uma mudança no sistema de relações tendo como consequência um melhoramento das condições de convivência.

Resultados e aberturas do dispositivo

As principais conquistas foram (a) o descobrimento e fortalecimento dos vínculos e relações existentes; (b) a construção de novos vínculos (quer dizer, um efeito de rede impactante) por sua vez um efeito do estabelecimento de confiança, segurança e legitimidade; (c) a possibilidade de realizar o mapeamento de redes de recursos institucionais e comunitários; (d) o desenvolvimento de uma rede mista composta por estudantes, docentes universitários, operadores comunitários da Fundação, técnicos e voluntários; (e) o envolvimento do Hospital (...) e da Secretaria de Saúde; (f) a formação dos operadores pares que acompanham os processos planejando e executando ações com os estudantes universitários e membros da equipe. [Colômbia 5.21]

As oficinas (não se trata de cursos, seminários ou conferências) realizadas são cenários nos quais todos participam para a construção de um produto comum, a partir de uma matéria prima (conceitos e conhecimentos de base) que foi produzida pelos próprios atores que facilitam as oficinas. Que produzem estas oficinas? Produzem resultados para as pessoas que participam (conhecimentos sobre assuntos da vida cotidiana e situações de risco e como cuidar-se de si mesmo e aos outros etc.), porém também mais relações, principalmente mais organização, mais “dispositivo de proteção e desenvolvimento”, mais comunidade. Estes são os resultados estratégicos.

Durante a experiência do primeiro semestre de 2008, produziram-se resultados: melhoramento da qualidade dos recursos humanos, melhoramento das relações, melhoramento do dispositivo. Estes resultados permitiram que se começasse a propor e executar ações na perspectiva do tratamento comunitário. Na realidade isto estava acontecendo quase desde o princípio da experiência. Nesta fase iniciou-se a experiência do processo de seguimento integrado de casos (SIC). Haviam, então, dois processos, na verdade um processo com dois componentes, o primeiro era o processo de base, que garantia a vida cotidiana da comunidade, que em termos muito gerais chamamos de prevenção/ organização (primeiro eixo do tratamento comunitário) e este segundo de seguimento integrado de casos. [Colômbia 5.22]

Este processo com dois componentes é o resultado do trabalho que “satisfaz” os pedidos iniciais (em particular, o seguimento integrado de casos). Aquilo que é peculiar do tratamento comunitário, e visível aqui, é que essas ações não são o produto de uma equipe de uma organização, mas de um dispositivo que se construiu dentro dessa comunidade com os atores comunitários.

A modalidade expressiva deste fragmento evidencia também outro elemento relevante. O fragmento diz “Com base na experiência do primeiro semestre de 2008,

dos resultados produzidos em termos de recursos, relações, de dispositivo se poderia dizer, começaram a propor ações de Tratamento Comunitário e seguimento integrado de casos (SIC)”. Lendo estas linhas assim como são pode-se ter a impressão que se trate de dois processos que não se implementam em maneira simultânea, mas um após o outro, e que somente o segundo é “Tratamento Comunitário”. Na realidade, como foi dito, são dois processos que se implementam simultaneamente e ambos são tratamento comunitário. Esta formulação faz entender como a mudança de “paradigma” (ou simplesmente de visão) é um processo difícil até para aqueles que implementam o tratamento comunitário há anos: mesmo que na prática os dois processos sejam simultâneos, na representação mental (processos de pensamento) são sucessivos.

A participação direta dos chamados “beneficiários diretos” nas ações de construção do dispositivo e do conhecimento (primeira componente tratamento comunitário: “Prevenção como Organização) é o elemento que faz que também a prevenção seja “tratamento”. [5.6]

A gestão integrada de casos foi possível porque a rede operativa soube incluir os alunos da escola, os professores, os membros do comitê de convivência, os membros da equipe da Fundação, os universitários em sua prática profissional, os membros da comunidade na qual se encontra a escola, as famílias dos alunos etc. É a existência da rede operativa (resultado estratégico) que permite que se alcancem resultados. Uma das implicações desta “complexidade” do dispositivo operacional é que a equipe da Fundação quase desaparece para fundir-se com uma rede operativa que expressa um protagonismo mais poderoso.

Uma vez que esse dispositivo foi construído, ele mesmo produz novos conhecimentos, relações, ações. Isto não acontece automaticamente, mas somente se é alimentado e mantido vivo.

O “estar ali” foi a prioridade para o projeto “O Farol”. O acompanhamento permanente permitiu conhecer as redes sociais, os espaços de encontro, os contextos familiares e a dinâmica institucional. Ao mesmo tempo, conforme se realizavam as oficinas de sexualidade e apoio escolar, emergiram distintos casos

de maltrato, violência sexual, outros tipos de violência, consumo de drogas e álcool, famílias convivendo com HIV e delinquência juvenil, entre outros. [Colômbia 5.23]

O “estar ali” de maneira organizada e criativa é a estratégia para manter vivo e vital o dispositivo, para transformá-lo e acompanhá-lo em suas transformações e também para que este se abra a novos cenários.

O dispositivo abre-se quando emerge o que se encontra na “barriga secreta” da comunidade: quando pode-se falar abertamente dos problemas e das pessoas que os vivem, quando os nomes e os adjetivos não significam denúncia, etiquetagem (rotulagem), estigma e sim conhecimento, reconhecimento de relação e de vínculo, relação de apoio e acompanhamento, desejo de superar o temor do imune (Esposito, 2002) e de adiantar-se no sentido daquele que é comum ou que aproxima (Esposito, 1998); por esta razão, fala-se de dispositivo de tratamento comunitário.

Se o iniciado e construído na comunidade escolar é consistente (se se construíram redes e relações baseadas na cooperação e na confiança), o cenário abre-se até a comunidade mais ampla na qual a comunidade escolar está inserida.

Através dos jovens entramos em relação com os atores comunitários (comunidade escolar e comunidade local na qual o colégio está inserido), mediada pelo medo e pela angústia. Porém, esta entrada permitiu conhecer mais de perto o território e a cotidianidade do setor: pudemos fazer relações com algumas famílias e conhecer setores de difícil acesso e condições deploráveis. Os jovens começaram a apoiar os pais e mães com problemas de consumo de drogas, e alguns deles se envolveram em outros processos de trabalho comunitário que realiza a equipe. [Colômbia 5.24]

A comunidade e seus Dispositivos

Aquilo que a equipe e a rede operativa aprenderam a fazer na comunidade educativa começa-se a fazer também na comunidade aberta, com os mesmos protagonistas. O que se observa aqui é que antes de começar a trabalhar com a instituição educativa a equipe está implementando ações de tratamento na comunidade na qual se encontra a escola, e só posteriormente que os dois processos se cruzam criando sinergias. Ter trabalhado nessa comunidade fez que a equipe e a rede operativa fossem identificados pela instituição escolar como um ator competente e por isto os contatou. Em seguida, o fato de ter trabalhado na comunidade escolar permitiu à rede operativa alcançar alguns territórios comunitários nos quais não havia sido possível chegar. Os territórios comunitários abrem-se para a equipe e a rede operativa em função das relações que estas entidades constroem e desenvolvem. Por meio desta experiência aprende-se que os territórios comunitários são quase infinitos, que a exploração é uma experiência constante, que novos lugares reais e simbólicos surgem e se formam em continuidade, e por consequência fazem visíveis as redes de líderes que os produziram. Este processo modifica as redes existentes, modifica as relações, produz novo conhecimento e este produz novas ações: isto é tratamento comunitário.

Desafios possibilidades e dificuldades

Como se viu nos últimos parágrafos, trabalhar em uma comunidade educativa não significa trabalhar em um território no qual tudo é coerente e linear. Ali mesmo se encontram situações de conflito, estigma, discriminação e grave exclusão.

Os jovens do colégio são também objeto de estigmatização por parte da força pública. Em uma ocasião permitiu-se que a polícia entrasse no colégio e revistasse as maletas dos jovens, em uma clara violação aos seus direitos. O fato foi autorizado pelas autoridades do colégio. Este episódio é narrado por um dos operadores da seguinte maneira: “O atropelo cometido pela Polícia não tem explicação, é inconcebível que uma criança estudando seja tratada como um delinquente, eu sei que existem alguns deles (as) que andam armados, mas esse tipo de revista devem ser feitas fora da instituição educativa. Sai do curso

anterior quando vi como um regimento militar entrar no Curso 502. A professora e os estudantes da Unal faziam a atividade de poesia erótica. Estava falando com a professora quando entraram 1 tenente mulher, 1 patrulheiro e 4 soldados e disseram: os homens de um lado e as mulheres de outro. Então começaram a revistar os jovens e depois seus pertences. Ademais colocavam as mãos dentro de suas maletas. A professora se incomodou, manifestou sentir-se insultada e assaltada, eu senti como se essa não fosse uma instituição educativa mas uma prisão de máxima segurança, eu perguntei ao soldado a que isto se devia e ele me respondeu que foi coordenado pelos diretores e a polícia comunitária. [Colômbia 5.25]

Seria muito fácil limitar-se a dizer que a intervenção da polícia não foi adequada e oportuna. Aquilo que se observa aqui é que este acontecimento foi também favorecido pela posição da direção da instituição educativa. É justo, então, considerar que este acontecimento pode depender também do processo por meio do qual a equipe e a rede operativa haviam construído sua relação com os líderes desta comunidade educativa (incluindo o diretor). Os processos dentro de uma comunidade são complexos, por definição, a relação causa efeito não é linear mas recursiva, fonte de retroações e retroalimentações.

A lição aprendida neste caso é que também a construção de redes e seu fortalecimento é uma tarefa constante do tratamento comunitário. Pode-se pensar que, assim como foi feita, esta demonstração de força por parte da polícia foi traumática. Esta é uma ferida a nível individual, mas não somente, é também a nível das relações entre alunos e a direção da escola. É uma declaração de impotência e desconfiança, também de raiva e agressividade. Assumir e transformar estas relações e suas emoções é tarefa do tratamento comunitário, enquanto que não é sua tarefa descarregar a responsabilidade sobre os alunos, fazendo-os pacientes, doentes, pessoas com problemas que necessitam “tratamento”.

A comunidade e seus Dispositivos

Por outra lado, vimos como os estudantes são estigmatizados por alguns professores e diretores da escola, o que começamos a trabalhar com o comitê de convivência, que é o órgão que toma as decisões disciplinares do colégio. [Colômbia 5.26]

Este curto fragmento ilustra a resposta organizada que a rede operativa deu a este acontecimento, obviamente não era trabalhar com a polícia ou limitar-se em protestar, e sim começar novamente com as redes, em particular com as redes de líderes de opinião. É desta maneira que se produzem mudanças “estruturais” garantindo uma razoável permanência e impactos mais profundos.

Resultados também...

Um dos desafios do tratamento comunitário (talvez uma entre as razões que o originou) é a necessidade de harmonizar os processos de cima para baixo com os processos baixo para cima e vice-versa. A dificuldade que se acaba de descrever ilustra quais podem ser as situações que se apresentam. É possível porém encontrar respostas, sem que estas sejam permanentes e sempre coerentes. Coerência e continuidade não são características das respostas encontradas por acaso, mas da continuidade do esforço e do trabalho que se intervém para mantê-las e transformá-las.

Uma das conquistas (...) foi poder participar do Comitê de Convivência do colégio. O comitê de convivência é uma instância obrigatória na estrutura institucional (..) e é o encarregado de dar respostas aos casos problemáticos em comportamento que não puderam ser solucionados nem pelo diretor do curso, que é a primeira instância, nem pela orientadora, que é a segunda instância; sua obrigação é revisar os casos, juntar provas, ou solicitá-las, e proferir um conceito ou recomendação. (...). Este comitê deve estar constituído pelas coordenadoras, a orientadora e um professor, ou professora, representante de cada área de

conhecimento ou bacharel, mais uma professora representante da primária.
[Colômbia 5.27]

O Comitê de Convivência é uma instância oficial desta comunidade/instituição educativa. Por consequência, é um de seus atores mais importantes, principalmente no que se refere ao tema da inclusão/exclusão. É também o lugar no qual se descarregam os fracassos de outras instâncias também oficiais. Pode-se dizer (em termos um pouco técnicos) que o Comitê de Convivência é o centro de escuta da instituição educativa (ou uma espécie de rede operativa), ainda que, pelo menos em aparência, se limite mais à tarefa de determinar medidas de inclusão/exclusão que de curar relações.

O trabalho entre o Comitê de Convivência e a equipe da Fundação iniciou-se a partir de uma reunião realizada com a coordenadora e um diretor do curso, que se aproximaram para consultar sobre o “caso de Adolfo”, um estudante com quem já havíamos tido alguns contatos. Das conversas com o jovem se deduzia que o consumo no colégio era muito maior do que estavam dispostos a admitir os professores, que era importante mediar na resposta que a instituição dava a estes casos para não propiciar maiores condições de sofrimento. Por isso a coordenadora sugeriu que devíamos estar no comitê, já que ali levavam os casos dos jovens com problemas associados ao consumo de drogas. [Colômbia 5.28].

O caso de Adolfo é o produto da iniciativa de alguns líderes do Comitê que buscam outras formas de abordagem aos “casos” problemáticos, esta iniciativa foi também a porta pela qual a equipe entrou nessa comunidade. Esta “coincidência” permite aprender algumas lições. A primeira é que a porta de entrada pode ser quase qualquer uma, o importante é que por meio das ações de vinculação seja possível fazer ver que “algo diferente” se pode fazer, e que por meio deste primeiro resultado

a nova abordagem irradie até outras redes (isto é um dos sentidos do “estar ali”). A segunda é que no interior de uma rede sempre é possível encontrar alguém que tem interesse em escutar, em buscar uma maneira diferente de abordar uma dificuldade, esse nó constitui uma porta de entrada. A terceira é que as primeiras respostas podem ir no sentido de piorar a situação, mais que no sentido de “resolver” o problema. Nessa situação, se a equipe se apropria da solução do problema (admitido que isto seja possível e não seja uma ilusão) ela diminui a autoridade e responsabilidade das instâncias dessa instituição que são os atores mais importantes neste sistema.

Desde essa data participamos uma ou duas vezes ao mês. Em função da quantidade de casos as reuniões ficaram mais frequentes (uma por semana). Nos primeiros meses o trabalho foi de apoio, entender as dinâmicas de relação que se davam no grupo (os efeitos da rede), as temáticas e os problemas que ali se resolviam, a maneira como os resolviam; estudavam-se frequentemente os relatórios parciais das atividades desenvolvidas com os estudantes, apresentados por eles, se refletiu com eles o conceito de redução de danos a partir dos casos que tratavam. Deu-se ênfase a temas tais como relação de ajuda, escuta empática, resposta empática, relações simétricas e assimétricas, e a discussão da pedagogia do maltrato e a humilhação. [Colômbia 5.29]

Se os *casos* seguem sendo “o tema gerador e articulador” das reuniões de trabalho com o Comitê, no final eles são um pretexto para mudar paulatinamente de paradigma: aquilo que a equipe propõe implicitamente é um processo formativo. Este consiste em modificar a representação social desses “casos” e por meio disto modificar a relação, criar um espaço no qual os protagonistas desses casos (consumidores de drogas e atores comunitários) podem se encontrar novamente em novos territórios relacionais, de maneira que a expulsão deixe de ser a única resposta. Durante este processo formativo se constrói também uma mensagem de fundo: que eles (os docentes) são os responsáveis principais da gestão destes casos

dentro da instituição educativa, e que para favorecer esses processos de gestão é necessário que alguns elementos de “comunidade” sejam incluídos no campo das relações e dos regramentos, de maneira que a inclusão tenha mais probabilidades de ser alcançada com relação a exclusão. Como pode-se entender, isto não requer somente competências e conhecimentos, requer tempo.

Depois de uns meses os integrantes do grupo começaram a considerar com maior interesse a participação da equipe e a retroalimentação que se fazia, onde se evidenciavam situações de contexto em que os jovens vivem e que eles desconheciam. Isto ajudou a moderar as respostas institucionais e a questionar os alcances das decisões do comitê. Conseguiu-se, através desta intervenção, que oito jovens não fossem expulsos como primeira medida de resposta, e que mantivessem interesse e relação com outro jovem que já havia sido expulso. Nossa intervenção permitiu que os professores confiassem nos jovens que violavam a lei e que em lugar de tirá-los do colégio, deram a eles tarefas de sanção e alternativas de uso do tempo livre. [Colômbia 5.30]

Os resultados não são impossíveis de conseguir, ao contrário. Neste caso, o comitê foi integrado nos processos do centro de escuta desta comunidade educativa; isto foi possível sem modificar o limiar desta instância (eles convocavam os membros da equipe, eles definiam os temas e o calendário das reuniões); desta maneira não se comprometem as defesas básicas desta entidade. Por outro lado, modificou-se a complexidade: esta aumentou com a inclusão de novos atores (os membros da equipe), o que produziu novas relações, as quais produziram novas representações, e a partir daí novos conceitos, critérios, regras, relações. A complexidade no final mudou o sentido do limiar.

7. Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade

Como no caso das comunidades educativas, aqui também é necessário pensar como o tema do comunitário, e suas abordagens, pode ser vinculado com os centros penitenciários. Em que medida um centro penitenciário pode ser considerado uma comunidade? Aqui também considera-se válido aquilo que se propôs no caso das comunidades educativas. “Se em uma instituição escolar existem redes (redes de líderes de opinião, por exemplo), se estas redes contribuem em definir e dar sentido à vida cotidiana desses contextos, se é possível desenvolver uma equipe, uma rede subjetiva comunitária, uma rede de recursos comunitários etc. E, uma palavra, se é possível desenvolver um dispositivo de tratamento comunitário (por meio do SET)”, então uma instituição penitenciária tem as características mínimas para ser considerada como se fosse uma comunidade... ainda que permaneça sendo uma instituição na qual uma parte das pessoas viva sob o regime de privação de liberdade.

Uma porta de entrada

A experiência que se ilustrará a seguir é o resultado do trabalho de uma equipe que há quase dez anos está presente em uma instituição penitenciária em Honduras. Neste caso também se perguntou sobre a demanda ou o pedido que podia constituir uma porta de entrada nessa instituição.

A pastoral penitenciária inicia suas atividades no final dos anos 90 (Pastoral Penitenciária, 2010)

Nossa presença no final dos anos 90 era uma novidade e desejada. Fomos conhecendo as necessidades, tivemos a acolhida da autoridade. Quando se deu

Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade

a oportunidade de conseguirmos um espaço físico o fizemos, e dessa maneira deu-se início a uma escola e a atividades de evangelização no que era o campo de futebol, onde hoje é a sala de costura. Era algo muito improvisado, uma galeria, teto de plástico, nos sentávamos em caixas de refrigerantes. [Honduras 5.1]

Este fragmento tem diversos significados. Por aquilo relacionado ao pedido ou demanda por parte dessa “comunidade” observa-se que esta não está mencionada explicitamente. Em uma entrevista com uma das operadoras que iniciou essa experiência coletou-se o seguinte fragmento:

Sempre houve um sacerdote que estava presente como capelão na prisão. A igreja de alguma maneira sempre esteve presente ali. Esta presença se organizou como pastoral penitenciária a partir do final dos anos 90. [Honduras 5.2]

Pode-se traduzir este fragmento de outra maneira: a presença de uma pessoa pertencente à Igreja se estabeleceu desde o princípio, o que equivale dizer que a Igreja católica é parte dessa comunidade, um ator entre as instituições que ali atuam e que exerce sua liderança.

A estratégia seguida pela equipe foi de iniciar muito abaixo, atividades em lugares não apropriados. Não “apropriado” significa que, na cultura dessa comunidade, não se tinha produzido um espaço simbólico para esse tipo de atividades e, por consequência, não existia até mesmo um espaço real. Para a equipe tratou-se também de uma estratégia para dar um corpo à sua liderança, para dar-lhe um conteúdo que pouco a pouco levava em consideração a pessoa e a suas demandas, na sua totalidade. Considerando a qualidade dos recursos que essa equipe tinha em seus momentos iniciais pode-se razoavelmente supor que a

A comunidade e seus Dispositivos

liderança da Pastoral neste contexto não era muito significativa, talvez mais suportada que significativa. Construir uma liderança foi então um primeiro objetivo, e para poder conseguir este objetivo iniciou-se com pequenas ações de construção de vínculos e de alianças: respostas concretas, para pessoas concretas em contextos reais.

Com o tempo ganhamos confiança e nos cederam mais espaços, no ano 2000 inauguramos a padaria, assim iniciamos uma relação de cooperação com Infop e Funadeh, que nos oferecem capacitações técnicas. [Honduras 5.3]

Assim se procede e assim se constrói um dispositivo feito de atividades e relações, de relações que produzem atividades que produzem relações. É também por meio das relações que o dispositivo se enriquece de “novas competências e conhecimentos”. Neste caso, esta organização (a Pastoral Penitenciária) implicitamente ou explicitamente decide adotar uma estratégia de rede: conecta-se com outros atores em lugar de incorporar outros atores e competências na sua equipe. Sua estratégia é, então, fazer crescer a rede e não colocar em primeiro lugar o “fortalecimento institucional”. É uma aposta no comunitário: construir um dispositivo que não tenha as fronteiras da organização que o constitui, mas uma mais ampla, possivelmente que contemple a participação de todos os atores dessa comunidade.

Meses depois pudemos iniciar a oficina de costura, melhoramos as condições do espaço com teto de lâminas de zinco e piso de cimento, pois para trabalhar com máquinas de costura se necessitavam umas condições mínimas. Não tínhamos nenhum financiamento e conseguimos os insumos à base de pequenas atividades. Comprovamos que não é fácil obter ajuda para os privados de liberdade, a sociedade os rejeita. [Honduras 5.4]

Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade

Por meio desta proposta comunitária, em um contexto no qual “não é fácil obter ajuda para os “privados de liberdade”, nesse contexto de aparência tão hostil consegue-se iniciar uma oficina de costura e outras atividades, obter espaços e meios de trabalho e produção. É como se um dos recursos do tratamento comunitário fosse o fato de não ter recursos. Até o momento, o “tratamento comunitário” não foi ainda mencionado explicitamente, porém já se encontra desenvolvendo. As atividades produtivas (quinto eixo do tratamento comunitário) são uma modalidade de entrada no tratamento comunitário. Esta modalidade de entrada foi possível porque um primeiro trabalho de construção do dispositivo (redes) foi implementado.

Também contávamos com um novo espaço no qual dávamos múltiplos usos: celebração da fé, escola e classes de inglês. Este lugar agora se utiliza como capela e aulas de primeiro grau. [Honduras 5.5]

Este fragmento está, de fato, descrevendo um “centro de escuta”. Esta palavra porém não havia sido utilizada nesta época (a iniciativa de centros de escuta ligados ao tratamento comunitário nasce na Colômbia em 2000/2001) (Viviendo, 2012), mesmo assim foi também a partir destas experiências que começou-se a pensar em um lugar (real e simbólico) no qual pudesse existir um nível mínimo de organização para que as pessoas pudesse ser “escutadas”. Esses lugares são o resultado das relações entre atores comunitários, entre os líderes de opinião e de suas redes, como nas comunidades abertas, como nas comunidades sem muros visíveis. Assim, no território de uma comunidade fechada foi possível criar um espaço “livre no acesso e na saída” no qual, se as pessoas o desejavam, se se atreviam, era possível ter uma relação sem outro vínculo que não fosse aquele gerado pela relação.

Paulatinamente o *efeito rede* produz outros efeitos: se interconectam outros contextos operativos, atores, serviços e recursos. Cada um deles mantém sua identidade, mas todos juntos conseguem objetivos mais amplos, que envolvem mais atores.

A comunidade e seus Dispositivos

No centro penal existe um Departamento de Saúde que é coordenado por um doutor e que conta com um psicólogo e uma odontologista; (eles) são a equipe de maior estabilidade no trabalho, pois estão há mais de dez anos oferecendo seus serviços à população. Conseguiu-se em poucos anos o apoio do Fundo Global a dois grandes projetos, um para TBC e outro para HIV e Aids. Isto fortaleceu também a este Departamento de Saúde e a população penal. [Honduras 5.6]

Desta maneira esta organização renova e rearticula seus objetivos e estratégias por meio de ações de vinculação, que pouco a pouco se traduzem em um processo permanente de encontro e cooperação entre atores institucionais. O trabalho de identificação e definição de objetivos, de escritura de uma proposta congruente, dos processos operativos (método) para podê-la implementar é organizado com a ajuda do SET (SiDiEs) e é um de seus resultados. Isto é visível a partir dos objetivos:

Acompanhar os beneficiários (privados de liberdade, pertencentes as gangues, “*paisas*”, grupos excluídos e sua família) a que recuperem sua capacidade de sonhar, como o primeiro passo até o conhecimento de si mesmo e contribuir ao desenvolvimento integral de sua pessoa, a melhoria da qualidade de vida e a criação de uma cultura de comunidade dentro da Penitenciária. [Honduras 5.7]

Este objetivo, expresso na linguagem formal das propostas metodológicas e das licitações para concorrer aos fundos públicos, tem que ser explicitado. Este contém de fato elementos táticos e estratégicos, objetivos e métodos para alcançá-los que podem ser comentados de maneira separada e, por consequência, entendidos com mais clareza.

Podia-se reescrever da seguinte maneira: “Utilizar o melhoramento das condições de vida no interior da instituição penitenciária para criar uma cultura de

comunidade”. Na linguagem de ECO² e do tratamento comunitário isto significa: utilizar atividades de vinculação para criar um dispositivo comunitário (redes e em particular redes de líderes de opinião, redes subjetivas comunitárias). Neste sentido, as atividades de melhoria das condições de vida nesse lugar são um objetivo tático (concretamente útil e vital para todos os habitantes dessa comunidade), isto permite que se alcance o objetivo estratégico que é que essa entidade possa assumir algumas formas de organização que sejam efetivamente comunitárias, e que as utilize para melhorar as condições de vida de todos seus habitantes.

Ao mesmo tempo que se trabalha para alcançar este objetivo estratégico e graças a ele é possível também “Acompanhar os beneficiários (privados de liberdade pertencentes às gangues, “*paisas*”, grupos excluídos e suas famílias) a que recuperem sua capacidade de sonhar, como o primeiro passo até o conhecimento de si mesmos e contribuir para o desenvolvimento integral de sua pessoa”. Visto desta maneira, com o tempo que estas mudanças requerem e com as dificuldades que podem ter, a abordagem comunitária tem sentido e produz sentido.

Dificuldades e lições aprendidas

Trabalhar em contextos deste tipo (de alta segregação e exclusão) tem dificuldades que às vezes podem comprometer todo o trabalho feito, dando a impressão que é necessário começar tudo de novo (na realidade não é assim).

Durante o ano 2000 e por mais de um ano, (...) um dos diretores mais lembrados pela população em geral, realizou uma grande mudança nas instalações físicas da prisão. Foi um dos diretores mais repressivos e sua ação sintonizava com a política pública de repressão naqueles anos. Em uma noite introduziu escavadeiras e tratores e destruiu a área de reabilitação. Da mesma forma, destruiu toda a área de comércio onde particulares tinham seus locais de venda e negócios. Nossos pertences, igual aos dos internos, ficaram no entulho,

A comunidade e seus Dispositivos

as lâminas e madeiras da galera, as cadeiras, lousas, resíduos das máquinas de costura. [Honduras 5.8]

Este fragmento não necessita de comentários, quase! Em uma comunidade nem todos os atores e líderes tem o mesmo peso. Isto é verdade nas comunidades reais (abertas) e nas comunidades artificiais (fechadas). Os efeitos de uma decisão de um líder “poderoso” de descarregar principalmente no seu sistema, e isso acontece de maneira desigual em função do nível que cada ator tem dentro do sistema. O fragmento seguinte é uma ilustração de clara evidência.

A PP (Pastoral Penitenciária) não tinha nenhum respaldo legal que lhe garantisse seu investimento, e tudo se perdeu. Tivemos que engolir nosso orgulho, fortalecer nossas convicções e continuar com atitudes negociadoras sabendo que temos coisas que eles necessitam e podemos oferecer-lhes em troca de fortalecer nossa presença. [Honduras 5.9]

Nem menos seria necessário comentar sobre como a atitude das equipes e das redes operativas vivem estes processos, porém é nestes momentos que os “temas geradores” da equipe e das redes operativas são postos em discussão e por meio deles as razões pelas quais se encontram ali e seguem fazendo aquilo que estão fazendo. São esses os momentos nos quais cada ator se encontra com suas emoções e com os significados que estas veiculam, e também com a necessidade da razão para lhe dar sentido ao sem sentido. O trabalho de visibilização e de compreensão da lógica das redes e dos conflitos dentro dessa comunidade (realizado por meio do SET) permitiu dar um passo mais formal por meio do qual foi esclarecida e reconhecida a liderança formal da organização.

Isto deu lugar a assinatura de um Convênio de Cooperação entre o Ministério de Segurança e a Igreja Católica, que está vigente até hoje e que garante nosso ingresso e administração de nossos recursos. Disto aprendemos “que esta não é nossa casa e podem nos tirar quando a autoridade desejar. [Honduras 5.10]

Centros penitenciários: alto limiar, alta complexidade

A formalização do processo produziu outro efeito: concluiu-se o tipo de relação que existia antes entre a Pastoral Penitenciária e a Igreja como instituição que havia marcado a história dessa prisão. A igreja já não era membro dessa comunidade, no sentido que essa “já não era sua casa”. A equipe, a rede operativa, a organização por meio deste longo processo e de seus “incidentes” ocupam agora um lugar novo na rede de recursos comunitários. Pode-se dizer que esta foi uma modificação profunda e estrutural.

Bibliografia do Capítulo 5

- Antunes da Costa, P. H., Belchior Mota, D. C., Mota Ronzani, T., & Moura (de) Gonçalves, Y. (2015). O que são redes e a importância das redes sociais na dependência de drogas. In E. A. Silva (da), *Vulnerabilidades, resiliência, redes* (pp. 287-300). São Paulo: Red Publicações.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31, 2-3.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La Ecología del Desarrollo Humano*. Buenos Aires: Paidós.
- Corporación, V. (2010). *ZOE. "Zonas de Orientación Escolar ZOE". Reporte Final*. Bogotá-Cali: Corporación Viviendo, Raiss Colombia, Ministerio de la Protección Social, UNODC.
- Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Méthaphysique et de Morale*, 6, mai 1898, 273-300.
- Esposito, R. (1998). *Communitas, Origine e Destino della Comunità*. Torino: Einaudi.
- Esposito, R. (2002). *Immunitas, Protezione e negazione della vita*. Torino: Einaudi.
- FAO. (2007). *Conflict Management*. Acessado em <http://www.fao.org/docrep/w7504e/w7504e07.htm>.
- Jodelet, D. (1984). Représentations Sociales: Phénomènes, concepts et théories. In S. Moscovici, *Psychologie sociale*. Paris: PUF.

Bibliografia do Capítulo 5

- Korf, D. J. (1999). *Outreach work among drug users in Europe: concepts, practice and terminology*. Lisboa: EMCDDA.
- Milanese, E. (2009b). *Tratamiento comunitario de las adicciones y de las consecuencias de la exclusion grave. Manual de trabajo para el operador*. México: Plaza y Valdes.
- Milanese, E., Merlo, R., & Laffay, B. (2001). *Prevenção y cura de la farmacodependencia. Una propuesta comunitaria*. México: Plaza y Valdés.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Huemul.
- Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las minorias activas*. Madrid: Morata.
- Moscovici, S. (1982). The Coming Era of Representations. In J. Codol, & J. P. Leyens, (Coord), *Cognitive Analysis of Social Behaviour*. The Hague: Nijhoff.
- Moura (de), Y., Silva, E., & Noto, A. (2009). Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia em Pesquisa / UFJF*, 3(1), 31-46.
- Naco, N. A. (2003). *Guidelines for support to PLWHA Drop in centres*. http://delhisacs.org/naco_pdf/guideline_15.pdf.
- Nisbett, R. (1980). The Trait Construct in Lay and Professional Psychology. In L. Festinger, *Retrospection in Social Psychology*. New York: Oxford University Press.
- Oliveira de Souza, D. P. (2015). Políticas sobre drogas e redes sociais: desafios e possibilidades. In E. A. Silva (da), *Vulnerabilidades, resiliência, redes*. (pp. 267-286). São Paulo: Red Publicações.
- Palmonari, A. (1995). *Processi simbolici e dinamiche sociali*. Bologna: Il Mulino.

- Pastoral Penitenciaria, S. P. (2010). *Modelo de Intervencion de la Pastoral Penitenciaria San Pedro Sula*. San Pedro Sula: Pastoral Penitenciaria, San Pedro Sula. Documento não publicado.
- Ross, L. (1977). The Intuitive Psychologist and His Shortcomings: Distortion in the Attribution Process. In L. Berkowitz, *Advances in Experimental and Social Psychology* (v. 10). New York: Academic Press.
- Silva (da), E. A., Gonçalves de Moura, Y., & Kopp Zugman, D. (2015). *Vulnerabilidades, resiliência, redes*. São Paulo: Red Publicações.
- Snyder, M., & Cantor, N. (1979). Testing Hypotesis about other People: The use of Historica Knowledge. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 15(4), 330-342.
- Snyder, M., & Swann, W. (1978). Hypothesis Testing Precess in Social Interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(9), 941-950.
- Sorocaba, M. d. (2010). *Catalogo de Soluções Sociais*. Sorocaba.
- UNODC. (2003). *Abuso de drogas: tratamiento y rehabilitación. Guía práctica de planificación y aplicación*. Viena: UNODC.
- UNODC. (2005). *Tratamiento del abuso de sustancias y atención para la mujer*. Nueva York: UNODC.
- UNODC, & WHO. (2008). *Principles of Drug Dependence Treatment* (Discussion Paper). Viena: UNODC-WHO.
- Viviendo, C. (2010). *Proceso piloto de la zona de orientación escolar (ZOE). La experiencia en cinco comunidades educativas*. Bogotá, Cali: Corporación Viviendo, Raiss Colombia, UNODC, Ministerio de la Protección Social.

Bibliografía do Capítulo 5

Viviendo, C. (2011). *Las Zonas de Orientación Escolar (ZOE): Estrategias para el cambio y la inclusión social*. Bogotá-Cali: Corporación Viviendo, Alcaldía de Santiago de Cali.

Viviendo, C. (2012). *Centro de escucha y acogida comunitaria*. Bogotá, Santiago de Cali: Corporación Viviendo.

6

Bibliografía consolidada

AA. VV. (2014, 12). *Enciclopedia Treccani*. Acessado em <http://www.treccani.it/>

AA. VV. (s.d.). *Teoría ecológica de Bronfenbrenner*. Acessado em 2014, em <http://almazcruz.wordpress.com/teoria-ecologica-de-bronfenbrenner/>.

AA., V. (1998). *Prevención, Reducción del Daño y Cura de las Farmacodependencias. Experiencias y Reflexiones de un Proyecto de Investigación en Acción*. Ciudad de México: Hogar Integral de Juventud, Centro Juvenil de Promoción Integral, Cultura Joven, Cáritas Arquidiócesis de México.

Abric, J.-C. (1989). L'étude expérimentales des représentations sociales. In D. Jodelet, *Les représentations sociales* (p. 223 ss). Paris: PUF.

Adler, P. S., & Kwon, S. W. (2002). Social Capital: prospects for a new concept. *Academy of Management*, 27(1), 17-40.

Ainsworth, M. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709-716.

Ainsworth, M., & Bell, S. (1978). Apego, Exploración y separación ilustrados a través de la conducta de niños y niñas en una situación extraña. In J. Delval (Comp.), *Lecturas de psicología del niño*, v. 1. Madrid: Alianza.

Alayón, N. (2008). *Asistencia y Asistencialismo. Pobres controlados o erradicacion de la pobreza?* Buenos Aires: Lumen.

Bibliografía consolidada

- Alayón, N. (2011). Repensando históricamente la asistencia. Autoanálisis del autor del libro "Asistencia y Asistencialismo". Debate Público. *Reflexión de trabajo social*, 1(2), 119-124.
- Amerio, P. (2000). *Psicologia di Comunità*. Bologna: Il Mulino.
- Ander-Egg, E. (1995). *Diccionario de trabajo social*. Buenos Aires: Lumen.
- Antunes da Costa, P. H., Belchior Mota, D. C., Mota Ronzani, T., & Moura (de) Gonçalves, Y. (2015). O que são redes e a importância das redes sociais na dependência de drogas. In E. A. Silva (da), *Vulnerabilidades, resiliência, redes* (pp. 287-300). São Paulo: Red Publicações.
- Artigas, C. (2005). *Una mirada a la protección social desde los derechos humanos y otros contextos internacionales*. Santiago del Chile: Cepal.
- Asch, S. (1956). Studies of Independence and Conformity: A minority of One against an Unanimous Majority. *Psychological Monographs*, 70(416), 1-70.
- Bales, R., & Slater, P. (1955). Role differentiation in small decision making groups. In T. Parsons, & R. Bales, *Family, socialization and interaction process* (pp. 259-306). Glencoe: The Free Press.
- Barnes, J. (1954). Class and Committees in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 7(1), 39-58.
- Belliveau, M. A., O'Reilly, C. A., & Wade, B. (1996). Social Capital at the Top: Effects of Social Similarity and Status on CEO Compensation. *Academy of Management Journal*, 39(6), 1568-1593.
- Benoit, D., & Parker, K. (1994). Stability and transmission of attachment across three generations. *Child Development*, 65(5), 1444-1456.
- Bertrando, P., & Toffanetti, D. (2000). *Storia della terapia familiare. Le persone, le idee*. Milano: Raffaello Cortina Editore.

- Bikard, M. (2011). *Essay sur le Don. Marcel Mauss 1923-1924*. Acessado em appli6.hec.fr/amo/Public/Files/Docs/231_fr.pdf.
- Boissevain, J. (1978). *Friends of Friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.
- Boissevain, J., & Mitchell, J. (1973). *Network Analysis, Studies on Human Interaction*. The Hague-Paris: Mouton.
- Bonesio, L. (2014, Outubro). *La definizione di territorio in senso territorialista*. Acessado em <http://www.tonioloricerca.it/category/5-beni-comuni-e-territorio%3Fdownload%3D2671>.
- Borgatti, S., Everett, M., & Johnson, J. (2013). *Analyzing Social Networks*. Los Angeles: Sage.
- Bott, E. (1957). *Family and Social Network*. London: Tavistock Publications.
- Boudon, R. (1984). *La place du désordre*. Paris: PUF.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31, 2-3.
- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). Espace social et genèse des classes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53, 3-12.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of Capital. In J. G. Richardson, *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood Press.
- Bowlby, J. (1969). *El vínculo afectivo*. Buenos Aires: Paidós.

Bibliografía consolidada

- Broadhead, R. S., Heckathorn, D. D., Altice, F., Hulst van, Y., & Carbone, M. (2002). Increasing drug use adherence to HIV treatment: results of a peer-driven intervention feasibility study. *Social Science & Medicine*, *55*(2), 235-246.
- Bronfenbrenner, U. (1943). A constant Frame of Reference for Sociometric Research. *Sociometry*, *(6)*, 363-397.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances in research on human development. In R. Silberstein, K. Eyferth, & G. Rudinger, *Development as action in context: Problem behavior and normal youth development* (pp. 287-309). New York: Springer-Verlag.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La Ecología del Desarrollo Humano*. Buenos Aires: Paidós.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological system theory. In R. Vasta (Org.), *Annals of Child Development* (v. 6) (pp. 187-249). Greenwich, CT: JAI Press.
- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. In M. Gauvain, & M. Cole, *Readings on the development of children* (pp. 37-43). New York: Freeman.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In P. Moen, & J. Elder Jr., *Examining lives in context: Perspective on the ecology of human development* (pp. 619-647). Washington D.C.: American Psychological Association.
- Burt, R. S. (1999): The Social Capital of Opinion Leaders. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* *566*, 37–54.
- Busso, G. (2001). *Vulnerabilidad social. Nociones y Políticas*. Santiago de Chile: Cepal.
- Caroli, M. (2006). *Il marketing territoriale. Strategie per la competitività sostenibile del territorio*. Milano: Franco Angeli.

- Carrier, J. G. (2005). *A Handbook of Economic Anthropology*. Northampton USA: Edward Elgar.
- Carvalho, E., André Neto, A., & Andrade, G. (2006). *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV.
- Castel, R. (1991). De l'indigence a l'exclusion: la désaffiliation. Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In J. Donzelot, *Le modèle français*. (pp. 137-167). Paris: Éditions Esprit.
- Centrone, B. (1996). *I pitagorici*. Milano: Laterza.
- Chispino, A. (2007). Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15(54), 11-28.
- Claridge, T. (2004). *Social Capital and Natural Resource Management*. Tese não publicada, University of Queensland, Brisbane.:
- Coleman, J. (1968). *Introduction to mathematical sociology*. London: Collier-Macmillan.
- Conforto, C., Giusto, G., Pisseri, P., & Berruti, G. (1999). *Comunità, natura, cultura, terapia*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Copello, A. G. (2006). Family interventions for drug and alcohol misuse: is there a best practice? *Current Opinion in Psychiatry*, 19(3), 271-276.
- Copello, A., Orford, J., Hodgson, R., & Tober, G. (2009). *Social Behaviour and Network Therapy for Alcohol Problems*. London: Routledge.
- Copello, A., Orford, J., Hodgson, R., Tober, G., & Barret, C. (2002). Social behaviour and network therapy: Basic principles and early experiences. *Addictive Behaviours*, 27(3), 345-355.

Bibliografía consolidada

- Copello, A., Williamson, E., Orford, J., & Day, E. (2006). Implementing and evaluating Social Behavior and Network Therapy in drug treatment practice in the UK: A feasibility study. *Addictive Behaviours*, 31(5), 802-810.
- Corcuera de Mancera, S. (1991). *El fraile, el indio y el pulque*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Corporación, V. (2010). *ZOE. "Zonas de Orientación Escolar ZOE". Reporte Final*. Bogotá-Cali: Corporación Viviendo, Raiss Colombia, Ministerio de la Protección Social, UNODC.
- De Zuani, E. (2009). *El diseño Organizativo y su influencia en la calidad de gestión del Sistema de Apoyo Universitario*. Acessado em 2012, em http://www.unsa.edu.ar/biblio/pau/conferencia_dr_dezuani_3junio2009.pdf.
- Dekker, P., & Uslaner, E. M. (2001). *Social Capital and participation in everyday life*. London: Routledge.
- Deutsch, M., & Gerard, H. (1955). A Study of Normative and Informational Social Influence upon Individual Judgement. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(3), 629-636.
- Di Fiorino, M. (1998). *L'illusione comunitaria. La costruzione delle "comunità artificiali"*. Bergamo: Moretti & Vitali.
- Doise, W. (1989). Actitudes et représentations sociales. In D. Jodelet, *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Dunbar, R. (1992). Neocortex size as a constraint on a group size primates. *Journal of Human Evolution*, 22(6), 469-493.
- Dunbar, R. (1993). Coevolution of neocortical size, group size and language in humans. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(4), 681-735.
- Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Méthaphysique et de Morale*, 6, mai 1898, 273-300.

- Durkheim, E. (1994 [1893]). *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- Durkheim, E. (2004 [1893]). *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- Durkheim, E. (2004 [1895]). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.
- Durkheim, E. (2004 [1897]). *Le Suicide*. Paris: PUF.
- Easley, D., & Kleinberg, J. (2010). *Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Elias, N. (1965). *The established and the outsiders*. London: Frank Cass.
- Elias, N. (1993). *El proceso de la civilización. Investigaciones socio genéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- EMCDDA. (2009). *Online Glossary*. Brussels: EMCDDA.
- EMCDDA. (2010). *Harm Reduction: evidence, impacts and challenges*. Lisboa: EMCDDA.
- EMCDDA-EDDRA. (2011c). *Glossary of terms 2011*. Acessado em 2012, em <http://www.emcdda.europa.eu/publications/glossary#v>.
- Esposito, R. (1998). *Communitas, Origine e Destino della Comunità*. Torino: Einaudi.
- Esposito, R. (2002). *Immunitas, Protezione e negazione della vita*. Torino: Einaudi.
- FAO. (2007). *Conflict Management*. Acessado em <http://www.fao.org/docrep/w7504e/w7504e07.htm>.
- Favale, A. (1970). *Per una presenza viva dei religiosi nel mondo*. Torino: Elle Di Ci.
- Filgueira, C. H. (2001). *Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social aproximaciones conceptuales recientes*. Santiago de Chile: Cepal.

Bibliografia consolidada

- Folgheraiter, F. (1994). *Interventi di rete e comunità locali. La prospettiva relazionale nel lavoro sociale*. Trento: Erikson.
- Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development, 62*(5), 891-905.
- Foucault, M. (1972). *Histoire de la folie à l'age classique*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- Franco, S., Nunes, E., Breilhy, J., & Laurell, A. (Eds.) (1991). *Debates en Medicina Social*. Quito: Organización Panamericana de la Salud/ Asociación Latinoamericana de Medicina Social.
- Fraser, M., & Hawkins, J. D. (1984). Social Network Analysis and Drug Misuse. *The Social Service Review, 58*(1), 81-97.
- Freud, Sigmund (1996 [1929]). O mal-estar na civilização. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- Fukuyama, F. (1995). Social Capital and the Global Economy. *Foreign Affairs, 74*(5), 89-103.
- Fukuyama, F. (1997). Social capital in the modern capitalistic economy. Creating a high trust workplace. *Stern Business Magazine, 4*(1).
- Gabbard, G. O. (2005). *Psychodynamic Psychiatry in Clinical Practice*. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Galanter, M. (2001[1999]). *Terapia di rete per i disturbi da uso di sostanze*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Galanter, M., Dermatis, H., Glikman, L., Maslansky, R., & Sellers, B. (2004). Network therapy: Decreased secondary opioid use during buprenorphine maintenance. *Journal of Substance Abuse Treatment, 26*(4), 313-318.

- Gaudier, M. (1993). *Pauvretés, inégalités, exclusion: renouveau des approches théoriques et des pratiques sociales*. Genève: Institut international d'études sociales.
- Giddens, A. (2004 [1991]). *Sociologia*. Barcelona: Aliança Editorial.
- Giddens, A. (2006 [1965]). *La constituição de la sociedade*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Gómez, J. J. (2001). *Vulnerabilidad y medio ambiente*. Santiago del Chile: Cepal.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Grieco, M. (1987). *Keeping in the Family*. London: Tavistock Publications.
- Hanneman, R., & Riddle, M. (2005). *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California, Riverside.
- Harkola, J. (1995). The role of Opinion Leaders in the diffusion of a construction technology in a Japanese firm. *INSA International Social Network Conference, Proceedings*. London July 6-10 1995, 3, 249-256. London: INSA.
- Health, P. H. (1996). *Risk, vulnerability, resiliency. Health System Implications Background. Document based on the roundtable discussion*. Canada: Public Health Agency of Canada.
- Hewstone, M. (1983a). Attribution theory and common sense explanations: An introductory overview. In M. Hewstone, *Attribution theory: Social and functional extensions* (pp. 1-26). Oxford: Basil Blackwell.
- Hewstone, M. (1983b). The role of language in attribution processes. In J. Jaspars, F. Fincham, & M. Hewstone, *Attribution theory and research*.

Bibliografía consolidada

Conceptual development and social dimensions (pp. 241-259). London: Academic Press.

Iriart, C., Waitzkin, H., Breilh, J., Estrada, A., & Mehry, E. E. (2002). Medicina social latinoamericana: aportes y desafíos. *Revista Panamericana de Salud Pública, 12*(2), 128-136.

Jenkins, W. A., Vila-Rodriguez, F., Paquet, K., MacEwan, G. W., Thorton, A., & Barr, A. (2010). Social Network Characteristics and Effects on severity of psychosis in a community sample with high prevalence of stimulant use. *Schizophrenia Research, 117*(2), 190-191.

Jodelet, D. (1984). Réprésentations Sociales: Phénomènes, concepts et théories. In S. Moscovici, *Psychologie sociale*. Paris: PUF.

Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Johnson, E. S. (2008). Ecological System and Complexity Theory: toward an Alternative Model of Accountability in Education. *Complicity: An International Journal of Complexity and Education, 5*(1), 1-10.

Jordan, P. (1961). Pythagoras and Monachism. *Traditio, 17*, 432-441. doi:10.1017/S0362152900008564.

Kadushin, C. (2011). *Introduction to social network theory*. Oxford University Press.

Keller, D. S., & Galanter, M. (1999). Technology Transfer of Network Therapy to Community-Based Addictions Counselors: New York, New York. *Journal of Substance Abuse Treatment, 16*(2), 183-189.

Kenna, G. A., & Lewis, D. C. (2008). Risk factors for alcohol and other drug use by healthcare professionals. *Substance Abuse Treatment, Prevention and Policy, 3*(1), 3. doi: 10.1186/1747-597X-3-3.

- Korf, D. J. (1999). *Outreach work among drug users in Europe: concepts, practice and terminology*. Lisboa: EMCDDA.
- Latkin, C. A., Forman, V., Knowlton, A., & Sherman, S. (2003). Norms, social networks, and HIV-related risk behaviors among urban disadvantaged drug users. *Social Science & Medicine*, 56(3), 465-476.
- Latkin, C. A., Hua, W., & Tobin, K. (2004). Social Network correlates of self-reported non-fatal overdose. *Drug and Alcohol Dependence*, 73(1), 61-67.
- Latkin, C., Mandell, W., Oziemkowska, M., Celentano, D., Vlahov, D., & Ensminger, M. (1995). Using social network analysis to study patterns of drug use among urban drug users at high risk for HIV/AIDS. *Drug and Alcohol Dependence*, 38(1), 1-9.
- Lau-Barraco, C., & Collins, R. L. (2011). Social Networks and alcohol use among non student emerging adults: A preliminary study. *Addict Behav.*, 36(0), 47–54. doi: 10.1016/j.addbeh.2010.08.017
- Lazega, E. (2007). *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: PUF.
- Leon-Portilla, M. (1983). *Toltecayotl aspectos de la cultura náhuatl*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Leonard-Barton, D., & Kraus, W. (1985, November-December). *Implementing New Technology*. Harvard Business Review.
- Lewis, O. (1961). *Los Hijos de Sanchez*. México City: Fondo de Cultura Económica.
- Lutz, B. (2010). La Accion Social na Teoría Sociológica: una aproximação. *Nueva Epoca*, 23(64), 199-218.
- Machin, J. (2011). *Redes Sociales e Incidencia en Políticas Públicas*. Ciudad de México: Cafac.

Bibliografia consolidada

- Machin, J., Merlo, R., & Milanese, E. (2010). *Redes sociais y farmacodependências. Aportes para la intervencion*. México: Conadic-Consejo Nacional de Adicciones, Centro de Formacion Farmacodependências y Situaciones Criticas Asociadas A.C.
- Machin, J., Velasco, M., Silva, Y. E., & Moreno, A. (2010). *ECO2. Un modelo de incidencia en politicas publicas? Estudio de caso de la Remoiss*. México: Cafac.
- Magnaghi, A. (2000). *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Mair, L. (1965). *An introduction to social anthropolgy*. Gloucester: Clarendon Press.
- Marchioni, M. (2001). *Comunidad, Participación y desarrollo*. Barcelona: Popular.
- Marchioni, M. (2001). *Comunidad, participación y desarrollo. Teoría y metodología de la intervención comunitaria*. Madrid: Popular. 1999
- Massimi, G. (2001). *Ambiti e sistemi territoriali. Un approccio esplorativo alle tematiche geospaziali. Introduzione*. Acessado em 2011, em <http://geolab.unich.it/didatticadir/01%20RE.pdf>.
- Mattei, U. (2011). *Beni comuni. Un manifesto*. Roma: Laterza.
- Mauss, M. (1923-1924). Essai sur le don. *Année Sociologique*. Seconde série.
- Mauss, M. (1938). Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne, celle de "moi". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 68, 263-281.
- Mcintyre, S. E. (2007). Como as pessoas gerem os conflitos nas organizações: estratégias individuais negociais. *Análise Psicológica*, 25(2), 295-305.
- Meredith, A. (1955). *The Cappadocians*. Crestwood (NY): Saint Vladimir Seminar Press.

- Merlo, R., & Milanese, E. (2000). *Miradas en la Ciudad. Métodos de intervención comunitaria*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de la Juventud. Secretaría de Educación Pública.
- Merlo, R., & Milanese, E. (2000b). La Construcción Social de la Juventud. In R. Merlo, & E. Milanese, *Miradas en la Ciudad. Métodos de intervención juvenil comunitaria* (pp. 13-37). Ciudad de México: Instituto Mexicano de la Juventud. Secretaría de Educación Pública.
- Milanese, E. (1996). *Modelo Comunitario de Prevención Primaria y Rehabilitación Psicosocial de Farmacodependientes. Hogar Integral de Juventud-Unión Europea. Reporte técnico 1995*. Ciudad de México: Hogar Integral de Juventud.
- Milanese, E. (2007). *Harm Reduction and Community Based Treatment of Drug Consequences. Evaluation: process and results*. Freiburg: Caritas Germany - Unesco.
- Milanese, E. (2008). La comunidad: basurero de los fracasos de las instituciones y oportunidad para relaciones de ayuda duraderas e incluyentes. In M. UNODC, *La inclusión social. Una respuesta frente a la farmacodependencia* (pp. 21-37). Bogota: UNODC-Ministerio de la Protección Social.
- Milanese, E. (2009). *Fuentes de ECO2. Del método y de los temas generadores y la contribución de P. Freire*. Conegliano (Italia): Monografía não publicada.
- Milanese, E. (2009b). *Tratamento comunitário de las adicciones y de las consecuencias de la exclusion grave. Manual de trabalho para el operador*. México: Praça y Valdes.
- Milanese, E. (2011b, Octubre). *Metodologías innovadoras en desarrollo comunitario: un modelo de reducción del daño*. San José Costa Rica: Trabalho não publicado.

Bibliografía consolidada

- Milanese, E. (2012a). *Glossário crítico de ECO²*. Monografía não publicada.
- Milanese, E. (2013). *Intercultural Conflict Management. Subjective networks: transcultural study*. Manuscrito não publicado.
- Milanese, E., Merlo, R., & Laffay, B. (2001). *Prevención y cura de la farmacodependencia. Una propuesta comunitaria*. México: Plaza y Valdés.
- Milanese, E., Merlo, R., & Machin, J. (2000a). *Redes que previenen 1*. (v. 1). México, DF: Secretaría de Educación Pública.
- Milanese, E., Merlo, R., & Machin, J. (2000b). *Redes que previenen 2* (v. 2). México, DF: Secretaría de Educación Pública.
- Miller, W., & Brown, J. (1991). Self regulation as a conceptual basis for the prevention and treatment of addictive behaviors. In N. Heather, W. Miller, & J. Greeley, *Self-control and addictive behaviors*. (pp. 3-79). Sydney: Pegamon.
- Mitchell, J. (1969). The Concept and Use of Social Networks. In J. Mitchell, *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press.
- Mitchell, J. (1973). Networks, norms and institutions. In J. Boissevain, & J. Mitchell, *Network Analysis: Studies in Human Interaction*. (pp. 15-35). Paris-The Hague: Mouton.
- Mollat, M. (1982). *I poveri nel Medioevo*. Bari.
- Morin, E. (1977). *La Méthode 1. La Nature de la Nature*. Paris: Seuil.
- Morin, R. C., & Seidman, E. (1986). A Social Network Approach and the Revolving Door Patient. *Schizophrenia Bulletin*, 12(2), 262-273.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Huemul.
- Moscovici, S. (1981). *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata.

- Moscovici, S. (1982). The Coming Era of Representations. In J. Codol, J. P. Leyens, (Coord), *Cognitive Analysis of Social Behaviour*. The Hague: Nijhoff.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.
- Moulin, L. (1978). *La vie quotidienne des religieux au Moyen Age*. Paris: Hachette.
- Moura (de), Y., Silva, E., & Noto, A. (2009). Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia em Pesquisa, UFJF*, 3(1), 31-46.
- Murphy, M. G. (1930). *St. Basil and Monasticism*. Catholic University of America, Series on Patristic Studies , v. 25 . New York: AMS Press.
- Naco, N. A. (2003). *Guidelines for support to PLWHA Drop in centres*. http://delhisacs.org/naco_pdf/guideline_15.pdf.
- Newmann, J. H., Oursel, R., & Moulin, L. (1988). *L'Europe del monasteres*. Bruxelles: Zodiaque.
- Nichiata, L. Y. I.; Bertolozzi, M. R.; Takahashi, R. F. & Fracolli, L. A. (2008). La utilización del concepto "vulnerabilidad" por enfermería. *Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]*, 16(5), 923-928. ISSN 1518-8345. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692008000500020>.
- Nisbett, R. (1980). The Trait Construct in Lay and Professional Psychology. In L. Festinger, *Retrospection in Social Psychology*. New York: Oxford University Press.
- Novara, D. (2011). *La grammatica dei conflitti. L'arte maieutica di trasformare la contrarietà in risorse*. Torino: Sonda.
- Obradors, A., García, P., & Canal, R. (2010). *Ciudadanía e Inclusión Social. El tercer Sector y las políticas públicas de acción social*. Barcelona: Espial/ Universidad Autónoma de Barcelona.
- OECD-DAC. (2010). *Glosario de los principales términos sobre evaluación y gestión basada en resultados*. Paris: OECD-Development co-operation Directorate.

Bibliografia consolidada

- Oliveira de Souza, D. P. (2015). Políticas sobre drogas e redes sociais: desafios e possibilidades. In E. A. Silva (da), *Vulnerabilidades, resiliência, redes* (pp. 267-286). São Paulo: Red Publicações.
- Omodei, A. (1822). Notizie sul villaggio di Gheel (del Signor Esquirol). (A. Omodei, A cura di). *Annali Universali di Medicina*, 22, 121-147.
- Orford, J., Hodgson, R., Copello, A., Wilton, S., & Slegg, G. (2009). To what factors do clients attribute change? Content analysis of follow-up interviews with clients of the UK Alcohol Treatment Trial. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 36(1), 49-58.
- OSCE. (2000). *Estratégia de la OSCE frente a las amenazas contra la estabilidad y la segurança no siglo XXI*. OSCE.
- Paglia, V. (1994). *Storia dei Poveri in Occidente*. Milano: BUR - Rizzoli.
- Palmonari, A. (1995). *Processi simbolici e dinamiche sociali*. Bologna: Il Mulino.
- Pappi, F., & Konig, T. (1995). Les organisations centraies dans les réseaux du domaine politique: une comparaison Allemagne-Etats Unis dans le champ de la politique du travail. *Revue Française de Sociologie*, 36, 725-742.
- Parkin, F. (1974). *The Social Analysis of Class Structure*. London: Tavistock.
- Parsons, T. (1968 [1984]). *La estructura de la ação social*. Madrid: Guadarrama.
- Pastoral Penitenciaria, S. P. (2010). *Modelo de Intervencion de la Pastoral Penitenciaria, San Pedro Sula*. San Pedro Sula: Pastoral Penitenciaria, San Pedro Sula. Documento não publicado.
- Phillips, M. (1965). *Small groups in England*. London: Methuen.
- Piero, A. (2000). *Psicologia di comunità*. Bologna: Il Mulino.
- Piselli, F. (2001). *Reti. L'analisi dei network nelle scienze sociali*. Roma: Donzelli.

- Pizarro, N. (2004). Un nuevo enfoque sobre la equivalencia estructural: lugares y redes de lugares como herramientas para la teoría sociológica. *Redes Revista hispana de analisis de redes sociais*, 5(2).
- Portilla, M.-L. (1980). *Toltecatoytl. Aspectos de la cultura náhuatl*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Powers, M. (1997). *How to program a virtual community*. New York: Ziff-Davis Press.
- Prochaska, J., & Di Clemente, C. (1982). Transtheoretical therapy toward a more integrative model of change. *Psychotherapy Theory Res Pract.*, 19(3), 276-287.
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: American's declining social capital. *Journal of democracy*, 6(1), 65-78.
- Quaglio, G., Lugoboni, F., Pattaro, C., GICS, Montanari, L., Lechi, A., ... Des Jarlais, D. C. (2006). Patients in long-term maintenance therapy for drug use in Italy: analysis of some parameters of social integration and serological status for infectious diseases in a cohort of 1091 patients. *BMC Public Health*, 6, 216. <http://doi.org/10.1186/1471-2458-6-216>
- Quiroga, M. (2006). *Métodos alternativos de solución de conflictos: perspectiva multidisciplinar*. Madrid: Dykinson.
- Renault, E. (2008). *Souffrances Sociales. Philosophie, psychologie et politique*. Paris: Editions la Découverte.
- Rheingold, H. (1993). *The virtual community*. Reading: Addison-Wesley.
- Rogers, E. M., & Agarwala-Rogers, R. (1976). *Communication in Organizations*. New York: The Free Press.
- Rogers, E., & Kincaid, D. (1981). *Communication Networks: Toward a New Paradigm for Research*. New York: Free Press.

Bibliografía consolidada

- Rosero-Labré, M. C., & León Díaz, R. E. (2009). *Acciones afirmativas y ciudadanía diferenciada étnico-racial negra, afrocolombiana, palenquera y raizal*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Ross, L. (1977). The Intuitive Psychologist and His Shortcomings: Distortion in the Attribution Process. In L. Berkowitz, *Advances in Experimental and Social Psychology* (v. 10). New York: Academic Press.
- Sahagún, F. B. (s.d.). *Historia General de las cosas de Nueva España* (Códice Florentino).
- Sanicola, L. (1997). Le travail avec les réseaux primaires. *Les Cahiers de l'Actif*, 258/259, 53-70.
- Searles, H. F. (1965). *Collected Papers on Schizophrenia and Related Subjects*. Londres: Hogarth Press-Institute of Psychoanalysis.
- Sesé, X., & Blas, A. e. (2008). *Educación social y trabajo con la comunidad. Trabajo de calle y desarrollo comunitario en el Camp de Tarragona*. Acessado em 2012, em <http://www.eduso.net/res/?b=10&c=94&n=244>.
- Severino, E. (1998). *Filosofia. Storia del pensiero occidentale*. Milano: Curcio.
- Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology*, 27(187), 1-60.
- Sherif, M. (1967). *Social Interaction: Process and Products*. Chicago: Aldine.
- Silva (da), E. A., Gonçalves de Moura, Y., & Kopp Zugman, D. (2015). *Vulnerabilidades, resiliência, redes*. São Paulo: Red Publicações.
- Smelser, N. J. (1991). *Sociology*. Englewood Cliffs N.J.: Prentice Hall.
- Snyder, M., & Cantor, N. (1979). Testing Hypotesis about other People: The use of Historical Knowledge. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 15(4), 330-342.
- Snyder, M., & Swann, W. (1978). Hypothesis Testing Precress in Social Interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(9), 941-950.

- Sorocaba, M. d. (2010). *Catalogo de Soluções Sociais*. Sorocaba.
- Speck, R. (1967). Psychotherapy of the Social Network of a Schizophrenic Family. *Fam. Proc.*, 6, 208-214.
- Speck, R. A. (1974). *Family Networks*. New York: Vintage Books.
- Sudbrack, M. F. O. (2004). Abordagem comunitária e redes sociais. In D. B. B. Carvalho, M. Sudbrack, & M. Silva (Orgs), *Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas*. (v. 1, pp. 13-16). Brasília: Plano Editora.
- Sudbrack, M. F. O. (2006). Avaliação de redes sociais de adolescentes. In Brasil/Senad/MEC (Org.), *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas Públicas*. (v. 1, pp. 45-51). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Sudbrack, M. F. O. (2006). O trabalho comunitário e a construção de redes sociais. In Brasil/Senad/MEC (Org.), *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. (v. 1, pp. 34-41). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Sudbrack, M. F. O., & Conceição, M. I. (2011). Adolescência e Abuso de drogas no contexto da justiça: Construindo Intervenções complexas para Situações Complexas. In E. da Silva et al (Orgs), *Adolescência uso e abuso de drogas: uma visão integrativa* (pp. 357-376). São Paulo: Unifesp.
- Sudbrack, M. F. O., & Vasconcelos, M. (2010). Mapa de rede da escola: mobilizando a escola em rede para a prevenção do uso de drogas. In M. F. O. Sudbrack, M. I. Conceição, & L. F. Costa (Orgs.), *Caderno de tarefas do curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas* (pp. 8-13). Brasília: Senad.
- Sudbrack, M. F. O., Conceição, M. I., & Cascardo, E. (2010). Escola em rede: políticas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. In M. F. O. Sudbrack, M. I. Conceição, & L. F. Costa (Orgs.),

Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. 4ª Ed. (v. 1, pp. 78-87). Brasília: Senad.

Thomas, C. Y. (1996). Capital markets, financial markets and social capital. *Social and Economics Studies* 45(2&3), 1-23.

Tobin, K. E., Hua, W., Costenbader, E. C., & Latkin, C. A. (2007). The association between change in social network characteristics and non-fatal overdose: Results from the SHIELD study in Baltimore, MD, USA. *Drug and Alcohol Dependence*, 87(1), 63-68.

Tönnies, F. (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada.

Tornatzky, L. B., & Fleisher, M. (1990). *The process of technological innovation*. Lexington MA: Lexington Books, Heath and Company.

Torquemada, F. J. (s.d.). *Monarquía Indiana*. Ciudad de México: UNAM.

Torrío Linares, E., Santín Vilariño, C., Andrés Villas, M., Menendes-Alvarez-Dardet, S., & López López, J. (2002). El Modelo ecológico de Bronfenbrenner como marco teórico de la psico-oncología. *Anales de Psicología*, 18(1), 45-59.

Touraine, A. (1965). *Sociologie de l'Action*. Paris: Seuil.

Touraine, A. (1969 [1965]). *La sociología de la acción*. Barcelona: Ariel.

Trémintin, J. (2006, 1 06). *Portées et limites du travail partenarial dans l'action sociale*. Acessado em 3 2012, em <http://du.ado.difficile.free.fr/ressources>.

Tyler, K. A. (2008). Social network characteristics and risky sexual and drug related behaviors among homeless young adults. *Social Science Research*, 37(2), 673-685.

Unep. (2014, October 30). *Vulnerabilidad*. Acessado em <http://www.unep.org/geo/GEO3/spanish/510.htm>.

UNODC. (2003). *Abuso de drogas: tratamiento y rehabilitación. Guía práctica de planificación y aplicación*. Viena: UNODC.

- UNODC. (2005). *Tratamiento del abuso de sustancias y atención para la mujer*. Nueva York: UNODC.
- UNODC, & WHO. (2008). *Principles of Drug Dependence Treatment* (Discussion Paper). Viena: UNODC-WHO.
- Vendemiatti, M. (2010). Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança. *Revista Ciência e Saúde Coletiva [on line]*, 15 (Supl. 1), 1301-13014.
- Viviendo, C. (2010). *Proceso piloto de la zona de orientación escolar (ZOE). La experiencia en cinco comunidades educativas*. Bogotá, Cali: Corporación Viviendo, Raiss Colombia, UNODC, Ministerio de la Protección Social.
- Viviendo, C. (2011). *Las Zonas de Orientación Escolar (ZOE): Estrategias para el cambio y la inclusión social*. Bogotá-Cali: Corporación Viviendo, Alcaldía de Santiago de Cali.
- Viviendo, C. (2012). *Centro de escucha y acogida comunitaria*. Bogotá, Santiago de Cali: Corporación Viviendo.
- Weber, M. (1964). *Economía y sociedad*. México DF: Fondo de Cultura Económica.
- Weber, M. (1977 [1921]). *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Whitten, L. (2005-2006). Network Therapy Enhances Office-Based Buprenorphine Treatment Outcomes. *Nida Notes*, 20(2).
- WHO. (2004). *Adherencia a los Tratamientos a Largo Plazo. Pruebas para la acción*. Ginebra: WHO.